



Universidades Lusíada

Saraiva, Luís Eduardo Marquês, 1956-

O desenvolvimento em África e a segurança da Europa : o caso da Guiné-Bissau

<http://hdl.handle.net/11067/2463>

Metadata

Issue Date	2010
Abstract	África e Europa têm problemas comuns, relacionados com segurança e desenvolvimento. Afirma-se que desenvolvendo África se reforçará a segurança europeia e que as capacidades europeias de segurança poderão ser úteis ao desenvolvimento africano. Assim sendo, esta investigação procurou identificar as ligações entre segurança e desenvolvimento, na Europa e em África. Argumenta-se que África é sensível e vulnerável a mudanças nas condições mundiais de segurança e desenvolvimento e que, investindo no...
Keywords	Segurança internacional - Países da União Europeia, Segurança internacional - África, África - Condições económicas, África - Política e governo, África - Aspectos estratégicos
Type	doctoralThesis
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCHS] Teses

This page was automatically generated in 2022-11-30T10:39:09Z with information provided by the Repository



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Doutoramento em Relações Internacionais

O desenvolvimento em África e a segurança da Europa: o caso da Guiné-Bissau

Realizado por:

Luís Eduardo Marquês Saraiva

Orientado por:

Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Eng. Diamantino Freitas Gomes Durão
Orientador:	Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia
Arguente:	Prof. ^a Doutora Maria Francisca Alves Ramos Gil Saraiva
Arguente:	Prof. ^a Doutora Maria Raquel de Sousa Freire
Vogal:	Prof. ^a Doutora Patrícia Vitoria Pichler Daehnhardt
Vogal:	Prof. Doutor Carlos César Lima da Silva Motta

Tese aprovada em: 5 de Janeiro de 2012

Lisboa
2010



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Doutoramento em Relações Internacionais

**O desenvolvimento em África e a segurança da Europa:
o caso da Guiné-Bissau**

Luís Eduardo Marquês Saraiva

Lisboa

2010

Luís Eduardo Marquês Saraiva

O desenvolvimento em África e a segurança da Europa: o caso da Guiné-Bissau

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais.

Orientador:

Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia

Lisboa

2010

Ficha Técnica

Autor Luís Eduardo Marquês Saraiva
Orientador Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia
Título O desenvolvimento em África e a segurança da Europa: o caso da Guiné-Bissau
Local Lisboa
Ano 2010

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

SARAIVA, Luís Eduardo Marquês, 1956-

O desenvolvimento em África e a segurança da Europa : o caso da Guiné-Bissau / Luís Eduardo Marquês Saraiva ; orientado por José Francisco Lynce Zagalo Pavia. - Lisboa : [s.n.], 2010. - Tese de Doutoramento em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - PAVIA, José Francisco Lynce Zagalo 1967-

LCSH

1. Segurança Internacional - Países da União Europeia
2. Segurança Internacional - África
3. África - Condições Económicas
4. África - Política e Governo
5. África - Aspectos Estratégicos
6. Guiné-Bissau - Política e Governo
7. Guiné-Bissau - Aspectos Estratégicos
8. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Teses
9. Teses - Portugal - Lisboa

1. Security, International - European Union Countries
2. Security, International - Africa
3. Africa - Economic Conditions
4. Africa - Politics and Government
5. Africa - Strategic Aspects
6. Guinea-Bissau - Politics and Government
7. Guinea-Bissau - Strategic Aspects
8. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Dissertations
9. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC - UA855.S27 2010

APRESENTAÇÃO

Título: O desenvolvimento em África e a segurança da Europa: o caso da Guiné-Bissau

Resumo: África e Europa têm problemas comuns, relacionados com segurança e desenvolvimento. Afirma-se que desenvolvendo África se reforçará a segurança europeia e que as capacidades europeias de segurança poderão ser úteis ao desenvolvimento africano. Assim sendo, esta investigação procurou identificar as ligações entre segurança e desenvolvimento, na Europa e em África.

Argumenta-se que África é sensível e vulnerável a mudanças nas condições mundiais de segurança e desenvolvimento e que, investindo no desenvolvimento africano e no levantamento das capacidades africanas de manutenção de paz, se reforçará a segurança europeia. Existe o sentimento de a crescente insegurança no Mundo ser devida ao terrorismo, mas o colapso dos Estados também fomenta condições para outras actividades que afectam a segurança, como o tráfico de droga e de seres humanos.

Portanto, o “fracasso” africano é também preocupação da Europa e esta deve investir no restabelecimento de economias viáveis no seu flanco Sul. Ambos os lados deste binómio são tratados: à questão de quebra da segurança europeia, devido ao tráfico humano, às redes de narcóticos e de terrorismo, opõe-se em África a necessidade de medidas de segurança que apoiem o desenvolvimento.

Após análise da literatura sobre governação global, interdependência complexa, segurança e desenvolvimento, esta investigação buscou identificar, no terreno, a materialização das teorias sobre onexo segurança-desenvolvimento. Recolheram-se dados de várias organizações, incluindo recurso a entrevistas em Bruxelas, Lisboa e Bissau, e análise da imprensa escrita. O estudo de caso debruça-se sobre a Guiné-Bissau, mas o mais importante objecto desta pesquisa foi África como um todo.

Palavras-chave:

1. Segurança Internacional - Países da União Europeia
2. Segurança Internacional - África
3. África - Condições Económicas
4. África - Política e Governo
5. África - Aspectos Estratégicos
6. Guiné-Bissau - Política e Governo
7. Guiné-Bissau - Aspectos Estratégicos
8. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Teses
9. Teses - Portugal - Lisboa

PRESENTATION

Title: | Development in Africa and the Security of Europe: the case of Guinea-Bissau

Abstract: | Africa and Europe have problems in common, concerning security and development. It is said that developing Africa will reinforce the European security and that European security capabilities can be useful to African development. Assuming this, this research looked forward to identify the connections between security and development, in Africa and in Europe. It argues that Africa is sensible and vulnerable to changes in the world conditions of security and development and that, investing in the African development and in African peace keeping capacities, the European security will be reinforced. There is a feeling that the crescent insecurity in the world is due to the terrorism, but the collapse of States also creates the conditions to other activities that affect security, like the narcotrafficking and the traffic of human beings.

Therefore, the African “failure” is also a European concern, and Europe must invest in the reestablishment of viable economies at its Southern flank. Both sides of this binomial are here dealt with: the question of the weakening of the European security, due to human trafficking, narcotraffick and terrorism, is confronted in Africa with the need for security measures that can support development.

After an initial analysis of the literature about global governance, complex interdependence, security and development, this research foresaw to identify, in the terrain, the materialization of the theories about the nexus security-development. Data were gathered from several organizations, including the use of interviews in Brussels, Lisbon and Bissau, and analysis of newspapers. The case-study is about Guinea-Bissau, but the most important subject of this research was Africa, globally.

Keywords: |

1. Security, International - European Union Countries
2. Security, International - Africa
3. Africa - Economic Conditions
4. Africa - Politics and Government
5. Africa - Strategic Aspects
6. Guinea-Bissau - Politics and Government
7. Guinea-Bissau - Strategic Aspects
8. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Dissertations
9. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

À minha mulher Teresa

e aos meus filhos Eduardo Miguel, Alexandra Sofia e Pedro Luís

Agradecimentos

Esta aventura só foi possível devido a estímulos muito diversos, a que se juntaram, para além da oportunidade e da sorte, a ajuda e acompanhamento de colegas, amigos e familiares.

Durante o período de investigação e elaboração do texto os trabalhos foram supervisionados pelo meu orientador, Prof. Doutor José Francisco Pavia, tendo sido adoptados os métodos de discussão directa (através de várias reuniões com o orientando), análise de textos do orientando e produção de comentários escritos, troca de correspondência via e-mail sobre condução da investigação, recomendações sobre a abordagem aos entrevistados e pareceres e correcções sobre textos entretanto produzidos. De especial interesse para o orientando foram as recomendações sobre a preparação e condução de entrevistas, o que permitiu rentabilizar os encontros com os entrevistados e melhorar a análise dos resultados. Por tudo isso é devido um elevado reconhecimento.

São também de relevar os conselhos e ajuda do Professor Johan Wets, Dr. Rodrigo Tavares, Prof. Doutora Isabel Nunes e Dra. Sandra Fernandes, especialmente numa fase embrionária da preparação do meu projecto de investigação. Para o planeamento dos trabalhos de campo e apoio local (na Guiné-Bissau) tem sido fundamental a colaboração e ajuda do Prof. Doutor Luís Castelo Branco e do Dr. Guilherme Zeverino.

Ao Prof. Doutor João Cravinho e aos amigos do MNE e do IPAD, um reconhecimento especial pela motivação.

Índice

Agradecimentos	vi
Índice.....	vii
Índice de figuras	xi
Lista de siglas e abreviaturas	xiii

Introdução	1
1. Introdução ao tema	1
2. Enquadramento	2
3. Justificação do tema.....	3
4. O problema da pesquisa.....	6
5. O objecto do trabalho. Objectivos teóricos e práticos	7
6. Hipóteses de investigação.....	8
7. Metodologia.....	9
8. Modelos metodológicos da investigação. Técnicas de investigação.....	12
8.1. Período da investigação exploratória	17
8.2. Período da investigação analítica	18
8.3. Fase conclusiva	19
9. Síntese dos capítulos da tese.....	20

I PARTE – TEÓRICA.....	23
------------------------	----

Capítulo 1

Metodologia da parte teórica.....	25
1.1 Introdução	25
1.2 Hipóteses teóricas	26
1.3 Métodos	27
1.4 Revisão da literatura	28
1.5 Revisão dos documentos institucionais	30
1.6 Conclusões ou síntese	31

Capítulo 2

Revisão da literatura	33
2.1. Introdução	33
2.3. O sistema internacional está em desequilíbrio?.....	41
2.4. A interdependência complexa.....	43
2.5. A segurança	48
2.6. O desenvolvimento	72
2.6.1.O que é?	73
2.7. A paz liberal e a fusão da segurança com o desenvolvimento	86
2.8. Perspectiva dos actores internacionais.....	95
2.8.1.Organização das Nações Unidas.....	95
2.8.2.União Europeia	97
2.8.3.Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	98
2.9. Conclusões	99

Capítulo 3

A segurança na Europa e as ameaças da vizinhança estratégica	103
3.2. Introdução	103
3.3. A segurança e a defesa da UE.....	105
3.4. África e as ameaças à segurança europeia	111
3.4.1. O tráfico de estupefacientes	112
3.4.2. As migrações clandestinas e o tráfico humano	119
3.4.3. O terrorismo	129
3.4.4. Impacto dessas ameaças na Europa.....	134
3.4.5. Práticas de segurança em África	142
3.4.6. Iniciativas da União Europeia em África	152
3.5. O desenvolvimento em África e a PESP.....	157
3.5.1. Conceção UE do nexos segurança-desenvolvimento	158
3.5.2. Prática UE do nexos segurança-desenvolvimento.....	164
3.5.2. Análise da documentação sobre o nexos segurança-desenvolvimento.....	168
3.5.3. A PESP na África subsaariana.....	170
3.5.4. Missões e operações PESP	171
3.5.5. Relação das missões PESP com outros actores	175
3.5.6. Como é planeado o nexos segurança e desenvolvimento ao nível UE?	177
3.5.7. O futuro da PESP em África.....	180
3.5.8. Implementar segurança para viabilizar desenvolvimento	180
3.5.9. A RSS como processo potenciador do de desenvolvimento	183
3.6. Estratégia portuguesa sobre a segurança e o desenvolvimento	199
3.7. Os apoios à Guiné-Bissau e o caso português	203
3.8. Conclusões	207

II PARTE – PRÁTICA..... 209

Capítulo 4

Metodologia da parte prática	211
4.1. Introdução	211
4.2. Obtenção de resultados / recolha de dados	212
4.3. Hipóteses empíricas	215
4.4. Métodos aplicados	216
4.5. Investigação analítica.....	225
4.5.1. Análise da documentação oficial e de bases de dados de instituições	225
4.5.2. Análise das Entrevistas.....	226
4.5.3. Condições e organização de uma Análise de Enunciação.....	232
4.5.4. Análise da Comunicação Social	233
Pré-análise	234
Exploração do Material	236
Tratamento dos Resultados obtidos e interpretação	236
4.6. Síntese.....	240

Capítulo 5

Trabalhos de campo e resultados : Estudo do caso da Guiné-Bissau.....	243
5.1. Introdução	243

5.2. Situação da Guiné-Bissau	246
5.3. Ameaças à segurança e ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.....	250
5.3.1. Tráfico de droga	250
5.3.2. Tráfico humano e migrações clandestinas	265
5.3.3. Ameaça de redes terroristas.....	279
5.4. Entrevistas.....	285
5.4.1. I Série de Entrevistas.....	285
5.4.3. III Série de Entrevistas	287
5.4.4. Análise de Enunciação de Entrevistas.....	288
5.5. Comunicação social guineense – análise de conteúdos.....	293
5.5.1. Fases da Análise	295
5.5.2. Recolha aleatória de jornais (diários e não diários) em Bissau	296
5.5.3. Leitura geral dos conteúdos	297
5.5.4. Selecção dos conteúdos relacionados com os temas	297
Tráfico de droga (variável “D”)	298
Migrações e tráfico humano (variável “M”)	298
Terrorismo (variável “T”)	298
Nexo Segurança-Desenvolvimento (variável “N”).....	299
5.5.5. Transcrição dos segmentos referentes às variáveis para “fichas de jornal” .	300
5.5.6. Cálculo da ocorrência dos temas em função do tempo (calendário) e dos acontecimentos mais relevantes indexados às notícias em estudo (“Quadro de Frequência das Edições”).	300
5.5.7. Elaboração de gráficos de frequência de aparecimento dos temas nos jornais guineenses	301
5.5.8. Interpretação	302
5.5.9. Conclusão	303
5.6. Observação dos projectos de segurança e desenvolvimento	304
5.6.1. Desenvolvimento.....	306
5.6.2. Segurança	307
5.7. Resultados.....	308
Capítulo 6	
Conclusões e recomendações	315
6.1. Introdução	315
6.2. Verificação das hipóteses teóricas e práticas.....	316
6.3. Limitações da investigação	319
Bibliografia.....	321
Anexos	345
Anexo A	
Análise das Fontes Primárias	347
Anexo B	
Análise das Entrevistas	353
Relatório n.º1	354
Relatório n.º 2	401

Relatório n.º 3	424
Relatório n.º 4	427
Fichas de análise de entrevistas	433
Matrizes para Análise de Conteúdos.....	487
Relatórios das análises das entrevistas.....	598
Quadro geral de análise de conteúdo de entrevistas	648

Anexo C

Análise da comunicação social escrita da Guiné-Bissau	691
Introdução	691
Fases da Análise.....	692
Recolha aleatória de jornais (diários e não diários) em Bissau.....	693
Leitura geral dos conteúdos	694
Seleção dos conteúdos relacionados com os temas.....	695
Tráfico de droga (variável “D”).....	695
Migrações e tráfico humano (variável “M”).....	696
Terrorismo (variável “T”).....	696
Nexo Segurança-Desenvolvimento (variável “N”)	697
Transcrição dos segmentos referentes às variáveis para as “fichas de jornal” .	697
Cálculo da ocorrência dos temas em função do tempo (calendário) e dos acontecimentos mais relevantes indexados às notícias em estudo (“Quadro de Frequência das Edições”).....	698
Elaboração de gráficos de frequência dos temas nos jornais guineenses	700
Interpretação.....	700

Índice de Figuras

1. Esquema síntese do modelo metodológico de investigação global
- 2.1. Vectores de aproximação a África
- 2.2. Grau de gravidade da segurança relativamente às ameaças das migrações clandestinas, tráfico de droga e terrorismo
- 4.1. Esquema de métodos e técnicas de observação e análise
- 4.2. Grelha categorial transversal de entrevistas sobre nexos segurança-desenvolvimento
- 4.3. Exemplo de uma ficha de jornal, utilizada na análise de conteúdos de comunicação social
- 4.4. Ocorrência de unidades de registo e de contexto
- 5.1. Tráfico de cocaína em 2007
- 5.2. Apreensões mundiais de cocaína entre 1987 e 2007
- 5.3. Apreensões de cocaína em África
- 5.4. Países de origem do tráfico de seres humanos
- 5.5. Rotas de migração de África para a Europa
- 5.6. Origem dos migrantes irregulares detidos em Marrocos em 2002
- 5.7. Migrantes detidos na Líbia entre 2000 e 2003
- 5.8. Migrantes interceptados na tentativa de chegarem à Europa
- 5.9. Origem e destino dos imigrantes presentes na Europa em 2003
- 5.10. Frequência das edições, jornais consultados
- 5.11. Gráfico de frequência de aparecimento dos temas nos jornais guineenses
- 5.12. Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal à Guiné-Bissau

Lista de siglas e abreviaturas

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AMIS: *African Mission in Sudan* (Missão Africana no Sudão)

AMISOM: *African Mission in Somalia* (Missão Africana na Somália)

APF: *African Peace Force*

APSA: Arquitectura Africana de Paz e Segurança

ASF: *African Standby Force* (Força Africana de Prontidão)

BM: Banco Mundial

CAD: Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (da OCDE)

CE: Comissão Europeia

CEDEAO: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)

CNN: *Cable Network News*

CPCC: Capacidade de Planeamento e Controlo Civil (da UE)

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

CTM: cooperação técnica militar

DDR: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

ECOMOG: ECOWAS *Cease-fire Monitoring Group*

ECOWAS: Economic Community of Western African States

EES: Estratégia Europeia de Segurança

EMCDDA: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

ENP: *European Neighbourhood Policy* (Política Europeia de Vizinhança)

EUA: Estados Unidos da América

EUFOR: Força Militar da UE

EUPOL: *EU Police Reform Mission*

EURORECAMP: *Renforcement des capacités africaines de maintien de la paix* (Reforço das capacidades africanas de manutenção da paz, pela UE)

EUSEC: *EU Security Sector Reform Advisory Mission* (Missão UE de RSS)

EUSSR: *EU Security Sector Reform Mission* (Missão UE de RSS)

FED: Fundo Europeu para o Desenvolvimento

FMI: Fundo Monetário Internacional

FOMUC: Força Multinacional na África Central

ICT: *International Institute for Counter-terrorism* (Instituto Internacional de Contra-terrorismo)

IDN: Instituto de Defesa Nacional

IES: Instituto de Estudos de Segurança (da UE)

IEEI: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

IfS: Instrument for Stability (Instrumento de Estabilidade)

IPAD: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IOM: *International Organisation for Migrations* (Organização Internacional das Migrações)

JCL: *Joint Command Lisbon* (Comando Conjunto da NATO em Lisboa)

MEDEVAC: evacuação sanitária através de meios de transporte rápidos, como helicópteros.

MINURCAT: *Mission des nations Unies à la République Centrafricaine et Tchad* (Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade)

MONUC: Missão da ONU na República Democrática do Congo

NATO: *North Atlantic Treaty Organization* (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económicos

ODM: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OEDT: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

OI: Organizações Internacionais

OIM: Organização Internacional para as Migrações

ONG: Organização não-governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

OSCE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA: Organização de Unidade Africana

PCSD: Política Comum de Segurança e Defesa

PESD: Política Europeia de Segurança e Defesa

PIC: programas indicativos de cooperação

PPUE: Presidência Portuguesa da União Europeia

RCA: República Centro-Africana

RCSNU: Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

RDC: República Democrática do Congo

RGB: República da Guiné-Bissau

RI: Relações Internacionais

RSS: Reforma do Sector de Segurança

SEF: Serviço de Estrangeiro e Fronteiras português

SGC: Secretariado Geral do Conselho (da UE)

SGNU: Secretário Geral das Nações Unidas

SHAPE: *Supreme Headquarters Allied Powers in Europe* (Supremo Quartel-General das Potências Aliadas na Europa)

SI: Sistema Internacional

TPI: Tribunal Penal Internacional

TPU/UPI: Unidade Integrada de Polícia, da Polícia Nacional Congolesa

UA: União Africana

UAV: *Unmanned Aerial Vehicle* (aeronave não-tripulada)

UE: União Europeia

UNAMID: *United Nations Mission in Darfur* (Missão das Nações Unidas no Darfur)

UNIFIL: *United Nations Interim Force in Lebanon* (Força de Transição das Nações Unidas no Líbano)

UNIOGBIS: Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

UNODC: *United Nations Office on Drugs and Crime* (Gabinete das NU para as Drogas e Crime)

UNSC: *United Nations Security Council* (Conselho de Segurança das Nações Unidas)

WEC: *Wider Europe Concept* (Conceito de Europa Alargada)

“Pedras no caminho? Apanho-as todas. Com elas farei um castelo”

Fernando Pessoa

Introdução

1. Introdução ao tema

Para quê apresentar e realizar um projecto de investigação sobre a relação entre África e a Europa e as ligações dessa relação com a segurança e o desenvolvimento? Na fase exploratória deste processo de investigação, que decorreu desde finais de 2007 até Janeiro de 2008, o problema de investigação foi identificado com a tentativa de se encontrar ligação entre a segurança da Europa e o desenvolvimento em África, versando-se essencialmente as questões ligadas ao terrorismo, às migrações clandestinas em massa e ao terrorismo, pois consideravam-se estes como factores principais de insegurança, e causa de muitos males nos dois continentes, cuja existência é facilitada pelo subdesenvolvimento.

Aceitando a premissa da realidade dos fortes laços entre a Europa e África, a existência de uma complexa interdependência entre estes continentes justificaria a intervenção para reforço das condições de vida da maior parte dos africanos (e de alguns europeus também). O desenvolvimento que se obteria iria reforçar as condições de segurança nos (e entre os) dois continentes.

Este capítulo introdutório apresenta inicialmente o enquadramento do tema deste trabalho e a sua justificação. Depois são apresentadas as perguntas de partida e as questões de investigação. Abordam-se também o objecto do trabalho e os objectivos teóricos e práticos. Após uma breve referência às hipóteses de investigação, apresenta-se a

metodologia utilizada, incluindo os modelos e técnicas. De seguida referem-se sucintamente as pesquisas realizadas, nos seus diversos níveis. Termina-se, após uma breve abordagem ao trabalho de campo, onde se referem os métodos adoptados, e se sublinha a importância para esta pesquisa da análise documental, das entrevistas e do estudo da comunicação social guineense, com uma breve síntese dos capítulos que se seguem. Esta estruturação da apresentação do trabalho de investigação utilizou uma estrutura de suporte sugerida pela Prof. Doutora Manuela Sarmiento, e explicado de forma clara e acessível no seu Guia Prático¹, o que muito se agradece.

2. Enquadramento

Este trabalho de investigação foi delimitado pelas seguintes balizas: (i) balizas teóricas: demonstrar que África, e em particular na Guiné-Bissau, são sensíveis e vulneráveis a quaisquer mudanças de segurança e do desenvolvimento na Comunidade Internacional e particularmente da UE. Como corolários demonstrar que, primeiro, investindo no desenvolvimento em África e, segundo, apoiando o levantamento de capacidades africanas de manutenção de paz, se obtém mais segurança na Europa; (ii) geográficas: este estudo debruçar-se-á sobre a UE e os Estados Africanos com especial incidência no território da Guiné-Bissau; (iii) temporais: esta investigação delimitar-se-á entre a crise da Guiné-Bissau de 1998 e a actualidade.

¹ Manuela Sarmiento. 2008. *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de teses de Doutoramento, Dissertação de mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. 2.ª Edição. Lisboa : Universidade Lusíada Editora

3. Justificação do tema

A principal questão que se pretende apresentar e desenvolver diz respeito à Europa face à crescente insegurança do Mundo². Esta questão liga-se ao fenómeno do terrorismo internacional mas também ao colapso de Estados, especialmente em África e no Oriente. A crescente insegurança dentro das suas fronteiras deve-a a Europa ao terrorismo. Mas o colapso de Estados e de economias provoca fugas em massa de pessoas que acabam por se dirigir para o “El dorado” europeu, arriscando tudo e, muitas vezes, a própria vida. Para além disso, criam-se nesses estados as condições para a proliferação de economias paralelas e ilegais, facilitando a implantação, por exemplo, de redes de traficantes de droga. Estes três tipos de ameaças (droga, terrorismo e tráfico humano) abordam a Europa, tanto vindo do Sul como de Leste. O radicalismo islâmico existe na Rússia, no Cáucaso e na Ásia central, para além do Magrebe e do Médio Oriente. Também o fenómeno de tráfico de estupefacientes e de tráfico humano (aqui em especial as migrações clandestinas) não são ameaças apenas oriundas de África. A principal rota de heroína, morfina e ópio liga o Sul da Ásia (principalmente o Afeganistão) à Europa, com entrada pela Turquia e Balcãs. As redes de tráfico humano e as simplesmente de apoio à migração clandestina estão também muito activas entre os países do Sudoeste Asiático, do subcontinente indiano e da China, e a Europa.

No entanto, de acordo com a delimitação identificada para este trabalho, o esforço de investigação e análise será conduzido sobre a incidência destes fenómenos na relação Sul-Norte, entre África e a Europa.

² Sobre os próximos anos da Política Europeia de Segurança e Defesa, ver Discurso de Javier Solana, Secretário-geral do Conselho da União Europeia e seu Alto Representante, em Paris, aquando da apresentação do livro branco da Defesa e da Segurança Nacional de França, no Palácio do Luxemburgo, a 4 de Outubro de 2007 (SOLANA, Javier. *Apresentação do livro branco da Defesa e da Segurança Nacional de França*. [em linha]. [Paris] : Palácio do Luxemburgo, 4 de Abril de 2007. [referência de 14 de Outubro de 2007]. Disponível na Internet em <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/FR/discours/96288.pdf>.).

Portanto, a questão do fracasso africano diz respeito à UE, e esta deverá investir para auxiliar os países africanos a congregarem condições para restabelecerem economias viáveis, com segurança. Não basta a fiscalização de fronteiras (“Frontex”), e o seu encerramento, “american way”. As pessoas que aparecem nas costas dos países do Sul da Europa em embarcações frágeis, já não podem fazer o caminho de volta (outros nunca o farão mesmo, pois a sua vida esgotou-se na empresa de atravessar os mares). A Comissão e o Conselho da UE trabalham para criar condições de lançamento de bases económicas e securitárias estáveis em determinados países africanos, o que poderá ser uma solução para aquelas pessoas que não têm encontrado na sua própria terra as mínimas condições de subsistência. Claro que fenómenos de falta de condições de base, a banalização da corrupção, o desconhecimento de regras básicas de “Estado de direito” e de “Democracia” podem ser obstáculos incontornáveis. Mas poderá acabar-se com grande parte das causas de inquietude securitária dentro das fronteiras da UE se, para além da sua fronteira Sul, se encontrarem Estados prósperos, com uma economia organizada e protegida por sistemas de segurança e defesa credíveis, que possam repelir as organizações terroristas, que envenenam os Estados onde se acolhem e donde partem para as agressões à Europa (tal como no Metro de Londres e nos comboios de Madrid). Como escreveu Javier Solana num seu artigo recente³, a UE continuará a preocupar-se não só com a construção da paz no mundo, mas também com a garantia de paz e segurança dentro das suas fronteiras.

As ameaças referidas, migrações clandestinas, tráfico de droga e terrorismo são fenómenos do mundo real, sobre os quais muitos debates têm decorrido. A relevância de se estudar este tema liga-se primariamente à urgência de compreender os fenómenos e de canalizar as suas energias e as suas mais-valias para aproveitamentos positivos. Por outro lado, numa outra perspectiva (que poderá ir ao encontro desta), há que estudar os objectivos dos esforços de Segurança e Defesa da Europa. Se, por um lado, na componente “segurança”, se tenta conter o fluxo e controlar os imigrantes que trabalham já (ou que simplesmente se encontram no) território europeu, e deter as redes de tráfico de droga ou

³ SOLANA, Javier. Where We Stand: From Building Peace in Europe to Being a Peace-BUILDER in the World – Taking Stock of the Union’s Foreign and Security Policy. *Social Europe* [em linha]. [referência de 15 de Outubro de 2007]. Disponível na Internet em [www.consilium.europa.eu=cms_Data/docs/pressdata/en/articles/96009.pdf](http://www.consilium.europa.eu/cms_Data/docs/pressdata/en/articles/96009.pdf).

de terrorismo, por outro tenta-se criar, através de mecanismos e capacidades de defesa, nos países de origem dessas ameaças, condições para a implementação de bases económicas e sociais propiciadores de desenvolvimento (nomeadamente os esforços no âmbito da Reforma do Sector de Segurança – RSS, e Desarmamento, Desmobilização e Reintegração – DDR, de forças armadas ou movimentos opositores de regimes em vigor). Serão assim estudados alguns casos de projectos da Comissão Europeia, no âmbito dos seus mecanismos para apoio ao Desenvolvimento, e também missões e Operações PESD no âmbito do Conselho. Parece, no entanto, que Bruxelas ainda não encontrou um caminho paradigmático, consensual, para onde canalizar todos os esforços.

Propõe-se assim estudarem-se os dois lados de um binómio: à questão do eventual desequilíbrio de segurança provocado pelas migrações em massa, pelo tráfico de droga e pelo terrorismo para a Europa contrapõe-se o outro lado, ou seja, a implementação de medidas de segurança que possam fazer frente aos problemas de desenvolvimento, criando as condições para projectos económicos, sociais e jurídicos que forneçam as bases para a criação de melhores condições de vida.

Esta questão é relevante pois novos poderes estão a emergir e novas questões pedem a intervenção da UE. Esta tem de se dedicar a ajudar a promover a emergência de uma nova ordem mundial que seja baseada em regras claras e instituições fortes, como afirmou J. Solana (2007b): “Se falharmos em levar a cabo esta tarefa tal significará que teremos de viver num mundo formatado por outros e para outros; um mundo que será sem dúvida mais instável e mais injusto”.

A Guiné-Bissau configura um país onde os três fenómenos poderão estar representados, em maior ou menor escala. Tendo sido já alvo de trabalhos específicos (Álvaro Nóbrega⁴, Guilherme Zeverino⁵, Luís Castelo Branco⁶, Carlos Lopes⁷, etc.) que,

⁴ Álvaro Nóbrega publicou, em 2003, *A luta pelo poder na Guiné-Bissau* (Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) e, em 2008, concluiu *A Africanização da Democracia na Guiné-Bissau* (dissertação de candidatura à obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais. ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa, texto policopiado, Lisboa : ISCSP), para além de muito artigos publicados sobre temáticas envolvendo África e a Guiné-Bissau.

⁵ Guilherme Zeverino publicou em 2005 *O Conflito Político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)* (Lisboa: Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento), onde demonstra claramente que “a Guiné-Bissau se

no entanto, acabavam por aflorar as questões de desenvolvimento, de segurança e mesmo do nexos entre estes dois conceitos, este país permanece fonte de inspiração para a busca de soluções para problemas que acabam, em maior ou menor grau, por afectar a quase totalidade dos países da África subsariana. O subdesenvolvimento, problema endémico da África subsariana, é especialmente grave na Guiné-Bissau, um dos países com mais baixo registo na escala mundial de desenvolvimento. A escolha que o investigador fez deste país para estudo de caso prende-se essencialmente com a visibilidade da relação entre segurança e desenvolvimento neste país, tornando-o caso paradigmático. Adicionalmente, é claramente visível a interdependência entre África e a Europa, nos aspectos económico e de segurança, especialmente. E esta relação é ainda mais aparente quando se abordam problemas relacionados com as redes do crime organizado. Assim, a Guiné-Bissau tornou-se naturalmente um estudo de caso atractivo e contendo todos os ingredientes que o investigador considerou um bom desafio.

4. O problema da pesquisa

Com a pergunta “Pode o desenvolvimento de África implicar reforço de segurança na Europa?” vou tentar demonstrar que a solução para a crescente insegurança da UE que é atribuída ao tráfico de droga, à imigração clandestina e ao tráfico humano e ao terrorismo se encontra centrada no binómio “Segurança – desenvolvimento”. Quer isto dizer que, pela criação de condições de estabilidade social e económica, negar-se-á África às redes

contra num nível de subdesenvolvimento muito grande (...)” condicionando “a sua capacidade para resolver por vias não violentas os conflitos sociais” (p.131).

⁶ Luís Castelo Branco, profundo conhecedor de África, dedica a sua actividade de edição essencialmente a Moçambique. No entanto, conjuntamente com Guilherme Zeverino, publicou em 2000 um interessante estudo sobre o acto eleitoral de 1999 e 2000 e as actividades desempenhadas pelos observadores do acto eleitoral, *Guiné-Bissau – a Missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000. A participação Portuguesa*. (Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa).

⁷ Carlos Lopes publicou em 1982 uma monografia, *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*, (Lisboa : Edições 70), que consiste, doutrinariamente, numa explicação marxista dos profundos problemas que afectam a Guiné-Bissau.

clandestinas do crime organizado, promovendo-se, ao mesmo tempo, o desenvolvimento. Para isso não apenas a Comunidade Internacional como um todo, mas UE em particular, deve fazer um grande investimento a Sul (e durante bastante tempo), ajudando não só os países do Magreb como muito especialmente os subsaarianos mais frágeis. Mas a simples injeção de recursos financeiros ou de outro tipo de ajuda (como a alimentar e a sanitária) não é garantia de criação de tais condições, como se tem observado no Sudão, na Somália, no Chade, na Costa do Marfim, e noutros pontos de África. Adicionalmente, a UE, interessada no desenvolvimento e segurança do seu flanco Sul, deve empregar meios que permitam o levantamento de estruturas de segurança e defesa nos países mais fragilizados, para além da necessidade de criação do Estado de Direito e das respectivas estruturas judiciais. A implementação de projectos de educação para a cidadania, mais do que a injeção forçada de um regime democrático em sociedades que, à partida, o não entendem, será outra das condições, cujos efeitos se poderão ver a médio prazo.

5. O objecto do trabalho. Objectivos teóricos e práticos

O objecto deste trabalho é a Guiné-Bissau. Mas, de uma forma mais específica, poderá ser o seu subdesenvolvimento. Desse subdesenvolvimento decorrem todas as situações de insegurança, de emigrações sem condições, de estabelecimento de redes ilícitas. A minimização desse subdesenvolvimento poderá garantir melhores condições de segurança e um aumento qualitativo do nível de vida das populações.

Quais os propósitos e as finalidades desta investigação? Este trabalho procura identificar soluções para os problemas de segurança a três níveis: internacional, regional e local (na Guiné-Bissau). Como se identificaram três factores como principais variáveis para a criação de instabilidade - migrações clandestinas, redes de droga e terrorismo – serão essas variáveis estudadas nesses três níveis. Assim, os objectivos teóricos prendem-se com a necessidade de encontrar uma teoria que satisfaça as necessidades de busca de uma solução para os problemas de segurança comuns a África e à Europa. Os objectivos

práticos serão a identificação de projectos operacionais que, levados a cabo na Guiné-Bissau, contribuam para o fim da insegurança e para a estabilidade política, económica e social naquele país.

6. Hipóteses de investigação

O fundamento desta investigação pode encontrar-se na seguinte pergunta: **A teoria da interdependência complexa valida a existência de uma relação entre a insegurança e o subdesenvolvimento, entre a Guiné-Bissau e a Europa?** Assim, este trabalho pretende desenvolver os seguintes contribuições, que se materializarão em tarefas a executar para confirmação (ou negação) da questão acima:

- **Confirmar a existência de uma ligação forte entre segurança e desenvolvimento** e aplicá-la à relação entre a Europa e África, de acordo com a teoria da interdependência complexa, desenvolvida por Keohane e Nye⁸;

- **Demonstrar que o desenvolvimento em África conduzirá ao reforço de segurança da UE;**

- **Identificar as sinergias entre segurança e desenvolvimento** que poderão contribuir para a paz e estabilidade na República da Guiné-Bissau.

⁸ A Teoria da Interdependência Complexa foi desenvolvida por Robert Keohane e Joseph S. Nye Jr. no âmbito da criação do neoliberalismo, de que são também fundadores. A sua obra “Power and Interdependence” publicada pela primeira vez em 1977 (A 3.^a edição, aqui citada, é de 2001, Harvard : Harper Collins Publishers) trata essencialmente dos fundamentos dessa teoria neoliberal mas desenvolve a ideia da interdependência entre os Estados. Não negando a validade dos postulados neorealistas de que (i) os Estados são unidades coerentes e os actores dominantes nas relações internacionais, (ii) a força é um instrumento da política apropriado e eficaz e (iii) a assumpção de que existe uma hierarquia na política internacional, aqueles autores afirmam que a sua teoria da interdependência complexa chega mais perto da realidade do que o próprio neo-realismo. Ou seja, para Keohane e Nye existe, para além da relação westfaliana entre os Estados, que não deixam de valorizar, um outro conjunto de ligações entre os Estados, numa panóplia que vai desde a relação informal entre os Estados até ao papel das empresas multinacionais e organizações. Para além de postularem a validade deste conjunto de ligações entre os Estados, os autores da Interdependência Complexa defendem também que não há uma hierarquia entre os instrumentos postos ao dispor dos actores nestas relações (op. cit., pp. 20-25). Ou seja, o instrumento militar – para os neo-realistas a forte ferramenta das relações externas – não é a ferramenta prioritária das relações externas, mas apenas uma entre muitas outras, igualmente válidas. Finalmente, afirma que os Estados não recorrem ao uso da força quando prevalece a Interdependência Complexa (Op. Cit., p. 21)

Os problemas de insegurança no mundo estão profundamente relacionados com as questões de desenvolvimento. Daqui se poderá deduzir a formulação de uma **hipótese**, que servirá para justificar o desenvolvimento dos trabalhos teóricos: **“Onde houver subdesenvolvimento haverá com certeza questões de segurança a resolver.”** Visto de outro modo, grandes males que afectam o mundo poderão ser minimizados se forem atacadas as suas origens. E estas passam, quase sempre, pela existência de condições de subdesenvolvimento propícias à instalação de redes ilícitas. Este poderá ser um dos problemas da Guiné-Bissau.

Como **hipótese prática**, identificou-se: **“Anuladas as redes ilícitas (droga, migrações e outras) estarão criadas as condições para se levarem a cabo projectos de desenvolvimento que criarão condições de vida, bem-estar e segurança.”**

Alguns desses projectos foram já lançados na Guiné-Bissau. Existirão indícios de que o seu sucesso prepara a Guiné-Bissau para uma nova era de tranquilidade e prosperidade? Foram feitos esforços, com bons resultados, para fundir projectos de desenvolvimento com os de segurança? Existe consciência de que essa fusão será rentável para todos? Os primeiros resultados dos projectos de desenvolvimento e de segurança têm feito diminuir os valores das variáveis “emigrações clandestinas”, “tráfico de droga” e “ameaça do terrorismo”? A segurança europeia tem sentido esta mudança positiva? Estas questões abrem o caminho para a investigação que se apresenta de seguida.

7. Metodologia

Após se terem analisado os trabalhos dos autores que mais se dedicaram à problemática da governação global, da interdependência complexa e da relação entre segurança e desenvolvimento, esta investigação procurou, no terreno, verificar a concretização com sucesso do que tinha sido teorizado, tentando uma abordagem do trabalho com alguns aspectos inovadores. Assim, foram observadas as variáveis desenvolvimento e segurança; os dados foram recolhidos de documentação da ONU, da

UE e tabelas estatísticas do SNE. Os dados foram também recolhidos com recurso a entrevistas, escritas ou orais, gravadas, tanto em Lisboa, como em Bruxelas e em Bissau.

Como é que foram alcançadas as respostas? A abordagem desta questão foi fundamentalmente dedutiva, embora complementada com a análise de toda a documentação produzida na União Europeia e na União Africana (e outras organizações internacionais), para além de entrevistas a entidades e académicos responsáveis ou peritos das áreas em estudo. Como o objectivo foi de tentar esclarecer qual a melhor via para a criação de condições de segurança, na Europa, e condições socio-económicas em África, que contrariem as actuais tendências devidas ao terrorismo, às migrações em massa e ao terrorismo, a abordagem dedutiva foi sempre que possível baseada nas opiniões expressas pelos líderes europeus e africanos, e nos respectivos planos de acção sobre a matéria (quando havia).

Nesse sentido adoptou-se uma abordagem (ou estratégia) que se identifica com uma das perspectivas de investigação identificadas por António José Fernandes⁹, a *perspectiva das tendências individuais*. Esta fundamenta-se no princípio de que as acções políticas, económicas, sociais e culturais têm sempre origem em homens individualmente considerados. Assim, esta estratégia de investigação e análise consistiu, neste estudo, em averiguar a posição do indivíduo face aos problemas sobre os quais incide a investigação e muito em especial a sua sensibilidade para a relação entre segurança e desenvolvimento.

Por outro lado, também a perspectiva racionalista acaba por ser utilizada neste trabalho, pois busca-se de alguma forma as razões que levam os actores políticos à tomada de decisões com vista a “maximizar os resultados em face do mundo real que constitui o ambiente dessas mesmas decisões”.¹⁰

A perspectiva sistémica¹¹ também se revelou útil neste trabalho. O sistema a que se aplica esta abordagem tem como elementos a segurança e o desenvolvimento, numa

⁹ António José Fernandes. 1995. *Métodos e Regras para Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*. Porto : Porto Editora, p. 147.

¹⁰ *Idem*, p. 149

¹¹ A perspectiva sistémica foi desenvolvida por Jean-William Lapierre e publicada em 1979 (*L'Analyse des Systèmes Politiques*. Paris: Editions PUF). Conforme A. Fernandes, “Partindo do conceito de sistema, entendido como um «conjunto de elementos independentes», Lapierre conclui que, no estado actual do

relação biunívoca e afectada pelas variáveis materializadas pelas três ameaças em consideração (droga, migrações clandestinas, terrorismo). Este sistema é teatro de uma corrente de comunicações, permanentes e sem interrupções¹². Nesta perspectiva, “um fenómeno, facto ou acontecimento é sempre o resultado da interacção de vários factores e implica o contributo dos diferentes sistemas que integram a sociedade global¹³”.

Assim, em concreto, foi proposto realizarem-se os seguintes conjuntos de tarefas, em princípio pela ordem indicada, mas sem perder de vista o carácter iterativo deste processo de investigação, ou seja, sempre que necessário e vantajoso, voltou-se atrás para adaptar a abordagem de uma das tarefas a novos elementos entretanto surgidos, processo que permitiu aperfeiçoar as ferramentas de trabalho:

- Recolha de dados sobre (i) tráfico de droga, migrações clandestinas / tráfico humano, terrorismo, (ii) problemas internos de segurança da UE, (iii) projectos de desenvolvimento em África;

- Entrevistas conduzidas junto de figuras relevantes, da ONU, da UE - tanto a nível da Comissão como do Conselho -, da União Africana e de outros actores relevantes, africanos e não africanos, como o novo Comando Estratégico Norte-americano

conhecimento sociológico, podemos decompor analiticamente qualquer sociedade global em cinco sistemas principais” (A. Fernandes, *Op. Cit.*, p. 160). Os sistemas de Lapierre são biossocial, ecológico, económico, cultural e político. “Entre estes sistemas existe uma interacção permanente, já que o homem reproduz a sua espécie, vive em determinado espaço geográfico, produz e consome, relaciona-se com o seu semelhante e toma decisões obrigatórias e irresistíveis” (A. Fernandes, *Op. Cit.*, p.161). A. Fernandes afirma que o desenvolvimento da perspectiva sistémica de investigação e análise “veio acentuar a importância das estruturas políticas, económicas, sociais e culturais na produção de fenómenos” (p. 162). Se por um lado os fenómenos resultam da acção do homem, por outro, as suas acções serão condicionadas pela sociedade a que pertence e pelo seu meio ambiente. Assim, a perspectiva sistémica “permitiu compreender que a produção de um fenómeno, facto ou acontecimento, é sempre o resultado da interacção de vários factores e implica o contributo dos diferentes sistemas que integram a sociedade global” (A. Fernandes, *Op. Cit.*, p. 163). Outro autor que se dedicou à aplicação da análise sistémica à ciência política foi David Easton. Publicou em 1965 duas obras sobre este método (*A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall; *A Systems Analysis of Political Life*. New York: Wiley). Easton foi descrito como um dos primeiros revolucionários behavioristas na ciência política. Inicialmente, procurava encontrar métodos que facilitassem a análise de grandes quantidades de dados produzidos pela investigação na área das ciências sociais. Argumentava que era necessário criar uma ciência de estudos políticos adequada à produção de conhecimento sobre os fenómenos sociais e que o propósito das regras científicas era tornar possível a descoberta de uma teoria política altamente generalizada.

¹² *Idem*, p. 162.

¹³ *Idem*, p. 163

AFRICOM; também junto de entidades portuguesas ligadas à segurança e defesa ou ao desenvolvimento.

-Recolha de amostras de comunicação social escrita da Guiné-Bissau, num determinado período;

- Análise de dados;

- Resultado esperado.

8. Modelos metodológicos da investigação. Técnicas de investigação

Para além da investigação feita à literatura que se tem publicado sobre o assunto, a observação e a análise deste trabalho de investigação incidiu essencialmente sobre um conjunto de métodos e técnicas divididos pelas principais fases em que se dividiu a investigação, a fase exploratória, a fase analítica e a fase da elaboração das conclusões. Vejamos sucintamente os objectivos e as tarefas realizadas no âmbito de cada uma dessas fases ou períodos.

No **período de investigação exploratória**: Em primeiro lugar, foi identificado o problema e delimitada a área de intervenção da investigação, assim como o período de observação. Passou-se depois ao estudo das teorias explicativas, tendo sido estudados os autores que propunham explicação para os fenómenos em estudo. Inicialmente a Teoria da Interdependência Complexa, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph S. Nye Jr., parecia dar um bom e exaustivo suporte teórico para o problema da insegurança crescente na Europa e a sua ligação com o sub-desenvolvimento africano.

No entanto, como os próprios autores haveriam de reconhecer anos após o primeiro enunciado da teoria, a interdependência complexa existe, com propriedade, entre actores do mesmo nível de desenvolvimento, não sendo muito útil noutro tipo de dependências, como aquelas que se verificam, numa generalização talvez um pouco injusta, entre o Norte, rico e seguro, e o Sul, com problemas de insegurança e de subdesenvolvimento. No

entanto, a Interdependência complexa não deixou de ser um instrumento utilizado nesta investigação e mesmo com alguma utilização, embora reduzida.

A solução para se encontrar uma ferramenta teórica mais adequada veio ainda de outro neo-liberal, Mark Duffield¹⁴, teórico da “Paz Liberal” e que estudou a fundo a questão do nexo entre segurança e desenvolvimento, binómio fulcral neste trabalho. Apresentando com muita clareza a ideia de que “Hoje em dia, as preocupações com a segurança já não são limitadas somente pelo perigo da guerra convencional entre Estados”, Duffield afirma que a “ameaça de um Sul excluído a fomentar a instabilidade internacional através de conflitos, actividades criminais e terrorismo é agora parte de um novo quadro de segurança.”¹⁵

Neste período foram também recolhidos elementos sobre as políticas e doutrinas de intervenção de instituições e organizações internacionais, Estados e outros actores do Sistema Internacional. Assim, o *corpus* doutrinário da UE relativo ao nexo segurança/desenvolvimento foi considerado relevante, assim como iniciativas doutrinárias levadas a cabo por outros actores, a diversos níveis, como a ONU, Portugal, etc. A implementação destas doutrinas no terreno foi considerada, mas a sua análise completa foi deixada mais tarde, realizada durante a fase da investigação analítica.

Ainda neste período, foram estabelecidos contactos preparatórios com entidades e pessoas que, no entender do investigador, poderiam dar contributos ou orientações para o esforço de pesquisa de dados, ou ainda, que pudessem dar apoio às estadias na Guiné-Bissau planeadas pelo investigador.

No **período de investigação analítica**: neste período decorreram três tipos de trabalho de observação e estudo.

¹⁴Mark Duffield. 2001. *Global Governance and the New Wars – The Merging of Development and Security*. London : Zed Books.

¹⁵ Mark Duffield, *Op. Cit.*, p. 2. Tradução livre do autor. No original: “Today, security concerns are no longer encompassed solely by the danger of conventional interstate war. The threat of an excluded South fomenting international instability through conflict, criminal activity and terrorism is now part of a new security framework.”

O primeiro foi a observação documental, recorrendo-se a fontes documentais directas e indirectas¹⁶ e à análise dos documentos, com recursos aos métodos tradicionais (análise interna e análise externa) e também ao método quantitativo moderno – a análise de conteúdos. Foi possível aceder a documentos sobre os três fenómenos identificados como ameaças comuns a África e à Europa – narcotráfico, migrações ilegais e tráfico humano, terrorismo – e também àqueles que davam corpo a estratégias de instituições e organizações internacionais, como foi o caso do nexo segurança-desenvolvimento na Comissão Europeia, que mais à frente se escarpelizará.

O segundo tipo de trabalhos materializou-se nas várias oportunidades de observação directa, na Guiné-Bissau, na sua vertente mais intensiva, ou seja, com recurso a entrevistas, utilizando-se o estudo das respostas para executar medição das atitudes, e para se obterem inferências e informações úteis. Foi utilizada a técnica da análise da enunciação, que será descrita em pormenor na Parte Prática deste texto. Também se recorreu à observação participante, caso das visitas do investigador à Guiné-Bissau, incluindo a participação como observador dos processos eleitorais na Guiné-Bissau. Esta abordagem confirmou ser considerada importante, pois permitiu retirar informações muito úteis, não só da descrição dos contextos, como, para o eventual leitor deste texto, para “desenvolver *experiências vicárias* para o leitor, para lhe dar a sensação de “estar lá”, como nota Robert E. Stake.¹⁷

O terceiro tipo foi a leitura e análise dos meios de comunicação social escrita da Guiné-Bissau. Inicialmente, não parecia muito relevante, este trabalho. A comunicação social escrita da Guiné-Bissau é muito opinativa, ou seja, os jornalistas são mais do que o transmissor da mensagem, são muitas vezes o seu emissor. Mas isto também revela o

¹⁶ Consideraram-se fontes directas aquelas que tratam directamente dos assuntos que são parte da investigação. Estas tanto podem ser fontes primárias – caso dos relatórios da ONU, da UE, do Observatório da Droga ou do Departamento de Estado dos EUA – como secundárias, caso de autores, como Belachew Gebrewold, professor de Política Africana da Universidade de Innsbruck, Áustria, cujos trabalhos são dirigidos para a análise das migrações e tráfico humano de África para a Europa, uma das vertentes de investigação desta dissertação (Cf. Belachew Gebrewold (Ed.). 2007. *Africa and Fortress Europe – Threats and Opportunities*, Chippenham (UK) : Ashgate). As fontes indirectas não versam fundamentalmente o assunto em estudo, mas contêm elementos que poderão ser utilizados na investigação.

¹⁷ Robert E. Stake. 2009. *A Arte da Investigação com Estudo de Casos*. 2.ª edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, p. 79.

empenhamento da comunicação social e dos seus agentes nos assuntos do país. Após a primeira leitura do *corpus* seleccionado (cerca de 80 exemplares de diversos jornais) foi possível antever a riqueza de dados que seria possível extrair desse material. Assim, este estudo, adoptando o sistema de análise de comunicações proposto por Laurence Bardin¹⁸. Essencialmente, este sistema codifica e quantifica os dados e produz uma informação matemática que pode ser trabalhada de várias formas. Foi assim possível extrair informação muito útil, que se poderá observar no Capítulo 6.

Na **fase conclusiva**: Foram extraídos os resultados obtidos das diversas fases da investigação, que passaram a dar corpo às duas partes em que se divide este texto, a Parte teórica e a Parte Prática. Na primeira foram incorporados os resultados da leitura e dos estudos feitos às teorias explicativas e seus principais autores, para além das teorias e autores concorrentes. Deram também corpo à Parte Teórica os resultados da análise da documentação sobre doutrina e estratégia das instituições internacionais, organizações relevantes e de alguns países. Na parte prática foram incluídas as análises feitas aos métodos práticos a aplicar aos dados recolhidos, numa primeira abordagem, o que se pode verificar no capítulo 4. De seguida deram corpo a outro capítulo, o capítulo 5, os dados e resultados obtidos com o estudo das fontes primárias, documentação oficial sobre as questões de insegurança comuns à Europa e a África, ou seja as ameaças acima enunciadas. A análise das entrevistas constitui outra parte importante da fase conclusiva, pelo que ocuparam também uma parte importante do capítulo 5, assim como a análise da imprensa escrita. A Observação participante, ou seja, as impressões recolhidas localmente, em Bissau, em Bafatá, Mansôa e Quinhamel, constituíram também um importante corpo de informações, reflectindo-se nos conteúdos desse mesmo capítulo 5.

Em baixo pode observar-se a Figura 1 contendo um esquema síntese do modelo de investigação global desta tese.

Vejamos, com um pouco mais de detalhe, as tarefas realizadas nestas três fases dos trabalhos, que acabámos de referir.

¹⁸Laurence, Bardin. 2008. *Análise de Conteúdo*. Lisboa : Edições 70

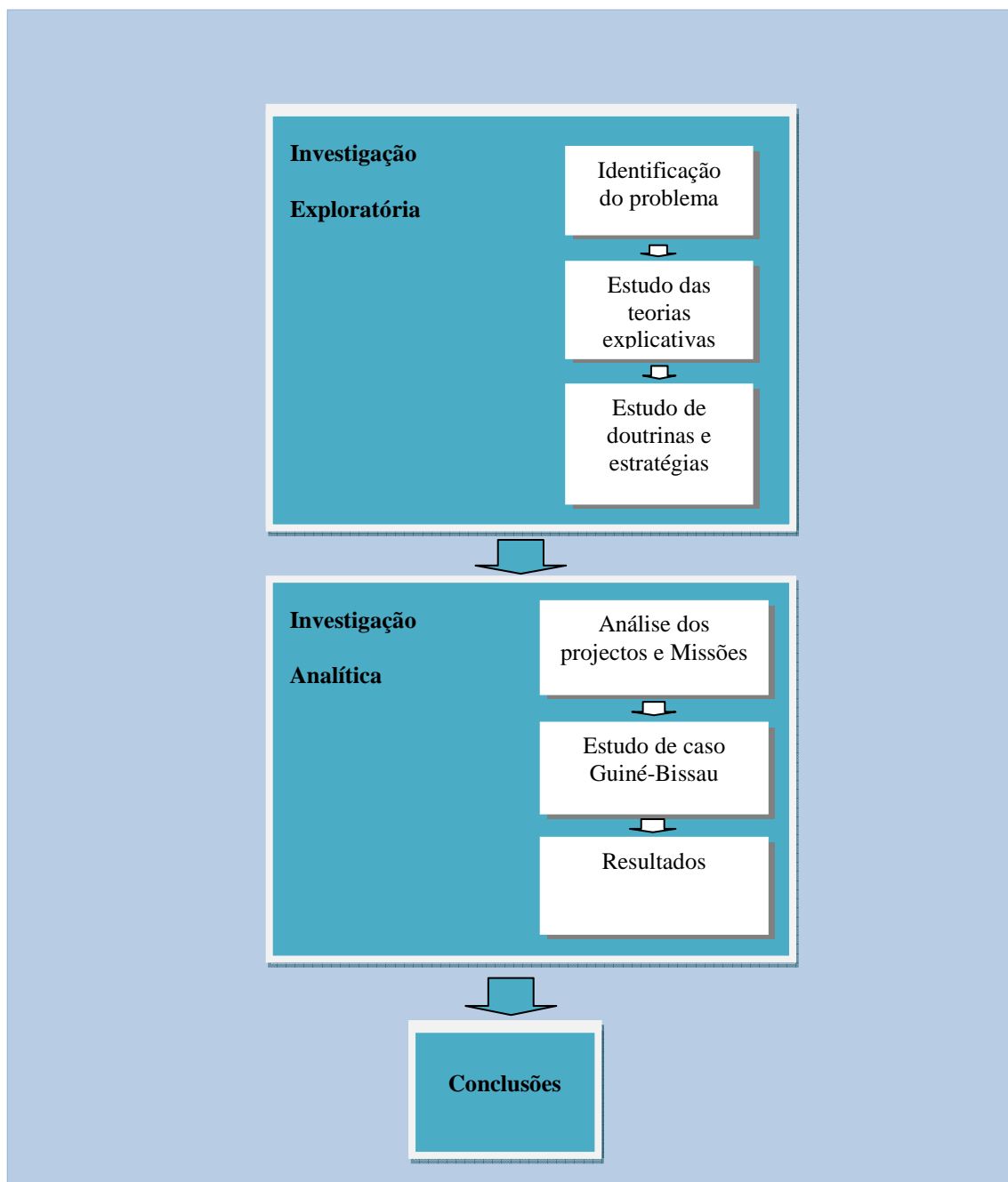


Figura 1: Esquema síntese do modelo metodológico de investigação global desta tese

8.1. Período da investigação exploratória

Na fase exploratória da investigação foi identificada a questão de investigação: existe um problema de segurança transversal à UE e a África, que tem como factores principais o tráfico de droga, as imigrações ilegais e o terrorismo. A formulação das questões de investigação levou às seguintes perguntas: Poderá a ajuda ao desenvolvimento em África reduzir os problemas que aqueles factores comportam? Ou, dito de outra forma, poderá o desenvolvimento reforçar a segurança? Como fazê-lo no caso da Guiné-Bissau?

Os objectivos de investigação identificados foram: (i) demonstrar que existe uma relação profunda entre o que se passa em África e na Europa, demonstrando-se a validade da teoria da interdependência complexa; (ii) demonstrar que a relação entre segurança e desenvolvimento pode ser operacionalizada em África, nomeadamente na Guiné-Bissau, com imediatos benefícios para a União Europeia e para a Comunidade Internacional.

Para esta investigação ser levada a bom termo foi identificado como necessário fazer-se não só uma revisão de literatura (estudo das teorias explicativas), ou pesquisa bibliográfica, como também estudar as doutrinas e estratégias exaradas em documentos dos actores do Sistema Internacional, como as Nações Unidas, a UE, a UA, a OSCE, etc. (pesquisa documental). Esta pesquisa documental foi conduzida em duas frentes: (i) leituras das **fontes secundárias**, essencialmente procurando-se as confirmações teóricas da existência de forte sinergia entre processos de segurança e os de desenvolvimento; (ii) análise de **fontes primárias**, com especial incidência sobre documentação da UE, da ONU, da Guiné-Bissau e portuguesa, procurando-se verificar se se procura utilizar as vantagens da relação entre segurança e desenvolvimento para resolver problemas de segurança europeus e de fragilidades africanas, especialmente na Guiné-Bissau. Outras fontes ficaram disponíveis ou foram abordadas mais tarde, como as entrevistas e a análise da imprensa escrita guineenses.

O investigador tirou também partido do seu conhecimento anterior sobre os temas, especialmente no que concerne ao conhecimento interno das principais organizações internacionais relevantes para este estudo (ONU, NATO, UE, etc.), assim como a familiarização com o terreno, no que diz respeito ao estudo de caso. O recurso a dados secundários disponíveis, como os incluídos nos estudos de Álvaro Nóbrega, Luís Castelo Branco e Guilherme Zeverino, cujas obras foram referidas acima, entre outros, foi também muito útil.

As etapas do período exploratório acima descritas permitiram a formulação da hipótese seguinte: os projectos que aliam segurança e desenvolvimento na Guiné-Bissau poderão contribuir para a segurança na Europa, diminuindo a ameaça de terrorismo, tráfico de droga e migrações clandestinas em massa.

Em suma, na fase exploratória foram estudados documentos que demonstraram que existe tráfico de droga, migrações clandestinas em massa e possibilidades de a Guiné-Bissau se tornar eventualmente uma base de terrorismo, todas estas variáveis contribuindo para o clima de insegurança no país e na região.

8.2. Período da investigação analítica

Nesta fase da investigação, a metodologia seguida permitiu recolher informações junto do Secretariado Geral do Conselho (SGC) da UE, da Comissão Europeia (COM), do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), das autoridades da República da Guiné-Bissau (RGB) e de elementos de missões internacionais naquele país. Esses elementos foram recolhidos em gravações de som, por meios informáticos e pelo tradicional recurso a lápis e papel, no caso de entrevistas em que o entrevistado não permitia gravação de som, nem emitia opiniões escritas. A investigação foi principalmente conduzida através de conversas e entrevistas a entidades oficiais e actores no terreno, em Bissau, procurando-se verificar que onexo segurança-desenvolvimento é compreendido e utilizado a favor dos projectos em que esses responsáveis ou actores se envolvem. De

seguida foi feita a análise quantitativa e qualitativa desses elementos, sendo os resultados interpretados no capítulo 5.

Um aspecto importante desta fase de investigação prende-se com a análise dos resultados, esperados e alcançados, com as diversas missões lançadas no âmbito de projecto de desenvolvimento ou de segurança, como é o caso das missões relativas a desenvolvimento, do primeiro pilar da UE (Comissão) e aquelas relacionadas com segurança e defesa, do segundo pilar (PESC/PESD).

Considerou-se terminado o trabalho de campo que encerrou a fase de investigação após a terceira campanha de visitas. Estas visitas tiveram lugar na Guiné-Bissau em Janeiro e Fevereiro de 2009 e, mais tarde, nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2009, onde foram contactados autoridades locais, monitores do processo eleitoral e elementos da população.

8.3. Fase conclusiva

Na fase das conclusões, foi feita a confirmação das hipóteses, onde se evidenciou que os projectos que aliam segurança e desenvolvimento poderão contribuir para a segurança da Europa, diminuindo a ameaça do terrorismo, do tráfico de droga e das migrações clandestinas. Esta confirmação foi estabelecida através do emprego de vários métodos, tanto durante a fase de pesquisa como na de análise. Empregou-se especialmente o dedutivo, havendo também apoio do método sistemático e método de observação directa (outras abordagens metodológicas, como a crítica e a histórica, acabaram também por se revelar úteis em algumas partes do processo de investigação)¹⁹.

Nesta fase também se verificaram os objectivos que tinham sido identificados na fase de investigação exploratória, ou seja, (i) **foi demonstrado que existe uma relação**

¹⁹ António José Fernandes, *op. cit.*, pp. 164-181.

profunda entre o que se passa em África e na Europa, provando-se a interdependência complexa; (ii) demonstrou-se que a relação entre segurança e desenvolvimento pode ser operacionalizada em África, e nomeadamente na RGB, com benefícios imediatos para a UE.

Discutiram-se ainda todos os aspectos dos resultados alcançados, inserindo-se comentários de autores que se debruçaram sobre esta matéria, desde Duffield, Keohane e Nye, passando pelas autoridades e teóricos responsáveis pela identificação de estratégias de grandes organizações internacionais, e contando também com a intervenção de peritos em segurança-desenvolvimento, como Fernanda Faria²⁰, Charles Goerens²¹ e outros.

9. Síntese dos capítulos da tese

Após se ter apresentado, neste capítulo denominado *Introdução*, o tema deste trabalho, o problema de pesquisa, as questões de investigação, as hipóteses e a metodologia, o capítulo 1, que se segue e que abre a I Parte deste texto (Parte Teórica), apresenta a metodologia aplicada à primeira fase da investigação, de características essencialmente teóricas, portanto debruçando-se sobre as hipóteses teóricas e os métodos seguidos.

De seguida, o capítulo 2 trata da revisão da literatura, debruçando-se especialmente sobre as grandes teorias que enquadram o tema a tratar e dirigindo-se para uma análise

²⁰ Fernanda Faria é investigadora do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (EEEI) de Lisboa e do European Centre for Development Policy Management (ECDPM) de Maastricht. Conjuntamente com Patrícia Magalhães Ferreira, publicou em 2007 *Situations of Fragility – Challenges for an European Response Strategy* (Maastricht, Lisboa: ECDPM, IEEI) um estudo preparado por aquelas instituições para o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) por ocasião da II Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorreu no segundo semestre de 2007. Este estudo trata da eficácia da UE nas questões de segurança e de desenvolvimento, área em que ambas as autoras se têm especializado.

²¹ Charles Goerens é também especialista da relação entre segurança e desenvolvimento. Cf. Charles Goerens. 2007. Sécurité et développement de l’Afrique : une nouvelle approche pour l’UE. *Cahier de Chaillot n.º 99*, Paris : Institute d’études de sécurité.

crítica da obra de Mark Duffield, de Keohane e de Nye. O trabalho inicial foi dirigido para o estudo da teoria da interdependência complexa, como um ramo da teoria neoliberal, como postulado essencialmente por Keohane²². No entanto, no decorrer deste estudo veio a descortinar-se o interesse do estudo da relação entre segurança e desenvolvimento, tal como Mark Duffield, outro neoliberal, a desenvolveu, adoptando-se então o nexo segurança-desenvolvimento como conceito principal, embora não se retirando interesse ao emprego da interdependência complexa como teoria de suporte para o estudo de caso em apreço.

O capítulo 3, versando também a revisão da literatura, ou seja, continuando o trabalho de investigação ao nível teórico, fá-lo num nível menor, não tanto já do debate das grandes ideias, mas mais dirigido à análise das pequenas teorias e muito concretamente dos documentos que tratam a doutrina e estratégias ONU, UE, UA, etc. Visa também a documentação operacional sobre as actividades dessas grandes organizações em regiões frágeis, como em África.

Já dentro da parte prática, a II Parte, o capítulo 4 faz a ponte entre a revisão da literatura, executada nos dois capítulos anteriores, e a prática. Aqui será feita uma descrição precisa do problema, dos métodos, das técnicas, dos instrumentos de pesquisa, materiais e equipamentos utilizados nos trabalhos.

Finalmente, no capítulo 5 trata-se essencialmente da parte prática, onde se descreve o trabalho executado sobre os documentos, considerados fontes primárias, visando extrair-lhes informação útil sobre o tema. Incluem-se também o planeamento das visitas ao terreno e as diligências realizadas na Guiné-Bissau, em Portugal e em Bruxelas, assim como os resultados. Tratam-se as entrevistas, tanto as realizadas *in loco*, na Guiné-Bissau, como as obtidas noutros locais e por meios diversos. Enunciam-se os resultados do estudo feito à comunicação social escrita da Guiné-Bissau. Finalmente, dissecam-se também, embora de forma sucinta, os principais programas de desenvolvimento e de segurança em curso (ou já

²² Após a publicação, em 1984, da sua obra *After Hegemony (After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy)*. Princeton: Princeton University Press), Robert Keohane passou a estar permanentemente associado com a teoria do institucionalismo neoliberal nas relações internacionais.

terminados) na Guiné-Bissau, pelos diversos actores presentes (ou já saídos) e os resultados obtidos.

Para terminar, o capítulo 6 apresenta algumas reflexões, deduzidas dos trabalhos que compuseram esta investigação, e propõe algumas recomendações, depois de ter apresentado algumas considerações relacionadas com a verificação das hipóteses apresentadas no início deste trabalho.

I PARTE – TEÓRICA

Capítulo 1

Metodologia da parte teórica

1.1 Introdução

Poderá postular-se como hipótese teórica que “**onde houver subdesenvolvimento haverá com certeza questões de segurança a resolver**”. A hipótese anteriormente apresentada, de cariz prático, referia que a criação de melhores condições de segurança e desenvolvimento diminuiria as probabilidades de constituírem factores de instabilidade securitários o tráfico de droga, as migrações clandestinas (e o tráfico humano) e a ameaça das redes terroristas, não só na Europa, mas também em África. Conforme afirmado na Introdução deste trabalho (p.6), anuladas as redes ilícitas (droga, migrações e outras) estarão criadas as condições para se levarem a cabo projectos de desenvolvimento que propiciarão melhoria do nível de vida, bem-estar e segurança. A sua verificação assentava essencialmente em abordagens práticas no terreno e posterior trabalho de análise em gabinete.

No entanto, numa perspectiva essencialmente teórica, o estudo das grandes teorias e dos analistas que se dedicaram a aspectos de governação global permitiriam eventualmente provar, pelos seus testemunhos ou pelo registo de demonstrações práticas, que esse processo de governação global, baseando-se na ligação necessariamente existente entre todos os actores do Sistema Internacional (ligação que aqui se optou por referir como interdependência complexa), criava as condições para o sucesso dos projectos de desenvolvimento e segurança que, se fundidos em iniciativas únicas “segurança-

desenvolvimento”, permitiriam anular as três grandes variáveis de ameaça à segurança – o tráfico de droga, as migrações ilegais e a ameaça do terrorismo. Assim sendo, foi considerado útil inserir este capítulo de metodologia da parte teórica.

Em suma, no plano teórico, esta investigação pretendeu desenvolver as seguintes contribuições: (i) Confirmar a existência de uma ligação forte entre segurança e desenvolvimento e aplicá-la à relação entre a Europa e África, de acordo com a teoria da interdependência complexa de Keohane e Nye²³; (ii) Demonstrar que o desenvolvimento em África conduzirá ao reforço da segurança na União Europeia, e (iii) Identificar, de uma forma mais teórica, as sinergias entre segurança e desenvolvimento que poderão contribuir para a paz e estabilidade na Guiné-Bissau, de acordo com o trabalho desenvolvido por Mark Duffield²⁴.

1.2 Hipóteses teóricas

Relembra-se que a hipótese teórica, já colocada acima, será **“onde houver subdesenvolvimento haverá com certeza questões de segurança a resolver”**. Esta é a hipótese que, de alguma forma, materializa a parte teórica deste trabalho. No entanto desta se poderão retirar alguns corolários com de seguida se descreve.

Existe, por um lado, uma ligação forte entre segurança e desenvolvimento, especialmente na relação entre a Europa e África, de acordo com os estudos de Mark Duffield, que afirma que a solução para os grandes problemas que advêm das mudanças de regime no Sistema Internacional, como preconizado por Keohane e Nye na teoria da interdependência complexa, passará pela operacionalização de grandes projectos onde se fundem as iniciativas de desenvolvimento com as de segurança.

²³ Referida na nota n.º 9 deste texto.

²⁴ Constante da sua obra, já referida na nota n.º15 deste texto.

Um outro corolário desta hipótese será de que o desenvolvimento em África conduzirá ao reforço da segurança na União Europeia. Por este processo, serão minimizados os perigos advindos das redes clandestinas de tráfico de droga, de migrações em massa e terroristas. Ou seja, numa escala ainda mais detalhada, poderá afirmar-se que a sinergia entre segurança e desenvolvimento poderá contribuir para a paz e estabilidade na Guiné-Bissau, de acordo com o trabalho desenvolvido por Mark Duffield.

1.3 Métodos

A parte teórica foi abordada com recurso a vários métodos, embora se tenha apostado essencialmente na interpretação sistemática dos autores que escreveram sobre a relação entre segurança e desenvolvimento. Uma abordagem metodologia histórica permitiu enquadrar temporalmente os fenómenos ligados às crises, à segurança e ao desenvolvimento, com vista à interpretação dos processos em curso, buscando-se deduzir (antever) sucessos futuros de emprego de conceitos como o “nexo segurança-desenvolvimento” e outros.

Mas, de forma muito mais generalizada e alargada, foi empregue o método dedutivo na análise de toda a documentação, desde as grandes teorias até aos documentos políticos dos actores relevantes do Sistema Internacional. Procurou-se, com esta abordagem, partindo do geral para o particular, antever as possibilidades de sucesso dos projectos de segurança e desenvolvimento, e a probabilidade de se comprovar que, se por um lado, **onde houver subdesenvolvimento haverá com certeza questões de segurança a resolver**, por outro lado, resolvendo os problemas de desenvolvimento criar-se-á ambiente de segurança e resolvendo os problemas de segurança, criar-se-ão as bases securitárias para o desenvolvimento.

Como tarefas iniciais da parte teórica foram identificadas acções dirigidas ao estudo das grandes teorias que constituem a base conceptual deste trabalho de investigação. Ou seja, a análise da componente teórica deste trabalho de investigação incidiu principalmente

pela leitura, estudo e ponderação das principais obras de referência sobre a interdependência complexa e também sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, esta relação entendida como uma condição que materializa o conceito de “governança global”.

Mas a metodologia desta parte teórica aplicou-se também a material de outra natureza, o que será tratado mais à frente. Apresenta-se, no capítulo 3, a análise da documentação de grandes instituições internacionais que lidam com as problemáticas da segurança e do desenvolvimento. As doutrinas, as grandes estratégias e os documentos políticos constituirão terreno muito fértil onde se poderá aquilatar das vontades políticas para lançar verdadeiros e exequíveis projectos.

1.4 Revisão da literatura

Como afirmado acima, o capítulo 2, denominado “Revisão da Literatura”, debruça-se essencialmente sobre as principais obras de referência que serviram de base teórica para o lançamento deste trabalho de investigação. Numa primeira fase, analisaram-se os trabalhos de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye relativamente às questões do poder e da interdependência, como a sua obra *Power and Interdependence*, publicada inicialmente em 1977, mas cuja versão da sua 3.^a edição, publicada quase 30 anos depois, foi a base das referências e citações nesta dissertação. Os autores publicaram mais sobre esta mesma temática, em que se destaca a obra *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, em 1989²⁵, e o artigo *Power and Interdependence in the Information Age*, 1998²⁶. Foram também estudados os principais autores que apresentaram argumentos contra essas teorias. No entanto, a crítica mais assertiva surgiu em 2002, vinda dos próprios autores, ou melhor, de um deles, Keohane, na sua obra *Power and Governance in*

²⁵ Publicado em Boston pela editora Little, Brown and Company.

²⁶ Publicado na *Foreign Affairs* n.º5 (Vol.77) de Setembro/Outubro de 1998.

a *Partially Globalized World*²⁷. A propósito da interdependência complexa, Keohane haveria então de escrever que “existiam uma série de lacunas na nossa análise, algumas das quais apenas reconhecemos uma década depois”.²⁸ De qualquer modo, relativamente aos conceitos desenvolvidos por Keohane e Nye, as leituras dos seus trabalhos versaram essencialmente a verificação, compreensão e aplicabilidade das políticas da interdependência global. Estas obras e as dos autores que argumentavam contra os seus postulados serão devidamente abordadas no capítulo seguinte, dedicado ao detalhe da revisão da literatura.

Mark Duffield, outro neo-liberal²⁹, aflora o patamar da interdependência complexa ao demonstrar que no binómio segurança-desenvolvimento existe uma ligação que afecta tanto os países desenvolvidos como aqueles que se encontram abaixo do limiar do desenvolvimento e segurança.³⁰ Ao examinar as crises actuais e os sistemas de governação global que emergiram em resposta àqueles, Duffield defende a tese de que a guerra (ou, de uma forma mais genérica, as crises) é agora parte do discurso do desenvolvimento. Sobre estes pontos de vista incide também a metodologia desta parte teórica, procurando-se verificar a validade desta tese e atender às refutações dos seus adversários. Como já afirmado antes, estes aspectos serão desenvolvidos mais à frente, no Capítulo 2.

²⁷ Robert Keohane. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. London: Routledge.

²⁸ Keohane, op. cit., p. 2. Tradução livre do autor. No original “There were a number of gaps in our analysis, some of which we acknowledged a decade later”.

²⁹ Esta referência a um autor, Duffield, como outro neo-liberal, só tem sentido se admitirmos que Keohane se considera um neo-liberal, algo com que o próprio se sentirá de alguma forma desconfortável. Na sua obra *Power and Governance in a Partially Globalized World* o autor afirma mesmo o seguinte: “A minha formulação da teoria institucional é frequentemente referida como ‘institucionalismo liberal’ ou ‘institucionalismo neo-liberal’. Estes rótulos não me atraem, e não apenas por serem inconvenientes. A minha teoria não tem raízes no liberalismo.” (Tradução livre do autor. No original: “My formulation of institutional theory has often been referred to as “liberal institutionalism” or “neo-liberal institutionalism”. These labels do not appeal to me, not just because they are awkward. My theory does not have its roots in liberalism (...).” (Op. cit., p. 2)

³⁰ Afirma este autor o seguinte: Actualmente, as preocupações com segurança já não são apenas sintonizadas com o perigo da Guerra convencional entre Estados. A ameaça de um Sul excluído fomentando a instabilidade internacional por via do conflito, da actividade criminosa e do terrorismo é agora parte de um novo quadro de segurança” (Mark Duffield. 2001. *Global Governance and the New Wars – the merging of Development and Security*. London, New York: Zed Books, p. 2). Tradução livre do autor. No original: “Today, security concerns are no longer encompassed solely by the danger of conventional interstate war. The threat of an excluded South fomenting international instability through conflict, criminal activity and terrorism is now part of a new security framework”. (Mark Duffield. 2001. *Global Governance and the New Wars – the merging of Development and Security*. London, New York: Zed Books, p. 2)

1.5 Revisão dos documentos institucionais

Conforme já afirmado, a metodologia desta parte teórica aplica-se também a outros materiais. Assim, no capítulo 3 é feita a análise da documentação das grandes instituições, com relevância como actores do Sistema Internacional que lidam com as problemáticas da segurança e do desenvolvimento. Entre estes são de referir as diversas estruturas e agências especializadas da ONU (Assembleia Geral, Conselho de Segurança, FAO³¹, UNDPKO³², UNODC³³, etc.), a UE - com especial incidência para a documentação da Comissão Europeia e do Secretariado Geral do Conselho -, a NATO, em alguns aspectos da segurança internacional, a UA e a OSCE³⁴. Também se atendeu, nalgumas circunstâncias, à documentação produzida pelo Departamento Norte-americano sobre a situação de diversos países.³⁵ As suas doutrinas, as grandes estratégias e a sua documentação produzida ao nível político constituirão terreno fértil onde se poderá avaliar a vontade e a capacidade para o lançamento de projectos viáveis.

Na revisão da documentação das grandes instituições que, como actores do Sistema Internacional, intervêm em crises com o intuito de as minimizar, controlar ou eliminar, procurou-se confirmar a existência de sólidos conceitos teóricos que sirvam de base conceptual para intervenções no âmbito da gestão e crises. Foi o caso da ONU, como não poderia deixar de ser, mas também da UE e da UA.

O método de análise dessa documentação foi semelhante àquele adoptado para a discussão das grandes teorias que dão a base teórica a este trabalho: por um lado, tentar confirmar a validade dos conceitos inerentes a essa documentação; por outro lado, procurar

³¹ *Food and Agriculture Organisation* (Organização de Alimentação e Agricultura).

³² *UN Department of Peace Keeping Operations* (Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas).

³³ *UN Office for Drugs and Crime* (Gabinete de Drogas e Crime das Nações Unidas).

³⁴ Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

³⁵ O *Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs* do Departamento de Estado Norte-Americano produz todos os anos, com difusão em Março, um extenso relatório sobre a Estratégia Internacional de Controlo de Narcóticos, incluindo também a análise do fenómeno da lavagem de dinheiro, que se revelou uma ferramenta muito útil nesta investigação (United States Department of State. 2010. *International Narcotics Control Strategy Report*. Washington: Department of State)

atender ao princípio da refutabilidade, analisando perspectivas e estudos críticos sobre as matérias desses documentos.

Foi dada especial ênfase à verificação dos corolários identificados com a hipótese de trabalho teórica. Relembra-se que esses são: (i) **Existe uma ligação forte entre segurança e desenvolvimento** e (ii) o **desenvolvimento em África conduzirá ao reforço da segurança na Europa**. Estas “pequenas hipóteses” são assim abordadas de forma desenvolvida no capítulo 2 – Revisão da Literatura, mas, no capítulo seguinte, sobre a “segurança da Europa e as ameaças na vizinhança estratégica”, acabam por ganhar uma nova dimensão e maior importância pois estarão em relação directa com as iniciativas e o desenvolvimento de doutrina na UE e também na UA.

1.6 Conclusões ou síntese

Como acima se afirmou, nos capítulos desta Parte Teórica será apresentada a revisão da literatura, com especial ênfase para a análise das grandes teorias, dentro da conceptualização da teoria Liberal, que serviram de base para este trabalho de investigação. São elas a Teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye, onde se relaciona o poder económico, o político e os padrões de cooperação institucionalizada, e a Teoria da Governação Global, que defende uma nova abordagem, embora ainda neo-liberal como forma de aplicar o desenvolvimento na resolução de conflitos, tal como postulado por Mark Duffield.

Para além da revisão e análise dessas teorias, a Parte Teórica debruça-se também sobre as doutrinas, conceitos e políticas dos principais actores do Sistema Internacional, principalmente da ONU, da UE e da UA. Este acervo será analisado apenas na sua parte conceptual, teórica, pois a sua aplicação prática será estudada mais à frente, na segunda parte (prática) deste trabalho.

Capítulo 2

Revisão da literatura

2.1. Introdução

Neste capítulo é feita a revisão da literatura³⁶ sobre as teorias de Relações Internacionais aplicáveis ao âmbito desta tese, nomeadamente a interdependência complexa (Keohane e Nye) e as questões da fusão entre segurança e desenvolvimento (Duffield). É também feita a apresentação do histórico, ou seja, dos primeiros passos das leituras e da evolução científica do trabalho, através da citação e de comentários sobre a literatura considerada relevante e que serviu de base à investigação. A revisão da literatura ao nível técnico, como suporte para a análise de conteúdos relevantes, assim como a análise da documentação doutrinal da UE e da UA serão, no entanto, apresentadas mais à frente, no capítulo 3.

Aqui são apresentados os objectivos, e também o enquadramento, que delimitam esta revisão. Esta dirá respeito ao estado da arte da literatura produzida sobre (i) As vertentes da teoria neo-liberal em que se insere a Interdependência Complexa, a

³⁶ A revisão da literatura apresentará também (i) as citações bibliográficas importantes de outros autores e fará a sua análise crítica; (ii) terá elos de ligação entre as citações de outros autores; (iii) terá as considerações do autor sobre o assunto em investigação.

Governança Global e o Nexo Segurança-Desenvolvimento (ii) as temáticas da segurança, do desenvolvimento, da relação entre estas duas áreas; (iii) os desafios de segurança para a União Europeia; (iv) a metodologia da investigação científica; (v) a Guiné-Bissau.

Após um breve enquadramento teórico sobre a teoria neo-liberal, incluindo o que mais recentemente se tem escrito, serão referidos os últimos desenvolvimentos, controvérsias e descobertas na área das Relações Internacionais que despertam o interesse dos investigadores actuais, com vista a sublinhar-se a importância dos conceitos de suporte à tese. A recolha bibliográfica incidirá em primeiro lugar sobre o que ultimamente se tem escrito sobre os temas que suportam teoricamente a tese, tentando-se demonstrar, através das abordagens de investigadores e teorizadores de Relações Internacionais, que o Sistema Internacional actual se encontra desequilibrado, daí advindo problemas como os que a seguir se referem. Em resumo, tenta-se demonstrar que o Sistema Internacional encontra nos actuais problemas de migrações em massa e tráfico humano, no tráfico de droga e na ameaça das redes terroristas, os principais factores de desequilíbrio.

Assim, neste capítulo, será inicialmente feita a análise das razões porque o Sistema Internacional parece estar em desequilíbrio, recorrendo-se às grandes teorias que o afirmam. De seguida expor-se-ão as grandes linhas que definem a teoria da interdependência complexa, postulada inicialmente por Keohane e Nye em 2001, mas entretanto tendo beneficiado de diversos aperfeiçoamentos. As limitações desta teoria e as razões para ter sido parcialmente substituída pelas abordagens de Mark Duffield no campo da governança global e na “fusão entre segurança e desenvolvimento” constam também desta secção. De seguida entrar-se-á no campo da segurança, procurando-se listar todas as suas definições e buscando-se definir tipos de segurança adequados para este trabalho. Será dada particular importância à segurança humana. Também se procurará identificar o grau de insegurança provocado pelos três tipos de ameaça em estudo, ligados a redes de migração e tráfico humano, de droga e terroristas.

De seguida o capítulo apresenta o estudo sobre o conceito de desenvolvimento, incluindo as suas principais definições, a forma como o conceito tem sido empregue e operacionalizado pelos grandes actores do Sistema Internacional, e os resultados esperados e alcançados.

Após isso, mergulhar-se-á nos processos que tendem a fundir as iniciativas de promoção de segurança - apoio ao Estado de Direito, missões de paz, missões de Reforma do Sector de Segurança (RSS)³⁷, processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)³⁸ -, com os projectos de desenvolvimento, à luz da paz liberal e da governação global. Aqui serão também referidas iniciativas de maior relevo que têm contribuído para a difusão das ideias da utilidade do “nexo segurança-desenvolvimento”.

Para rematar esta abordagem à análise das teorias de enquadramento, será feita a viagem às doutrinas, estratégias e definições emitidas pelas grandes instituições que, no teatro global, se dedicam a implementar segurança e desenvolvimento. Tentar-se-á descortinar se os seus esforços proporcionam os efeitos que Mark Duffield identifica na sua análise da fusão entre segurança e desenvolvimento. A confirmação da existência de uma interdependência complexa entre os actores do sistema internacional, neste caso, entre África (UA e organizações sub-regionais) e a Europa (UE) é também uma das tarefas da revisão da literatura.

³⁷ A Reforma do Sector de Segurança tem sido uma das vertentes de trabalho conceptual mais interessantes da OCDE. O seu Manual do CAD [Comité de Ajuda ao Desenvolvimento] da OCDE sobre a RSS constitui uma ferramenta utilíssima e empregue como referência. O Manual traduz RSS como “Reforma do Sistema de Segurança” e dá-lhe esta definição: “Intervenientes nucleares de segurança (ou seja, forças armadas, polícia, guarda, agentes de fronteiras, serviços de alfândegas e imigração, serviços de informação e segurança); gestão de segurança e órgãos de supervisão (ou seja, ministros da defesa e dos serviços internos, órgãos de gestão financeira e comissões de queixas públicas; instituições de aplicação de justiça e da lei (ou seja, a estrutura judiciária, prisões, ministério público, sistemas tradicionais de justiça); forças de segurança não-estatais (ou seja, empresas de segurança privada, exércitos de guerrilha e milícias privadas)”. (OCDE. 2007. Manual do CAD da OCDE sobre a RSS: Apoiar a segurança e a justiça. P.6).

³⁸ O DDR faz parte do processo de paz e geralmente integra as operações da ONU e outras operações de paz multilaterais. De acordo com o Guia Prático e Teórico do DDR, publicado em 2003 em francês (Ian Douglas, Colin Gleichmann, Kees Steenken, Adrian Wilkinson, Nicole Bushmeir. 2003. Désarmement, démobilisation et réintégration – Guide pratique et théorique. Eschborn (Germany), Clemensport (Canada), Oslo (Norway), Stockholm (Sweden): GTZ, NODEFIC, Centre Pearson, SNDC. P. 19.) **desmobilização** é o desmantelamento de uma unidade militar, a redução do número de combatentes no seio de um grupo armado, ou uma etapa intermédia antes da reunião de uma unidade, seja ela regular ou não; **desarmamento** é um aparte integrante da desmobilização e o seu fim é diminuir o número de combatentes ou de desmantelar uma unidade armada; finalmente, a **reintegração** é o processo pelo qual os ex-combatentes retomam o seu estatuto de civis e acedem a um posto de trabalho e a uma retribuição na vida civil.

2.2. Revisão da literatura

O Sistema Internacional que se reconfigurou após a Segunda Guerra Mundial clarificou as relações internacionais e bipolarizou-as. A bipolarização também provocou durante algum tempo uma cristalização do sistema. A *entente* fazia-se agora mais ao nível das ideias e menos nas fronteiras ou nas trincheiras. A estabilidade que esta cristalização veio trazer também relegou para cantos sombrios teorias que buscavam a oportunidade de aparecer e sobressair no mundo das ideias das Relações Internacionais. O espaço reservado às grandes teorias de Relações Internacionais já se encontrava todo ocupado com o realismo, o liberalismo, o marxismo, etc. (incluindo, mais tarde, as suas versões “neo”). Mas o colapso do sistema soviético veio demonstrar que tinha que acontecer alguma evolução no pensamento. O momento unipolar que se seguiu à queda do muro esteve sempre apoiado em terreno instável, como sofrendo as réplicas de um terramoto. Mas, mesmo assim, e talvez mesmo por causa dessa condição, intensificou-se o fervilhar de ideias.

Robert Keohane³⁹ afirma que “depois da 2.^a Guerra Mundial, o realismo se tornou dominante no pensamento americano sobre Relações Internacionais embora a América continuasse a ser uma sociedade liberal. No entanto o triunfo do realismo era precário; mesmo alguns dos seus proponentes estavam desconfortáveis com as implicações normativas da sua ênfase no poder, tal como Hans J. Morgenthau (1948) compreendia quando intitulou o seu mais influente livro *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. A maior parte do livro de Morgenthau debruça-se sobre as estratégias para se alcançar moderação e paz mesmo na presença de anarquia.”⁴⁰ – Sublinha

³⁹ Robert Keohane. 1993. “Institutional Theory and the Realist Challenge after the Cold War”. In Baldwin, David A. (Ed.). *Neorealism and Neoliberalism – The contemporary debate*. New York, Chichester: Columbia University Press. Pp. 269-300.

⁴⁰ Tradução livre do autor. No original: “After World War II, realism became dominant in America thinking about international relations, yet America remained a liberal society. Hence realism’s triumph was precarious; even some of its proponents were uneasy about the normative implications of its emphasis on power, as Hans J. Morgenthau (1948) acknowledged when he titled his most influential book *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Most of Morgenthau’s textbook is concerned with strategies to achieve moderation and peace even in presence of anarchy”

Keohane⁴¹. Este autor nota que não é difícil encontrar nesse livro a defesa de uma sociedade mundial altamente institucionalizada.

Keohane refere que a formulação inicial do neo-realismo foi enunciada nos anos 1970 por Kenneth N. Waltz. Waltz via a distribuição do poder – segundo Keohane – desta nova formulação de realismo como mais fortemente capaz de atingir os objectivos do que no realismo clássico, e que menos atenção era dada aos processos de mudança pacífica ou às instituições internacionais. Assim “mais preciso do que o realismo clássico, o neo-realismo era também concebido de forma mais estreita e, portanto, mais facilmente posto em causa”.⁴²

No entanto, considera que só surgiram desafios importantes ao realismo “quando apareceram anomalias entre os seus pressupostos e os padrões de acção verificados no Mundo.”⁴³ No seu entender, as anomalias desse tipo detectadas nos Estados Unidos “eram, sem surpresa, aquelas que os liberais podiam facilmente reconhecer, incluindo o aumento gradual da importância da interdependência económica e a aparente tendência das democracias para se comportarem diferentemente dos Estados autoritários na política externa”⁴⁴. Ou seja, como sublinhava Keohane, têm sido importantes linhas condutoras do pensamento liberal os liberais comerciais e republicanos, ou seja, “as crenças de que a interdependência económica contribui para a paz e que as democracias são mais pacíficas, pelo menos em algumas relações, do que as não-democracias.”⁴⁵

Neste seu ensaio de 1993, Keohane apresenta um argumento institucionalista que vai pedir emprestado elementos tanto ao liberalismo como ao realismo. “Em consonância com o realismo – e tomando em conta o facto de que esta é referida frequentemente como

⁴¹ *Op. Cit.*, p. 270.

⁴² *Op. Cit.*, p. 271. Tradução livre do autor. No original: “More precise than classical realism, neorealism was also more narrowly drawn, and more easily challenged”.

⁴³ *Op. Cit.*, p. 271. Tradução livre do autor. No original: (...) “when anomalies appeared between its presuppositions and patterns of action in the world”.

⁴⁴ *Op. Cit.*, p. 271. Tradução livre do autor. No original: (...) “were, not surprisingly, those that liberals could easily recognise, including the increasing salience of economic interdependency and the apparent tendency of democracies to behave differently in foreign policy than authoritarian states”.

⁴⁵ *Op. Cit.*, p. 271. Tradução livre do autor. No original: (...) “he believes that economic interdependence contributes to peace and that democracies are more peaceful, at least in some relationships, than non-democracies” (...)

‘neorealismo’ – a teoria institucionalista assume que os Estados são os principais actores da política mundial e que se comportam com base nas suas concepções dos seus próprios interesses”⁴⁶.

O autor afirma também que “as capacidades relativas – a ‘distribuição do poder’ do realismo – continuam a ser importantes, e os Estados devem apoiar-se em si próprios para assegurarem ganhos com a cooperação”⁴⁷. No entanto, Keohane reconhece que “a teoria institucionalista também dá ênfase ao papel das instituições internacionais na sua capacidade de mudarem concepções sobre o interesse próprio. Portanto essa teoria baseia-se também no pensamento liberal sobre a formação dos interesses.”⁴⁸

Keohane sublinha que o pensamento dos institucionalistas focava a sua crítica no realismo em vez de se concentrar nas versões de liberalismo orientadas pela harmonia, visto que o liberalismo tem sido desacreditado na teoria anglo-saxónica das Relações Internacionais desde há cerca de 50 anos. No contexto dos debates intelectuais dos anos 1970 e 1980, portanto, era adequado dar-lhe o rótulo de “neo-liberal” – nota Keohane⁴⁹. “Mas é crucial lembrarmo-nos que tem tanto de realismo como de liberalismo; não pode ser simplesmente rotulado de teoria ‘liberal’ em oposição a todos os pontos do realismo. Na verdade, é quase tão enganador referir-se à teoria como liberal como será dar-lhe o rótulo de neo-realismo.”⁵⁰

Neste seu ensaio de 1993, Keohane desafia o muno académico para que analise nos próximos anos as aplicações positivas da teoria institucional e, muito particularmente, o caso da Europa Ocidental. No seu entender a Europa Ocidental providencia o terreno adequado para uma avaliação comparativa das abordagens realista e institucionalista, por,

⁴⁶ *Op. Cit.*, p. 271. Tradução livre do autor. No original: “Consistent with realism – and accounting for the fact that it is frequently denoted as ‘neorealist’ – institutionalist theory assumes that states are the principal actors in world politics and that they behave on the basis of their conceptions of their own self-interests.”

⁴⁷ *Op. Cit.*, p. 271. Tradução livre do autor. No original: “Relative capabilities – realism’s ‘distribution of power’ – remain important, and states must rely on themselves to assure themselves gains from cooperation.”

⁴⁸ *Op. Cit.*, p. 271. Tradução livre do autor. No original: “institutionalist theory also emphasizes the role of international institutions in changing conceptions of self-interest. Thus it draws on liberal thinking about the formation of interest”.

⁴⁹ *Op. Cit.*, p. 271.

⁵⁰ *Op. Cit.*, p. 272. Tradução livre do autor. No original: “But it is crucial to remember that it borrows as much from realism as from liberalism: it cannot be encapsulated as simply as “liberal” theory opposed at all points to realism. Indeed, it is almost misleading to refer to it as liberal as to give it the tag of neorealism.”

desde 1989, se ter tornado altamente institucionalizada.⁵¹ Afirma, de seguida, que se os realistas ortodoxos estão correctos, estas instituições não fariam grande diferença⁵², o que se tem demonstrado não ser verdade. Keohane nota que “se as teorias dos institucionalistas têm algum valor, por contraste, a rica tapeçaria de instituições deverá não só constrianger os Estados, através da utilização de regra, como dotá-los de oportunidades para cooperarem, atribuindo-lhe portanto capacidades para prosseguirem os seus próprios interesses sem empurrarem as ameaças para outros Estados, o que é tão característico da anarquia realista.”⁵³ Keohane argumenta então que as primeiras evidências apoiam a interpretação institucionalista, pelo que apresenta uma visão de futuro de realistas como o Professor Mearsheimer.

A verdade é que a actuação dos Estados já não se poderá regular exclusivamente por uma lógica westfaliana, pelo que – como nota Keohane – “enfrentando dilemas de coordenação e colaboração sob condições de interdependência, os governos exigem que as instituições internacionais os capacitem para atingirem os seus interesses através da acção colectiva limitada.”⁵⁴ “Mesmo que os custos permaneçam elevados, os Estados criarão e utilizarão essas instituições desde que as instituições os capacitem para alcançarem objectivos através de meios unilaterais ou bilaterais”⁵⁵, como se tem visto nas intervenções externas da UE no âmbito da PESD, em que uma missão se concretiza porque um Estado-membro (ou vários) é capaz de apresentar argumentos que vão ao encontro das lógicas defendidas pela União, pelo que a missão se concretiza e o Estado-membro proponente alcança os seus objectivos. “De qualquer modo, aquelas instituições que forem bem sucedidas em facilitarem a cooperação com benefícios mútuos tornar-se-ão de maior valor

⁵¹ *Op. Cit.*, p. 272.

⁵² *Idem, ibidem*

⁵³ *Op. Cit.*, p. 273. Tradução livre do autor. No original: “If the theories of institutionalists have any validity, by contrast, the tapestry of institutions should both constrain states, through the incorporation of rules, and provide them with the opportunities to cooperate, thus enabling them to pursue their own interest without pushing the threats to other states that are so characteristic of realist anarchy.”

⁵⁴ *Op. Cit.*, p. 273-274. Tradução livre do autor. No original: “Facing dilemmas of coordination and collaboration under conditions of interdependence, governments demand international institutions to enable them to achieve their interests through limited collective action.”

⁵⁵ *Op. Cit.*, p. 273. Tradução livre do autor. No original: “Even if costs remain substantial, states will create and use such institutions as long as the institutions enable states to achieve valued objectives unattainable through unilateral or bilateral means”.

pela oportunidade que providenciam aos Estados e portanto irão adquirir um certo grau de permanência, e as suas regras constrangerão o exercício do poder pelos governos.”⁵⁶

É no ambiente imediatamente antes do início do fim da Guerra-fria que Keohane e Nye consolidam a teoria da interdependência complexa, publicada pela primeira vez em 1977. Como o próprio Keohane reconhece acima, a teoria continua a confirmar a importância que merecem o neo-realismo e o neo-liberalismo, mas realça outros aspectos das Relações Internacionais que tinham merecido pouca atenção dos autores neo-realistas ou neoliberais. Contida no interior da conceptualização da interdependência complexa poderá encontrar-se a ideia de que o intensificar e complexificar das relações entre os actores de Relações Internacionais será profícua em ambientes como o do momento actual, classificado por alguns autores como “multipolar”. Esta situação poderia vir a ser a da estabilidade perfeita, criada pela interdependência complexa, mas onde esta encontraria um reforço da sua condição, num abraço íntimo de sinergias. No entanto, a interdependência haveria de revelar as suas fraquezas, como o testemunho do próprio Keohane mais à frente nos elucidará.

Assim, este capítulo é dedicado à revisão da literatura que recentemente se tem publicado no mundo das RI, com especial atenção para essa teoria da interdependência complexa (de Keohane e Nye) e aos resultados já identificados sobre as melhores soluções para anular eventuais ameaças à segurança da Europa, na perspectiva da sua vizinhança a Sul, especialmente para lá do Deserto do Sara. Parecendo incontornável a inserção neste trabalho das ideias de Mark Duffield sobre a governação global e as novas guerras, versando essencialmente aspectos de reforço das energias pela fusão do desenvolvimento com a segurança, o capítulo 2 dedica-se também ao estudo da utilidade destas ideias no campo de pesquisa deste trabalho.

Keohane e Nye apontaram para um aumento da rigidez do Sistema Internacional pelo incremento do número de conexões entre todos os actores do Sistema. No entanto,

⁵⁶ *Op. Cit.*, p. 273. Tradução livre do autor. No original: “Nevertheless, those institutions that succeed in facilitating mutually beneficial cooperation will become valued for the opportunities they provide to states, they will therefore acquire a certain degree of permanence, and their rules will constrain the exercise of power by governments.”

segundo alguns autores, o Sistema pode ser enfraquecido pelo incremento dos factores de desequilíbrio, como as migrações clandestinas, o terrorismo e o tráfico de droga. Assim, neste capítulo, far-se-á o percurso de visita do que se tem escrito a propósito de alguns pólos emergentes, neste caso a União Europeia e a União Africana e a relação entre estas. Será que a PEsD (agora PCSD, com o Tratado de Lisboa) tem o formato adequado para fazer face às ameaças que se perfilam no horizonte da UE, nomeadamente os factores de desequilíbrio do Sistema Internacional acima referidos? Muito se tem debatido a nova estratégia UE-África, assinada durante a Cimeira de Lisboa no final de 2007, sobre cuja produção literária este trabalho também se debruçará. Veremos como se têm enquadrado devidamente os desafios de segurança comuns aos dois continentes, como já acima afirmado, no âmbito da obra de Mark Duffield. Uma outra parte deste trabalho dedica-se ao estudo do nexo entre segurança e desenvolvimento, como já afirmado, no âmbito da obra daquele autor, pois uma das grandes apostas da UE sobre África é compreender e desenvolver esse nexo, entendendo alguns que da fusão entre projectos de segurança e outros de desenvolvimento poderá nascer a solução para as fragilidades do hemisfério Sul. Assim far-se-á a revisão do que se discutiu e escreveu sobre três conceitos, a Segurança, o Desenvolvimento e a “substância” que liga os dois primeiros, o seu nexo.

2.3. O sistema internacional está em desequilíbrio?

Existirá um desequilíbrio do Sistema Internacional? A tendência hegemónica dos EUA, mais evidente após o colapso do outro pólo do sistema bipolar a que o mundo se tinha habituado desde o fim da II Guerra Mundial, teria consolidado o sistema com as novas premissas: uma só super-potência, global porque poderia intervir eficazmente em qualquer ponto do globo; várias potências menores, dando corpo a outros tantos pólos de poder, de segunda ordem; institucionalização da capacidade de intervenção de todos os actores do Sistema Internacional, pela criação de um acervo de regras de conduta, cujos fiéis depositários seriam as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Tribunal Penal Internacional (TPI), o Banco Mundial (BM), entre outros; capacidade dos

EUA para não poderem ser coagidos a subordinar o seu interesse às instituições ou aos interesses dos outros actores, etc. Claro que este sistema conteria em si as suas próprias fraquezas, pois todos os actores menores aspirariam intimamente em substituir-se aos EUA como potência hegemónica, não aceitando de bom grado que se construísse um acervo de regras internacionais das quais se isentasse um dos intervenientes (como terá sido o caso do acordo de Quioto sobre limitação dos danos ambientais).

Assim, a Rússia, a China, o Japão, a União Europeia e outros actores regionais tentariam adquirir capacidades para se fazerem influentes a nível global, impondo dinâmicas ao SI que não aquelas necessárias ao reforço da estrutura, tal como esta se apresenta actualmente, ou seja, unipolar. Nesse sentido, para além de terem um comportamento de respeito pelas grandes instituições e acatamento das suas orientações e directivas, esses candidatos a grandes pólos de poder procurariam também, num registo de natureza diversa, adquirir capacidades de intervenção semelhantes à da superpotência. Isto poderá já reflectir-se na forma como, de algum modo, a influência nalgumas regiões do mundo é atribuída mais a um dos “aspirantes” a grande potência do que aos EUA.

O Continente Africano poderá ser considerado um dos casos mais exemplificativos. Após um período pós-independências em que as duas superpotências partilharam a influência em África, quase a negando às antigas potências coloniais, seguiu-se um período de desinteresse com o fim da Guerra-fria, propiciando aos novos países reatarem ligações com os seus antigos colonizadores, agora numa base mais fraternal, pelo menos aparentemente. Construíram-se assim as condições para uma nova postura de influência em África. As partilhas de influência materializam-se geograficamente com a UE e os países europeus a exercerem o esforço de Norte para Sul, a partir do Mediterrâneo, os EUA a fazerem-no a partir do Atlântico para Leste e a China, na mesma direcção, mas no sentido contrário, ou seja, do Sudão (principalmente) para Oeste. Outros vectores menores se apresentam, no entanto, pois o Reino Unido tem interesses na África Austral, a França mantém relações de interesse com o Sudão, o Chade, os Camarões e os países da “Francofonia” em geral. Mas, num esboço muito ligeiro, são aquelas as tendências vectoriais mais marcantes.

África poderá ser assim um dos focos de desequilíbrio do sistema. Outros existirão, mas com menor evidência, como o Leste da UE, nos Balcãs e especialmente nalguns países das margens do Mar Negro. Também as regiões de instabilidade constituem possíveis futuros focos de desequilíbrio do SI, contando-se entre eles a grande região do Médio Oriente, desde o Iraque até ao Paquistão.

Como de seguida se verá, a teoria da interdependência complexa tenta explicar esta relação entre os elementos do sistema e também propor soluções.

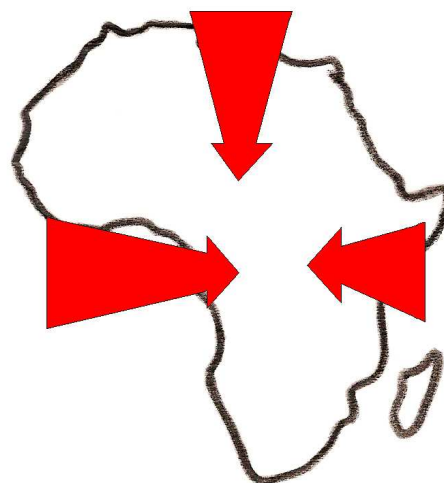


Figura 2.1. Três eixos de pressão da influência sobre África

2.4. A interdependência complexa

Primeiro há que definir interdependência complexa e demonstrar que quanto mais complexo o sistema se tornar, mais rígido (ou seja, mais coeso) se tornará. Isto feito, de seguida, mostrar-se-á o estado da arte sobre este conceito. Mas antes será feita uma cuidadosa análise da teoria da interdependência complexa, de Keohane e Nye, conjuntamente com uma análise dos seus críticos.

Na sua obra de 2001 *Power and Interdependence*, Robert O. Keohane e Joseph S. Nye tentam apresentar respostas para duas questões fundamentais:

- Quais as grandes características da política mundial quando a interdependência, particularmente a económica, é extensivamente difundida?

- Quando e porquê os regimes internacionais mudam?⁵⁷

Tentando responder a estas questões os autores vão tentar colocar lado a lado os conceitos de poder e de interdependência, demonstrando que se aquele permanece um elemento fundamental na análise da política mundial, a interdependência complexa, por seu lado, afecta a política mundial e o comportamento dos Estados. No entanto, também as acções governamentais influenciam os padrões de comportamento. Ao criarem ou aceitarem procedimentos, regras, ou instituições para determinados tipos de actividades, os governos efectivamente regulam e controlam as relações entre os Estados ou supra-estaduais. Este tipo de relações entre os Estados é definido pelos autores como “regimes internacionais”.

Para Keohane e Nye, interdependência na política internacional referia-se a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre países ou outros actores ou entre actores em diferentes países. No entanto, num sentido mais lato significa dependência mútua. Aquelles efeitos resultam normalmente – afirmam – de transacções internacionais, dizendo respeito a fluxos de dinheiro, de bens, de pessoas e de mensagens através de fronteiras internacionais.⁵⁸ A interdependência complexa haveria de perder terreno para outras enunciações dos fenómenos resultantes da interacção global entre todos os actores do sistema. Vejamos de seguida como evoluiu o próprio pensamento de Robert Keohane relativamente à teoria que ajudou a definir com Joseph Nye.

Escreve Keohane, em 2001, quase 30 anos depois da publicação dos seus trabalhos conjuntos com Joseph S. Nye sobre a interdependência complexa: “O núcleo central da minha contribuição para a perspective [de como o mundo funciona] foi explorar como é que as instituições internacionais funcionam, no contexto da interdependência. Mas a minha exploração das instituições e da interdependência teve lugar no contexto da compreensão de como são afectadas por outros factores, mais alargados. A partir daqui, não assume que as instituições e a interdependência sejam os aspectos mais importantes da política contemporânea, que contenham de qualquer forma a única chave para a História.

⁵⁷ Robert O. Keohane, Joseph Nye. 2001. *Power and Interdependence*, Second Edition, Harvard : Harper Collins Publishers, p. 7.

⁵⁸ *Idem, ibidem.*

Na verdade, só farão sentido se forem inseridas no puzzle maior.”⁵⁹ Neste livro o autor começa por relembrar o conceito de interdependência, tal como foi elaborado por si e por Nye em 1977. Depois passa à discussão da “teoria institucional” e do seu programa de pesquisa, para finalmente voltar a sua atenção para o estudo do Direito Internacional (o percurso que também fez durante a sua carreira académica). Daqui passa então para a abordagem de dois conceitos muito em voga nos dias de hoje – globalização e governação. Nesta altura demonstra como, ao discutir estes conceitos, usou e discutiu o quadro de análise desenvolvido anteriormente, no estudo das instituições e da interdependência.

Ao debruçar-se sobre o percurso que o levou da teoria da interdependência à teoria institucional, Keohane começa por referir um estudo que fez conjuntamente com Nye, antes de apresentarem no “Power and Interdependence” a interdependência complexa. Esse estudo, publicado em 1972, intitulava-se “International Organisation”, e a palavra “interdependência” era então já utilizada para designar estas circunstâncias: “Na altura a palavra em voga era interdependência. Nos anos 1970, Nye e eu construímos uma teoria para explicar a noção de “interdependência complexa”, um tipo ideal para analisar situações relativas a questões e contactos transnacionais múltiplos nos quais a força não era um instrumento político útil.”⁶⁰ Além disso, Keohane afirma que definiram interdependência de uma forma generalizada para que pudesse albergar questões estratégicas envolvendo não só a força como questões económicas. Segundo o autor, “na nossa análise, interdependência é frequentemente assimétrica e altamente política: na verdade, as assimetrias na interdependência são geradoras de recursos de poder a favor dos Estados, assim como para actores não-estatais. A obra *Power and interdependence* (...) desenvolvia esta teoria e aplicava-a a 50 anos de História (1920-1970) em duas áreas em

⁵⁹ Robert Keohane. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. London : Routledge, p.1. Tradução livre do autor. No original: “The core of my contribution to the view [how the world works] of the world has been to explore how international institutions operate, in the context of interdependence. But my exploration of institutions and interdependence has taken place in the context of an awareness of how they are affected by other, broader factors. Hence, I do not assume that institutions and interdependence are the most important aspects of contemporary world politics, that they somehow contain the unique key to history. Indeed, they only make sense if they are fit into the larger puzzle.”

⁶⁰ Robert Keohane. *Op. Cit.*, p. 2. Tradução livre do autor. No original: “At the time the buzzword for these changes was “interdependence. In the 1970’s, Nye and I built a theory elucidating the notion of “complex interdependence”, an ideal type for analyzing situations of multiple transnational issues and contacts in which force is not a useful instrument of policy.”

questão (oceanos e dinheiro) e duas relações entre países (Estados Unidos – Austrália e Estados Unidos – Canadá).”⁶¹ Keohane reconhece que havia lacunas na teoria: “Houve algumas lacunas na nossa análise, algumas das reconhecemos uma década depois, mas a análise da relação entre interdependência assimétrica e poder continua a ser útil.”⁶²

Para além do mais, o autor assume que *Power and Interdependence* continha uma incipiente teoria das instituições, num formato que ele e o seu colega Nye denominavam como um modelo de organização internacional de mudança de regime.⁶³ Mas continua a afirmar que esta teoria não estava suficientemente bem desenvolvida.⁶⁴ Segundo afirma – “O que me preocupou durante sete anos após a publicação de *Power and Interdependence* foi o porquê de os Estados estabelecerem regimes internacionais – instituições subordinadas a regras que limitavam a liberdade de acção legal dos seus membros”⁶⁵. Segundo refere, no seu livro *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy* (1984) apresentou uma teoria das instituições internacionais baseada na teoria racionalista, e em particular nas teorias económicas das empresas e dos mercados imperfeitos⁶⁶. Aí argumentava que “ as instituições desempenham importantes tarefas a favor dos Estados, dando-lhes a oportunidade de cooperarem. Em particular, as instituições reduzem os custos de fazer, monitorizar e forçar a aplicação de regras – os custos de transição -, providenciar informação e facilitar a construção de compromissos credíveis”.⁶⁷

⁶¹ Robert Keohane. *Op. Cit.*, p. 2. Tradução livre do autor. No original: “In our analysis, interdependency is frequently asymmetrical and highly political: indeed, asymmetries in interdependency generate power resources for states, as well as for non-state actors. Power and interdependence (...) elaborated this theory and applied it to fifty years of history (1920-1970) in two issue areas (oceans and money) and two country relationships (US – Australia and US – Canada).”

⁶² Robert Keohane. *Op. Cit.*, p. 3. Tradução livre do autor. No original: “There were a number of gaps in our analysis, some of which we acknowledged a decade later, but the analysis of the relationship between asymmetrical interdependence and power continues to be useful.”

⁶³ Keohane e Nye, *Power and Interdependence*, *op. cit.*, pp. 47-50.

⁶⁴ Robert Keohane. “Power and Governance in a partially globalised world”, *op. Cit.*, p. 2.

⁶⁵ *Op. Cit.*, p. 3. Tradução livre do autor. No original: “What preoccupied me for seven years after the publication of *Power and Interdependence* was the puzzle of why states establish international regimes – rule-oriented institutions that limit their Member’s legal freedom of action.”

⁶⁶ *Op. Cit.*, p. 3.

⁶⁷ *Op. Cit.*, p. 3. Tradução e do autor. No original: (...) “institutions perform important tasks for states, enabling them to cooperate. In particular, institutions reduce the costs of making, monitoring, and forcing rules – transition costs –, provide information and facilitate the making of credible commitments” (...)

A formulação que Keohane faz da teoria institucional tem frequentemente sido referida como “institucionalismo liberal” ou “institucionalismo neo-liberal”. O autor afirma não se reconhecer nesses rótulos, principalmente porque a sua teoria não tem a origem no liberalismo, segundo escreve.⁶⁸ Defende-se afirmando nunca ter sido um apoiante do “Consenso de Washington”, pelo menos na sua forte componente neo-liberal.⁶⁹

“Uma forma de pensar sobre a relação entre instituições e interdependência é ver interdependência como o contexto dentro do qual as instituições internacionais operam”⁷⁰, afirma Keohane, tentando dar ainda alguma utilidade a uma teoria que nasceu com algumas fraquezas e que nunca teve realmente grande oportunidade de se afirmar, especialmente no período em que surgiu, com o fim da Guerra-fria e o advento do momento unipolar. Acaba por afirmar que um dos contributos dessa teoria velha de 30 anos, pelo menos na sua componente económica, é ter proporcionado as condições para uma regulação da actividade transnacional: “As instituições são, nesta perspectiva, uma resposta à interdependência. As tentativas para regular a actividade transnacional ocorrem como resposta à interdependência económica, no contexto das democracias pluralistas.”⁷¹

Apesar de poder estar já “fora de moda”, a interdependência complexa desempenhará, para além do campo económico, como defendido por Keohane, um papel ainda importante, tanto no que diz respeito a questões de segurança, como no que se refere a aspectos de desenvolvimento. Vejamos de seguida, em primeiro lugar, como a segurança tem na realidade um papel importante na conceptualização da interdependência complexa. De seguida será feita abordagem semelhante relativamente ao desenvolvimento.

⁶⁸ *Op. Cit.*, p. 3.

⁶⁹ *Idem, ibidem.*

⁷⁰ *Op. Cit.*, p. 3. Tradução e do autor. No original: “One way of thinking about institutions and interdependence is to view interdependence the context within which international institutions operate.” (...)

⁷¹ *Op. Cit.*, p. 10. Tradução livre do autor. No original: “Institutions are, in this view, a response to interdependence” (...) “Attempts to regulate transnational activity occur as a response to economic interdependence, in the context of pluralistic democracies.”

2.5. A segurança

A relacionarem poder e interdependência, Keohane e Nye sublinham o carácter dúbio da definição de poder. A visão tradicional apontava para a ideia de que o poder militar dominava todas as outras formas de poder, e que os Estados com maior potencial militar controlavam os assuntos mundiais⁷². No entanto esta visão sofreu evoluções, especialmente derivadas do fim da Guerra-fria. Assim aqueles autores acabam por apresentar uma nova definição de poder, significando a capacidade de um actor para levar outros a fazerem aquilo que normalmente não fariam (e a um custo aceitável para esse actor). Como é que isto se relaciona com segurança? Bom, o exercício do poder terá sofrido aquela evolução que acaba por se reflectir directamente na segurança global. As questões de poder já não são resolvidas exclusivamente pelo recurso ao poder militar ou à ameaça do seu emprego, mas fazem-se por recurso a um conjunto variado de instrumentos, acabando por se minimizar as ameaças à segurança.

Usando uma inversão do raciocínio, as ameaças à segurança internacional ou regional poderão ser minimizadas se se poder substituir o recurso ao poder militar por outras formas de gestão do poder. A criação de ambientes de segurança, sem o recurso a uma hegemonia militar cada vez mais mal aceite, permitirá que se faça a gestão de poder fora dos campos de batalha, dentro das instituições ou regulada entre os estados.

Antes de nos debruçarmos sobre as ameaças actuais à segurança, consideradas neste trabalho, e sobre as questões da sua ligação com o desenvolvimento, será necessário explicitar um pouco mais claramente o sentido em que se emprega a palavra “segurança” neste contexto. Será também útil analisar a evolução desse conceito ao longo dos mais relevantes períodos da História recente: a Guerra-fria, o momento unipolar e o período multipolar (que agora se vislumbra), pois que o entendimento do seu significado ao longo desse período apresenta pistas que poderão conduzir logicamente ao reforço da ideia do nexos entre a segurança e o desenvolvimento. A segurança, utilizada como um mecanismo regulador da relação entre os Estados e alianças de Estados, será um modelo ainda válido?

⁷² Keohane, Nye, *Power and Interdependence*, *Op. cit.*, pp 9- 10.

Há exemplos num e noutra sentido mas os casos de fracasso apontam para novas pistas, para uma abordagem que inclua elementos para além dos da segurança.

O que é a segurança? Não existe um conceito aceite universalmente, que possa ser aplicado em todas as situações. No entanto cada vez mais vêm sendo adoptados significados que estendem o conceito de segurança para além da segurança armada e da segurança entre os Estados. Esses novos significados põem as forças armadas a repensarem as acções que realizam no sentido de melhorar a paz no mundo. O conceito a adoptar deverá estender-se para além da ausência de guerra. No entanto, os políticos e os *policy makers* enfrentam um desafio relevante que é o de compreender o impacto de tal extensão e como trabalhar em direcção ao seu cumprimento e, simultaneamente, evitando as contradições que isso trará.⁷³

Cada vez com mais frequência a crescente insegurança no mundo aparece mais dentro dos Estados do que entre estes, constituindo o fenómeno uma preocupação internacional dos últimos anos. Para acompanhar essa evolução a segurança tem agora uma nova abordagem, que atende mais à integridade das pessoas, e a que se subordina a segurança dos Estados. Agnès Hurwitz⁷⁴ e Gordon Peake⁷⁵, dois autores que têm vindo a estudar a questão da evolução do conceito de segurança, defendem que a segurança dos Estados e a segurança dos povos devem ser vistas como reforçando-se mutuamente, o que lhes sugere que necessidades sociais, políticas e económicas não alcançadas poderão provocar insatisfação popular e oposição aos governos. O que acaba por as tornar mais vulneráveis a ameaças internas e externas⁷⁶.

⁷³, Neclâ Tschirgi, Michael S. Lund, Francesco Mancini. 2009. *Security and Development: Searching for Critical Connections*. Boulder (USA): Lynne Rienner Publications, p. 3.

⁷⁴ Agnes Hurwitz trabalha actualmente no Gabinete do Presidente do Tribunal Penal Internacional para os crimes da ex-Jugoslávia. Entre Janeiro de 2004 e Dezembro de 2006 conduziu um projecto de investigação sobre Estado de Direito e Construção da Paz na International Peace Academy em Nova Iorque. Escreveu *The Collective Responsibility of States to Protect Refugees* (2009. Oxford: Oxford University Press); *Civil War And The Rule Of Law: Security, Development, Human Rights* (em co-edição com Reyko Huang, 2008. Lynne Rienner Publications).

⁷⁵ Gordon Peake é um especialista em Reforma do Sector de Segurança. Escreveu *Managing Insecurity: Field Experiences of Security Sector Reform* (co-autoria com Eric Scheve e Alice Hills.2007. London: Taylor & Francis Ltd.

⁷⁶ Agnès Hurwitz, Gordon Peake (Org.). 2004. *Strengthening the Security-Development Nexus: Assessing International Policy and Practice since the 1990s*. New York: International Peace Academy, p. 1.

Durante os três períodos referidos da História recente a ideia de segurança teve diferentes interpretações. Durante muitos anos a ideia de segurança materializou-se, pelo menos na perspectiva do mundo ocidental, como um estado cuja permanência era garantida nas fronteiras externas da Aliança Atlântica, com forças militares e meios dissuasores estratégicos, as armas de destruição maciça. Depois da queda da URSS tudo terá sido alterado. Escreve Rodrigo Tavares⁷⁷ que “o fim do bilateralismo fez ressurgir a confiança no universalismo e nas Nações Unidas mas criou o caminho para a emergência de uma única grande potência, os Estados Unidos, que frequentemente age unilateralmente e apenas de acordo com as prerrogativas nacionais”.⁷⁸

Desde o fim da Guerra-fria o significado e o âmbito da prática da gestão de crises internacionais sofreram diversas alterações de fundo, vários desafios e muitas transformações⁷⁹, o que foi acompanhado por semelhantes modificações da ideia de segurança, em que a gestão de crises acaba por funcionar como um guarda-chuva, albergando um alargado número de medidas internacionais de segurança. Desde essa altura e durante quase uma década viveu-se num mundo unipolar onde apareceram tanto diversos conflitos internos ou regionais, como intervenções humanitárias de larga escala e programas de reconstrução social, os quais vieram levantar novos desafios e puseram em causa velhos dogmas.⁸⁰

Em Março de 2005, o Secretário-geral das Nações Unidas emite um relatório intitulado *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for all*⁸¹ que constitui nitidamente um marco da passagem do mundo unipolar para o mundo

⁷⁷ Rodrigo Tavares é Research Fellow na Universidade das Nações Unidas (UNU-CRIS), na Bélgica e na Escola de Estudos Globais, da Universidade de Gotemburgo, na Suécia. Foi consultor do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para as questões da União Africana. Actualmente é conselheiro do governo do Estado de S. Paulo, Brasil. Tem dedicado o seu esforço académico a temas do neo-liberalismo, como a teoria institucional e a governação global.

⁷⁸ Rodrigo Tavares. 2010. *Regional Security: The capacity of international organizations*. London, New York: Routledge, p. 1. Tradução livre do autor. No original: “the end of bilateralism resurrected the confidence in universalism and in the United Nations, but on the other it paved the way for the emergence of a sole great power, the United States, that often acts unilaterally and only according to national prerogatives.

⁷⁹ A. Koops (Ed.). 2009. “Military Crisis Management: The Challenge of interorganizationalism”. *Studio Diplomatica*, Vol. LXII, n.º3. Brussels: Egmont, p.3.

⁸⁰ Mark Duffield, *Global Governance and the new Wars*, Op. Cit., p.1.

⁸¹ United Nations Secretary-General. 2005. *In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all*, Report A/59/2005, New York: UN General Assembly.

multipolar, pois reconhece que é obrigação de todos os actores do sistema internacional, sejam grandes potências, sejam países em desenvolvimento, sejam organizações internacionais e regionais, contribuir para o esforço de desenvolvimento das sociedades, para a criação de melhores condições de segurança, especialmente segurança humana, e de reconhecer e defender os direitos humanos como uma prerrogativa de todos os seres humanos. O Secretário-geral atribui nesse documento responsabilidade a todos, seja as grandes organizações internacionais, as organizações regionais, os Estados ou mesmo as organizações não-governamentais e a quaisquer outras iniciativas da sociedade civil. Confirma-se deste modo que as preocupações com segurança já não são actualmente orientadas apenas pelos perigos da guerra convencional entre os Estados. A ameaça de um Sul excluído fomentando a instabilidade internacional através de conflitos, de actividades criminosas e de terrorismo é agora parte de um novo quadro de segurança, como constata Mark Duffield.⁸² Neste quadro, como assinala esse autor, o subdesenvolvimento ter-se-á tornado uma das principais ameaças à segurança.

A segurança, tal como era entendida no passado, terá fracassado, e, no entanto, novas guerras acabariam por surgir. Nos últimos dez anos, o número de conflitos no interior dos Estados ultrapassou em muito o de conflitos internacionais, causando mais de sete milhões de mortos, três quartos dos quais constituídos por civis e tendo provocado a destruição de serviços básicos e instituições públicas, tanto a nível do Estado como localmente. Muitos outros países, embora não se encontrando na situação de guerra, encontram-se gravemente subdesenvolvidos, incapazes do exercício efectivo da autoridade do Estado, caso da Somália e de vastos territórios da República Democrática do Congo (RDC), para citar apenas estes exemplos. Acabam por se encontrar assim sujeitos a um risco crescente de recrudescimento da violência. Estes novos conflitos podem ser explicados, de acordo ainda com Duffield, com ideias baseadas em pobreza, problemas de comunicação, competição pelos recursos, exclusão social, criminalidade, tal como é largamente entendido. Ao mesmo tempo, várias formas de colapso, de caos e de regressão são vistas como o produto primários daquelas causas.

⁸² Mark Duffield, *Global Governance and the new Wars*, Op.Cit., p.2.

Como já referido acima, a gestão de crises foi alvo de diversas transformações desde o fim da Guerra-fria. Sendo a gestão de crises um conceito que abarca todas as medidas internacionais respeitantes à segurança, também essas foram actualizadas e outras novas surgiram. “Essas vão desde actividades de monitorização de eleições ou de cessar-fogo, passando por intervenções humanitárias de curto prazo ou estratégicas, até missões de manutenção de paz robustas e bem desenvolvidas.”⁸³ A gestão de crises é um elemento da segurança pois tem por efeito diminuir as condições de deterioração gradual da segurança, usualmente recorrendo a ferramentas militares. A gestão de crises vai desde pequenas acções de imposição, medidas preparatórias para manutenção de paz e chegando mesmo a robustas missões de manutenção da paz de duração limitada.

No que diz respeito à gestão militar de crises esta era, pela sua natureza, limitada a medidas de curto prazo e de rápida intervenção. No entanto, este tipo de intervenções tem evoluído e agora liga-se também ao levantamento de capacidades na região ou país de intervenção com o objectivo de equipar outros actores com as ferramentas, instituições e recursos necessários para enfrentarem de imediato as próprias crises.⁸⁴

A segurança passa assim, actualmente, por uma série de medidas a serem implementadas pelas grandes organizações internacionais, ou sob a sua autoridade, dentre as quais vão ganhando importante dimensão todas aquelas que se inserem na ideia de segurança humana, incluindo direitos da mulher e da criança, direitos das minorias, protecção da igualdade do género, etc., relacionadas com o direito dos povos à segurança, ao bem-estar e ao desenvolvimento. “Em termos práticos é evidente, a partir da experiência dos mais importantes programas de construção da paz e de reconstrução, que a segurança, e com ela o uso legítimo da força, é um pré-requisito fundamental para o progresso”⁸⁵.

⁸³ A. Koops (Ed.). 2009. Military Crisis Management: The Challenge of interorganizationalism. *Studio Diplomatica*, Vol. LXII, n.º3. Brussels : Egmont, p.3.

⁸⁴ *Idem, ibidem*.

⁸⁵ Alan Bryden, Marina Caparini (eds.). *Private Actors and Security Governance*. Geneva : DCAF – Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, p. 89. Tradução livre do autor. No original: “In practical terms it is evident from experience in the major peacebuilding and reconstruction programmes that security, and with it the legitimate monopoly of force, is a crucial prerequisite to progress.”

2.5.1. Segurança humana

Vale a pena dedicar algumas linhas para abordar o corrente paradigma de segurança humana. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994 do UNDP (Programa de Desenvolvimento das NU)⁸⁶ é considerado uma publicação de referência inicial no campo da segurança humana, com o seu argumento de que a melhor abordagem para enfrentar o problema da insegurança global será assegurar a todas as pessoas “liberdade sem necessidades” (*freedom from want*) e “liberdade sem medo” (*freedom from fear*). Segurança humana é assim um conceito recente utilizado para a compreensão das vulnerabilidades actuais do mundo cujos proponentes desafiam a noção tradicional de segurança nacional. Argumentam que o referencial adequado para a segurança é o indivíduo e não o Estado e que para a estabilidade nacional, regional e global é necessária uma visão de segurança centrada nas pessoas. Actualmente a segurança humana faz parte do currículo de muitas matérias ensinadas nas universidades como as relações internacionais, a globalização ou estudos dos direitos humanos. Os críticos desta ideia argumentam que a pouca precisão deste conceito enfraquece a sua eficácia. Por outro lado argumentam que se terá tornado pouco mais do que um instrumento dos activistas que desejam promover certas causas. Também afirmam que o conceito não ajuda a comunidade científica a compreender o que significa “segurança” nem ajuda os decisores a formularem boas políticas.

A definição de segurança humana contida no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 promove a ideia de que a noção de segurança global deveria ser alargada para passar a incluir também as ameaças em sete áreas: (i) segurança económica, (ii) Segurança alimentar, (iii) segurança sanitária, (iv) segurança ambiental, (v) segurança pessoal, (vi) segurança comunitária e (vii) segurança política.

Desde a difusão do Relatório de 1994 a noção de segurança humana tem vindo a receber cada vez mais atenção pelas principais instituições de desenvolvimento global, tais

⁸⁶ United Nations Development Programme. 1994. *Human Development Report*. New York, Oxford: Oxford University Press [em linha]. [referência de 17 de Abril de 2010]. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994> em 17 de Abril de 2010]

como o Banco Mundial. Um outro relatório, entregue ao Secretário-geral das Nações Unidas em 2003, elaborado pela Comissão de Segurança Humana⁸⁷, marca a evolução do conceito de segurança humana e propõe uma série de medidas a implementar, muitas delas em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A Comissão analisou seis esferas relacionadas com o conflito e a pobreza, nas quais se considerou que as manifestações de insegurança humana eram importantes e generalizadas: (i) protecção das pessoas em situações de conflito violento; (ii) protecção e autonomização das pessoas “em movimento”; (iii) protecção e autonomização das pessoas em situações posteriores a conflitos; (iv) insegurança económica – o poder de escolher entre oportunidades; (v) a saúde como elemento da segurança humana; (vi) conhecimentos, competências e valores como elementos da segurança humana.

Com base nestas seis perspectivas a Comissão propôs uma série de recomendações concretas relativas ao reforço da segurança humana: proteger as pessoas expostas a conflitos violentos e da proliferação das armas, apoiar a segurança das pessoas “em trânsito”, criação de fundos para a segurança humana em situações pós-conflito, incentivar o comércio e o mercado justos, beneficiando os pobres extremos, ajudar a proporcionar níveis mínimos de vida, dar prioridade à garantia de acesso a cuidados de saúde a todos, assegurar o ensino básico universal, etc.⁸⁸

O conceito de segurança humana e a sua aplicabilidade têm sido tema de muitos trabalhos desde então, para além de terem proliferado as instituições, organizações e publicações periódicas⁸⁹ dedicadas à segurança humana. Entre os mais recentes autores

⁸⁷ A Comissão de Segurança Humana foi criada em Janeiro de 2001 por iniciativa do Governo do Japão mas, em resposta ao apelo do Secretário-geral das Nações Unidas durante a Cimeira do Milénio 2000, desenvolveu as suas actividades no âmbito da ONU. O trabalho da Comissão foi possível devido ao apoio também da Fundação Rockefeller, do Banco Mundial, da Fundação Greentree, do governo da Suécia, etc. Os seus trabalhos desenvolveram-se em colaboração com o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

⁸⁸ Comissão de Segurança Humana. 2003. *Síntese do Relatório de Segurança Humana de 2003*. [em linha]. [referência de 18 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.humansecurity-chs.org/finalreport/Outlines/outline_portuguese.pdf>.

⁸⁹ Por exemplo, o *Human Security Journal / Revue de la Sécurité Humaine*, do Center for Peace and Human Security - FNSP/IEP, em Paris. É também de referir o *The Human Security Gateway* [<<http://www.humansecuritygateway.com/>>], um site de pesquisa e informação que agrupa recursos

que, desde têm desenvolvido investigação nesta área, desde a emissão do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994, destacam-se Roland Paris⁹⁰, Shahrbanou Tadjbakhsh e Anuradha Chenoy⁹¹, Sabina Alkire⁹², Caroline Thomas⁹³, Frances Stewart⁹⁴, e Nicholas Thomas e William T. Tow⁹⁵. Estes dois últimos autores, num seu artigo de 2002⁹⁶, indicavam, ou melhor, previam um caminho viável de aplicação do conceito de segurança humana (conceito que, de qualquer modo, achavam ainda bastante imaturo em 2002) que é o de que, embora a política geral de segurança inclua tanto as questões internas de um Estado como as internacionais, a aplicação do conceito de segurança humana permitirá transcender as prerrogativas da soberania e enfrentar, de uma forma muito mais eficaz, as ameaças transnacionais emergentes.

De qualquer forma esta visão de que a segurança humana poderia sobrepor-se ao respeito pela soberania não teria ainda sido confirmada, pois os exemplos que poderiam ser usados para a sua validação, como os movimentos de refugiados e deslocados internos do Sudão (especialmente da sua província do Darfur) desde 2001 até agora, as expulsões violentas (com mortos e feridos) de imigrantes e refugiados na África do Sul em 2009 ou a presença do Exército de Resistência do Senhor (Lord's Resistance Army), do general rebelde ugandês Laurent Nkunda no Leste da República Democrática do Congo, desde

electrónicos e bibliográficos sobre segurança humana. Pertence a um centro de pesquisa com financiamento independente, o “Human Security Report Project” (HSRP), com base na School for International Studies da Universidade Simon Fraser, de Vancouver, Canadá

⁹⁰ PARIS, Roland. 2001. Human Security - Paradigm Shift or Hot Air? *In International Security*, Vol. 26, No. 2. Paris, pp. 87-102.

⁹¹ TADJBAKHS, Shahrbanou, CHENOY, Anuradha M. 2006. *Human Security: Concepts and Implications*, London: Routledge. Cf. também TADJBAKHS, S. 2007. Human Security In International Organizations: Blessing or Scourge?, *The Human Security Journal*, Volume 4, Summer 2007; e Shahrbanou Tadjbakhsh, *Human Security : The Seven Challenges of Operationalizing the Concept*, Human Security: 60 minutes to Convince, UNESCO, September 13, 2005-09-14, Paris France.

⁹² ALKIRE, Sabina. 2003. A Conceptual Framework for Human Security. *Working Paper 2*. Centre for Research on Inequality, Human Security, and Ethnicity (CRISE). London: University of Oxford.

⁹³ THOMAS, Caroline. 2001. Global Governance, Development and Human Security: Exploring the Links, *Third World Quarterly*, Vol. 22, No. 2, pp. 167-168.

⁹⁴ STEWART, Frances. 2004. Development and Security, *Centre for Research on Inequality, Human Security, and Ethnicity (CRISE), Working Paper 3*, London : University of Oxford.

⁹⁵ THOMAS, N. and TOW, WT. 2002. The Utility of Human Security: Sovereignty and Humanitarian Intervention. *SAGE Publications*, Vol. 33(2): 177-192. Nicholas Thomas é investigador do Centre of Asian Studies da Universidade de Hong Kong e da International Relations and Asian Politics Research Unit da Universidade de Queensland, Austrália. William T. Tow é seu colega em ambas as instituições.

⁹⁶ *Op. Cit.*

2006, não têm até à data sido tratados com recurso à necessidade de consagrar a segurança humana, pois a soberania dos Estados (ou a *realpolitik*) continua a ser o conceito mais validado.

2.5.2. As ameaças à segurança

Como é que as diferentes ameaças à segurança se posicionam face aos diversos níveis do Sistema Internacional? No quadro da figura 2.1 apresentam-se as três ameaças em consideração neste trabalho, postas perante situações de nível global, regional e local (a situação interna de um Estado). Enquanto as redes terroristas e as migrações em massa ilegais têm uma incidência mais danosa a um nível superior, global, o tráfico de droga constitui uma ameaça à segurança especialmente no tecido interno dos Estados.

Nível/Tipo	Migrações ilegais	Tráfico Droga	Redes Terrorismo
Global	elevada	média	elevada
Regional	média	elevada	elevada
local	baixa	elevada	baixa

Figura 2.2: grau de gravidade da segurança relativamente às ameaças de migrações clandestinas, tráfico de droga e redes terroristas

O Terrorismo

Que literatura se tem produzido sobre estas três ameaças à segurança? A proliferação tem sido naturalmente muito mais intensa no que diz respeito ao **terrorismo**, especialmente desde que os EUA definiram, após os ataques de 11 de Setembro de 2001, a

“guerra ao terrorismo” como a mais importante iniciativa global para fazer face a uma ameaça. Mas a literatura sobre o terrorismo atravessou na verdade duas fases, estando nós a atravessar a segunda, devido a essa reacção global aos ataques a Nova Iorque e Washington, conforme nota Robert A. Pape.⁹⁷

A primeira fase, de acordo com aquele autor, viu trabalhos publicados sobre terrorismo nos anos 1970, 1980 e 1990 por académicos como Davis Rapoport⁹⁸, Walter Laqueur⁹⁹, Brian Jenkins¹⁰⁰, Jerrold Post¹⁰¹, Ariel Merari¹⁰², Martin Kramer¹⁰³, Bruce

⁹⁷ PAPE, Robert A. 2009. Introduction. What is new about research on terrorism. *Security Studies*, No. 18: 4. 643-650 [http://dx.doi.org/10.1080/09636410903369100, em 9 Dezembro 2009], pp. 643-644.

⁹⁸ David C. Rapoport é Professor Emeritus de Ciência Política da Universidade da Califórnia, em Los Angeles e um perito em terrorismo. É o editor do periódico académico *Terrorism and Political Violence*. Entre os principais trabalhos são de referir: *Terrorism: Critical Concepts in Political Science* (2006), *Inside Terrorist Organizations* (Cass Series on Political Violence), (2001), *The Democratic Experience and Political Violence*, (Cass Series on Political Violence, 9), em co-autoria com Leonard Weinberg (2001), *The Morality of Terrorism: Religious and Secular Justifications*, em co-autoria com Yonah Alexander (1989), *Morality of Terrorism: Religious Origins and Ethnic Implications* (Pergamon policy studies on international politics), em co-autoria com Yonah Alexander (1982), *The Rationalization of Terrorism*, em co-autoria com Yonah Alexander (1972), *Assassination and Terrorism* (1971), *The Four Waves of Terrorism* (2004) in *Attacking Terrorism* (Cronin and Ludes eds.).

⁹⁹ Walter Zeev Laqueur é um historiador norte-americano e comentador político nascido na Alemanha em 1921. Foi director do Instituto de História Contemporânea e da Biblioteca Vienense, em Londres entre 1965 e 1994. Foi fundador e editor de várias revistas e professor na Universidade de Georgetown. Foi um dos fundadores dos estudos da violência política, Guerra de guerrilha e terrorismo. Entre a sua variadíssima obra é de destacar, nas publicações mais recentes, *The Age of Terrorism*, Boston ; Toronto : Little, Brown, 1987; *Europe In Our Time : A History, 1945-1992*, New York : Viking, 1992; *Guerrilla Warfare: A Historical and Critical Study*, Transaction Publishers, 1997; *Origins of Terrorism: Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind*, Woodrow Wilson Center Press, 1998; *The New Terrorism : Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*, New York : Oxford University Press, 1999; *A History of Terrorism*, New Jersey : Transaction Publishers, 2001; *No End to War : Terrorism in the Twenty-first Century*, New York : Continuum, 2003; *Voices of Terror: Manifestos, Writings and Manuals of Al Qaeda, Hamas, and Other Terrorists from Around the World and Throughout the Ages*, Sourcebooks, Inc, 2004; (2004) *No End to War: Terrorism in the Twenty-first Century*, Continuum International Publishing Group

¹⁰⁰ Brian Michael Jenkins é um perito em terrorismo e segurança de transportes. Foi conselheiro de segurança e questões de terrorismo de diversas entidades, incluindo organizações privadas, a Igreja Católica, etc. É autor de vários livros, incluindo *Unconquerable Nation* (2006) e *Will Terrorists Go Nuclear?* (2008). Actualmente é conselheiro do presidente da RAND Corporation.

¹⁰¹ Jerold Post é professor de psiquiatria, de psicologia política e de assuntos internacionais. É também Director do Programa de Psicologia Política na Universidade de George Washington. Actualmente é Presidente da Task Force da APA para o Terrorismo Nacional e Internacional e a Violência.

¹⁰² Ariel Merari é professor na Universidade de Tel Aviv. Especialista em terrorismo e violência política durante mais de 30 anos, tem muitas publicações sobre a temática. Publicou “Terrorism as a Strategy in Insurgency,” na revista *Terrorism and Political Violence*, Vol. 5, No. 4 (Winter 1993), pp. 213–251; *Driven to Death: Psychological and Social Aspects of Suicide Terrorism* (no prelo, previsto para Maio de 2010).

¹⁰³ Martin Seth Kramer é um académico norte-americano especializado em política do Islão e arábica. Essencialmente escreve sobre a História política e intelectual do Médio Oriente do Século XX. Entre as suas obras são de referir: *Islam Assembled* (1985); *Shi'ism, Resistance, and Revolution* (1987); *Hezbollah's Vision of the West* (1989); *Arab Awakening and Islamic Revival: The Politics of Ideas in the Middle East* (1996);

Hoffman¹⁰⁴ e Marta Crenshaw¹⁰⁵, alguns dos quais continuam a fazer contribuições hoje em dias. A segunda vaga, de acordo com Pape, começou após os ataques terroristas do 11 de Setembro. A esta vaga associaram-se nomes como Robert Art¹⁰⁶, Daniel Byman¹⁰⁷, Mohammed Hafez¹⁰⁸, Alan Krueger¹⁰⁹, Andrew Kydd¹¹⁰, Ami Pedahzur¹¹¹, Louise Richardson¹¹², Marc Sageman¹¹³, Barbara Walter¹¹⁴ e Robert Pape¹¹⁵.

The Islamism Debate (1997); *Ivory Towers on Sand: The Failure of Middle Eastern Studies in America* (2001).

¹⁰⁴ Bruce Hoffman é professor na Universidade de Georgetown e um perito em terrorismo e contra-insurreição. Foi Director do gabinete da *RAND Corporation* em Washington de 1998 a 2006, Vice-Presidente dos Assuntos Externos da RAND (2001-2004). Entre as suas publicações incluem-se *Inside Terrorism* (1998 e 2006); *The Failure of Britain's Military Strategy in Palestine, 1939-1947* (1983). É também editor de *Studies in Conflict and Terrorism*.

¹⁰⁵ Martha Crenshaw é professora de ciência política na Universidade de Stanford. Investiga as inovações nas campanhas terroristas, as distinções entre terrorismo “antigo” e “moderno”, por que são os EUA alvo de terrorismo e a eficácia das medidas de contra-terrorismo. Tem vasta obra sobre terrorismo político. Entre os seus trabalhos destacam-se: "The Concept of Revolutionary Terrorism," (*Journal of Conflict Resolution*, 1972); "Terrorism, Strategies, and Grand Strategies," (in *Attacking Terrorism*, Georgetown University Press); "Terrorism and Global Security," (in *Leashing the Dogs of War: Conflict Management in a Divided World*, United States Institute of Peace Press); "Explaining Suicide Terrorism: A Review Essay," (in the journal *Security Studies*).

¹⁰⁶ Robert J. Art é professor de Relações Internacionais na Universidade de Brandeis. Subscreeve o neo-realismo, ou seja, defende que a força ainda subsiste nas estruturas de poder do mundo moderno. Entre as suas obras destacam-se: *A Grand Strategy for America* (2003); *Reorganizing America's Defense* (1985) – (contribuinte e co-editor com Samuel P. Huntington e Vincent Davis); *U.S. Foreign Policy: the Search for a New Role* (1993) (contribuinte e co-editor com Seyom Brown); *The United States and Coercive Diplomacy* (2003) (contribuinte e co-editor com Patrick Cronin); *Democracy and Counterterrorism* (2007); (contribuinte e co-editor com Louise Richardson); *America's Grand Strategy and World Politics* (2009).

¹⁰⁷ Dan Byman é um especialista em contra-terrorismo e segurança do Médio Oriente. Dirige o *Center for Peace and Security Studies* da Universidade de Georgetown, onde também é Professor assistente no Programa de Estudos de Segurança. É *Senior Fellow* não-residente no *Saban Center for Middle East Policy* na *Brookings Institution*. Entre as suas obras destacam-se: *The Five Front War: The Better Way to Fight Global Jihad* (Wiley and Sons, 2007); *Things Fall Apart: Containing the Spillover from an Iraqi Civil War* (Brookings, 2007) (em co-autoria com Kenneth Pollack); *Deadly Connections: States that Sponsor Terrorism* (Cambridge University Press, 2005); *The Dynamics of Coercion: American Foreign Policy and the Limits of Military Might* (Cambridge University Press, 2002) (em co-autoria com Matthew Waxman); *Keeping the Peace: Lasting Solutions to Ethnic Conflicts* (Johns Hopkins University Press, 2002).

¹⁰⁸ Mohammed Hafez foi até recentemente professor na Universidade do Missouri e recentemente lecciona na Escola Naval de pós-graduações em Monterey, na Califórnia. É autor de várias obras sobre a temática do terrorismo. Entre essas são de destacar *The Strategy and Ideology of Martyrdom*, de *Why Muslims Rebel e Manufacturing Human Bombs*.

¹⁰⁹ Alan Bennett Krueger é um economista norte-americano, professor de *Economics and Public Affairs* na Universidade de Princeton e investigador associado no *National Bureau of Economic Research*. Em Março de 2009 foi nomeado Sub-Secretário do Tesouro para a política económica. Os seus trabalhos, dedicados essencialmente à área económica, têm inflectido para aspectos do terrorismo. Destacam-se: *Myth and Measurement: The New Economics of the Minimum Wage* (1995. Princeton: Princeton University Press, em co-autoria com David Card); *Education Matters: Selected Essays by Alan B. Krueger*, (2001. Cheltenham, UK: Edward Elgar); *What Makes a Terrorist: Economics and the Roots of Terrorism* (2007. Princeton: Princeton University Press).

A primeira vaga de investigação sobre o fenómeno do terrorismo foi fortemente influenciada pelo aumento da violência, um aumento lento mas progressivo, contra civis inocentes e membros das forças armadas e de segurança, especialmente aqueles que se encontravam de folga, fora dos quartéis ou das esquadras de polícia. Essas acções eram realizadas por actores não governamentais contra as sociedades ocidentais – especialmente o Reino Unido, a Espanha e outros países da Europa Ocidental, Israel e Japão, durante o decurso das três décadas acima referidas. Os EUA não eram imunes a este fenómeno, que se passava essencialmente fora do seu território e atingindo principalmente os seus aliados da Guerra-fria.¹¹⁶ Esta primeira vaga de investigação e estudo do fenómeno do terrorismo conseguiu, para além de outros desenvolvimentos, estabelecer os fundamentos da futura investigação e mesmo antever muitas das principais questões sobre as quais se debruçariam muitos dos principais investigadores da segunda vaga. Enquanto novas hipóteses iriam

¹¹⁰ Andrew Kydd foi professor nas Universidades da Califórnia, em Riverside e de Harvard, antes de integrar o Departamento de Ciência Política da Universidade de Wisconsin em 2007. O seu interesse centra-se na análise de teoria dos jogos das questões de segurança nacional tais como proliferação, terrorismo, confiança e resolução de conflitos. Tem artigos publicados em diversos periódicos, como o *American Political Science Review*, *International Organization*, *World Politics*, e *International Security*. O seu livro *Trust and Mistrust in International Relations* foi publicado em 2005 pela Princeton University Press e ganhou um prémio de melhor livro em 2006 (*Conflict Processes Best Book Award*).

¹¹¹ Ami Pedahzur é professor associado da Universidade do Texas, Austin, onde lecciona Estudos de Governo e do Médio Oriente. As suas principais áreas de interesse são terrorismo e contra-terrorismo. É editor associado da revista *Studies in Conflict and Terrorism*. Publicou *Suicide Terrorism* (Polity Press, 2005) e *The Israeli Secret Services and the Struggle Against Terrorism* (Columbia University Press, 2009).

¹¹² Louise Richardson é uma cientista política da Universidade de St Andrews, na Escócia. O seu interesse académico liga-se à segurança internacional, com foco nos movimentos terroristas. Ensinou durante vários anos no curso *Terrorist Movements in International Relations*, em Harvard. É autora de *What Terrorists Want: Understanding the Enemy, Containing the Threat* (New York: Random House Publishing Group, 2007), uma obra de referência sobre o terrorismo.

¹¹³ Marc Sageman, antigo oficial de operações da CIA, trabalhou no Paquistão junto dos mujaedins do Afeganistão. Foi conselheiro do governo Norte-americano para a “Guerra ao Terror”. Obras publicadas: *Understanding Terror Networks* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004); *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008).

¹¹⁴ Barbara F. Walter é professora de Relações Internacionais e Estudos do Pacífico na Universidade de S. Diego. É perita em segurança internacional com especial ênfase em guerra internas, acordos e cooperação e ainda terrorismo e contra-terrorismo. O seu mais recente livro é *Reputation and Civil War: Why Separatist Conflicts Are So Violent* (Cambridge University Press, 2009).

¹¹⁵ Robert Anthony Pape, Jr. É um cientista político norte-americano conhecido pelos seus trabalhos em assuntos de segurança internacional, em especial as estratégias coercivas do poder aéreo e a lógica do terrorismo suicida. Actualmente é professor de Ciência política na Universidade de Chicago. Entre as suas publicações destaca-se: *Coercive Air Power*. University of Chicago, 1988; *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War* (Cornell University Press, 1996); *Dying to Win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism*. New York: Random House, 2005, e London: Gibson Square 2006).

¹¹⁶ Pape, *Op. cit.*, p. 644.

aparecer em trabalhos posteriores, foi a primeira vaga que foi responsável pela maior parte da lista das causas do terrorismo, tanto a nível individual como social, que continua a ter elevado interesse¹¹⁷. Actualmente vive-se uma segunda vaga, ligada directamente aos atentados do 11 de Setembro, que matou mais gente (três mil) do que qualquer outro ataque terrorista na História e numa escala comparada à do ataque japonês a Pearl Harbor em 1941.¹¹⁸

Embora o terrorismo tenha sido tradicionalmente visto como uma persistente mas modesta ameaça comparável com os actos individuais de violência associados com os criminosos domésticos, o 11 de Setembro aumentou o receio de outro ataque de larga escala e directo, geralmente associado a actos de guerra¹¹⁹. As novas circunstâncias estão a levar o estudo do terrorismo em novas direcções, tanto substantivas como metodológicas, afirma Pape¹²⁰. É por isso e para isso que este académico dirige, na Universidade de Chicago, um projecto sobre segurança e terrorismo (“Chicago Project on Security and terrorism” – CPOST)¹²¹ que recentemente dedicou os seus esforços de investigação aos seguintes projectos: (i) Lógica Individual de terrorismo; (ii) Género e terrorismo; (iii) Decapitação de grupos terroristas; (iv) Democracia e terrorismo. Este projecto apoia pesquisa original sobre terrorismo e segurança internacional.

O tráfico de droga

O tráfico de droga tem também merecido a atenção de académicos, políticos, investigadores e jornalistas. Este fenómeno aparece quase sempre associado ao crime organizado, pelo que os autores que publicam sobre uma temática acabam também por se interessar e envolver nos debates sobre as redes criminosas internacionais (ou transnacionais). Uma revisão da literatura sobre este fenómeno depara-se inevitavelmente

¹¹⁷ *Idem*, p.645.

¹¹⁸ *Idem*, p.646. Tradução livre do autor. No original: “which killed more people (three thousand) than any terrorist attack in history and in a scale comparable to the Japanese attack at Pearl Harbor in 1941.”

¹¹⁹ *Idem*, p. 646.

¹²⁰ PAPE, *op. cit.* p.646.

¹²¹ <http://cpost.uchicago.edu/>

com um relatório existente no *National Criminal Justice Reference Service*, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, denominado *Literature Review on Upper Level Drug Trafficking*¹²², um documento produzido por Nicholas Dorn¹²³, Michael Levi¹²⁴ e Leslie King¹²⁵, no Reino Unido, no *Great Britain Home Office Research Development and Statistics Directorate*. Este estudo tem por objectivos (i) descrever as organizações que se encontram em actividade nos níveis superiores das actividades criminosas ligadas ao tráfico de droga; (ii) tentar definir uma tipologia destas organizações; (iii) analisar as suas alterações ao longo do tempo; (iv) avaliar os impactos de intervenções específicas em tipos específicos de organizações de tráfico de droga. A revisão da literatura, que é a base desse trabalho, inclui o que se escreveu sobre as organizações de tráfico de droga de alto nível¹²⁶,

¹²² DORN, Nicholas, LEVI, Michael, KING, Leslie. 2005. *Literature Review on Upper Level Drug Trafficking*. NCJ Number: NCJ 209441. London: Great Britain Home Office Research Development and Statistics Directorate [em linha]. [referência de 18 de Abril de 2010]. Disponível na internet em <<http://www.ncjrs.gov/App/publications/abstract.aspx?ID=209441>>.

¹²³ Nicholas Dorn é investigador na Universidade de Cardiff University, e professor na Universidade Erasmus de Rotterdam. As suas áreas de trabalho actuais são as políticas de segurança europeias e internacionais, o crime económico, entre outras. Também desenvolveu investigação sobre tráfico de droga internacional. Entre as suas publicações são de referir: (i) em 2006, "Regulation and corporate crime: managers and auditors", *European Journal on Criminal Policy and Research*, volume 12, numbers 3-4, December, pp 229-255; (ii) 2006, em co-autoria com Michael Levi, 'Regulation of insurance and corporate security: integrating crime and terrorism seriousness into the analysis', *European Journal on Criminal Policy and Research*, volume 12, numbers 3-4, December, pp 257-277; (iii) em co-autoria com Michael Levi e L. Fituni, 2006, 'Economic crime in Europe - a convergence story?', in Council of Europe (ed) *Organised crime situation report 2005: focus on the threat of economic crime*, Strasbourg: CoE, see pp 68-126 & 24-126; (iv) em co-autoria com vários autores, 2005, *Literature review on Upper level drug trafficking*, relatório on-line n.º 22/05, London: Home Office.

¹²⁴ Dr. Michael Levi é professor de Criminologia na Universidade de Cardiff desde 1991. Conduz investigação internacional sobre o controlo de crimes de colarinho branco e crime organizado, corrupção e lavagem de dinheiro desde 1972, e publicou muito sobre esses temas. Publicações recentes: (i) 2007 "Organised and Terrorist Crimes", *The Oxford Handbook of Criminology* [Editors M. Maguire, R. Morgan and R. Reiner], Fourth Edition, Oxford: Oxford University Press. (ii) 2006, "Money Laundering", em co-autoria com P. Reuter e M. Tonry (ed), *Crime and Justice: A Review of Research*, Vol.34: 289-375; (iii) 2006, "The Media Construction of Financial White-Collar Crimes", in *British Journal of Criminology, Special Issue on Markets, Risk and Crime*, 46: 1037-1057.

¹²⁵ Leslie King esteve durante cerca de 30 anos no Serviço Britânico de Ciência Forense (Forensic Science Service - FSS). Na Universidade de Loughborough desenvolveu pesquisa que a levou ao doutoramento. É autora ou co-autora de mais de 80 artigos sobre química analítica, espectroscopia, toxicologia, avaliação de riscos, ciência forense e epidemiologia do abuso de drogas. Publicações: (i) 2009, *Forensic Chemistry of Substance Misuse - A Guide to Drug Control*. London: RSC Publishing; (ii) 2003, *The Misuse of Drugs Act: A Guide for Forensic Scientists*. Cambridge: Royal Society of Chemistry.

¹²⁶ Os autores designam por tráfico de droga de alto nível aquela parte do tráfico que não inclui a parte inicial nem a parte final do fluxo produtor-consumidor, ou seja, as actividades de produção e o consumo. Assim é considerada essencialmente a parte que diz respeito à gestão do "negócio", incluindo o transporte da mercadoria, os subornos, a corrupção, a lavagem do dinheiro dos lucros, etc.

publicada ou não publicada, no período de 10 anos que vai de 1995 a 2005, nas línguas inglesa, francesa, holandesa, alemã, italiana e espanhola. Os autores indicam que a análise demonstra que os mercados superiores de droga estão envolvidos nas redes e nas transacções entre três principais tipos de traficantes: político-militares, negociantes criminosos e aventureiros.

O relatório foca-se naquilo que a literatura analisada sugere sobre o posicionamento de cada tipo de organização dentro do mercado de droga, o seu grau de permanência, as suas práticas típicas de gestão de negócios e as suas principais vulnerabilidades perante a aplicação da lei. Em termos de vulnerabilidades, a literatura indica que as organizações de tráfico de droga aprendem rapidamente com os erros passados e que a natureza transnacional lhes torna muito fácil aprenderem com as experiências umas das outras. Na verdade, a investigação sugere que muitos traficantes consideram que existe um baixo risco no seu contacto com as instituições de aplicação da lei.¹²⁷

Os autores do relatório propõem as seguintes possibilidades para futuras pesquisas: (i) “Carreiras” dos traficantes, incluindo recrutamento, aprendizagem, estabelecimento de ligações em rede, construção da confiança mútua entre vários traficantes (p. ex. enquanto na prisão), momentos importantes de viragem e desistência; (ii) Melhor compreensão dos impactos de métodos operacionais específicos, “prova do crime” e estratégias políticas sobre zonas de fontes, de trânsito e de importação; (iii) pesquisa para análise comparativa dos lucros devidos a “compromissar” recursos financeiros a abordagens de “short strike” e “long haul”; (iv) melhor compreensão de quais as direcções e graus de alteração nos preços da droga (distinguindo alterações na fonte, no trânsito e a níveis mais baixos) que poderão reduzir o tráfico de droga.¹²⁸ Estas pesquisas deverão ser interdisciplinares, afirmam os autores do relatório. Além disso, deverão regular-se por abordagens tanto de qualidade como de quantidade; deverão conceptualizar o tráfico em relação à aplicação da lei; deverão

¹²⁷ National Criminal Justice Reference Service (NCJRS). 2010. Adaptação do autor do resumo do conteúdo (*NCJRS abstract*) [em linha]. [referência de 19 de Abril de 2010]. Disponível em <<http://www.ncjrs.gov/App/publications/abstract.aspx?ID=209441>>.

¹²⁸ Nicholas Dorn, Michael Levi, Leslie King. *Op. Cit.*, p. 41.

ser sensíveis a questões relacionadas com a segurança; e deverão evitar a simples reciclagem dos conhecimentos dos agentes de aplicação da lei.¹²⁹

Outros estudos, tanto de instituições internacionais e governamentais como de académicos e investigadores merecem destaque na revisão da literatura produzida sobre o fenómeno do tráfico de droga. Apresentam-se de seguida alguns dos mais importantes trabalhos nesta área, com uma breve abordagem dos conteúdos de cada um deles.

O *Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs* do Departamento de Estado Norte-americano produz anualmente um relatório sobre o narcotráfico, o *International Narcotics Control Strategy Report*¹³⁰, considerado uma referência incontornável. O último relatório, de Março de 2010, está dividido em duas partes, sendo que a II Parte trata da “lavagem de dinheiro” e crimes financeiros, denotando-se o propósito de ligar os crimes de “colarinho branco” ao narcotráfico. Ao longo de quase 700 páginas o relatório apresenta a situação do narcotráfico em quase todos os países do mundo. É, portanto, uma utilíssima ferramenta para análise de alguns aspectos desta investigação, tanto a nível global, como regional e local.

O relatório apresenta os dados de Março de 2009 a Março de 2010 e identifica os países maiores produtores de estupefacientes ou os mais relevantes países de trânsito. Estes são Afeganistão, Bahamas, Bolívia, Brasil, Burma, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Índia, Jamaica, Laos, México, Nigéria, Paquistão, Panamá, Paraguai, Perú e Venezuela. Destes 20 países, Burma, Bolívia e Venezuela foram indicados pelo Presidente dos EUA como tendo “falhado notoriamente” durante os 12 meses anteriores em aderir às suas obrigações sob os acordos internacionais de combate aos narcóticos e em tomar as medidas necessárias previstas. Apesar disso, de acordo com o relatório, o Presidente dos EUA determinou que a existência de um interesse vital nacional permitia que se continuasse a financiar a Bolívia e a Venezuela em programas essenciais

¹²⁹ *Idem, ibidem.*

¹³⁰ Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. 2010. *Department of State's International Narcotics Control Strategy Report, Vol I – Drug and Chemical Control and Vol. II – Money laundering and financial crimes.* [em linha]. [referência de 13 de Abril de 2010]. Disponível em <<http://www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/>, em 13 de Abril de 2010>.

para o interesse nacional¹³¹. Foram identificados os seguintes países como os maiores fabricantes de precursores (químicos essenciais para a produção) de narcóticos: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, China, Alemanha, Índia, México, Holanda, Singapura, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Reino Unido e os Estados Unidos. Finalmente, reconhecendo a ligação entre o narcotráfico e as grandes operações de lavagem de dinheiro, o relatório disponibiliza a lista dos países onde foram detectadas as mais importantes operações criminosas deste tipo¹³².

A INTERPOL produz também um relatório anual sobre crimes transnacionais¹³³. Embora muito mais genérico do que o do Departamento de Estado Norte-americano analisado acima, este relatório aponta para os principais sucessos do combate ao crime organizado, indicando também resultados no combate ao narcotráfico. O relatório de 2008, analisado aqui, refere os principais centros de passagem da droga, por exemplo da cocaína, originária da América do Sul com destino à Europa, mas com passagem pela África Ocidental (embora o Sudeste Asiático esteja a aumentar em importância como destino final).¹³⁴ O relatório de 2008 refere a importante investigação da INTERPOL que conduziu à acusação de traficantes de cocaína, na Guiné-Bissau, em 2008, o que será detalhado mais à frente na II parte deste trabalho.

A ONU é também uma incontornável instituição relativamente à produção de documentação sobre o tráfico de droga. O relatório de 2009¹³⁵ do Director Executivo do

¹³¹ *Op. Cit.*, p. 4

¹³² A lista, extensa, aparece na página 5 do relatório de Março de 2010: Afeganistão, Antigua e Barbuda, Austrália, Áustria, Bahamas, Belize, Bolívia, Brasil, Burma, Cambodja, Canadá, Ilhas Caimão, China, Colômbia, Costa Rica, Chipre, República Dominicana, França, Alemanha, Grécia, Guatemala, Guernsey, Guiné-Bissau, Haiti, Hong Kong, Índia, Indonésia, Irão, Ilha Man, Israel, Itália, Japão, Jersey, Quênia, Letónia, Líbano, Liechtenstein, Luxemburgo, Macau, México, Holanda, Nigéria, Paquistão, Panamá, Paraguai, Filipinas, Rússia, Singapura, Espanha, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Ucrânia, Emiratos Árabes, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

¹³³ INTERPOL. 2008 *INTERPOL Annual report*. 2010. Documento on-line [descarregado em 11 de Janeiro de 2010 do sítio da internet da INTERPOL <http://www.interpol.int/ICPO/InterpolAtWork/iaw2008-pdf>]

¹³⁴ Conforme referido no Relatório de 2008 da INTERPOL (p. 28) “The drug trade affects all parts of the world, either as source, transit or destination country. For example, cocaine is smuggled from South America via West Africa to Europe or, increasingly, to Southeast Asia. Given the need for a fully global response to the problem, we work closely with the United Nations and regional agencies such as the associations of police chiefs in Africa.”

¹³⁵ UNODC. 2009. *Organized Crime and its Threat to Security: tackling a disturbing consequence of drug control (E/CN.7/2009/CRP.4-E/CN.15/2009/CRP.4)*. [em linha]. [referência de 12 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.unodc.org/>>.

Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e o Crime sublinha a relação entre o crime organizado, nomeadamente as redes de tráfico de droga e a insegurança mundial. Sublinhando o indesmentível sucesso do combate ao consumo de drogas, pois só uma pequena fracção da humanidade consome, em comparação com os consumidores de álcool e de tabaco, o relatório alerta para o advento de um fenómeno que está a tomar proporções dramáticas: o mercado criminoso de venda de drogas. Este mercado, se continuar a evoluir como até agora poderá provocar consequências desastrosas. De facto, “o crime e a corrupção associados com o tráfico de droga estão dar argumentos a uma minoria muito sonora de lobista a favor dos narcóticos o que lhes permite argumentar que a cura é pior do que a doença e que só a legalização da droga é a solução”¹³⁶ Este relatório foca-se em três necessidades para o sucesso do combate ao narcotráfico, identificadas pelo UNODC. Em primeiro lugar, é necessária uma estratégia integrada, ou seja, o combate deve incluir todos os elementos da cadeia de droga: o fornecimento, o comércio e a procura. Em segundo lugar, é necessário haver resistência da comunidade, pois a droga infecta especialmente alguns segmentos da sociedade. Em terceiro lugar é necessário um empenhamento partilhado por todos, pois a droga não afecta apenas as pessoas, mas também corrompe os governos, tal como as finanças e os negócios. Finalmente o relatório chama a atenção de que as convenções sobre o combate à droga, embora bem sucedidas nas questões de defesa da saúde, estão sob ataque de uma direcção não prevista no início deste combate: a emergência de cartéis da droga suficientemente poderosos para afectar tanto a política como os negócios.

Para além das organizações internacionais e dos investigadores ligados a grandes instituições de investigação e pesquisa sobre o fenómeno do crime transnacional organizado, e na perspectiva psicológica e social, do tráfico e consumo de estupefacientes, nos aspectos psicológicos e sociais, o autor destas linhas não encontrou (talvez porque não existe de forma ostensiva, pragmática) uma escola de pensamento sobre este tema, que, segundo tudo indica, não deixaria de ser um tema maior nas problemáticas ligadas às

¹³⁶ UNODC, *op. cit.*, p. i. Tradução livre do autor. No original: “In fact, the crime and corruptions associated with the drug trade are providing strong evidence to a vocal minority of pro-drug lobbyists to argue that the cure is worse than the disease, and that drug legalization is the solution.”

Relações Internacionais. Contudo, volta-se a referir o documento do Great Britain Home Office Research Development and Statistics Directorate, pois o seu relatório de 2005 *Literature Review on Upper Level Drug Trafficking* contém uma muito extensa e importante bibliografia (211 entradas), que o investigador não pôde encontrar com tal dimensão em outro local. A equipa de investigação de elaborou esse relatório decidiu analisar só a bibliografia produzida em algumas línguas, inglês, francês, holandês, alemão, italiano e espanhol, devido à nacionalidade dos investigadores, supõe-se, mas também devido com certeza à disponibilidade de literatura nessas línguas.

Na realidade poderá não ser assim tão adversa a situação dos estudos académicos sobre o tráfico de droga e os seus efeitos na segurança internacional. Existe um vasto acervo de literatura, com autores e instituições que se podem considerar de referência¹³⁷, sobre criminalidade transnacional, como um fenómeno que integra crimes à escala global, onde o tráfico de droga, na perspectiva do elevadíssimo volume de negócios que gera, deverá ser considerado uma das mais relevantes actividades criminosas. Na sua obra *Transnational Organized Crime and International Security: business as usual?*, Mats Berdal e Mónica Serrano questionam mesmo se o tema do crime transnacional organizado deveria ser adequadamente considerado um desafio para a segurança internacional.¹³⁸ Mas acabam por concluir que relativamente à “dimensão internacional do crime organizado, foi há muito reconhecido (...) [a existência de] cooperações transfronteiriças e alianças estratégicas entre organizações criminosas (...) o que não é de modo nenhum um fenómeno novo”.¹³⁹

¹³⁷ Algumas obras a consultar, sobre esta temática, poderão ser: Phil Williams, Dimitri Vlassis. 2001. *Combating transnational crime: concepts, activities, and responses*. London, Portland (USA): Frank Cass Publishers, e National Academy of Sciences. 1999. *Transnational Organized Crime: Summary of a Workshop*. Washington: National Academy Press.

¹³⁸ Mats R. Berdal, Mónica Serrano. 2002. *Transnational organized crime and international security: business as usual?* Boulder (Colorado), London: Lynne Rienner Publishers, Inc, p. 1.

¹³⁹ Mats R. Berdal, Mónica Serrano, *op. cit.*, p. 1. Tradução livre do autor. No original: “Certainly, the international dimension of organized crime has long been recognized (...) cross border cooperations and strategic alliances between criminal organizations (...) are far from being an entirely new phenomenon”.

O tráfico humano e as migrações clandestinas

As questões das ameaças à segurança devidas ao tráfico de droga são da mesma forma aplicadas aos problemas do tráfico humano e das migrações clandestinas. Os autores que se debruçam sobre o crime transnacional organizado acabam, assim, a tratar do tráfico de droga, do tráfico de armas e da lavagem de dinheiro, por necessariamente abordarem os crimes relacionados com o trânsito e o trabalho de pessoas que são movimentadas por redes clandestinas. Mesmo as instituições internacionais especializadas, como o Gabinete das Nações Unidas para a droga e o crime – UNODC –, ao elaborarem os seus relatórios sobre o assunto principal das suas preocupações, acabam por também analisar e reportar os factos sobre o fenómeno das migrações clandestinas, dos movimentos forçados das populações e do tráfico humano em geral, muitas vezes caracterizando o crime de escravatura. Porque, na generalidade, são as mesmas redes criminosas que actuam nos mesmos percursos e a “mercadoria” que fazem fluir dos locais de produção para o consumidor tanto pode ser cocaína, como mulheres ou crianças forçadas à prostituição, como trabalhadores ilegais, como armas. Como refere Pino Arlacchi¹⁴⁰, “Numa primeira abordagem muitas organizações criminosas parecem empresas legais. Contudo, é mais preciso dizer-se que elas apenas tendem a imitar aquelas”¹⁴¹. Uma das diferenças entre os dois tipos de empresas será a sua grande flexibilidade, não tolhida por constrangimentos legais ou morais: “Movem o foco das suas actividades de um sector para outro – do tráfico de bens roubados para falsificações, de drogas para tráfico de seres humanos e assim por diante – com uma facilidade que não era conhecida no passado”¹⁴².

¹⁴⁰ Pino Arlacchi é um sociólogo italiano que tem desenvolvido estudos e ensaios sobre a máfia. Em 1997 foi nomeado director-geral do gabinete das nações Unidas em Viena e do gabinete para o Controlo da Droga e Prevenção de Crimes das Nações Unidas, actualmente UNODC. Actualmente é professor de sociologia na Universidade de Sassari, Itália. Publicou *Mafia Business: The Mafia Ethic and the Spirit of Capitalism* (1988. Oxford: Oxford University Press) e *Mafia, Peasants and Great Estates: Society in Traditional Calabria* (1988. Cambridge: Cambridge University Press)

¹⁴¹ ARLACCHI, Pino. 2001. The dynamics of Illegal Markets. In Phil Williams, Dimitri Vlassis (Eds.) *Combating Transnational Crime: concepts, activities, and responses*. London, Portland (USA) : Frank Cass Publishers, pp. 7. Tradução livre do autor. No original: “At first glance, many criminal organizations appear as legal enterprises. However, it is more accurate to say that they tend to imitate their legal counterparts”

¹⁴² Pino Arlacchi. Op. cit. p. 7. Tradução livre do autor. No original: “They move the focus of their activities from one sector to another – from trafficking in stolen goods to counterfeits, from drugs to trafficking of human beings, and so on – with an ease not known in the past.”

Os movimentos migratórios, os fluxos de populações, são frequentemente vistos, no seu todo, como ameaças aos que “estão”. E muitas vezes se liga a migração com os problemas de segurança. Esta postura tornou-se especialmente marcante após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 a alvos no território dos Estados Unidos. Conforme refere Thomas Faist, um académico alemão que tem desenvolvido investigação na área das migrações¹⁴³, “frequentemente cenários radicais têm sido ligados às migrações internacionais, fazendo alusão ao proverbial “outro” e “estranho” como uma fonte de ameaças aos “nossos” trabalhos, às “nossas” casas e às “nossas” fronteiras, mas com aplicação mais profunda relativa a ameaças às fronteiras de Estados soberanos, segurança física, valores morais, identidades colectivas e homogeneidade cultural. (...) “As respostas aos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 têm reforçado onexo entre segurança e migrações, tornando dramática uma ligação que é publicamente conveniente.”¹⁴⁴ Na verdade, não serão as migrações que provocam insegurança, pelo menos numa escala como a que o autor crítica. O problema, conforme já referido acima, liga-se aos movimentos clandestinos de migração e as redes criminosas que os fomentam.

A OCDE dedica muita atenção à questão das migrações, pois os imigrantes são considerados factores de crescimento na Europa: “Os países da OCDE precisam de fazer um melhor trabalho no que respeita à integração dos imigrantes e, especialmente, dos seus filhos.”¹⁴⁵ Este problema da dificuldade de integração é especialmente grave em imigrantes com pouca formação escolar e torna-se especialmente mais grave na crise económica que actualmente se vive. Pois os imigrantes são os “mais arduamente afectados aquando de condições económicas adversas. As políticas devem orientar-se para solucionarem o

¹⁴³ Professor na Universidade de Ciências Aplicadas de Bremen, Alemanha (University of Applied Sciences Bremen). Publicou: Thomas Faist (ed.). 2006. *Dual Citizenship in Europe: From Nationhood to Societal Integration*. Avebury, UK: Ashgate.

¹⁴⁴ Thomas Faist. 2002. “Extension du domaine de la lutte: International Migration and Security before and after September 11, 2001”. In *International Migration Review*, Vol. 36 Number 1 (Spring 2002), pp 7-14. Tradução livre do autor. No original: “Quite often, dire scenarios have been connected to international migration, alluding to the proverbial “other” and “stranger” as a source of threats to “our” jobs, housing and borders, but also more far-reaching on to logical threats to the borders of sovereign states, bodily security, moral values, collective identities and cultural homogeneity. (...) “The responses to the events on September 11 have reinforced the security-migration nexus, dramatizing a publicly convenient link” (...)

¹⁴⁵ OECD. 2019. *International Migration Outlook: SOPEMI 2009*. Special Focus: managing labour migration beyond the crisis. Multilingual summaries, Paris: OECD Publishing. [em linha]. [referência de 21 de Abril de 2010]. Disponível em <<http://www.oecdbookshop.org/>>. p. 5.

isolamento geográfico e social das comunidades imigrantes, que dificulta a aprendizagem da língua e o acesso aos empregadores e às oportunidades de emprego”¹⁴⁶. O que é verdade é que os países de acolhimento necessitam de mão obra imigrante e, “se a migração for correctamente gerida, pode ser vantajosa para o país de destino e, da mesma forma, pode trazer benefícios significativos para os países de origem.”¹⁴⁷

Outro grave problema é o tráfico humano e, muitas vezes, é difícil distinguir entre migração clandestina e este fenómeno mais geral, e mais ligado à escravatura e à exploração sexual de mulheres e crianças¹⁴⁸ mas onde também se poderá incluir um “sub-fenómeno”, o do tráfico de órgãos humanos¹⁴⁹. Estes são realmente problemas de segurança pois os canais por onde circulam estas pessoas são aqueles montados pelas redes transnacionais criminosas¹⁵⁰.

As Nações Unidas, através do seu gabinete UNODC, têm levado a cabo uma série de iniciativas para combater o flagelo do tráfico humano. Numa publicação do UNODC, o tráfico humano é referido como afectando praticamente todos os países do mundo, seja para exploração sexual, seja para trabalhos forçados. A resposta internacional, diz a publicação, é desequilibrada¹⁵¹. Aquele Gabinete tem vindo a disponibilizar ajuda e aconselhamento, não só a ajudar à redacção de legislação para o combate a este flagelo, mas também a criar estratégias nacionais e a disponibilizar recursos para as implementar.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 5.

¹⁴⁷ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴⁸ Para a análise do tráfico de mulheres e crianças e da sua exploração sexual, cf. Livia Pomodoro.2001. “Trafficking and sexual exploitation of women and children”. In Phil Williams, Dimitri Vlassis (Eds.) *Combating Transnational Crime: concepts, activities, and responses*. London, Portland (USA): Frank Cass Publishers. Pp. 237-242.

¹⁴⁹ Sobre o fenómeno de tráfico de órgãos humanos, cf. Nancy Scheper-Hughes. 2004. “Parts unknown: Undercover ethnography of the organs-trafficking underworld”. *Ethnography*; 5: 29-73. D. A. Budiani-Saberi e F. L. Delmonico. 2008. “Organ Trafficking and transplant Tourism: A Commentary on the Global Realities”. In *American Journal of Transplantation* 2008, 8: 925-929.

¹⁵⁰ Pino Arlacchi. 2001. “The dynamics of Illegal Markets”. In Phil Williams, Dimitri Vlassis (Eds.) *Combating Transnational Crime: concepts, activities, and responses*. London, Portland (USA): Frank Cass Publishers, pp. 7. Tradução livre do autor. No original: “At first glance, many criminal organisations appear as legal enterprises. However, it is more accurate to say that they tend to imitate their legal counterparts. They move the focus of their activities from one sector to another – from trafficking in stolen goods to counterfeits, from drugs to trafficking of human beings, and so on – with an ease not known in the past”

¹⁵¹ UNODC. 2009c. *Act Against Human Trafficking* [publicação on-line descarregada do site do UNODC em 6 de Novembro de 2009. <http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Act-Against-Human-Trafficking.pdf>], p. 2.

Em 2000 a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, inserido na Convenção Contra o Crime Transnacional Organizado (o outro protocolo da Convenção é o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar, adoptado pelas Nações Unidas em Palermo, em 2000)¹⁵². O protocolo contra o tráfico entrou em vigor em 25 de Dezembro de 2005, passando a constituir um marco importante nos esforços internacionais para acabar com o comércio de pessoas. Este protocolo providencia a primeira definição acordada internacionalmente sobre tráfico de pessoas, requer aos países que criminalizem o tráfico de pessoas, cria um enquadramento para a assistência protecção das vítimas e pede a cooperação de todos os países e entre todos os países. Apesar de, até Janeiro de 2008, 117 países terem assinado o protocolo e de 116 o terem ratificado, muito poucos criminosos foram ainda condenados e a grande maioria das vítimas provavelmente.¹⁵³

Portugal tem um plano de combate ao tráfico humano, o “I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos, 2007-2010”¹⁵⁴, derivado e inspirado na Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional e no seu Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, à repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas. Este plano apresenta quatro áreas de intervenção, definindo medidas para a sua operacionalização em cada uma das áreas.

No seu preâmbulo, o plano sublinha que o “[O] tráfico de seres humanos é, hoje em dia, uma realidade com um impacto económico comparável com o tráfico de armas e de droga.”¹⁵⁵ (...) “Abrange toda uma diversidade de problemas e realidades como a migração, o crime organizado, a exploração sexual e laboral, as assimetrias endémicas

¹⁵² Estes três documentos podem ser consultados no site do UNODC em:
<http://www.unodc.org/unodc/en/treaties/CTOC/index.html>.

¹⁵³ UNODC. 2009c. *op. cit.*, p.2.

¹⁵⁴ Presidência do conselho de Ministros. 2007. “I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos - 2007-2010”. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 119 — 22 de Junho de 2007, pp. 3938-3949. (Este documento pode ser descarregado do site oficial do Governo português:
http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/PCM/I_PNCTSH.pdf)

¹⁵⁵ *Op. cit.* P. 3938.

entre os países mais desenvolvidos e os mais carenciados, questões de género, direitos humanos, quebra de suportes familiares e comunitários, entre outros”.¹⁵⁶

Existem grupos que apresentam uma maior vulnerabilidade a tornarem-se vítimas de tráfico, apesar de este ser essencialmente um fenómeno abrangente, como indica o texto do Plano. “É o caso das mulheres que, em virtude de uma crescente feminização da pobreza, estão mais expostas a situações de exploração sexual e laboral.”¹⁵⁷ Outro grupo que merece a especial atenção desta medida é o das crianças: “As crianças apresentam-se também como um grupo mais vulnerável, sendo esta realidade um atentado ao direito inalienável de crescer num ambiente protegido e acolhedor e de ser livre de qualquer forma de abuso e/ou exploração.”¹⁵⁸

O capítulo I do Plano apresenta a fundamentação da sua necessidade, que realça não só a dimensão assumida pelo tráfico de seres humanos enquanto problemática social e de drama humano como também as medidas políticas e diplomas legais em vigor, nacional e internacionalmente. O capítulo II desenvolve as quatro áreas estratégicas de intervenção, que são (i) Conhecer e disseminar informação; (ii) Prevenir, sensibilizar e formar; (iii) Proteger, apoiar e integrar; (iv) Investigar criminalmente e reprimir o tráfico¹⁵⁹. Em cada uma destas áreas são identificadas as respectivas tarefas (“medidas”) e as entidades responsáveis pela sua execução ou coordenação. O plano também indica os indicadores de progresso dessas actividades e os indicadores de resultados.

O plano apresenta-se bem estruturado, bem enquadrado nas iniciativas que criaram um acervo importante sobre a temática em termos de Direito Internacional e dá o devido relevo às questões mais prementes. Por exemplo, “abrange toda uma série de situações de exploração, não se circunscrevendo unicamente às questões de exploração sexual”.¹⁶⁰ As questões laborais têm também um tratamento adequado neste plano, especialmente o trabalho forçado de crianças. Refere o Plano, citando estimativas da OSCE, que “as crianças representam mais de 30% do tráfico de seres humanos no mundo, estimando-se

¹⁵⁶ *Op. cit.* P. 3938.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 3939

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁵⁹ *Op. Cit.*, p. 3940.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 3941

que 1,2 milhões são vendidas anualmente para mão-de-obra na agricultura, minas ou para exploração sexual”¹⁶¹.

Tratámos assim sucintamente da análise da literatura produzida sobre os três tipos de ameaças que identificámos como relevantes para a Segurança, no contexto definido para este trabalho de investigação. Como veremos mais à frente, existirá uma relação muito directa entre segurança e desenvolvimento. Esse nexos tem merecido a atenção de políticos, analistas e investigadores. Assim, procurar-se-á apontar e analisar a literatura produzida recentemente sobre esta ligação entre dois conceitos. Mas antes de abordar essa ligação, será conveniente, para a investigação e para dar mais clareza ao raciocínio, analisar-se a literatura que se debruça sobre a caracterização do conceito de desenvolvimento.

2.6. O desenvolvimento

Como se define desenvolvimento? Abordando o assunto no relatório “In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all”, o Secretário-geral das Nações Unidas¹⁶² acaba por relevar a ideia de promoção do progresso social e melhor nível de vida em maior liberdade (*promote social progress and better standards of life in larger freedom*), como a definição de desenvolvimento melhor aplicável aos esforços da Comunidade Internacional para garantir prosperidade a toda a humanidade.

A palavra “desenvolvimento” pode ser entendida de diversas formas e de acordo com o contexto.¹⁶³ Por isso há que definir bem os seus limites no que concerne ao estudo

¹⁶¹ *Idem, Ibidem.*

¹⁶² UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL. 2005. *In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all*, Report A/59/2005, New York: UN General Assembly. [em linha]. [referência de 18 de Abril de 2010]. Disponível em <<http://www.un.org/largerfreedom>>. p. 5.

¹⁶³ Sobre o desenvolvimento existe um vasto acervo publicado, debruçando-se sobre as várias facetas do conceito: T. Allen, A. Thomas. 2000. *Poverty and development into the 21st century*. OUP. Andrew Barlett. 2007. *Plans or People: What are our Priorities for Rural Development?*. Rural Development News. (No.1) Agridea. Amit Bhaduri. 2005. *Development With Dignity*. National Book Trust. A. Escobar. 1995.

sobre o qual este texto se debruça – o nexó segurança-desenvolvimento. Para além disso, esta secção trata do estado da arte sobre o assunto em investigação, ou seja, sobre a evolução do conceito de desenvolvimento, as abordagens teóricas sobre este conceito, e as aplicações práticas que este tem originado. Só depois, na secção seguinte, se irá tratar da relação existente entre as abordagens relativas a segurança e aquelas sobre o desenvolvimento.

2.6.1. O que é?

A palavra “desenvolvimento” pode ser entendida de diversas formas e de acordo com o contexto. Por isso há que definir bem os limites do conceito no que concerne ao estudo sobre o qual este texto se debruça – o nexó segurança-desenvolvimento. Por exemplo, desenvolvimento internacional (ou global) é um conceito que, apesar de não ter ainda uma definição universalmente aceite, se usa num contexto genérico, interdisciplinar, do desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano, por outro lado, refere-se ao aumento da qualidade de vida para os seres humanos e englobará, portanto, não só a ajuda externa como a boa governação, os cuidados de saúde, a educação, a igualdade do género, a capacidade para enfrentar catástrofes, as infra-estruturas, os direitos humanos, o ambiente, etc. O desenvolvimento internacional é diferente do simples entender do significado de “desenvolvimento”, pelo menos no que diz respeito às instituições e políticas que surgiram após a II Guerra Mundial. Essas instituições focam-se no aliviar da pobreza e em melhorar as condições de vida dos países descolonizados do Sul.

Encountering development: the making and unmaking of the third world, Princeton. Francis Fukuyama. 2006. *The End of History and the Last Man*. Free Press. T. Parfitt. 2002. *The end of development? Modernity, Post-Modernity and Development*. Pluto press. Wolfgang Sachs.1992. *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*, Zed Books. F.J. Schuurman.1993. *Beyond the impasse: new directions in development theory*. Zed Books. T.Skelton, T. Allen. 1999. *Culture and Global Change*, Routledge. Stockholm International Water Institute. 2005. *Health, Dignity and Development: What Will It Take?*. UN Millennium Project. P Utting. 2003. *Promoting Development through Corporate Social Responsibility - Does it Work?*. Global Future, Third Quarter 2003, Profit and Loss? Corporations and Development. London : World Vision International.

Para uma análise da evolução da ideia de desenvolvimento, vale a pena falar dos trabalhos de Amartya Kumar Sen¹⁶⁴. As suas publicações dos anos 1960 e 1970 ajudaram a desenvolver a Teoria da Escolha Social, que apareceu primeiro nos trabalhos do economista Norte-americano Kenneth Arrow. A contribuição de Sen para a literatura foi demonstrar sob quais condições o teorema da impossibilidade de Arrow¹⁶⁵ poderia ser validado assim como poderia alargar e enriquecer a teoria da escolha social, enformada pela sua formação em história do pensamento económico e filosofia.

O Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford (*Oxford Department of International Development*) desenvolve desde há muito investigação nos diversos aspectos do desenvolvimento¹⁶⁶. Actualmente dedica-se a pesquisas sobre o impacto humano e social do desenvolvimento. Neste trabalho consideram como questões do desenvolvimento, a pobreza e a vulnerabilidade, o desenvolvimento humano e as capacidades, o trabalho, as migrações, os refugiados, o género, as crianças, a desigualdade, a etnicidade e o conflito. Também providencia pequenos cursos sobre desenvolvimento, o fenómeno das migrações forçadas e outras temáticas conexas com o desenvolvimento.

¹⁶⁴ Amartya Sen recebeu em 1998 o Nobel em Ciências Económicas pelo seu trabalho em economia de bem-estar social. Actualmente é Professor na Universidade de Harvard. É também “fellow” na Universidade de Cambridge. De entre a vasta obra publicada salienta-se: *Collective Choice and Social Welfare* (1970, Holden-Day, 1984, Elsevier); *On Economic Inequality* (New York, Norton, 1973). *Poverty and Famines : An Essay on Entitlements and Deprivation* (Oxford, Clarendon Press, 1982); *Choice, Welfare and Measurement* (Oxford, Basil Blackwell, 1982); *Food Economics and Entitlements* (Helsinki, Wider Working Paper 1, 1986); *On Ethics and Economics* (Oxford, Basil Blackwell, 1987); *Hunger and Public Action* (em co-autoria com Jean Drèze, Oxford: Clarendon Press, 1989); *Hunger and Public Action* (editado em conjunto com Jean Drèze, 1989); *Inequality Reexamined* (Oxford, Oxford University Press, 1992); *The Quality of Life* (em co-autoria com Nussbaum Martha Oxford: Clarendon Press, 1993). *India: Economic Development and Social Opportunity* (em co-autoria com Jean Drèze, 1995); *Reason Before Identity* (Oxford, Oxford University Press, 1999); *Development as Freedom* (Oxford, Oxford University Press, 1999); *Rationality and Freedom*, (Harvard, Harvard Belknap Press, 2002); *The Argumentative Indian* (London: Allen Lane, 2005); *The Idea of Justice* (London: Allen Lane, July 2009).

¹⁶⁵ Na Teoria da Escolha Social, o Teorema da impossibilidade de Arrow, ou Teorema da Grande Possibilidade, ou ainda Paradoxo de Arrow demonstra que nenhum sistema eleitoral pode converter o ranking das preferências dos indivíduos num ranking abrangendo toda a comunidade e ao mesmo tempo estar de acordo com um certo conjunto de critérios com três ou mais opções discretas para serem escolhidas. Noutra perspectiva, o Teorema da Impossibilidade de Arrow, também chamado Paradoxo de Arrow e, com pouca precisão, Teorema da Impossibilidade da democracia, demonstra que não é possível desenhar regras para a tomada de decisões sociais ou políticas que obedeam a um certo conjunto de critérios "razoáveis".(Descarregado da internet em 23 de Abril de 2010, in <http://doc.jurispro.net/articles.php?lng=pt&pg=5043>).

¹⁶⁶ <http://www.geh.ox.ac.uk/research>

Aquele departamento da Universidade de Oxford, no seu “manifesto” aos estudos de desenvolvimento¹⁶⁷, considera que a noção de desenvolvimento tem sido dominada por economistas cuja atenção tem sido focada essencialmente no crescimento. Atendendo a isso, nota que “recentemente o desenvolvimento humano e social tem sido distinguido do desenvolvimento económico, com os seus progressos sendo julgados pelo sucesso nestas dimensões”¹⁶⁸. Este manifesto, então, apresenta outras perspectivas sobre a noção de desenvolvimento, referindo que há quem defina “desenvolvimento em termos da emergência de responsabilização democrática política e burocrática, o triunfo da lei sobre o costume, a questão da sustentabilidade na exploração dos recursos, a emancipação das mulheres, ou a capacidade da sociedade de evoluir para poder englobar mais do que um único sistema de éticas públicas.”¹⁶⁹ Não negligenciando nenhuma destas abordagens, o manifesto sustenta que “quaisquer que sejam os seus significados, e seja ou não entendido como orientado por objectivos, o desenvolvimento não deixa de ser um processo histórico”¹⁷⁰.

Segundo escrevia em 1995 o Director do Programa de Políticas Sociais do Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Mundial, do Canadá, Daniel Morales-Gómez¹⁷¹, o desenvolvimento na América Latina, no passado, era visto como muito dependente das relações centro-periferia. A compreensão, contudo, de que o desenvolvimento não se desloca linearmente num eixo Norte-Sul, de que as fronteiras nacionais são permeáveis, e de que o desenvolvimento social e humano não são produtos necessariamente e directamente originados do crescimento económico levou a que fosse questionada a actual

¹⁶⁷ <http://www.qeh.ox.ac.uk/dissemination/journals/ods-manifesto>.

¹⁶⁸ Oxford Development Studies Manifesto [descarregado da internet do sítio <http://www.qeh.ox.ac.uk/dissemination/journals/ods-manifesto> em 22 de Abril de 2010]. Tradução livre do autor. No original: “More recently, human and social development have been distinguished from economic development, with progress being judged by success in these dimensions” (...)

¹⁶⁹ *Op. Cit.* Tradução livre do autor. No original: (...) “while there are those who define development in terms of the emergence of democratic political and bureaucratic accountability, the triumph of law over custom, the quest for sustainability in the exploitation of resources, the emancipation of women, or a society's evolving capacity to handle more than one system of public ethics.”

¹⁷⁰ *Op. Cit.* “Whatever the meaning of development, and whether or not it is perceived as goal-oriented, it is an historical process”.

¹⁷¹ Daniel Morales-Gómez é director do Programa de Políticas Sociais do Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Mundial, do Canadá (CRDI – sítio da internet - http://www.idrc.ca/fr/ev-27516-201-1-DO_TOPIC.html). É autor de várias obras e artigos sobre a educação e política social.

noção de desenvolvimento. Hoje em dia a necessidade de repensar o desenvolvimento tem vindo a ser cada vez mais falada. O relatório desse ano (1995) do Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), que esse autor cita, relatava que “para se resolverem os desafios crescentes da segurança humana, é necessário um novo paradigma de desenvolvimento que coloque as pessoas no centro do desenvolvimento, veja o crescimento económico como um meio e não um fim, proteja as oportunidades de vida das futuras gerações assim como as presentes, e respeite os sistemas naturais dos quais toda a vida depende.”¹⁷² O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009, intitulado “Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos”¹⁷³, põe a tónica noutras perspectivas, afirmando que a mobilidade humana pode ser um factor de desenvolvimento.

O que se verifica é que as instituições que se dedicam ao desenvolvimento evitam limitar a sua actividade pela adopção de uma definição restritiva de desenvolvimento. Vejamos alguns exemplos. O Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (CRDI) é uma empresa estatal canadiana criada pelo parlamento do Canadá em 1970 para ajudar os países em desenvolvimento a servirem-se da ciência e da tecnologia para encontrarem soluções viáveis para os problemas sociais, económicos e ambientais com que se defrontam. O apoio do CRDI serve essencialmente para a consolidação das capacidades de pesquisa locais a fim de apoiar as políticas e as tecnologias susceptíveis de contribuir para a edificação, nos países do Sul, de sociedades mais saudáveis, mais igualitárias e mais prósperas¹⁷⁴.

Apesar de tudo, existe uma variedade de expressões do conceito de desenvolvimento, de acordo com o enquadramento científico, político ou social. Vejamos alguns exemplos. O **desenvolvimento sustentável** é um padrão de utilização de recursos

¹⁷² Daniel Morales-Gómez: “A New Development Paradigm” in *SOCIAL POLICY IN A GLOBAL SOCIETY - Parallels and Lessons from the Canada-Latin America Experience*, sous la direction de Daniel Morales-Gómez et Mario Torres A. CRDI 1995 [edição em linha consultada em 23 de Abril de 2010 . http://www.idrc.ca/fr/ev-27516-201-1-DO_TOPIC.html]

¹⁷³ Documento consultado na versão portuguesa no sítio internet do UNDP, em 23 de Abril de 2010, <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/chapters/portuguese>.

¹⁷⁴ Cf. página da internet visitada em 22 de Abril de 2010, http://www.idrc.ca/fr/ev-8513-201-1-DO_TOPIC.html.

que visa ir ao encontro das necessidades humanas ao mesmo tempo que se preserva o ambiente, para que essas necessidades possam ser satisfeitas não só pelas actuais gerações como pelas futuras¹⁷⁵. Este termo foi inicialmente utilizado pela Comissão Brundtland, criada pelas Nações Unidas em 1983¹⁷⁶.

O **desenvolvimento económico** é o incremento da quantidade de pessoas dentro da população de um país com crescimento sustentável, desde uma economia simples, de baixo rendimentos, até a uma economia moderna, de grandes rendimentos. O seu objectivo inclui os processos e políticas pelas quais um país melhora o bem-estar económico, político e social do seu povo. Gonçalo L. Fonseca¹⁷⁷, professor na *New School for Social Research*, em Nova Iorque, define desenvolvimento económico como a análise do desenvolvimento económico das nações"

Outras abordagens sobre a definição de desenvolvimento são de considerar. Mahbub ul Haq¹⁷⁸, fundador do relatório sobre o Desenvolvimento Humano, aborda o desenvolvimento com um novo paradigma no seu livro *Reflections on Human Development*, editado em 1996¹⁷⁹. O seu trabalho explora esse novo paradigma cujo foco central é agora o bem-estar do ser humano. O aumento do rendimento económico é considerado um meio essencial, mas não o objectivo final do desenvolvimento, e não de certeza como aquilo q que se resume a vida humana. As políticas e as estratégias de

¹⁷⁵ Como referido no relatório de 1987 da Comissão Brundtland: Desenvolvimento sustentável é o "development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs." (Brundtland Commission. 1987. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press)

¹⁷⁶ A Comissão foi criada para lidar com a deterioração acelerada do ambiente humano e dos recursos naturais e as consequências dessa deterioração para o desenvolvimento económico e social.

¹⁷⁷ É professor na New School for Social Research, em Nova Iorque. Algumas publicações: com Leanne J. Ussher. 2002. "Microfoundations and the Marginalist Revolution,". Paper presented at the History of Economic Society Conference, University of California, Davis (July 2002); (s.d.). *The Elasticity of Substitution* essay, New York City: The New School for Social Research.

¹⁷⁸ Mahbub ul Haq foi um importante economista paquistanês e o pioneiro da Teoria do Desenvolvimento Humano. O seu trabalho também abriu caminho para novos paradigmas do desenvolvimento económico, com o estabelecimento do Conselho Económico e Social das Nações Unidas. Entre as suas obras são de referir *The Strategy of Economic Planning* (1963), *The Poverty Curtain: Choices for the Third World* (1976). Columbia University Press; *The Myth of the Friendly Markets; Reflections on Human Development* (1996) Oxford University Press. 1st edition (1996); *The UN And The Bretton Woods Institutions : New Challenges For The Twenty-First Century / Edited By Mahbub Ul Haq ... [Et Al.]* (1995); *The Vision and the Reality* (1995); *The Third World and the international economic order* (1976); *New Imperatives of Human Security* (1995); *A New Framework for Development Cooperation* (1995); *Humanizing Global Institutions* (1998).

¹⁷⁹ Mahbub ul Haq. 1995 . *Reflections on Human Development* . Oxford: Oxford University Press.

desenvolvimento são discutidas naquilo que liga o crescimento económico com as vidas humanas em diversas sociedades. Esta obra também analisa a evolução de um novo Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma medida mais abrangente do progresso socioeconómico do que a tradicional medida do produto interno bruto. Pela primeira vez é também apresentado um Índice de Liberdade Política. O livro oferece uma nova visão da segurança humana para o Século XXI onde a verdadeira segurança é igualada a segurança das pessoas nas suas casas, dos seus trabalhos, das suas comunidades e do seu ambiente. Conforme escreve o autor: “a dimensão humana do desenvolvimento não é apenas outra adição ao diálogo do desenvolvimento. É uma perspectiva completamente nova, um meio revolucionário de refazer a nossa abordagem tradicional ao desenvolvimento. Com esta transição em mente, a civilização humana e a democracia podem alcançar mais um marco. Em vez de ser o resíduo do desenvolvimento, os seres humanos poderão finalmente tornar-se o seu principal objectivo e sujeito.”¹⁸⁰

O livro apresenta muitas propostas concretas, incluindo uma abordagem para se vencerem os piores aspectos da pobreza global dentro de uma década, reformas de fundo nas instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial e o FMI e o estabelecimento de um novo Conselho de Segurança Económica no seio das Nações Unidas.¹⁸¹

Em 2009, o Centro Internacional de Pesquisa sobre Desenvolvimento (CRDI), do Canadá, publicava uma colectânea de comunicações, com coordenação de *Séverine Deneulin* e *Lila Shahani*, dedicado à questão do novo paradigma do desenvolvimento humano, já anteriormente desenvolvido por Mahbub ul Haq. Esse livro, *An Introduction to the Human Development and Capability Approach - Freedom and Agency*¹⁸², analisa a

¹⁸⁰ Mahbub ul Haq, *op. cit.*, p. 11. Tradução livre do autor. No original: The human dimension of development is not just another addition to the development dialogue. It is an entirely new perspective, a revolutionary way to recast our conventional approach to development. With this transition in thinking, human civilization and democracy may reach yet another milestone. Rather than the residual of development, human beings could finally become its principal object and subject.”

¹⁸¹ Cf. Recensão no sítio da Oxford University Press, visitado em 23 de Abril de 2010 <http://www.oup.com/us/catalog/general/subject/Politics/InternationalStudies/>

¹⁸² Séverine Deneulin and Lila Shahani (Eds.). 2009. *Introduction to the Human Development and Capability Approach*. London, Sterling (VA): International Development Research Centre.

evolução dos relatórios publicados pelo UNDP sobre o Desenvolvimento Humano desde 1990. Conforme afirma os editores, “a mensagem desses relatórios é simples: o desenvolvimento consubstancia-se em dar às pessoas as oportunidades para viverem a vida que valorizam e também sobre capacitá-las para que se tornem actores do seu próprio destino. Esta mensagem é baseada no conceito de “abordagem das capacidades” (*capability approach*) do economista e prémio Nobel Amartya Sen. Hoje em dia, há poucas dúvidas de que esta abordagem teve um impacto considerável não só em académicos como também em *policymakers*. Um dos artigos merece especial destaque. Em *A Normative Framework for Development* (“Um enquadramento normativo para o desenvolvimento”)¹⁸³, Sabina Alkire and Séverine Deneulin afirmam que “a palavra ‘desenvolvimento’ tem tantos significados como o número de ouvintes. Para uns, desenvolvimento significa mais prosperidade económica: possuir dinheiro, terra e uma casa. Para outros, o desenvolvimento diz respeito a libertação da opressão. Alguns vêem desenvolvimento como a nova palavra para neo-colonialismo e desprezam-no por isso. Para outros ainda, desenvolvimento é um projecto abrangente de progresso pessoal social e espiritual. Em muito contextos fala-se de ‘desenvolvimento’ de uma criança ou de ‘desenvolvimento’ de novo software, como se desenvolvimento completasse alguma coisa que se encontrasse ainda inacabada ”¹⁸⁴. Mas os autores sublinham que também estas abordagens são simplistas, porque, de certa forma, há países ‘em desenvolvimento’ que são mais ‘maduros’ do que ‘desenvolvidos’, pelo que o termo será simultaneamente carregado de ambiguidade e de valor. O que o livro pretende e acaba por fazer é apresentar um significado de desenvolvimento centrado na pessoa que seja relevante para todos os países, e demonstrar as suas implicações para as práticas de desenvolvimento em muitas áreas.

¹⁸³ Séverine Deneulin and Lila Shahani (Eds.). *op. cit.*, Sabina Alkire and Séverine Deneulin, *A Normative Framework for Development*, pp. 4-21.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 4. Tradução livre do autor. No original: “The word ‘development’ has as many meanings as there are listeners. For some, development means more material prosperity: owning money, land and a house. For others, development concerns liberation from oppression. Some see development as a new word for neo-colonialism, and despise it. For still others, development is a holistic project of personal social and spiritual progress. In many contexts we speak of the ‘development’ of a child or the ‘development’ of new software as if development completes something as yet unfinished. But this too is simplistic, for in certain ways ‘developing’ countries are more mature than ‘developed’. So the term is ambiguous and value laden. This textbook aims to present a people-centred meaning of development which is relevant to all countries, and to show its implications for development practice in many areas.”

2.6.2. Perspectiva militar do desenvolvimento

Tradicionalmente a perspectiva militar não contava com as questões de bem-estar e desenvolvimento, para além da ideia dos exércitos se abastecerem na própria área de operações. Na era moderna, os exércitos passaram a fazer-se acompanhar de extensas cadeias de apoio logístico, como se observou durante as campanhas de Napoleão para alcançar o domínio total da Europa. Antes, a atitude mais normal atribuída a um comandante na sua área de operações seria a de que ele utilizaria todos os elementos desse teatro a seu favor e tentaria eximi-los ao controlo do inimigo. A guerra era assim uma forma de gastar recursos, os próprios da nação e aqueles que iam sendo adquiridos com as campanhas. A II Guerra Mundial trouxe uma visão completamente diferente da relação entre as forças militares e as áreas que ocupavam, especialmente por iniciativas das potências vencedoras e, em especial, os Estados Unidos. Passou mesmo a haver uma preocupação com a recuperação do “inimigo” no pós-guerra. A aplicação dos planos Marshal à Alemanha e ao Japão são exemplos claros desta nova estratégia. Após a derrota dos exércitos inimigos e a imposição de um governo militar, as chefias militares do vencedor tiveram de lidar com a componente “reconstrução” nos seus planos de operações pós-conflito. A Guerra-fria, que entretanto se iniciava, limitava esta evolução do pensamento militar e circunscrevia-o. Até finais da década de 1980, a postura militar sobre as questões de desenvolvimento foi assim limitada às acções de um bloco que poderiam fazer sonegar ao outro territórios ou países, recursos e lealdades. As missões militares não directamente relacionadas com o combate, atribuídas a forças cuja preparação era essencialmente dirigida a operações ofensivas ou defensivas, tinham, portanto, muito a ver com a vontade de se obter vantagem por outras vias que não apenas a das armas. Nos diversos teatros o investimento dos dois blocos traduzia-se acima de tudo em fornecer armas e instrutores militares, mais do que auxiliar na criação de riqueza ou na formação escolar. A promessa, feita no final da II Guerra Mundial, de que os povos colonizados (especialmente pelos Europeus) teriam direito à sua auto-determinação acabou por ser o

rastilho de uma nova forma de fazer a guerra, esta indirecta, entre os dois blocos que se opunham a nível mundial. O processo de libertação desses povos acabou por envolver grande parte dos planeamentos dos dois lados, nesta “guerra-fria” onde povos se confrontavam em nome dos poderosos. O apoio a alguns desses países acabou por criar as condições para o aparecimento de guerras civis e algumas vezes, levou à divisão dos países em dois, cada um dos territórios ligado a uma das potências. Nas colónias europeias, especialmente naquelas onde, em África, os processos de autonomização ou independência tinham sido negados ou adiados, as duas grandes potências começaram um processo de angariação de amigos que passava pelo patrocínio de um movimento de independência, a que era fornecido apoio na forma de armamento e equipamento, formação militar, peritos e forças militares “no terreno”, apoio político nas instituições internacionais e formação de elites. A ideia era de que, após a independência ter sido conquistada, a facção vencedora ficasse reconhecida à potência patrocinadora, proporcionando-lhe vantagens na forma de acesso aos mercados e recursos desse novo país.

Uma outra abordagem da perspectiva militar relativa ao desenvolvimento durante o período da Guerra-fria merece alguma reflexão. No caso de potências coloniais que recusavam as aspirações da autodeterminação dos povos, dos quais o exemplo último foi Portugal, quando se passou a aceitar a constatação de que não se poderia alcançar a vitória militar sobre os movimentos de libertação pela via clássica militar (incluindo nesta noção genérica a guerra de guerrilha), procurou-se ganhar a simpatia de sectores relevantes das sociedades tradicionais sob domínio colonial através de acções de criação de melhores condições de vida. Apostou-se assim num esforço extra dos militares no terreno, projectando e construindo novos aldeamentos, abrindo poços de água potável, criando vias de comunicação (estradas alcatroadas, caminhos de ferro, aeródromos), fomentando o ensino, etc. Era a génese, pelos menos nalguns exércitos, da execução de outras missões (para além das tarefas puras militares) que ajudavam também ao fim último da existência de exércitos – a vitória. Conforme afirmava António de Spínola, governador-geral de uma colónia portuguesa, tratava-se de conquistar os corações e as mentes. A ideia de que os militares poderiam ser uma fonte privilegiada de ajuda ao desenvolvimento nunca mais deixou de ser uma perspectiva a ter em conta, pelo menos em países como os acima referidos.

Com o final da Guerra-fria a Comunidade Internacional pôde começar a encetar acções para reforçar a paz e o desenvolvimento em países onde tal não tinha ainda sido alcançado, devido essencialmente às rivalidades dos grandes blocos. Enquanto os Estados Unidos, como a grande potência vencedora da Guerra-fria, consolidava a sua hegemonia, reforçando o seu papel no Mundo e buscando controlo dos mercados e das principais fontes de matérias-primas, começaram a ressurgir, aqui e ali, conflitos que tinham estado congelados durante muito tempo. Na Península Balcânica, questões que vinham já, algumas, da Primeira Grande Guerra, voltaram à ordem do dia, provocando guerras civis na Federação Jugoslava que consubstanciaram o pior conflito europeu desde o final da Segunda Guerra. No Afeganistão, os senhores da guerra que tinham sido apoiados pelo Bloco Ocidental agora “mordiam a mão” de quem lhes tinha dado de comer. Em África vários países sentiram o abandono a que foram votados depois de terminado o seu papel na Guerra-fria, passando muitos deles a sofrer crises graves e continuadas que destruíam as suas estruturas e instituições.

Assim a Comunidade Internacional, por via principalmente das deliberações do Conselho de Segurança e das declarações na Assembleia das Nações Unidas, lançou-se em projectos de manutenção de paz, de imposição da paz ou de fazer a paz (*peace keeping, peace enforcing e peace making*¹⁸⁵), através de forças militares (ou de missões com outro tipo de meios, como forças policiais) sob a bandeira azul das Nações Unidas, de forças

¹⁸⁵ Há diversas abordagens às formas de fazer a paz, embora a ONU desenvolva actividades essencialmente de *peacekeeping*. Esta é definida como um instrumento único e dinâmico desenvolvido pelas Nações Unidas como forma de auxiliar países devastados por conflitos a criarem as condições para uma paz duradoura (<http://www.un.org/en/peacekeeping/>). No entanto este conceito não se encontra definido na Carta das Nações Unidas, sendo sujeito a diversos entendimentos. *Peacebuilding* foi um termo usado inicialmente no relatório do SGNU “Agenda para a Paz” (*An Agenda for Peace - Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*, A/47/277 - S/24111, 17 June 1992) onde referia que um dos objectivos da ONU era estar pronta para apoiar os processos de construção da paz (*peacebuilding*) nos seus diversos contextos: reconstruir as instituições e infra-estruturas das nações destruídas pela guerra civil e conflitos; e construir laços de benefícios mútuos pacíficos entre nações que estiveram em guerra (<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>). Este termo é usado mais comumente no seio da comunidade de desenvolvimento para descrever os processos e actividades envolvidos na resolução de conflitos violentos e no estabelecimento da paz sustentável (<http://en.wikipedia.org/wiki/Peacebuilding>). *Peacemaking* é a actividade de resolução de conflitos desenvolvida a partir dos anos 1990, à medida que o fim da Guerra-fria criava novas oportunidades para acabar com guerras civis através da negociação de acordos de paz. Foca-se no estabelecimento de relações de poder, entre as partes em conflito, equilibradas e suficientemente viáveis para evitarem futuros conflitos. (<http://peacemaker.unlb.org/index1.php#>). Já *peace enforcing* é um conceito mais lato, geralmente referindo-se a operações entre *peacekeeping* e *peacemaking*, mas frequentemente confundindo-se com este último.

nacionais de algumas potências e de “coligações de vontade” de alguns países. Uma das primeiras grandes missões das Nações Unidas neste período foi a UNPROFOR (Força de Protecção das Nações Unidas, 1992-1995), com um mandato inicial de protecção de minorias sérvias em territórios da recém-independente República da Croácia (na autoproclamada *Republika Serpska Krajina*). Esse mandato acabou por se entender aos territórios da Bósnia-Herzegovina (B-H), sem ter sido resolvido o problema na Croácia e acabando por também não ter capacidade para lidar com a situação na B-H. Esta e outras intervenções dos capacetes azuis das Nações Unidas demonstraram a incapacidade de intervir eficazmente e com oportunidade, por um lado, de forças militares dotadas de fracos mandatos e, por outro lado, tornaram clara a necessidade de se apostar, concorrentemente com forças no terreno, em projectos de reconstrução das instituições e de apoio ao relançamento económico nos territórios ou países intervencionados.

As intervenções da Comunidade Internacional, incluindo as da ONU, dos Estados Unidos, de organizações regionais como a União Europeia ou a União Africana, ou mesmo de países actuando isoladamente noutros teatros (Iraque, Somália, Costa do Marfim, Afeganistão ou Kosovo), têm demonstrado assim as suas fragilidades nos dois factores apontados, ou seja um mandato inadequado ou a carência de projectos que complementem a acção militar. As lições assim aprendidas acabariam por se reflectir mais tarde em intervenções armadas, no caso da intervenção da UE no Chade e na República Centro Africana (RCA). Um exemplo de sucesso, no entanto, é o da intervenção em Moçambique, após o fim da guerra civil, opondo a Frelimo e a Renamo, concretizado com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em Outubro de 1992. Conforme nota José Francisco Pavia, desde a assinatura do AGP até às primeiras eleições livres de Moçambique (Outubro de 1994), “Moçambique esteve como que ‘sob tutela’ das Nações Unidas que tentavam em parceria com outros intervenientes, entre os quais Portugal, que o processo de paz chegasse a bom porto”¹⁸⁶. E este processo acabou por correr de forma exemplar. “A influência de

¹⁸⁶ PAVIA, José Francisco. 2008. O Modo Português de Fazer a Paz. In *Lusíada. Política Internacional e Segurança* n.º1, série I (2008). Lisboa : Universidade Lusíada Editora, p. 34.

actores internacionais no processo de democratização em Moçambique é muito importante e, por vezes decisiva” [...] ¹⁸⁷

O momento unipolar, que caracteriza este período que vem do final da Guerra-fria, terá finalizado quando tanto a única superpotência como a Comunidade Internacional se aperceberam da sua incapacidade para levar paz, segurança e bem-estar a todo o mundo, como era a expectativa. Após o ataque de 11 de Setembro de 2001 a Nova Iorque, decorreu um momento único em que foi congregado o máximo de vontades à volta da intenção dos Estados Unidos de fazer guerra ao terrorismo. Após isso, o Mundo passou já decisivamente a um novo período, em que novos poderes emergentes levam a cabo políticas globais e se envolvem, mais ou menos activamente, em diversas regiões do globo. Esse momento multipolar que agora começa apresenta novas facetas tendo reconfigurado outras. A guerra directa parece criar impasses para os problemas e mesmo criar problemas adicionais, em vez de os resolver. As intervenções militares são ainda necessárias para fazer a paz, para impor a paz, para manter a paz. Mas cada vez é mais evidente que é necessário incluir nos planos de intervenção, tanto ao nível estratégico, como político, como tático, acções que complementem a acção militar, para garantir a continuação do sucesso (aquilo que a doutrina militar apelida de “exploração do sucesso”) e tornar remota a possibilidade de se retornar a um cenário de crise.

A nível das Nações Unidas tal processo já tem uma imagem consolidada. O Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO) e o Programa da ONU de Apoio ao Desenvolvimento (UNDP) ¹⁸⁸ coordenam agora as suas actividades, colaborando reciprocamente no planeamento das intervenções sob bandeira da ONU.

Na União Europeia, por seu lado, são cada vez mais as iniciativas e directivas para se incluir no planeamento de operações e missões PESD questões ligadas à boa governação e aos direitos humanos, tais como questões do género, das crianças soldados, dos direitos

¹⁸⁷ PAVIA, José Francisco .2009. *A Dimensão Internacional da Transição Pós-Autoritária em Moçambique: As Proposições de Laurence Whitehead*. [em linha]. [referência de 20 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://cepese.up.pt/ficheiros/WP%20F%20Zagallo%20Pavia.pdf>>. p. 8.

¹⁸⁸ O UNDP é uma rede global de desenvolvimento da ONU, uma organização que liga os países aos conhecimentos, experiências e recursos necessários para ajudar as pessoas a construírem uma vida melhor. Está presente em 166 países, trabalhando com estes nas suas próprias soluções para os desafios de desenvolvimento globais e nacionais (<http://www.undp.org/about/>).

humanos em geral, do Estado de Direito, etc. Estas iniciativas são mais marcadas no que foi conhecido, até à implementação do Tratado de Lisboa, como o *Segundo Pilar* da União, embora se reflectam também nas iniciativas do ex-*Terceiro Pilar*. Quanto à Comissão Europeia, após ter concluído em 2008, em colaboração com o Conselho, um plano de estudo da operacionalização donexo segurança-desenvolvimento, tem vindo gradualmente a aplicar esta nova abordagem e a incentivar os Estados-membros a adoptarem os mesmos princípios na sua ordem interna.

Em suma, uma intervenção militar externa em países com grandes problemas de subdesenvolvimento pode acabar com as armadilhas que confinam esse país a um estado de sobrevivência mínima, tese bem defendida por Paul Collier¹⁸⁹ no seu livro “The Bottom Billion”¹⁹⁰. No entanto, a intervenção militar por si só não é garantia do aparecimento automático das condições propícias ao desenvolvimento, sendo essencial que a acção de segurança seja complementada por outras abordagens.

Ana Correia¹⁹¹, investigadora das questões de desenvolvimento em África, apresenta a solução quando afirma que o subdesenvolvimento, ao ser encarado como um factor gerador de tensões, “poderá ser contrariado pela existência de estruturas institucionais estabelecidas, assim como pela criação de vantagens retiradas do crescimento económico, as quais poderão estimular o interesse das populações na prevenção de conflitos”. Segundo esta autora, o “papel da Comunidade Internacional só poderá vir a ser eficaz se existir de facto coordenação entre todos os actores externos, sem esquecer a articulação com os actores internos”¹⁹². Ou seja, a existência de uma matriz

¹⁸⁹ Paul Collier é professor de economia e director do Centro para o Estudo das Economias Africanas da Universidade de Oxford. Entre 1998 e 2003 foi director do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento do Banco Mundial. É especialista em análises de previsão política, económica e de desenvolvimento dos países pobres. Algumas obras: *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*; ‘On economic causes of civil war’ (em co-autoria com Anke Hoeffler) *Oxford Economic Papers*, vol 50 iss 4, (1998), pp 563–573; ‘Greed and grievance in civil war’ (em co-autoria com Anke Hoeffler) *Oxford Economic Papers*, vol 56 iss 4, (2004), pp 563–595; *Wars, Guns and Votes; Democracy in Dangerous Places*, Harper, (2009).

¹⁹⁰ COLLIER, Paul. 2007. *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are failing and what can be done about it*. Oxford: Oxford University Press.

¹⁹¹ Doutoranda do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Especialista em desenvolvimento em África desenvolvimento.

¹⁹² CORREIA, Ana. 2008. Política – Segurança – Desenvolvimento na Guiné-Bissau. In *Lusíada. Política Internacional e Segurança*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, pp. 83-103.

básica de segurança criando condições para o crescimento económico será propiciadora de novos estímulos junto das populações, ajudando a tornar mais remota a possibilidade de se recair no ciclo de instabilidade e conflitos.

2.7. A paz liberal e a fusão da segurança com o desenvolvimento

Em 2001, Mark Duffield¹⁹³ vem trazer luz à relação entre a segurança e o desenvolvimento, quando publica a sua obra *Global Governance and the New Wars*¹⁹⁴. Mark Duffield demonstrou bem que actualmente, não se pode falar de desenvolvimento, sem se referir o problema das crises (ou “guerras”, termo que o autor prefere). Na verdade, demonstra claramente que quaisquer projectos de ajuda ao desenvolvimento encontrarão um ambiente onde decorreu uma guerra, ou onde ainda decorre, ou onde se prepara iminentemente o seu eclodir. Ou seja, nesta perspectiva, nunca se poderá planear a intervenção para ajudar o desenvolvimento se não se tiver em linha de conta planos para enfrentar um ambiente hostil, de guerra, ou onde a acção violenta esteja presente. Conforme escreve, “hoje em dia é geralmente aceite que as organizações internacionais deverão estar conscientes dos conflitos e dos seus efeitos e, sempre que possível, orientar o seu trabalho para a resolução de conflitos e a ajudar a reconstruir as sociedades desarticuladas pela guerra, de uma forma que evite a violência futura”¹⁹⁵.

¹⁹³ Mark Duffield é professor de desenvolvimento, Democratização e Conflitos no Instituto de Política e Estudos Internacionais da Universidade de Leeds, no Reino Unido. É especialista em antropologia e economia política. A sua “experiência de campo” inclui quatro anos como representante da ONG Oxfam no Sudão na década de 1980. Os seus trabalhos mais recentes envolvem as emergências relacionadas com a Guerra e as questões de reconstrução social. Além do seu livro *Global Governance and the New Wars*, analisado nesta secção, é autor de várias obras, incluindo: *War and Hunger: Rethinking International Responses to Complex Emergencies* (co-editado com Joanna Macrae e Anthony Zwi) (London: Zed Books, 1994); *Without Troops and Tanks: Humanitarian Intervention in Eritrea and Ethiopia* (com John Prendergast) (Trenton NJ: Red Sea Press, 1994); *Black Radicalism and the Politics of Deindustrialisation: The Hidden History of Indian Foundry Workers* (Aldershot: Gower Publishing Co. Ltd., 1988); *Maiurno: Capitalism and Rural Life in Sudan* (London: Ithaca Press, 1981).

¹⁹⁴ DUFFIELD, Mark. 2001. *Global Governance and the New Wars Wars – The Merging of Development and Security*, London, New York : Zed Books.

¹⁹⁵ Mark Duffield, *op. cit.*, p. 1. Tradução livre do autor. No original: “it is now generally accepted that international organisations should be aware of conflict and its effects and, where possible, gear their work towards conflict resolution and helping to rebuild war-torn societies in a way that will avert future violence.”

Nessa medida a governação global, ou seja, as iniciativas de actores do Sistema Internacional, quer sejam grandes instituições internacionais, quer sejam Estados, ou elementos da sociedade civil (como as ONG), para fazerem face a crises em determinados teatros, deve ter sempre em linha de conta não só os planos relativos a intervenção na área de ajuda ao desenvolvimento e alívio das condições de vida, como também os projectos de construção de segurança. Mas, acima de tudo, há que contar com outras valências: o planeamento da utilização de sinergias que advêm donexo segurança-desenvolvimento. Quando publicou o seu livro, Duffield chamava a atenção de que “o novo terreno de segurança-desenvolvimento permanece pouco investigado e o seu estudo deverá ainda estabelecer a sua própria linguagem conceptual.”¹⁹⁶

Desde essa altura até agora, no entanto, estes conceitos têm evoluído, especialmente por causa da atenção que a eles têm dedicado os actores internacionais, com especial relevo para as grandes instituições, como a ONU, a OSCE e a UE. Assim o nexossegurança-desenvolvimento tem recebido muita atenção, especialmente desde que o Secretário-Geral da ONU declarou que “não se trata apenas de que o desenvolvimento, a segurança e os direitos humanos são todos imperativos. Também se reforçam uns aos outros. Esta relação apenas se tem vindo a reforçar na nossa era de rápidos avanços tecnológicos, aumentando a interdependência económica, a globalização e provocando profundas alterações geopolíticas.”¹⁹⁷

Também a nível da UE o nexossegurança-desenvolvimento tem recebido muita atenção, especialmente desde os finais de 2007. Em Novembro desse ano o Conselho Europeu de Novembro lançou um projecto para a organização de um estudo sobre a eventual existência do reforço entre segurança e desenvolvimento e, desde então, esta

¹⁹⁶ *Idem*, p. 9. Tradução livre do autor. No original: “The new development-security terrain remains underresearched and its study has yet to establish its own conceptual language.”

¹⁹⁷ United Nations Secretary-General. 2005. *In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all*, Report A/59/2005, New York : UN General Assembly, p. 5. Tradução livre do autor. No original: “not only development, security and human rights are all imperative; they also reinforce each other. This relationship has only been strengthened in our era of rapid technological advances, increasing economic interdependence, globalization and dramatic geopolitical change”.

relação tem sido operacionalizada. Esse projecto foi levado a cabo por uma empresa de consultadoria e investigação, a *HTSPE Limited*, do Reino Unido.¹⁹⁸

A organização cada vez mais frequente de encontros e outros eventos sobre a temática “Nexo segurança-desenvolvimento” tem demonstrado a relevância deste conceito e identificado algumas das mais importantes lacunas e fracassos de projectos que não atendem devidamente ao “nexo”. De particular interesse foi o Seminário “A Ligação entre Segurança e Desenvolvimento”, co-organizado pelo Instituto de Defesa Nacional, IPAD e IEEI e realizado no dia 30 de Abril de 2009. Dividido em duas sessões, uma restrita – para a qual foram convidados vários peritos reconhecidos – e outra pública, teve o patrocínio do Prof. Doutor João Cravinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, responsável por um projecto inter-ministerial de concretização de uma “estratégia Nacional do Nexo Segurança e Desenvolvimento”, e apresentada por um grupo de trabalho onde também se inclui o Secretário de Estado da Defesa. Esse grupo acabou por produzir o texto de uma estratégia portuguesa do nexo entre a segurança e o desenvolvimento que seria aprovada e tornada oficial em Agosto de 2010.

A coabitação entre os actores do desenvolvimento e os da segurança não será tão difícil como poderá parecer à primeira vista. Vejamos porquê. Três factores são considerados essenciais para a construção de uma paz sustentável, tendo levado ao desenvolvimento de uma programação internacional extensa. São eles a governação, o sector de segurança e o Estado de Direito¹⁹⁹. Relativamente à governação, a reconstrução das instituições de um Estado e o reforço da sua capacidade de administração na base dos princípios da boa governação é agora uma prioridade fundamental para muitos actores internacionais. Por outro lado, um sector de segurança eficaz, credível e responsável é

¹⁹⁸ HTSPE. 2008. *Study on country specific experiences of the EU in the nexus between security and development – follow-up of the Council Conclusions on Security and Development from November 2007*. RELEX/Studies/IFS/Security and Development 2008. Draft Inception Report, Project No. 2008/157766 – Ver.1, Hemel Hempstead (UK): HTSPE Limited. A HTSPE é uma companhia britânica de consultadoria e investigação, frequentemente contratada pela Comissão Europeia para estudos de ambiente, questões de segurança global, crescimento económico sustentável, boa governação, redução da pobreza, etc.

¹⁹⁹ Agnès Horwitz, Gordon Peake, (Org.). 2004. *Strengthening the Security-Development Nexus: Assessing International Policy and Practice since the 1990s*. New York: International Peace Academy, p. i.

também crucial para a gestão de conflitos. Com essas qualidades providenciará um ambiente suficientemente seguro para dar oportunidade a outras iniciativas. Este é o sector onde a acção da componente militar terá a sua melhor expressão.

Em muitos conflitos, no entanto, o sector de segurança significa uma oportunidade potencial de alargamento do conflito. Conforme sublinhado na conferência levada a cabo em Abril de 2009, em Nova Iorque, pela *International Peace Academy*, no âmbito do Programa do Nexo segurança-desenvolvimento, um sector de segurança inimputável e inexpugnável influencia directamente o desenvolvimento, pois separa comunidades, contribui para a pobreza, distorce a economia, cria instabilidade e bloqueia o desenvolvimento político. Desta forma, a reforma das instituições do sector de segurança (RSS) constitui um elemento crítico da prevenção de conflitos e das estratégias de construção da paz, dando a oportunidade para se fazer um corte com as tradições repressivas e providenciando assim um ambiente seguro que dê oportunidade de se desenvolverem as instituições políticas e o espaço económico²⁰⁰.

Finalmente, o estabelecimento do Estado de Direito, materializado através de reformas judiciais e legais, incluindo a reestruturação do sistema prisional, a guarda e fiscalização eficazes das fronteiras, a preparação adequada dos juízes, delegados do ministério público e polícia judiciária, é também olhado como um requisito prévio para o desenvolvimento de sociedades estáveis e pacíficas.

Estes três factores – governação, sector de segurança e Estado de Direito – implicam, em princípio, três diferentes abordagens dos problemas de um país em crise, implicando também três diferentes projectos (na União Europeia, cada um dos seus pilares, de acordo com a sua natureza, adoptaria um dos tipos de projectos). Envolve também, em princípio, três diferentes presenças no território da intervenção (ou então uma única presença com as três valências, como parece ser tendencialmente a vontade da UE). Para além disso, é de esperar também a presença das agências humanitárias e todo o tipo de organizações não governamentais e de comunicação social.

²⁰⁰HORWITZ, PEAKE, *op. cit.*, p. 5.

Enquanto tradicionalmente o controlo militar de uma área de intervenção limitava o acesso e o trabalho de todos os que não fossem militares, as novas abordagens, ao retirarem a responsabilidade exclusiva no terreno à componente militar, vão demonstrar a necessidade de planeamento integrado e de mecanismos de coordenação de esforços, como únicas formas de se conseguir sucesso nos novos cenários. Esta abordagem global (*whole-of-government approach*), caracterizada por se aglutinarem as sinergias dos diversos departamentos no interior da governação de um estado num todo coerente, face a um problema, faz parte de uma nova cultura para a criação de segurança.

Deve atender-se a que a cooperação nesses três sectores fundamentais para a paz é frequentemente complementada, a nível das relações bilaterais de muitos países, com a cooperação técnico-militar que, para além de providenciar meios financeiros, peritos militares e aconselhamento, acaba por construir uma acção diplomática eficaz que vai aumentar a vontade dos dirigentes políticos de encetarem as reformas necessárias nos seus países.

A cultura militar estará, no entanto, adequada aos novos desafios, nomeadamente para integrar no seu planeamento, para além dos novos aspectos, como a questão do género, a protecção das mulheres e crianças e os cuidados com o ambiente, aspectos operacionais da área do desenvolvimento? O autor teve oportunidade de testemunhar os extensos debates que tiveram lugar na sede da União Europeia, tanto no seio do Comité Militar, como no Comité Político e de Segurança e noutros *fora*. Aí foram claramente visíveis as dificuldades para ultrapassar a visão tradicional do emprego dos meios militares, atribuindo-se-lhes também responsabilidades no âmbito dos direitos humanos, nomeadamente da protecção da igualdade do género, da questão do tratamento das crianças soldados, etc. As questões dos direitos humanos eram já uma preocupação constante das instituições europeias, assim como a atenção devida à sociedade civil, a necessidade de coordenação com os agentes humanitários e a protecção das representações institucionais na área de intervenção das missões e operações militares. Ganharam, no entanto, maior destaque, a nível da UE, a partir do planeamento da operação EUFOR Tchad/RCA (*European Force in Tchad and RCA*), lançada no âmbito da PESC no Centro de África para criar condições para o lançamento de uma operação da ONU com objectivos

humanitários, ou seja, salvaguardar os campos de refugiados sudaneses no Chade e na RCA. O processo de tomada de decisão no seio da UE tornou-se assim mais complexo mas permitiu sair da visão exclusivamente militar da intervenção da UE na região. Com o objectivo geral de melhorar a segurança nas zonas fronteiriças entre a RCA e o Chade, por um lado, e o Sudão, por outro, esta missão tinha ainda por objectivos específicos contribuir para a protecção dos civis em perigo, em particular refugiados e deslocados internos, facilitar a distribuição de ajuda humanitária e a liberdade de movimentos dos trabalhadores humanitários através do reforço da segurança na área de operações, contribuir para a protecção do pessoal das Nações Unidas e das suas instalações e equipamentos e ainda assegurar a integridade física e a liberdade de movimentos do pessoal da ONU, das agências associadas e do próprio pessoal da missão.

Como parte da nova postura de resolução de conflitos, a Força EUFOR Tchad/RCA não materializava a única opção da UE – a via militar – para resolver os problemas fronteiriços da RCA e do Chade. A operação era apenas parte de um pacote de medidas concebidas para reforçar o empenhamento da UE na resolução da crise no Darfur, a província mais a Oeste do Sudão, de onde fugiam tantos refugiados que enchiam os campos fronteiriços do Chade e da RCA. Os outros instrumentos – diplomáticos, políticos e financeiro – foram também mobilizados no apoio a este esforço. Outros elementos compreendem, por exemplo, o reforço do apoio aos esforços da União Africana (UA) e da UE para reforçar o processo político com vista a encontrar-se uma solução duradoura para o problema do Darfur ou o apoio ao lançamento da missão híbrida UA/ONU que se seguiu à EUFOR. Também é de relevar o incremento da mobilização de financiamento para ajuda humanitária e para tornar seguro o acesso dos agentes humanitários.

A operação foi também coordenada com outras iniciativas da UE, estas ligadas aos apoios concedidos pela Comissão Europeia, nomeadamente financiamento para a reabilitação e reconstrução de zonas para acolhimento dos retornados, principalmente através do levantamento de capacidades de reconstrução, mediação e administração. Estas medidas foram consideradas necessárias para melhorar a segurança em certas áreas cobertas pela missão UE. No Chade, o objectivo do programa de acompanhamento para a estabilização, para o período 2008-2010, destina-se a facilitar a fase de transição entre o

estado de emergência e os programas de desenvolvimento, ajudando a estabelecer as condições para o regresso voluntário e permanente de deslocados e refugiados. Na República Centro-africana o programa de acompanhamento para o Noroeste do país lançou as suas primeiras actividades em Novembro de 2008, tendo o 10.º Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) providenciado 137 milhões de euros para o período 2008-2013.

Foi relevante a intervenção da Força EUFOR em questões que se prendiam com aspectos não militares e que propiciaram auxílio às populações. As unidades clínicas da EUFOR apoiaram a população local com tratamentos, através de mais de 3.000 consultas médicas e 65 intervenções cirúrgicas. Por outro lado, a melhoria das condições de segurança e as medidas para providenciar assistência e reconstruir zonas de regresso para os deslocados permitiram o retorno às suas terras de origem (e a 22 aldeias) de cerca de 10.000. A presença da EUFOR facilitou também o trabalho das organizações humanitárias com as quais a Força coordenou actividades. A assistência humanitária providenciada pela Comissão Europeia (programa ECHO) a refugiados, deslocados internos e às comunidades vizinhas da presença UE no Chade ascenderam em 2008 a 30 milhões de euros. Estas actividades incluíram cuidados de saúde, purificação de água, ajuda alimentar e segurança alimentar, protecção, abrigos de emergência e educação²⁰¹. Todas estas actividades e objectivos diversos alcançados dentro da área de missão da EUFOR demonstram o total empenho da UE no aproveitamento das sinergias criadas pela ocupação do mesmo espaço e ao mesmo tempo de projectos de segurança e projectos de desenvolvimento.

Contudo, esta missão EUFOR Tchad/RCA, constituindo embora um caso bem exemplificativo da criação de condições para o estabelecimento de ajuda humanitária e de estabilidade propícias ao estabelecimento de projectos de desenvolvimento, ainda não é, na sua natureza, uma materialização de projectos do nexo segurança-desenvolvimento. A aproximação da cultura militar às questões de desenvolvimento necessita de ser feita por meio de novas abordagens, embora recorrendo à experiência adquirida no passado. Conforme sublinha o Secretário de Estado português responsável pela cooperação, João Cravinho,

²⁰¹ Dados da página UE <http://www.consilium.europa.eu/esdp/>, visitada em 13 de Dezembro de 2009.

“O consenso internacional sobre a relação entre segurança e desenvolvimento obriga-nos a pensar sobre como desenvolver um melhor diálogo e sinergias entre as forças armadas, as missões internacionais de manutenção de paz, as agências de desenvolvimento e as organizações não governamentais que frequentemente se encontram a trabalhar no mesmo território, ainda que sem muito contacto e coordenação.”²⁰²

No futuro as intervenções de cariz militar, ou com uma forte componente armada, integrarão normalmente todos os instrumentos necessários à recuperação da crise em causa, à reconstrução e ao relançamento económico, de forma a tornar a probabilidade de uma nova crise mais remota. Aos militares caberá desenvolverem formação que, para além de integrar todas as questões relacionadas com a segurança humana, torne as intervenções instrumentos de desenvolvimento.

Em 2007, David Chandler²⁰³, professor da Universidade de Westminster e especialista nas novas formas de intervenção e regulação internacionais (Estado de Direito, “boa governação”, *empowerment*, construção de capacidades do Estado, etc.) vai desafiar a doce harmonia do amadurecimento das políticas que aplicam o nexo segurança-desenvolvimento. No seu artigo “The security-development nexus and the rise of ‘anti-foreign’ policy”²⁰⁴, aquele autor desafia as teses que afirmam que a importância crescente das políticas que envolvem aquela relação reflecte a também crescente preocupação que os problemas dos países do Sul constituem para os *policy-makers* do Ocidente. Pelo contrário, Chandler afirma que o “nexo” reflecte um retrocesso da construção de política ao nível estratégico e um “olhar mais para dentro” da política externa, ou seja, mais preocupado

²⁰² CRAVINHO, João Gomes. 2009. Desenvolvimento em Segurança. In António José Telo (Dir. e coord.). *Nunca de Antes*. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional, Ed. Prefácio, pp. 48-49.

²⁰³ David Chandler é professor de Relações Internacionais no Centro para o Estudo da Democracia, na Universidade de Westminster. O foco das suas pesquisas de longo prazo reside nas novas formas de intervenção e regulação internacionais. Publicou várias obras dentro desta temática: *Statebuilding and Intervention: Policies, Practices and Paradigms* (Routledge, 2009); *Rethinking Ethical Foreign Policy: Pitfalls, Paradoxes and Possibilities* (com Volker Heins) (Routledge, 2007); *Peace without Politics? Ten Years of State-Building in Bosnia* (Routledge, 2006 e 2007); *Global Civil Society: Contested Futures* (com Gideon Baker) (Routledge, 2005 e 2006); *Rethinking Human Rights: Critical Approaches to International Politics* (Palgrave-Macmillan, 2002).

²⁰⁴ CHANDLER, David. 2007. “The security-development nexus and the rise of ‘anti-foreign’ policy”, in *Journal of International Relations and Development*, no. 10. Palgrave MacMillan Ltd [em linha]. [referência de 23 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.davidchandler.org/pdf/journal_articles/JIRD%20-%20Security%20Development.pdf>, p.363.

com a auto-imagem do que com as consequências políticas das áreas a que respeita. Será isto mesmo o que sugere o debate que tem tido lugar na última década entre os defensores e os detractores do “nexo”. O artigo procura sugerir que “teóricos críticos poderão estar em perigo se tomarem como boas tanto a retórica de agendas muito ambiciosas como as perspectivas políticas dos actores de segurança internacional/desenvolvimento”²⁰⁵. No entanto, Chandler sugere que a solução para esses teóricos será apostar mais no “trabalho de unidades políticas de resolução de problemas, tais como a Academia Internacional de Paz (*International Peace Academy*), o Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (*Overseas Development Institute*) e o *Department for International Development* (do governo do reino Unido), entre outros, que têm vindo a alertar que existe uma grave lacuna entre a retórica política e a implementação da política concreta no terreno.”²⁰⁶. O artigo procura assim preencher a lacuna e aplicar uma perspectiva crítica aos problemas de fazer coincidir a retórica com a realidade nesta área, como sublinha o autor. Este ataca onexo segurança-desenvolvimento em três frentes. Em primeiro lugar afirma que onexo segurança-desenvolvimento não é orientado por nenhum processo de lições aprendidas, no que diz respeito a intervenção política internacional, nem por nenhum consenso científico ou prova “daquilo que funciona” estabelecido na comunidade científica. A segunda queixa é institucional. Afirma que em resposta pela perda de pensamento estratégico e de *policy-making* tem havido uma reorganização dos mecanismos de construção de políticas tanto ao nível dos Estados como entre Estados. Finalmente, apresenta um argumento no campo das ideias: onexo segurança-desenvolvimento, longe de ser um instrumento de grande alcance, procura sublinhar os limites daquilo que pode ser atingido pela construção da política externa.²⁰⁷

²⁰⁵ CHANDLER, David, *op. cit.*, p. 363. Tradução livre do autor. No original: “critical theorists could be in danger of taking the rhetoric of ambitious agendas and coherent policy perspectives of international security/development actors for good coin” (...)

²⁰⁶ *Idem*, p. 363. Tradução livre do autor. No original: [They] “might gain from a greater engagement with the work of ‘problem-solving’ policy units, such as the International Peace Academy, the Overseas Development Institute and the UK government Department for International Development among others, who indicate that there is a major gap between policy rhetoric and the implementation of policy on the ground.”

²⁰⁷ *Idem*, pp. 364, 365.

Estas críticas, no entanto, não anulam o valor potencial deste conceito. Disso poderá ser testemunho da produção conceptual das grandes organizações internacionais e outros actores relevantes da cena internacional. O nexó segurança-desenvolvimento tem merecido a atenção, por exemplo, das Nações Unidas, que vêm esta concepção de política externa como um instrumento válido, embora em evolução. A secção seguinte descreve os esforços da comunidade internacional no que diz respeito à construção de um rico acervo doutrinário no campo da relação entre segurança e desenvolvimento.

2.8. Perspectiva dos actores internacionais

Como já afluado ligeiramente, os grandes actores do Sistema Internacional têm vindo a dedicar uma atenção crescente à relação segurança-desenvolvimento, desde as Nações Unidas, com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e mais tarde com o relatório “*In larger freedom*” de 2005, passando pela OSCE e pela UE, entre outros. Vejamos quais as doutrinas, conceitos e políticas desses principais actores que têm tido maior influência, numa análise que se debruça essencialmente sobre a parte conceptual, teórica, pois a sua aplicação prática será estudada mais à frente, na segunda parte deste trabalho.

2.8.1. Organização das Nações Unidas

Em Setembro de 2000, culminando uma década de importantes conferências e cimeiras das Nações Unidas, os líderes mundiais reuniram-se na sede das Nações Unidas em Nova Iorque para adoptar a Declaração das Nações Unidas para o Milénio²⁰⁸, comprometendo os seus países numa nova parceria global para reduzir a extrema pobreza e

²⁰⁸ United Nations General Assembly. 2000. *United Nations Millennium Declaration*. Fifty-fifth session. 18 September 2000. New York: UN [em linha]. [referência de 24 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>>.

estabelecer um conjunto de objectivos temporais, até 2015, que se tornaram conhecidos como Objectivos de desenvolvimento do Milénio (ODM). Com a enunciação desses Objectivos, as Nações Unidas davam início a uma teorização da ligação entre segurança e desenvolvimento que ainda não terminou. Referindo a determinação dos Estados “em tornar as Nações Unidas mais eficazes na manutenção da paz e da segurança, indica a necessidade de serem disponibilizados os recursos e ferramentas necessários à prevenção de conflitos, à resolução pacífica de disputas, à manutenção da paz, à construção da paz pós-conflito e à reconstrução”.²⁰⁹

No entanto, foi mais tarde, com o relatório “*In larger freedom*”²¹⁰, do Secretário-geral das Nações Unidas no âmbito da Cimeira Mundial de 14 a 16 de Setembro de 2005, que o “nexo” ganha uma base teórica mais robusta, quando o Secretário-Geral da ONU lhe dá ainda mais ênfase, ao escrever no relatório que o desenvolvimento, a segurança e os direitos humanos são imperativos. Adicionalmente afirma que não poderá existir nenhum desses elementos sem os outros e que se reforçam uns aos outros.

“Esta relação só foi reforçada na nossa Era de rápidos avanços tecnológicos, aumentando a interdependência económica, a globalização e profundas alterações geopolíticas. Embora a pobreza e a negação dos direitos humanos possam não “causar” guerra civil, terrorismo ou crime organizado, todos eles aumentam o risco de instabilidade e violência. Da mesma forma, a guerra e as atrocidades nem de longe são as únicas razões para que os países sejam aprisionados pela pobreza, mas, sem dúvida, provocam retrocesso do desenvolvimento. Mais uma vez, o terrorismo catastrófico num lado do mundo, por exemplo um ataque contra um grande centro financeiro num país rico, poderá afectar as perspectivas de desenvolvimento para milhões de pessoas no outro lado do mundo, devido a causar um revés económico grave e lançando milhões na pobreza. E os países que são mais bem governados e respeitem os direitos humanos dos seus cidadãos estarão melhor

²⁰⁹ United Nations General Assembly. 2000. *United Nations Millennium Declaration*. Tradução livre do autor. No original: “To make the United Nations more effective in maintaining peace and security by giving it the resources and tools it needs for conflict prevention, peaceful resolution of disputes, peacekeeping, post-conflict peace-building and reconstruction.”

²¹⁰ United Nations Secretary General. 2005. *In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all*, Report A/59/2005, New York: UN General Assembly. Introdução, parágrafos 16 e 17 [em linha]. [referência de 24 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.un.org/largerfreedom/chap1.htm>>.

colocados para evitar os horrores do conflito e para ultrapassarem os obstáculos ao desenvolvimento”.²¹¹

O parágrafo 17 desse relatório, de seguida reforça e explicita esta ideia que relaciona segurança com desenvolvimento, afirmando que “da mesma forma, não gozaremos desenvolvimento sem segurança, não gozaremos de segurança sem desenvolvimento e não gozaremos nenhum desses sem respeito pelos direitos humanos”²¹². A não ser que se defenda cada uma dessas causas – afirma o Secretário-geral – nenhuma delas será bem sucedida. O Secretário-geral propõe que a ONU se empenhe para a construção de um mundo em que “all people have the freedom to choose the kind of lives they would like to live, the access to the resources that would make those choices meaningful and the security to ensure that they can be enjoyed in peace.”²¹³

2.8.2. União Europeia

Desde a Declaração do Milénio, em 2000, que a UE começou a trabalhar no sentido de uma maior integração entre os projectos do primeiro pilar (a Comissão) e os do segundo (o Conselho). No entanto, foi durante o segundo semestre de 2007, na Presidência Portuguesa da UE, que foram operacionalizados alguns procedimentos com vista à produção de doutrina que realmente aproximasse a segurança do desenvolvimento.

²¹¹ United Nations Secretary General. *Op. Cit.* Tradução livre do autor. No original: “This relationship has only been strengthened in our era of rapid technological advances, increasing economic interdependence, globalization and dramatic geopolitical change. While poverty and denial of human rights may not be said to “cause” civil war, terrorism or organized crime, they all greatly increase the risk of instability and violence. Similarly, war and atrocities are far from the only reasons that countries are trapped in poverty, but they undoubtedly set back development. Again, catastrophic terrorism on one side of the globe, for example an attack against a major financial centre in a rich country, could affect the development prospects of millions on the other by causing a major economic downturn and plunging millions into poverty. And countries which are well governed and respect the human rights of their citizens are better placed to avoid the horrors of conflict and to overcome obstacles to development.”

²¹² *Idem.* Tradução livre do autor. No original: “Accordingly, we will not enjoy development without security, we will not enjoy security without development, and we will not enjoy either without respect for human rights.”

²¹³ *Idem.* Tradução livre do autor. No original: “all people have the freedom to choose the kind of lives they would like to live, the access to the resources that would make those choices meaningful and the security to ensure that they can be enjoyed in peace.”

Nesta base, em Novembro de 2007, o Conselho de Assuntos Gerais adoptou as Conclusões do Conselho em que se convidavam os Estados-membros, a Comissão e o Secretariado Geral do Conselho a desenvolverem trabalho sobre segurança e desenvolvimento sob a orientação de futuras presidências, incluindo um Quadro de Coerência Política para o Desenvolvimento (PCD). Este trabalho foi o resultado da análise abrangente levada a cabo no âmbito dessa política e principalmente do relatório da UE de 2007 sobre a PCD. O relatório regista as preocupações dos Estados-membros com a necessidade de melhor coordenação das actividades do primeiro e do segundo pilares e refere-se não só ao planeamento como à condução de missões PESD que necessitam de serem melhor integradas dentro de programas de assistência ao desenvolvimento de longo prazo abrangentes, de forma a tornar eficaz a intervenção global da UE.²¹⁴

2.8.3. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, constituída por 30 países, é um fórum onde estes países trabalham em conjunto para debater os desafios económicos, sociais e ambientais da globalização. A valorização do nexos segurança-desenvolvimento é também uma tarefa assumida como importante por esta instituição. No prefácio do Manual do CAD²¹⁵ da OCDE sobre a RSS – Apoiar a Segurança e a Justiça²¹⁶, uma publicação prática mas também enquadrante do ponto de vista conceptual sobre actividades da OCDE, o Secretário-geral da organização, conjuntamente com o presidente do CAD, escrevem:

“O reconhecimento de que o desenvolvimento e a segurança estão intrinsecamente ligados está a permitir que a segurança em países terceiros seja vista como uma matéria de política pública e de governação, convidando a um maior escrutínio público. Um sistema de segurança conduzido de uma forma democrática, responsabilizável e eficiente ajuda a reduzir os riscos de conflito, criando pois um

²¹⁴ Cf. sítio da Internet da Comissão Europeia sobre desenvolvimento:
http://ec.europa.eu/development/policies/9interventionareas/peace-and-security/security-and-development_en.cfm.

²¹⁵ Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

²¹⁶ OCDE. 2007. *Manual do CAD da OCDE sobre a RSS – Apoiar a Segurança e a Justiça*. Paris : OECD Publishing

ambiente propício ao desenvolvimento.” (...) “Este documento de referência não só tem facultado aos doadores um novo rumo e um novo entendimento sobre onexo segurança-desenvolvimento, como também desafiado os doadores a questionarem a concepção, implementação e avaliação dos seus próprios programas e a optimização da utilização transversal dos recursos das agências governamentais no apoio aos processos de RSS.”²¹⁷

O manual do CAD acaba por ser um dos primeiros instrumentos operacionais de aplicação donexo segurança-desenvolvimento em projectos concretos. No entanto, versa uma parte muito específica desse conceito, a Reforma do Sector de Segurança.²¹⁸ Este conceito, apesar do nome, é um instrumento que pretende reorganizar as principais valências do Estado, a partir de uma situação de crise em que o Estado não existe ou quase não existe, de forma a criarem-se as condições de segurança e de exercício do Estado de direito que permitam o lançamento de projectos de desenvolvimento. Acaba por ser um conceito operacional abrangente, com ferramentas de variada natureza, desde o aconselhamento militar ou policial, ao apoio para levantamento de um corpus legislativo necessário ao efectivo exercício do Estado de Direito.

2.9. Conclusões

A teoria da interdependência complexa, enunciada por Keohane e Nye, demonstra que todos os actores do SI estão ligados entre si, numa teia de interesses, vontades e capacidades. Esta relação entre todos os actores está cada vez mais a criar condições para que a gestão do poder deixe de ser feita pelo recurso à violência e se faça cada vez mais pela discussão, diálogo e partilha de valores. Embora o Estado não deixe de desaparecer e

²¹⁷ OCDE, *op. cit.*, p. 3.

²¹⁸ Apesar de tudo, a relevância da Reforma do Sector de Segurança pode observar-se na missão de RSS que a UE leva a cabo na Guiné-Bissau, a primeira missão que integra realmente iniciativas da Comissão e do Conselho e onde onexo segurança-desenvolvimento desempenha um papel integrador como conceito-quadro.

o monopólio do uso da força lhe continue a pertencer, cada vez mais a comunidade internacional se rodeia de uma teia de instituições e de um conjunto de valores que vão permitir resolver disputas de forma pacífica. Esta tendência, a continuar a consolidar-se, dará maior rigidez à estrutura do Sistema Internacional e criará as condições para o incremento da segurança. Assim, parece que estarão criadas as condições teóricas, institucionais, para que as grandes ameaças à segurança tratadas neste trabalho – as migrações ilegais e o tráfico humano, o tráfico de droga e as redes terroristas – sejam banidas ou, no mínimo enfraquecidas. A interdependência complexa demonstra que, quanto maior for a interação entre os elementos do Sistema Internacional, mais este se tornará rígido, mais forte. Assim, se por um lado um Estado-nação fraco significar um elo fraco do sistema, por outro lado, o reforço desse elemento conduzirá a um reforço do todo.

As grandes ameaças, como o tráfico de droga, as migrações ilegais e o tráfico humano, as redes terroristas e a proliferação descontrolada das armas, especialmente as ligeiras, contribuem para o enfraquecimento do Sistema Internacional. Conseguir-se-á diminuir ou anular essa influência se se reforçar a segurança humana. Esse reforço pode ser conduzido através dos projectos de desenvolvimento, mas estes, isolados não conseguem implementar-se adequadamente. Há então que recorrer a uma nova abordagem. O nexos entre a segurança e o desenvolvimento vem oferecer uma nova perspectiva liberal que se propõe alcançar e consolidar a paz através de um processo que envolve o emprego coordenado de ferramentas de segurança e de desenvolvimento. Conforme referido por Mark Duffield, a governação global contará com a relação entre segurança e desenvolvimento para o sucesso das intervenções dos seus agentes, sejam grandes instituições internacionais, sejam estados ou mesmo elementos da sociedade civil, como as ONG. Mas, para que tal seja viável, serão necessários grandes esforços a nível global, como a enunciação dos Grandes Objectivos do Milénio, pelo Secretário-Geral da ONU, fez lembrar. A fusão entre iniciativas (operações ou missões) de segurança e projectos de desenvolvimento levará ao reforço dos dois lados do binómio, constituindo um elemento fulcral para o reforço do Sistema Internacional.

Com o novo Milénio tornou-se clara a ligação entre segurança e desenvolvimento. Embora já desde os finais da Segunda Guerra Mundial se tenha tornado óbvio que os

países e povos em situação de fragilidade (as nações derrotadas da Segunda Guerra, entre outras) não podiam ser abandonadas ao seu destino, sendo necessário voltar a trazê-los ao seio da comunidade das nações, o período de Guerra-fria acabou por fazer com que, em muitas partes do globo, não se aplicassem estas ideias, devido à postura de hostilidade mútua das duas superpotências. Esta atitude provocou um congelamento dos conflitos, por um lado, mas também obrigou os Estados a optarem por um dos blocos ou a juntarem-se aos não alinhados, o que significava entrar no Terceiro Mundo, com todas as consequências que o futuro traria. O fim da Guerra-fria trouxe a ilusão de que iria começar uma era de paz e prosperidade sem precedentes, com a economia de mercado no seu máximo vigor e com uma única superpotência a desempenhar o papel de polícia do mundo, garantindo a segurança global. No entanto, estes desideratos não se cumpriram e, enquanto crescia o número de focos de instabilidade, as desigualdades, a pobreza e a fome cresciam como nunca no mundo.

As missões de paz levadas a cabo com o fim de pôr cobro aos focos de violência que grassavam após o fim da Guerra-fria pecaram muitas vezes por não disporem de mandatos fortes e por não se adequarem à reconstrução das áreas afectadas pelas crises e das sociedades destruídas. Este período de incapacidade da Comunidade Internacional e da única superpotência em impor a paz e restabelecer o bem-estar, a segurança e o desenvolvimento sustentado foi seguido por um período de novas abordagens, em que começavam a tornar-se relevantes novos actores na cena internacional e, devido aos quais, começou a ser possível vislumbrar soluções para as “crises pós-crises”. Uma cultura de governação global tornou-se incontornável e as intervenções para dirimir crises passaram a incluir nos planos de operações aspectos de defesa dos direitos humanos e de ajuda ao desenvolvimento dos povos. As intervenções de cariz essencialmente securitário, com forças militares impondo uma paz que, após a sua saída do teatro, logo era aniquilada, perderam terreno para aquelas que passaram a integrar também a boa governação, a reforma do sector de segurança e a implantação sólida do Estado de Direito. As intervenções armadas do futuro, além do seu objectivo primário de fazerem a paz, terão também de colaborar nos projectos para a concretização daquelas valências. As grandes instituições internacionais estão a recorrer cada vez mais à operacionalização deste conceito, como tem demonstrado a UE. Esta organização regional acabou mesmo por

implementar grandes alterações nas suas estruturas em que o nexos segurança-desenvolvimento, e outros conceitos a este associado, ganharam relevância e se dotaram de meios para a sua operacionalização.

No capítulo seguinte ver-se-á como, mais especificamente, essas instituições e organizações internacionais adoptam e desenvolvem esses conceitos, como os tentam pôr em prática e quais os seus sucessos e fracassos. Tentar-se-á demonstrar que a UE desenvolve a sua política de segurança e de defesa com vista a criar na sua vizinhança, tanto a Sul como a Leste, áreas cujo desenvolvimento anule a tendência para a violência, diminuindo assim as ameaças à sua segurança.

Capítulo 3

A segurança na Europa e as ameaças da vizinhança estratégica

3.1. Introdução

Com o fim da Guerra-fria terá mudado o paradigma de segurança na Europa. A sombra soviética que pairava sobre a sua parte Ocidental desapareceu e as imagens de um futuro apocalíptico cheio de blindados, de aeronaves e de rebentamentos nucleares através da cortina de ferro deixava de fazer sentido. À diminuição do conceito de segurança (internacional) identificado com o conjunto de medidas, incluindo acção militar e acordos militares (tais como tratados e convenções), tem vindo a suceder uma gradual e crescente importância do conceito de segurança humana, em que a atenção deve ser agora dedicada à integridade física, moral e social do indivíduo e não à integridade territorial do Estado. Com o seu Relatório de Desenvolvimento Humano. De 1994, a ONU definitivamente marcou a passagem do testemunho do paradigma de segurança centrado nos Estados para o da segurança das pessoas.

Mas esta mudança de paradigma só veio lembrar que o planeta continua a ser um lugar pouco seguro, embora no Ocidente se tenha considerado muito remotas as possibilidades de ataques no interior dos seus territórios, o que os ataques terroristas a Nova Iorque e Washington, a Londres e a Madrid vieram a desmentir.

No que diz respeito à Europa continua a haver um elevado nível de insegurança, mas de outra natureza. Não é que tenha completamente desaparecido a ameaça de conflito militar, como as crises balcânicas recentes nos tem lembrado e como a guerra entre a

Rússia e a Geórgia que em 2009 sobressaltou os europeus. Outras ameaças, que podem vir a ser tão devastadoras, têm vindo a insinuar-se no interior da Europa, vindas das suas vizinhanças estratégicas, tanto de Leste como de Sul.

Relativamente ao Leste, e para fazer apenas uma sumária abordagem²¹⁹, pois é o estudo do Sul que nos interessa, a Europa (a UE, para o caso) enfrenta ameaças dos três tipos que nos propomos estudar no caso do Sul. Do Afeganistão e de Burma (agora Mianmar) entra todos os anos na Europa, via Turquia, Balcãs e países de Leste, toneladas de ópio e seus derivados (especialmente heroína) que vão afectar gravemente as novas gerações europeias ao mesmo tempo que drenam recursos financeiros elevadíssimos que vão enriquecer as redes criminosas. Do Sudoeste asiático e do Médio Oriente vem grande parte da militância nas redes terroristas e a influência doutrinária que impulsiona à Guerra Santa (*Jihad*) contra os infiéis ocidentais. Na Ásia em geral, da China, passando pela Índia e pelo Paquistão, até aos países do Golfo e do Próximo Oriente, vem o tráfico de seres humanos e os grandes fluxos de migração ilegal para a Europa, muitos passando por África.

Aquele continente materializa outra vizinhança estratégica de onde estas três ameaças têm probabilidade de se tornarem mais presentes, pois existem laços ancestrais entre esse continente e a Europa, numa “interdependência complexa” que faz com que sejam muito amplificados os efeitos na Europa daquilo que se passa em África.

Assim, enquanto o capítulo anterior tratou dos grandes temas e teorias de Relações Internacionais, será agora dedicada atenção à análise de pequenas teorias e da documentação sobre os problemas de segurança que afectam a Europa e cujas origens se situem especialmente em África. Segue-se uma lógica triangular que, partindo da questão da segurança da UE, passa pelo estudo das ameaças em causa – migrações clandestinas em massa, tráfico de droga, ameaça de terrorismo – terminando no estudo das questões tratadas a respeito da necessidade de desenvolvimento em África. Faz-se assim uma

²¹⁹ Para uma breve análise da situação de paz e justiça na Leste da Europa cf. The EU's Eastern Neighbourhood – Peace and Justice, *Studia Diplomatica* (Brussels Journal of International Relations, Vol. LIX: 2006, No. 2. Bruxelles: Egmont – Institut Royal des Relations Internationales, especialmente o artigo de Frederic Van den Berghe, “For Better or for Worse: The EU's Embrace of European Partnership (pp. 5-22).

revisão da literatura das principais obras publicadas que têm sido mais relevantes sobre segurança e defesa da UE, África e as ameaças à segurança europeia e o desenvolvimento em África e a PESD. O capítulo dividir-se-á nestes três temas. Primeiro, na parte dedicada à abordagem da “Segurança e Defesa da UE”, recorre-se à revisão histórica do processo de evolução da segurança e defesa da UE, debruçando-se o estudo sobre o aparecimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), o seu desenvolvimento e a evolução até à nova conceptualização, consagrada no Tratado de Lisboa com a designação de Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), em vigor a partir do início do ano de 2010. Na segunda parte, “África e as ameaças à Segurança Europeia”, analisam-se os principais problemas de segurança africanos (na sua conceptualização mais genérica), e identificam-se detalhadamente aqueles que constituem também problemas da Europa, como o tráfico de droga, o terrorismo e o tráfico humano, entre outros. Na última secção são analisadas algumas das mais relevantes fontes primárias sobre as temáticas de segurança e desenvolvimento (documentos de organizações internacionais como a ONU, a UE, a UA, etc.), com especial ênfase para aquelas que se dedicaram à institucionalização de procedimentos relativos a projecto em África sobre desenvolvimento, segurança ou sobre o nexo entre estas duas abordagens.

3.2. A segurança e a defesa da UE

Com fim da Guerra-fria, a Europa acelerou em direcção a uma maior unidade mas sem desenvolver uma visão clara do seu posicionamento estratégico, incluindo a sua relação com os EUA. Por outro lado, a China e a Índia, que se viam primeiro como vítimas da agressão europeia e depois como parte do “Terceiro Mundo” entre os blocos dirigidos por americanos e soviéticos, começaram lentamente a emergir como grandes potências de seu próprio direito. Com o desmantelamento da União Soviética, os estados bálticos recuperaram a sua independência e emergiu uma outra onda de novos estados da retirada do imperialismo russo da Europa de Leste, do Cáucaso e da Ásia Central. Entretanto,

vários estados multiétnicos (como a Jugoslávia) foram desagregados, às vezes de forma violenta. Algumas minorias étnicas alcançaram a auto-determinação, e conflitos civis em países como o Afeganistão, Sudão, Ruanda e Somália resultaram em grande sofrimento e grandes vagas de refugiados. Aumentou exponencialmente a necessidade de intervenção internacional para ajudar os povos dos estados falhados ou frágeis. Mesmo dirigentes nacionais actuais ou anteriores já não estavam isentos de processos legais tanto nos tribunais internacionais como nos nacionais.

A PESD aparece portanto, numa altura em que as estruturas conhecidas e tradicionais, vistas da Europa, são postas em causa ou substituídas. Nos poucos anos da sua existência a PESD tem evoluído muito. Qual a tendência dos debates que têm ocorrido sobre a evolução da PESD e que desafios de segurança comuns a Europa e África enfrentam? Vasta literatura tem vindo a ser publicada sobre a temática das capacidades militares africanas²²⁰, a evolução da PESD²²¹ e a II Cimeira EU-África²²², especialmente nos aspectos em que esta reunião parecia apontar para uma revolução na capacidade africana de segurança.

Relativamente à evolução da PESD, o debate tem sido intenso, desde a sua criação, em 2003. Com o lançamento da primeira operação PESD nesse ano, os peritos,

²²⁰ Cf., Robert I. Rotberg *et al.* 2000. *Peacekeeping and Peace Enforcement in Africa : Methods of Conflict Prevention*. Cambridge, Massachussets; Washington, D.C. : The World Peace Foundation, Brookings Institution Press. Também Jacques Bonningues. 2007. “A virtuous Spiral for Africa ?”, in Georges Girard, Anthony Hervey. *Défense nationale et sécurité collective*, January 2007. Paris: Committee for National Defence Studies.

²²¹ Sobre a evolução da PESD, em geral, cf. Willem van Eekelen. 2006. *From Words to Deeds : The continuing Debate on European Security*. Brussels ; Geneva: Centre for European Policy Studies, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces; André Barrinha (ed.). *Towards a Global Dimension : EU's Conflict Management in the Neighborhood and beyond*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008; Michael Emerson & Eva Gross (Eds.). 2007. *Evaluating the EU's Crisis Missions in the Balkans*. Brussels: CEPS – Centre for European Policy Studies. Michael Emerson (Ed.); _ . 2007. *Readings in European Security*. Brussels, London, Geneva: Centre for European Policy Studies, International Institute for Security Studies, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces; Laura C. Ferreira-Pereira. 2007. *Os Estados militarmente não-aliados na Nova Arquitectura de Segurança Europeia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Sobre a reforma do Sector de segurança, um dos aspectos mais concretos da PESD, cf. David Spence, Phillipp Fluri (Ed.). 2008. *The European Union and Security Sector Reform*, DCAF (Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces), Londres : John Harper Publishing. Vale também a pena a abordagem da questão da segurança na Europa, de Sandra Fernandes. 2005. *Europa (In) Segura*. S. João do Estoril: Príncipeia.

²²² SARAIVA, Luís Eduardo. 2008. A Cimeira UE-África de Lisboa e a evolução da política europeia de segurança e defesa. In *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, Lisboa : Universidade Lusíada Editora, pp. 105-128.

académicos, técnicos e militares têm produzido variados estudos e análises sobre a forma como esta tem evoluído e qual o seu futuro. Mais de 20 missões e operações PESD foram já lançadas desde 2003, mas a UE ainda enfrenta desafios estruturais que o novo tratado de Lisboa se propõe resolver. Precisa, por exemplo, de capacidades militares, tal como de uma base industrial e de um mercado de defesa europeu.²²³ A vontade política para agir colectivamente é também crucial, sendo contemplada no Tratado de Lisboa, que refere agora uma cláusula de entreajuda e de reciprocidade, tal como o artigo quinto do Tratado do Atlântico Norte. No entanto é de salientar que as capacidades militares da UE são apenas aquelas de que dispõem os seus membros.

Estas ambições europeias dirigem-se directamente à sua vizinhança. O objectivo da Estratégia Europeia de Segurança (EES) de 2003, que é o da criação de segurança na sua área, não está contido apenas nesse documento. Tal objectivo é também apresentado no “Conceito para uma Europa Alargada de 2003” (*Wider Europe Concept 2003*) e na subsequente “Política de Vizinhança Europeia” (*European Neighbourhood Policy – ENP*). Bruxelas está a tornar-se mais exigente e activa nos assuntos internos e de vizinhança e assim propõe na ENP um modelo de estabilidade a uma parte das suas fronteiras de Leste e de Sul. “Para além disso, as preocupações com a segurança são também consideradas pela UE noutras fronteiras directas ou indirectas, tais como os Balcãs ou a África”²²⁴ Na verdade, a “vizinhança comum” reflecte a visão alargada da UE do seu papel externo nas fronteiras. Há que chamar aqui a atenção de que, embora a ENP refira especificamente como “vizinhança” os países que estão na proximidade geográfica mais junto à Europa dos 27, de uma forma genérica pode considerar-se vizinhança alargada também a África subsaariana, quanto mais não seja pela variedade de laços que ligam as duas regiões do globo.

²²³ FERNANDES, Sandra, SARAIVA, Luís Eduardo Saraiva. 2008. ESDP in Strategic Neighbourhoods : Promises of Stability through International Military Cooperation. *Portuguese Journal of International Affairs*. Spring 2009 [em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.ipris.org/?menu=6&page=38>>], p. 22.

²²⁴ FERNANDES, Sandra e SARAIVA, Luís Eduardo, *op. cit.*, p. 23. No original: “Moreover, security concerns are also considered by the EU in other direct or indirect borders, such as the Balkans and Africa”.

Detecta-se, enfim, uma dupla tendência na UE: “mesmo estando esta a desenvolver novas abordagens para obter segurança por via de instrumentos militares, como é o caso de África, continua, no entanto, a ser um actor limitado no que diz respeito às questões tradicionais de segurança, tais como os “conflitos congelados”²²⁵, como os últimos acontecimentos no Cáucaso, da crise entre a Rússia e a Geórgia, bem demonstraram.

Para o General Henri Bentégeat, Presidente do Comité Militar da UE, “para se desenvolver eficazmente e de forma duradoura, a força militar da UE necessita, mais que nunca, da solidariedade financeira e política.”²²⁶ Quais são os progressos da PESD vista pelo mais alto responsável na sua componente militar? E quais as suas limitações? Bentégeat também questiona onde quererá a Europa chegar no que diz respeito ao valor das suas forças militares, e qual o objectivo a atingir. A ambição da Europa é de ser um actor mundial, com uma política externa própria, comum aos 27 Estados-membros, tal como definido em Helsínquia e depois devidamente contemplado na *Política Europeia de Segurança*. O objectivo da Europa é assim de ser capaz de agir à escala mundial, na gestão de crises. Pois há certas partes do mundo que pedem a intervenção da Europa, afirma Bentégeat, quer seja na África subsaariana, quer seja no Médio Oriente. A UE constrói a sua base de saber, de *know-how* relativo ao tratamento das crises através de uma abordagem global. Nesse sentido a componente militar não passa de um instrumento entre outros.

Ser capaz de agir, quer dizer o quê, no plano militar? – Pergunta Bentégeat. Convém, em primeiro lugar, dispor de forças militares sólidas, adaptadas e adaptáveis à sua missão, quer dizer, capazes de uma certa flexibilidade. Para isso a UE desenvolveu o conceito de “Agrupamento Tático” (*Battle Group* - BG), dispondo actualmente de 15, estando sempre em cada semestre dois disponíveis. No entanto a UE ainda sofre de importantes lacunas no que diz respeito a capacidades, como o transporte aéreo estratégico e o movimento e combate aéreo de teatro.

²²⁵ *Idem*, p. 23.

²²⁶ BENTEGEAT, Henri. 2008. PESD : Les progrès à réaliser pour passer de la théorie à la pratique. *Vu d'Europe*. Été 2008. p. 74-77. Bruxelles : Europe's World. p. 74-77.

As necessidades de desenvolvimento de capacidades da PESD distribuem-se por duas vertentes. Por um lado a simplificação dos processos de planeamento e condução de operações, a fim de os tornar mais eficazes. Por outro lado há que desenvolver a interoperabilidade entre os diversos meios e forças, pois aqui reside a chave do sucesso das intervenções modernas num ambiente onde a tecnologia providencia informação superabundante, imediata e volátil.²²⁷ A PESD só sobreviverá se os Estados-membros que a constroem decidirem realmente dar-lhe os meios de que carece. No tratamento de crises, isto implica pensar a Europa antes de pensar nação, sublinha o Presidente do Comité Militar.²²⁸

Para outros autores, como Alyson Bailes²²⁹, as certezas da Guerra-fria terão cedido lugar, na Europa de hoje, à confusão, ao mal-estar e a sinais de desunião. Bailes afirma que logo após a queda do muro de Berlim, quando se começava a questionar o fim de tudo, até da NATO, já a UE começava a demonstrar as suas fragilidades em matéria de segurança. Concomitantemente, a crise da Jugoslávia demonstrou as fragilidades da política externa da União. Apesar de tudo, nunca a PESD deixou de evoluir²³⁰.

Charles Goerens²³¹, membro do Parlamento Europeu e ex-ministro da Defesa do Luxemburgo, afirma, por seu lado, que a UE, com a sua vocação de actor global cada vez menos dissimulada, a torna cada vez mais presente no mundo. Isto, no respeito dos valores que presidiram à construção europeia, assim como ao seu alargamento²³². No entanto, o

²²⁷ BENTEGEAT, *op. cit.*, p. 76.

²²⁸ *Idem*, p. 77.

²²⁹ Alyson Bailes é uma diplomata jubilada britânica. Desde 1990 tem publicado variados artigos sobre defesa europeia, cooperação regional em segurança, e capítulos de livros sobre esses temas e ainda sobre controlo de armamento. Publicou, p. ex., em 1997, "Europe's Defense Challenge: Reinventing the Atlantic Alliance", *Foreign Affairs*, Jan/Feb 1997.

²³⁰ BAILES, Alyson. 2008. Les leçons à tirer de la Guerre froide pour notre politique de sécurité. *Vu d'Europe*, Été. Bruxelles : Europe's World, p. 78-83

²³¹ Charles Goerens é um político do Luxemburgo que foi membro do parlamento Europeu de 1982 a 1984, e de 1994 a 1999. Especialista em questões de segurança e defesa, foi Ministro da Cooperação, Acção Humanitária e da Defesa, entre 1999 e 2004. Foi também por um curto período, em 2004, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

²³² GOERENS, Charles. 2007. Sécurité et développement de l'Afrique : une nouvelle approche pour l'UE. In *Cahier de Chaillot n.º 99*, Paris : Institute d'études de sécurité, p. 31.

empenhamento da UE em África não parece ainda corresponder à ideia que têm os cidadãos europeus das novas responsabilidades da EU em matéria de segurança.²³³

Nuno Severiano Teixeira, professor universitário e ex-Ministro da Defesa de Portugal, a propósito das alterações que o tratado de Lisboa provocará na Segurança Europeia, nota que a PESD “tem sido, nos últimos anos, uma das áreas mais dinâmicas do processo de integração europeia. Nos últimos oito anos, a PESD deu passos concretos, prudentes e sólidos nos diversos planos – institucional, das capacidades, operacional e doutrinário. Foi, mesmo, além do que estava definido em Nice e foi-se concretizando, independentemente das vicissitudes e sem a aprovação do tratado constitucional”²³⁴. A União precisa, agora, de aprofundar e reforçar as suas capacidades de forma a responder com eficácia às exigências do sistema internacional e às missões que o Conselho lhe decida atribuir.

A Estratégia Europeia de Segurança (EES), aprovada em 2003, constitui um notável avanço pela definição de um conceito estratégico e de uma visão global sobre a acção externa da UE. Mas, como nota (em 2009) Severiano Teixeira²³⁵, é agora o momento de rever este documento e de o adaptar às necessidades da União em termos de objectivos e de ambições para os próximos anos. Uma estratégia renovada deverá atender a novos circunstancialismos na cena internacional e, para isso, terá de ser avaliada a forma como as novas ameaças se inter-relacionam e como a UE lhes poderá fazer frente, numa primeira abordagem. De seguida é necessário contemplar esses novos desafios na revisão da “estratégia”. “Por último, para tornar a EES uma verdadeira doutrina estratégica será necessário que nela sejam definidas as regras e os quadros de intervenção militar, designadamente em teatros de risco.”²³⁶

O tratado de Lisboa reforça o papel da PESD, segundo Severiano Teixeira, através de três inovações: em primeiro lugar adopta-se a designação de “Política Comum de Segurança e Defesa” (PCSD), passando a sublinhar-se a vontade colectiva “comum” da

²³³ *Idem, Ibidem.*

²³⁴ TEIXEIRA, Nuno Severiano. 2008. O Tratado de Lisboa e a Segurança Europeia. In *Relações Internacionais* n.º 18. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 83-90.

²³⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *op. cit.*, p. 84.

²³⁶ *Idem*, p. 85.

UE. Em segundo lugar, é introduzido o conceito de solidariedade, através de duas cláusulas: uma referente à defesa mútua (semelhante à postura da NATO), e outra de solidariedade em catástrofes naturais ou provocadas pelo homem. Por último, é alargado o leque de missões para as quais a UE pode utilizar os seus recursos militares ou civis.²³⁷ O novo tratado também introduz dois mecanismos na área da segurança e defesa comum: a “cooperação reforçada” (já prevista nos tratados de Amesterdão e de Nice, mas agora estendido para outras áreas) e as “cooperações estruturadas permanentes”. “Este mecanismo prevê a possibilidade de existir uma ‘cooperação mais estreita’ entre os Estados-membros que o desejem e que tenham capacidade para realizar maiores esforços no domínio das capacidades militares”²³⁸. Conforme nota aquele autor, “este mecanismo promove um aumento das responsabilidades dos Estados e um aumento da exigência e da clarificação da vontade política daqueles que, verdadeiramente, pretendem construir uma Europa de defesa”²³⁹.

3.3. África e as ameaças à segurança europeia

A Europa e África estiveram sempre ligadas pela História. Assim, pode afirmar-se que, numa perspectiva europeia, África nunca terá sido um continente esquecido. Após todas as grandes alterações que têm atingido as relações entre os dois continentes é pertinente colocar uma questão fundamental: deveria a Europa, a partir de agora, preocupar-se com os problemas de segurança africanos? Parece muito clara a resposta pois a insegurança africana tem reflexos directos na União Europeia. O objectivo desta parte consiste em fundamentar a necessidade de um papel activo e sustentado da União Europeia em África. Isto porque os laços de interdependência tornam os problemas de segurança de África reais e concretas ameaças à segurança europeia. Em primeiro lugar

²³⁷ *Idem*, p. 87.

²³⁸ *Idem*, *ibidem*.

²³⁹ *Idem*, p.88.

pretendemos salientar as potenciais ameaças à Europa oriundas do Sul. Iremos apresentar três fontes principais de insegurança e evidenciar a sua ligação estreita aos problemas do subdesenvolvimento africano. São de três tipos, essencialmente, as ameaças que, vindas do Sul, projectam a sua sombra sobre a margem Norte do Mediterrâneo. A mais temida, cujas acções fizeram estremecer o mundo, é a ameaça terrorista. Depois do desastre acontecido no outro lado do Atlântico no 11 de Setembro, são ainda traumáticas as evocações dos atentados de Madrid e do metro de Londres. No entanto, para além dessa ameaça, os fenómenos concretos e constantes do tráfico de estupefacientes e das redes de migração clandestina constituem também objecto de preocupação tanto da UE como da própria comunidade africana.

3.3.1. O tráfico de estupefacientes

Um dos graves problemas de segurança em África é o tráfico de droga. O caso da costa Ocidental, e muito em especial, no que concerne a esta investigação, da Guiné-Bissau, é dramático. A Comunidade Internacional e autoridades de diversos países têm vindo a alertar para os sinais de que alguns países africanos, como o acima referido podem estar a correr o risco de se transformarem em narco-Estados, como a comunicação social mundial começa a referi-los²⁴⁰. Narco-Estado será um país que se encontra controlado e corrompido por cartéis de droga e onde o estado de direito deixou de existir. Esta situação poderá ocorrer em países como o Afeganistão, se não forem impostas medidas para proteger o estado de direito. O termo tem vindo a ser generalizado pelos meios de comunicação social, a propósito, por exemplo, desse país, mas pode com grande propriedade ser aplicado a outros Estados asiáticos, e também a certos Estados africanos ou americanos.

²⁴⁰CNN, sítio da Internet da *Cable Network News* (CNN). [em linha]. [referência de 4 de Março de 2008]. Disponível na Internet em <<http://edition.cnn.com/2007/LIVING/studentnews/10/31/cnnce.narco.state/index.html>>.

Apesar de o problema existir noutros países, e particularmente na Nigéria desde há cerca de 20 anos, na África em geral esta tipificação não tinha atingido ainda a dimensão que algum pessimismo antevê para a Guiné-Bissau se não forem tomadas medidas urgentes. A RGB está em vias de se tornar uma das principais plataformas de cocaína em África e os Estados Unidos da América, em particular, têm vindo a alertar as autoridades policiais europeias para o importante desvio do fluxo de cocaína que, da América Central e do Sul, passou a ser feito pela costa Ocidental africana para alcançar a Europa e também os EUA²⁴¹.

O estabelecimento destas rotas de tráfico de droga atingiu maior significado a partir de 2003, altura em que foram difundidas as primeiras informações alarmantes: a ONU alertou então para a gravidade da situação. Em 2007, a administração Bush considerou mesmo a região em geral e a Guiné-Bissau em particular como santuários de traficantes de cocaína.

Para fazer face ao problema do tráfico de cocaína para a Europa, a UE criou uma Agência especializada, o Centro Marítimo de Análise e Operações – Narcóticos (MAOC-N), que se destina a ajudar as autoridades nacionais a interceptar carregamentos que chegam por via marítima.²⁴² Além dos países ibéricos, integram ainda esta agência a Irlanda, a França, o Reino Unido, a Holanda e a Itália. A decisão de estabelecer este mecanismo foi, em parte, a reacção à crescente utilização das costas da África Ocidental, como "estação de passagem" para a Europa por redes de narcotráfico. A Nigéria e a RGB têm sido referidas por autoridades europeias como os países de trânsito de cocaína entre a América e a Europa. Recentes detenções de colombianos na RGB levantaram suspeitas de que o tráfico que passa por este país poderá ter ligações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, havendo mesmo a possibilidade de constituir uma forma de financiamento das suas acções. As Nações Unidas expressaram a preocupação de que estes indícios poderiam apontar para um potencial desastre na RGB, pelo colapso do Estado, se

²⁴¹ LEWIS, David. 2008. "Africa's cocaine route". *Mail Guardian online*, página internet visitada em 4 de Março de 2008, http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=310750&area=/insight/insight__africa.

²⁴² BUGGE, Axel. 2007. *New European agency to tackle cocaine trade*, Agência Reuters, 30 de Setembro de 2007, Lisboa [em linha]. [referência de 30 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.encod.org/info/NEW-EU-AGENCY-TO-TACKLE-COCAINE.html>>.

a Comunidade Internacional não ajudasse a deter o controlo que os traficantes de droga começam a ter no país.

Na conferência de doadores para a Guiné-Bissau, que decorreu em Lisboa a 19 de Dezembro de 2007, Antonio Maria Costa, Director-geral do gabinete da ONU em Viena e Director Executivo do gabinete das NU de Drogas e Crime (UNODC) expressou a preocupação com o envolvimento da RGB nas redes de cocaína.²⁴³ Este problema era já uma preocupação da Comunidade Internacional para com a região da África Ocidental e agora é cada vez mais a questão central de segurança na Guiné-Bissau. Voltaremos a esta questão com mais detalhe, quando for abordado o case-study da Guiné-Bissau na segunda parte deste trabalho, a Parte Prática.

Foquemo-nos um pouco mais sobre África e especialmente sobre a região Ocidental, uma das regiões do mundo mais voláteis, no entender de Antonio L. Mazzitelli²⁴⁴, ao debruçar-se sobre o crime transnacional naquela região²⁴⁵. Mazitelli, após enumerar várias das fragilidades da região, nota que todas elas atraem operadores económicos sem escrúpulos, facilitam o estabelecimento e desenvolvimento de redes criminosas locais e transnacionais e propiciam um modelo cultural sob o qual o dinheiro pode comprar tudo, incluindo a impunidade, o poder político, o estatuto social e a respeitabilidade.²⁴⁶ Assim, o crime organizado transnacional representa não apenas um sério desafio ao desenvolvimento equilibrado e sustentado dos países da região, mas é também uma ameaça à estabilidade geral desses países, da região e das regiões vizinhas, afectando mesmo a Europa.

As actividades criminais em rede são variadas na África Ocidental. No entanto o tráfico de droga continua a ser, de longe, a actividade criminosa transnacional mais lucrativa. As redes criminosas actuais diversificam as suas actividades de forma reduzir riscos e a tornar mais difícil a sua intersecção pelas agências de aplicação da lei. Assim as

²⁴³ COSTA, Antonio Maria. 2008. *Assisting Guinea-Bissau*. [em linha]. [referência de 4 de Março de 2008]. Disponível na Internet <<http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html>>.

²⁴⁴ Antonio L. Mazzitelli desempenhou funções no Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional da Droga (PNUCID) e tem publicado muitos trabalhos sobre o narcotráfico.

²⁴⁵ MAZZITELLI, Antonio. 2007. Transnational organized crime in West Africa : the additional challenge. *International Affairs*, Vol. 83, No. 6, Nov 07. Oxford (UK) : Chattam House, p. 1072.

²⁴⁶ *Idem*, p. 1073.

atividades criminosas acabam por ter um fundo comum onde se sobrepõem os meios e os criminosos, seja o tráfico de droga, o de seres humanos ou mesmo as actividades terroristas. A região Ocidental de África, como um todo, assim como cada país da região, em particular, apresenta hoje em dia as condições ideais para o estabelecimento de redes criminosas estruturadas por causa das suas vantagens competitivas na redução dos riscos e, como consequência, na maximização dos lucros.²⁴⁷ E a região, no que diz respeito ao controlo do tráfico de droga, não dispõe de meios eficazes de combate. Para além de alguns oficiais de ligação colocados na região, a única entidade especializada aí disponível é providenciada pelo Gabinete de Droga e Crime da ONU (UNODC), segundo Mazzitelli.²⁴⁸

Analisemos um pouco mais o que esse autor afirma sobre a questão do tráfico de droga na região. De acordo com dados recolhidos junto do UNODC, num relatório emitido em 2007 pelo seu escritório na África Ocidental, apreensões importantes (acima dos 150 Kg) de cocaína foram feitas no Benim, em Cabo Verde, na Guiné, na Guiné-Bissau, na Mauritânia e no Senegal. E os dados mostram um grande incremento desse ano (2007) relativamente aos anos anteriores. Mazzitelli sublinha também que o uso intensivo da África Ocidental como local de armazenagem grossista de cocaína tem sido confirmado por apreensões feitas posteriormente por agentes de aplicação da lei europeus ou latino-americanos de carregamentos de cocaína de e para África²⁴⁹. As apreensões foram feitas em navios demandando a Europa mas os meios navais não são os únicos, sendo frequente o uso de aeronaves da América do Sul para África e daqui para a Europa. De acordo com Mazzitelli, a análise das apreensões feitas quase diariamente, tanto na África Ocidental como nos mercados de destino indicam a presença e interacção de três estruturas de tráfico diferentes mas complementares. A primeira desloca grandes carregamentos de cocaína da América Latina para a África Ocidental, donde são depois reencaminhados para os mercados finais, principalmente na Europa, utilizando contentores, navios, iates privados e, recentemente, aeronaves privadas. A segunda rede é operada por redes locais bem

²⁴⁷ *Idem*, p. 1074.

²⁴⁸ *Idem, ibidem*.

²⁴⁹ *Idem*, p. 1075.

estabelecidas, principalmente nigerianos e ganeses, que são pagos em espécie pelos grossistas. Esta cocaína é vendida nos mercados locais ou encaminhada por correios terrestres para os destinos finais. Mazzitelli refere também o desenvolvimento de uma terceira espécie, constituída por *freelancers*. Estes são essencialmente europeus e africanos Ocidentais com visto de residência na Europa que investem as suas economias na compra de alguns quilos de cocaína com o objectivo de os venderem na Europa.²⁵⁰

Em Fevereiro de 2009, pouco antes do duplo atentado que vitimou o Presidente da República e o CEMGFA, a revista *Jane's (Jane's Intelligence Review)* apontava as eleições de Novembro de 2008, que tinham levado de novo o PAIGC ao poder e colocado Carlos Gomes Júnior como Primeiro-ministro, como uma possível fonte de instabilidade, por o programa do governo afrontar as Forças Armadas, consideradas o verdadeiro poder na Guiné-Bissau. O artigo²⁵¹ implicava fortemente facções das forças de segurança no tráfico de cocaína²⁵². Considerando que os valores do tráfico de cocaína seriam monstruosos se comparados com a economia do país, o artigo atribuía à Guiné-Bissau o estatuto de primeiro narco-estado da África Ocidental. Ora esta afirmação parece ser um pouco exagerada, quando se observam os dados disponibilizados pelo UNODC. Embora seja verdade, como afirma o artigo, que na altura em que Vieira reconquistou a presidência em 2005, os cartéis colombianos e venezuelanos já estavam entrincheirados como os actores económicos mais poderosos em Bissau²⁵³, também é verdade que estas presenças não alteravam profundamente as condições de vida e as frágeis estruturas económicas da Guiné-Bissau, que convivia com essas presenças.

Embora alguns incidentes na realidade comprovem que facções das forças de segurança tenham estado implicadas no apoio às redes de tráfico de droga²⁵⁴, a generalização desta ideia acaba por ofuscar o facto de que as Forças Armadas têm também desempenhado um papel de estabilidade e de segurança no país. Na verdade, durante a

²⁵⁰ *Idem*, pp. 1075,1076.

²⁵¹ “Uncivil Partnership : Guinea-Bissau elections may bring instability”, *Jane's Intelligence Review*, February 2009, Vol. 21, No. 02, pp. 24-27.

²⁵² *Op. Cit*, pp. 26.

²⁵³ *Idem*, p. 27.

²⁵⁴ *Ibidem*.

campanha eleitoral para as eleições de Novembro de 2008, foi muitas vezes levantado o estandarte do combate à corrupção provocada pela droga, mas o resultado das eleições demonstrou uma clara vontade da população em geral (e militares incluídos) em se verem livres desse flagelo.

Mas o artigo da *Jane's* acaba por reconhecer que o tráfico de cocaína se deslocou nitidamente de Bissau, como comprovam as apreensões registadas nos portos e aeroportos do Senegal, Mauritânia, Guiné e Serra Leoa, desde 2007, e as apreensões regulares, de importância menor registadas em direcção ao Senegal e à Guiné, com trânsito pelo Mali. O artigo, no entanto, refere que já não é tão claro se isso significará que os traficantes estão a sair de Bissau ou simplesmente a expandir as operações, replicando a sua bem sucedida penetração no Estado mais fraco da região.²⁵⁵ A Guiné-Bissau terá aumentado, embora muito limitadamente, as suas capacidades de interdição através da Polícia Judiciária. No entanto, esta é uma força muito pequena, se comparada com as forças de segurança e tendo em conta o labirinto de ilhas, rios e faixas de terra que caracterizam a costa Ocidental africana, sublinha o artigo²⁵⁶. Outras medidas estão já em acção, no entanto, como os programas de treino concebidos para criar agentes contra narcóticos e juízes dedicados, conforme sublinha o artigo.

Em suma, embora pretendendo caracterizar o problema da cocaína na RGB, a *Jane's* acaba por atribuir a esse país um papel e uma grave condição de narco-Estado que o país realmente ainda não merece. Adicionalmente, ao apontar o dedo às forças de segurança como o único obstáculo à anulação do narcotráfico na RGB, o autor acaba por fazer esquecer que os militares e polícias estão inseridos na população, continuarão a constituir, aos olhos desta, factor de segurança, pese embora alguma inquietude quando intervêm publicamente, e estarão, segundo declarações dos seus responsáveis, disponíveis para reforçar o Estado de Direito na Guiné-Bissau. Na verdade, acções como o golpe de 1 de Abril de 2010 acabam por reforçar o argumento daquele artigo, mas não se pode deixar de incluir as Forças Armadas na equação de solução do problema.

²⁵⁵ *Ibidem.*

²⁵⁶ *Ibidem.*

O que poderá ser feito para aliviar a pressão desta ameaça sobre a Guiné-Bissau? Segundo um especialista do narcotráfico em África, Reggie Johansen²⁵⁷, é necessário apoio internacional para ajudar os países da África Ocidental a estabelecerem a justiça e a segurança como factores cruciais do desenvolvimento da região²⁵⁸. Citando o Director Executivo do UNODC, Johansen dá ênfase à ideia de que apenas com pequenas iniciativas, como a criação de uma unidade de investigação na área financeira, uma agência anti-corrupção, uma prisão moderna e juizes melhor treinados e bem pagos, poderão ter um impacto negativo. Mas, para isso são necessários investimentos dos doadores. E para esse investimento aparecer, é necessário que os doadores acreditem que está criado o ambiente de segurança para que esses projectos não sejam destruídos à nascença.

Um dos mais graves problemas da RGB, que afecta mesmo a sua segurança, é na verdade o tráfico de droga. A Comunidade Internacional e autoridades de diversos países têm vindo a alertar para os sinais de que a RGB pode estar a correr o risco de se transformar num narco-Estado²⁵⁹. Apesar de o problema existir noutros países da região da África Ocidental, e particularmente na Nigéria desde há cerca de 20 anos, em África esta tipificação não tinha atingido ainda esta dimensão: os indícios apontam para que a RGB esteja em vias de se tornar uma das principais plataformas de cocaína nesse Continente. Segundo um jornalista investigador desse fenómeno, David Lewis²⁶⁰, os Estados Unidos da América, em particular têm vindo a alertar as autoridades policiais europeias para o importante desvio do fluxo de cocaína que, da América Central e do Sul, passou a ser feito pela RGB para alcançar a Europa e também os EUA²⁶¹. O estabelecimento desta rota de

²⁵⁷ Reggie Johansen é funcionário do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e o Crime (UNODC) e especialista sobre o problema do narcotráfico em África, sobre o que tem publicado diversos artigos.

²⁵⁸ Reggie Johansen. 2008. “Guinea-Bissau: a new hub for cocaine trafficking”. *Perspectives*, issue 5, May 2008, Vienna: UNODC [descarregado da internet em 2 de Maio de 2010 de www.unodc/newsletter], p. 6.

²⁵⁹ Narco-estado será um país que se encontra controlado e corrompido por cartéis de droga e onde o Estado de direito deixou de existir. Esta situação poderá ocorrer em países como o Afeganistão, se não forem impostas medidas para proteger o Estado de direito. O termo tem vindo a ser generalizado pelos meios de comunicação social, a propósito, por exemplo, desse país. Cf. site Internet da CNN, visitado a 4 de Março de 2008, <http://edition.cnn.com/2007/LIVING/studentnews/10/31/cnnce.narco.state/index.html>.

²⁶⁰ David Lewis é jornalista do jornal sul-africano on-line, Mail Guardian, e dedica-se às questões do narcotráfico em África.

²⁶¹ Cf. LEWIS, David. 2008. “Africa’s cocaine route”, *Mail Guardian online* [em linha]. [referência de 4 de Março de 2008]. Disponível na Internet em http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=310750&area=/insight/insight__africa.

tráfico de droga com passagem pela RGB atingiu maior significado a partir de 2003, altura em que foram difundidas as primeiras informações alarmantes: a ONU alertou então para a gravidade da situação. Em 2007, a administração Bush considerou mesmo o país um dos santuários de traficantes de cocaína. Na verdade, tendo em conta o contexto e dimensão da RGB, as apreensões – especialmente em 2006 e 2007 – têm registado valores elevados.

Para fazer face ao problema do tráfico de cocaína para a Europa, a UE criou uma Agência especializada, o Centro Marítimo de Análise e Operações – Narcóticos (MAOC-N), que se destina a ajudar as autoridades nacionais a interceptar carregamentos que chegam por via marítima. Além dos países ibéricos, integram ainda esta agência a Irlanda, a França, o Reino Unido, a Holanda e a Itália. A decisão de estabelecer este mecanismo foi, em parte, a reacção à crescente utilização das costas da África Ocidental, como "estação de passagem" para a Europa por redes de narcotráfico. A Nigéria e a RGB têm sido referidas por autoridades europeias como os países de trânsito de cocaína entre a América e a Europa. Recentes detenções de colombianos na RGB levantaram suspeitas de que o tráfico que passa por este país poderá ter ligações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, havendo mesmo a possibilidade de constituir uma forma de financiamento das suas acções. As Nações Unidas expressaram a preocupação de que estes indícios poderiam apontar para um potencial desastre na RGB, pelo colapso do Estado, se a Comunidade Internacional não ajudasse a deter o controlo que os traficantes de droga começam a ter no país.²⁶²

3.3.2. As migrações clandestinas e o tráfico humano

Ocupa também lugar de relevo na problemática de segurança para a Europa a existência de redes clandestinas de migração, e de tráfico humano em geral, operando a

²⁶² Na conferência de doadores para a Guiné-Bissau, que decorreu em Lisboa a 19 de Dezembro de 2007, Antonio Maria Costa, Director-geral do gabinete da ONU em Viena e Director Executivo UNODC, expressou a preocupação com o envolvimento da RGB nas redes de cocaína. Cf. página da Internet do Gabinete de Drogas e Crime da ONU, visitada em 4 de Março de 2008, <http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html>.

partir de Sul e de Leste. Embora não seja um fenómeno novo, nos últimos tempos têm vindo a atingir dimensões alarmantes na UE os fluxos de clandestinos vindos do Sul, o que levou países como Espanha, Malta e Itália e também ultimamente Portugal a soarem o alerta. É claro que os utilizadores destes sistemas de migração clandestina visam conseguir emprego e melhores condições de vida, mas estas "deportações ao contrário"²⁶³ são organizadas por quem (onde se incluem responsáveis estatais de diversos países de emigração) tem vários objectivos, um dos quais é a regulação do excesso de população, através da saída de nacionais ou de refugiados que se encontram temporariamente no seu território. Podem mesmo vir a utilizar as migrações clandestinas "em massa" para infiltrar terroristas, armas e explosivos, droga, etc.

Finalmente, através destas medidas, intencionalmente ou não, as redes criminosas poderão vir a provocar a instabilidade social e política pela criação de guetos nos países de destino e alterações aos sistemas de emprego (o trabalhador clandestino, sem direitos e auferindo baixos salários é um ónus muito menor para empregadores desonestos).

Os fenómenos que, após o fim da Guerra-fria, têm conduzido à “massificação” dos fluxos migratórios para a Europa, estão não só relacionados com o colapso de impérios modernos, mas são também consequência da abertura de fronteiras (“quedas de muros”), permitindo que se observem os principais fluxos para a UE vindos do Leste da Europa, da Ásia, de África e das Américas.

De entre os *fora* que, ultimamente e a nível internacional se têm realizado, destaca-se a Conferência de Rabat de 10 e 11 de Julho de 2007. Nesta Conferência Ministerial Euro-africana sobre Migração e Desenvolvimento (onde a Argélia se fez notar pela ausência) o problema do binómio segurança–migrações foi afluído, embora tivessem ocorrido acusações de que Marrocos teria organizado este encontro apenas para tranquilizar a opinião pública sobre os acontecimentos de Ceuta e Melilla (nos quais as autoridades policiais marroquinas repeliram violentamente manifestações de imigrantes,

²⁶³ As deportações atingem normalmente pessoas que são identificadas como estranhas no seio de uma comunidade ou etnia. São exemplos, para além das políticas de depuração do nazismo, durante a Alemanha do 3º Reich, as limpezas étnicas ocorridas nos Balcãs, durante as guerras balcânicas de 1912-1913 e, recentemente, nas guerras de 1992-1995. As redes clandestinas de migração, pelo contrário, deslocam para o exterior de um país os seus próprios nacionais, normalmente desde que tenham comprado “bilhete” de saída.

que tentavam passar a fronteira para aquelas cidades espanholas). A precipitação da França em aderir – de acordo com Argel – arrastou consigo os outros países da UE. Nesta reunião foi proposto que para a II Cimeira UE-África (realizada em Lisboa de 7 a 9 de Novembro de 2007) se organizasse, à margem, uma conferência sobre migrações, para transmitir a mensagem política e o tom que queremos atribuir ao nosso relacionamento mais geral com o continente africano. Conforme refere a declaração de Rabat, o reforço de um ambiente propício ao desenvolvimento passa pela boa governação, pelas trocas humanas e comerciais, pela promoção da paz e da estabilidade, assim como pela coerência das políticas internacionais²⁶⁴. A declaração de Rabat, diz, em linhas gerais, que só o desenvolvimento de uma solidariedade activa rápida e tangível, integrando os imperativos do desenvolvimento e de segurança para todos, será capaz de trazer uma solução durável para a questão do controlo dos fluxos migratórios. Assim, os países participantes comprometeram-se a criar e a desenvolver uma parceria estreita entre si para trabalharem de forma conjunta, seguindo uma abordagem global, equilibrada, pragmática e operacional, no respeito dos direitos fundamentais e de dignidade dos migrantes e dos refugiados, sobre o fenómeno das rotas migratórias que toca todos esses povos.

Outros encontros têm debatido esta questão, como o Encontro Ibero-americano sobre Migrações e Desenvolvimento, realizado em Madrid a 18 e 19 de Julho de 2006, o Diálogo de Alto Nível sobre Migrações Internacionais e Desenvolvimento, que decorreu em Nova Iorque, a 14 e 15 de Setembro de 2006²⁶⁵, a “Conferência sobre o Islão”, realizada em Berlim a 27 de Setembro de 2006, por iniciativa do Ministro Schäuble²⁶⁶, a 7ª Reunião do Grupo *ad hoc* de Estados sobre Migrações (AGSM), a 30 de Outubro de 2006, em Genebra, com a participação de Peter Sutherland, representante especial do SGNU

²⁶⁴ Euro-African Ministerial Conference on Migration and Development. 2006. *Déclaration de Rabat de la Conférence Euro-Africaine sur les migrations et le développement*, 11 July 2006. [em linha]. [referência de 25 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4694d5ad2.html> [acedida em 25 de Abril de 2010]>.

²⁶⁵ Realizou-se à margem da 61ª Assembleia-geral das NU. Aconselha-se a leitura das conclusões, além dos resultados das 4 mesas redondas.

²⁶⁶ Segundo o diário *Süddeutsche Zeitung* de 28 de Setembro, Wolfgang Schäuble tivera o “mérito de assumir publicamente não acreditar no multiculturalismo e de ser precursor de um diálogo que o Estado há muito deveria ter encetado, pondo as autoridades a falar com, e não sobre, aqueles novos cidadãos”.

para as Migrações Internacionais e Desenvolvimento, a I Reunião Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento, que decorreu em Bruxelas de 9 a 11 de Julho de 2007.

A análise de bases de dados sobre imigração e emigração entre África e Europa revela que há um constante aumento dos fluxos, apesar do incremento das medidas de controlo fronteiriço. Para que diminuam esses fluxos de imigração para a Europa é necessário que sejam criadas condições de vida (emprego, saúde, segurança) nos territórios/países de origem: a segurança na Europa está directamente relacionada com o bem-estar em África. Outro indicador, o índice de desenvolvimento dos países africanos, confirma que os países menos desenvolvidos são também aqueles de onde tenta sair a maior percentagem da população. A par de todos estes problemas, as redes que transportam esses migrantes espoliam-nos e às próprias famílias dos recursos económicos de que dispõem em troca de uma viagem arriscada, em condições miseráveis que, muitas vezes, acaba em retorno ao ponto de saída ou num fim mais trágico.

Uma primeira nota a avançar é de que se deve fazer a distinção entre dois conceitos, na forma como são entendidos pelas Nações Unidas. Esses conceitos são “trafficking”²⁶⁷ e “smuggling”. Também será necessário distinguir as diversas variantes de tráfico humano proporcionadas pelos diversos tipos de redes criminosas, para além do apoio à emigração e à imigração na sua forma clandestina. De acordo com as definições adoptadas pelo UNODC, tráfico humano (*human trafficking*) é a aquisição de pessoas por meios impróprios tais como a força, fraude ou engano, com a finalidade de as explorar²⁶⁸. Já a actividade de fazer passar ilegalmente pessoas através de fronteiras (“smuggling”), o que se pode também designar por contrabando de migrantes, é definido por aquele Gabinete como envolvendo, para benefício financeiro ou outros benefícios materiais, a entrada ilegal de uma pessoa num Estado de que essa pessoa não é cidadão nem residente legal²⁶⁹. Ou, dito de outra forma, é o acto de facilitar a entrada de outra pessoa para obtenção de lucro.

²⁶⁷ O termo “trafficking” aplicado a pessoas pode também induzir em erro na medida em que dá ênfase nos aspectos de transacção de um crime que seria muito mais precisamente descrito como “escravização”, exploração interminável das pessoas dia após dia, conforme notado no site do UNODC [<http://www.unodc.org/>].

²⁶⁸ Cf. página internet do UNODC [em linha]. [referência de 2 de Maio de 2010]. Disponível em <www.unodc.org>.

²⁶⁹ *Idem*.

Este crime distingue-se do tráfico humano no qual a migração não é inteiramente voluntária e o intuito é invariavelmente de exploração. Há, no entanto, claramente um conjunto de práticas que recaem em todo um espectro entre estes dois conceitos-limite, conforme discriminado num relatório de 2006 do UNODC.²⁷⁰ Por outro lado, é também conveniente distinguir “migrante” de “refugiado”, seja o migrante interno ou externo ou seja o refugiado ou o deslocado interno (*internal displaced person*). Jason P. Schachter, um investigador da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e especialista em análise estatística, “Os refugiados têm direitos legais diferentes em cada país e, frequentemente, não são incluídos nas estatísticas oficiais de migração devido à natureza ‘não permanente’ da sua estadia”²⁷¹. No entanto, se se atendesse simplesmente à mudança de local geográfico e à duração da estadia como critérios para classificar alguém como migrante, os refugiados que satisfizessem esses critérios poderiam ser classificados como migrantes, nota Schachter.²⁷²

No caso das migrações, conforme nota Augusto José Trindade²⁷³, docente especialista em assuntos africanos, ao analisar as relações entre África e a Europa, “as interdependências negativas podem abater-se sobre a Europa, por força dos surtos migratórios provenientes do Sul, decorrentes das epidemias, dos conflitos e da crise económica geral de África²⁷⁴. O melhor estudo sobre a questão das migrações de África para a Europa foi elaborado pelo UNODC, em Julho de 2006²⁷⁵. Preparado pelo Gabinete Regional para a África Ocidental e Central, conjuntamente com a Secção de Pesquisa e Análise do UNODC, este estudo faz a ligação entre a procura de mão-de-obra através da migração clandestina e o crime organizado. No entanto, conforme referido num relatório

²⁷⁰ United Nations Office on Drugs and Crime. 2006. *Trafficking in Persons: Global Patterns*. Vienna : UNODC, p. 1.

²⁷¹ SCHACHTER, Jason P. 2008. *Enhancing Data on Migration in West and Central Africa*. Geneva: IOM, p. 16.

²⁷² *Idem ibidem*.

²⁷³ Augusto José Pereira Trindade é professor de Estudos Africanos no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

²⁷⁴ TRINDADE, Augusto José Pereira. 2006. *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*, Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 95.

²⁷⁵ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2006. *Organized Crime and Irregular Migration from Africa to Europe*. Geneva: UNODC.

da autoria de Hein de Haas²⁷⁶, produzido para a OIM, subsistem ainda grandes deficiências no conhecimento da migração, irregular e regular, da África Ocidental para a África Setentrional e Europa²⁷⁷. Muitos dos dados actualmente publicados baseiam-se em fontes secundárias, como as reportagens que se publicam nos media e os relatos governamentais. De forma geral, elaboram-se com o propósito de encontrar “soluções” – como frisa o citado relatório da OIM – ou seja, travar a imigração irregular mais do que entender verdadeiramente o processo de migração e as experiências, motivação e meios de subsistência concretos dos próprios migrantes.²⁷⁸

Um estudo mais recente, de 2008, elaborado por Hein de Haas para a IOM e já acima referido,²⁷⁹ apresenta, contudo, um panorama que pode considerar-se menos sombrio. Segundo este relatório, o estudo feito em 2006 pelo UNODC negligencia completamente a questão da fiabilidade, o problema de que os imigrantes podem ter sido detidos várias vezes e a questão de que a África Setentrional é um lugar de destino de migração por direito próprio, pelo que se deveria evitar juntar indiscriminadamente as cifras sobre detenções no Magrebe e na Europa.²⁸⁰ Analisemos alguns dos seus aspectos e demoremo-nos um pouco nas suas conclusões. Logo de início o texto afirma que “os meios de comunicação e o discurso político dominante transmitem a imagem apocalíptica de um crescente êxodo massivo de africanos que fogem desesperadamente da pobreza e da guerra nos seus países em busca de um ilusório *El Dorado* europeu, condicionados em

²⁷⁶ Hein de Haas é especialista em geografia humana e investigador no *International Migration Institute* da James Martin 21st Century School da Universidade de Oxford. As suas áreas de pesquisa incluem as ligações entre migrações e os processos gerais de desenvolvimento, principalmente na perspectiva dos países de emigração. Geograficamente foca o seu interesse na Turquia, Médio Oriente, África Ocidental e Norte. Entre os seus trabalhos incluem-se: (2008) “The myth of invasion: The inconvenient realities of migration from Africa to the European Union”. *Third World Quarterly* 29 (7): 1305-1322; (2008) “The complex role of migration in shifting rural livelihoods: The case of a Moroccan oasis”. Naerssen, T. van, E. Spaan and A. Zoomers (eds.): *Global Migration and Development*. New York/Londen: Routledge; (2008) *Irregular migration from West Africa to the Maghreb and the European Union*. International Organisation for Migration, Geneva.

²⁷⁷ HAAS, Hein de. 2008. *La Migración Irregular del África Occidental hacia el magreb y la Unión Europea: Panorama general de las tendencias recientes*. Ginebra: IOM, p. 49.

²⁷⁸ HAAS, *op. cit.*, p. 49.

²⁷⁹ HAAS, Hein de. 2008. *La Migración Irregular del África Occidental hacia el magreb y la Unión Europea: Panorama general de las tendencias recientes*. Ginebra: IOM.

²⁸⁰ HAAS, *op. cit.*, p. 37.

embarcações em péssimas condições, que a custo se mantêm a flutuar”²⁸¹. Ora é contra esta visão que o estudo de 2008 da IOM, desenvolvido por Hein de Haas, desenvolve o seu argumento, visão essa, aliás, que era transmitida pelos relatórios do UNODC, especialmente o de 2006, acima analisado, pois “embora se haja registado um indiscutível aumento na migração, tanto regular como irregular, da África Ocidental para a Europa nos últimos dez anos, as provas empíricas disponíveis lançam por terra a maioria dessas suposições”²⁸². E Hein de Haas, o autor desse relatório, apresenta quatro razões para não se validar o alarmismo denotado na comunicação social e em relatórios oficiais como o do UNODC. Em primeiro lugar, a imigração irregular de África para a Europa não é uma situação tão nova como se faz crer. Em segundo lugar, é errado afirmar que todos o imigrantes detectados no Magrebe estão em trânsito para a Europa. Na verdade, muitos deles chegaram ao seu destino nos países do Magrebe. Em terceiro lugar, a maioria dos africanos Ocidentais ingressam na Europa pelas vias legais. Segundo as estimativas da OIM, são cerca de 25 000 a 35 000 por ano as pessoas que tentam entrar irregularmente na Europa, vindas da África Ocidental, contra cerca de 2,6 milhões (em 2004) oriundos de todas as partes do mundo. Os regulares vindos de África cifram-se em cerca de 100 000.²⁸³ Em quarto lugar, a migração das pessoas da África Ocidental para a Europa é modesta se comparada com os migrantes das outras regiões de África. Relativamente aos registados o relatório da OIM refere que há aproximadamente 800 000 da África Ocidental registados nos principais países de acolhimento contra 2 600 000 migrantes da África Setentrional.²⁸⁴

É de notar também que a maioria dos migrantes se desloca por iniciativa própria e não “empurrados” pelas organizações criminosas internacionais. Há ainda um outro factor que torna passivas as atitudes para com as migrações irregulares: na verdade os governos fazem poucos esforços para deter a imigração: os países de destino ganham com a mão-de-obra barata, os países de partida ganham com as remessas dos imigrantes.

Sobre a evolução dos modelos migratórios, este estudo de 2008 da OIM sublinha a importância da Líbia como país de destino de migrantes subsaarianos, especialmente a

²⁸¹ PASTORE *et all*, *apud* HAAS, Hein de, *op. cit.*, p. 9.

²⁸² HAAS, *op. cit.*, p. 9.

²⁸³ *Idem, ibidem.*

²⁸⁴ *Idem*, p. 10.

partir dos anos 1990. Também a crescente instabilidade e as guerras civis contribuíram para o deslocamento das pessoas em direcção ao Norte. Foi após finais da década de 1990 que Argélia, Marrocos e Tunísia começaram também a testemunhar um aumento da migração vinda de um número crescente de países subsaarianos. Este fenómeno foi especialmente notado após a Líbia ter começado a impor restrições desde 1990. A partir do ano de 2000 a natureza do fenómeno alterou-se mais uma vez e assistiu-se aos magrebinos e subsaarianos a juntarem esforços com vista a migrarem para a Europa, especialmente via as cidades espanholas no Norte de África ou para as ilhas italianas.²⁸⁵

Os países de destino dos migrantes da África Ocidental situam-se principalmente, para além dos migrantes que se deslocam para outras partes da região, na Europa (14,7%), na África Central (8,1%) ou América do Norte (6,0%). As análises do relatório da OIM confirmam que a migração da África Ocidental para a Europa é relativamente modesta se comparada com a da África Magrebina. Os migrantes da África Ocidental vão sobretudo, de acordo com os dados da OCDE utilizados pela OIM para os EUA (29,8%), França (25,3%), Reino Unido (15,0%), Itália (7,0%) e Portugal (5,8%) e outros, num total calculado de mais de 1, 177 milhões de imigrantes.²⁸⁶ No entanto, estes dados, como bem refere Haas, fazem esquecer a dinâmica recente, em função da qual Itália e Espanha surgem como os destinos mais importantes dos novos migrantes para a Europa.²⁸⁷

Se bem que a África Ocidental seja a região de origem mais importante dos migrantes subsaarianos na Europa, os dados confirmam que a migração da África Ocidental é comparativamente modesta em comparação com a migração da África Setentrional e, recentemente, com a imigração da Europa de Leste (para a Europa Ocidental no seu todo) e da América Latina (para Portugal e Espanha, principalmente), de acordo com Haas.²⁸⁸

O estudo da OIM sublinha que é importante fazer-se a distinção entre os fluxos migratórios mediterrâneos e os saarianos. Sobre estes últimos e devido ao seu carácter

²⁸⁵ *Idem*, p. 16.

²⁸⁶ *Idem*, p. 29.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*.

²⁸⁸ *Idem*, p. 30.

irregular, só é possível fazerem-se estimativas. Calcula-se que entre 60 000 e 80 000 migrantes sigam estas rotas todos os anos²⁸⁹. Segundo dados da Comissão Europeia (CE), as autoridades líbias informaram que cada ano ingressam no país entre 75 000 a 100 000 estrangeiros. Já sobre as tentativas de travessia do Mediterrâneo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) refere para o ano de 2004 estimativas de 120 000 migrantes, incluindo 35 000 de origem subsaariana. Esse número seria mais elevado se se incluíssem as rotas do Atlântico em direcção às Canárias.

Desde 200 a população combinada de imigrantes nascida na África Ocidental que vive na França, Itália, Holanda, Portugal e Espanha regista um aumento anual de cerca de 73 000 pessoas. Tendo em conta que cerca de um quarto dos africanos ocidentais registados vivem no Reino Unido, e tomando também em consideração as comunidades mais pequenas que vivem noutros países, é provável que o aumento global represente cerca de 100 000 por ano.²⁹⁰

De forma geral o estudo da OIM demonstra que a migração através do Mediterrâneo de África para a Europa não é tão massiva como se poderia crer comumente. Nem sequer há provas de que a imigração irregular da África Ocidental para a Europa esteja a crescer de forma alarmante. As provas empíricas disponíveis também rejeitam a ideia geral de um êxodo massivo de africanos desesperados que fogem da guerra e da pobreza e que, em busca do *El Dorado* europeu, caem nas mãos de contrabandistas e traficantes sem piedade e sem escrúpulos que os enganam sobre os perigos da viagem através do deserto e do mar.²⁹¹ Uma suposição errada comum é crer que todos ou a maioria dos emigrantes da África Ocidental que atravessam o Grande Deserto com rumo ao Norte de África estão “em trânsito” para a Europa. Os subsaarianos que vivem no Magrebe serão provavelmente mais numerosos que os da Europa. De acordo com o relatório, as provas disponíveis sugerem que entre 65 000 e 120 000 subsaarianos ingressem em toda a região do Magrebe anualmente. Nesse estudo estima-se que entre 20% e 38% desses migrantes acabe por fazer a travessia por mar em direcção à Europa. Esta situação contradiz

²⁸⁹ SIMON *apud* HAAS, *op. cit.*, p. 33.

²⁹⁰ HAAS, *op. cit.*, p. 46.

²⁹¹ *Idem*, p. 51.

claramente as opiniões que reduzem o Magrebe a uma zona de trânsito.²⁹² “As imagens alarmistas que apresentam os meios de comunicação social e os discursos políticos tendem a exagerar a magnitude da imigração irregular da África para a Europa”. O estudo demonstra também que os esforços dos Estados para intensificarem o controlo de fronteiras e a “externalizar” essas políticas aos países do Norte de África e África Ocidental tiveram uma série de efeitos colaterais não desejados, sendo os mais marcantes o aumento das violações dos direitos dos migrantes do Norte de África na Europa, a profissionalização dos métodos de contrabando de pessoas e uma grande diversificação das rotas migratórias por terra e por mar.²⁹³

Para além de parecer praticamente impossível fechar as extensas fronteiras do Saará e as costas do Mediterrâneo, também há que duvidar da genuinidade da intenção dos governos de proceder desse modo. Frequentemente a oposição à imigração não é tão grande como parece. Como acima foi referido, as economias europeias necessitam da mão-de-obra barata e de carácter irregular, situação que cada vez mais é a das economias do Magrebe. Por outro lado, os estados magrebins e subsaarianos têm realmente pouco interesse em travar a emigração porque consideram que esta e as remessas dos imigrantes são fontes de estabilidade e de recursos fundamentais para o desenvolvimento.²⁹⁴ Ironicamente, as políticas migratórias destinadas a combater a migração irregular são uma causa fundamental do carácter cada vez mais irregular da migração, nota o estudo da OIM.

É provável que a migração da África Ocidental para o Magrebe e Europa continue, a menos que surjam circunstâncias excepcionais. Hein de Haas nota que há uma crescente discrepância entre as políticas de restrição da migração e a procura de mão-de-obra migrante barata na Líbia e na Europa. Isso explica porque a intensificação dos controlos de fronteira deu como resultado a rápida mudança das rotas migratórias e um aumento dos riscos, dos custos e do sofrimento dos migrantes, mais do que uma redução da migração.²⁹⁵ Enquanto não se estabelecerem mais canais legais para a imigração com a finalidade de fazer face à procura real de mão-de-obra, e enquanto continuarem a existir grandes

²⁹² *Idem*, p. 53.

²⁹³ *Idem*, pp. 53-54.

²⁹⁴ *Idem*, p. 54.

²⁹⁵ *Idem*, p. 54.

economias informais, é provável que uma larga percentagem desta migração continue a ser irregular. As políticas que visam “combater a migração ilegal” não só criminalizam a migração como estão destinadas a fracassar porque são precisamente uma das causas do fenómeno que visam combater.²⁹⁶

3.3.3. O terrorismo

Por último, surgem vários indícios sobre a presença em vários países de África, mesmo que de passagem, de elementos ligados a actividades terroristas. Na Somália, no Sudão, no Leste da República Democrática do Congo, e mesmo nas zonas mais remotas e fora de controlo no interior do deserto do Sara, e ainda em estados fragilizados como a Guiné-Bissau, poderão existir condições para o abrigo de elementos de células adormecidas, e também para treino e recrutamento das redes terroristas, para além do histórico de execução de actos terroristas em território de países africanos.

Conforme notado por um investigador das questões de terrorismo, Manuel da Silva²⁹⁷, “por vezes, é difícil identificar a ameaça em determinados países. Levanta-se então a seguinte questão: qual é a ameaça? A ameaça vem de todos os movimentos islamistas apologistas da violência, independentemente da forma e da doutrinação que leva e incita à sua prática.”²⁹⁸ Parece óbvio que as células terroristas adormecidas (quando não se trata de terrorismo de Estado) se acoitam muito facilmente em Estados frágeis, ou Estados falhados²⁹⁹, tal como definido por Francis Fukuyama³⁰⁰, que os considera o

²⁹⁶ *Idem, ibidem.*

²⁹⁷ O Coronel Manuel da Silva é Director da delegação Norte do Instituto de Defesa Nacional e especialista em questões de terrorismo.

²⁹⁸ SILVA, Manuel da. 2005. *Terrorismo e Guerrilha: Das origens à Al-Qaeda*. Lisboa: Ed. Sílabo, p. 411.

²⁹⁹ Para consultar o índice de Estados falhados, co- editado pela Revista *Foreign Policy* e o Fundo para a Paz das Nações Unidas cf. a página on-line da revista em

http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009_failed_states_index_interactive_map_and_rankings.

³⁰⁰ Francis Fukuyama é professor de Economia Política Internacional na Escola Paul H. Nitze de estudos Internacionais Avançados e director do programa de Desenvolvimento Internacional na Universidade John

problema mais importante da ordem internacional³⁰¹, e como Manuel da Silva confirma, ao analisar como nasceu a ameaça do terrorismo e como assumiu a sua dimensão internacional a partir dos anos 1990: “A partir de então, as actividades radicais da AAL-Qaeda e seus associados não se limitaram à actuação contra os EUA e a Federação Russa, tendo-se estendido a muitos países em todos os continentes. Aí estabeleceram células adormecidas e activas com fins diversos, como a doutrinação, o terrorismo, etc. Nos países muçulmanos em que tiveram mais apoiantes ou condições de apoio (ou que se constituíram em Estados fracos), montaram campos de treino, muitos deles secretos e dotados de importantes instalações logísticas. Nos restantes países, tentam instalar estruturas de apoio no âmbito do recrutamento, da mobilização das massas e de logística.”³⁰²

Estes Estados mais fragilizados não terão a capacidade institucional para implementar e forçar o cumprimento de políticas que anulem essas actividades. As células terroristas poderão também instalar-se em Estados a partir dos quais dominem as próprias estruturas de governação. Esta é uma ameaça real que se desenha no futuro próximo de países como a Guiné-Bissau. Aliás, quando esses países se tornam alvo dos olhares dos terroristas, mas não têm desde logo as condições de segurança suficientes para alojarem as suas organizações, aqueles poderão provocar a alteração da situação de segurança, fomentando redes de tráfico de droga, de seres humanos, de armamento, seduzindo figuras importantes da governação ou introduzindo nos órgãos de soberania elementos da sua confiança, acabando por adequar o local às suas necessidades.

Países em situações de fragilidade como a Guiné-Bissau não dispõem de capacidades para combater uma eventual ameaça de instalação de células terroristas no seu território. Tanto ela como outros países mais fragilizados da região Ocidental de África podem ser utilizados para actividades terroristas, nomeadamente como santuário ou local de passagem. Se não forem tomadas medidas, as células de terrorismo internacional

Hopkins. É autor de diversos livros, como o *Fim da História e o Último Homem* (Gradiva, 1992), *Confiança* (Gradiva, 1996), *A Grande Ruptura* (Quetzal, 2000) e *O Nosso Futuro Pós-Humano* (Quetzal, 2002).

³⁰¹ FUKUYAMA, Francis. 2001. *A construção dos Estados: Governação e ordem Mundial no Século XXI*. Lisboa : Gradiva, p. 102.

³⁰² SILVA, Manuel da, *op. cit.*, p. 412.

poderão vir a estabelecer-se nesta região como já o vão fazendo noutras zonas de África. Conforme refere Antonio Maria Costa, o responsável pelo Gabinete de Drogas e Crime da ONU, alguns indicadores apontam já para aspectos preocupantes³⁰³.

A viragem dos EUA para África tem em vista, além do acesso a recursos como o petróleo, o combate ao terrorismo nas regiões do Corno de África, do Magrebe, do Sahel e no Golfo da Guiné, onde se sente cada vez mais a ameaça terrorista a crescer, com probabilidades consideráveis de se estender a outras regiões africanas, afirma Augusto José Trindade, devido à deslocalização de elementos da Al-Qaeda após a campanha de combate ao terrorismo no Afeganistão.³⁰⁴

Também a nível regional, na África Ocidental, poderão localizar-se células adormecidas ou simplesmente santuários de redes terroristas. A colaboração dos países africanos com a Europa, e com a Comunidade Internacional em geral, tem-se desenvolvido através da Interpol, nos países onde esta funciona, e também, embora de forma mais limitada, pela colaboração entre serviços de segurança e de *intelligence*. Os EUA têm-se mostrado preocupados com o terrorismo na África Ocidental, tendo a embaixadora norte-americana em Dakar, no Senegal, expressado esta preocupação durante uma reunião que manteve com Carlos Gomes Júnior, o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau. “Estamos preocupados com estes dois crimes transaccionais, são duas ameaças e está provado que os traficantes de droga na sub-região estão a ajudar a organização terrorista Al-Qaeda no Magrebe”³⁰⁵, terá afirmado a embaixadora, acrescentando que esta seria uma evolução muito perigosa.

Rodrigo Tavares, um especialista em assuntos africanos³⁰⁶, não no entanto a ideia segundo a qual a RGB poderia estar na origem de problemas de segurança para a União

³⁰³ COSTA, Antonio Maria. 2008. *Assisting Guinea-Bissau*. Página da internet do Gabinete de Drogas e Crime da ONU, visitada em 4 de Março de 2008, <http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html>.

³⁰⁴ TRINDADE, Augusto José Pereira, *op. cit.*, p. 108.

³⁰⁵ Citada numa entrevista da agência Angola Press, lida no site desta agência de notícias, www.portalangop.co.ao em 28 de Janeiro de 2010.

³⁰⁶ Entrevista a Rodrigo Tavares, realizada em 19 de Dezembro de 2007, em Bruxelas. Este é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Gothenburg, Suécia, e investigador da Universidade das Nações Unidas (Brugge, Bélgica) na área de Estudos Comparativos de Integração Regional. Cf. <http://www.cris.unu.edu/>

Europeia, por ser santuário de terrorismo. De facto, nenhum indício forte tinha sido ainda registado e, de acordo com os factos disponíveis na altura, nada nos indicava que a RGB pudesse vir a estar conotada com actividades de grupos terroristas.

Parece óbvio que as células terroristas adormecidas (quando não se trata de terrorismo de Estado) se acoitam muito facilmente em Estados frágeis³⁰⁷ ou em estados a partir dos quais dominem as estruturas de governação. Esta é uma ameaça real que se desenha no futuro próximo da RGB. Aliás, quando esses países não têm as condições de segurança suficientes para alojarem organizações terroristas, estas poderão provocar a alteração da situação de segurança, fomentando redes de tráfico de droga, de seres humanos, de armamento, seduzindo figuras importantes da governação ou introduzindo nos órgãos de soberania elementos da sua confiança, acabando por adequar o local às suas necessidades.

A História da Guiné-Bissau nas últimas décadas merece alguma análise, na sua relação com actividades comuns relacionadas com lutas subversivas. Antes da sua independência em 1974, a Guiné-Bissau era “a mais pobre e menos populosa colónia portuguesa em África, mas era considerada importante devido à sua posição estratégica”³⁰⁸. Na altura este território tinha fronteiras com novos países “apoiantes da causa nacionalista”³⁰⁹, como o Senegal e a República da Guiné. As acções de guerrilha contra a presença portuguesa iniciaram-se após a fundação do PAIGC em 1956 por Amílcar Cabral. Sendo um engenheiro agrónomo (formado em Lisboa) tinha liberdade para se deslocar no interior da Guiné e podia assim organizar a resistência. A manifestação dos trabalhadores do porto de Pidjiguiti, a 3 de Agosto de 1959, em que a polícia fez vários mortos e feridos ao disparar sobre os manifestantes, levou à galvanização do apoio ao conflito. Amílcar Cabral, “no sentido de adquirir material e ajuda política à escala internacional, participou numa conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, em Casablanca, realizada a 18 de Abril de 1961”³¹⁰. Verifica-se assim, desde

³⁰⁷ Ou estado-falhado, de acordo com Francis Fukuyama. Este estado não terá a capacidade institucional para implementar e forçar o cumprimento de políticas que anulem essas actividades.

³⁰⁸ SILVA, Manuel da. 2005. *Terrorismo e Guerrilha: das origens à Al-Qaeda*. Lisboa : Ed. Sílabo, p. 175.

³⁰⁹ *Idem*, p. 175.

³¹⁰ *Idem, ibidem*.

logo, o apoio de Marrocos a movimentos de libertação que, na visão do regime autoritário de Portugal na época, configurava organizações de tipo terrorista.

Logo desde Agosto de 1961 começaram os ataques do PAIGC contra postos de polícia (em Buba, Tite e Falacunda). Os países vizinhos constituíam inestimáveis zonas de refúgio e de apoio político e logístico. Em 1963 o PAIGC “desencadeou os primeiros ataques contra instalações militares, que terão causado alguma surpresa às autoridades portuguesas”³¹¹. O PAIGC organizou a sua facção armada como *Forças Armadas Revolucionárias do Povo* (FARP) e enviou os seus efectivos para treino na Argélia, em Cuba, na URSS e na China. Por outro lado, as FARP adoptaram santuários no Senegal e na Guiné-Conakry. Após um ou dois anos de guerra as FARP abandonaram a sua estrutura celular característica de forças irregulares e organizaram-se em unidades de tipo regular e milícias populares. No entanto, a partir de 1968, a chegada de António Spínola como novo Governador-geral vai alterar profundamente a situação. Começou a administração colonial então um esforço intenso para melhoria de vida das populações, incluindo construção de escolas, hospitais, vias de comunicação, casas. Fomentando este plano de conquista de populações, ao mesmo tempo, Spínola desencadeava uma intensa e enérgica contra-guerrilha. Após uma operação levada a cabo na Guiné-Conakry com os objectivos, entre outros, de libertar prisioneiros portugueses e tentar mudar o regime, para colocar no poder forças políticas não hostis a Portugal, o PAIGC acabou por ser fortemente reforçado em meios, equipamentos e armamentos (inclusive mísseis terra-ar), o que lhes permitiu acabar com a superioridade aérea das forças portuguesas. Entre esses meios contavam-se também blindados, fornecidos no âmbito do reforço do apoio da URSS e de Cuba. O PAIGC já tinha declarado a independência, no planalto do Boé, quando se dá em Portugal o golpe do 25 de Abril de 1974.

Após a luta pela independência a RGB abandonou definitivamente as suas acções de guerrilha, e após alguns anos de regime de partido único adoptaria o sistema parlamentar pluripartidário. A situação extremamente frágil actual das populações, no entanto, poderá levar à vontade de engajamento de elementos da população numa nova

³¹¹ *Idem, ibidem.*

gesta de libertação, agora orientada a outro nível e numa outra direcção, integrando os actos mais radicais da *Jihad* islâmica. No entanto, por enquanto os indícios permanecem ténues.

3.3.4. Impacto dessas ameaças na Europa

Uma vez diagnosticados alguns problemas de segurança em África, há que ponderar o seu impacto na estabilidade europeia. Para tal recorremos ao contributo teórico já referido de Keohane e Nye, considerando que o seu conceito de “Interdependência Complexa” constitui um instrumento fundamental na análise das Relações Internacionais contemporâneas. Para estes autores, existe uma malha de dependências mútuas entre os diversos actores da CI, sendo a Europa um dos pólos mais relevantes nessa malha. Para além da sensibilidade e da fragilidade da maior parte dos países africanos às ameaças, a própria Europa é afectada, como passaremos a demonstrar.

Que impacto têm na Europa as ameaças de terrorismo, de tráfico de droga e das redes de migração clandestina e de tráfico humano em geral? Estas três ameaças estarão interligadas, pelo menos a determinados níveis. No entanto, é o terrorismo que mais preocupa a comunidade Internacional, e o Ocidente, em particular. O tráfico de droga, as migrações clandestinas e o tráfico humano forçado, para a prostituição ou como mão-de-obra escrava, serão fenómenos muito sérios, mas menores no que diz respeito às ameaças à segurança. Começemos então por analisar o terrorismo.

Recorrendo à análise de Manuel da Silva sobre o radicalismo na Europa, dos anos 1990 à actualidade, constata-se que “após a Segunda Guerra Mundial, deu-se a primeira vaga de imigração muçulmana para a Europa proveniente do Norte de África, Médio Oriente e Ásia. A partir dos anos 70, as novas vagas de imigração começam a transformar a demografia europeia”.³¹² Afirma este autor que “obviamente, o problema da existência da população muçulmana na Europa, tal como nos outros continentes, não reside nos

³¹² SILVA, Manuel da, *op. cit.*, p. 371.

moderados, mas sim nos radicais pertencentes às comunidades muçulmanas. A questão mais delicada diz respeito ao cálculo do número de islamistas – e dentro destes dos radicais –, sendo difícil fazer a sua estimativa. No entanto, em alguns países europeus existem indicadores, além do islamismo moderado, de sinais visíveis de algumas formas de radicalismo”.³¹³

Manuel da Silva também nota que “as múltiplas acções terroristas realizadas em diversas capitais europeias por elementos das próprias comunidades, com origem ou não na imigração, revelam a existência de radicais pertencentes a redes islâmicas transnacionais: “A principal concentração de radicais parece concentrar-se em Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda e Bélgica.”³¹⁴ A Europa é, mais frequentemente do que os EUA, o alvo de acções terroristas de elevado grau de intensidade. A verdade, como sublinha aquele autor, é que a Al-Qaeda já tinha conseguido atacar interesses europeus, embora fora da Europa, por constituírem alvos mais fáceis. Mais difícil era levarem a cabo com sucesso um ataque em meio urbano europeu que causasse espanto e chamasse a atenção para as suas acções. Acabou por ser Madrid a primeira capital europeia a sofrer a réplica dos ataques do 11 de Setembro de 2001. “No entanto, tal como aconteceu com os EUA, também a França já tinha sido visada antes do 11 de Setembro, no período de 1994 a 1996. A Grã-Bretanha, mesmo antes da intervenção no Iraque, sofreu tentativas de ataque, mas em Julho de 2005 os radicais tiveram a oportunidade de provocar um massacre no metro de Londres”.³¹⁵ Manuel da Silva sublinha que até a Noruega já tinha sido avisada, durante um programa da televisão Al-Jazeera, onde foi divulgada uma cassette da Al-Qaeda referindo aquele país como um alvo, conjuntamente com os Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália.

A estratégia da Al-Qaeda tem sido infiltrar-se em determinados movimentos com objectivos específicos em vários países. No entanto tem também vindo a crescer devido ao alargamento em rede tipo *franchising*, em que alguns movimentos, por iniciativa própria, se “travestem” de Al-Qaeda e, em seu nome, levam espontaneamente a cabo acções

³¹³ *Idem*, p. 371.

³¹⁴ *Idem*, p. 372.

³¹⁵ *Idem*, p. 373.

terroristas. Manuel da Silva afirma que estas “sucursais” acabam, embora não intencionalmente, por cooperar nos objectivos globais da Al-Qaeda³¹⁶. Mas a ameaça de terrorismo deste grupo exerce-se - afirma aquele autor - essencialmente na Europa. “Na França concentra-se a maior comunidade de muçulmanos na UE (4 a 5 milhões), constituindo cerca de 7% da população do país. A Al-Qaeda ter-se-á infiltrado no Grupo Islâmico Armado (GIA), de origem argelina, no início dos anos 1990”³¹⁷. A França sofreu uma vaga de atentados do GIA entre 1994 e 1996 após o governo francês ter decidido apoiar a Argélia no combate ao radicalismo islâmico. Após a ‘vigorosa reacção’ das Forças de Segurança, algumas células terroristas deslocaram-se para Itália, Bélgica, Alemanha, Suíça e Espanha.

No Reino Unido os “radicais islâmicos exploravam as liberdades concedidas pelo sistema legal (...) para alcançarem alguns dos seus objectivos.”³¹⁸ Neste país funcionavam organizações islâmicas que, sob a fachada da caridade, terão recolhido fundos para actividades ilegais, contra países islâmicos moderados e contra o Ocidente, denuncia Manuel da Silva.³¹⁹ Afirma ainda que após o ataque de 11 de Setembro de 2001 aos Estados Unidos, duas dezenas de organizações radicais foram declaradas ilegais no Reino Unido, sendo a maior parte de tipo islamista. Em Janeiro de 2002 foram encontrados no Afeganistão uma lista de nomes de 1200 cidadãos britânicos que teriam sido treinados pela Al-Qaeda, escreve aquele investigador. “Existem várias organizações muçulmanas no Reino Unido suspeitas de promoverem ou apoiarem o radicalismo, que estão naturalmente cada vez mais sob a atenção do governo e das forças de segurança.”³²⁰ “A 7 de Julho de 2005 aconteceu o ataque terrorista de alvos múltiplos em Londres e a 21 de Julho foi tentada uma nova acção visando também o metro e um autocarro. Por último, em Agosto de 2006, as autoridades britânicas desmantelaram um plano de actuação em 10 aeronaves, com explosivos, em aviões com partida de Londres com destino aos EUA.

³¹⁶ *Idem*, p. 374.

³¹⁷ *Idem*, p. 375.

³¹⁸ *Idem*, p.376.

³¹⁹ *Idem*, *ibidem*.

³²⁰ *Idem*, p. 377.

Espanha sofreu também na pele a radicalização do islamismo, com um atentado terrorista a 12 de Abril de 1985. O alvo foi um restaurante nos arredores de Madrid que os militares americanos de uma base aérea local costumavam frequentar.”³²¹ A 11 de Março de 2004 davam-se explosões em 4 comboios em Madrid provocando vários mortos e feridos. Mais tarde outros atentados semelhantes foram interceptados sem danos. A 7 de Abril de 2004, foram localizados sete radicais, que estavam implicados nos atentados de 11 de Março. Não foi possível capturá-los, pois preferiram imolar-se, como pôde ser testemunhado nos noticiários televisivos. “A maioria dos 104 elementos directa ou indirectamente ligados aos ataques de 11 de Março eram de nacionalidade marroquina, segundo Manuel da Silva.”³²²

Em Itália a situação será também potencialmente perigosa. Neste país vivem cerca de um milhão e meio de muçulmanos, dos quais a maioria é imigrante. A Itália parece constituir um pequeno santuário no âmbito logístico e financeiro para os radicais islâmicos que se deslocavam para os Balcãs e para o Cáucaso, nota Manuel da Silva. Mais tarde, com o desenvolvimento da situação no Iraque, e mesmo na Europa, “a Itália também terá servido como placa de trânsito e de partida para os radicais no Iraque”.³²³

A Alemanha poderá também constituir uma fonte de problemas no âmbito das actividades terroristas. Vivem neste país três milhões de muçulmanos, cuja principal origem é a Turquia. Após o 11 de Setembro, o reforço das medidas de segurança da Alemanha levou à delação de vários radicais. A 12 de Janeiro de 2005 foram detidos 22 suspeitos de acção radical em 19 localidades alemãs.

A Holanda tem cerca de meio milhão de muçulmanos, tendo-se observado o aumento das atitudes de radicalização desde 2000. O assassinato do realizador Theo van Gogh, a 2 de Novembro de 2004, foi um aviso de que os radicais holandeses estão prontos para eliminarem por qualquer via quem se lhes oponha, sublinha Manuel da Silva. “Na Holanda, tal como noutros países, houve várias associações humanitárias ligadas aos grupos muçulmanos que foram infiltradas pela Al-Qaeda. Além disso, suspeita-se que a

³²¹ *Idem*, p. 380.

³²² *Idem*, p. 383.

³²³ *Idem*, p. 385.

Al-Qaeda tenha tentado organizar células em várias cidades onde reside uma população imigrante, em particular Roterdão e Amesterdão.”³²⁴

O impacto do tráfico de droga na Europa, pelo menos no seu aspecto de ameaça à segurança, merece também algum cuidado. Como se verá mais à frente, numa análise mais cuidada das fontes primárias das instituições que analisam e combatem este flagelo (incluindo as bases de dados sobre produção, fluxos e consumo de drogas), o narcotráfico é dos negócios ilícitos mais rentáveis e serve, inclusivamente, como financiamento de actividades de guerrilha e de terrorismo. Por um lado, no fim da linha de produção, destrói uma percentagem importante das camadas mais jovens da população, os consumidores, incapacitando-a e tornando-a mais um encargo para a população produtiva. Na origem, na produção, desvia os recursos de produção de alimentos. Os agricultores são compelidos a produzirem coca, papoila ou marijuana e deixam de contribuir para o abastecimento de alimentos. Pelo meio, entre a produção e o consumo, este negócio corrompe polícias, funcionários de alfândega, juízes e políticos e chega mesmo a corroer todas as estruturas do Estado, especialmente dos Estados mais frágeis, podendo ser o principal factor para o colapso de Estados em situação de fragilidade, como poderá acontecer com a Guiné-Bissau, que, sendo o *case-study* desta tese, será mais à frente alvo detalhado de análise na sua relação com o tráfico de cocaína. Interessa aqui, nesta altura, analisar sucintamente o impacto desta ameaça na segurança da Europa.

De acordo com o último relatório da INTERPOL sobre a ameaça do crime organizado (*European Organised Crime Threat Assessment (OCTA) 2009*)³²⁵, são de relevar, pela sua importância no mercado, a heroína, a cocaína e a cannabis. O tráfico de heroína continua a ser alimentado pelo cultivo no Afeganistão em larga escala. Os opiáceos chegam à Europa através das rotas dos Balcãs e da rota do Norte do Negro que passa pela Ásia Central e Rússia. A cocaína, por seu lado, é produzida na região dos Andes e, antes de chegar à Europa, transita principalmente pela África Ocidental, onde cada vez mais é feita

³²⁴ *Idem*, p. 387.

³²⁵ European Organised Crime Threat Assessment (OCTA) 2009 [em linha]. [referência de 25 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <[http://www.europol.europa.eu/publications/European_Organised_Crime_Threat_Assessment_\(OCTA\)/OCTA2009.pdf](http://www.europol.europa.eu/publications/European_Organised_Crime_Threat_Assessment_(OCTA)/OCTA2009.pdf)>.

a armazenagem e encaminhamento para a Europa através de redes de redistribuição. A posição geográfica desta parte de África, combinada com as vulnerabilidades económicas dos seus países, as redes criminosas existentes e a generalizada corrupção são factores decisivos para os traficantes internacionais.³²⁶ Os grupos criminosos organizados Sul-americanos dominam a totalidade do tráfico internacional de cocaína. Esta droga também entra no mercado de consumo europeu pela Turquia. A Interpol explica esta rota alternativa devido ao mercado do Médio Oriente e à procura interna turca. Relativamente à cannabis, Marrocos continua a ser a sua grande porta de entrada na Europa. Vítimas de tráfico humano ou imigrantes ilegais que necessitam de pagar a viagem são muitas vezes explorados e obrigados a trabalhar em plantações de cannabis. De qualquer forma, o relatório da Interpol faz notar que no Reino Unido, por exemplo, 80% da cannabis consumida é produzida internamente.³²⁷

Finalmente, os movimentos de pessoas que fluem para a Europa, de diversas origens e da maior parte das regiões do globo, são também suficientemente alarmantes para merecerem algum cuidado de análise. Estes movimentos são perturbadores, no que à segurança dos Estados diz respeito (e da Europa, de forma mais genérica), em duas vertentes. Em primeiro lugar, nas migrações em massa, clandestinas. Os Estados não gostam de grupos clandestinos de pessoas no seu seio, que não se inserem na sociedade e que não contribuem para a riqueza da nação onde se alojam. São também, como se observou na análise do terrorismo, fontes de recrutamento para actividades contra o próprio Estado. A outra vertente é o tráfico de pessoas que são deslocadas contra sua vontade, numa moderna versão dos fluxos de escravos que ensombraram os impérios ultramarinos europeus antes do Século XX.

O relatório acima referido a propósito do tráfico de droga trata dos crimes organizados em geral e não deixa de abordar uma outra das ameaças à segurança de Europa, relacionada com o tráfico de seres humanos e as migrações clandestinas. O relatório chama a atenção para a necessidade de, no que diz respeito a crimes contra as pessoas, se distinguir entre tráfico de seres humanos e a promoção da imigração ilegal.

³²⁶ European Organised Crime Threat Assessment (OCTA) 2009, p. 19.

³²⁷ *Idem, ibidem.*

Enquanto a designação de “contrabando de pessoas” (*people smuggling*) se refere à facilitação da entrada ilegal na UE de migrantes que têm a vontade de o fazer, o tráfico de seres humanos é definido pela sua finalidade de exploração e trabalho forçado das vítimas.³²⁸

Está a aumentar o tráfico de mulheres e crianças nos países do ex-bloco soviético, Roménia, Bielorrússia, Ucrânia e Moldávia, mostrava em 17 de Fevereiro de 2010 o canal português de televisão SIC³²⁹. Em Bucareste a compra de uma mulher custa 100 euros para os locais e 400 euros para turistas. Trata-se de “comprar” realmente uma mercadoria no mercado negro. Algumas dessas mulheres foram escravas sexuais logo desde crianças, nunca tendo gozado de liberdade. Os esforços para debelar este flagelo têm sido infrutíferos, especialmente nesses países. Na Roménia existe apenas um refúgio, onde, à data da reportagem, se encontravam apenas oito dessas mulheres, resgatadas. A reportagem mostrava a aquisição de uma mulher, uma compra no valor de 400 euros, feita pelos repórteres que, posteriormente, entregaram a “mercadoria”, no tal único refúgio de Bucareste.

Estes três tipos de ameaças à segurança da Europa estão a progredir, apesar do combate que os serviços de informações dos Estados-membros da UE as agências de aplicação da lei levam a cabo. A Estratégia Europeia de Segurança, definida em 2003 no Conselho Europeu, afirma que actualmente não existe nenhum país que, sozinho, consiga resolver com sucesso problemas complexos de segurança. Esta abordagem serve essencialmente, naquele contexto, para reafirmar a solidariedade de segurança dos Estados-membros da União. O documento termina com a ideia de que o mundo actual é um lugar de novos perigos, mas também de novas oportunidades, mas a UE terá o potencial para contribuir para um sistema multilateral que leve a um mundo mais justo, mais seguro e mais unido.

³²⁸ *Idem*, pp. 19-20.

³²⁹ “Histórias do Mundo”, SIC, 17 de Fevereiro de 2010, 21h00.

Sendo a UE um actor global, deve estar pronta não só a partilhar a responsabilidade de segurança a nível de todo o planeta, como também a construir um mundo melhor.³³⁰ Assim, considerando que a segurança é uma pré-condição do desenvolvimento, como afirma o próprio texto da "Estratégia", a UE ajudará ao desenvolvimento se colaborar na implementação de estruturas de segurança, não só a nível global, como aos níveis regional e mesmo nacional. Embora no momento pareçam improváveis, a Europa enfrenta também muitas ameaças de outras naturezas, mais variadas, menos visíveis e menos previsíveis, nomeadamente o terrorismo, as armas de destruição maciça, os conflitos regionais na sua vizinhança, o colapso de estados e o crime organizado.

Ao referir que nenhum país, sozinho, consegue resolver os cada vez mais complexos problemas de segurança, o documento da "Estratégia" transporta-nos para o domínio da teoria da Interdependência Complexa. Para os teóricos deste instrumento conceptual, conforme já abordado acima, existe uma malha de dependências mútuas que na actualidade se vai reforçando e que envolve tanto os Estados como grandes organizações e empresas internacionais. Embora aqueles continuem a canalizar os seus esforços para as relações com os outros estados e com as organizações de estados, estão no entanto mais limitados na sua autonomia de decisão. "O Estado mantém a sua centralidade nas relações internacionais, mas está cada vez mais condicionado e influenciado por outros Estados, organizações internacionais e transnacionais, ONG³³¹, e a opinião pública internacional" – afirma José Francisco Pavia³³². Também as poderosas organizações clandestinas de crime organizado, como os cartéis de droga, se envolvem nesta malha, afectando todos. "A interdependência regista, assim, uma maior sensibilidade e vulnerabilidade a factores exógenos e uma diminuição da capacidade relativa dos Estados em controlarem e gerirem estes factores, que irão de forma crescente afectar directamente a sua soberania."³³³ Esta interdependência que afecta todos os actores internacionais,

³³⁰ CONSELHO EUROPEU. 2003. "Uma Europa Segura num mundo Melhor – Estratégia Europeia de Segurança". Dezembro de 2003. Bruxelas : Secretariado Geral do Conselho.

³³¹ Organizações não-governamentais.

³³² Professor da Universidade Lusíada, investigador das questões de desenvolvimento em África. Cf. José Francisco Pavia. 2000. *Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*. Lisboa: Vega

³³³ PAVIA, José Francisco, *op. cit.*

atinge-os, no entanto, de formas diversas, de acordo com a sua sensibilidade e a sua vulnerabilidade.

A vulnerabilidade de alguns países africanos mais fragilizados reflecte-se na sua incapacidade para enfrentar as redes de droga, na escassez de meios navais para se opor às redes de migração clandestina e para protegerem as riquezas das suas águas, e também na dificuldade em conseguir adequar as suas leis e sistemas ao acompanhamento e combate do fenómeno terrorista, impedindo-os de colaborar com maior eficácia no esforço de combate da Comunidade Internacional³³⁴. Um exemplo de como superar todas estas dificuldades foi o da Guiné-Bissau que, apesar das suas fragilidades, foi capaz de gerir de forma adequada o incidente dos senegaleses suspeitos de terrorismo, detidos em 2008, tendo executado a extradição no âmbito da legislação internacional sobre combate ao terrorismo, que tinha ratificado. Na verdade o que acontece é que a possibilidade desses países poderem ser utilizados como santuários de terroristas poderá ser reveladora da incapacidade africana para diminuir a vulnerabilidade dos seus estados mais frágeis.

3.3.5. Práticas de segurança em África

As ameaças à segurança africana serão reduzidas se os seus países mais em risco se desenvolverem. Para isso são necessárias estruturas de segurança que garantam as mínimas condições para o sucesso de programas de desenvolvimento. Para anular as três grandes fontes de instabilidade e de fragilidade de alguns estados africanos, seja instabilidade já existentes ou potencial, aos esforços da União Africana devem continuar a associar-se os programas e o financiamento da Comunidade Internacional, incluindo, entre outros, a Organização das Nações Unidas, a União Africana, a NATO, as organizações

³³⁴ Apesar das suas fragilidades a RGB foi capaz de gerir de forma adequada o incidente dos suspeitos de terrorismo, tendo executado a extradição no âmbito da legislação internacional sobre combate ao terrorismo, que tinha ratificado.

sub-regionais africanas e a União Europeia, com vista à criação de condições para um desenvolvimento sustentado.

A segurança e a defesa são das mais importantes vertentes em que África tem que desenvolver as suas capacidades. Relativamente às capacidades militares africanas, tanto ao nível técnico-militar como, em geral, nas competências no âmbito da manutenção da Paz e Segurança, os analistas e os políticos têm sido unânimes na ideia de que aquelas estão aquém das necessidades de África. Os processos de descolonização, a Guerra-fria, as crises e guerras civis que se seguiram à queda do muro de Berlim, foram factores que criaram obstáculos a um desenvolvimento das capacidades militares em sincronia com os processos mundiais. Quando o momento bipolar terminou, África deixou de ser relevante, os conselheiros e peritos militares abandonaram o Continente e os meios militares e a ajuda financeira deixaram de fluir, tanto. Politicamente África traz-nos à ideia imagens de guerras civis, fome, corrupção maciça, governos incapazes, golpes de estado e violações dos direitos humanos, desde a independência dos seus dirigentes coloniais europeus³³⁵. O pouco desenvolvimento das capacidades militares africanas liga-se directamente à problemática do desenvolvimento em África, como bem nota Augusto Trindade³³⁶.

Apesar dos “sinais da rotura em África serem positivos”, de muitos países africanos terem tido perdoadada a sua dívida externa nos anos mais recentes e de ter sido consagrado o ano de 2005 ao lançamento do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), “a verdade é que África continua a afastar-se do cumprimento dos Objectivos do Milénio para 2015 e nos próximos anos vai continuar a debater-se com algumas contradições: entre a marginalização e a emergência política; entre a retoma global e a falência de vários estados; e entre a redução da conflitualidade por contraste com o espectro da continuidade dos conflitos.”³³⁷ Segundo Trindade, é a

³³⁵ THAKER, Pratibha. 2006. Transafrican watch. *Aspenia* No. 29-30, p. 10.

³³⁶ Augusto Trindade é especialista em Estudos Africanos e professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. É autor de *Desenvolvimento económico, integração regional e ajuda externa em África* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006); *O fenómeno urbano na África subsahariana: o caso de Luanda*, (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000).

³³⁷ TRINDADE, Augusto José Pereira. 2006. *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*, Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 7.

instabilidade que grassa na maior parte do continente que “pode pôr em causa os esforços de pacificação, de democratização e de recuperação económica nas respectivas regiões”³³⁸. Neste domínio, é imperiosa a reconstrução do Estado, pois trata-se de Estados à beira da falência por estarem em guerra, ou por terem saído recentemente de conflitos altamente destrutivos.

África tem de apostar na integração regional, como forma de anular fraquezas sistémicas derivadas tanto do período colonial (como a delimitação de estados exíguos, muito frágeis), como pós-colonial (aplicação de políticas erradas de desenvolvimento económico). Uma das grandes prioridades deverá então ser a mobilização e administração correcta dos recursos existentes no continente, refere Trindade. “A primeira prioridade prende-se com o estabelecimento da paz e da segurança, dado que não há economia capaz de sobreviver num quadro de grande conflitualidade ou de guerra”³³⁹. A segunda prioridade refere-se “ao investimento no factor humano: na formação profissional; na escolarização; mas também na saúde e no combate a doenças.”³⁴⁰ Para concluir, Trindade afirma que é vital que África aposte na integração regional “para vencer o seu atraso, aproximar os povos entre si e recolocar-se nos mercados internacionais”. Identificando estas prioridades com soluções para ultrapassar a situação de fragilidade de África no mundo, Trindade aponta também para a necessidade do reforço das parcerias internacionais de ajuda, “de modo a que África possa vencer o ciclo vicioso de pobreza”³⁴¹. No entanto, de forma a poder tornar-se competitiva, África terá de criar mecanismos para a salvaguarda da propriedade, que garantam o respeito pelos contratos e que resolvam conflitos e as disputas de interesses.

As capacidades africanas enfrentam um certo número de desafios, especialmente no que diz respeito aos novos planos relativos à paz e à segurança da UA. Esses desafios constituem uma parte importante do leque de fraquezas que África tem que saber vencer. Stephan Klingebiel, um politólogo alemão especialista nas questões de desenvolvimento

³³⁸ *Idem*, p. 8.

³³⁹ *Idem*, p. 11.

³⁴⁰ *Idem*, *Ibidem*.

³⁴¹ *Idem*, p. 13.

em África,³⁴² afirma que a “dinâmica que África desenvolveu por si só e a dinâmica correntemente envolvida com a assistência externa em África referem-se em larga escala às capacidades militares.”³⁴³ Nota também que as instituições levantadas por África ou pela Comunidade Internacional eram incapazes (ou não tinham a vontade suficiente) para intervir militarmente em situações de extrema emergência para proteger populações civis. Por outro lado, foram expressas muitas dúvidas críticas sobre a razão de ser de acções militares e os motivos que levaram a iniciativas e acções militares por actores externos em África. Os principais problemas da anterior organização africana (a Organização de Unidade Africana - OUA) eram devidos aos princípios inibidores da igualdade soberana e da não interferência nos assuntos de outros estados-membros.

A pobreza crescente em África é um dos mais graves fenómenos que se constituem como obstáculo ao combate à fraqueza das capacidades africanas em matéria de paz e segurança, escreve, por outro lado, Nicole Gnesotto³⁴⁴, uma académica especialista em segurança em África. Sem um estado forte, capaz de assumir as funções reguladoras, os países africanos não serão capazes de sair da miséria. A constituição ou reconstituição dessa capacidade não é contudo sinónimo de burocracia excessiva, nota Charles

³⁴² Stephan Klingebiel dirige o Departamento de Governança, Estado e Segurança do Instituto Alemão para a Política de Desenvolvimento. É membro do Conselho de Prevenção de Crises Civis do Governo Federal Alemão. Publicou várias obras, entre as quais *Effectiveness and Reform of the United Nations Development Programme (UNDP)* (Frank Cass Publishers, 1999); Em co-autoria. (1995): *Promoting the reintegration of former female and male combatants in Eritrea: possible contributions of development co-operation to the reintegration programme*. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik / German Development Institute (Berichte und Gutachten 6/1995); (2002): *Entwicklungszusammenarbeit im Rahmen der Vereinten Nationen* [a cooperação para o desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas]. in: Deutsche Gesellschaft für die Vereinten Nationen (Hrsg.), Bonn (UN Basis-Info); (2006): *New interfaces between security and development: changing concepts and approaches*. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik / German Development Institute (Studies 13) em co-autoria com Tina Marie Blohm / Rosa Eckle / Katja Grunow / Franziska Heidenreich / Prince Mashele / Andreas Thermann (2008): *Donor contributions to the strengthening of the African peace and security architecture*. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik / German Development Institute (Studies 38).

³⁴³ KLINGEBIEL, Stephan. 2007. Peace and Security Policy of the African Union and the Regional Security Mechanisms. In Grebewold, Belech, *Africa and Fortress Europe*. Aldershot : Ashgate Publishing Limited, p. 71.

³⁴⁴ Nicole Gnesotto é professora no Conservatoire national des arts et métiers, em Paris. Foi directora do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia entre 2002 e 2007. Antes tinha dirigido o Instituto de Estudos de Segurança da UEO. É autora de numerosas publicações sobre a segurança europeia, destacando-se *La Puissance et l'Europe* (Presses de Sciences Po, 1998); « L'Union et l'Alliance, les dilemmes de la défense européenne » (in *Notes de l'IFRI*, n 2, Outubro 1996).

Goerens³⁴⁵. Entre o risco da deriva burocrática e o do Estado exangue, é preferível fazer pender a balança para o lado do melhoramento progressivo do aparelho de gestão pública. Resulta daqui, afirma aquele autor, uma cooperação a duas velocidades para as parcerias com o Norte, a primeira devendo privilegiar a construção de capacidades (“*capacity building*”), à espera de poder passar à velocidade superior logo que esse estágio seja alcançado.³⁴⁶

Saïd Djinnit³⁴⁷, quando era Comissário para a Paz e Segurança da Comissão da UA, afirmou perante os parlamentares da UEO, reunidos em sessão plenária em Dezembro de 2005 que a “nova determinação ilustra a ambição do Continente”, mas também os limites daquilo que África pode fazer sozinha. “Não dispomos dos recursos humanos necessários para empreender esse imenso mandato”, afirmou referindo-se ao desafio de dirigir o seu próprio destino no que se refere à paz e segurança africanas³⁴⁸. Com efeito, escreve Goerens, a cada sucesso pode opor-se, seja um problema não resolvido, seja uma insuficiência ou limitação real que os africanos, aliás, estão prontos a reconhecer abertamente. Se é ainda muito cedo para proceder a uma avaliação definitiva da determinação de África em matéria de gestão dos seus próprios assuntos, é forçoso reconhecer a existência de um movimento em profundidade, no Continente, desde há alguns anos³⁴⁹.

No que diz respeito às questões relativas às dificuldades com o levantamento da Força Africana de Prontidão (*African Standby Force* – ASF), tem sido levado a cabo um debate onde a tónica incide sobre os atrasos do seu calendário, a falta de vontade política e a escassez de recursos, financeiros, humanos e materiais. A ASF teve o seu enquadramento legal com um documento da UA intitulado “Enquadramento Político para o

³⁴⁵ GOERENS, Charles, *op. cit.* p. 17.

³⁴⁶ *Idem*, p. 17.

³⁴⁷ O Embaixador Saïd Djinnit é um político argelino que actualmente trabalha no gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e responsável pelo gabinete das Nações Unidas na África Ocidental. Antes tinha sido Comissário para a Paz e a Segurança da União Africana, com responsabilidades que incluíam o conflito no Darfur.

³⁴⁸ ASSEMBLY OF WEU. 2005. *Mr Djinnit seeks EU help in breathing life into African institutions Mr Goerens calls for the establishment of a Euro-African Peace and Security Fund*. Página internet visitada em 1 Novembro 2009: <http://www.assembly-weu.org/en/presse/cp/2005/039.php>

³⁴⁹ GOERENS, *op. cit.* pp. 53-54.

Estabelecimento da ASF e do Comité de Estado-maior Militar”³⁵⁰. Esse documento, difundido a 22 e 23 de Março, na ocasião da reunião de peritos sobre a relação entre a UA e os “Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos”, preconizava o estabelecimento da Força em duas fases. A primeira, a concluir em 30 de Junho de 2005, levaria a alcançar-se o objectivo da UA de estabelecer uma capacidade de gestão de nível estratégico para a gestão de missões de certo tipo de cenários, ligeiros (de nível 1 ou 2, numa escala de 1 a 6). Ao mesmo tempo, as organizações sub-regionais africanas complementariam a UA pelo estabelecimento de forças de prontidão ao seu nível e até ao escalão de Brigada, com vista a projecção em cenários mais ambiciosos (de nível 4, numa escala de 1 a 6). A fase 2 (que decorreria de 1 de Julho de 2005 até 30 de Junho de 2010) visava que a UA tivesse desenvolvido a capacidade de gerir operações complexas de manutenção de paz, enquanto as organizações sub-regionais continuariam a desenvolver as suas capacidades para permitir o lançamento de um QG operacional de nível de cenário 4, envolvendo não só forças de manutenção de paz da UA como também forças regionais.

O conceito de ASF exarado no *roadmap* estipula o estabelecimento de uma capacidade de gestão de nível QG de missão no formato de uma QG de Brigada, em cada uma das sub-regiões africanas. A capacidade multinacional da ASF para operações de paz requer doutrina normalizada que seja consistente com a da ONU (tal como o manual multinacional de manutenção de paz da ONU), e complementado pelas especificidades africanas. Entre os cenários previstos para actuação da ASF ressalta o mais envolvente, cenário 6, onde a UA terá uma intervenção em situações graves como genocídio, onde a CI não tenha prontamente presente uma missão. Prevê-se neste cenário que a UA tenha a capacidade para lançar uma força militar robusta em 14 dias. O projecto da ASF, que em 2005 pretendia ter pronta a curto prazo uma força de nível Divisão, constituída por um QG desse nível e Brigadas levantadas pelas organizações sub-regionais africanas, tem tido atrasos sistemáticos devido essencialmente à falta de capacidade em recursos humanos e financeiros, mas também devido a constrangimentos políticos e fraquezas de governação. A UA é uma organização ainda jovem, que não teve oportunidade de se consolidar. A sua

³⁵⁰ AFRICAN UNION. 2005. *Roadmap for the Operationalization of the African Standby Force*, doc. EXP/AU-RECs/ASF/4 (I). Adis Abbaba : African Union.

primeira experiência de intervenção, no Sudão, com a força AMIS, demonstrou as suas fragilidades mas também permitiu levantar um conjunto de propostas para a viabilidade futura das intervenções da ASF no continente africano.

Existem muitos projectos de cooperação na esfera da segurança e defesa com os países africanos. Grande parte deles é materialização da cooperação bilateral na área da defesa. Estes projectos constituem “outputs” de países europeus, dos EUA e outros países americanos e da China, principalmente na sua política externa com vista ao incremento das relações com África. A congregação de projectos dos países europeus em grandes projectos, dos 27 como um todo, permitiria criar sinergias que catalisariam as capacidades africanas. A ASF, incluindo o seu QG permanente e as suas brigadas, poderia vir a constituir-se como um dos mais importantes focos de estabilidade em África. Na verdade, nota Jakkie Cilliers³⁵¹, o conceito de “Força de Prontidão” (*Standby Force*) adoptado por África, embora seja muito complexo e ambicioso, é, igualmente, muito necessário³⁵². A sua implementação apresenta inevitavelmente muitos desafios de ordem prática, especialmente dados os condicionamentos de tempo para a concretização desta aspiração. O conceito originalmente apresentado aos chefes militares africanos na sua reunião de 2003 em Adis Abeba apontava para uma simples Brigada pronta para ser chamada a intervir (*on call*). Deveria estar disponível para a UA como primeira prioridade. Esta criação foi feita à imagem da Brigada de alta prontidão da ONU, SHIRBRIG. Este preparativo teria permitido acordos directos entre a UA e os seus Estados-membros, mas o nível de força seria inadequado para qualquer outra coisa que não fosse o mais modesto dos empenhamentos. Era óbvio que a inserção de mais um nível de controlo regional entre a UA e os Estados-membros necessariamente complicaria a questão. Estes problemas estruturais tiveram a sua resolução adiada devido à crise do Darfur, que atingiu dimensões continentais. Como consequência verificam-se os diferentes níveis de evolução das

³⁵¹ Jakkie Cilliers é co-fundador (em 1990) do Instituto para a Política de Defesa da África do Sul, que posteriormente se tornaria o Instituto de Estudos de Segurança (ISS). Apresentou diversas comunicações em conferências e seminários e é um comentador periódico dos jornais e televisão da África do Sul. Publicou, editou e contribuiu para um grande número de periódicos, livros e outras publicações.

³⁵² CILLIERS, Jakkie. 2008. “The African Standby Force – an update on progress”. *In Occasional paper No. 160* [em linha]. Institute for Security Studies, 2008 [Referência de Março de 2008]. Disponível na Internet em: http://www.iss.co.za/index.php?link_id=22&slink_id=5907&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3.

realizações das organizações sub-regionais, incluindo a falta de um simples e coerente conceito de ASF. Por outro lado, o nível de apoio da ONU tem deixado muito a desejar, pois em vez de dirigir e orientar o processo de levantamento da ASF, a ONU tem tido unicamente a postura de seguidor. Será agora talvez a altura de a ONU ter um papel mais concreto e significativo, como conclui Cilliers³⁵³.

A NATO tem também dedicado a maior atenção à questão do reforço das capacidades africanas. A sua presença no continente, embora discreta se comparada com outros actores, tem vindo no entanto a aumentar. O exercício LIVEX "Steadfast Jaguar 2006", realizado entre 15 e 28 de Junho de 2006, constituiu uma novidade absoluta, no que diz respeito à preparação de forças e da estrutura da NATO. Pela primeira vez foi conduzido um exercício da Força de Resposta da NATO (*NATO Response Force*) fora da sua área, contando-se com o apoio de um país terceiro, Cabo Verde, para a sua realização. Esta componente operacional da NATO não tinha tido ainda a oportunidade de treinar no seu conjunto, desde a sua criação em 2002, quando os aliados, na Cimeira de Praga, decidiram ser necessário a NATO dispor de uma capacidade de resposta rápida.

O governo de Cabo Verde, no anúncio que fez do exercício aos seus cidadãos, chamava a atenção de se tratava “apenas de um treinamento para testar, fora das fronteiras da Aliança, a capacidade operativa da força de reacção rápida da NATO para enfrentar ameaças como o terrorismo, o narcotráfico e outros tráficos ilícitos e acorrer a situações de catástrofes naturais.”³⁵⁴ O governo atribuía principalmente a características intrínsecas do país a decisão para a realização do exercício em Cabo Verde, nomeadamente a “estabilidade e credibilidade do país, o posicionamento geográfico do Arquipélago, por situar-se numa zona do Atlântico de intenso tráfego marítimo e aéreo, fora das tradicionais fronteiras da Aliança e suficientemente longe da área geográfica da Organização.”³⁵⁵

³⁵³ CILLIERS, Jakkie, *op. cit.*, p. 11.

³⁵⁴ In Página Oficial do Governo da República de Cabo Verde, [em linha]. [referência de 26 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=74>.

³⁵⁵ In Página Oficial do Governo da República de Cabo Verde, [em linha]. [referência de 26 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=74>.

A NATO tem ou teve outras experiências do solo africano, nomeadamente no Sudão e ao largo da Somália. A experiência da NATO no Sudão terminou já. A sua génese situa-se a 26 de Abril de 2005, quando a União Africana solicitou o apoio da NATO para a assistência à expansão da sua missão na província sudanesa do Darfur. Consistia no apoio à força da União Africana que integrava a missão AMIS (*African Mission in Sudan*). A AMIS propunha-se acabar com a violência e melhorar a situação humanitária do Darfur, que estava em situação de conflito permanente desde 2003. Desde Junho de 2005 até 31 de Dezembro de 2007, a NATO ajudou a UA a expandir a sua missão no Darfur providenciando apoio de transporte aéreo para o deslocamento de reforço de tropas de manutenção de paz na região e dando formação ao pessoal UA. O apoio da NATO não incluiu tropas de combate. A missão terminou em Dezembro de 2007 quando a AMIS foi transferida para a missão híbrida da ONU e da UA denominada UNAMID (*United Nations/African Union Mission in Darfur*). A Aliança expressou a sua disponibilidade para considerar quaisquer pedidos de apoio da nova força, constituída não só por tropas de manutenção de paz como também de agentes de polícia.³⁵⁶

Esta missão consistia essencialmente no seguinte: (i) transporte aéreo dos elementos de manutenção de paz e polícia civil da UA; (ii) instrução de pessoal UA (iii) acompanhamento da evolução da assistência da NATO à AMIS; (iv) apoio à estrutura envolvida no processo de tomada de decisão e implementação³⁵⁷. O Comando Conjunto da NATO em Lisboa (*Joint Command Lisbon - JCL*), sob a autoridade do Comando Aliado para as Operações (*Allied Command Operations - ACO*) ficou com a responsabilidade sobre a equipa de ligação NATO (*Senior Military Liaison Officer - SMLO*) estabelecida em Adis Abeba, junto da Direcção da UA. Esta equipa era o ponto único de contacto da NATO com a UA na sua sede. Adicionalmente era também o ponto de contacto único com a NATO dos representantes dos países que providenciavam tropas para a AMIS, dos representantes dos países doadores, das Nações Unidas, da UE e de várias embaixadas.

Outro país africano onde a presença da NATO foi solicitada pela UA foi a Somália. A NATO apoiou os esforços de estabilização e de segurança da área em duas vertentes,

³⁵⁶ Cf. sítio internet da NATO [em linha]. [referência de 26 de Abril de 2010]. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49194.htm>.

³⁵⁷ *Idem*.

uma em terra e outra ao largo das costas da Somália. Apesar de a evocação da Somália dirigir de imediato a atenção para a missão de combate à pirataria que grassa ao largo das costas somalis, existe outra missão da NATO, que se materializa no apoio à missão da União Africana AMISOM (*African Mission in Somalia*). Assim, a NATO aceitou dar assistência à missão da UA na Somália providenciando transporte aos países membros da UA que pretendessem enviar tropas para incorporar aquela missão africana. Na prática esta missão apoiou deslocamentos aéreos de tropas desde o Burundi até Mogadíscio e também escoltou um navio da UA que transportava material militar do Burundi para um dos batalhões que tinham sido transportados por meios aéreos da NATO. Para além disso a NATO enviou dois peritos para a Unidade de Planeamento e Gestão Estratégica da UA.

De acordo com a NATO, o seu apoio iniciou-se com o pedido feito pela UA a todos os parceiros, incluindo a NATO, em 17 de Janeiro de 2007, para apoio financeiro e logístico à AMISOM. Mais tarde terá feito um pedido mais específico de apoio aéreo. Após a autorização inicial para se iniciar o apoio, em 7 de Junho de 2007, a NATO tem vindo a prolongar o seu apoio, sempre precedido de pedidos de extensão da UA.³⁵⁸

Relativamente à operação de combate à pirataria, Operação *Ocean Shield*, a NATO tem vindo a levar a cabo a protecção de navios em trânsito, desde que a operação foi lançada, em 17 de Agosto de 2009, seguindo-se à operação *Allied Protector*. Para além disso, mantém *on-line* um sistema de ajuda à navegação e alerta aos armadores e comandantes de navios sobre as actividades de pirataria na região³⁵⁹. Este sítio da *internet* serve também para divulgar informação actualizada sobre a Operação *Ocean Shield*. A esta operação estão cometidas as seguintes tarefas militares: (i) deter e anular os ataques piratas e providenciar protecção contra esses ataques, prestando assistência a navios conforme necessário; (ii) perseguir navios suspeitos de pirataria e evitar a continuação das suas actividades através da detenção, confiscação de navios e materiais e a entrega dos suspeitos e das provas às autoridades de aplicação da lei indicadas; (iii) facilitar o apoio ao desenvolvimento das capacidades dos Estados da região para conduzirem operações

³⁵⁸ Cf. sítio internet da NATO. [em linha]. [referência de 26 de Abril de 2010]. Disponível em <<http://www.nato.int/issues/au-somalia/index.html>>.

³⁵⁹ A página de combate à pirataria do Centro de Navegação da NATO (NATO Shipping Centre (NSC) Counter Piracy) é uma ferramenta muito útil para as companhias que necessitam que os seus navios percorram as águas da região. Cf. <http://www.shipping.nato.int/CounterPir/Operations>.

eficazes de contra-pirataria, em coordenação com outros esforços relacionados; (iv) coordenar as operações e iniciativas da NATO com forças navais de coligação, forças navais da UE e outras forças não-NATO que conduzam operações contra a pirataria no Corno de África.³⁶⁰

A NATO mantém a UE permanentemente informada sobre as suas actividades na região e coordena com esta os seus esforços de combate à pirataria. A UE dispõe para isso do Centro de Segurança Marítima do Corno de África (*EU Maritime Security Centre Horn of Africa - MSC HOA*). Este Centro é a entidade dirigente na coordenação de todos os movimentos de trânsito de grupos de navios no Golfo de Aden.

De uma maneira geral, todos estes esforços da NATO concorrem para dar à UA capacidades no campo da manutenção da paz. Principalmente as missões de apoio à AMIS à AMISOM, mas também, em certa medida, a operação *Ocean Shield*, são contributos que comportam uma componente de aconselhamento, de formação e de apoio à decisão, que pretendem reforçar a capacidade de planeamento e decisão da UA. Também o contributo mais material, nomeadamente o financiamento das operações africanas e o apoio em transporte estratégico, constituem medidas concretas de reforço das capacidades africanas de manutenção de paz.

3.3.6. Iniciativas da União Europeia em África

No que diz respeito à intervenção da UE em África, nas suas diversas vertentes, são várias as iniciativas da Comissão e do Conselho para ajudar os países africanos, seja directamente, seja junto da UA e das organizações sub-regionais. Isto é verdade, por um lado, porque a complexa rede-mundo em que todos mergulhamos cria a interdependência que leva a que toda a rede seja afectada por uma única iniciativa de qualquer estado ou organização. Também, por outro, porque os prejuízos criados pelos três problemas acima descritos – terrorismo, narcotráfico e tráfico de pessoas – são prejuízos de toda a rede, a Comunidade Internacional, lesando cada um dos seus elementos. As iniciativas da UE em

³⁶⁰ *Idem.*

África têm sido conduzidas, de uma forma conjunta, tanto pela Comissão como pelo Conselho. No que diz respeito a uma das vertentes interventivas, o desenvolvimento, como estas iniciativas se encontram presentes muitas vezes ao mesmo tempo no mesmo teatro, conjuntamente com a de Estados-membros, a UE decidiu criar mecanismos de coordenação e de potenciação dessas presenças. Para isso estabeleceu um “Código de Conduta sobre a complementaridade e a divisão das tarefas na política de desenvolvimento”³⁶¹. Este supõe uma cooperação de base voluntária que leve a uma melhor repartição de tarefas entre os doadores da UE nos países em desenvolvimento.³⁶²

O Código de Conduta tem o seu fundamento em onze princípios tendentes a reduzir as formalidades administrativas, utilizar o financiamento nas situações em que ele é mais necessário, pôr em comum as ajudas e repartir as tarefas para prestar uma assistência mais significativa, mais eficaz e mais rápida.³⁶³ Obedece a alguns princípios específicos como a apropriação, a adaptação, a harmonização e a gestão por resultados, contemplados na Declaração de Paris, e pauta-se pelos objectivos e valores adicionais sublinhados no Consenso Europeu. O código também propõe que os doadores respeitem um outro conjunto de princípios, com vista a melhorar a eficácia da ajuda e a potenciar a presença da UE.³⁶⁴

Estes mecanismos de coordenação, especialmente o Código de Conduta da UE, não têm tido o devido apreço na Guiné-Bissau. Apesar de o Código definir perfeitamente os

³⁶¹ COMISSÃO DA COMUNIDADES EUROPEIAS. 2007b. *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Código de Conduta da UE em matéria de divisão das tarefas na política de desenvolvimento*. Bruxelas, 28.2.2007 COM (2007) 72 final (Pt). [em linha]. [referência de 27 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em

<http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/r13003_pt.htm>.

³⁶² *Idem*.

³⁶³ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. 2007. *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Código de Conduta da UE em matéria de divisão das tarefas na política de desenvolvimento*. Bruxelas, 28.2.2007 COM(2007) 72 final (Pt). [em linha]. [referência de 27 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em

<http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/r13003_pt.htm>.

³⁶⁴Esses princípios são: 1 - Concentrar as suas actividades no país em sectores fulcrais; 2 - Reorganizar as demais actividades no país; 3 - Assegurar uma presença adequada da UE em sectores estratégicos; 4 - Reproduzir as práticas na cooperação com as instituições regionais parceiras; 5 - Seleccionar os países prioritários; 6 - Ocupar-se dos países "enteados" da ajuda; 7 - Analisar e alargar os domínios de força global; 8 - Prosseguir os progressos nas dimensões vertical e horizontal da complementaridade entre modalidades e instrumentos; 9 - Promover conjuntamente a divisão das tarefas; 10 - Aprofundar as reformas dos sistemas de ajuda. (*op. cit.*, pp. 10-12).

princípios operacionais da complementaridade³⁶⁵ no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento, o que acontece é que no terreno raramente se aplicam os princípios aprovados, prevalecendo o interesse dos Estados sobre o interesse colectivo. De acordo com o relatório do IPAD sobre a coordenação da ajuda ao desenvolvimento naquele país, “as iniciativas de coordenação entre os doadores situa-se ainda, sobretudo, ao nível das trocas informais de informação, não se reflectindo ao nível estratégico e político.”³⁶⁶ Esta ausência de coordenação levará inevitavelmente a redundâncias nas tarefas desempenhadas pelos actores presentes, anulando os próprios princípios da complementaridade e podendo levar à potenciação dos efeitos negativos da ajuda, como nota o documento do IPAD. No caso da Guiné-Bissau, “as dificuldades de coordenação da ajuda internacional são agravadas pelo facto de apenas três EM – França, Portugal e Espanha – estarem presentes no terreno, com objectivos político-estratégicos nem sempre complementares, e até por vezes divergentes”. Existem além do mais, dificuldades devidas à não sincronização de calendários de planeamento dos EM com o da própria Comissão Europeia (2008-2013), o que não tem permitido “a elaboração de um roteiro para a implementação de um Código de Conduta e harmonização da ajuda na Guiné-Bissau.”³⁶⁷ Este problema foi abordado pelos três países europeus presente na Guiné-Bissau, o que levou a esforços de concertação das respectivas intervenções, nomeadamente com relação à aplicação do código de conduta. A partir desta iniciativa, o IPAD prevê que se possa

³⁶⁵ Na ausência de uma definição internacionalmente reconhecida da complementaridade, a Comissão define-a como a divisão otimizada das tarefas entre diversos intervenientes, tendo em vista conseguir a melhor utilização possível dos recursos humanos e financeiros, o que pressupõe que cada interveniente concentre a sua ajuda em áreas onde possa assegurar o maior valor acrescentado, tendo em conta a contribuição dos outros intervenientes [descarregado da página da internet da UE sobre legislação europeia, 27 de Abril 2010, http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/r13003_pt.htm].

Outra definição, como referido no Código de Conduta: “é um conceito de natureza organizacional que deve ser entendido como a acção dos doadores em unísono de forma completa e equilibrada e não apenas como um mero exercício adicional de planeamento”. (*op. cit.*, pp. 6)

³⁶⁶ INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO. 2009. *Auto avaliação de Portugal - implementação do código de conduta da UE em matéria de complementaridade e divisão de tarefas na política de desenvolvimento*. Lisboa: IPAD [Versão em linha]. [referência de 27 de Abril de 2010].

Disponível na Internet em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf>, p. 38.

³⁶⁷ *Idem, Ibidem.*

chegar à aprovação de um “Programa Nacional de Harmonização, que possa ser apropriado pelo Governo Guineense”.³⁶⁸

Voltando à questão das ameaças identificadas mais acima, que os países africanos enfrentam, uma delas, o terrorismo, tem tido uma visibilidade muito grande devido à espectacularidade e graves efeitos dos atentados em Nova Iorque, em Madrid e em Londres, como vimos. No entanto, o narcotráfico e as redes de tráfico humano, incluindo a migração clandestina, também constituem perigos que a Europa deve enfrentar. Como também vimos já, existem laços de ‘interdependência complexa’ entre os continentes africano e europeu. A teorização de Keohane e Nye demonstra que os países africanos mais frágeis não estão isolados pelo que os fenómenos de tráfico de droga e tráfico de pessoas e redes ilícitas de migração afectam não só o continente africano como a Europa. A UE tem capacidade de apoiar a África na resolução dos problemas apontados. Esse apoio tem vindo a materializar-se em iniciativas para o desenvolvimento, no âmbito das atribuições da Comissão Europeia, mas, para estabelecimento de estruturas e criação de condições de segurança aos projectos de desenvolvimento, terá também que incidir sobre missões características da PESP.

Como vimos, aumentar a coerência entre segurança e desenvolvimento, nos níveis político e operacional, requer melhoramentos a curto prazo e acção a longo prazo. Nesse sentido, o Conselho apontou as acções iniciais necessárias a um reforço da coerência em algumas das áreas donexo Segurança-Desenvolvimento: planeamento estratégico, RSS, parcerias com organizações regionais e sub-regionais, e segurança e ajuda humanitárias. Só a fusão dos esforços que visem tanto a segurança como o desenvolvimento, e a coordenação dos respectivos programas e projectos já em campo, poderá permitir alcançar o desiderato de um continente africano seguro e desenvolvido que ajude a reforçar as iniciativas da União Europeia no combate ao tráfico de droga, na anulação das redes de migração clandestina e mesmo na minimização da ameaça terrorista, e que constituam os melhores exemplos de sucesso da parceria UE-África.

³⁶⁸ *Idem, Ibidem.*

E que atenção mereceu a Cimeira de Lisboa, entre a União Europeia e a União Africana (e Marrocos)? Debruçando-se sobre a importância primordial de África para a estratégia europeia, em vésperas desse acontecimento, o Presidente francês Sarkozy escrevia no seu livro *Testimony* estar convencido que “precisamos de considerar África como uma área prioritária”³⁶⁹. A Europa não pode querer continuar a ser um continente estável se não tiver a vontade de ajudar ao desenvolvimento de África. Mas Sarkozy afirmava também que, para que a Europa respeite os africanos e os trate como iguais, deverá ter a coragem de lhes dizer a verdade, que passa por deixar de os desculpar de todas as responsabilidades pelo subdesenvolvimento do seu continente³⁷⁰.

Num outro registo, do professor sueco Björn Hettne³⁷¹, mais debruçado sobre a conceptualização das relações inter-regionais (ou seja, os laços estabelecidos entre organizações regionais, como é o caso da UE e da UA), é notado que, para duas regiões estabelecerem uma relação inter-regional que funcione, será essencial que ambas tenham atingido um certo grau de intervenção regional³⁷². É claramente o caso da UE, mas será também o da UA? A Cimeira é um testemunho pela positiva. Os compromissos assumidos provam a “vontade regional” dos parceiros africanos. No entanto esta relação ilustra a complexidade das relações inter-regionais e a questão da simetria versus assimetria³⁷³. África é atractiva para os europeus devido aos seus mercados e recursos naturais e o desenvolvimento do inter-regionalismo europeu não é exclusivamente dirigido pelos valores ideias e normativos tão apregoados pelos políticos europeus. A análise dos estudos produzidos a propósito da Cimeira de Lisboa parece demonstrar que existe alguma contenção no entusiasmo dos resultados. A Cimeira abriu caminho para projectos ambiciosos, como a Estratégia Conjunta e o seu plano de acção, mas quase tudo se

³⁶⁹ SARKOZY, Nicolas. 2007. *Testimony : France in the Twenty-first Century*. New York : Pantheon Books, p. 229. Tradução livre do autor. No original: “I am convinced that we need to consider Africa as a priority area”.

³⁷⁰ *Idem*, p. 229.

³⁷¹ O Professor Björn Hettne tem produzido uma vasta obra sobre Economia Política Internacional, Regionalismo (Europa e Sul da Ásia) e Teoria do Desenvolvimento e Conflito. Entre os trabalhos editados, destaca-se: “Development and security: Origins and future” (*in Security Dialogue*, 41 (1) p. 31-52, 2010); “Thinking about development” (2009. Zed Books).

³⁷² HETTNE, Björn, SÖDERBAUM, Fredrik, e STALGREN, Patrik. 2008. The EU as a Global Actor in the South. *In Report No. 8*, June 2008. Stockholm : Swedish Institute for European Policy Studies, p. 43.

³⁷³ HETTNE, Björn *op. cit.*, p. 44

encontra ainda por lançar, pois os recursos necessários não foram prontamente disponibilizados.

Para Nathalie Delapalme³⁷⁴, autora de vários trabalhos sobre desenvolvimento africano e alta funcionária de França especialista em África, o resultado mais marcante da Cimeira terá sido a “Estratégia Comum”. No entanto, também esta autora nota que esse documento terá ainda de passar pela fase difícil de ser posto em prática. A Estratégia deverá fazer avançar a questão espinhosa dos Acordos de Parceria Económica. Mas a parceria não vai revolucionar a relação entre África e a Europa da noite para o dia, sublinha Delapalme. Terá no entanto o mérito de ter integrado nesta relação o princípio de uma troca entre parceiros, se não iguais, pelo menos complementares. Permitirá, de qualquer modo, medir a capacidade colectiva europeia de construir este espaço, que Delapalme apelida “euroafricano” organizado à volta de um projecto político partilhado e de um espaço geográfico consolidado³⁷⁵.

3.4. O desenvolvimento em África e a PESD

Uma vez diagnosticados os problemas de segurança africana, usamos o quadro teórico proposto em 1998 por Keohane e Nye³⁷⁶ a fim de caracterizar os laços de ‘interdependência complexa’ entre a UE e a UA. Essa abordagem fornece instrumentos conceptuais valiosos para entender as ameaças à segurança que alguns países africanos colocam ao continente europeu. Nesta secção apresenta-se o binómio ‘segurança-desenvolvimento’ como a chave para o sucesso de qualquer intervenção externa nos países africanos em situação de fragilidade. É essa a perspectiva que vislumbramos como a única viável para reduzir as ameaças colocadas por aquele tipo de países. O pressuposto apresenta-se da seguinte forma: não poderá existir desenvolvimento sem segurança, como

³⁷⁴ Nathalie Delapalme é uma alta funcionária francesa que tem sido conselheira para África de sucessivos ministros de negócios estrangeiros de França. É membro do conselho de redacção da revista *Commentaire*.

³⁷⁵ DELAPALME, Nathalie. 2008. Europe-Afrique : une relation stratégique. In *Europe's World*, No.8, Bruxelles : Europe's World. p. 173.

³⁷⁶ KEOHANE, NYE, *op. cit.*

não haverá segurança sem desenvolvimento. Contribuir para a construção de estrutura de segurança que garanta as condições para o desenvolvimento: é aqui que a UE poderá dar um contributo valioso.

Como escrevem Agnès Hurwitz e Gordon Peake, especialistas já referidos atrás, têm sido realizados avanços significativos na identificação das causas e das consequências dos conflitos das últimas décadas, levando a uma reconsideração da relação entre segurança e desenvolvimento. É agora largamente aceite que a segurança depende do desenvolvimento e vice-versa. É desnecessário dizer que os actores internacionais estão cada vez mais conscientes de que estes dois aspectos são interdependentes e uma parte integral das estratégias globais de gestão de conflitos³⁷⁷.

São consideradas essenciais três áreas chave para a construção da paz sustentável que irá criar as condições de base para todos os projectos de desenvolvimento em África. Estas áreas, que geraram intensos programas internacionais³⁷⁸ são a boa governação, o sector de segurança e o Estado de Direito. Um sector de segurança que seja credível, eficaz e responsável é um factor crucial para a gestão de conflitos, tal como notado por Agnes Hurwitz e Gordon Peake, “providenciando um ambiente suficientemente tranquilo e seguro para possibilitar que outras iniciativas tenham oportunidade de lançarem raízes.”³⁷⁹

3.4.1. Concepção UE do nexó segurança-desenvolvimento

Outra importante área relacionada transversalmente com estes aspectos, nomeadamente com relação com os desafios de segurança comuns à UE e a África, engloba as actividades que se sucedem ao fim das crises e conflitos, como demonstram os

³⁷⁷ HURWITZ, Agnès, PEAKE, Gordon (Org.). 2004. *Strengthening the Security-Development Nexus: Assessing International Policy and Practice since the 1990s*. New York : International Peace Academy, p. i.

³⁷⁸ *Idem, ibidem.*

³⁷⁹ *Idem, ibidem.*

trabalhos desenvolvidos no *Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces*³⁸⁰, por investigadores e autores como Allan Bryden e Heiner Hänggi³⁸¹, tal como os projectos de construção da paz, de reconstrução económica, de Boa Governação em geral, especialmente no continente africano, onde a UE tem capacidade para actuar. Mas ultimamente, uma atenção especial tem sido dada às questões donexo entre segurança e desenvolvimento, sobre a qual a ONU e o seu Secretário-geral se têm expressado, principalmente à volta do desenvolvimento de esforços tendentes à prossecução dos Objectivos do Milénio.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram concebidos para observarem o incremento do desenvolvimento económico até ao ano de 2015. No entanto, cada vez mais se torna evidente que o modo de conceptualizar os desenvolvimentos usados nos MDG se desactualizou, observa Paul Collier³⁸², sublinhando que durante 40 anos o desafio ao desenvolvimento tinha sido um mundo rico de mil milhões de pessoas perante um mundo pobre de 5 mil milhões. Foi neste cenário que germinaram as ideias dos ODM. Agora, a maior parte dos cinco mil milhões de pobres vive em países que se desenvolvem, alguns deles a grande velocidade. O grande desafio do desenvolvimento é de que esses países estão a perder terreno e a desagregar-se. Constituem o que o autor denomina os mil milhões do fundo da tabela (os *bottom billion*)³⁸³. Os seus problemas prendem-se com três tipos de realidades: guerras civis, pragas, ignorância. Esses pobres concentram-se principalmente em África. O problema é grave pois põe em perigo o mundo desenvolvido e confortável do Século XXI. Collier identifica quatro armadilhas em que estes países se encontram: a dos conflitos, a dos recursos naturais, a má vizinhança e, finalmente, a má governação dos países pequenos. Em resumo, o problema não é os cinco mil milhões de pessoas nos países em desenvolvimento nem os ODM que servem para aferir os seus progressos. O problema é os mil milhões que ficaram para trás. Por outro lado, dentro

³⁸⁰ O *Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces* é uma fundação internacional cuja missão é apoiar a comunidade internacional na implementação da Boa Governação e na Reforma do Sector de Segurança. Os trabalhos desenvolvidos neste centro têm sido publicados em grande número.

³⁸¹ BRYDEN, Alan, HÄNGGI, Heiner (Eds.). *Security Governance in Post-Conflict Peacebuilding*. Geneva: Geneva Center for Democratic Control of Armed Forces (DCAF), 2005.

³⁸² COLLIER, Paul. 2007. *The bottom billion : Why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford (USA) : Oxford University Press, p. 3)

³⁸³ *Idem, ibidem*.

desses países existe uma luta entre os que querem uma mudança para melhor e o grupo estabelecido dos poderosos que querem manter o *status quo*. Finalmente, o autor afirma que as iniciativas do mundo ocidental (a UE incluída) poderão fazer a diferença. E não se trata apenas de melhorar a nossa abordagem da ajuda externa, mas acções complementares, com outros instrumentos, que poderão fazer a diferença: políticas de comércio, estratégias de segurança, mudanças nos regulamentos do mundo desenvolvido e novas “cartas internacionais”. Para concluir, o autor afirma ser necessário focalizar o alvo e alargar o leque de instrumentos. Tal deverá ser a futura agenda do G8.³⁸⁴

Há que notar que em situações de conflito, os projectos de ajuda muitas vezes contribuem inadvertidamente para o conflito enquanto tentam alcançar os seus objectivos internos. Até projectos simples de desenvolvimento podem fazer aumentar as tensões. Os projectos de ajuda têm um papel muito importante a desempenhar na construção da paz, mas devem ser aplicados com recurso a certos tipos de ferramentas, não se devendo esquecer de que a criação prévia de condições de segurança é primordial.

Não foi apenas a componente política que dedicou atenção ao nexo segurança-desenvolvimento. No mundo académico, as ligações entre segurança e desenvolvimento têm sido estudadas desde os inícios dos anos 1990. Estas ligações, existentes tanto no interior de países em desenvolvimento como a nível global, chamaram a atenção dos académicos devido à intensificação recente do número de ligações. Alguns autores, como Frances Stewart³⁸⁵, ao abordar esta questão, começam por considerar segurança como “Segurança Humana”, tal como definido pelo UNDP³⁸⁶ e, dentro desta categoria, focam-se na violência política como uma das importantes fontes de insegurança³⁸⁷. Na sua

³⁸⁴ *Idem*, p. 192.

³⁸⁵ Frances Stewart é professora de Economia de Desenvolvimento e Directora do Centro para a Investigação da Desigualdade, Segurança Humana e Etnicidade na Universidade de Oxford.

³⁸⁶ No seu relatório de 1994, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) argumentava que não era apenas necessário dar uma nova dimensão ao conceito de segurança até então utilizado, mas, mais do que isso, pelo que apresentava um novo conceito, que considera a segurança dizendo respeito às pessoas e não aos territórios. E também que considera segurança no âmbito do desenvolvimento e não em termos de armas (Cf. sítio da internet do UNDP, <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/>).

³⁸⁷ STEWART, Frances. 2004. *Development and Security. CRISE Working Paper 3*. Oxford : Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Queen Elizabeth House, University of Oxford.[em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper3.pdf>>, p. 3.

abordagem, Frances Stewart debruça-se então sobre três considerações relativas àquelas ligações: primeira, que a segurança humana é uma parte importante do bem-estar das pessoas e constitui portanto um objectivo do desenvolvimento; segunda, que a falta de segurança humana tem consequências adversas no crescimento económico e na pobreza e, por consequência, no desenvolvimento; e terceira, que a falta de desenvolvimento é uma importante causa de conflitos. Considera assim que, tanto para os países em desenvolvimento, como para prevenir o terrorismo global, é essencial promover desenvolvimento inclusivo. Uma concentração exclusiva nas soluções militares – a interpretação comum de “segurança” – não será bem sucedida, segundo Stewart. Estas ligações entre segurança e desenvolvimento podem encontrar-se tanto em determinados países em desenvolvimento como no mundo em geral. De qualquer modo o progresso das sociedades requer uma redução da insegurança. Poderá assim afirmar-se que um desenvolvimento mais inclusivo e mais igualitário levará ao aumento da segurança. Há, contudo, graves problemas quando se pretende alcançar essa virtuosa ligação entre desenvolvimento mais inclusivo, melhor segurança e mais desenvolvimento. Identificam-se alguns problemas como, por exemplo, ser fácil mobilizar politicamente as pessoas, especialmente numa democracia, através de linhas culturais, para se unirem contra o temido “outro”. Um outro problema será de que os interesses privados que obtêm lucros dos conflitos podem ser eficazes em promover ou prolongar esses mesmos conflitos.

Outro autor, Laura Ferreira-Pereira³⁸⁸, sublinha que antes do estabelecimento da UA o limitado impacto das políticas tradicionais de desenvolvimento sobre os países beneficiários acentuava a necessidade de se complementarem as fórmulas em uso anteriormente ou de se dar a prioridade a uma abordagem de segurança³⁸⁹. Essa investigadora via a nova geração de acordos entre a UE e África, saídos da Cimeira UE-África do Cairo, como “abrindo um novo capítulo nas relações entre as duas entidades”³⁹⁰,

³⁸⁸ Laura Ferreira Pereira é professora assistente da Universidade do Minho, onde lecciona Ciência Política e Relações Internacionais.

³⁸⁹ PEREIRA, Laura Ferreira. 2008. The European Union, Africa and crisis management. In BARRINHA, André (Ed.). *Towards a Global Dimension: EU's Conflict Management in the Neighborhood and Beyond*. Lisboa : Fundação Friedrich Ebert, p. 151.

³⁹⁰ PEREIRA, Laura Ferreira, *op. cit.*, p. 149. Tradução livre do autor. No original: (...) “opened up a new chapter in the EU-ACP rapport” (...)

revelado, entre outros indicadores, pela introdução de uma extensa dimensão política dentro da qual apareceu como pilar fundamental “um diálogo político abrangente sobre iniciativas e estratégicas”³⁹¹, diálogo esse “concebido para lidar com a prevenção e resolução de conflitos e, no fundo, para promover a estabilidade e a paz nos países africanos” (...)³⁹². Escrevendo sobre as implicações da estratégia da UE para África, notava também que a UE parecia determinada a promover a estabilidade em África como uma forma de promover a sua própria segurança³⁹³. A importância da UE no mundo é assim sublinhada pelo papel que desempenha em África.

Outro autor sublinha a importância do desenvolvimento sustentado como um dos mais relevantes factores de segurança. Luís Bernardino³⁹⁴, que investiga as questões relacionadas com o desenvolvimento de capacidades africanas, nomeadamente os países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), refere que “actualmente, quer num contexto regional, quer mesmo a nível global, não é possível abordar a temática do desenvolvimento sustentado sem fazer prevalecer a segurança, pois não podemos evoluir social e economicamente se existir insegurança e conflitos regionais”³⁹⁵. Este autor destaca também que, em África, “as organizações de cariz sub-regional iniciaram as suas actividades precisamente no âmbito do desenvolvimento económico, criando neste continente mercados restritos e alianças económico-financeiras para contrabalançar as dificuldades resultantes dos processos de descolonização (...)”³⁹⁶. Referindo-se ainda a África e às suas organizações sub-regionais, nota que “a componente de segurança e de defesa e os pactos de “não agressão” ou de “mútua defesa” nasceram por necessidade de aliar estrategicamente, ao desenvolvimento económico, condições de

³⁹¹ *Idem, Ibidem*. Tradução livre do autor. No original: “a comprehensive political dialogue around initiatives and strategies” (...)

³⁹² *Idem, Ibidem*. Tradução livre do autor. No original: (...) “conceived to address conflict prevention and conflict resolution and, ultimately, to promote stability and peace across African countries” (...)

³⁹³ *Idem*, p. 148.

³⁹⁴ Luís Bernardino é Oficial do Exército Português e doutorando em relações internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Lisboa. Publicou *Estratégias de Intervenção em África* (2008. Lisboa: Prefácio); “Which policy of cooperation in matters of security and defence does Portugal need to adopt in Africa?” (2009. In *Lusíada. Política Internacional e de Segurança*, 2, Lisboa: Universidade Lusíada Editora)

³⁹⁵ BERNARDINO, Luís Manuel Brás. 2008. *Estratégias de Intervenção em África*. Lisboa : Prefácio, p. 66.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*.

estabilidade e de segurança para o Estado e para as populações, criando as condições adequadas para que a sociedade internacional interviesse em condições de segurança no quadro da cooperação para o desenvolvimento (...)³⁹⁷

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)³⁹⁸ tornaram ainda mais evidente a verdade desta relação biunívoca. O Conselho da UE de Novembro de 2007 sublinhou a importância deste nexo entre Segurança e Desenvolvimento e a Cimeira UE-África de Lisboa, que teve lugar durante a segunda Presidência Portuguesa da UE, no Segundo Semestre de 2007, apontou para o reforço das capacidades africanas em matéria de Segurança e Defesa como pré-condição para o desenvolvimento em África.

Como se sabe a UE tem desenvolvido as suas acções por intermédio de três conjuntos de acções, designados por “três pilares”.³⁹⁹ No primeiro pilar encontram-se os projectos de desenvolvimento conduzidos pela Comissão Europeia. O segundo inclui todas as acções externas em material de Segurança e Defesa, nomeadamente as missões e operações PESD, conduzidas sob o controlo e supervisão do Conselho da UE. Estas duas entidades europeias, o Conselho e a Comissão, têm seguido a evolução dos conceitos sobre desenvolvimento e segurança mas de diferentes perspectivas e não tem sido fácil encontrar uma abordagem única. No entanto, em geral, a interdependência entre segurança e desenvolvimento tem sido cada vez mais frequente nos últimos anos.

No que diz respeito ao desenvolvimento, a cooperação tem vindo a desempenhar um importante papel ao tratar de expressões de violência, insegurança e causas primárias de conflitos. É por isso que é relevante analisar o sucesso da ligação entre a PESD e programas de desenvolvimento na África Subsaariana levados a cabo por Bruxelas como uma nova forma e um novo conceito de cooperação internacional. A ideia central da Estratégia Europeia de Segurança de 2003 e também do Conceito de Desenvolvimento da

³⁹⁷ *Idem*, p.67.

³⁹⁸ Cf. <http://www.un.millenniumgoals>, p. internet visitada a 29 Junho 2008

³⁹⁹ O Tratado de Maastricht, que estabeleceu a União Europeia, dividiu as políticas europeias em três vertentes designadas por “pilares”. O primeiro, ou pilar da Comunidade, diz respeito às políticas económicas, sociais e ambientais. O segundo ou pilar PESC (Política Externa e de Segurança Comum) trata da política externa e de assuntos de segurança e defesa. O terceiro ou pilar da cooperação policial e judicial em assuntos criminais abrange a cooperação no combate ao crime. Inicialmente era designado por pilar da justiça e assuntos internos. (Cf. http://europa.eu/scadplus/glossary/eu_pillars_en.htm).

UE de 2005 sublinham mais uma vez a relação entre segurança e desenvolvimento.⁴⁰⁰ Mas o debate interno da UE tem evoluído desde a emissão desses documentos. Em Outubro de 2007, durante a Presidência Portuguesa, a UE decidiu, através da Comissão e do Conselho, reforçar a coerência da sua política em Segurança e desenvolvimento. Embora possam ser diferentes os objectivos e responsabilidades sobre desenvolvimento e segurança, Bruxelas considera que a sua crescente convergência deveria inspirar a visão política da UE. A abordagem sobre segurança humana foi sublinhada, focando-se na protecção das populações e em dar-lhes capacidade de auto-gestão, especialmente naqueles grupos com menor acesso à segurança, justiça e condições de vida. No seguimento desta linha, em Novembro de 2007 os ministros de defesa e de desenvolvimento adoptaram conclusões sobre segurança e desenvolvimento, mais uma vez chamando a atenção para aquele nexos. O Conselho declarou que o nexos entre segurança e desenvolvimento deveria dar forma às estratégias e políticas de forma a contribuir para a coerência da acção externa da UE⁴⁰¹.

3.4.2. Prática UE do nexos segurança-desenvolvimento

Apesar de tudo, é o próprio recente interesse do Conselho na relação entre segurança e desenvolvimento que demonstra que não terá sido completamente explorada a sua prática. Ou seja, parece indicar-se que haverá ainda um grande caminho a percorrer até que esta ligação venha a constituir a base para qualquer tipo de intervenção da UE num país ou região fragilizados. No entanto são já evidentes os esforços para levar a cabo os trabalhos com vista a uma abordagem mais inclusiva das duas vertentes deste binómio.

⁴⁰⁰ COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2005. *2003 European Security Strategy*, doc. 15895/03. Brussels : Council General Secretariat [em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/03/st15/st15895.pt03.pdf>>.

⁴⁰¹ COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007e. *Security and Development – Conclusions of the Council and the Representatives of the Governments of the member-states meeting within the Council*, doc. 15097/07. Brussels: Council General Secretariat. [em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/07/st15/st15097.en07.pdf>>.

A UE tem vindo a levar a cabo actividades de cooperação para o desenvolvimento e de ajuda humanitária em situações de crise onde os actores de segurança e de gestão de crises também estão activos e onde são necessárias abordagens sensíveis às situações de conflito⁴⁰². Ao mesmo tempo a UE reforçou o seu papel de política externa sob a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e reforçou também a sua capacidade de gestão de crises sob a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)⁴⁰³, assim como sob o Instrumento de Estabilidade (*Instrument for Stability*)⁴⁰⁴ e a facilidade Africana para a Paz (*African Peace Facility*).⁴⁰⁵ Portanto, a UE possui uma variedade de instrumentos e de políticas relacionadas com onexo entre segurança e desenvolvimento. Mas ainda precisa de adaptar as suas estruturas e procedimentos para assegurar coerência e coordenação assim como para assegurar abordagens adequadas aos conflitos e consciência de e respeito por acções de desenvolvimento e de gestão de crises.

A evolução destas estruturas e procedimentos pode ser confirmada através da análise em quatro áreas. Estas foram identificadas por Bruxelas e exemplificam abordagens e progressos realizados nos últimos anos no escalonamento e coordenação de actividades UE relacionadas com segurança e desenvolvimento. São as seguintes: Planeamento

⁴⁰² Durante a última década houve uma crescente compreensão de que a assistência humanitária algumas vezes alimentava o conflito em vez de aliviar os seus efeitos, e de a ajuda ao desenvolvimento algumas vezes exacerbava as tensões. Isto levou a esforços para compreender a relação entre programas de desenvolvimento e conflitos. No caso do conceito de “sensibilidade do conflito”, houve a noção da necessidade de ter em conta não apenas o impacto positivo das intervenções mas também os seus efeitos negativos, no contexto em que estes são levados a cabo, e também o impacto destes contextos nas intervenções. (Cf. http://www.conflictsensitivity.org/resource_pack/introduction_280.pdf, página internet visitada a 29 de Junho de 2008)

⁴⁰³ EUROPEAN COMMISSION. 2008a. *Draft Terms of Reference, Study on country specific experiences of the EU in the nexus between security and development – follow-up of the Council Conclusions on Security and Development from November 2007*. Brussels : European Commission.

⁴⁰⁴ O Instrumento de Estabilidade é uma ferramenta financeira à disposição da Comissão Europeia (CE) para responder rapidamente a necessidades de países ameaçados por ou sofrendo já uma forte instabilidade política ou sofrendo os efeitos de desastres (naturais ou não). Procura melhorar a ligação entre as missões do primeiro e do segundo pilares, assim como afinar a resposta de curto prazo a crises. Foi proposto pela CE em Setembro de 2004 e criado pelo Conselho e Parlamento em 15 de Novembro de 2006. Substituiu o Mecanismo de Reacção Rápida.

⁴⁰⁵ A Facilidade Africana para a Paz (APF) foi criada pela UE para prover a UA e outras organizações sub-regionais africanas com os recursos para concretizar operações de paz. Na cimeira Africana de 2003, os líderes da UA pediram à UE para os ajudar a financiar tal tipo de operações. Desta forma todos os países africanos, mesmo aqueles não envolvidos em conflitos, aceitaram uma responsabilidade colectiva de contribuição para a paz e segurança. A UE aceitou o desafio e a Facilidade para a Paz nasceu para financiar todo o tipo de operações de paz em África, lideradas, operadas e garantidas por africanos. (Cf. http://ec.europa.eu/world/peace/geographical_themes/africa/african_peace/index_en.htm).

Estratégico, Reforma do Sector de Segurança, Ajuda Humanitária e Levantamento de Capacidades Africanas. Estas áreas ilustram como os esforços da UE estão a progredir no nexu entre segurança e desenvolvimento.

No planeamento estratégico a UE colocou um esforço maior no reforço das capacidades de forma a incluir em missões e operações a operacionalização de conceitos tais como a protecção das mais frágeis componentes da população (mulheres e crianças), garantindo segurança às populações em geral, assegurando condições de trabalho para as agências humanitárias, fornecendo trabalhos de engenharia tais como abertura de estradas e construção de poços, etc., e providenciando medidas sanitárias, para além de apoio médico.

A área de Reforma do Sector de Segurança (RSS) também tem beneficiado de um processo de aproximação dos dois pilares europeus. Por um lado, projectos da Comissão visando o desenvolvimento têm vindo a contemplar a reforma de instituições nacionais de países em situação de fragilidade (tais como o sistema judicial, a polícia, a guarda de fronteiras, etc.) de forma a levantar estruturas que irão reforçar a implementação de planos de desenvolvimento. Por outro lado, projectos de RSS, do segundo pilar, têm sido planeados em íntima cooperação com projectos de desenvolvimento já em curso no terreno. É o caso da Guiné-Bissau⁴⁰⁶, onde foi enviada uma missão PESD, após o início de projectos locais da Comunidade Europeia.

A ajuda humanitária é também de preocupação especial da UE. Isto reflecte-se no plano de operações e outros documentos que dão forma à base legal de operações como a EUFOR Tchad/RCA (*European Union Force in Tchad and Central African Republic*), lançada em 2008 no centro de África. Na perspectiva das agências humanitárias (e ONG em geral) o seu trabalho não deverá ser ameaçado pela presença de operações PESD que

⁴⁰⁶ A UE decidiu estabelecer em 2007 uma missão de aconselhamento e assistência em apoio à Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau. A missão foi lançada em 2008 e levada a cabo em parceria com as autoridades guineenses. Esta missão providencia aconselhamento e assistência na reforma do sector de segurança e defesa da Guiné-Bissau de forma a contribuir para a criação das condições de implementação da Estratégia Nacional de Reforma do Sector de Segurança. É parte de uma abordagem coerente da UE e complementar do Fundo de Desenvolvimento Europeu e de outras actividades da CE já em curso. (Cf. pág. internet http://www.consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.asp?id=1413&lang=EN, descarregada em 29 de Junho de 2008)

poderão levar à confusão sobre os respectivos papéis, devido a um grande envolvimento de instituições europeias em missões com um papel humanitário muito forte.

Até à Cimeira de Lisboa as relações entre a União Europeia e África na área de segurança e defesa estavam distribuídas por três diferentes níveis: cooperação bilateral entre os Estados, missões e operações PESD em países africanos sujeitos a graves crises ou mesmo conflitos armados internos e cooperação ao nível regional e continental, entre a UE e a União Africana (UA) e organizações sub-regionais africanas.⁴⁰⁷

A II Cimeira UE-África reforçou a ideia da necessidade de uma maior ligação entre África e a UE, visionando uma frente comum para fazer face às ameaças e desafios à segurança. A Estratégia UE-África foi assinada e lançado o seu plano de acção. Este inclui oito abordagens diferentes, que se denominaram parcerias, debruçando-se sobre: (i) Paz e segurança, (ii) Governação democrática e direitos humanos, (iii) Comércio e integração regional, (iv) Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, (v) Energia, (vi) Alterações Climáticas, (vii) Migrações, Mobilidade e Emprego, Ciência, e (viii) Sociedade de Informação e Espaço. No que diz respeito à abordagem e futuros passos para uma aplicação prática da PESD em África estes estão contidos na primeira parceria específica, a da Paz e Segurança. Esta vertente específica tem como tarefas prioritárias o desenvolvimento do diálogo sobre os desafios à paz e segurança, a operacionalização plena da Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA)⁴⁰⁸ e a identificação dos fundos para as operações de apoio à paz com liderança africana.

⁴⁰⁷ Para além desta abordagem a UE tem vindo apoiar financeiramente as missões da UA, como foi o caso da Força Multinacional na República Central Africana (FOMUC). Em 2008, a CE suportou a FOMUC com 102 milhões de euros através do mecanismo APF.

⁴⁰⁸ Em Roma, a 10 de Novembro de 2003, teve lugar uma reunião troika UE-África no quadro do diálogo UE-África. Nesta reunião aprovaram-se novas modalidades com vista ao reforço da eficácia do diálogo entre África e a UE. A reunião sublinhou os progressos concretos feitos no estabelecimento da APSA, e expressou reconhecimento pelos esforços feitos para evitar os conflitos e assegurar a paz no continente africano (http://www.africa-union.org/root/au/AUC/Departments/PSC/About_US.htm).

3.4.2. Análise da documentação produzida sobre o nexos segurança-desenvolvimento

Não foi apenas o lado político que dedicou atenção a esta ligação. No mundo académico as ligações entre segurança e desenvolvimento têm sido estudadas com profundidade desde os inícios da década de 1990. Estas ligações entre desenvolvimento e segurança, tanto dentro dos países em desenvolvimento como globalmente chamaram a atenção dos académicos devido ao incremento recente dessas ligações. Como vimos atrás, vários autores, como por exemplo Frances Stewart, consideram segurança como *segurança humana* e dentro desta categoria focam a sua atenção na violência política como uma importante fonte de insegurança. Esta autora, concretamente, considera três tipos de ligações no seu trabalho sobre desenvolvimento e segurança⁴⁰⁹, já atrás referido: a primeira é de que a segurança humana forma uma parte importante do bem-estar das pessoas e é portanto um objectivo do desenvolvimento; em segundo, que a falta de segurança humana tem consequências adversas no crescimento económico e na pobreza e portanto no desenvolvimento; e terceiro, que a falta de desenvolvimento, ou o desenvolvimento desequilibrado que provoca grandes desigualdades, é uma importante causa de conflito.⁴¹⁰ Portanto, tanto para os países em desenvolvimento como para prevenir o terrorismo global é essencial promover um desenvolvimento inclusivo. O foco apenas nas soluções militares – a vulgar interpretação de segurança – não será bem sucedido. Estas três vias de conexões entre segurança e desenvolvimento podem ser encontradas tanto em determinados países em desenvolvimento como no mundo como um todo. De qualquer modo, o progresso das sociedades requer redução da insegurança. Pode ser concluído que um desenvolvimento mais inclusivo e igualitário como entre grupos culturais levará mais provavelmente a uma maior segurança. Existem vários problemas para se alcançar o virtuoso nexos de desenvolvimento mais inclusivo, melhor segurança e mais desenvolvimento. Estes problemas são, em primeiro lugar, que é fácil mobilizar politicamente as pessoas –

⁴⁰⁹ STEWART, Frances. 2004. Development and Security. *CRISE Working Paper 3*. Oxford : Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Queen Elizabeth House, University of Oxford. [em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível em <<http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper3.pdf>>.

⁴¹⁰ STEWART, Frances, *op. cit.*, p. 2.

especialmente em democracia – ao longo de linhas culturais para as unir contra o temido “outro”; e segundo, os interesses privados que lucram com o conflito poderão ser eficazes na sua promoção ou no seu prolongamento.

A mesa redonda realizada a 17 de Outubro de 2008 pelo IDN, em Lisboa, intitulada “A União Europeia e as relações com África”, contribuiu também para esclarecer e providenciar novas pistas para a questão de como ligar os problemas de segurança com os desafios do desenvolvimento. Outra iniciativa desse Instituto, em parceria com o IPAD e o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), realizada a 30 de Abril de 2009, foi ainda mais objectiva relativamente aonexo entre Segurança e desenvolvimento. Essa mesa redonda, denominada A Ligação Segurança-Desenvolvimento: Contributos para uma Estratégia Nacional, tinha como objectivo discutir a implementação de abordagens *whole-of-government* em Portugal e nos países parceiros, dirigido especialmente a África. De acordo com o planeamento desta actividade, foram debatidos alguns objectivos específicos:

Os objectivos específicos eram (i) debater a relevância, desafios e oportunidades da interligação entre segurança e desenvolvimento no panorama nacional; (ii) explorar formas de coordenação entre diversos actores sobre a interligação entre agentes de desenvolvimento, ajuda humanitária, segurança e defesa e (iii) contribuir para uma maior coerência e coordenação da política externa portuguesa, em termos políticos e operacionais.⁴¹¹

Este exercício foi um contributo positivo e concreto para a estratégia portuguesa do nexosegurança-desenvolvimento, cuja análise se fará mais à frente, na parte final deste capítulo.

⁴¹¹ IDN, IEEI, IPAD. 2009. *Relatório, Mesa Redonda, A Ligação Segurança-Desenvolvimento: Contributos para uma Estratégia Nacional* [documento não editado, distribuído directamente por correio electrónico].

3.4.3. A PESD na África subsaariana

Vários Estados-membros da UE têm estado muito activos em projectos de desenvolvimento ou de reforma do sector de segurança em África, nomeadamente a Sul do deserto do Sara. Têm providenciado conhecimentos e autoridade moral para a promoção no interior da UE de normas relativas a essas áreas. No entanto, Andrew Sherriff⁴¹², um especialista em questões de conflito, segurança e desenvolvimento, reconhece que, embora os esforços da UE estejam ainda atrás dos do Reino Unido ou da Holanda, para citar os seus membros mais activos, as instituições europeias estão actualmente à frente da larga maioria dos seus Estados-membros e também de um grande número de organizações intergovernamentais, no que diz respeito à RSS.⁴¹³

Especialmente desde 2003, a atenção da UE sobre África aumentou no que diz respeito a aspectos de segurança, complementando o papel tradicional da cooperação para o desenvolvimento, tipificado por um largo leque de comércio e ajuda, como nota Laura Ferreira-Pereira⁴¹⁴. Este papel é materializado, desde aquele ano, na cooperação activa e assistência no campo da segurança como um empenhamento palpável na prevenção, gestão e resolução de conflitos. A PESD contribuiu largamente para isto, tal como o fez a promulgação da Estratégia Europeia de Segurança de 2003. A Estratégia foi direccionada para África como o chão regional para os testes da credibilidade e capacidade da UE como um actor relevante da política externa. A crescente relevância das acções chinesas e norte-americanas em África também contribuem para um aumento dos assuntos africanos na agenda da UE, porque esses momentos tornaram a UR consciente dos avanços de outras potências nas áreas que Bruxelas considera dentro do seu próprio raio estratégico de interesse. Para além disso, a necessidade de resolver desafios comuns complexos com um

⁴¹² Andrew Sherriff é um consultor independente que desenvolve os seus trabalhos nas áreas de implementação de programas, de investigação e de publicação sobre conflitos, segurança e desenvolvimento. Antes das actuais funções trabalhou para a ONG International Alert, sendo responsável pelo empenhamento desta organização junto da UE e nas questões de desenvolvimento em situação de sensibilidade aos conflitos.

⁴¹³ SHERRIFF, Andrew. 2007. *Security Sector Reform and EU Norm Implementation*. In LAW, David M. (ed.) 2007. *Intergovernmental Organisations and Security Sector Reform*. Zurich; Berlin : LIT Verlag GmbH & Co. Kg Wien ; LIT Verlag Dr. W. Hopf, p. 85-101.

⁴¹⁴ FERREIRA-PEREIRA, *op. cit.*, p. 146.

elevado grau de ressonância relativamente a questões que vão da imigração ilegal e tráfico ilícito de armas ligeiras até às questões climáticas, constitui outro relevante parâmetro⁴¹⁵.

3.4.4. Missões e operações PESD

Para além das variadas missões e operações PESD na Europa, Médio Oriente e Ásia, a UE tem vindo a conduzir diversas acções PESD em África, tipificadas diferentemente, desde o lançamento em 2003 da primeira operação militar (“Artémis”) no Leste da República Democrática do Congo. A acção do segundo pilar da UE tem sido dirigido, até agora, apenas para a parte Subsaariana do continente, onde a vasta maioria das crises violentas tem ocorrido. Uma das mais bem sucedidas actividades PESD desde 2003 foi a operação EUFOR RD Congo (*EU Force in Democratic Republic of Congo*), conduzida para apoiar a MONUC (Missão das Nações Unidas na RDC) e as autoridades congolezas para garantirem um ambiente seguro durante o processo eleitoral presidencial de 2006.

Recentemente, quatro países africanos tiveram, ou têm, presença da PESD. No Chade e República Centro-Africana esteve colocada a EUFOR Tchad/RCA até finais de 2008. Esta foi uma larga operação militar, empregando cerca de 3.000 militares (principalmente franceses e irlandeses) e meios dos Estados-membros da UE e também de países terceiros (incluindo Rússia, Albânia e Croácia). Esta foi a terceira operação militar lançada pela UE. Passou por algumas dificuldades relativas a lacunas nas capacidades militares. Durante o complexo processo de geração de forças foi difícil identificar transporte aéreo estratégico (aeronaves de transporte de longo alcance) e transporte aéreo tático (helicópteros), incluindo evacuação médica aérea (MEDEVAC)⁴¹⁶. Durante este processo também não foi possível identificar as reservas estratégicas, embora alguns Estados-membros tenham dado garantias de que interviriam com forças de tal tipo, se

⁴¹⁵ *Idem*, p. 147.

⁴¹⁶ MEDEVAC significa evacuação sanitária através de meios de transporte rápidos, como helicópteros.

necessário. Outra fragilidade desta operação foi a marcação de uma data final (*end-date*) para a missão, 15 de Março de 2009, em vez de uma mais tradicional marcação de um estado final (*end-state*) para a presença no território, significando que mesmo que os objectivos militares e políticos não fossem alcançados, a força mesmo assim se retiraria do teatro de operações. Também se sabia, por outro lado, que a ONU estava a passar por dificuldades para conseguir gerar as forças suficientes para todas as suas operações por todo o mundo, com o no caso da UNAMID, uma operação conjunta ONU-UA lançada para substituir a missão africana no Sudão, a AMIS. Embora a operação EUFOR Tchad/RCA tivesse sido concebida para criar as condições para o futuro lançamento de uma missão da ONU, não era ainda seguro se esta possibilidade seria materializada na data e nas condições inicialmente previstas. Para além do Chade e da RCA, os outros países onde a PESH está presente são a República Democrática do Congo, onde a UE lançou duas missões: EUPOL RD Congo (*EU Police Reform Mission in DRC*) e EUSEC RD Congo (*EU Security Sector Reform Advisory Mission in DRC*); e a Guiné-Bissau. Conjuntamente com a missão EUSSR Guiné-Bissau estas intervenções UE constituem outro tipo de missões, envolvendo peritos de áreas tais como as forças armadas, polícia, magistratura, boa governação, direitos humanos, etc., cooperando com as autoridades locais no reforço das capacidades nestas áreas.

Outro tipo ainda de actividades PESH é exemplificado pelo apoio que a UE deu à AMIS, a missão da União Africana no Leste do Sudão, na província do Darfur e, até um certo ponto, o apoio que deu ao planeamento e conduta da UA na operação AMISOM, na Somália. Os peritos militares, policiais e técnicos e os conselheiros estiveram presentes a todos os níveis da estrutura de comando da missão africana, dando aconselhamento e providenciando a estrutura da operação com conhecimentos técnicos em áreas como as comunicações.

Para além destas intervenções PESH em África, a UE deu prioridade a outras áreas relacionadas com segurança e defesa. A Facilidade Africana para a PAZ (*African Peace Facility – APF*), relacionada com o nascimento da União Africana, recebeu apoio técnico e financeiro. O projecto africano de levantar uma Força de Alerta Permanente (*African Standby Force – ASF*), ao nível de Divisão (composta por uma Brigada de cada uma das

cinco sub-regiões africanas), foi favorecido com conhecimentos técnicos da UE na forma de treino e formação dos oficiais e tropas pelo programa da UE para o Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz (EURORECAMP)⁴¹⁷. Esta era inicialmente uma iniciativa francesa bilateral que recentemente (em 2007) foi europeizada pela UE, sendo reforçada com apoio político e financeiro. Outros projectos bilaterais de cooperação poderiam seguir o mesmo processo, dando uma vantagem acrescida à UE e aos seus membros e provendo a UA com projectos mais robustos.

A Europa continua a apoiar África nos seus esforços para a construção de capacidades militares. Contudo, tem sido difícil levar a cabo o projecto de organizar uma força militar de escalão Brigada em cada uma das sub-regiões económicas, utilizando elementos da ASF. Para além disso, a UA tem participado em operações de paz com o apoio da UE (financeiro e de peritos em operações) e este apoio muito provavelmente continuará a ser necessário.

Finalmente, no que diz respeito aonexo entre segurança e desenvolvimento, os esforços da UE têm sido redireccionados para a construção das capacidades militares africanas. A UA tem um plano para desenvolver as suas próprias estruturas militares, incluindo a ASF, como vimos⁴¹⁸, e este plano, para além do que acima se descreve, inclui a construção de centros de excelência, onde oficiais militares e de polícia, para além dos quadros menores, podem desfrutar de treino concreto e eficaz. Um primeiro passo da UE foi a implementação do EURORECAMP, um sistema disponibilizado pela UE para treinar e preparar militares, supervisionado pela UA, em respeito ao princípio da apropriação africana. A implementação de tal estrutura de segurança é vista como uma forma mais concreta de se criar uma base securitária para o desenvolvimento do continente africano. Portanto a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) vai ganhando forma, sob liderança africana, visando promover as condições para a aplicação de outros importantes

⁴¹⁷ Cf. http://www.france-ethiopie.info/article.php?id_article=538

⁴¹⁸ Num documento adoptado na Terceira Reunião de CEMGFAS africanos em 15-16 de Maio de 2003, em Adis Abeba, *Policy Framework for the Establishment of the African Standby Force and the Military Staff Committee*, a UA caracterizava o seu empenhamento militar nas operações de paz em África e o nível de ambição para uma capacidade militar permanente. Esta seria constituída por uma unidade de escalão Brigada para cada uma das cinco regiões económicas de África. (Cf. <http://www.africa-union.org/root/au/AUC/Departments/PSC/Asf/Documents.htm>).

instrumentos africanos, como a “Doutrina para a Reconstrução e Desenvolvimento pós-conflito”, a “Declaração dos Programa de Fronteiras” e outros relevantes instrumentos sobre desarmamento.⁴¹⁹

Será que a UE atingiu todos os objectivos identificados para essas missões e operações? Examinando a evolução da política europeia para África, destaca-se que tem realmente havido evolução na perspectiva que, até recentemente, só se via através da óptica do programa ACP⁴²⁰. A partir do tipo de intervenções que sublinhava quase exclusivamente a ajuda para o desenvolvimento dos países signatários da Convenção de Lomé, a UE tem vindo progressivamente a reorientar os seus esforços perante uma nova perspectiva onde os projectos para o desenvolvimento possam ser intrinsecamente ligados a condições de segurança. Hoje em dia a perspectiva UE atingiu um elevado grau de evolução e capacidade de avaliação da ameaça no que diz respeito a terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, conflitos regionais, estados em situações de fragilidade e crime organizado, como as questões chave que poderão prejudicar a paz e a segurança europeias, mais uma vez identificando África como uma das mais relevantes regiões do globo para os esforços europeus com vista a melhorar a segurança da UE e a melhorar as condições mundiais, através da evolução da PESD.⁴²¹ A operação EUFOR de apoio à missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo – MONUC⁴²² durante o processo das eleições presidenciais em 2006, foi claramente um exemplo de uma operação bem sucedida. Poderá argumentar-se que a operação era limitada no tempo e no espaço, essencialmente condicionada pela sua data limite e não pelos objectivos conquistados, mas é indiscutível a impressão positiva que deixou. As mesmas condições se aplicam à operação EUFOR no Chade e na RCA, desta vez uma operação “bridging” para criar o ambiente de segurança que aliviasse as dificuldades dos refugiados e deslocados internos dentro dos campos no Chade, até que uma operação de apoio à paz da ONU fosse lançada no teatro.

⁴¹⁹ COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007f. *EU-Africa Common Strategy and First Action Plan (2008-2010)*, doc. 14799/07. Brussels : Council General Secretariat.

⁴²⁰ FERREIRA-PEREIRA, op. cit., p. 147.

⁴²¹ *Idem, ibidem.*

⁴²² *Mission de l'ONU à la République Démocratique du Congo.*

3.4.5. Relação das missões PESD com outros actores

Um dos factores contribuindo para o sucesso das operações e missões PESD é a participação e cooperação efectivas de outros actores. Nestes podem incluir-se países terceiros providenciando às missões UE capacidades militares, nações-hospedeiras acolhendo actividades PESD no seu território e providenciando assistência se necessário, organizações não governamentais (ONG) operando na mesma região que as missões europeias, organizações internacionais que dão enquadramento legal e político em apoio às missões, e outros actores UE na área de operações.

No que diz respeito ao poder militar a UE tem sido relativamente frágil em transporte aéreo estratégico e também tático, como acima já referido. São também escassos outros meios, que poderiam reforçar a capacidade militar de uma operação PESD, como as aeronaves não tripuladas (UAV), para recolha de informações no teatro. Algumas vezes, são mesmo solicitadas tropas a países terceiros. Ou seja, a UE recorre à disponibilidade de outros países, para providenciarem meios militares e soldados. No que diz respeito à operação EUFOR Tchad/RCA, tanto a Rússia como a Ucrânia, a Croácia e a Albânia expressaram desde o início a sua vontade de participar e, após um período de consultas e discussões políticas, na realidade deslocaram meios para reforço dessa força.

Outro aspecto relevante é a colaboração de países hospedeiros no apoio às operações fornecendo instalações e tropa. Foi o caso da EUFOR Tchad/RCA, tendo sido assinados diversos acordos com governos africanos relativamente ao trânsito, apoio e estatuto especial das forças UE. O acordo entre a UE e a RCA sobre o estatuto das forças dirigidas pela UE no território centro-africano foi assinado em 16 de Abril de 2008, em Bangui. Esse acordo tinha em linha de conta a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) n.º 1778 de 25 de Setembro de 2007. Um acordo semelhante tinha previamente sido assinado entre a UE e o Chade em N'Djamena em 6 de Março de

2007. Foi também assinado em Yaundé um acordo para facilitar o movimento de forças UE através dos territórios dos Camarões.

Para além de tudo isso, outros tipos de colaboração, mais envolvente, poderão ser necessários, como a disponibilização pelo governo chadiano de forças de polícia, que foram treinadas pela EUFOR para integrarem, dentro da missão MINURCAT⁴²³, a rede de segurança dos campos de refugiados e deslocados internos. Um aspecto final relacionado com o apoio de terceiros mantém-se essencial para o sucesso das operações PESD: é a vontade do país hospedeiro de aceitar a missão ou operação PESD. Em pleno respeito pela apropriação Africana, a UE tem sido diligente em garantir que um convite formal e adequado é formulado antes da missão ou operação ser lançada. Foi o caso da EUSEC RD Congo: com o seu mandato a chegar ao fim a 1 de Julho de 2008, a prorrogação só pôde ser garantida após uma carta de convite enviada pelo Presidente Kabila.

Outros actores relevantes no cenário terão de ser considerados durante operações PESD. Os mais relevantes, devido às suas missões, são as organizações não-governamentais (ONG). Deverá ser dedicada uma atenção especial ao seu trabalho pelos actores responsáveis pela operação, de forma a evitar que a sua actividade seja posta em perigo. Algumas vezes, mesmo a presença de forças armadas perto de trabalhadores das ONG podem pôr a sua vida em perigo, devido a mal-entendidos de grupos armadas hostis. Este aspecto merece portanto alguma atenção durante o planeamento de operações PESD. Desnecessário será dizer que o estabelecimento de uma rede de segurança na sua área de intervenção aumentará a sua capacidade para providenciar a assistência requerida.

Finalmente, o papel das organizações internacionais, tal como a ONU e, neste caso, a UA, é de uma importância incontornável, desempenhando um papel central no terreno. Sem dúvida que a UA é, no cenário africano, o mais importante actor, ao lado da ONU (e às vezes mais importante), e todas as actividades PESD em solo africano deverão ter na

⁴²³ A 25 de Setembro de 2007, o Conselho de Segurança, pela sua resolução 1778, aprovava o estabelecimento no Chade e na RCA, em coordenação com a UE, de uma presença multinacional com a finalidade de ajudar a criar as condições de segurança para um regresso Aos seus locais de origem dos refugiados e deslocados. O Conselho também decidiu que a presença multinacional deveria incluir uma missão das Nações Unidas no Chade e RCA MINURCAT. O mandato incluía segurança e protecção de civis, direitos humanos e estado de direito (Cf. <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minurcat/>).

devida conta a apropriação africana⁴²⁴. Ao dar a devida importância a este princípio, a UE tem vindo a reforçar os seus mecanismos de representação junto da UA, sendo o mais sonoro exemplo o estabelecimento de um escritório do Representante Especial da UE em Adis Abeba.

Para além de todos os actores acima referidos, as missões PESD deverão também ter em linha de conta a presença de outras entidades UE no teatro de operações. Neste contexto merece atenção especial o Representante Especial da UE (REUE), uma entidade que representa o Secretário-geral e Alto Representante Javier Solana na maior parte das áreas problemáticas da região Subsaariana. Outra presença importante é constituída pelas missões do primeiro pilar (conduzidas pela Comissão Europeia), projectadas principalmente para a implementação de programas de ajuda ao desenvolvimento. A coordenação destes actores UE é uma tarefa essencial mas difícil que a UE persegue no âmbito do desenvolvimento das suas estruturas.

3.4.6. Como é planeado o nexa entre segurança e desenvolvimento ao nível UE?

Será que a Estratégia UE-África contém os elementos para reforçar o nexa entre Segurança e Desenvolvimento? No caso de uma resposta positiva como é que as missões PESD podem reforçar esta ligação e beneficiarem da sinergia daí resultante? A Parceria Estratégica aprovada em Lisboa entre África e a UE estabeleceu uma nova forma de cooperação militar entre dois importantes actores estratégicos, criando grandes expectativas sobre as sinergias que poderão daí resultar, e portanto reforçando a capacidade dos dois blocos parceiros para fazerem face a desafios comuns como o tráfico de droga, as redes de migração ilegal e a difusão do terrorismo. Ambos os actores

⁴²⁴ A “apropriação africana” tem sido um princípio orientador crucial na relação entre África e a UE, mas o conceito também tem sido utilizado pela ONU e pela Comunidade Internacional em geral, no que diz respeito às relações nos quadros de desenvolvimento e de segurança. Estipula que qualquer projecto para África deverá obedecer a orientações africanas e deverá ser conduzido com liderança africana, sempre que possível. Para análise de um exemplo, cf. <http://www.eusa.org.za/en/Political/NEPAD.htm>.

demonstraram em Lisboa a sua vontade de se prepararem para fazer face a novas ameaças nível de esforço é semelhante dos dois lados. Cada um depende dos recursos e da vontade do outro para a criação de uma alargado espaço de paz e prosperidade.

Actualmente a UE conduz um estudo, sob o seu Instrumento de Estabilidade, em países (ou regiões) com diferentes níveis de desenvolvimento e diferentes graus de insegurança ou de conflito violento. Os casos identificados foram Aceh na Indonésia, Colômbia, República Centro-africana, Chade e África do Sul. Um plano de acção implementará as orientações estabelecidas no Conselho de 2007. Este estudo visa identificar em que medida as actividades de cooperação para o desenvolvimento promovem a prevenção de conflitos, a construção da paz e segurança em países com fragilidades ou em transição, tal como referido pela Comissão Europeia, na carta enviada pelo Director da Direcção da Plataforma de Crise e Coordenação de Políticas na PESC, Richard Wright, aos Estados-membros convidando para a reunião de peritos em segurança e desenvolvimento, em Bruxelas⁴²⁵. Nessa medida as actividades de segurança e de gestão de crises integrando uma perspectiva de desenvolvimento e tomando em conta o mandato distinto e o papel das organizações de ajuda humanitária constitui outro objective deste estudo. Finalmente este determinará em que extensão estão a emergir novas práticas, assim como as fragilidades em sequenciar e coordenar as actividades nas áreas onde se jogam tanto as políticas como os instrumentos de segurança e desenvolvimento⁴²⁶.

A II Cimeira África-UE, que decorreu em Lisboa a 8 e 9 de Dezembro de 2007, relançou as relações entre a UE e a UA, e estabeleceu uma estratégia comum que se supõe que poderá levar a relação a um nível mais elevado, reforçando as capacidades africanas, por um lado, e dando à UE um flanco Sul mais seguro. A Estratégia reforça a parceria política e intensifica a cooperação a todos os níveis. Os subscritores comprometeram-se a desenvolver os esforços necessários para diminuir o fosso entre as duas regiões no que diz respeito a desenvolvimento, reforçando a cooperação económica e promovendo um

⁴²⁵ WRIGHT, Richard. 2008. *Director, Directorate Crisis Platform and Policy Coordination in CFSP, European Commission, carta enviada a 18 de Março de 2008 aos Estados membros da UE convidando para a reunião de peritos em segurança e desenvolvimento, em Bruxelas*. RELEX A/2/IB D (2008) 504381, Bruxelas : Comissão Europeia.

⁴²⁶ *Idem*.

desenvolvimento sustentável, de forma a alcançar uma área comum de paz, segurança, prosperidade, solidariedade e dignidade⁴²⁷. Mas este compromisso acaba por não ter uma forte correspondência no terreno, por enquanto. Nem África alcançou já o necessário nível de capacidade militar para a habilitar a lidar com qualquer tipo de crise que emerja em África.

A Estratégia contém todos os elementos que poderão alimentar onexo entre segurança e desenvolvimento. Mas África necessita de acelerar para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para isso as estratégias específicas com a UE são os instrumentos mais adequados. É o que se pode observar no Plano de Acção da Estratégia, que estabelece uma parceria e acções prioritárias, acordadas entre as duas organizações.⁴²⁸ As parcerias específicas são baseadas em acções prioritárias concretas que reforçam a ligação entre a PDS e os programas de desenvolvimento. Isto torna-se mais claro no que diz respeito às acções relativas à Parceria para a Paz e Segurança e à dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas outras contêm também aspectos que ajudam a reforçar o vínculo entre acções PDS e programas de desenvolvimento.

A parceria específica UE-África sobre Paz e Segurança será materializada pelo reforço do diálogo sobre os desafios à paz e segurança, a operacionalização plena da APSA e o planeamento do financiamento para as operações de paz dirigidas pela UA. Esta parceria é já um resultado do sucesso da cooperação em assuntos militares entre UE e África. Orienta as duas organizações para posições comuns e abordagens comuns dos desafios à paz e segurança em África, na Europa e globalmente. Constitui um apoio à capacidade da APSA para lidar com os desafios naquelas áreas em África e capacitará financeiramente a UA e os mecanismos regionais para o planeamento e condução de Operações de Apoio à Paz.

⁴²⁷ *Idem.*

⁴²⁸ As parcerias são identificadas com as seguintes áreas: (i) Paz e Segurança; (ii) Governação Democrática e Direitos Humanos; (iii) Comércio e Integração Regional; (iv) Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; (v) Energia; (vi) Alterações Climáticas; (vii) Migração, Mobilidade e Emprego; (viii) Ciência, Sociedade de Informação e Espaço (Council General Secretariat, *Joint Africa-EU Strategy and its First Action Plan (2008-2010)*, Brussels, 2007).

3.4.7. O futuro da PESD em África

O Sistema Internacional encontra nos actuais problemas globais, como o terrorismo, o tráfico de droga, as migrações em massa e o tráfico de seres humanos em geral e o de órgãos e o tráfico de armamento, os principais factores de desequilíbrio. A criação de uma maior interdependência entre todos os actores do SI e o aumento das vias pelas quais materializará essa relação irá naturalmente provocar um reforço da estabilidade do sistema. Entretanto assiste-se ao estabelecimento de novas configurações, e em que parece vislumbrar-se que o unipolarismo começará a deixar de ter lugar. Novas formas, como o “apolarismo” e o “multipolarismo” começam a ser identificadas e cada vez mais utilizadas. Como se apresentarão os debates do futuro? Algumas perspectivas podem dar já alguma visão desse futuro.

As ameaças que se apresentam a Sul da Europa deverão ser combatidas na sua origem. E na origem, especialmente na África a Sul do Grande Deserto, o mais grave problema é aquele que é devido à forte interdependência entre Segurança e Desenvolvimento. Ou seja, quaisquer projectos de ajuda europeia a África estarão condenados ao fracasso, ou ao difícil cumprimento dos seus objectivos, se a segurança e o desenvolvimento não andarem a par, se os respectivos projectos não forem sincronizados e se for negligenciada a sinergia que se obterá da fusão dos esforços de ambos os lados do binómio. A vontade da União Africana, e de África como um todo, de levantar capacidades de segurança e defesa vai ao encontro desta premissa e contribuirá, sem dúvida, para a criação de condições de incremento do bem-estar e segurança nos dois lados do Mediterrâneo.

3.4.8. Implementar segurança para viabilizar desenvolvimento

Nos países em crise a estratégia seguida pela ONU para criar condições básicas de segurança tem sido materializada, através do posicionamento de forças de manutenção de

paz, acompanhadas de agências de ajuda humanitária e outras, esperando-se que a iniciativa privada desses países dê continuidade às acções empreendidas, com as ajudas financeiras externas. Ora, casos do passado demonstraram que não pode haver desenvolvimento sem segurança⁴²⁹ e que, por outro lado, não haverá segurança (de uma forma permanente e garantida do interior desses estados ou territórios) sem desenvolvimento. Terá sim que haver uma fusão das iniciativas destes dois campos. Esta ideia é apresentada por Mark Duffield, o qual se inscreve na teorização da “global liberal governance”⁴³⁰. A fusão do desenvolvimento e da segurança deu à "governança liberal global" uma lógica política expansiva e inclusiva. Expansiva pois os novos sistemas de governança global tentam fazer frente a cada vez maior número de conflitos derivados daquilo que apelida de situação “neo-medieval”: soberanias que se sobrepõem e que são fragmentárias confrontam-se com uma autoridade central cada vez mais enfraquecida, inclusive na medida em que a lógica da governança global vai incorporando e subordinando todos os sistemas de governança, relativizando cada vez mais o conceito de soberania.

O ressurgimento do perigo que o subdesenvolvimento pode constituir para a segurança acrescentou urgência e justificação à nova agenda do desenvolvimento. Daí ter emergido uma nova ideia de segurança na qual a estabilidade é agora encarada como impossível de se alcançar sem desenvolvimento, enquanto o desenvolvimento não é sustentável sem estabilidade. Nesse sentido, na reunião do Conselho da União Europeia que decorreu durante a Presidência Portuguesa, em 19 e 20 de Novembro de 2007, a União dedicou especial atenção às questões de Segurança e Defesa e ao Desenvolvimento, colocando as matérias sobre África em destaque, em toda a agenda da reunião⁴³¹. As conclusões desse Conselho dedicadas ao binómio Segurança e Desenvolvimento reflectem

⁴²⁹ O Instituto de Estudos de Segurança da UE, em Paris, tem produzido muita matéria sobre o binómio Segurança e Desenvolvimento em África, Cf. Goerens, Charles, *Sécurité et développement de l'Afrique: une nouvelle approche pour l'UE*, Cahier de Chaillot n.º. 99, EUISS, Paris, Abril de 2007.

⁴³⁰ Para melhor compreender o conceito de governança mundial liberal, ver DUFFIELD, Mark. 2007. *Global Governance and the New Wars*. London; New York : Zed Books.

⁴³¹ COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007h. No. 15240/07 (Press 262), “Press release, 2831st Council Meeting”, Brussels: Council General Secretariat [em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/gena/97190.pdf>.

a preocupação da Presidência Portuguesa da UE com essas matérias, nomeadamente como alcançar coerência entre a segurança e o desenvolvimento, tanto na política a adoptar como em medidas concretas.

Enquanto actor global, a UE possui uma panóplia de instrumentos aplicáveis no desenvolvimento a longo prazo e na erradicação da pobreza⁴³², na prevenção e gestão de conflitos violentos⁴³³ e na construção da paz em países em desenvolvimento⁴³⁴. Na reunião do Conselho acima referida a UE comprometeu-se a fazer esforços para melhorar a coerência, eficiência e visibilidade das suas políticas externas e a construir as sinergias entre eles. Foi ainda reconhecido o papel da ONU no reforço das ligações entre segurança, desenvolvimento e direitos humanos, não descurando o papel de outros actores nestas áreas e a necessidade de coerência entre as actividades da UE e as dessas organizações.

Aumentar a coerência entre segurança e desenvolvimento, tanto ao nível político como operacional, é um processo que requer melhoramentos a curto prazo e acção a longo prazo. Para isso, foram identificadas acções pragmáticas iniciais para uma coerência aumentada em algumas das áreas que difundem o nexos segurança-desenvolvimento: planeamento estratégico, Reforma do Sector de Segurança (RSS), parcerias com organizações regionais e sub-regionais, e segurança e ajuda humanitárias. Dentro destas áreas o Conselho deu especial realce à RSS⁴³⁵. As actividades em curso demonstraram a necessidade de uma coordenação global entre os planeamentos e acções de curto e longo prazos. As missões de curto prazo que são lançadas em regiões ou países onde se encontram já em curso outras actividades da UE, de longo prazo, necessitam de um mecanismo coordenador que permita o aproveitamento mútuo das sinergias criadas com a

⁴³² A Comissão tem programas de ajuda ao desenvolvimento, de apoio à reforma dos sectores de justiça e outros.

⁴³³ As operações militares e civis da PESD destinam-se a cumprir missões definidas como de “Petersberg”, fora do quadro da Defesa Comum. São complementares dos sistemas de defesa da Europa que a NATO proporciona.

⁴³⁴ Nos países em desenvolvimento a UE participa com missões destinadas especialmente à consolidação da paz, nomeadamente de polícia, reforço do estado de direito e reforma do sistema de Justiça.

⁴³⁵ COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2006a. *EU Policy Framework for Security Sector Reform*, Doc. N° 9967/06, Brussels: Council General Secretariat [em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/06/st09/st09967.en06.pdf>>.

dupla presença. Baseado no Quadro Político da UE para a RSS⁴³⁶, o Conselho fez apelo aos Estados-membros, à Comissão e ao Secretariado-geral do Conselho (SGC) para prosseguirem os esforços de melhoramento da partilha de informação. Também chamaram a atenção para o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), muito ligado ao da RSS. Durante o ano de 2008 decorreu o trabalho de análise, focado nos países onde decorriam acções, nomeadamente de RSS. Foi o caso da República da Guiné-Bissau, e de outras missões no âmbito da PESD, com o objectivo de se identificarem melhores vias para melhoramento da sequência e coordenação das actividades UE.

Finalmente, nas suas conclusões, o Conselho afirmou que o trabalho futuro em segurança e desenvolvimento deveria incluir uma abordagem mais detalhada em várias vertentes, devendo ser prestada especial atenção às operações de apoio à paz lideradas por África, sem prejuízo de iniciativas noutras regiões. Esta indicação do Conselho demonstra a preocupação em abranger todas as perspectivas do binómio segurança-desenvolvimento, envolvendo não apenas a UE, mas contando também com os esforços africanos.

Analiseemos com um pouco mais de detalhe os processos que ligam a segurança ao desenvolvimento, nomeadamente a evolução recente da componente militar com vista à potenciação do binómio segurança-desenvolvimento.

3.4.9. A RSS como processo potenciador do de desenvolvimento⁴³⁷

Os estados em situação de fragilidade constituem uma das graves ameaças à segurança, na perspectiva mundial. Têm sido praticadas diversas soluções, tanto ao nível das grandes organizações, como através de esforços regionais. A União Europeia (UE), desde que adoptou a sua Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), tem vindo a

⁴³⁶ O documento “A Concept for European Community Support for Security Sector Reform”, aprovado no Conselho da UE de 12 de Junho de 2006, complementa o conceito de apoio da PESD à RSS, adoptado em 2005. Estes dois conceitos dão forma ao quadro político para empenhamento da UE na RSS. Cf. COUNCIL GENERAL SECRETARIAT, 2006b.

⁴³⁷ Esta parte é parcialmente baseada num artigo do autor - *Reforma do Sector de Segurança – Um perfil militar pós-moderno*, publicado em 2009, no *Jornal Defesa e Relações Internacionais* (revista on-line <http://www.jornaldefesa.com.pt>), 31 de Março de 2009.

desenvolver e a aplicar o conceito de Reforma do Sector de Segurança (RSS)⁴³⁸, com o objectivo de ajudar a levantar, nos Estados-alvo, as estruturas necessárias à criação de um ambiente de Segurança propício ao desenvolvimento e bem-estar dos povos. Será a RSS, tal como vista pela UE, a solução ideal? O Conselho da UE de Novembro de 2007 pôs a tónica nonexo entre Segurança e Desenvolvimento e convidou os Estados-membros, a Comissão Europeia e o SGC a debruçarem-se sobre acções pragmáticas para reforçar este nexoo, entre as quais ressalta a RSS. Esta iniciativa parece confirmar que a RSS é realmente uma solução válida. Um olhar atento para os esforços europeus nos países onde a UE tem posto em prática este conceito de RSS poderá iluminar aquela questão.

Um dos casos de aplicação deste conceito, na República Democrática do Congo (RDC), é peculiar pois sendo este país o primeiro “laboratório” da RSS europeia em África é também um daqueles onde se concentra hoje em dia em África maior esforço, tanto europeu como da Comunidade Internacional, para ajudar à criação das tais estruturas de segurança básicas que deverão ser o suporte necessário ao arranque consolidado de projectos de desenvolvimento e à criação de condições de bem-estar das populações.

Adicionalmente, um olhar atento para este exemplo poderá fornecer pistas que levarão à identificação das adaptações e qualificações que as forças armadas e de segurança dos Estados-membros da UE deverão dispor para que possam cumprir, com alto grau de eficácia, as tarefas esperadas de uma missão de RSS, adquirindo assim aquilo que poderia ser designado um perfil militar pós-moderno, como enunciado por David Spence⁴³⁹ e Phillipp Fluri⁴⁴⁰, em *The European Union and Security Sector Reform*.⁴⁴¹ Conforme

⁴³⁸ A Reforma do Sector de Segurança é um conceito que tem sido desenvolvido essencialmente no seio das Nações Unidas e que a UE adoptou, entretanto. Para uma análise de caso da relação entre missões da ONU e aplicação desse conceito, ver Heiner Hänggi e Vincenza Scherrer (Eds.). 2008. *Security Sector Reform and UN Integrated Missions*. Wien: LIT VERLAG GmbH & Co. KG; Berlin: LIT VERLAG Dr. W. Hopf.

⁴³⁹ David Spence é conselheiro político na delegação da Comissão Europeia em Genebra. Antes trabalhou na Comissão em questões ligadas a terrorismo e à PESH. Foi editor de *European Commission* (2006, John Harper publishing), *European Union and Terrorism* (2007, John Harper publishing) e co-editor, com Brian Hocking, de *Foreign Ministries in the EU: Integrating Diplomats* (2005, Palgrave).

⁴⁴⁰ Phillipp Fluri é vice-director do Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas (Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces -DCAF) e Director executivo do DCAF de Bruxelas. Foi professor visitante da Universidade de Pecs, na Hungria, e é professor honorário da Universidade de Pedagogia Taras Shevchenko, na Ucrânia.

⁴⁴¹ O conceito de RSS como “Post-modern military profile” foi introduzido por David Spence e Phillipp Fluri em “The European Union and Security Sector Reform, DCAF, John Harper Publishing, 2008, London.

sublinham os autores, “os Estados europeus que pertencem à UE ou à NATO ou a ambas não concebem as suas próprias defesas actualmente no pressuposto de um ataque militar. Poderemos manter alguns elementos de defesa territorial em reserva, particularmente no Norte da Europa, mas cada vez mais concebemos, treinamos e equipamos as nossas melhores forças para tomarem parte em intervenções militares multilaterais longe de casa”.⁴⁴²

Esclarecer devidamente o que é necessário para operar um programa europeu de RSS de forma coerente e profissional poderá ser uma forma de ajudar a clarificar as mentes sobre muitas das questões genéricas ainda por resolver no contexto da PESD, como aqueles autores notaram⁴⁴³.

Qual é o problema actual da existência de Estados frágeis? Tal não constituía preocupação em épocas anteriores, nem sequer durante a Guerra-fria. No entanto, vivemos actualmente num ambiente de segurança completamente diferente. Antes da Guerra-fria as teorias de *realpolitik* demonstravam-nos que os estados falhados só permaneciam nessa situação por pouco tempo. O tempo dos impérios não consagrava muita atenção a um território e a um povo que eram absorvidos logo que se verificava a derrota militar, ou seja, logo que ficasse incapacitado de defender o seu território. Pouco mudou com a bipolaridade: os estados mais débeis recebiam os favores de uma das potências, e às vezes mesmo das duas em simultâneo, o que podia levar à sua cisão (Alemanha, Vietname, Coreia, etc.). Actualmente, enquanto o direito internacional vai consagrando, por um lado, o dever de intervenção da CI para proteger povos indefesos, por outro lado impede a anterior prática da ocupação militar dos territórios sem defesa.

Mas estas mudanças na estrutura mundial revelam outros elementos. Hoje em dia existe uma teia de interacções que relaciona todos os actores internacionais, desde as grandes organizações internacionais, passando pelas maiores potências e pelos grandes

⁴⁴² SPENCE, David, FLURI, Phillipp, *op. cit.*, p. xxi. Tradução livre do autor. No original: “European states that belong to the Eu or NATO or both do not design their own defences today on the assumption of a military attack. We may keep some elements of territorial defence as it were in reserve, particularly in Northern Europe, but we more and more design, train and equip the cream of our forces to take part in multilateral military interventions far away from the homeland.”

⁴⁴³ *Idem*, p. xxi.

“trusts” e atingindo os estados em situação de fragilidade. Os males que afectam estes estados são perniciosos para os diversos actores. É o que nos dizem Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, os teorizadores da Interdependência Complexa, tema já desenvolvido atrás, no capítulo 2 deste texto, sublinhando que a globalização, esse movimento de complexidade crescente, vai albergando tudo no seu seio, atingindo tanto a dimensão económica, como a militar, a sociedade e o ambiente. Daí a necessidade de intervenção da Comunidade Internacional, cada vez mais premente nos estados mais frágeis, conforme a rede de interdependência complexa se reforça e promove cada vez mais ligações. Mas a reconstrução das estruturas de segurança não garante, por si só, o fortalecimento do Estado que se encontra exangue e desarticulado. Será necessário recriar todo um ambiente propício ao desenvolvimento. Este deverá ser sustentado⁴⁴⁴, tal como a UE vem promovendo, e, como explicitado nas conclusões do Conselho da UE de Novembro de 2007, a União, como um importante actor global, tem a capacidade para disponibilizar um vasto leque de instrumentos que contribuam tanto para o desenvolvimento de longo prazo e para a erradicação da pobreza, como para evitar e gerir conflitos violentos e para construir a paz em países em desenvolvimento⁴⁴⁵.

Os Estados falhados⁴⁴⁶, ou seja, aqueles que já não são capazes de garantir a segurança dentro das suas fronteiras e portanto não conseguem reunir as condições para o desenvolvimento (ou estados em situação de fragilidade, como ultimamente se tem vindo a designar), constituem uma das maiores ameaças à segurança. Como tem sido tentado

⁴⁴⁴ O desenvolvimento sustentado é um conceito a que a UE tem vindo a dedicar muita atenção. Esta possui um mecanismo caracterizado por uma rede de excelência denominada "Sustainable Development in a Diverse World", que integra capacidades multidisciplinares e interpreta a diversidade cultural como elemento-chave de uma nova estratégia para desenvolvimento sustentado. Cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Sustainable_development, página da internet visitada em 17 de Abril de 2008. Para uma análise do desenvolvimento sustentado, cf. CARLEY, Michael and CHRISTIE, Ian, "Managing Sustainable Development" (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993) e Dovers, Stephen R. and Handmer, John W., "Contradictions in Sustainability," *Environmental Conservation*, Vol. 20., No. 3, Autumn 1993, pp. 217 - 222.

⁴⁴⁵ COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007e. *Security and Development – Conclusions of the Council and the Representatives of the Governments of the member-states meeting within the Council*, doc. 15097/07. Brussels : Council General Secretariat.

⁴⁴⁶ Desde 2005 o *think-tank* norte-americano *Fund for Peace* e a revista *Foreign Policy* têm vindo a publicar um índice anual intitulado *Failed States Index*. A lista providencia apenas os nomes de estados soberanos (que é determinado pela condição de membros das Nações Unidas). Cf. Wikipedia [em linha]. [referência de 17 de Abril de 2008]. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/failed_state#cite_note-FAQ-0>.

resolver o problema, antes do aparecimento do conceito de RSS por iniciativa da OCDE e da ONU? Quais os esforços actuais da CI? Qual a perspectiva internacional para o futuro da RSS?

Foi a ONU a primeira instituição internacional a lançar missões para repor a paz, manter a paz ou forçar a paz (estas últimas sem grandes resultados práticos). As missões de algumas dessas forças foram seguidas por actividades de reconstrução do país, muitas vezes sob a égide das Nações Unidas, tal como se verifica actualmente no Líbano, com a missão UNIFIL. Essas tarefas “pós-missão de paz” não apresentavam, no entanto, características normativas do conceito de RSS. Pois foi há pouco mais de uma década que a ideia de RSS foi introduzida na União Europeia. Mas diversos estados-membros da UE, para além de outras iniciativas da CI, desde há muito que têm estado activos na gestão de áreas de conflito, construção da paz pós-conflito e cooperação para o desenvolvimento em países fragilizados, conforme referem David Law⁴⁴⁷ e Oksana Myshlovska⁴⁴⁸ num seu artigo sobre a perspectiva da UE relativamente à evolução dos conceitos de RSS e de Reforma do Sector de Governança.⁴⁴⁹ De acordo com estes autores, o conceito de RSS aparece nos anos 1990 devido às preocupações de países dadores com a incapacidade de muitos países em desenvolvimento alcançarem o desenvolvimento sustentado, essencialmente devido a conflitos e insegurança⁴⁵⁰. Mais especificamente, foi já há mais de uma década que o Reino Unido lançou de forma pioneira a ideia de RSS, introduzindo-a inicialmente no âmbito da sua estratégia nacional e, posteriormente, propondo o conceito nos fora da UE. A UE liderou nomeadamente o esforço de introduzir elementos de RSS nos países pós-comunistas da Europa de Leste⁴⁵¹, tendo tido adicionalmente um papel

⁴⁴⁷ David Law é membro do DCAF (*Senior fellow*) e coordenador do grupo de trabalho da RSS. Antes tinha desempenhado funções de consultor para projectos de assistência técnica apoiados pela UE e pelo Canadá. Entre 1984 e 1994 foi membro do *International Staff* da NATO, onde desempenhou funções de conselheiro de três secretários-gerais.

⁴⁴⁸ Oksana Myshlovska é investigadora assistente do grupo de trabalho da RSS do DCAF. É especialista em Relações Internacionais.

⁴⁴⁹ LAW, David, MYSHLOVSKA, Oksana. 2008. The Evolution of the Concepts of Security Sector Reform and Security Sector Governance: The EU perspective. In Spence, David, Fluri, Phillipp (Ed.). 2008. *The European Union and Security Sector Reform*, DCAF (Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces), Londres : John Harper Publishing, p. 8.

⁴⁵⁰ LAW, MYSHLOVSKA, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁵¹ *Idem*, p. 10.

principal nos esforços da OSCE, NATO, OCDE e Conselho da Europa para desenvolver normas e boas práticas de governação democrática do sector de segurança. Assim, participou activamente na reconfiguração da arquitectura de segurança pós guerra-fria da Europa pelo apoio ao trabalho da OSCE. A OSCE, nessa altura, desenvolveu um bem elaborado conceito de segurança, que combina as dimensões políticas, militar, económica, ambiental e humanas.⁴⁵² A UE também jogou um papel primordial ao adoptar o código de conduta da OSCE para as relações politico-militares, em 1994. Este código apela ao controlo democrático de todas as forças de segurança, não apenas o vector militar, e estabelece um determinado número de outros princípios basilares que são fundamentais para a governação democrática do sector de segurança.⁴⁵³ O desenvolvimento dos trabalhos da OSCE não tem terminado, pois nos últimos anos tem-se envolvido em lidar com novos desafios, tais como o combate ao terrorismo internacional, aos extremismos violentos, ao crime organizado e tráfico de drogas e na defesa dos direitos humanos. A UE e os seus Estados-membros já tinham sido expostos a diversas actividades de RSS através da sua capacidade de associados de diversas organizações internacionais activas na área de RSS. Mas o empenhamento multilateral efectivo na área da RSS só foi inicialmente referido como um objectivo estratégico da UE na sua Estratégia Europeia de Segurança (ESS), publicada em 2003.

O que se faz internacionalmente, agora? A UE também tem apoiado actividades, de alguma forma relacionadas com a RSS, no contexto da NATO, tais como o desenvolvimento de relações civis-militares democráticas com os países pós-comunistas. Este desenvolvimento traduz-me também no apoio à reestruturação das forças armadas desses países de forma a enquadrarem-se nos padrões estabelecidos tanto pela NATO como pela UE. Por outro lado, os acordos de segurança “Berlin Plus”, entre a NATO e a UE, assinados em 2002 e 2003, à luz das conclusões da Cimeira de Washington de Abril de 1999, incluem três vertentes: acesso da UE às capacidades de planeamento da NATO, opções de utilização do Comando NATO da Europa (SHAPE) e utilização pela UE de meios e capacidades militares NATO. Estas capacidades têm permitido que a UE se

⁴⁵² *Idem, ibidem.*

⁴⁵³ *Idem, ibidem.*

projecte para áreas de interesse onde pode criar as condições de segurança requeridas para o lançamento de projectos de RSS. A UE também tem dado apoio substancial a agências, fundos e programas da ONU e de outras organizações internacionais. As áreas de colaboração entre as duas organizações incluem assuntos relevantes para a RSS tais como direitos humanos, gestão de crises, reconstrução e reabilitação pós-crise, prevenção de crises e boa governação, tudo aspectos que, directa ou indirectamente, vêm sendo devidamente contemplados nas actuais missões PESD.

Para além da UE, outras instituições, como a NATO, a OSCE e a UA⁴⁵⁴, têm levado a cabo missões que pretendem não só garantir a segurança no interior de Estados como criar as condições para o levantamento das suas estruturas de segurança e defesa aniquiladas (o caso do Afeganistão, do Iraque e do Líbano).

Exposto acima todo o panorama actual da operacionalização da RSS é altura de perguntar quais as perspectivas futuras da RSS internacional. Embora a RSS seja encarado como a “prestação de um serviço” de um Estado desenvolvido (ou coligação de Estados, como a UE) a países em vias de desenvolvimento, qualquer um destes poderá ter a iniciativa de se reformar internamente na área da segurança e defesa. Aliás, os Estados que aspiravam a entrar na NATO e na UE tiveram de reformar vários aspectos da sua organização interna, em que os sistemas de segurança e defesa apresentavam os maiores desafios. As profundas mudanças permitiram não só a adesão à NATO, com as suas forças já normalizadas e com critérios de operacionalidade daquela Aliança, mas também à UE, onde a pedra de toque, neste campo, era o controlo democrático das forças armadas, como um dos principais requisitos. Este constitui ainda um dos grandes desafios para os países em vias de adesão, como a Antiga República Jugoslava da Macedónia, a Croácia e a Turquia. Neste último país, como exemplo, conforme testemunhado por um professor da

⁴⁵⁴ A UA dirigiu uma missão (AMIS) no Darfur, província Ocidental do Sudão, até ao fim do ano de 2007, altura em que os seus meios e capacidades foram transferidos para uma nova missão híbrida, da ONU e da UA, denominada UNAMID (Missão das Nações Unidas e da União Africana no Darfur). Esta ainda não conseguiu atingir a sua capacidade operacional plena. Outra missão da UA foi lançada posteriormente na Somália, denominada AMISOM, que tem tido vários problemas, essencialmente devido à escassez de recursos disponibilizados pelos Estados-membros da UA.

Universidade de Bilkent, em Ankara, na Turquia, Ümit Cizre⁴⁵⁵, há uma necessidade urgente de implementação de um processo substantivo de RSS, envolvendo o estabelecimento da supervisão democrática de todas as instituições governamentais de segurança e dos processos democráticos de tomada de decisão sobre as suas funções, sobre a sua política geral de emprego, as estratégias e os orçamentos. Ou seja, é necessário “passar do clássico mas deficiente conceito de relações ‘civis-militares’ para a governação democrática dos assuntos civis-militares”, afirma aquele autor.⁴⁵⁶ Conforme tudo faz pensar, a RSS continuará a crescer em importância e a impor gradualmente padrões racionais de eficácia, uma postura normativa de controlo das forças armadas pelas estruturas democráticas nacionais e, finalmente, propondo uma diferente natureza de actuação, visando a defesa de grandes valores da humanidade, seja onde for, e já não apenas para defender o território nacional.

Como vimos, com a instituição da PESD, o conceito de RSS acabou por ser adoptado pela UE, que lhe deu corpo e o transformou com vista a ser o sustentáculo enquadrante de muitas das intervenções, tanto no formato “missões”, como no de “operações”. Assim, tanto as “missões de Petersberg”, recorrendo ou não a meios e capacidades da NATO⁴⁵⁷, como as missões e operações PESD de outras naturezas, constituem intervenções da UE onde cada vez mais se procura enquadrar tarefas relacionadas com a protecção dos direitos humanos, o reforço do estado de direito e a reconstrução⁴⁵⁸ de países destruídos por conflitos internos ou externos ou catástrofes naturais. Tais tarefas incluem-se naturalmente nos projectos de RSS que a UE planeia ou que está actualmente a conduzir. É por isso que a UE tem cada vez mais vindo a dedicar os seus esforços a missões de natureza civil (embora possam encontrar-se reforçadas com peritos militares) dedicadas à RSS, constituindo apoio à reconstrução/levantamento de

⁴⁵⁵ Ümit Cizre é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Bilkent, em Ankara, na Turquia.

⁴⁵⁶ CIZRE, Ümit (Ed.). 2007. *Democratic Oversight and Reform of the Security Sector in Turkey*. Wien, Zürich : DCAF, Lit Verlag GmbH & Co. KG, p. 3.

⁴⁵⁷ Um exemplo da cooperação entre a NATO e a UE, no âmbito das “missões de “Petersberg” é a operação EUFOR ALTHEA, na Bósnia-Herzegovina.

⁴⁵⁸ A reconstrução é um campo de especialização da Comissão Europeia. A assistência comunitária a este género de intervenção pressupõe, no entanto, que estejam criadas as condições iniciais de segurança que permitirão o lançamento deste género de projectos, o que só se consegue, amiúde, após intervenções tipo missões PESD.

estruturas judiciais (tribunais, juízes, ministério público e polícia criminal), de reestruturação de forças de Segurança (de polícia, guarda fronteiriça e prisional, etc.) e de forças de Defesa. Isto para além de todos os projectos levados a cabo pela Comissão Europeia na área do Desenvolvimento. Algumas destas iniciativas decorrem de operações PESD (ou de missões de forças de paz da ONU), após ter sido consolidado e preparado o teatro (área de operações e cenário político) e ter sido considerado em condições para a intervenção das diversas instituições na reconstrução nacional.⁴⁵⁹

A RSS deverá ser encarada como uma acção pragmática inicial contribuinte para o aumento da coerência entre segurança e desenvolvimento. Veja-se como. Já foi explicado como os vários componentes da Comunidade Internacional têm vindo a focar as suas energias com vista a reforçar os elementos mais frágeis da “malha global”. Muitos dos esforços não tem tido resultados palpáveis. Será a RSS, tal como definida pela UE, a solução para o problema de segurança que os estados em situação de fragilidade constituem? Em 1998, o Governo do Reino Unido foi o primeiro a articular a noção de uma conexão integral entre Segurança e Desenvolvimento⁴⁶⁰, tendo identificado a necessidade de um sector de segurança eficaz como condição inicial para a implementação de projectos de recuperação de estados frágeis. Segundo esses autores, a estratégia britânica da RSS acabou por se desenvolver em três vertentes, ou áreas de acção: (i) desenvolvimento e análise doutrinal, (ii) assistência técnica, (iii) construção de capacidades.

No seio da UE têm sido feitos muitos esforços para melhorar o diálogo entre as comunidades de segurança e de desenvolvimento, nomeadamente no contexto da Gestão Civil de Crise e da acção nesta matéria do CIVCOM, um comité criado pelo Conselho da União Europeia em Maio de 2000, sob presidência portuguesa da UE, com competências nesta área. As tarefas do CIVCOM têm sido relacionadas fundamentalmente com o

⁴⁵⁹ A UE conduzia em inícios de 2009 12 missões e operações PESD, das quais só duas se caracterizavam como operações militares, a EUFOR ALTHEA, na Bósnia-Herzegovina, e a EUFOR Tchad/RCA, no Leste do Chade e NE da RCA. As outras eram legalmente civis, embora podendo utilizar recursos militares. Cf. Página Internet, visitada em 12 de Novembro de 2009, http://www.consilium.europe.eu/cms3_applications/applications/solana/index.asp?lang=PT&cmsid=246.

⁴⁶⁰ LAW, MYSHLOVSKA, *op. cit.*, p. 9.

desenvolvimento e reforço das capacidades civis na preparação de missões civis de gestão de crises, as quais têm uma tripla característica “*monitoring, mentoring e advising*”⁴⁶¹. Estas missões não incluem as funções de substituição ou executivas, ou sejam, não desempenham as tarefas normalmente atribuídas às instituições locais. Também quase sempre não abarcam aquelas três componentes. A gestão civil de crises no âmbito da PESC assume assim um papel determinante no estabelecimento da ponte entre segurança e desenvolvimento.

Apesar da existência e eficácia desse instrumento civil de gestão de crises, em Novembro de 2007 o Conselho Europeu convidou os Estados-membros da UE, a Comissão Europeia e o Secretariado-geral do Conselho a levarem a cabo uma série de acções programáticas, com vista a reforçar onexo entre Segurança e Desenvolvimento. Essas acções foram divididas por várias áreas, Planeamento Estratégico, Reforma do Sector de Segurança, Parcerias com Organizações Regionais e Sub-regionais⁴⁶². Por merecer destaque no âmbito deste trabalho os aspectos relativos à RSS, dedicaremos esta parte a analisar esses pontos. Segundo o texto das suas conclusões, o Conselho notava que as actividades de RSS em curso tinham provado a necessidade de todos os sectores das estruturas da UE coordenarem entre si tanto o planeamento dessas actividades como as acções futuras. Assim, de forma a reforçar-se o nexo entre a Segurança e o Desenvolvimento na área da RSS, o Conselho apelava para que os Estados-Membros, a Comissão e o SGC continuassem a melhorar a coordenação e a prosseguirem avaliações conjuntas⁴⁶³, através de um conjunto de medidas, ressaltando, entre outras, o reforço dos fluxos de informação sobre a situação política e as actividades de RSS planeadas e em curso; a continuação da coordenação no terreno entre todos os intervenientes; a realização de avaliações e análises conjuntas abrangendo todas as componentes RSS (assegurando

⁴⁶¹ Essas funções correspondem a observar se são cumpridos determinados acordos ou observadas regras (em princípio, de direito internacional), no caso de “*monitoring*”, que está muito ligado às acções pós-cessar-fogo; “*Mentoring*” – preparação das autoridades e partes envolvidas sensibilizando-as para a necessidade de se aceitarem regras universais de conduta; encorajar as partes a agirem e a discutirem as consequências das suas acções e decisões; “*advising*” – função de aconselhamento proporcionada às autoridades e líderes para que decidam da melhor forma e de acordo com as regras estabelecidas.

⁴⁶² COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007e. *Security and Development – Conclusions of the Council and the Representatives of the Governments of the member-states meeting within the Council*, doc. 15097/07. Brussels : Council General Secretariat.

⁴⁶³ *Idem*.

assim um empenhamento atempado e bem coordenado no âmbito da governação democrática); a partilha de experiências sobre mecanismos de financiamento e de projecção rápida de peritos e de apoio flexível; a dinamização do saber especializado da Comissão e do SGC em matéria de RSS (através da formação e destacamento conjuntos de peritos nacionais para missões de avaliação); a continuação dos esforços conjuntos para desenvolver a capacidade RSS nas organizações regionais (visando as organizações regionais e sub-regionais). O Conselho chamava ainda a atenção de que o processo “Desarmamento, Desmobilização e Reintegração” (DDR) se encontra intimamente ligado à RSS e que a UE deverá prosseguir os seus trabalhos com vista a reforçar o apoio ao DDR com base no Conceito Conjunto da UE.”⁴⁶⁴

Os processos de RSS, tal como a UE vem desenvolvendo este conceito, parecem estar no bom caminho para serem um método eficaz conducente à resolução do problema de segurança que os estados em situação de fragilidade constituem. Por outro lado, deverão ser devidamente levadas em conta as lições aprendidas nestas quase duas dezenas de anos, desde que começaram a aflorar as primeiras iniciativas de RSS. Uma das fraquezas do projecto de conceptualização europeia da RSS é a dispersão de esforços, tanto em Bruxelas como nas capitais, e também mesmo no país beneficiário.

Um bom programa de RSS necessita de uma combinação de competências militares, policiais (e a sua interface com a justiça), financeiras, de equipamentos e de ajuda ao desenvolvimento que, actualmente, se dispersam por uma panóplia de diferentes estados-maiores e organizações, em Bruxelas, já para não falar das capitais dos Estados-membros, como frisou Alyson Bailes⁴⁶⁵ na introdução à obra *The European Union and Security Sector Reform*⁴⁶⁶. Os estudos que actualmente decorrem, na Comissão Europeia, no SGC e nas capitais europeias, poderão permitir unir fileiras e concentrar esforços que, eventualmente, levarão a uma estratégia europeia clara, coesa e eficaz para a RSS.

⁴⁶⁴ O conceito de DDR foi aprovado pelo Conselho da UE em 2006 (Secretariado Geral do Conselho, 2006).

⁴⁶⁵ Alyson Bayles foi Directora do Instituto de Pesquisa da Paz Internacional, de Estocolmo, entre 2002 e 2007, após o que se tornou professora da Universidade da Islândia. Escreve principalmente sobre a segurança e defesa europeia e sobre as relações entre os sectores público e privado.

⁴⁶⁶ BAYLES, Alyson. 2008. Introduction: The EU and Security Sector Reform. In SPENCE, David, FLURI, Phillipp (Eds.). 2008. *The European Union and Security Sector Reform*, DCAF (Geneva Centre for Democratic Control of Armed Forces), London : John Harper Publishing, p. xxi.

Para confirmar que a RSS é uma das soluções do problema dos estados em situação de fragilidade, debruçemo-nos sobre um exemplo concreto, na República Democrática do Congo (RDC). A RDC foi o país receptor da primeira missão de RSS da UE, em 2005, logo que esta adoptou a sua Estratégia para África. Essa missão seguiu-se à operação militar PESD *Artemis*, que veio permitir a estabilização mínima do país no aspecto de segurança.

Após uma guerra civil que lhe destruiu toda a já frágil estrutura política e económica, o país encontrava-se extremamente vulnerável, sujeito a todo o tipo de influências externas danosas, como a pilhagem dos seus recursos naturais (diamantes, ouro, madeiras preciosas, etc.). Assim a ONU (através da MONUC) e a UE, por intermédio de uma série de missões e operações PESD (e de assistência da Comissão Europeia), têm vindo a apoiar este país na sua reconstrução. Actualmente a UE tem no terreno duas missões PESD, dedicadas a partes específicas da RSS, nomeadamente a polícia e a sua interface com o sector da justiça e as forças armadas.

Após o sucesso da operação militar *Artemis* foram estabelecidas as condições para o lançamento de missões de aconselhamento visando vários aspectos de RSS. Inicialmente foi estabelecida na capital do país a missão EUPOL Kinshasa (em Fevereiro de 2005) com a tarefa de monitorização e aconselhamento da TPU/UPI⁴⁶⁷ na protecção das instituições e cujo objectivo era apoiar o processo de consolidação da segurança interna da RDC. A formação dessa entidade policial foi financiada através de um projecto comunitário que incluía a assistência técnica e a reabilitação de um centro de formação da Polícia nacional Congoleza. Posteriormente, após terem sido criadas condições para alargar o âmbito de actuação a outras partes do território (e principalmente a Leste) foi criada a missão EUPOL RD Congo, que sucedeu à EUPOL Kinshasa (em Julho de 2007). A acção da EUPOL RD Congo inscreve-se nos esforços de assistência internacional para a criação de condições de segurança para as eleições, mas as suas tarefas têm atingido domínios mais amplos. A missão tem por objectivo específico apoiar e assistir as autoridades congolezas na reforma do sector de segurança no domínio da polícia e da sua interacção com a Justiça. É de

⁴⁶⁷ Unidade Integrada de Polícia, da Polícia Nacional Congoleza.

salientar que não tem nem competência nem vocação para substituir a polícia congoleza nas suas missões e responsabilidades, ou seja, não detém qualquer função de natureza executiva. Esta missão é composta de 39 agentes internacionais, entre os quais, polícias, peritos em questões de justiça penal e um perito com competências nos domínios dos direitos do homem e outro das crianças nos conflitos armados. A missão dispõe de competências adicionais em matéria de igualdade homens/mulheres. O empenhamento da UE no domínio da reforma da polícia na RDC é um projecto que se inscreve a longo prazo. A duração da missão foi inicialmente estabelecida em 12 meses, até 30 de Junho de 2008, de acordo com a acção comum 2007/405/PESC do Conselho⁴⁶⁸. Tendo em consideração os progressos alcançados pela RDC ao fazer avançar significativamente a reforma do sector de segurança e da Polícia nacional Congoleza, já foi entretanto estabelecida a prorrogação do seu mandato por mais um ano.

No decurso de um pedido oficial do governo da RDC, a UE decidiu estabelecer também uma missão de aconselhamento e assistência para a vertente militar da RSS naquele país, que se denominou EUSEC RD Congo⁴⁶⁹. Esta missão, iniciada em 8 de Junho de 2005, alguns meses após a missão EUPOL, providencia aconselhamento às autoridades congolezas responsáveis pela segurança, ao mesmo tempo que assegura a promoção de políticas que sejam compatíveis com os direitos humanos e o direito humanitário internacional, as normas democráticas, os princípios de boa gestão pública, a transparência e a observância do estado de direito. Esta missão passou por algumas dificuldades devido não só à paralisação do processo de reforma das forças armadas da RDC (FARDC), relacionado com a crise militar nos Kivus (províncias do Leste), como também à relutância de diversas chefias militares em perderem o controlo dos seus efectivos e da respectiva cadeia de pagamentos dos salários, mas sobretudo devido ao facto

⁴⁶⁸ A Acção Comum 2008/38/PESC do Conselho de 20 de Dezembro de 2007 modificou a anterior (Acção Comum 2007/405/PESC), relativa à missão de polícia da UE levada a cabo no quadro da RSS e sua interface com a justiça na República Democrática do Congo (EUPOL RD Congo).

⁴⁶⁹ Acção comum do Conselho 2005/355/CFSP de 2 de Maio de 2005 sobre a missão da UE para providenciar aconselhamento e assistência à RSS na República Democrática do Congo (DRC). Acção comum do Conselho 2006/303/CFSP de 25 de Abril de 2006, emendando e prolongando acção comum do Conselho 2005/355/CFSP.

do Presidente e do Governo congolês não aceitarem que a UE mantenha o embargo de armas ao seu país, em aplicação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.

A reforma das FARDC passará essencialmente pela integração de todos os militares e combatentes da oposição armada num novo modelo de forças armadas, pelo que aqueles que o irão integrar deverão passar por uma fase de requalificação e integração (este processo tem sido denominado *brassage*). Outro aspecto é o desenvolvimento de um projecto de controlo do pagamento de salários dos militares congolezes, que a UE leva a cabo, no âmbito da missão EUSEC.

Notada que está a importância da resolução do problema de segurança global que os estados em situação de fragilidade podem trazer para o seio da Comunidade Internacional, a implementação do conceito de RSS poderá trazer uma solução eficaz. Mas a RSS é apenas parte da equação, tal como observado pelo Conselho da UE de Novembro de 2007. A RSS ajudará a criar a situação de segurança necessária à implementação de projectos de desenvolvimento, estes sim, realmente factores de bem-estar, de criação de riqueza e de modernização do país.

O Plano de Acção que a Comissão Europeia levou a cabo em 2008, com a finalidade de responder ao convite do Conselho da UE, os trabalhos que o SGC desenvolve no mesmo sentido, conjuntamente com os esforços similares levados a cabo nas capitais europeias, poderão levar à identificação de novos projectos que reforcem vários aspectos da RSS. Diversas abordagens se poderão fazer sobre as possibilidades de reforço da capacidade de RSS europeia. Uma dessas possibilidades é a criação de doutrina para preparação dos quadros e técnicos que integrarão missões UE e que sejam responsáveis por projectos de RSS. Assim sendo, é legítimo perguntar que qualificações serão as mais adequadas para a selecção de técnicos de RSS, ou seja, quais serão as especificidades técnicas que as missões de RSS deverão almejar possuir? A credibilidade da UE ao oferecer a outros um modelo de RSS não deveria residir no modelo europeu de política de segurança e defesa que tem estado em vigor, e que o tratado de Lisboa poderá vir a permitir adaptar-se a situações novas e a evoluir para se tornar um instrumento mais eficaz. Na verdade, poderemos estar a cometer um grande erro ao tentar impor esse modelo em

muitos dos países fora da Europa que necessitam e querem o nosso apoio⁴⁷⁰. Os países em situação de fragilidade, que já não são capazes de garantir a segurança no interior do seu território, não têm condições para sustentar projectos de desenvolvimento. Portanto, irão necessitar de um sistema de segurança e defesa baseado na conscrição, ou seja, antes da implementação de umas Forças Armadas modernas, será preciso passar pela fase intermédia do sistema de conscrição. Este sistema trará duas vantagens evidentes. Por um lado, servirá para inculcar nos jovens consciência de cidadania, promovendo a coesão nacional. Por outro, dará aos incorporados nas fileiras a ideia de que fazem parte do sistema do estado, das estruturas nacionais, perante as quais têm responsabilidades e prerrogativas. Será necessário que essas estruturas de segurança e defesa sejam criadas e se encontrem consolidadas para que os projectos de desenvolvimento, tanto nacionais com da Comunidade Internacional, encontrem terreno fértil.

Não serve para nada investir em estradas, escolas e hospitais se estes podem ser destruídos pela guerra no dia seguinte, conforme notava, Agnes Van Ardenne, uma antiga ministra holandesa do desenvolvimento⁴⁷¹, mas, se for possível consolidar um sistema de segurança e defesa eficaz, estarão reunidas as condições para a prossecução de tais investimentos. Assim, parece evidente ser necessário possuir uma formação especializada que possa garantir valor acrescentado às missões PESD na reorganização de estruturas de segurança e defesa adequadas ao país-alvo. A medida mais premente será constituir-se a estrutura das forças armadas e de segurança, com o seu controlo democrático devidamente aceite pelos quadros. De seguida há que preencher essa estrutura com quadros e tropas que poderão, essencialmente, ter origem nas anteriores formações militares, tanto do exército regular como da oposição armada, depois de devidamente formados e treinados (seguindo as técnicas em uso na chamada *brassage*⁴⁷², na RDC). Após essa reestruturação e requalificação há que redimensionar o “produto obtido”, dando-lhe a ordem de grandeza adequada às necessidades do país. Consequentemente, deverá então ser implementado um

⁴⁷⁰ BAILES, Alyson, *op. cit.*, p. xix.

⁴⁷¹ LAW, David, MYSHLOVSKA, Oksana, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁷² O termo “*brassage*” tem sido usado na reforma das forças armadas do Congo para referir a “mistura” de formandos militares de diversas origens, tanto das forças regulares, como das milícias e da oposição armada, durante a fase de preparação militar, com vista a integrarem unidades militares de escalão Brigada sem vínculo às suas origens políticas ou étnicas.

projecto de DDR (que, no caso da UE, seria levado a cabo no âmbito do primeiro pilar e implementado pela Comissão). Finalmente, poderá ser lançado, para durar alguns anos, um sistema sustentado de conscrição, que recolha os mancebos e lhes dê formação militar, cívica e humana, preparando-os para mais tarde integrarem harmoniosamente a sociedade civil. Os recursos humanos que integrarão as missões UE de RSS deverão, com as suas qualificações, cobrir todas estas áreas, nas suas funções de monitorização, assistência e aconselhamento.

Concluindo, há um conjunto de Estados, no fim das tabelas de desenvolvimento de todos os países, que necessita urgentemente de estruturas que possam ser sustentáculo para o seu desenvolvimento e ao mesmo tempo poderem colaborar positivamente no ambiente global de segurança. Várias soluções têm sido testadas pela CI, principalmente pela ONU, mas também por outras organizações internacionais, tais como a UE, a NATO, as organizações regionais (como a UA) e sub-regionais. Há mais de 10 anos que na UE tem vindo pouco a pouco a consolidar-se e a experimentar-se o conceito de RSS que desenvolve e aplica em casos concretos. Na RDC, onde tanto os instrumentos da Comunidade Europeia como os da PESC têm estado activos – incluindo em missões de RSS e outras ligadas ao desenvolvimento –, os resultados tardam a surgir, devido, em parte, às contingências conhecidas da Região dos Grandes Lagos Africanos e às convulsões internas do país, para além dos problemas políticos e de governação. Aqui a RSS tem ainda um grande caminho a percorrer. Deverá a UE, para fazer com que o seu modelo seja aceite, mostrar mais valor acrescentado e capacidade que os outros actores no terreno, seja a ONU, a China, Angola, etc.

Para atingir um alto grau de eficácia nas suas missões de RSS, a UE deve fazer um esforço adicional de formação, em especial nos seus Estados-membros, de forma a prepararem os elementos das suas forças armadas e de segurança para a colaboração em projectos que garantam um sistema de segurança e defesa eficaz que garanta a povos fragilizados a paz, a prosperidade e o bem-estar num Estado de direito democrático.

3.5. Estratégia portuguesa sobre a segurança e o desenvolvimento

Portugal empenhou-se decisivamente, durante a Presidência Portuguesa da UE (PPUE) do segundo semestre de 2007, para operacionalização do conceito da existência de uma ligação entre segurança e desenvolvimento. Na verdade, fez ainda mais do que isso, como nota João Gomes Cravinho⁴⁷³: “Portugal esteve na vanguarda da discussão sobre Segurança e Desenvolvimento, durante a sua Presidência da União Europeia, no segundo Semestre de 2007, e os seus esforços conduziram à adopção das Conclusões do Conselho sobre Segurança e Desenvolvimento, pelos Ministros do Desenvolvimento e da Defesa em Novembro de 2007, na sua primeira sessão conjunta jamais realizada”⁴⁷⁴.

Várias intervenções operacionais da UE tanto no âmbito da Comissão (primeiro pilar) como no do Conselho (segundo pilar) mostraram quão modesto eram os sucessos de projectos de desenvolvimento sem o estabelecimento de uma base de segurança (segurança interna, segurança humana) sólida. Para além disso, as missões e operações PESD só provocavam resultados positivos visíveis enquanto permanecessem no terreno (havendo o risco de todo o processo degenerar quando os meios se retiravam). Assim, a UE deparou-se com a premente necessidade de associar iniciativas de segurança ou de desenvolvimento a cada quadro de intervenção. As iniciativas da PPUE tendentes a criar uma plataforma doutrinária para estes processos tiveram assim total aprovação ao nível da União. Em Lisboa, no entanto, o processo de assimilação destas novas abordagens foi muito mais difícil e demorado. Com duas diferentes culturas e duas abordagens distintas dos problemas, os actores nacionais de segurança e os de desenvolvimento tiveram de se esforçar para se aproximarem, esforço em parte facilitado pela existência de uma entidade designada oficialmente como coordenadora, interministerial, dirigida pela Secretaria de

⁴⁷³ João Gomes Cravinho é Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, docente na licenciatura em Relações Internacionais dessa Faculdade e Coordenador do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos. É também docente convidado no ISCTE e na Universidade Nova de Lisboa. A sua mais importante publicação em Relações Internacionais, para além de diversos artigos em revistas da especialidade, é o livro *Visões do Mundo*, publicado em 2002. Entre 2001 e Junho de 2002 foi Presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa (actual IPAD).

⁴⁷⁴ CRAVINHO, João Gomes. 2009. *Desenvolvimento em Segurança*. In António José Telo (Dir. e coord.). *Nunca de Antes*. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional, Prefácio, p. 47.

Estado do MNE, e responsável pelo desenvolvimento, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD.

Esse esforço de Portugal, iniciado durante a PPUE, culminou com a aprovação de legislação interna que consagra uma estratégia nacional. A Resolução do Conselho de Ministros 73/2009, de 16 de Julho⁴⁷⁵, acabou por dar a Portugal um instrumento único para coordenar esforços de cooperação do País a nível bilateral ou multilateral. Analisemos o preâmbulo desse documento, que nos dará pistas para a utilidade da Estratégia. Porque surgiu a estratégia? A resolução do Conselho de Ministros n.º73/2009 começa com a frase “Portugal precisa de uma estratégia nacional sobre segurança e desenvolvimento”. Esta afirmação vincula desde logo o documento a uma necessidade formal. Mas porque surgiu esta necessidade? A intervenção externa de Portugal em situações de fragilidade “tem obedecido a lógicas sectoriais muito variadas, frequentemente descoordenadas e com resultados mistos” – afirma-se no documento⁴⁷⁶. Daí a necessidade de definição de linhas de orientação para actuação em matéria de segurança e desenvolvimento. A Estratégia serve também para potenciar a capacidade de influência de Portugal nos países parceiros em situações de fragilidade. Ou seja “Exige -se, por uma questão de responsabilidade e responsabilização política, e por razões de eficiência e coerência quanto aos objectivos e resultados, que se definam as linhas de orientação para a actuação de Portugal em matéria de segurança e desenvolvimento”. As linhas de orientação referidas são necessárias para “uma programação e acção mais integradas do Estado Português em situações de fragilidade, de acordo com as dinâmicas internacionais em curso, as quais terão em consideração as restrições orçamentais actualmente existentes.” É assim dado um primeiro passo de estabelecimento da lógica da necessidade de coordenação das actividades externas do país em situações de estados frágeis.

“Ao aprovar uma estratégia nacional neste domínio, Portugal demonstra o seu empenho e compromisso em dar continuidade à dinâmica internacional em curso e potencia a sua capacidade de influência nos países parceiros em situação de fragilidade.” Esta parte do preâmbulo chama a atenção para os esforços internacionais já levados a cabo

⁴⁷⁵ Diário da República, 1.ª Série, n.º 165 de 26 de Agosto.

⁴⁷⁶ Diário da República, I Série, n.º 165 de 26 de Agosto de 2009, p. 5603.

nesta matéria. Mas remete principalmente para o Plano de Acção do nexo Segurança-Desenvolvimento, cujas bases foram lançadas durante a Presidência Portuguesa da UE em Dezembro de 2007.

Por último o preâmbulo indica como se irão materializar as tarefas necessárias à concretização dos objectivos da estratégia: “A prossecução do objectivo da Estratégia concretiza-se através da criação de mecanismos de coordenação política e operacional regulares, em Portugal e nos países em que Portugal actua. A sistematização de boas práticas, a melhor partilha de informação entre os actores envolvidos e o aprofundar de relações com os parceiros internacionais neste domínio permitirão uma programação e acção mais integradas do Estado Português em situações de fragilidade.”

Debrucemo-nos um pouco sobre o conteúdo da Estratégia. O contributo de Portugal no reforço da segurança humana em Estados institucionalmente frágeis assenta em duas vertentes: o empenho na luta contra a pobreza, em particular na prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a participação na Reforma do Sector de Segurança (RSS), especialmente nos países de língua portuguesa, dada a proximidade linguística, cultural e de matriz jurídica dos sistemas de organização dos sectores de defesa e de segurança. A RSS e, conjuntamente, os processos de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), são considerados, aliás, como medidas essenciais de estabilização pós-conflito e reconstrução, condições de base para o relançamento de projectos de desenvolvimento.

O texto da Estratégia Portuguesa para a Segurança e o Desenvolvimento define cinco objectivos aos quais faz corresponder cinco conjuntos de medidas, ou instrumentos, para a sua implementação. Os objectivos são a promoção de maior coerência e coordenação na acção externa do Estado em segurança e desenvolvimento, a identificação de mecanismos para uma programação e acção mais integradas da cooperação portuguesa, a promoção da sistematização de boas práticas e partilha de informação entre os actores de segurança e desenvolvimento, potenciação do diálogo político com a sociedade civil e aprofundamento da interacção com os parceiros internacionais. De uma forma geral estes objectivos visam a aproximação de duas culturas diferentes, do desenvolvimento e da segurança, com vista ao reforço da acção externa do Estado. A estratégia também aponta

os instrumentos que são considerados necessários para se atingirem esses objectivos. São relevantes para a formação e planeamento de actividades no âmbito das forças armadas a articulação, concepção e definição de programas de cooperação técnico-militar no âmbito dos programas indicativos de cooperação (PIC) com o IPAD. Também é relevante articular a implementação desta estratégia com os demais planos e medidas governamentais que se cruzam com a temática. A promoção de cursos e de missões de avaliação conjuntos entre estes actores de segurança e de desenvolvimento constitui outro desafio posto aos peritos de segurança. Por fim, defender a integração da temática de segurança e desenvolvimento no quadro da Estratégia Paz e Segurança da Parceria Estratégica África-UE constitui também um mecanismo para se atingir o objectivo de aprofundamento da interacção com os parceiros internacionais.

O que se espera no futuro? Os conflitos no interior dos Estados – e não os entre Estados – tornaram-se a principal preocupação internacional nos poucos anos do novo milénio. Ou seja, as preocupações com a segurança humana ultrapassaram as prioridades da segurança entre estados, o que tinham regulado grande parte do Século XX. Os esforços de análise da razão de ser deste fenómeno levaram a Comunidade Internacional a reconsiderar a relação entre segurança e desenvolvimento. Assim os actores do sistema internacional estão cada vez mais conscientes de que a segurança e o desenvolvimento são interdependentes e uma parte muito importante das estratégias abrangentes de resolução de conflitos. Há, no entanto, ainda muito trabalho a fazer no que diz respeito à compreensão plena do nexo segurança-desenvolvimento e as suas implicações na análise, planeamento e concretização de projectos.⁴⁷⁷ Isto reflecte-se na forma como os responsáveis nacionais pelas duas áreas em apreço – o desenvolvimento e a segurança – estão a lidar com a situação. Do lado do desenvolvimento levantam-se agora mecanismos de coordenação que irão sincronizar os esforços e criar linguagens comuns. Da parte da segurança (e também do desenvolvimento, aliás) há que começar a programar um esforço de aproximação, em parte facilitado pela existência de uma entidade coordenadora, interministerial, o IPAD,

⁴⁷⁷HURVITZ, Agnès, PEAKE, Gordon (Org.). 2004. *Strengthening the Security-Development Nexus: Assessing International Policy and Practice since the 1990s*. New York : International Peace Academy, p. 5.

supervisionada pela Secretaria de Estado responsável pelo desenvolvimento, como acima se escreveu.

3.6. Os apoios à Guiné-Bissau e o caso português

Depois de termos analisado, nas secções anteriores, a relação entre o desenvolvimento em África e a PESP e, de seguida, o projecto português contido na estratégia sobre segurança e desenvolvimento, é agora a altura de darmos atenção a um caso específico, a Guiné-Bissau, que constitui o caso em estudo adoptado nesta dissertação. A Guiné-Bissau é alvo da atenção de muitos actores da Comunidade Internacional mas Portugal destaca-se, não só por ser o primeiro país doador a nível bilateral, como também devido a outros factores relacionados com os cinco séculos de ligação.

Após a guerra de libertação, que decorreu até 1974, a Guiné-Bissau viveu um período de paz e prosperidade que foi interrompido em 1998 com o eclodir de uma grave crise. A grande violência deste período teve efeitos que perduraram até agora. A economia nunca mais recuperou, a instabilidade política esteve presente até agora e os sinais das acções violentas têm sido um panorama normal da paisagem de Bissau. A vizinhança da RGB, no entanto, acaba por ser toda ela uma região onde as convulsões políticas e militares têm sido uma constante. As eleições de Julho de 2009 terão terminado com este período de instabilidade que durou 10 anos. No entanto a intentona militar de 1 de Abril de 2010, que destituiu o CEMGFA vice-Almirante Zamora Induta e pôs em perigo a vida do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, veio perturbar este período de paz e esperança, levando ao arrefecimento do entusiasmo dos doadores e potenciais investidores.

Essencialmente após a crise de 1998-99 aumentou muito a presença da Comunidade Internacional. São evidentes, principalmente, três tipos de actores: grandes organizações internacionais, países e organizações não-governamentais, para além de outras presenças não categorizáveis nestes grupos, como sejam organizações criminosas de

tráfico de droga, redes de migrações clandestinas e de tráfico forçado de pessoas, terrorismo. Entre as principais organizações e instituições Internacionais presentes na Guiné-Bissau destacam-se o FMI, a UE, a UA, a ONU, a CEDEAO, a CPLP e a igreja católica.

A ONU encontra-se representada pelo Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) sob o qual se apresentam os diversos projectos que a ONU leva a cabo no país: do Gabinete das NU para a Droga e Crime (UNODC), o apoio para construção de um centro de formação e treino das Forças de Segurança, financiado pelo Brasil). No âmbito da Reforma do Sector de Segurança (RSS), uma equipa da *UN Standing Police Capacity* foi colocada na Guiné-Bissau para apoio à RSS na área de polícia e agências de aplicação da lei. Existem também projectos de outras agências da ONU, como a UNICEF, o PNUD, o Gabinete de Desarmamento – com um projecto para erradicação das armas de pequeno calibre –, a Comissão de Construção da Paz (*Peace Building Commission*), com um projecto no âmbito do Quadro Estratégico de Construção da Paz na Guiné-Bissau e ainda o Fundo de Construção da Paz com diversos projectos, incluindo formação profissional de jovens.

A Missão *EU RSS Guinea-Bissau* representa o esforço da UE para a Reforma do Sector de Segurança. Esta missão iniciou-se em Junho de 2008, por decisão do Conselho da UE de 12 de Fevereiro de 2008, e é a primeira missão integralmente conduzida pela Capacidade de Planeamento e Controlo Civil (CPCC) da UE. Está em linha com a Parceria Estratégica África-UE, onde a Paz e Segurança constituem prioridade. Mas existem ainda outras presenças da UE. A Comissão Europeia está presente com o Instrumento de Estabilidade (IfS) e com o seu Fundo para o Desenvolvimento (FED) financia vários projectos. Também tem um projecto de Fundo de Pensões para os militares: é dividido em duas partes. Primeira (a fundo perdido), para atribuir pensão aos militares que abandonem as fileiras, com uma duração limitada. A segunda é perpétua e apoiar-se-á financeiramente nas contribuições deduzidas do vencimento dos militares ao serviço. Para além disso, contribui com apoio à RSS através do financiamento de 8 milhões de euros.

Outros actores internacionais são de referir. O Banco Mundial financiou a aquisição de geradores para fornecimento de energia eléctrica à cidade de Bissau, tem dado apoio a

programas de reforma (2009-10) e contribuiu com 8 milhões de dólares para a estratégia de redução da pobreza. A CEDEAO também apoia a RSS. O FMI apoiou a Guiné-Bissau com um programa pós-conflito de apoio ao saneamento das finanças públicas. O Banco Africano aprovou 12 Milhões de dólares para projecto de construção de capacidades de governação.

Para além de Portugal, são vários os países, doadores ou não, com presença relevante na Guiné-Bissau, destacando-se Brasil, China, Líbia, Líbano, Senegal, Angola, Índia, EUA, Espanha, França, RU, Rússia, Nigéria, Cuba. Portugal colabora com a Guiné-Bissau em várias frentes. No âmbito da cooperação técnica militar, Portugal colabora com os seguintes projectos: (i) Projecto de assessoria do MDN; (ii) Recuperação e manutenção das lanchas da Marinha; (iii) Transmissões militares; (iv) Engenharia militar – recuperação do Quartel do Kumeré; (v) Serviço de material – Oficina Automóvel (destruída na guerra de 1998-99). No âmbito do apoio ao desenvolvimento, são os seguintes os projectos de Portugal, coordenados pelo IPAD: (i) Apoio à Faculdade de Direito de Bissau; (ii) PASEG – Programa de Apoio ao Sistema escolar na Guiné-Bissau. Há ainda que considerar outros projectos, de uma forma geral contribuindo para o reforço das instituições com vista ao estabelecimento pleno do Estado de Direito, como sejam a cooperação da PJ, GNR, PSP portuguesas no combate ao tráfico de droga. Ainda são de considerar outros projectos, como o de comunicações da Portugal Telecom.

A GB tem chamado a atenção nos últimos anos devido ao tráfico de cocaína que, com origem na América do Sul, se destinaria aos mercados europeus. Periódicos como o Times ou mesmo a Jane's colocavam a GB na classificação de “Primeiro narco-Estado de África”. Os registos e análises do UNODC desmentem estas notícias, pelo menos a nível da intensidade e quantidade relativa do tráfico. Se compararmos as apreensões de cocaína a nível mundial - 711 toneladas - com as realizadas em África - 5,5 toneladas – vemos que, na realidade o problema da Guiné-Bissau representa apenas 7,7 % do tráfico mundial de cocaína⁴⁷⁸, o que não deixa de ser preocupante mas não ofusca os restantes 92,3 % que circulam por todo o mundo, principalmente para os mercados do Norte (Europa e Estados

⁴⁷⁸ Dados do UNODC, que mais adiante serão tratados em pormenor.

Unidos), através das rotas africana e norte-americana. No entanto, o fenómeno atinge toda a África Ocidental e ter-se-á agravado com o aparecimento de laboratórios clandestinos na Guiné-Conakry. Na verdade, os montantes e os valores envolvidos esmagam qualquer orçamento de Estado na África Ocidental. Mas quando se divulga a gravidade da existência destas placas giratórias, há a tendência para minimizar ou esquecer o aspecto mais preocupante do tráfico: existe um mercado de consumo que exige essas quantidades de fornecimento. Os consumidores dos países ricos são os principais impulsionadores desse comércio.

Outra questão relevante para este estudo é o tráfico humano, incluindo as migrações clandestinas. Dentre os países mais ricos do Mundo, 15 localizam-se na Europa. Por outro lado, os 20 mais pobres países do Mundo estão em África. Estes dois factores são o motor do movimento de pessoas para Norte. Existe assim a tendência para os mais pobres procurarem condições de trabalho na Europa. O crime organizado tem assim aqui papel de relevo. Estas redes, tanto de tráfico forçado de seres humanos como, principalmente de apoio à migração clandestina, existe especialmente no Senegal, não sendo muito relevante na Guiné-Bissau. A nível regional o fenómeno segue algumas rotas que vão dos países da CEDEAO para as Canárias e Norte de África, para depois tentarem chegar à Europa. O programa Frontex, da UE, controla e tenta anular a concretização de planos de lançamento de pirogas (e embarcações maiores) à água com destino às Canárias. Também exerce a vigilância no Mediterrâneo. Mas a parte prática deste trabalho detalhará melhor esta questão.

Relativamente ao Terrorismo, embora o fenómeno possa não ter impacto na Guiné-Bissau, tem-se tornado relevante na região. A Jihad chegou à Nigéria, onde o ataque de Março de 2010, de fundamentalistas islâmicos, provocou a morte de dezenas de pessoas, incluindo mulheres e crianças. Embora perto, este fenómeno dificilmente atingirá a Guiné-Bissau, onde as comunidades muçulmanas são pouco permeáveis a influências externas. No entanto, a GB pode ficar sob esta nefasta influência. A população, devido à sua situação extremamente frágil, poderá deixar-se levar pela tentação de engajamento numa nova gesta libertadora. Pode também tornar-se santuário de células terroristas, especialmente da Al-Qaeda no Magrebe. Esta organização estará a ser alimentada

financeiramente com dinheiros dos traficantes de droga, segundo afirmou em Bissau, no início de 2010, a Embaixadora Norte-americana junto da Guiné-Bissau (mas residente no Senegal).

O movimento de guerrilha de Casamança constitui também um problema da equação das crises da Guiné-Bissau e terá sido uma das causas da guerra de 1998-99. Os dissidentes, que falam português ou o crioulo da Guiné-Bissau, querem libertar-se do Senegal francófono, por se sentirem parte dos povos da Guiné-Bissau. Esta questão tem vindo a causar perturbações na vida política do país, tendo sido uma das causas da crise de 1998-99.

A II parte deste trabalho, que se seguirá a este capítulo, será dedicada a analisar este país, como um *case-study*, para se tentar verificar se constitui na verdade uma ameaça à Europa, nas três vertentes aqui apontadas, o tráfico de droga, tráfico de pessoas, incluindo o apoio de redes criminosas à imigração clandestina e o terrorismo.

3.7. Conclusões

A UE tem desenvolvido a sua política de segurança e defesa com vista a criar áreas seguras na sua vizinhança, ao mesmo tempo que procurar anular as ameaças que penetram nas suas fronteiras, como sejam as redes terroristas, as migrações clandestinas e o tráfico de droga.

África constitui ainda uma origem dos problemas de segurança da UE, para além do Leste Europeu e das áreas de instabilidade crónica em todo o globo. Mas com o arranque do desenvolvimento em África, acompanhado de projectos que implementem as estruturas de segurança e de defesa de que os países africanos tanto carecem, será possível criarem-se sinergias entre os dois lados do Mediterrâneo que incrementem o bem-estar e a riqueza dos dois continentes. A concepção UE da ligação entre a segurança e o desenvolvimento constitui um dos conceitos mais operacionais para se obter esse desiderato. A implementação de operações e missões PESD a Sul do Saará ajudará os países em desenvolvimento a alcançarem as condições mínimas de estabilidade para que se possam

lançar na conquista dos objectivos do milénio. Mas a interacção com outros actores presentes nas áreas de missão, nos países onde essas missões se projectam, é essencial. Os actores relevantes, nesta ordem de ideias, serão as organizações internacionais e regionais, os governos desses países e as organizações da sociedade civil, como as ONG.

De qualquer forma, o futuro da PESD em África passará pela ajuda à construção de capacidades africanas de manutenção de paz, seja pelo financiamento, seja pela disponibilização de técnicos, formadores e equipamentos. O processo de Reforma do Sector de Segurança, nos países onde se encontra em acção, constitui já uma mais-valia e uma prova da eficácia de alguns dos processos de operacionalização da PESD.

Tendo sido abordada na parte teórica deste texto – a I Parte – as questões relacionadas com a análise da bibliografia que se tem dedicado ao tema e, num nível mais concreto, terem sido analisadas diversos documentos, fontes primárias, especialmente das grandes organizações, como a ONU, a OSCE, a UE e a UA, na segunda parte, que à frente se apresenta como Parte Prática, tratar-se-á das questões práticas relacionadas com a investigação, dedicando-se atenção à pesquisa das respostas para as questões de ordem prática. Será descrita a metodologia seguida, descrever-se-ão os principais aspectos dos trabalhos de campo e serão analisadas as questões mais relevantes do estudo de caso da Guiné-Bissau.

II PARTE – PRÁTICA

Capítulo 4

Metodologia da parte prática

4.1. Introdução

É necessário, nesta altura, fazer a ponte entre a revisão da literatura e a parte empírica. A primeira parte, a abordagem teórica desta dissertação, permitiu a identificação das principais correntes que analisaram e classificaram os fenómenos que este trabalho se propôs investigar. A revisão da literatura deu o enquadramento mais teórico dos problemas em estudo, ou seja, as ameaças do narcotráfico, do terrorismo e das migrações ilegais e tráfico humano, como causa (e também consequência) dos problemas de desenvolvimento, em África no caso em estudo, contribuindo para a insegurança.

A parte prática do trabalho debruçou-se, então, sobre o estudo das “amostras” que permitem confirmar a existência de problemas na Guiné-Bissau – o case-study adoptado – das ameaças à segurança referidas, ou seja, o narcotráfico, terrorismo e imigrações ilegais e tráfico humano. Foram confirmadas estas presenças pelo estudo de três tipos de elementos analisados: os estudos, relatórios e bases de dados das organizações internacionais relevantes, as entrevistas realizadas pelo investigador a personalidades em Bissau, em Lisboa e em Bruxelas, e, finalmente, a leitura e interpretação dos periódicos publicados na Guiné-Bissau.

Este capítulo irá concretamente apresentar uma descrição do problema, dos métodos, das técnicas e dos instrumentos de pesquisa, incluindo a preparação dos trabalhos de campo, ou seja, os questionários escritos, as entrevistas, a imprensa escrita guineense e o estudo de caso em apreço, a Guiné-Bissau. Será também feita uma descrição dos meios

utilizados nos trabalhos e das capacidades postas à disposição do investigador. Serão também descritos de forma lógica os procedimentos utilizados. Assim, na primeira secção descrevem-se os trabalhos levados a cabo para a obtenção dos resultados, ou seja, para a recolha de dados, descrevendo-se as diligências que foram feitas, as viagens, os contactos e as dificuldades encontradas. Na secção seguinte enunciam-se as hipóteses empíricas e expõem-se as principais pistas que foram seguidas para levar a cabo os trabalhos de investigação no terreno. Os métodos de análise utilizados são referidos na terceira secção deste capítulo, anotando-se também algumas das dificuldades que levaram à adopção de uns e à rejeição de outros. Na secção seguinte descrevem-se os trabalhos de análise, nomeadamente a preparação da documentação para ser viável a sua análise, a preparação das questões para as entrevistas, a metodologia de análise dos periódicos, para além dos meios para a sua recolha e consideração ou rejeição.

Em resumo, este capítulo apresenta todo o caminho desde a fase de enunciação da hipótese prática até ao momento exactamente antes de se iniciar a “experimentação laboratorial” com os elementos recolhidos. Só depois, no capítulo seguinte, se fará o conjunto de análises concretas sobre os três tipos de “matéria de análise”: documentos oficiais, entrevistas e imprensa escrita.

4.2. Obtenção de resultados / recolha de dados

Os objectivos práticos foram materializados pela identificação de projectos operacionais que, levados a cabo na Guiné-Bissau, contribuíssem para o fim da insegurança e para a estabilidade política, económica e social naquele país. E esses objectivos serão atingidos, de acordo com as premissas já anteriormente apresentadas, se forem anuladas ou enfraquecidas as ameaças que afectam o país, a região e o globo, tais como as redes de droga e de tráfico de seres humanos e da ameaça terrorista.

De acordo com António José Fernandes⁴⁷⁹, “a pesquisa, observação, análise e sistematização dos factos e dos acontecimentos devem atender aos três princípios que o pensamento científico postula: o princípio da objectividade, o princípio da inteligibilidade ou do determinismo e o princípio da racionalidade”⁴⁸⁰. O primeiro permite perceber que as coisas não são tal como parecem, pelo que, após observar os factos relacionados com os projectos de segurança e de desenvolvimento e as entrevistas, será necessário ponderar muito bem e focar a atenção por detrás da aparência. O princípio da inteligibilidade (ou determinismo) mostra que a realidade é inteligível e que existem relações determinadas entre os factos em estudo. Ou seja, será possível medir a ligação entre os projectos de segurança e os de desenvolvimento, por um lado; é possível medir os efeitos das três ameaças na segurança e no desenvolvimento, por outro. O princípio da racionalidade postula que é também possível descrever racionalmente as relações que existem entre os factos. Essas ligações aparecem e são ordenadas pelo raciocínio segundo algumas regras lógicas. Tal é também um dos desideratos desta parte prática.

Assim, após a revisão da literatura, de base essencialmente teórica, já apresentada na primeira parte (Parte Teórica) deste texto, faz-se agora a análise de todas as fontes primárias e secundárias, a que António José Fernandes chama documentos directos e indirectos⁴⁸¹. A documentação utilizada na recolha dos dados foi essencialmente a escrita. Os documentos analisados, de acordo com o conteúdo, foram directos (ou seja, com relação directa com os fenómenos que constituem objectos do estudo, as ameaças que afectam o caso em estudo e o nexos segurança-desenvolvimento) e os indirectos (sem relação directa com aqueles fenómenos, mas que forneceram indicações ou situaram melhor as bases das questões estudadas). De acordo com o critério da origem dos documentos, identificaram-se como directos os que foram emitidos pelos intervenientes no

⁴⁷⁹ António José Fernandes é professor da Universidade do Minho e da Escola Superior de Polícia. Lecciona Ciência Política, Organizações Internacionais, Instituições Políticas e Sociais dos Países membros da UE, Instituições da Comunidade Europeia e Filosofia Política.

⁴⁸⁰ FERNANDES, António José. 1995. *Métodos e Regras para Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*. Porto : Porto Editora, p.164.

⁴⁸¹ *Idem*, p. 166.

processo de produção dos fenómenos estudados⁴⁸² e indirectos todos os que testemunham a produção desses fenómenos, mas que são emitidos por pessoas ou entidades estranhas ao processo⁴⁸³.

De acordo com o acima exposto fizeram-se recolhas de dados de três tipos de natureza. Num primeiro tipo, de análise de **fontes primárias**, integram-se as bases de dados e relatórios das instituições internacionais relevantes para o objecto desta investigação, nomeadamente as agências especializadas da ONU, da UE, o Banco Mundial, o FMI, a UA e as organizações sub-regionais africanas. Foram assim recolhidos dados sobre as migrações clandestinas e o tráfico de seres humanos, o tráfico de droga e o fenómeno terrorista: (i) Dados das migrações clandestinas e de outros tráficos humanos entre a Europa e África; (ii) Dados do tráfico de droga entre África e Europa, ou com outras origens mas utilizando África como plataforma; (iii) Informações sobre bases, influência e acções das redes terroristas.

Num segundo tipo de dados incluem-se as **entrevistas** a entidades, académicos, peritos, etc., ou seja, de uma forma geral a todos os potenciais fornecedores de informação sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, fosse ela valorizada, o que aconteceu na maior parte dos caos, ou fosse ignorada a existência de sinergias (ou mesmo repudiada tal relação). A análise das entrevistas conduzidas durante os trabalhos de campo, realizadas pessoalmente em Portugal e junto das instituições da UE ou tratadas através de correio (essencialmente electrónico) foi executada após a última estadia na Guiné-Bissau (Julho/Agosto de 2009), para a qual foi preparada a última série de entrevistas.

De um terceiro tipo foram as análises de conteúdo da **imprensa escrita** da Guiné-Bissau, abarcando um período específico, desde as eleições presidenciais antecipadas de Junho-Agosto de 2009 até às vésperas do golpe militar de 1 de Abril de 2010.

Por vezes a pesquisa e a observação dos factos depararam com dificuldades fortes, devido à hostilidade de algumas entidades, aos obstáculos do “segredo” e outras barreiras,

⁴⁸² Interpol, SGC da UE, ONU, Governo da RGB, Governo Português, IPAD, UNODC, etc. Também o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA) e o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência.

⁴⁸³ *Idem*, p. 167.

pelo que algumas das observações previstas e também algumas das entrevistas, planeadas e aceites pela outra parte, acabaram por não ter lugar. No entanto, até estes impedimentos se revelaram objectos úteis para a análise de estudo de caso que se apresenta.

4.3. Hipóteses empíricas

Já enunciada na Primeira Parte, a hipótese teórica desta dissertação é que “onde houver subdesenvolvimento haverá com certeza questões de segurança a resolver. Do ponto de vista empírico, esta hipótese pode ser reconfigurada e postulada de outra forma. Assim, como **hipótese prática**, identificou-se: **“Anuladas as redes ilícitas (droga, migrações e outras) serão melhoradas as condições para se levarem a cabo projectos de desenvolvimento em África que criarão melhores condições de vida, bem-estar e segurança nesse continente e ainda, por outro lado, afectando positivamente a Europa, pela diminuição do grau de ameaça dessas redes de crime organizado.”**

Alguns desses projectos de desenvolvimento foram já lançados na Guiné-Bissau. O levantamento de algumas questões é útil para facilitar o processo de identificação das tarefas a serem levadas a cabo nesta fase prática da investigação. Existirão indícios de que o sucesso desses projectos na realidade prepara a Guiné-Bissau para uma nova era de tranquilidade e prosperidade? Foram feitos esforços, e identificadas sinergias, com bons resultados, para fundir projectos de desenvolvimento com os de segurança? Existe consciência de que essa fusão será rentável para todos, tanto para as populações como para os militares e políticos guineenses, assim como para os actores de desenvolvimento e de segurança presentes na Guiné-Bissau? Os primeiros resultados dos projectos de desenvolvimento e de segurança têm feito diminuir os valores das variáveis “migrações clandestinas”, “tráfico de droga” e “ameaça do terrorismo”? A segurança europeia tem

sentido esta mudança positiva? Estas e outras questões abrem o caminho para a investigação “no terreno” que se apresenta de seguida.⁴⁸⁴

4.4. Métodos aplicados

Esta investigação procurou, no terreno, verificar a concretização com sucesso do que tinha sido teorizado, ou seja, de que **o desenvolvimento proporciona segurança e que a segurança cria condições de desenvolvimento**, tentando uma abordagem do trabalho com alguns aspectos inovadores. Assim, foram observadas as variáveis “desenvolvimento” e “segurança” e analisados os grandes causadores (ou potenciais causadores) do clima de instabilidade na GB; os dados foram recolhidos de documentação da ONU, da UE, de tabelas estatísticas do SNE e da UNODC, do EMCDDA, e também obtidos através da análise de conteúdos da imprensa escrita da Guiné-Bissau. Os dados foram ainda recolhidos com recurso a entrevistas, escritas ou orais, gravadas, tanto em Lisboa, como em Bruxelas e em Bissau.

Como é que foram alcançadas as respostas? A abordagem desta questão foi dedutiva, mas complementada com a análise de toda a documentação produzida na ONU, na UE, na UA e outras organizações internacionais referidas acima, para além de entrevistas a entidades e académicos responsáveis ou peritos das áreas em estudo e da análise de conteúdos da imprensa escrita guineense. Como o objectivo foi de tentar esclarecer qual a melhor via para a criação de condições de segurança, na Europa, e condições socio-económicas em África, que contrariem as actuais tendências devidas ao terrorismo, às migrações em massa e ao terrorismo, a abordagem dedutiva foi sempre que possível baseada nas opiniões expressadas pelos líderes europeus e africanos, e nos respectivos planos de acção sobre a matéria (quando havia). Assim, em concreto, propôs-se

⁴⁸⁴ Para a análise da relevância das perguntas de investigação foram seguidas sugestões e técnicas de Robert E. Stake na sua obra *A Arte da Investigação em Estudos de Caso* (2.ª Ed., 2009. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian). Cf. pp. 31-50.

realizar os seguintes conjuntos de tarefas, em princípio pela ordem indicada, mas sem perder de vista o carácter iterativo deste processo de investigação (ou seja, a influência de cada tarefa sobre todas as outras, independentemente do seu posicionamento espaço-temporal):

- Recolha de Dados de fontes oficiais (fontes primárias) sobre (i) impacto da imigração ilegal e do tráfico humano na UE, (ii) impacto do tráfico de droga; (iii) expansão da mancha de influência das redes de terrorismo; (iv) os projectos de desenvolvimento em África; (v) os projectos de segurança e defesa na RGB. Análise dos dados.

- Condução de entrevistas junto de figuras relevantes da UE - tanto a nível da Comissão como do Conselho – da União Africana e de outros actores relevantes. Análise de conteúdos.

- Leitura e análise de conteúdos da comunicação social escrita da Guiné-Bissau.

- Estudo de caso da Guiné-Bissau. Comprovação da existência das ameaças em análise e comprovação do conhecimento da existência donexo segurança-desenvolvimento (parcialmente também conseguido com a análise da imprensa guineense).

- Resultado esperado: o reforço da segurança leva ao desenvolvimento, pela anulação das ameaças.

Como foi feita a análise dos documentos oficiais, dos quais se extraíram os dados, depois de validados? Conforme afirma António José Fernandes, “não é suficiente ler um documento para se extrair dele toda a sua substância”⁴⁸⁵. Assim, para uma análise que passasse para além da simples leitura, os métodos empregues⁴⁸⁶ nesta investigação foram:

- **Os métodos tradicionais**, derivados em parte da crítica literária e da crítica histórica, e que distinguem as análises internas e externas. A interna tem base racional e

⁴⁸⁵ FERNANDES, António José, *op. cit.*, p. 167.

⁴⁸⁶ João Frada, no seu *Novo Guia Prático* (13.ª reimpressão, 2008. Serpa: Edições CLINFONTUR CLIN. MED. Lda.) identifica nos “processos para obtenção de dados”, a documentação directa e a documentação indirecta. Enquanto à primeira dá os atributos de “pesquisa de campo e/ou de laboratório”, a documentação indirecta caracteriza como sendo constituída por “dados obtidos e organizados a partir de *Fontes Primárias* e ou *Fontes Secundárias*” (p. 16)

tem carácter mais subjectivo. É uma operação intelectual, pela qual se procura descobrir as linhas fundamentais dos documentos e identificar o fluxo lógico das ideias que contém. Foi este, essencialmente, o esforço do investigador na análise documental. A análise externa, por seu lado, procura situar o documento no contexto em que foi feito. Sempre que oportuno também o investigador se debruçou sobre este aspecto. De modo geral, a análise clássica é intensiva, procurando estabelecer a verdade.⁴⁸⁷

- **Os métodos quantitativos modernos**, que se dividem em métodos de semântica quantitativa e análise de conteúdos. Os primeiros traduzem-se em análise de frequência de aparecimento de certas palavras nos documentos, o que foi feito no estudo das respostas às entrevistas e na análise dos conteúdos da comunicação social escrita da Guiné-Bissau. Os segundos incidem sobre os significados das palavras. Visam isolar na massa dos textos as linhas mestras e as tendências que lhe dão o seu sentido real.

João da Silva Amado, professor de metodologia na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra afirma que, “para além dos argumentos que defendem que a análise de conteúdo deve visar apenas uma análise qualitativa, ou, pelo contrário, que se deve limitar a uma análise quantitativa”⁴⁸⁸, a análise quantitativa concomitante com a qualitativa deverá efectuar-se quando “a natureza dos dados e dos objectivos de investigação forem coerentes com ela”⁴⁸⁹. Na verdade, é possível manter a análise de conteúdos na charneira entre o quantitativo (cálculo de frequências, percentagens, correlações, análise factorial, etc., em função das distribuições de amostras e das hipóteses levantadas) e o qualitativo (descrição das características, independentemente de uma frequência relativa no texto), “podendo assegurar-se um equilíbrio entre as duas tendências ou caindo para um ou outros dos lados, consoante as exigências e os objectivos da investigação”, conforme nos garante João Amado⁴⁹⁰. Foi exactamente este o caso com que nos deparámos, ao iniciar-se a análise das entrevistas, pelo que essa análise se debruçou tanto sobre o carácter quantitativo como se

⁴⁸⁷ Fontes de inspiração para a abordagem dos “métodos tradicionais” foi a leitura da obra de Umberto Eco *Como se Faz uma Tese* (1977. Lisboa: Editorial Presença).

⁴⁸⁸ AMADO, João da Silva. 2000. “A Técnica de Análise de Conteúdo”, in *Revista Referência* n.º 5, Novembro 2000. Coimbra : Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, p. 59.

⁴⁸⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁹⁰ *Idem, ibidem.*

fez também uma abordagem qualitativa. Estes métodos foram aplicados na análise do que queriam realmente dizer alguns dos entrevistados. A análise de conteúdos foi também utilizada extensamente na abordagem dos periódicos guineenses onde, aliás, também se procurou aplicar, embora muito esporadicamente, o método de semântica quantitativa.

De grande interesse para este estudo foi, neste âmbito, a frequência com que apareceram certos termos, as referências mais numerosas a determinados problemas, a menção mais frequente das diversas personalidades. Tudo isto foi utilizado para se chegar às tendências e correntes políticas subjacentes à acção interna e externa dos governos, especialmente das entidades políticas da Guiné-Bissau, como a leitura de António José Fernandes tinha alertado⁴⁹¹.

Mas, como nota Laurence Bardin, foram as técnicas de análise de conteúdos, na sua acepção de “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”⁴⁹², que tiveram grande importância para a obtenção de resultados tanto nas entrevistas como da comunicação social local, em grande parte.⁴⁹³

A **observação directa** teve também um papel fundamental neste trabalho, especialmente materializada em entrevistas, mas também pelas visitas ao terreno e encontros com as diversas entidades, desde os membros do governo da RGB, os elementos das organizações internacionais presentes, e mesmo ao entrosamento com as populações da Guiné-Bissau. Este aspecto foi considerado importante pois, conforme refere Fernandes “os precursores (...) não se basearam apenas em livros ou documentos escritos para a elaboração das suas obras; empreenderam viagens, trocaram conversas com homens políticos e outros cidadãos, observaram as instituições do seu tempo, quer dizer, recorreram à observação directa dos fenómenos políticos e sociais”⁴⁹⁴. Não se recorreu nesta investigação à observação directa extensiva (ou seja, sondagens) por não se adequar a

⁴⁹¹ FERNANDES, António José, *op. cit.*, p. 170.

⁴⁹² Laurence Bardin. 2008. *Análise de Conteúdo*. Lisboa : Edições 70, p. 11.

⁴⁹³ O trabalho desta autora, professora assistente de Psicologia na Universidade de Paris V, tem sido dedicado à aplicação das técnicas de análise de conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas.

⁴⁹⁴ FERNANDES, António José, *op. cit.*, p. 170.

este tipo de investigação. Mas adoptou-se a intensiva, nomeadamente as entrevistas, acompanhadas da medição das atitudes (testes), na medida das possibilidades e também com recurso à observação participante.

A **entrevista**, considerada um processo comum às observações intensiva e extensiva, foi usada nesta investigação exclusivamente no primeiro tipo de observação, a observação intensiva. No entanto, neste tipo de observação, foi dada mais demorada e metódica atenção ao entrevistado. Foi utilizado um tipo de entrevista misto, com características de entrevista documental, por um lado, visando recolha de informação sobre dados de facto, que só dificilmente poderiam ser conhecidos de outro modo, e incluindo também características de entrevistas de opinião, quando se visava a recolha de indicações sobre opiniões, atitudes e comportamentos prováveis.

Essencialmente buscou-se entrevistas com personalidades, pessoas eminentes e dirigentes políticos e peritos ou funcionários com grande conhecimento ou sensibilidade sobre o assunto em apreço. Assim, não foram dirigidas entrevistas aos comumente designados “homens da rua”, hipótese que António José Fernandes também considerava⁴⁹⁵.

Recorreu-se à análise de conteúdos das entrevistas, numa abordagem essencialmente qualitativa. No entanto, a sua análise quantitativa revelou-se também útil. Estas entrevistas, caracterizadas como semi-estruturadas (ou seja, semi-directivas), permitiram recolher um conjunto de dados que só com a aplicação de algumas técnicas e métodos, como os propostos por Laurence Bardin na sua obra, mas já exploradas por outros autores,⁴⁹⁶ revelaram as suas riquezas. Assim, num trabalho inicial, após a recolha dos materiais, fez-se em primeiro lugar uma análise temática do texto, dividindo-o em temas principais. Depois tentou-se identificar características associadas ao tema central da investigação. Após isso, fez-se uma divisão da entrevista em sequências. Tentou-se então

⁴⁹⁵ FERNANDES, António José, *op. cit.*, p. 176.

⁴⁹⁶ Marinús Pires de Lima, em “Inquérito Sociológico – Problemas de metodologia (2000, Lisboa: Editorial Presença) aborda esta temática, mas dedica a sua atenção, essencialmente, aos métodos do inquérito por questionário. No entanto, algumas das suas teses têm aplicação nas entrevistas. Dedicámos especial atenção à sua explicação do método de “estudo de casos” (p. 18). Também Stephen van Evera dedica parte da sua obra *Guide to Methods for Students of Political Science* (1997. New York: Cornell University Press) a analisar os métodos e técnicas a “case-studies”. No entanto, a sua atenção é aplicada essencialmente a analisar as relações entre variáveis dependentes e independentes retiradas dos conteúdos, mais do que a avaliar os métodos de recolha desses conteúdos, pelo que as suas ideias não foram muito aplicadas neste trabalho.

identificar oposições no discurso do entrevistado. De seguida, procurou-se analisar a enunciação, ou seja, recolher as informações de toda a ordem que o entrevistado disponibilizou, mesmo as muito subtis, como variações do estilo, hesitações e fins de frase aparentemente supérfluos. Mais à frente, na secção dedicada à investigação analítica, serão detalhadas as técnicas seguidas neste processo de tratamento das entrevistas.

Relativamente à **medida da intensidade das atitudes**, como facto da observação directa intensiva, não houve oportunidade para desenvolver esta ferramenta, por exemplo na forma de testes, mas procurou-se sempre seleccionar entrevistados que fossem reconhecidos publicamente pelos seus conhecimentos das matérias em análise, ou então pelos elevados cargos de responsabilidade ocupados.

Outra das atitudes utilizadas pelo investigador relativamente à técnica de observação directa na pesquisa e observação foi a **observação participante**. Os processos de observação directa acima descritos basearam-se em contactos individuais entre o observador e as pessoas observadas. Neste caso, como nota António José Fernandes, “a observação participante consiste em examinar o grupo em si, como colectividade”⁴⁹⁷. Foi o que acabou por ser feito durante as estadias do investigador na Guiné-Bissau, especialmente as que se integraram no período eleitoral das eleições antecipadas para a Presidência da República, em 2009. Sendo uma observação de certo modo global, diverge dos processos de observação acima descritos.

A observação participante efectuada na Guiné-Bissau implicava que o observador se misturasse, mais ou menos, na vida do grupo (ou seja, das comunidades guineenses, considerando-se que tal foi conseguido, atendendo embora às existentes limitações de espaço, de tempo e outras). Na Guiné foi limitada, no período referido, ao estudo dos sentimentos da população, à escuta dos grandes discursos de campanha dos principais candidatos à Presidência da República, e às conversas e convívio com autoridades regionais e tradicionais, incluindo diversos graus da hierarquia militar. Foi possível participar nas reuniões do Conselho Nacional de Eleições (CNE), em Bissau, nas dos Conselhos Regionais, nomeadamente de Mansôa, na Província do Oio, e junto de

⁴⁹⁷ FERNANDES, António José, *op. cit.* p. 177.

*tabancas*⁴⁹⁸ e assembleias de voto em diversos *chãos*⁴⁹⁹. Mas a análise da imprensa escrita permitiu complementar a observação participante, embora a abordagem de imprensa se tivesse feito com recurso a métodos quantitativos de análise de conteúdo de “documentos”, se assim se puderem classificar os jornais.

Após a recolha de todo este material e impressões, justificava-se, para a validação dos dados, que se empregasse um **método de comparação**. Ou seja, ultrapassado o mero empirismo de pesquisa dos factos e das múltiplas observações, conforme notado por Fernandes⁵⁰⁰, foi necessário introduzir um mecanismo que, nesta investigação, precisasse o significado destes factos e observações. Tal poderia ser feito por comparação com outros factos e por referência a um sistema. Existem vários métodos aos quais se poderia ter recorrido. Os métodos comparativos são considerados insubstituíveis nas ciências sociais, em geral, e na Ciência Política em particular⁵⁰¹, incluindo nas Relações Internacionais. Os métodos mais empregues são os **clássicos** em que, ou se estudam e comparam fenómenos independentes, embora substancialmente semelhantes, ou se estudam diferentes aspectos do mesmo fenómeno, segundo técnicas diferentes. Os **métodos matemáticos** transformam os fenómenos em algarismos e símbolos, permitindo “aproximar grande número deles ao mesmo tempo, confrontar as suas características com grande precisão e desenvolver a análise”⁵⁰². Tem a condicionante de os fenómenos deverem poder ser quantificados, isto é, traduzidos em números. Foi o que acabou por se realizar, ao abordar-se a incidência dos três tipos de ameaça em estudo, as redes de droga, de tráfico de pessoas e terroristas, tanto na Guiné-Bissau, como na Europa (e também, de algum modo, o movimento entre a origem e o destino), e ao estudar a sua evolução ao longo do tempo, para além daqueles movimentos geográficos. Finalmente, os **métodos gráficos** consistem em transpor os fenómenos estudados para desenhos comparáveis entre si, devendo possuir a simplificação e a precisão como qualidades essenciais. Com recursos aos relatórios da UNODC e do Observatório Europeu de Droga e Toxicodpendência, foi possível elaborar gráficos

⁴⁹⁸ Assim se denominam as aldeias na Guiné.

⁴⁹⁹ Um “chão” é um território étnico, cf. NÓBREGA, Álvaro. 2003. *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 331.

⁵⁰⁰ FERNANDES, António José, *op. cit.*, p. 177.

⁵⁰¹ *Idem*, p. 178.

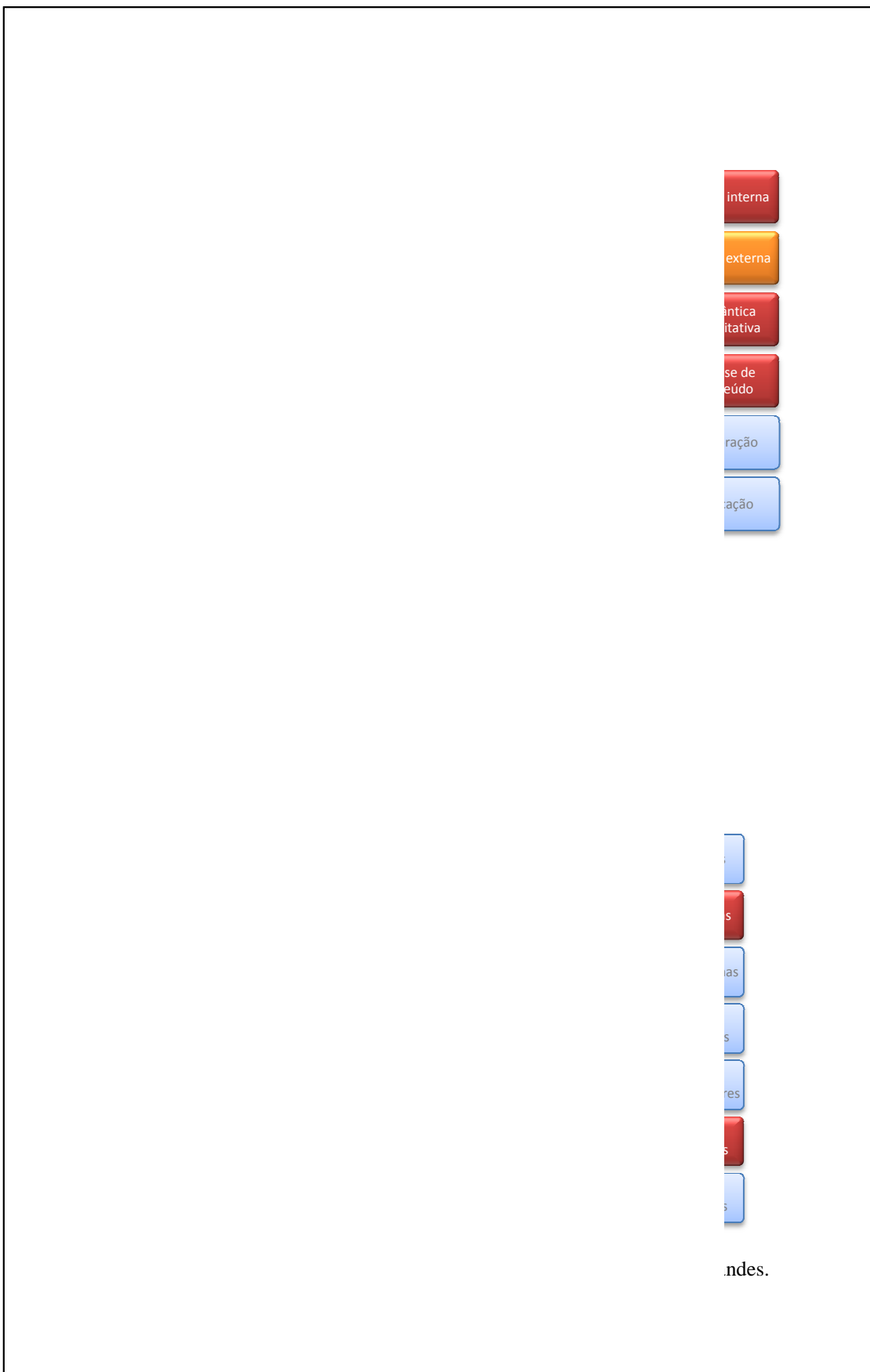
⁵⁰² DUVERGER *apud* FERNANDES, António José, *op. cit.*, p. 180.

ilustrativos destes fenómenos, especialmente sobre uma base geográfica, métodos não matemáticos, de acordo com Fernandes, mas também se realizaram histogramas, na forma de gráficos de barras, para melhor ilustrar a evolução dos fenómenos em estudo.

Assim, os métodos comparativos foram empregues nesta investigação principalmente na análise da fenomenologia das redes de ameaças (droga, migrações, terrorismo) para se observar a incidência geográfica dos fenómenos e a sua evolução ao longo dos tempos. Foram também utilizadas as interpretações de dados recolhidas com as entrevistas e com a análise da comunicação social da Guiné-Bissau. Estes métodos complementaram a observação documental sobre essas redes de ameaças.

Como já acima referido, para a análise do fenómeno “nexo segurança-desenvolvimento” foi utilizado preponderantemente a observação directa, mas antecedida de observação documental. Por fim esse fenómeno foi também incluído na análise da imprensa guineense. Essa análise visava essencialmente a recolha de informação sobre a ocorrência de notícias sobre os três fenómenos em estudo, mas foi utilmente complementada com o registo das ocorrências do conceito do nexo segurança-desenvolvimento ou conceitos conexos.

De forma resumida, pode observar-se no esquema da Figura 4.1 onde incidiram os maiores esforços da investigação (rectângulos a vermelho) e onde houve também alguma abordagem (a laranja). Os rectângulos em azul mais desvanecido indicam onde as opções de abordagem postuladas por A. Fernandes não tiveram muita importância (ou nenhuma) neste trabalho de investigação.



4.5. Investigação analítica

A investigação consistiu na análise de três diferentes tipos de elementos. Em primeiro lugar foi considerada toda a documentação oficial e bases de dados de instituições credíveis e/ou oficiais. Em segundo lugar obtiveram-se as entrevistas realizadas a entidades relevantes em Bissau, em Lisboa e em Bruxelas. Em terceiro lugar foi feita a análise dos jornais no período já identificado atrás.

4.5.1. Análise da documentação oficial e de bases de dados de instituições

Nesta fase da investigação, foi feita a análise de fontes primárias constituídas pelos documentos das instituições oficiais recolhidos, tanto na forma de relatórios, resoluções, declarações, etc., como num formato de maior quantidade de informação, como sejam as bases de dados. Algumas vezes, no entanto, os relatórios periódicos dessas entidades já incluíam as análises de dados recolhidas no período em consideração, pelo que se optou por adoptar as demonstrações e conclusões desses relatórios. Recursos importantes foram obtidos, neste sentido, do Gabinete da ONU para a Droga e Crime (UNODC) e do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), especialmente relacionados com o tráfico de droga e também tráfico humano e migrações, mas aflorando também a questão das redes terroristas.

O relatório de Março de 2010 do Departamento de Estado norte-americano sobre Estratégia Internacional do Controlo dos Narcóticos (*International Narcotics Control Strategy Report – Volume I – Drug and Chemical Control*) constituiu também uma fonte muito credível de dados e por isso a sua análise foi também naturalmente incluída neste estudo, como se poderá observar no capítulo seguinte.

4.5.2. Análise das Entrevistas

A metodologia seguida permitiu também recolher informações, em geral, no formato de entrevista, com resposta oral ou escrita, junto do Secretariado Geral do Conselho (SGC) da UE, da Comissão Europeia (COM), do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), do Ministério da Defesa e do EMFGA, das autoridades da República da Guiné-Bissau (RGB) e de elementos de missões internacionais naquele país, com especial relevo para a missão UE de Reforma do Sector de Segurança e Defesa da Guiné-Bissau (*EU SSR Guinea-Bissau*). Outras personalidades, consideradas relevantes nas matérias em apreço, foram também convidadas a pronunciarem-se sobre alguns aspectos da pesquisa. Esses elementos foram recolhidos em gravações de som, por meios informáticos e pelo tradicional recurso a lápis e papel, no caso de entrevistas em que o entrevistado não permitia gravação de som, nem emitia opiniões escritas. A investigação foi conduzida através de conversas e entrevistas a entidades oficiais e alguns actores no terreno, em Bissau, principalmente, mas também em Lisboa e em Bruxelas, procurando verificar-se que onexo segurança-desenvolvimento é compreendido e utilizado a favor dos projectos em que esses responsáveis ou actores se envolvem. Mas a riqueza das respostas permitiu retirar outros dados e ideias. Como foram tratadas essas entrevistas? As entrevistas deste trabalho são semi-estruturadas, ou seja, semidirectivas, de acordo com Laurence Bardin⁵⁰³. “A análise de conteúdo de entrevistas é muito delicada. (...) Exige uma *perícia* muito mais dominada do que a análise de respostas a questões abertas ou à análise de imprensa”⁵⁰⁴. No entanto, o recurso à análise de conteúdo, para tirar partido de um material dito “qualitativo”, é indispensável, seja esse material constituído por entrevistas de inquérito, ou de recrutamento, ou de psicoterapia, que proporcionam um material verbal rico e complexo.⁵⁰⁵

Bardin também sublinha que o “analista que lida com este tipo de material verbal fica rápida e concretamente sujeito a um dilema. Pode, certamente, proceder a uma análise

⁵⁰³ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 89.

⁵⁰⁴ *Idem*, p. 90.

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem*.

de conteúdo clássica, com *grelha de análise categorial*, privilegiando a repetição de frequência dos temas, com todas as entrevistas juntas. A técnica já deu provas e permitiu percorrer ao nível manifesto todas as entrevistas.”⁵⁰⁶ A *grelha de análise categorial* não foi utilizada neste caso, pois as respostas registadas foram dadas em diferentes circunstâncias e utilizando também vários tipos de suporte, pelo que os valores obtidos seriam de pouco valor. Realizaram-se dois níveis de análise, em duas fases sucessivas, em que uma enriqueceu a outra, aumentando a produtividade da informação final. O primeiro nível consistiu num processo de decifração estruturada centrado em cada entrevista. Cada entrevista foi construída sobre uma lógica específica, como alerta Laurence Bardin. “Sob a aparente desordem temática, trata-se de procurar a estruturação específica, a dinâmica pessoal que, por detrás da torrente de palavras, rege o processo mental do entrevistado”⁵⁰⁷.

Num segundo nível passou-se à interpretação do “sentimento” geral dos entrevistados relativamente ao tema (ou temas) sobre o qual se pronunciaram. Tirou-se proveito da ideia de que geralmente têm uma importância fundamental as primeiras frases de uma entrevista não directiva, pois “apanhado desprevenido, sem tempo para se «defender», o entrevistado mostra a sua estruturação temática, de imediato e quase sem querer”⁵⁰⁸. Contudo, esta é uma vantagem relativa, pois o método de estudo de casos, ou “análise intensiva”, como referido por Marinús Pires de Lima, tem o inconveniente de que “a sua não estandardização favorece a excessiva dependência da capacidade e da equação pessoal do investigador e, conseqüentemente, tornam este instrumento dificilmente transmissível”⁵⁰⁹ Em primeiro lugar é preciso “ler”, sublinha Laurence Bardin, embora não considere que o processo se esgote na leitura e compreensão do que foi lido. Assim sugere a possibilidade de se utilizar uma pergunta como ferramenta auxiliar: “O que está esta pessoa a dizer realmente? Como é isso dito? O que poderia ela ter dito de diferente? O que não diz ela? Que diz sem o dizer? Como é que as palavras, as frases e as sequências se

⁵⁰⁶ *Idem*, p. 91.

⁵⁰⁷ *Idem, ibidem*.

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 93.

⁵⁰⁹ LIMA, Marinús Pires de, *op. cit.*, p. 18.

encadeiam entre si? Qual a lógica discursiva do conjunto? Será que posso resumir a temática de base e a lógica interna específica da entrevista?”⁵¹⁰.

Aquela autora propõe⁵¹¹ a seguinte estrutura de decomposição de possibilidades analíticas: Em primeiro lugar, executar uma análise temática, pela divisão do texto em alguns temas principais.

Em segundo, identificar as características associadas ao tema central: ao concentrarmo-nos mais no tema central da investigação podemos extrair os significados associados na mente das pessoas.

Em terceiro lugar, fazer uma análise sequencial, ou seja, dividir a entrevista. Estão na base desta divisão critérios semânticos (organização de sequência em torno de um tema dominante), mas também estilísticos (ruptura de ritmos, operadores gramaticais). O investigador deve também verificar as sequências em que se divide a entrevista e estabelecer um quadro esboço de análise.

Em quarto lugar, fazer a análise das oposições, ou seja, o investigador verifica se existe o “minicombate maniqueísta” referido por Bardin⁵¹², ou seja, deverá tentar encontrar o conceito enunciado mas também verificar a existência do seu oposto. Encontrar o seu esquema é também uma maneira de analisar o texto. Comentar o que foi encontrado. Em quinto lugar aparece a análise da enunciação:

“Uma entrevista, como se trata de uma fala espontânea de inquérito, é feita de palavras, expressões, fins de frase aparentemente supérfluos, não levados em conta pela determinação semântica de procura de termos, mas muitas vezes, de facto, portadores de sentido. Além disso, o próprio estilo, nas suas variações, está carregado de significações. Uma leitura da «maneira de dizer», separada da leitura temática, pode completar e aprofundar a análise”⁵¹³

⁵¹⁰ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 93.

⁵¹¹ *Idem*, pp. 98,99.

⁵¹² *Idem*, p. 100. Por “minicombate maniqueísta” a autora quer referir-se a elementos antagónicos aparecem sequencialmente no mesmo discurso, inflectindo a lógica em sentidos opostos. Entre os exemplos que refere, são sugestivos “angústia da partida” e “prazer de partir”, ou “trabalho” versus “prazer”. A propósito da “análise das oposições”, Laurence Bardin escreve: “Dois universos opostos, num combate maniqueísta, defrontam-se nesse discurso. Encontrar o seu esquema é também uma maneira de analisar o texto”.

⁵¹³ *Idem*, p. 101.

Este foi o fulcro do trabalho de análise das entrevistas realizadas, tendo havido o cuidado de se tentar qualificar, para uma compreensão mais simples da enunciação que o entrevistado utilizava no discurso.

Em sexto lugar a autora propõe a análise do esqueleto da entrevista (estrutural e semântico): “As diferentes abordagens anteriores permitem agora esclarecer o miolo substancial da entrevista, tanto no plano da organização cognitiva como no da temática profunda (ou seja, latente, no sentido em que o locutor não tem clara consciência disso)”⁵¹⁴. Esta possibilidade foi explorada, dentro das limitações da estrutura das entrevistas dotadas de um carácter semi-dirigido. Bardin nota que “os escritos, limitados, embora sejam a resposta às mesmas perguntas feitas em directo a locutores que responderam verbalmente, são muito diferentes do jogo da fala de uma entrevista”.⁵¹⁵ No entanto – refere a autora - a sua temática não se afastará das entrevistas ao vivo e, se a sua enunciação é fraca, pois não existe a riqueza retórica espontânea da oralidade, a lógica interna mantém-se presente, embora mais simples, “e isso é suficiente para ilustrar a análise de um conjunto”⁵¹⁶. O investigador atendeu a este aspecto, pois embora inicialmente tivesse considerado que o conjunto das entrevistas poderia não ter valor devido ao modo diverso como as respostas foram recolhidas, acabou por sentir isso mesmo, que a lógica interna é que valorizava a análise.

As entrevistas tiveram uma primeira leitura codificada, a três níveis, temático, de estrutura e de expressão, de forma poderem ser preparadas as grelhas categoriais transversais, por um lado, e poderem fornecer hipóteses de interpretação (p. ex. “os entrevistados não entendem a relação entre segurança e desenvolvimento e não identificam sinergias entre estes dois”).

⁵¹⁴ *Idem*, p. 102.

⁵¹⁵ *Idem*, p. 104.

⁵¹⁶ *Idem, ibidem*.

Presença da Comunidade Internacional nos projectos de Segurança e Desenvolvimento	Entrevistas				
	1	2	3	...	N
Principais características enunciadas pelos entrevistados	X	X			
Factores mais comuns a todas as entrevistas			X		
“			X		X
“	X	X			

Figura 4.2: Grelha categorial transversal de entrevistas sobre nexos segurança-desenvolvimento (exemplo hipotético)

Laurence Bardin nota, no entanto, que “quando se faz análise de entrevistas, raramente é possível estabelecer uma grelha categorial única e homogénea, devido à complexidade e à multidimensionalidade do material verbal.” No entender desta autora é preferível atacar em várias frentes, para o que apresenta duas possibilidades: assumir um ponto de vista geral e homogéneo ou analisar alguns aspectos específicos.⁵¹⁷ Estas duas abordagens completam-se, no entanto, pelo que poderá ser vantajoso, em algumas circunstâncias, adoptar as duas.

Para a análise das entrevistas, especialmente na sua componente directiva, ou seja, em que se pode quantificar parte dos conteúdos das respostas e submetê-los a comparações, então, considerou-se também a utilização do método da “Asserção Avaliativa” (*evaluative assertion analysis*), postulado por Charles E. Osgood⁵¹⁸ e proposto por Laurence Bardin⁵¹⁹. Esta técnica mede as atitudes do locutor quanto aos objectos de que ele fala, especialmente nas entrevistas conduzidas em Bissau, junto dos naturais, foi possível vislumbrar as vantagens deste método. No entanto o *corpus* de entrevistas não incluía só casos com essas características específicas, pelo que a adopção do método se

⁵¹⁷ *Idem*, p. 116.

⁵¹⁸ Charles Egerton Osgood (nascido a 20 de Novembro de 1916 e falecido a 15 de Setembro de 1991) foi um psicólogo Norte-americano conhecido essencialmente pelo desenvolvimento da técnica de medição dos significados cognitivos dos conceitos, designada por *semantic differential*.

⁵¹⁹ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 201.

revelaria intrincada, e de difícil interpretação e os resultados não pareciam estar garantidos. Assim, o esforço foi levado a cabo no método da enunciação, que à frente se descreve.⁵²⁰

Especialmente no que diz respeito à parte não directiva das entrevistas realizadas, o método de análise de conteúdo escolhido foi o da enunciação, descrito por Laurence Bardin, por se apoiar numa concepção de comunicação como processo e não como dado.⁵²¹ Funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais (Bardin, 2008: 215). A análise da enunciação foi primeiro desenvolvida por M.-C. D’Unrug e aplica-se particularmente a um tipo de discurso habitualmente abandonado pelas técnicas exactas: a entrevista não-directiva. Nesta concepção o material de estudo não é apenas um *dado*, mas, mais do que isso, é um *processo* (“a produção de palavra é um processo” – afirma Bardin).

Como é que esse processo se desenrola? Há vários aspectos a considerar. Em primeiro lugar, há que atender às condições de produção da palavra, considerando se existe um triângulo locutor, objecto do discurso, entrevistador. Assim, a mensagem é analisada desde que é produzida pelo entrevistador até que é compreendida e respondida pelo entrevistado. Nota Bardin que o discurso que contém a mensagem é, por um lado, “uma actualização parcial de processos na sua grande parte inconscientes», e, por outro, a estruturação e as transformações provocadas pela passagem pelo «fluxo» de linguagem e pelo «outro»”,⁵²².

Depois há que considerar o desvio pela enunciação. Este esforço de compreensão baseia-se essencialmente na análise da lógica do discurso (dinâmica da entrevista) e nas figuras de retórica. Este desvio permite a inferência indirecta, ou seja, os indicadores formais elucidam sobre o processo, e a compreensão deste facilita a referenciação e a interpretação dos conteúdos. Há ainda que considerar uma convergência de influências teóricas e metodológicas. O entrevistado tenta estruturar o seu discurso para corresponder

⁵²⁰ No entanto, pode observar-se nas fichas “Matriz Geral de Análise de Conteúdo de Entrevistas” (em anexo) uma coluna (“Notas”), a última, onde se classificou como *muito positivo* (+2), *positivo* (+1), *negativo* (-1), *muito negativo* (-2) ou neutro (o valor “zero”) a forma como se entendeu que o interlocutor compreendia o nexos segurança-desenvolvimento.

⁵²¹ Esta técnica foi aplicada essencialmente à parte não directiva das entrevistas realizadas. As questões sobre o nexos segurança-desenvolvimento foram também alvo de outro tipo de tratamento, embora sucinto, como explicado acima.

⁵²² BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 216.

aos indicadores de que dispõe, quer seja uma teoria explicativa que tenha adoptado, quer seja um método retórico ou não, que lhe facilite a apresentação de ideias. A fase final deste processo é a aplicação da análise de enunciação à entrevista não directiva, que constitui o âmago deste trabalho. Mas o que é uma entrevista não directiva? Em primeiro lugar, obedece à atitude não directiva ou centrada na pessoa. Supõe uma atitude de consideração positiva e incondicional (nem selecção, nem juízo de valor ou de desvalorização) da parte do entrevistador, uma atitude de empatia (coloca-se no ponto de vista e no quadro de referências do entrevistado) e o recurso às técnicas de reformulação (remissões, resposta-reflexo). Em segundo lugar, desenvolve-se deliberadamente segundo a lógica própria do entrevistado, sendo as únicas limitações as *instruções temáticas* postas à partida para centrar a entrevista no assunto que interessa ao entrevistador e à presença deste como interlocutor. Na técnica aplicada pelo investigador neste caso, foi dado conhecimento, antes do início da entrevista de qual o tema geral da mesma, explicou-se que se iriam colocar várias questões e incentivou-se o entrevistado a dispor à vontade do tempo e a desviar a abordagem à questão para uma forma que melhor lhe conviesse. Em terceiro lugar, a entrevista não directiva é dotada de uma formatação mínima, um aspecto de improvisação devido a uma relativa autonomia (cada entrevista forma um todo original e singular, mas comparável em certa medida às outras, devido à normalização da questão inicial). Neste caso, a todos os entrevistados foi colocado o mesmo par de perguntas para além de outras, aplicadas caso a caso.

4.5.3. Condições e organização de uma Análise de Enunciação

Os especialistas da análise de conteúdos, já acima referidos, indicam que o *corpus* de entrevistas deverá ter de 15 a 30 entrevistas. A amostragem deverá ser rigorosa, pois a diferenciação das variáveis, sexo, idade, etc., ao nível do resultado impõe um aumento daquele número, nos aspectos que possam afectar directamente as variáveis em estudo. A análise no caso específico desta investigação foi centrada essencialmente na *singularidade da elaboração individual* do discurso pelo que sua a redacção respeitou a liberdade e a

criatividade individuais. A preparação do material teve também em linha de conta, sempre que adequado, o registo das pausas, hesitações, bordões, etc.

Esta análise passou por diferentes etapas. Foi temática, em primeiro lugar, ou seja, atendeu à frequência dos temas, e depois foi de enunciação, em que cada entrevista foi estudada em si mesma como uma totalidade organizada e singular. O alinhamento e a dinâmica do discurso foram também tomados em consideração. Pretendeu-se encontrar a lógica intrínseca que estruturou cada entrevista (ou seja, análise lógica e análise sequencial). Outro factor a considerar na análise foi o estilo empregue pelo entrevistado, atendendo-se a que a expressão e o pensamento progridem lado a lado. Por último, foi também analisado o emprego de figuras de retórica. Os resultados interpretados são explicados, mais à frente, no capítulo 5, onde também se apresentam os esquemas práticos adoptados.

4.5.4. Análise da Comunicação Social

Outra fase da investigação debruçou-se sobre a análise da comunicação social editada em Bissau, desde Junho de 2009 a Março de 2010. O enfoque foi dado à imprensa escrita, embora tivesse sido feita também alguma pesquisa na *internet*, especialmente sobre os conteúdos de alguns blogues guineenses ou geridos por guineenses. Os meios rádio, esparsos mas única comunicação social que abrange todo o território, não foram considerados para análise profunda, mas serviram para a compreensão de alguns aspectos particulares. De referir, no entanto, a relevância da rádio *Sol Mansi*, que tem programas apoiados pela ONU, por exemplo, para sensibilização das populações, e especialmente dos militares, relativamente à necessidade da Reforma do Sector de Segurança.

A análise da imprensa escrita seguiu também procedimentos que incorporam os trabalhos de Laurence Bardin e as técnicas explicadas na sua obra *Análise de Conteúdo*, já consideradas na análise de entrevistas. A organização da análise passou por três fases: inicialmente uma pré-análise, para identificar os pontos sobre os quais aplicar as técnicas;

depois a exploração propriamente dita do material; finalmente o tratamento dos resultados, incluindo a inferência e a interpretação.

A pré-análise foi essencialmente um período de intuições para sistematizar ideias iniciais e estabelecer o programa. Serviu muito para se entender as técnicas e os maneirismos dos jornalistas guineenses e algumas peculiaridades que serão desenvolvidas mais à frente. Foram identificadas três missões: (i) escolha dos documentos a serem submetidos à análise (todos os jornais de período de 24 de Junho de 2009 a 18 de Março de 2010 que se conseguiram obter localmente ou com o apoio do IPAD); (ii) a formulação das hipóteses e dos objectivos, que seguiam a lógica deste trabalho de investigação e portanto adoptando os seus próprios objectivos e hipóteses; (iii) a elaboração de indicadores para fundamentação da interpretação final.

Pré-análise

O tratamento dos jornais guineenses, durante a pré-análise, foi objecto das seguintes tarefas, executadas sequencialmente, conforme identificadas por Bardin⁵²³.

1.^a tarefa – A leitura “flutuante” – para o investigador se deixar invadir por impressões e orientações;

2.^a tarefa – A escolha dos documentos – neste caso todos os jornais do período acima indicado a que foi possível aceder. Este *corpus* obedeceu a um conjunto de regras⁵²⁴:
(i) **exaustividade** – não excluir nenhum dos elementos seleccionados no período em apreço. A amostra que foi possível obter não está completa, pois algumas edições não estavam acessíveis de momento, mas tal não prejudica este princípio, devido ao elevado

⁵²³ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, pp. 121 e seguintes.

⁵²⁴ Laurence Bardin identifica quatro regras fundamentais, que são as que aqui se discriminam. No entanto, João da Silva Amado, professor auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, apresenta seis, não considerando a “representatividade”. Para este autor, a formulação das categorias obedece a essas seis regras fundamentais, “que o investigador deve ter em conta nas diferentes fases de codificação e nas múltiplas revisões dos resultados a que vai chegando.” (AMADO, João da Silva. *Op. cit.*, p.57). Assim, Amado refere a exaustividade, a homogeneidade e a pertinência, tal como Laurence Bardin, mas acrescenta a objectividade e a produtividade, para além de ignorar a representatividade (ou seja, a faculdade de se utilizar a amostra relevante em vez do todo).

número de itens obtidos; (ii) **representatividade** – a análise pode efectuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste; (iii) **homogeneidade** – foram adoptados critérios claros de escolha, ou seja, neste caso foram incluídos todos os jornais disponíveis no período; (iv) **pertinência** – os jornais foram considerados adequados para as hipóteses e objectivos identificados acima.

3.^a tarefa – Formulação das hipóteses e dos objectivos – a hipótese a considerar era de que a comunicação social guineense seria sensível às ameaças tratadas mais atrás neste texto (tráfico de droga, migrações clandestinas / tráfico de pessoas e terrorismo) e, acessoriamente, que daria a devida relevância à questão da validade do nexo segurança-desenvolvimento (o que parece não se ter comprovado neste último aspecto). Assim, tratar-se-ia de verificar se a comunicação social guineense reflectia as preocupações da sociedade e da Comunidade Internacional com os fenómenos enunciados. Cumulativamente tentar-se-iam encontrar referências ao nexo segurança-desenvolvimento. O objectivo é a finalidade geral a que nos propusemos, o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados. De qualquer modo a abordagem adoptada nesta investigação é muito exploratória, pelo que as hipóteses de trabalho não puderam ser identificadas logo de início (pois o quadro de análise não estava determinado). No entanto, estes métodos exploratórios sistemáticos têm a vantagem de puderem servir de introdução aos únicos procedimentos experimentais capazes de apreenderem as ligações funcionais entre os planos vertical (nível de condições de produção enquanto variáveis independentes) e horizontal (nível dos textos analisados enquanto variáveis dependentes), conforme nota L. Bardin⁵²⁵.

4.^a tarefa – Referenciação dos índices e elaboração dos indicadores – nesta fase foram escolhidas as referências no texto – os índices – que foram considerados relevantes para a análise (droga, cocaína, tráfico, migrações, terrorismo, terroristas, etc.). Os índices retidos e a sua frequência de aparição serviram de indicadores da consciência da sociedade (ou, pelo menos, dos jornalistas locais) sobre aqueles problemas.

⁵²⁵ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 124.

5.^a tarefa – Preparação do material – Foram recolhidos e ordenados os periódicos e feitos recortes dos artigos relevantes, que se tornaram os elementos do *corpus* em análise. Este corpus deu origem aos elementos integrantes do anexo A deste texto.

Exploração do Material

A exploração do material constituiu uma tarefa, por si só e foi nesta fase que foram realizadas as operações de codificação, decomposição e enumeração, em função das regras previamente enumeradas.

Tratamento dos Resultados obtidos e interpretação

Os resultados em bruto foram tratados de maneira a serem significativos, ou “falantes”, como refere Laurence Bardin, e válidos. Foram realizadas operações estatísticas simples (percentagens) e outras um pouco mais complexas, que permitiram estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. Pela **codificação** os dados em bruto foram transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitiram uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo.⁵²⁶ A figura 4.1. apresenta um exemplo de uma ficha de jornal, utilizada para a recolha de elementos relativos às três ocorrências em estudo e à ocorrência de ideias ligadas ao nexos segurança-desenvolvimento, com vista à sua análise de conteúdos.

Para a **categorização** foi construído um suporte em forma de tabela de dupla entrada com categoria para cada material e cada objecto de análise. A figura 4.2. mostra a ocorrência das unidades de registo e de contexto na totalidade dos exemplares de jornais recolhidos durante o período em referência. A **inferência** consistiu na interpretação controlada da análise de conteúdos, tendo-se recorrido às fichas assinaladas acima e à

⁵²⁶ De acordo com a proposta analítica de Laurence Bardin a codificação faz-se por meio de três tipos de escolhas. A primeira é o recorte, onde se escolhem as unidades. A segunda é a escolha das regras de contagem. A terceira é a escolha das categorias, que se materializou, neste caso, pela classificação e agregação dos elementos.

elaboração de gráficos para melhor ressaltar algumas inferências mais interessantes e relevantes.

Um aspecto importante desta fase de investigação, como se viu, prendia-se com a análise dos resultados, tanto os esperados como os alcançados, com as diversas missões lançadas no âmbito de projecto de desenvolvimento ou de segurança, como é o caso das missões relativas a desenvolvimento, do primeiro pilar da UE (Comissão) e aquelas relacionadas com segurança e defesa, do segundo pilar (PESC/PESD). No entanto o esforço maior acabou por ser feito na análise de elementos práticos relacionados com as três ameaças à segurança e ao desenvolvimento e também à avaliação da compreensão da validade do nexo segurança-desenvolvimento.

Análise da Comunicação Social da Guiné-Bissau

Período: 24 de Junho de 2009 a 18 de Março de 2010

Jornal: BANTABA DI NÓBAS

Data	Tráfico de droga	Migrações (e tráfico humano)	Terrorismo	Nexo Segurança- Desenvolvimento	Notas
Título da Notícia e página onde se encontra					
24Jun09	Guerrilha colombiana envolvida no narcotráfico (p.12)	-	-	-	
04Set09	Preocupada com a instabilidade na Guiné-Bissau, União Africana e CEDEAO enviam uma missão conjunta ao país: "... visa igualmente ajudar a Guiné-Bissau na luta contra o tráfico de droga (p.12)				
16Set09	Estados Unidos felicitam o povo e as autoridades guineenses (p.4) Discurso do novo Presidente da República (p.6)	Malianos são os mais organizados entre todas as comunidades estrangeiras (p.3)	Guarda Costeira estava a fazer exercício em Washington (p.9) Bin Laden diz que Obama não conseguirá evitar derrota no Afeganistão e no Iraque (p.11)	Discurso do Presidente da República: "O desenvolvimento económico, social, cultural e técnico-científico é fundamental para a paz e a estabilidade no país" (p.7)	
29Set09	PR apela ao aumento da produção e da produtividade: "...e a qualquer tentativa de transformar a Guiné-Bissau numa placa giratória do tráfico", "... tráfico de droga..." (p.7)	Malien sont les plus organisés de toutes les communautés étrangères (pp. 1 e 5) PR apela ao aumento da produção e da produtividade: "... a tentativa de infiltração do terrorismo... migrações clandestinas" (p.7)	PR apela ao aumento da produção e da produtividade: "... a tentativa de infiltração do terrorismo... tomaremos parte activa na luta contra o terrorismo" (p.7)	-	
06Nov09	Migração e Fronteiras termina 2.º Ciclo de formação aos seus agentes: "... tráfico de droga" (p.9) Situação de fronteira... tráfico de droga..." (p.10)	Migração e Fronteiras termina 2.º Ciclo de formação aos seus agentes: "... o tráfico dos menores... devem merecer o combate de todos..." (p.9) Situação de fronteira... tráfico... crianças..." (p.10)			
10Nov09	Tráfico de droga e crime organizado continuam a ameaçar estabilidade (p.1) CEDEAO empenhada na estabilização da paz na Guiné-Bissau: "... combate ao narco..." (p.4) Tráfico de droga e crime organizado continuam a ameaçar estabilidade" (p.7)	-	Atrador matou 12 soldados no Texas (p.8)	-	
13Nov09	-	-	-	-	
25Nov09	Petromar inaugura novo posto de abastecimento em S. Domingos: "Carlos Gomes Júnior afirmou que o governo continuará na sua posição de combater o crime organizado e a tentativa de introduzir a droga no país (p.6)	-	-	Missão de FMI termina visita ao país. Satisfeito com desempenho do executivo na gestão económica do país: "... segurança... importantes... país rumo ao desenvolvimento" (p.4) Cimeira mundial sobre segurança alimentar: "Elaboradas... que assegurem condições mínimas de acesso aos alimentos..." (p.10)	
26Jan10	O Programa de Pesquisa "Voz de Paz" para a consolidação da paz faz balanço positivo de actividades (p.4) Guiné-Bissau: EUA preocupados com ligação entre traficantes e Al-Qaeda (p.10)	-	Guiné-Bissau: EUA preocupados com ligação entre traficantes e Al-Qaeda (p.10)	Um marco histórico na luta de libertação nacional: "Isso é prova que jamais haverá tiro. O mais importante é trabalhar, porque não há nenhum país no mundo que consegue avançar sem trabalhar" [Sanhá] (p.6)	

(as cores correspondem às notícias sublinhadas nos jornais)

Gravura 4.3: exemplo de uma ficha de jornal, utilizada na análise de conteúdos da comunicação social

Jornais analisados e # exemplares	Última Hora	Bantaba di Nôbas	Diário Bissau	Nô Pintcha	Kansaré	Gazeta de Notícias	Total	Aparcimento dos temas				
	14	9	16	18	3	16		76	D	M	T	N
24Jun09		1,0,0,0						1	0	0	0	0
25					1,1,0,0			1	1	0	0	0
26	2,0,1,1					0,0,1,0		2	0	2	1	1
2Jul09				1,0,0,1				1	0	0	1	1
3			0,0,0,0					0	0	0	0	0
6					0,0,0,0			0	0	0	0	0
8			4,1,0,0					4	1	0	0	0
22	2,0,1,2		1,0,0,0		2,1,0,1			5	1	1	1	3
27						0,1,0,0		0	1	0	0	0
30				0,0,0,1				0	0	0	1	1
24Ago09						0,1,0,1		0	1	0	1	1
25	0,0,0,0							0	0	0	0	0
27			0,0,0,0	0,0,1,0				0	0	1	0	0
3set09			1,0,1,0	1,0,2,0				2	0	3	0	0
4		1,0,0,0						1	0	0	0	0
10	2,2,1,1							2	2	1	1	1
14						2,0,1,2		2	0	1	2	2
16		2,1,2,1	4,0,1,0					6	1	3	1	1
18	3,1,0,0							3	1	0	0	0
23			1,0,1,0					1	0	1	0	0
25				2,1,2,0				2	1	2	0	0
28						3,0,0,1		3	0	0	1	1
29		1,3,1,0						1	3	1	0	0
30			0,0,0,0					0	0	0	0	0
10Out09				0,1,2,2				0	1	2	2	2
7			2,0,1,0					2	0	1	0	0
12						1,0,0,1		1	0	0	1	1
21			1,1,3,0			0,1,0,1		2	2	3	1	1
23				5,0,1,0				5	0	1	0	0
30				3,1,1,0				3	1	1	0	0
4Nov09						0,0,0,1		0	0	0	1	1
5			2,1,1,0					2	1	1	0	0
6	3,0,1,0	2,2,0,0						5	2	1	0	0
9						4,0,0,1		4	0	0	1	1
10		3,0,1,0						3	0	1	0	0
12				2,1,0,1				2	1	0	1	1
13	1,0,0,0	0,0,0,0						1	0	0	0	0
17						1,0,0,2		1	0	0	2	2
19			1,1,0,0	3,1,1,1				4	2	1	1	1
24	3,1,1,0					0,0,0,0		3	1	1	0	0
25		1,0,0,1						1	0	0	1	1
26				0,1,1,0				0	1	1	0	0
14Jan10	2,2,0,1			1,1,0,0				3	3	0	1	1
22	2,0,2,0		0,0,1,0	4,0,1,0		0,0,0,0		6	0	3	0	0
26		2,0,1,0						2	0	1	0	0
28				0,0,1,0				0	0	1	0	0
1Fev10	3,1,0,0							3	1	0	0	0
4			5,0,1,0	4,2,0,0				9	2	1	0	0
5						1,0,0,0		1	0	0	0	0
8	5,0,0,1							5	0	0	1	1
10			2,0,0,0					2	0	0	0	0
11				2,0,0,0				2	0	0	0	0
15	2,1,0,0							2	1	0	0	0
18			0,0,0,0					0	0	0	0	0
19				2,0,0,0		1,1,0,0		3	1	0	0	0
12Mar10						0,0,0,0		0	0	0	0	0
16	3,0,0,0							3	0	0	0	0
17						1,0,0,0		1	0	0	0	0
18				0,0,0,1				0	0	0	1	1
Total								118	33	36	26	26

Frequência de aparecimento dos temas em estudo, pelo número de páginas e pela ordem: Tráfico de Droga (D), Migrações (M), Terrorismo (T), Nexso Segurança/Desenvolvimento (N) – (D, M, T, N).

Figura 4.4. Ocorrência de Unidades de registo e de contexto

O trabalho de campo que encerrou a fase de investigação considerou-se terminado após a terceira campanha de visitas. As visitas tiveram lugar na Guiné-Bissau em Janeiro e Fevereiro de 2009 e, mais tarde, nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2009, onde foram contactados autoridades locais (políticas e militares), monitores do processo eleitoral, elementos da população (procurou-se o contacto com chefes de *tabanca*, principalmente) e agentes de ONG, especialmente as dedicadas a projectos de desenvolvimento.

4.6. Síntese

Esta parte prática do trabalho de investigação aplicou-se à descrição dos métodos e à investigação e análise dos dados visando demonstrar a existência de uma forte relação entre segurança e desenvolvimento, por um lado. Numa outra vertente, a análise de dados relativos às redes que ameaçam a segurança da Europa e de África, o crime organizado do narcotráfico, do tráfico humano e do terrorismo, visando demonstrar que a insegurança destes dois continentes decorre bastante do nível destas três ameaças, pelo que se forem anuladas, serão exponenciadas as condições para incremento do desenvolvimento e da segurança. Assim, este capítulo apresentou os métodos e técnicas de abordagem destes dados e as técnicas de interpretação.

Relativamente ao estudo da evolução das três ameaças e das áreas onde exercem a sua influência nefasta, recorreu-se ao seguinte: (i) para análise das redes de tráfico de droga entre África e Europa, no geral, e entre a Guiné-Bissau e a UE, em particular, a dados disponibilizados pelo UNODC, pelo Observatório Europeu de Droga e da Toxicodependência, pelo *Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs*, do Departamento de Estado Norte-americano, e também a algumas referências na comunicação social; (ii) para análise das redes de tráfico humano, incluindo migrações ilegais, aos dados estatísticos fornecidos por instituições internacionais e gabinetes de estudo deste fenómeno, nomeadamente Interpol, Europol, Serviço de Estrangeiro e Fronteiras português (SEF), UNODC, etc., e também informações recolhidas junto de entidades guineenses; (iii) para análise do fenómeno terrorista e suas implicações na estabilidade, segurança e bem-estar das populações, recorreu-se a órgãos apropriados da ONU e também a informações disponibilizadas por entidades governamentais, para além de se ter recorrido também à análise da comunicação social.

A investigação também utilizou técnicas de entrevista para recolha de dados. Foi assim seleccionada a técnica de *análise de enunciação*, aplicada a 18 entrevistas, sendo ainda possível analisar os dados recolhidos nessas entrevistas sobre a valorização dada aos

entrevistados sobre o nexo segurança-desenvolvimento. Utilizou-se neste caso o método da asserção avaliativa.

Um terceiro período de trabalho debruçou-se sobre a análise de um *corpus* de comunicação social escrita editada na Guiné-Bissau. A análise de conteúdos utilizada foi de base quantitativa e fundamentou-se nas contagens de ocorrências de termos relacionados com as três ameaças à segurança e ao desenvolvimento em estudo. Relativamente ao próprio nexo segurança-desenvolvimento, as suas ocorrências foram também quantificadas, obtendo-se assim um conjunto de dados e interpretações que irão ser apresentados no próximo capítulo.

Capítulo 5

Trabalhos de campo e resultados:

Estudo do caso da Guiné-Bissau

5.1. Introdução

Neste capítulo trata-se a parte prática, todas aquelas actividades que foram consideradas necessárias para se procurarem evidências de que o subdesenvolvimento é mantido devido a um conjunto de circunstâncias que ameaçam a paz e a segurança da Guiné-Bissau. Essas ameaças, já extensamente abordadas atrás, se desaparecerem deixarão terreno propício para que se germinem projectos de desenvolvimento do país, suportados por um ambiente de paz e de segurança propício.

São assim descritos o planeamento inicial de todas as actividades incluindo as visitas ao terreno e a preparação das entrevistas, a recolha de documentação oficial e da comunicação social escrita. Devido à sua importância também se abordam os principais programas de desenvolvimento e de segurança na Guiné-Bissau e os resultados eventualmente obtidos. Assim, numa abordagem inicial, apresenta-se o estudo dos fenómenos considerados mais catalisadores de um ambiente de insegurança entre África e a Europa, recorrendo-se a bases de dados de diversas instituições internacionais e nacionais. Este trabalho inicial destina-se a provar a existência dessas ameaças à segurança. Mas não serão abordados outros fenómenos que possam também contribuir para

o ambiente de insegurança na RGB, como a instabilidade política, a tradição fortemente enraizada na força das armas na gestão do poder⁵²⁷, etc.

Para além deste trabalho de análise de dados de fontes primárias⁵²⁸, para estudo dos fenómenos que causam insegurança, na parte prática dedicou-se grande porção do esforço de pesquisa à análise das entrevistas realizadas a entidades responsáveis pela condução de políticas de segurança e desenvolvimento e respectivos actores no terreno, como forma de confirmar a existência de consciência sobre onexo entre essas políticas. Incluem-se as visitas à Guiné-Bissau, onde foi possível discutir e testemunhar muito daquilo que está em questão aqui neste trabalho de investigação e que se condensou à volta da **hipótese prática** postulada, de que **anuladas as redes ilícitas de droga, tráfico humano e a ameaça das redes terroristas, estarão criadas as condições para se levarem a cabo projectos de desenvolvimento que criarão condições de vida, bem-estar e segurança**.

Apresenta-se a questão da implementação de estruturas de segurança e defesa como condição basilar para o bom funcionamento de planos de ajuda ao desenvolvimento e programas de investimento neste país africano. Fez-se o acompanhamento e análise dos esforços da Comissão Europeia e do Conselho para a implementação de medidas para a diminuição de crises, de acordo com o conceito UE de gestão de crises. Para tal, foram também estudados os desenvolvimentos da doutrina de gestão de crises da UE.

Por último foi dedicado algum tempo e esforço na análise da comunicação social de Guiné-Bissau, complementando a observação directa, que se materializou nos contactos com as populações, tanto em Bissau como no interior, principalmente em Mansôa, Bafatá, Farim e Mansabá.

Assim, a primeira secção deste capítulo trata da análise de documentação oficial sobre algumas das ameaças à UE, com origem na África Ocidental, com especial

⁵²⁷ Este aspecto, em particular, é tratado de forma muito profunda no trabalho de 2003 Álvaro Nóbrega, *A Luta pelo Poder na Guiné Bissau* (Lisboa: ISCSP) que, como o próprio título indica, se debruça sobre as questões do poder numa lógica que também abrange a intervenção armada.

⁵²⁸ Conforme referido no capítulo anterior, recorreu-se a um conjunto de documentos, na forma de relatórios, declarações e bases de dados da ONU, da UE, da UA e de organizações sub-regionais africanas. Também se recorreu a outro tipo de fontes, de entidades nacionais de credibilidade reconhecida, como o Departamento de Estados norte-americano.

incidência na RGB, e que afectam também a segurança e o desenvolvimento deste país, análise apoiada principalmente em fontes primárias. Esta análise é efectuada sobre um conjunto de documentos das entidades representativas (ONU, UE, etc.), nomeadamente relatórios, discursos e bases de dados. O tráfico de droga, o tráfico humano e as migrações clandestinas e o fenómeno terrorista serão analisados qualitativa e quantitativamente, em três níveis, iniciando-se a nível global, passando pela observação no nível regional e centrando-se depois no nível local, ou seja, na Guiné-Bissau. A segunda parte deste capítulo é dedicada à análise das entrevistas realizadas, tanto na perspectiva qualitativa como na quantitativa, com o propósito de se avaliar o grau de penetração do conceito “nexo segurança-desenvolvimento”. Esta secção analisará diferentemente as entrevistas em Lisboa, em Bruxelas e em Bissau, capitais onde se considerou concentrarem-se grande parte dos peritos e das informações sobre o assunto em questão (para além das sedes de organismos da ONU relevantes). A terceira parte contém a análise da imprensa da Guiné-Bissau, constituindo-se como um estudo essencialmente quantitativo aplicado a jornais diários (e outros periódicos) editados na Guiné-Bissau no período que vai desde as eleições presidenciais antecipadas de Junho de 2009 até às vésperas do golpe de 1 de Abril de 2010. Com este estudo procurou-se analisar a sensibilidade da imprensa escrita para os fenómenos identificados como ameaças na interdependência entre a Guiné-Bissau e a Europa – narcotráfico, terrorismo e tráfico humano. Para além disso, procurou-se também medir a sensibilidade da imprensa para as questões da relação entre segurança e desenvolvimento. A quarta parte debruça-se sobre a observação dos projectos de segurança e desenvolvimento existentes no cenário em estudo. No fim são apresentados e debatidos os resultados. Começando-se pelos resultados obtidos com a análise da documentação e bases de dados institucionais dos três tipos de rede que ameaçam a segurança e o desenvolvimento – a droga, tráfico humano e terrorismo –, apresentam-se também as conclusões do estudo das entrevistas e as do estudo realizado à comunicação social na forma escrita.

5.2. Situação da Guiné-Bissau

Façamos agora um resumo sucinto da história da Guiné-Bissau, o seu enquadramento geopolítico, sua caracterização, do ponto de vista da população e território, e uma pequena abordagem das causas da sua actual crise.

A Guiné-Bissau tornou-se independente em 1974, após 13 anos de conflito armado contra a potência colonial, Portugal. Desde a independência até ao ano de 1991, vigorou no país o sistema político de país único, de natureza marxista, decorrente da própria ideologia que tinha servido de base para a luta de libertação. Após esse período o país iniciou a transição para um regime de tipo democrático, tendo-se observado o aparecimento de uma corrente de oposição política ao PAIGC, partido que tinha conduzido a luta de libertação. A 7 de Junho de 1998 dá-se uma revolta das Forças Armadas, por causa da demissão do CEMGFA, o que despoletou uma guerra civil que, em nove meses de duração, destróçou o país. Um acordo de paz acabou por ser assinado em Abuja, na Nigéria, em Novembro de 1998. As partes concordavam com a partilha do poder e com a entrada de uma pequena força de paz da ECOMOG⁵²⁹ para ajudar na implementação do acordo. Em Fevereiro de 1999 é estabelecido um Governo de Unidade Nacional mas, em Maio seguinte, dá-se novo golpe de Estado, levando ao exílio do Presidente Nino Vieira e ao fim do regime. No entanto, no final desse ano de 1999 realizaram-se eleições que levaram à transferência do poder dos militares para um governo civil, com Kumba Yalá como Presidente da República. Quase um ano depois o General Ansumane Mané, que tinha Estado à frente da Junta que se opôs a Nino Vieira em 1998, é morto durante uma intentona militar para controlo das Forças Armadas.

A região Ocidental de África, onde a Guiné-Bissau se insere, inclui a Mauritânia, Senegal, República da Guiné, Serra Leoa, Libéria, Níger, Nigéria, Togo, Benim, Burkina-

⁵²⁹ ECOWAS Cease-fire Monitoring Group (Grupo de Monitorização do Cessar-fogo da Comunidade Económica dos Países da África Ocidental).

Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Mali e Gana. Esta região constitui um imenso espaço, de cerca de 6,7 milhões de quilómetros quadrados e tem uma população de cerca de 200 milhões de habitantes⁵³⁰. A região tem uma taxa de crescimento anual da população acima dos 2,5%, o que poderá fazer com que a população duplique nos próximos 20 anos, segundo escreve Álvaro Nóbrega. A população não se encontra distribuída uniformemente, principalmente devido às condições climáticas e características morfológicas do terreno. O Deserto do Sará, a estepe desértica que se lhe segue para Sul e a floresta “determinaram uma distribuição desigual das populações ao longo da região, bem como dois modos de vida: a pastorícia e o nomadismo a norte; a agricultura itinerante a Sul”⁵³¹ Relativamente aos recursos da região, Álvaro Nóbrega refere que o “gigantismo da região, os recursos de que dispõe (fosfatos, petróleo, madeiras, diamantes, pesca, produtos agrícolas de exportação) não geram riqueza suficiente para sustentar o acelerado crescimento da população.”⁵³²

A Guiné-Bissau está rodeada de países francófonos, originados da antiga África Ocidental Francesa, pelo que a França continua a exercer um grande peso em termos de influência na região. Assim, sem surpresa, a Guiné-Bissau tem vindo a ser integrada nas grandes iniciativas regionais da Francofonia. Apesar disso, a Guiné-Bissau tem uma identidade própria, distinta da dos seus vizinhos, apesar de afinidades etno-culturais. Por outro lado, como nota Nóbrega, “a cultura nacional guineense, que se promove, é, na prática, uma cultura crioula de matriz cristocêntrica e portuguesa, por oposição à islâmica e francófona prevalectes no Senegal e em Conacri.”⁵³³

A Guiné-Bissau vem vivendo uma crise desde o conflito de 1998-99. As sucessivas tentativas de normalização, os períodos de acalmia, só têm vindo reforçar, por contraste, a imagem de um país à espera de melhores dias. Desde a assinatura do acordo de paz de Abuja a Guiné-Bissau já passou por várias explosões de violência que acabaram por deitar por terra as frágeis estruturas de Estado, de economia e de segurança e paz que arduamente

⁵³⁰ NÓBREGA, Álvaro. 2003. *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 37.

⁵³¹ *Idem*, p. 38.

⁵³² *Idem*, p. 39.

⁵³³ *Idem*, p. 43.

se iam levantando. Em Novembro de 2000, um ano após o acordo de paz de Abuja, dá-se uma tentativa de golpe para a tomada do poder militar pelas armas, numa clara demonstração da fraqueza da governação civil instituída pelas eleições. O general Ansumane Mané, que liderava os golpistas, morre na tentativa. Em Setembro de 2003, Kumba Yalá é deposto por um golpe militar e Henrique Rosa assume interinamente a Presidência. Em 2005, o antigo Presidente Nino Vieira é re-eleito, comprometendo-se com um projecto nacional de desenvolvimento económico e de reconciliação nacional. No entanto, acabou por ser assassinado em Março de 2009, pouco depois do atentado que vitimou o CEMGA guineense, general Tagma na Wae. Malam Bacai Sanha é então eleito após eleições presidenciais em Junho-Agosto de 2009. Após um período de grandes expectativas da Comunidade Internacional, devido a um ambiente de segurança muito promissor relativamente ao apoio ao desenvolvimento, em 1 de Abril os militares fazem novo golpe, prendendo o CEMGFA, Almirante Zamora Induta, e detendo, por algum tempo, o primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, a que ameaçam publicamente matar.

Pode dizer-se, então, que a actual situação de fragilidade do país é também devida às profundas feridas feitas durante a guerra civil de 1998-99 e que nunca sararam. Mas outros factores, que não apenas os endógenos, serão responsáveis pela manutenção do clima de instabilidade e de fragilidade permanente, como à frente se observará melhor.

Que soluções apresentam para o futuro da Guiné-Bissau os actores relevantes da Comunidade Internacional? Patrícia Magalhães Ferreira, num estudo elaborado em Julho de 2001 para o ECDPM⁵³⁴ (Centro Europeu para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento), apontava desafios e algumas soluções para a permanente crise da Guiné-Bissau⁵³⁵. A autora considerava entre os desafios, a consolidação da democracia e

⁵³⁴ A ACDPM (*European Centre for Development Policy management*) é uma fundação independente criada em 1986 cuja prioridade são as relações dos países ACP com a UE (de acordo com os acordos de Lomé e Cotonu). Tem colaborado com muitos estudos para a UE, especialmente sobre questões de África. Patrícia Ferreira é um dos colaboradores permanentes desta organização. Tem delegações em Maastricht e Bruxelas.

⁵³⁵ FERREIRA, P., GUIMARÃES, S. 2001. *A Resposta Política e de Desenvolvimento da União Europeia na Guiné-Bissau*. (Document de réflexion ECDPM 30). Maastricht: ECDPM [em linha]. [referência de 29 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Navigation.nsf/index2?readform&http://www.ecdpm.o

reforço das instituições democráticas, a restauração das forças armadas, a definição de uma política estratégica específica entre os interesses lusófonos e francófonos, a redução da dependência da ajuda externa, entre outros. Relativamente às oportunidades, num contexto de possibilidades de intervenção da UE para melhorar a situação de fragilidade da Guiné-Bissau, Patrícia Ferreira distinguia entre as políticas, as institucionais e as de implementação. Entre as oportunidades políticas referia o reforço da dimensão regional, a utilização da vantagem comparativa da UE como actor abrangente e facilitador imparcial, a promoção do diálogo político, a melhoria das ligações entre emergência e reabilitação, o aumento do enfoque em pequenos projectos participativos. As oportunidades institucionais seriam a descentralização da gestão das estratégias e programas de cooperação, o reforço dos recursos humanos e materiais da delegação da Comunidade Europeia e uma programação deslizando e abordagens “progressivas”. Relativamente às oportunidades de implementação, considerava a diversificação dos parceiros da cooperação, para incluir actores locais e não governamentais, a adopção de uma perspectiva de longo prazo no quadro de uma abordagem enquadrante, o financiamento directo de organizações locais, a melhoria dos mecanismos de coordenação, particularmente entre os Estados-membros, e o planeamento, gestão e avaliação das necessidades conjuntas. Claro que em quase dez anos, algumas destas oportunidades foram consideradas pela UE e aproveitadas, mas outras nunca viriam a ser aproveitadas até à data, como a promoção da coordenação entre os Estados membros da UE, Guiné-Bissau, que, embora declarada como frutuosa para os esforços locais da UE, não tem tido aplicação local pelos Estados membros da UE presentes.

rg/Web_ECDPM/Web/Content/Content.nsf/7732def81ddd7ac1256c240034fe65/2028ca9ce0fcbfb4c1256cd000424a92?OpenDocument>.

5.3. Ameaças à segurança e ao desenvolvimento da Guiné-Bissau

Faz-se aqui o estudo de algumas ameaças à segurança e ao desenvolvimento da Guiné-Bissau pela análise de algumas fontes primárias, começando-se pelo nível mundial, depois regional e finalmente local, na Guiné-Bissau. O tráfico de droga é um dos grandes males da humanidade afectando a segurança e o desenvolvimento a nível global. Impede que grandes regiões do mundo se desenvolvam e coloca nas mãos de redes criminosas grande parte da riqueza gerada com o consumo, meios financeiros que poderiam ser antes aplicados em desenvolvimento e bem-estar. O tráfico humano e as migrações em massa são outros dos importantes fenómenos mundiais que arrasam grandes faixas populacionais. Também a nível regional este fenómeno é devastador, como se observa, nomeadamente, em África, de onde as gentes partem tentando chegar aos “el Dorados” do Norte. Na Guiné-Bissau, e países vizinhos, é frequente serem interceptadas canoas cheias de gente, ou que ainda se preparam para partir, tentando chegar ao mar alto, com destinos europeus.

Outro fenómeno, o terrorismo, faz estremecer o sistema internacional, especialmente desde o ataque a Nova Iorque a 11 de Setembro de 2001. Terá em África algumas das suas mais importantes bases de treino e santuários. A Al-Qaeda desenvolveu alguns ramos como a “Al-Qaeda no Magrebe” e outras sucursais, naquilo que começa a ser referido como um *franchising* do terrorismo. A Guiné-Bissau arrisca-se a tornar-se um desses países. Existirão assim três principais ameaças à segurança da Guiné-Bissau.

5.3.1. Tráfico de droga

Qual tem sido a evolução do **tráfico mundial** de estupefacientes nos últimos anos? No relatório de 2009 do Gabinete para a Droga e Crime da ONU (UNODC), o seu responsável máximo, Antonio Maria Costa, assinala que, desde que há cerca de 100 anos se começou a tentar exercer controlo sobre a droga, se tem verificado que estes produtos

continuam a ser uma grave ameaça, a nível mundial, à saúde das pessoas⁵³⁶. Nos últimos anos tem sido crescente, embora ainda modesto, o coro de vozes vindas de políticos, da imprensa e mesmo da opinião pública, afirmando que o controlo das drogas não funciona. No entanto, o entendimento ainda continua a ser de que continua a ser necessário e útil proteger a sociedade contra o flagelo da droga, em vez de se adoptar um objectivo diferente, que seria o de abandonar tal protecção, com a liberalização do consumo, por exemplo.

Os argumentos a favor do fim do controlo da droga têm tido diferentes naturezas, de cariz económico, de saúde, mesmo de segurança, ou então a combinação destes aspectos. O argumento económico preconiza que com a legalização das drogas se poderia implementar uma lucrativa política de impostos sobre o consumo. Este parece ser, no entanto, um argumento tanto contra a eficácia como até anti-económico. Propor-se-ia assim um imposto perverso, conforme sublinhado no relatório do UNODC, nas linhas iniciais do seu prefácio, assinado por Antonio Maria Costa, que seria aplicado sobre aqueles, os consumidores, que constituiriam faixas populacionais marginalizadas, perdidas devido ao vício incapacitante, tentando-se com isso revitalizar a economia. Outro aspecto demonstrando a fragilidade deste argumento é de que o que se pouparia em custas judiciais e policiais seria muito menos do que os custos adicionais que recairiam sobre os sistemas de saúde, devido ao incremento inevitável do número de viciados.

Isto leva a analisar outro argumento, o da saúde. Os seus defensores afirmam que a legalização da droga teria reflexos positivos na saúde pública, ou seja, que as ameaças à saúde que os narcóticos representam poderiam ser evitadas pela regulação governamental do mercado das drogas. Mais uma vez o UNODC sublinha o carácter ingénuo e míope desta visão. Em primeiro lugar porque, quanto mais apertado o controlo, tanto mais cresceria o mercado paralelo, clandestino e criminoso. Em segundo lugar, porque só alguns, poucos, países ricos teriam a capacidade para levar a cabo tal tipo de controlo. O resto da humanidade, a grande maioria, sofreria ainda mais com tal medida. Esta levaria a

⁵³⁶ COSTA, Antonio Maria. 2009. *Preface. World Drug Report 2009*. Vienna : United Nations Office on Drugs and Crime. p. 1.

um estado de epidemia de estupefacientes que só os países ricos teriam possibilidade de controlar, deixando o resto da humanidade à mercê de todos os efeitos nefastos.

De acordo com o relatório de 2009 do UNODC, as estatísticas sobre drogas continuam a falar alto e claro, demonstrando que o crescimento do consumo se terá estabilizado e que a crise de narcóticos dos anos 1990 estaria agora sob controlo. É o que este relatório demonstra, pelo menos relativamente ao cultivo de papoila e de coca. Mais importante ainda, o relatório demonstra que os maiores mercados para os opiáceos (Europa e Sudeste Asiático), cocaína (América do Norte) e cannabis (América do Norte, Oceânia e Europa) estão em declínio, embora o aumento do consumo de drogas sintéticas seja preocupante.

Há ainda um terceiro argumento para que se termine o controlo das drogas, este dizendo respeito à segurança, e sobre o qual esta análise se debruça com um pouco mais de detalhe, pois constitui importante objecto da investigação. Os defensores deste argumento para o fim do controlo afirmam que se for legalizado o consumo de drogas o crime organizado perderá o seu mais lucrativo ramo de actividade. O UNODC não vê a realidade deste argumento de forma tão transparente como parece sugerir. Estando perfeitamente ciente das ameaças das máfias internacionais da droga, o UNODC tem defendido iniciativas e sensibilizado as grandes instituições para esta questão de segurança, de tal como que o assunto é agora periodicamente discutido no Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC). Assim o Gabinete conclui que, embora estes argumentos sobre o crime organizado internacional sejam válidos, o que se deverá fazer é exercer um maior controlo sobre o crime, sem diminuir o controlo sobre o consumo de droga. Ou seja, embora o argumento do crime esteja certo, as conclusões enunciadas pelos seus proponentes têm uma base falsa, essencialmente porque neste combate se contam vidas humanas.

Antonio Maria Costa, a propósito das ameaças do problema da droga postas à segurança, demonstrou claramente a relação entre as drogas e o crime no seu relatório *Organised Crime and its Threats to Security: Tackling a Disturbing Consequence of Drug*

*Control*⁵³⁷. Acabou assim por dedicar boa parte do texto do relatório do UNODC de 2009 a esta questão. Embora mais à frente se possa detalhar um pouco mais este assunto, alguns pontos podem desde já ser apresentados. Assim, relativamente a uma melhoria da eficácia no combate ao crime organizado (e à ameaça à segurança, que representa), A. Costa postula o seguinte: (i) a aplicação da lei deve desviar o seu foco de atenção dos consumidores de droga para os traficantes. A toxicodependência é uma condição de saúde, ou seja, as pessoas que tomam drogas necessitam de cuidados médicos e não de estatuto de criminoso. Se forem tratados, deixarão de dar lucros aos traficantes e aliviarão as sobrecargas nos sistemas de saúde. (ii) Os governos devem fazer um esforço para acabarem com as cidades que se encontram fora de controlo. Os negócios de droga, assim como os outros crimes, têm lugar essencialmente em ambientes urbanos controlados por grupos criminosos. O problema poderá ser resolvido pela criação de condições de vida dessas populações, especialmente dos jovens, vulneráveis às drogas e ao crime, ajudando-os com educação, empregos e desportos. (iii) O ponto mais importante é de que os governos devem implementar os acordos internacionais contra o crime organizado e contra a corrupção, assim como os protocolos com aqueles relacionados, relativos ao tráfico de pessoas, armas e migrações em massa ilegais. Estas obrigações internacionais não foram ainda levadas a sério. Enquanto isso – nota A. Costa –, África encontra-se sob ataque, cartéis de droga ameaçam a América Latina e as máfias penetram nas instituições financeiras mais fragilizadas⁵³⁸.

Há ainda muito mais que os países podem fazer para enfrentarem a força brutal do crime organizado, afirma o Director Executivo do UNODC. Na mesma linha, sublinha que o contexto no qual as máfias operam deve ser também motivo de tratamento. Dá como exemplo mais marcante a lavagem de dinheiro, que é crescente e praticamente não encontra oposição. Infelizmente raramente são honrados os compromissos para evitar a utilização de instituições financeiras para a lavagem de dinheiro de origem criminosa. Muitos cidadãos honestos, lutando para sobreviver numa época de economia difícil,

⁵³⁷ E/CN.15/2009/CRP.4 – E/CN.7/2009/CRP.4 [em linha]. [referência de 20 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.unodc.org/unodc/en/commissions/CCPCJ/session/18.html>>.

⁵³⁸ COSTA, Antonio Maria, op. cit., p. 3.

perguntam-se porque é que os lucros do crime – materializados em luxuosas propriedades, automóveis de luxo e aviões – não são confiscados. A. Costa sublinha também a importância crescente da *internet* como uma “arma de destruição maciça”, empregue pelos criminosos para conduzirem os seus negócios, incluindo acções terroristas, pelo que as autoridades governamentais devem criar mecanismos de protecção de utilização desse meio de comunicação.

Surpreendentemente, apesar da actual vaga de crimes a nível global, os apelos para novas medidas internacionais contra a lavagem de dinheiro e o crime cibernético continuam sem respostas⁵³⁹. Assim A. Costa afirma que o crime organizado transnacional nunca será parado pela legalização da droga, na medida em que os cofres das máfias são também, alimentados pelo tráfico de armas, de pessoas e dos seus órgãos, pela contrafacção e pelo contrabando, pela usura, pelos raptos e pirataria, e pelos atentados ao ambiente.

Pelo menos até agora a agenda que visa a legalização da droga tem sido fortemente combatida, e com sucesso, pela grande parte da nossa sociedade, nota A. Costa⁵⁴⁰. Sublinha no entanto que é necessário alterar as políticas de combate ao crime, pois já não é suficiente dizer não às drogas. É necessário também afirmar o não ao crime, escreve. Não há alternativa para melhorar tanto a segurança como a saúde, nota o Director executivo do UNODC. O fim do controlo dos estupefacientes seria um erro enorme. Igualmente catastrófico é o actual desinteresse pela ameaça à segurança que o crime organizado representa⁵⁴¹.

⁵³⁹ *Idem*, p. 3.

⁵⁴⁰ *Idem, ibidem*.

⁵⁴¹ *Idem, ibidem*.

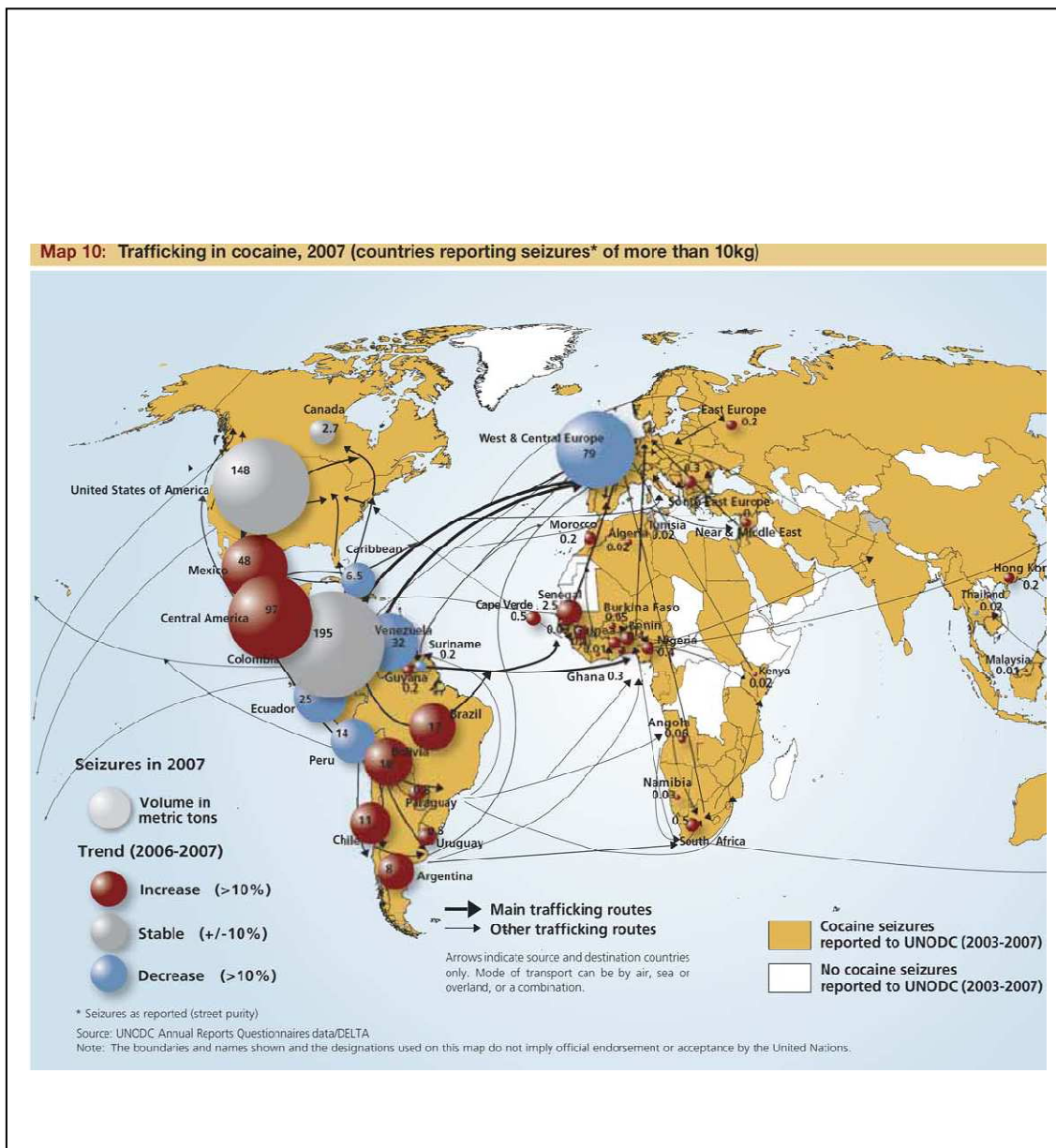


Figura 5.1: Tráfico de Cocaína em 2007 (países que reportaram capturas acima de 10Kg).

Fonte: UNODC, World Drug Report 2009, p. 79.

Se se analisarem as apreensões de cocaína desde que existe uma base de dados fiável, a do UNODC, verifica-se que, a par de um grande aumento dos volumes transaccionados e detectados (o ano de 2007 com cerca de cinco vezes mais apreensões, em toneladas métricas, do que 1987), se verifica que existe uma constância no enorme volume de apreensões nas Américas, tendo também a Europa (central e Ocidental) alguma

expressão. Já o resto do mundo, incluindo África, não é relevante, como se pode observar no gráfico da Figura 5.2. Ou seja, o alarme que tem sido posto relativamente ao tráfico de cocaína de África para a Europa ou não tem grande fundamento ou então o tráfico é sofisticado, sonhando as apreensões às autoridades.

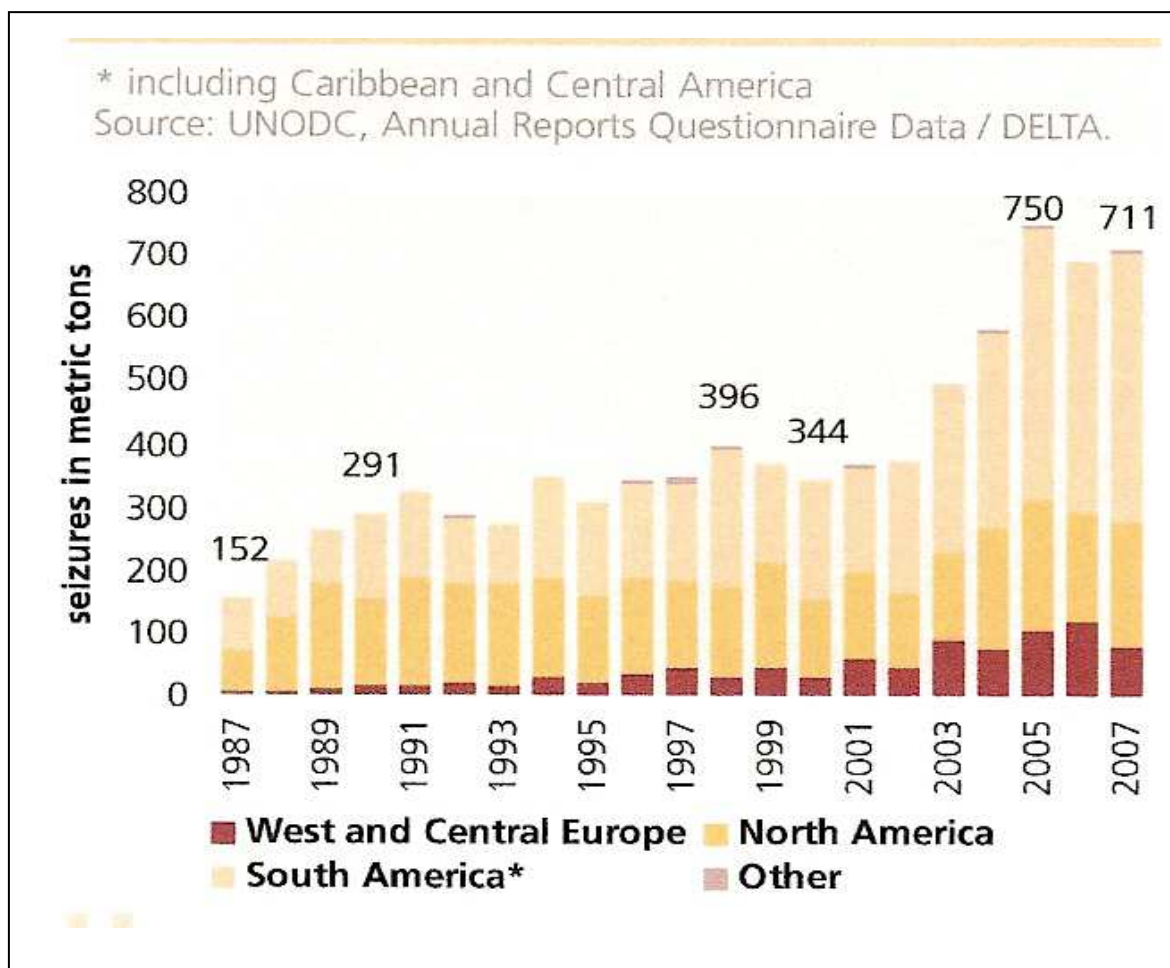


Figura 5.2: Apreensões mundiais de cocaína entre 1987 e 2007.

Fonte: UNODC, World Drug Report 2009

Após estas considerações sobre as questões do tráfico mundial de drogas, é altura de analisar o problema num **nível regional**. Assim, é útil para o âmbito desta investigação analisar-se a evolução do tráfico entre África e a Europa. Para além dos dados do UNODC, que dedica nos seus relatórios anuais bastante detalhe a esta ligação, recorreu-se também aos trabalhos do OEDT, sedado em Lisboa. O último relatório deste Observatório

confirma a existência continuada de entrada de cocaína e heroína na Europa. Enquanto este último estupefaciente tem por origem (remota) essencialmente o Sudeste Asiático, entrando na Europa essencialmente pela Ásia Menor e Balcãs, as principais rotas da cocaína têm origem nas Américas. No entanto, a tendência para o desvio para África (especialmente Ocidental), como entreposto de distribuição continua a ser uma preocupação, como indicam os elevados montantes das apreensões (que não deixam de ser a ponta do icebergue) realizadas no caminho entre aquele continente e a Europa. A cocaína continua a ser o estimulante mais utilizado na Europa e o relatório do OEDT confirma novos aumentos no consumo⁵⁴².

As novas rotas apareceram devido ao aumento da capacidade de intercepção dos governos dos países-alvo das redes. O desvio do fluxo para a África Ocidental originou a dispersão dos meios internacionais de combate ao tráfico e facilitou a entrada da cocaína na Europa. Parte desta droga acaba por entrar no mercado Norte-Americano vindo de países da União Europeia. O grande perigo é devido à fragilidade dos Estados onde os traficantes sediaram os entrepostos de droga, caso da Guiné, da Nigéria, do Senegal e da Guiné-Bissau. Os brutais valores em circulação esmagam completamente os orçamentos nacionais de países como a RGB, pelo que é fácil estas máfias apoderarem-se do controlo das instituições do Estado, nomeadamente as Forças Armadas, a Polícia e o sistema judicial.

Refere o relatório da EUROPOL de 1 de Abril de 2003 que “Grupos criminosos colombianos montaram empresas comerciais em países da África Ocidental, nomeadamente na Nigéria e no Gana, para facilitar o tráfico de navios de enormes quantidades de cocaína da América latina para a UE”⁵⁴³. Isabel Ebo⁵⁴⁴ nota também que “durante muitos anos a África do Sul e vários países da África Ocidental têm sido usados para o trânsito de cocaína pela via aérea”⁵⁴⁵. Baseando-se nas declarações da UE sobre o

⁵⁴² Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. 2009. *Comunicado, Relatório Anual 2009: destaques*. Lisboa: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência [retirado da página internet do OEDT, em 12 de Novembro de 2009, <http://www.emcdda.europa.eu>], p. 1.

⁵⁴³ EBO, Isabel. 2008. *A Geopolítica da Droga*. Lisboa : ISCSP.2008, p. 11.

⁵⁴⁴ Isabel de Jesus dos Santos Ebo, professora auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, investiga a problemática da droga na sua relação com a geopolítica.

⁵⁴⁵ EBO, Isabel, *op. cit.*, p. 11.

desenvolvimento das suas acções contra a droga no âmbito internacional⁵⁴⁶, afirma que aquele recorre a um conjunto de medidas económicas e comerciais, ao desenvolvimento de acções de natureza política e de cooperação, à disponibilização de ajuda através de programas de desenvolvimento, medidas de controlo e outros meios práticos⁵⁴⁷. A cooperação da UE com países com vista a apoiar as estratégias contra a droga traduz-se – segundo aquela autora –, para além de outras medidas, na “ajuda no contexto da importante tarefa de desenvolvimento das estruturas legislativas dos países e de reforço das suas infra-estruturas e das capacidades dos sistemas legais. Apoio, também, ao desenvolvimento de acções de combate ao branqueamento de capitais [...] e ao próprio tráfico de drogas”⁵⁴⁸. Considerando que a segurança é uma condição necessária ao desenvolvimento, afirma a autora que o fenómeno da droga “é uma manifestação de insegurança mundial e, se assim é, nos parece que os países ditos desenvolvidos não são tão desenvolvidos como fazem notar. Ou, pelo menos, em matéria de segurança todos são subdesenvolvidos, quer se tratem de países ricos ou de países pobres”⁵⁴⁹.

Conforme nota o UNODC no seu relatório datado de Dezembro de 2007 sobre o tráfico de cocaína o aumento do fluxo de cocaína para a Europa deveu-se essencialmente (i) ao declínio da procura na América do norte; (ii) o enfraquecimento do dólar face ao euro; (iii) o aumento da eficácia dos sistemas de intercepção norte-americanos, entre outros factores menos relevantes.⁵⁵⁰ Em 2007 tinham sido feitas apreensões de cocaína, a nível mundial, num total de 711 toneladas métricas. Nesse mesmo ano, o total de capturas em África atingia o seu máximo confirmado (desde 1998, ano do primeiro registo) de cinco e meia toneladas métricas, menos de 0,8% do total mundial.

Para além disso, conforme relatado no Relatório de 2009 do UNODC, a importância de África como região de trânsito da cocaína parece ter declinado em 2008 e

⁵⁴⁶ Cf. http://europa.eu.int/comm/justice_home/project/brochure_droque/pt/euagai.

⁵⁴⁷ EBO, Isabel, *op. cit.*, p. 198.

⁵⁴⁸ *Idem*, p. 199.

⁵⁴⁹ *Idem*, p. 250.

⁵⁵⁰ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2007. *Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development*. [em linha]. [referência de 26 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em <www.ssrnetwork.net/uploaded_files/4271>, p. 17.

no primeiro trimestre de 2009⁵⁵¹. Adicionalmente, o relatório refere que em 2008 houve realmente uma grande quebra nas apreensões na Europa de cocaína vinda de África, assim como também uma queda acentuada geral das apreensões europeias.

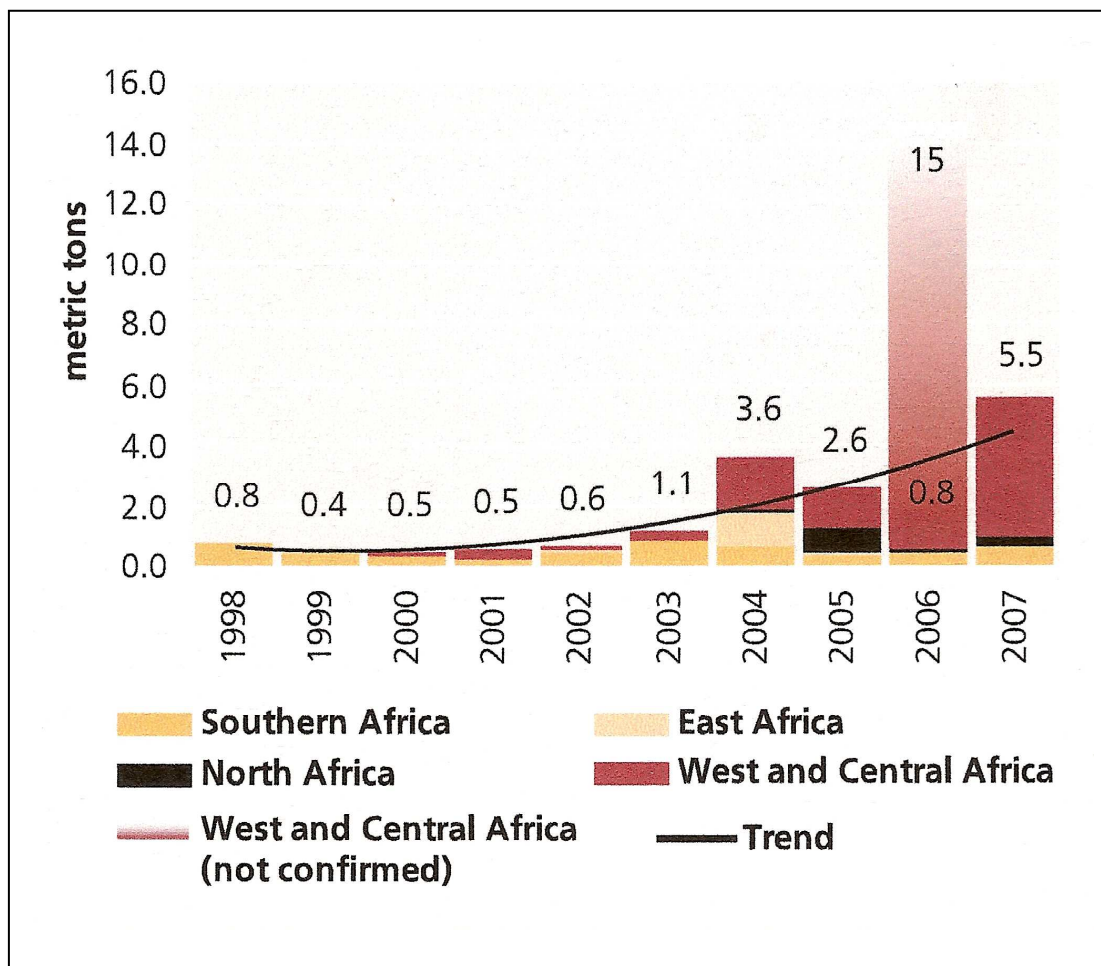


Figura 5.3: Apreensões de Cocaína em África

Fonte: UNODC, Relatório Mundial sobre Droga, 2009.

Qual a perspectiva da UE sobre esta ameaça? Quais os mecanismos desenvolvidos e as acções já levadas a cabo para debelar esta ameaça à segurança e às sociedades europeias? Em 20 de Dezembro de 2008 a UE publicou no seu jornal oficial⁵⁵² o *Plano de*

⁵⁵¹ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2009a. *World Drug Report 2009*. Vienna : United Nations Office on Drugs and Crime, p. 74.

⁵⁵² Jornal Oficial da União Europeia.

Acção em Matéria de Luta contra a Droga para o período de 2009 a 2012⁵⁵³. Este Plano decorre da Estratégia de Luta contra a Droga da UE que também serve de base à elaboração do tal tipo de planos para períodos de quatro anos. Conforme refere o actual plano de Acção, o Plano de Acção para o período de 2005 a 2008 incluía mais de 80 acções destinadas a ajudar a coordenar a intervenção de governos nos domínios principais da luta contra as drogas ilícitas, abrangendo a saúde pública, a aplicação da lei, as alfândegas, a justiça penal e as relações externas.⁵⁵⁴ O último Plano refere que o conjunto de heroína, cannabis e drogas sintéticas estabilizou ou está em declínio, embora o de cocaína esteja a subir em alguns Estados-membros. O Plano também diz que, de acordo com os elementos recolhidos, a UE estaria a conseguir conter o aumento do consumo junto da população, estando também a aumentar o número de medidas aprovadas para combater os danos que as drogas causam aos cidadãos e à sociedade. No entanto o Plano sublinha que a produção mundial de ópio subiu em flecha e que se terá identificado um tráfico de cocaína na UE sem precedentes⁵⁵⁵.

Assim, é afirmado que a Estratégia da UE da Luta contra a Droga “aborda um fenómeno complexo que exige uma abordagem de longo prazo para se conseguirem mudanças.” Como referido, essa abordagem deverá centrar-se nas “duas dimensões essenciais da política anti-droga, a redução da procura e a redução da oferta”, complementadas por três temas horizontais, a coordenação, a cooperação internacional e a informação, investigação e avaliação⁵⁵⁶.

A redução da procura poderá ser conseguida dentro dos Estados-membros através de medidas de educação, de ocupação e de desenvolvimento no seio das camadas mais jovens da população e especialmente junto das comunidades mais fragilizadas. A redução da oferta, conforme notado no Plano, será conseguida através de medidas mais eficazes a nível da UE para obrigar a cumprir a lei, a fim de combater a produção e o tráfico de

⁵⁵³ CONSELHO da UNIÃO EUROPEIA. *Plano de Acção em Matéria de Luta contra a Droga (2009- 2012)*. Jornal Oficial da União Europeia, 20 de Dezembro de 2008, 2008/c 326/09 [em linha]. [referência de 6 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em <http://www.idt.pt/PT/IDT/documents/Relatorios_E_Planos/2009/PAUE2012-PT.pdf>.

⁵⁵⁴ CONSELHO da UNIÃO EUROPEIA, *op. cit.*, p. 326/7.

⁵⁵⁵ *Idem*, p. 326/8.

⁵⁵⁶ *Idem*, p. 326/9.

droga, utilizando as capacidades da EUROPOL e de outras estruturas da UE. “A acção a desenvolver deve assentar numa abordagem centrada em informações que dê sistematicamente prioridade aos fornecedores que provoquem maiores danos ou apresentem a ameaça mais séria”⁵⁵⁷. Devem também ser apoiadas mais operações coordenadas através de plataformas de segurança regionais”. As novas plataformas, criadas de forma a não se sobreponem umas às outras, deverão ser compatíveis com as estruturas existentes. Relativamente ao aumento da cooperação internacional, o Plano apresenta uma queixa: “A acção da UE, o maior doador do mundo na luta por soluções sustentáveis para o problema mundial da droga, poderia ser muito mais eficaz se houvesse maior coordenação entre as políticas nacionais e comunitárias neste domínio”⁵⁵⁸. Assim, a UE estará disposta a empenhar-se ainda mais na cooperação internacional com aquele objectivo. No entanto, o Plano sublinha que a luta anti-droga, para ser eficaz, tem de passar por uma “abordagem equilibrada”⁵⁵⁹.

Assim, no que diz respeito à cooperação internacional, a prioridade principal deverá ser “aumentar a eficácia de cooperação da UE com países terceiros e organizações internacionais no domínio das drogas graças a uma maior coordenação das políticas seguidas na UE. Adicionalmente, promover a projecção no mundo de uma abordagem equilibrada da Europa sobre o problema da droga. Assim, o objectivo deverá ser, se possível, incluir de forma sistemática as questões ligadas à droga nas relações com regiões e países terceiros, como é o caso da UA e poderá vir a ser o de alguns países africanos, como a Guiné-Bissau, e na agenda mais geral do desenvolvimento e da segurança, com base no planeamento estratégico e na coordenação entre todos os agentes envolvidos. A acção que a UE deve desenvolver deverá estar de acordo com “as decisões políticas e as estratégias da UE” e com o apoio dos Estados-membros e programas de assistência da Comissão Europeia e materializar-se-ão na gestão dos problemas ligados à droga nos países produtores e nos que se encontram ao longo das rotas emergentes do tráfico, como os países da África Ocidental em relação à cocaína, através de projectos destinados a

⁵⁵⁷ *Idem*, p. 326/9.

⁵⁵⁸ *Idem, ibidem*.

⁵⁵⁹ *Idem, ibidem*.

reduzir a procura e a oferta da droga (nomeadamente medidas de desenvolvimento alternativo). A assistência deve, se for caso disso, ser coordenada com os planos de acção da luta contra a droga entre a UE e as regiões e países terceiros. Deverá também intensificar-se a cooperação regional e intra-regional para reduzir a procura e a oferta de droga em países terceiros com o apoio de programas de financiamento de Estados-membros e da Comissão Europeia, como o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento, o Instrumento de Estabilidade e o Instrumento Europeu de vizinhança e Parceria⁵⁶⁰.

As drogas contrabandeadas através da África Ocidental já não são apenas traficadas para fora da região mas são também usadas para consumo local, especialmente cocaína e *crack* de cocaína. Em resumo, e tal como sublinhado no relatório de Dezembro de 2007 do UNODC, denominado *Cocaine trafficking in West Africa*, “estima-se que cerca de 27% (ou seja, cerca de 40 Tons) da cocaína consumida anualmente na Europa circula actualmente pela África Ocidental. Esta quantidade vale cerca de 1.800 milhões de dólares norte-americanos”⁵⁶¹.

A análise do problema do fluxo de cocaína das Américas para África e daqui para a Europa, agora no **nível local** da RGB, poderá dar algumas pistas, tanto para orientar os esforços de desenvolvimento nesse país como para diminuir a ameaça à segurança, tanto de África como da Europa, que o tráfico constitui. Esta alteração da vida e dos costumes das populações, induzida pelo novo mercado da droga, desequilibrou todo um frágil sistema de economia local, provocando grande instabilidade social e política. Controlados sectores cruciais da segurança e da defesa do país pelos traficantes, fica à mercê dos fluxos de dinheiro fácil que circulam pelas mãos do poder. Entretanto o fenómeno da toxicoddependência começa a infiltrar-se nas camadas mais jovens da população. No entanto, durante a campanha eleitoral que levou à constituição do governo de Carlos

⁵⁶⁰ *Idem*, p. 326/19.

⁵⁶¹ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2007. *Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development*. [em linha]. [referência de 26 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em <www.ssrnetwork.net/uploaded_files/4271.pdf>, p. 3. Tradução livre do autor. Versão original: “It is estimated that some 27% (or some 40 Tons) of the cocaine consumed annually in Europe is presently transiting West Africa. This amount is worth about US\$ 1.8 Billion at wholesale level.”

Gomes Júnior, o PAIGC tinha tornado clara a sua vontade de combater o tráfico de droga, para além de reafirmar a necessidade de reforma do sector de segurança (RSS), considerando este sector um dos apoios mais importantes à presença de traficantes.

Vale a pena, no entanto, analisar alguns documentos e também algumas notícias sobre a questão do tráfico de droga na RGB. Começamos pelo Relatório Anual da Interpol referente ao ano de 2008: “Uma Célula de Resposta a Incidente (IRT) da Interpol auxiliou a polícia na Guiné-Bissau a construir um caso sólido contra traficantes, no seguimento da apreensão em Julho [2008] de um avião transportando uma quantidade considerável de cocaína. Um dos pilotos venezuelanos foi identificado como procurado no México em relação com o seu papel na importação de cerca de 6 toneladas de cocaína em 2006: o indivíduo ficou sob custódia e uma *Red Notice* difundida para a sua extradição. Uma unidade canina vinda de Portugal encontrou resíduos de cocaína na aeronave. Posteriormente, especialistas forenses em França e nos Estados Unidos analisaram todos os computadores e telefones apreendidos pela polícia guineense. As provas reunidas pela IRT confirmaram o envolvimento de um grupo criminoso organizado da América do Sul”⁵⁶².

Num relatório de Dezembro de 2007 o UNODC dedica especial atenção ao tráfico de cocaína na África Ocidental como uma ameaça à estabilidade e desenvolvimento, debruçando-se especialmente sobre a questão na Guiné-Bissau⁵⁶³. No seu prefácio o Director Executivo desse gabinete, Antonio Maria Costa firma que “a longo prazo a Guiné-Bissau necessita de desenvolvimento: maior quantidade de ajuda providenciam a melhor salvaguarda. A curto prazo, necessita de ajuda urgente para restaurar a sua soberania, por exemplo, através de uma patrulhamento mais eficaz do ar, mar e fronteiras terrestres. A

⁵⁶² INTERPOL. 2009. *Annual report 2008*. [em linha]. [referência de 2 de Maio de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.interpol.int/Public/ICPO/InterpolAtWork/iaw2008.pdf>>, p. 28. Tradução livre do autor. Versão original: “An Interpol Incident Response Team (IRT) helped police in Guinea-Bissau build a solid case against traffickers, following the seizure in July [2008] of a plane carrying significant amount of cocaine. One of the Venezuelan pilots was identified as wanted by Mexico in relation to his role in the importation of nearly 6 Tons of cocaine in 2006: the individual was taken into custody and a Red Notice issued for his extradition. A canine unit flown in from Portugal found cocaine residue in the aircraft. Subsequently, forensic specialist in France and the United States analyzed all computers and phones seized by the Guinean police. The evidence collected by the IRT confirmed the involvement of a South American organized crime group”.

⁵⁶³ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, *op. cit.*

cooperação regional e a assistência internacional são necessárias para providenciar o conhecimento, equipamento e informação que poderão ajudar a Guiné-Bissau e os seus vizinhos a deter negócios ilícitos, a combater as redes criminosas, a evitar a lavagem de dinheiro e a trazer os criminosos perante a justiça”⁵⁶⁴. Afirma também mais à frente que não se pode abandonar a Guiné-Bissau ao seu destino de drogas e crime.

O problema do tráfico na Guiné-Bissau é especialmente grave se notarmos que o orçamento nacional de que dispõe o governo da RGB equivale à venda de cerca de duas toneladas e meia de cocaína na Europa⁵⁶⁵. No seu relatório o UNODC põe a questão do porquê da cocaína ter passado a ser traficada na África Ocidental em geral e na Guiné-Bissau em particular. Apesar da distância entre os produtores (na América do Sul) e os consumidores (na Europa) ter tornado a viagem mais longa o que é verdade é que “o tráfico via África Ocidental aparentemente oferece vantagens de longo prazo sobre outras rotas mais directas”⁵⁶⁶. Estas vantagens ligam-se à pobreza e à fraqueza política de alguns países, como a RGB.

Em termos de vulnerabilidade – conforme nota o relatório – a Guiné-Bissau enfrenta vários desafios. Em primeiro lugar, é um dos mais pequenos e mais pobres países numa região já de si muito pobre. Tem uma população de cerca de 1,6 milhões de habitantes e um PIB *per capita* calculado em cerca de 772 dólares em 2004 (comparado com uma média para a África Subsariana de 1946 dólares, e de 1350 para a média dos países menos desenvolvidos⁵⁶⁷. A principal fonte de divisas estrangeiras advém da exportação da castanha de caju, principalmente para a Índia. O território constitui outra vulnerabilidade, especialmente o Arquipélago dos Bijagós, onde existem várias pistas para a aviação e sobre o qual é exercida uma fiscalização muito fraca. Ainda outra fragilidade é

⁵⁶⁴ *Idem*, p. 1. Tradução livre do autor. Versão original: “In the long term, Guinea Bissau needs development: greater amounts of aid provide the best safeguard. In the short term, it needs urgent help to restore its sovereignty, for example, through more effective patrolling of air, sea and land borders. Regional cooperation and international assistance are needed to provide the expertise, equipment, and information that can help Guinea Bissau and its neighbors detect illicit consignments, fight criminal networks, prevent money laundering, and bring traffickers to justice”

⁵⁶⁵ *Idem*, p. 3.

⁵⁶⁶ *Idem*, p. 11. Tradução livre do autor. No original: “Trafficking via West Africa apparently offers long-term advantages over more direct routings”.

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 12.

a polícia, numerosa mas muito pobremente equipada. Por exemplo, o relatório refere que a polícia Judiciária, encarregue do tráfico de droga, dispõe apenas de 60 agentes, apenas uma viatura e, na maior parte das vezes sem combustível para a utilizar⁵⁶⁸. Por seu lado, o sistema fiscal é também ineficaz. São exemplos desta ineficácia dois casos de apreensão de largas quantidades de cocaína (674 Kg em 2006 e 635 Kg em 2007) devido aos esforços das autoridades judiciárias, mas que acabaram por não ter despacho favorável, tendo o produto apreendido desaparecido e os suspeitos libertados sem julgamento. Em 2007 o Director da Polícia Judiciária, conjuntamente com o seu investigador principal, foi louvado pela Comunidade Internacional pelo seu trabalho contra o tráfico de droga. Acabaram por receber ameaças de morte e foram sumariamente despedidos em Junho desse ano.⁵⁶⁹ Ainda outra fraqueza é o sistema prisional. Durante o conflito de 1998 foi destruída a única prisão existente no país. Actualmente não existem locais adequados à prisão preventiva e muito menos para o cumprimento de penas efectivas de prisão. O único local utilizado pelos tribunais poderá reduzir-se às instalações da Polícia Judiciária, onde existe uma cela.

Em situações de pós-conflito e em países enfraquecidos, como a Guiné-Bissau, a reconstrução deverá começar com os sectores de segurança e de justiça e ser acompanhada pelo investimento económico – como refere esse relatório do UNODC relativo a 2007.⁵⁷⁰ Será necessário apoio internacional para ajudar os governos da região a estabelecerem a justiça e a segurança como fundamentos do desenvolvimento desses países.

5.3.2. Tráfico humano e migrações clandestinas

O tráfico humano, seja na forma de incentivos à migração clandestina, em que as pessoas voluntariamente se apoiam nas redes criminosas, seja nas modernas formas de escravatura, actualmente designada por tráfico humano (caso das redes de prostituição e de

⁵⁶⁸ *Idem*, p. 15.

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ *Idem*, p. 33.

pedofilia) ou, tão terrível como esses, o contrabando de órgãos humanos, constitui outra das grandes ameaças que pairam sobre as populações mais pobres do mundo, onde a África se insere, com especial relevo para a sua região Ocidental. No entanto, conforme vem constatando o UNODC e outras organizações internacionais, “coligir dados globais sobre qualquer questão não é um processo fácil, e o processo é ainda mais complicado quando o assunto é tão controverso e complexo como o do tráfico de seres humanos”⁵⁷¹, os processos de migração clandestina ou mesmo o roubo e tráfico de órgãos.

Esta parte inicialmente analisa este conjunto de fenómenos a nível global, de acordo com dados recolhidos junto dos órgãos especializados, da ONU, da Interpol e Europol. De seguida faz a análise destes problemas a nível das relações entre a Europa e África, com especial incidência sobre a região da África Ocidental. Finalmente procura confirmar que estes são também problemas que afectam o caso em estudo, a Guiné-Bissau.

Começamos então por analisar esta categoria de fenómenos numa **abordagem global**. De acordo com o UNODC, virtualmente todos os países do mundo são afectados por estes crimes. O desafio que se coloca a todos os países, ricos e pobres, é combater os criminosos que exploram as pessoas desesperadas e proteger e assistir as vítimas de tráfico e de contrabando, muitas das quais sofrem vicissitudes inimagináveis na sua aposta de uma vida melhor, como constata o UNODC no texto inicial da sua página internet sobre a questão. As Nações Unidas dispõem de dois instrumentos para lidar com o problema das migrações ilegais e o tráfico de pessoas, o *Protocol against the Smuggling of Migrants, by Land, Sea and Air*, que constituiu um suplemento da Convenção das nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado⁵⁷² e o *Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*, complementando também aquela Convenção.

⁵⁷¹ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2009. *Act Against Human Trafficking* [em linha]. [referência de 6 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Act-Against-Human-Trafficking.pdf>>, p. 14.

Tradução livre do autor. No original: “collecting global data on any issue is no small undertaking and the process is more complicated still when the topic is one as controversial and complex as human trafficking”.

⁵⁷² Cf site www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf, visitado em 14 Jan 2010.

A questão do tráfico humano e das migrações clandestinas a nível global prende-se com fenómenos localizados no passado mas que têm ainda os seus reflexos no tempo presente. A escravatura, um dos mais graves fenómenos da humanidade, que muitos considerariam extinto desde o Século XIX, continua a prosperar em certas partes do globo. Ela materializa-se nas redes de pedofilia, nas redes de prostituição, essencialmente feminina, e também nalgumas formas de trabalho compulsório não remunerado, ligado ou não às redes de migração clandestina (o fenómeno acontece também no interior de alguns Estados). No seu último relatório anual sobre o tráfico humano, já referido acima, o UNODC refere que, após muita negligência e indignação, o mundo estará finalmente a acordar para a realidade de novas formas modernas de escravatura⁵⁷³. Antonio Costa, o responsável por este órgão, nota no prefácio ao relatório de 2009 que até agora não se conseguiu compilar muita informação e daí as iniciativas se terem mostrado inadequadas e dispersas. A política a adoptar só será eficiente se for baseada em provas e, até agora, as provas têm sido escassas.”⁵⁷⁴. Esta questão do tráfico de seres humanos será mais desenvolvida quando a tratarmos ao nível regional de África e especialmente d sua região Ocidental. As migrações clandestinas (tais como as legais, de certo modo), por outro lado, podem constituir uma drenagem dos recursos humanos dos países que deles mais necessitam e poderão vir a “entupir” os mercados de emprego nos países do Norte, onde esta gente é contratada sem condições, muitas vezes sem dignidade e recebendo salários muito abaixo daquele que é pago aos nacionais.

Um outro fenómeno criminoso é o do tráfico de órgãos. A aquisição clandestina de órgãos humanos constitui uma indústria criminosa em crescimento, devida à enorme procura nas sociedades ricas industrializadas do Norte, onde os índices de natalidade continuam a cair, mas onde o fenómeno gerontológico cresce.

⁵⁷³ UNODC, *op. cit.*, p. 6

⁵⁷⁴ *Idem*, p. 6. Tradução livre do autor. No original: “so far we have not attained much knowledge and therefore initiatives have been inadequate and disjoint. Policy can be effective if it is evidence-based, and so far the evidence has been scanty”.

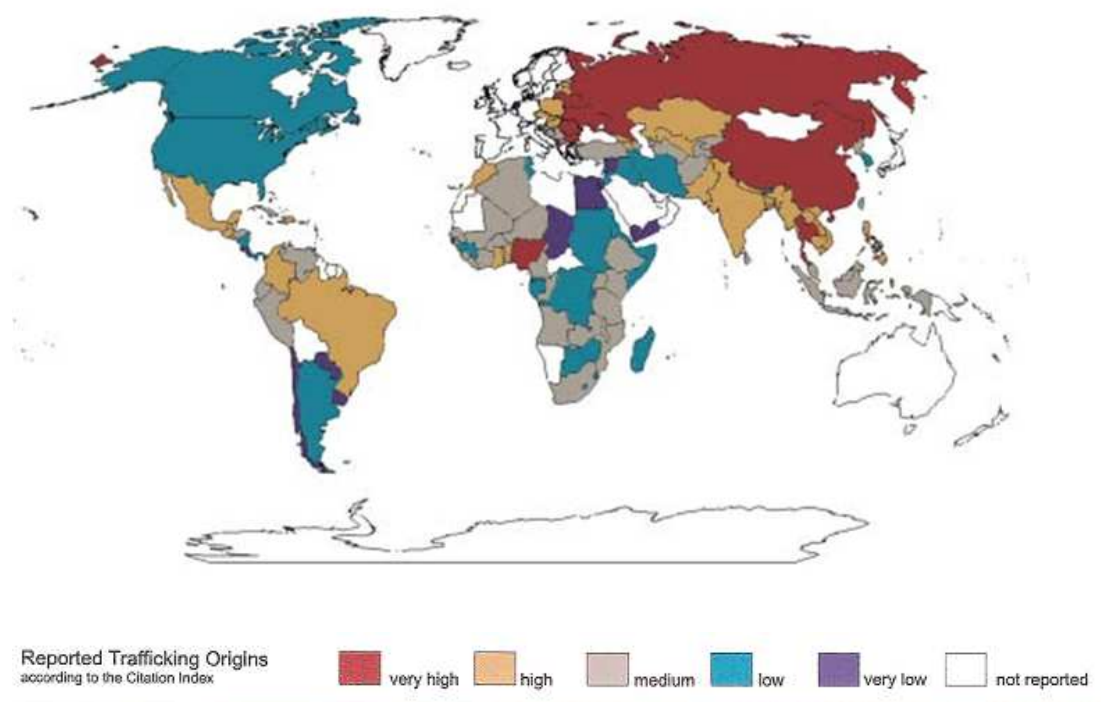


Figura 5.4 – Países de origem do tráfico de seres humanos

Fonte: UNODC. 2006. *Trafficking in Persons: Global Patterns*

Analisando agora estes fenómenos ao **nível regional**, debruçemo-nos sobre os fluxos migratórios entre África e Europa e sobre o eventual tráfico humano. O relatório de 2006⁵⁷⁵ do UNODC identifica os principais pontos de passagem do continente africano para a Europa. Analisa as entradas via as cidades espanholas de Ceuta e Melilla, a passagem através de Marrocos para a Espanha Continental ou para as Canárias, através da Líbia e da Tunísia para as ilhas italianas mais perto das costas africanas, outras passagens da África Ocidental para as Canárias, etc. Após uma detalhada apreciação de todas estas principais rotas de migração irregular, o relatório demonstra a importância do papel do crime organizado no controlo destes fluxos migratórios, terminando com um apontamento sobre a importância do valor de mercado do contrabando de migrantes.

⁵⁷⁵ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2006. *Trafficking in Persons: Global Patterns*. Vienna : UNODC.

Quais as causas deste movimento de Sul para Norte, principalmente concentrado num fluxo da África Ocidental para a Europa Ocidental? Os factos que o relatório aponta são claros: 15 dos 20 mais ricos países do mundo situam-se na Europa Ocidental e a totalidade dos 20 mais pobres localizam-se em África, principalmente na sua região Ocidental⁵⁷⁶. A população africana continua a crescer, numa taxa superior à do seu crescimento económico e está portanto cada vez mais pobre, em comparação com o resto do mundo. Portanto, a pobreza, as poucas perspectivas de emprego, o crime e a violência têm levado as populações mais jovens a deixarem a terra natal e a tentar a sua sorte no El Dorado europeu.

Como cada vez é mais difícil chegar à Europa e aí trabalhar legalmente, todos os anos dezenas de milhar de imigrantes tentam cruzar ilegalmente as fronteiras. O crime organizado aproveitou-se destas tendências e controlou o fenómeno retirando dele fabulosos lucros. De tal forma este negócio criminoso se desenvolveu que mesmo migrantes asiáticos demandam África para tentarem entrar na Europa.⁵⁷⁷ Muitas tragédias ficam por contar nessas travessias, seja por mar, seja através do Deserto do Sará. Conforme nota o relatório, mesmo se alcançarem o desejado destino, os migrantes têm ainda de enfrentar a marginalização e a exploração. Enquanto as migrações regulares são benéficas, tanto para o país de destino como para o país de origem, e principalmente para o próprio imigrante, as migrações irregulares “beneficiam principalmente aqueles que contrabandeam migrantes”, constata-se no relatório⁵⁷⁸. Se analisarmos os fluxos de África para a Europa, verificamos, tal como nota o UNODC⁵⁷⁹, que a população de africanos imigrados na Europa será menos de 1% da população total europeia. Mais de três quartos desses imigrantes vêm do Magrebe, sendo um quarto oriundo da restante África. Este fenómeno será devido essencialmente à distância (e também a outras condições geográficas, como a interposição da grande barreira do Deserto do Saará) e frequentemente também devido a barreiras legais.

⁵⁷⁶ UNODC, *op. cit.*, p. 1.

⁵⁷⁷ *Idem ibidem.*

⁵⁷⁸ *Idem*, p. 1. Tradução livre do autor. No original: “benefits primarily those who smuggle migrants”.

⁵⁷⁹ *Idem, ibidem.*

Existirá realmente um grande mercado de imigração ilegal que possa levar ao interesse e cobiça da criminalidade organizada? O relatório da UNODC de 2006 afirma que sim. Poderá parecer um contra-senso que as regiões mais pobres do globo (na África subsaariana) sejam também aquelas onde o crime organizado se instalou para explorar os magros recursos financeiros daquelas famílias que pretendem apoiar alguns dos seus na demanda de uma vida melhor. Na realidade é assim mesmo que acontece. Este fluxo de migração, no entanto, não apareceu espontaneamente, nem foi artificialmente provocado pelos exploradores dos lucros de imigração. Nas últimas décadas o ambiente de conflitos armados e de guerras estava disseminado na África subsaariana, o que levava as populações a buscarem melhores condições de vida refugiando-se em regiões mais pacíficas, procurando emigrar. As redes criminosas começaram então a organizar-se e a promover esses movimentos de migração.

Os números exactos de migrantes que saem da África subsaariana para a Europa não são conhecidos com exactidão, nem é possível estabelecer-se qualquer tipo de base de dados minimamente rigoroso. Alguns critérios têm sido adoptados para se obter o número total dos que utilizam a via clandestina para chegarem à Europa. Existem, no entanto, alguns números que poderão dar ideia da dimensão deste fenómeno. Antes de os analisarmos será conveniente focarmos a atenção no mapa da figura 6⁵⁸⁰ que nos mostra as principais rotas de migração ilegal para a Europa. Uma primeira constatação salta à vista: a parte final destas rotas clandestinas concentra-se em duas regiões. Existe uma concentração a Ocidente, visando a passagem pelo Estreito de Gibraltar, vias Marrocos e os territórios Espanhóis em África.

⁵⁸⁰ *Idem*, p. 11.

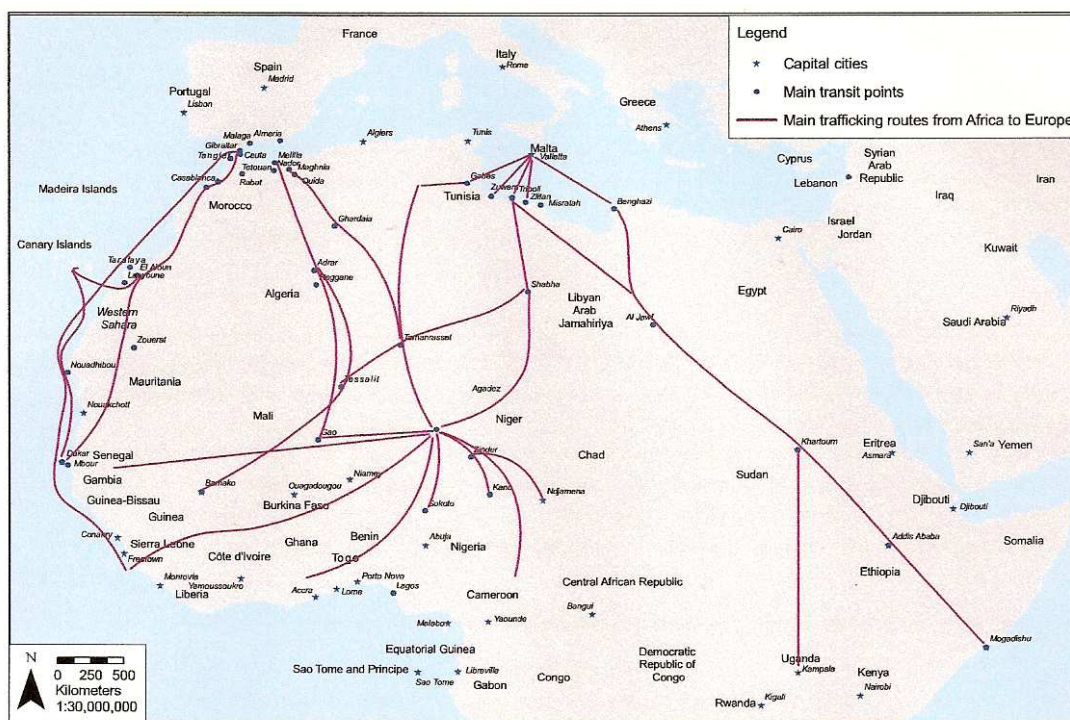


Figura 5.5: Rotas de Migração de África para a Europa
 Fonte: UNODC, 2006

Há um outro ponto de concentração que engloba a Líbia e parte da Tunísia e que visa alcançar a Europa por intermédio das ilhas italianas mais a Sul do Mediterrâneo (e também por Malta). Ambas encontram o obstáculo final, o Mar Mediterrâneo, que se apresenta geralmente como intransponível, pois os meios disponibilizados pelas redes de imigração ilegal têm pouca capacidade para navegarem até às costas da Europa. No que diz respeito a Marrocos o relatório de 2006 do UNODC aponta valores de cerca de 30 000 migrantes detidos em 2005, menos do que um outro ano de referência, 2003, com 36 000 migrantes. Indicava também que o número de estrangeiros em 2002 era cerca de metade dos detidos marroquinos, mas que este valor tinha estado a aumentar e este aumento era essencialmente devido a pessoal subsaariano, 42% do total em 2002⁵⁸¹. Os dados disponíveis sobre a Argélia indicam um total de cerca de 3 000 detenções no ano de 2005.

⁵⁸¹ *Idem*, p. 3.

O gráfico da figura 7 mostra os quantitativos e percentagens de migrantes irregulares detidos em Marrocos em 2002.

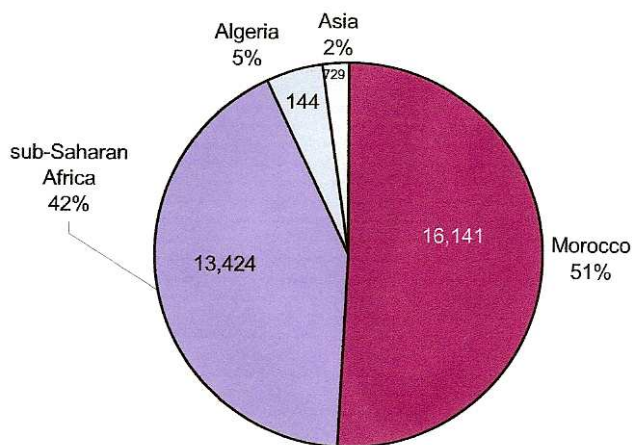


Figura 5.6: Origem dos migrantes irregulares detidos em Marrocos em 2002

Fonte: UNODC, 2006

Já no outro pólo de concentração das rotas de migração clandestinas, que abrange territórios da Líbia e da Tunísia, as autoridades daquele país interceptaram em 2005 cerca de 40 000 migrantes que pretendiam entrar na Itália⁵⁸². Os valores tinham sido mais elevados, no entanto, em 2002 e 2003, com 43 000 e 54 000, respectivamente.⁵⁸³ As autoridades líbias detiveram e enviaram para trás entre 3 000 e 7 000 pessoas, entre os anos de 2000 e 2003. A maior representação destes vinha da África Ocidental, mas também do Leste e do Norte, especialmente Sudão, Níger, Chade, Mali e Gana, como se pode observar na figura 8.

⁵⁸² *Idem*, p. 4.

⁵⁸³ *Idem*, *ibidem*.

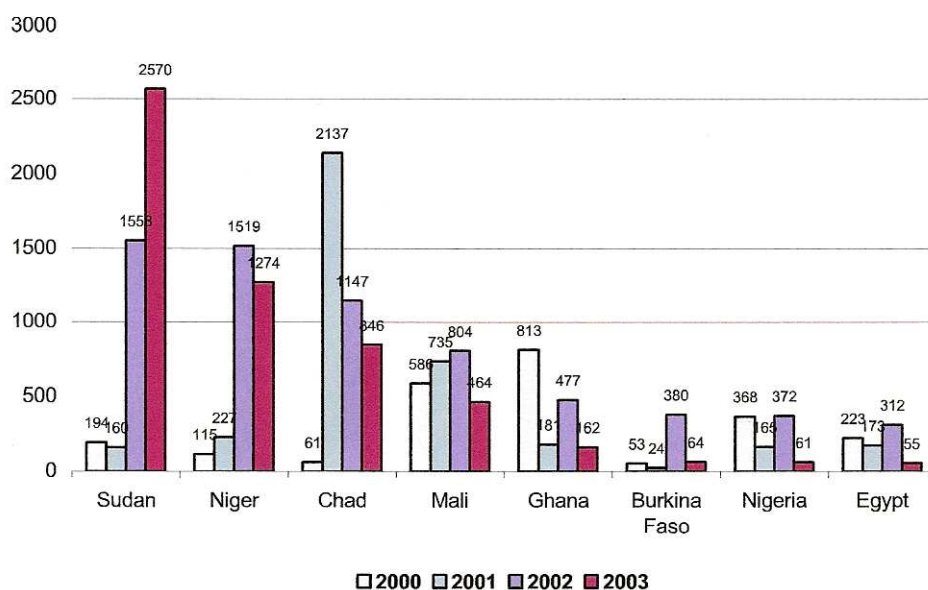


Figura 5.7: Migrantes detidos na Líbia entre 2000 e 2003

Fonte UNODC, 2006

No total dos três países considerados (Argélia, Líbia e Marrocos) foram detidos cerca de 73 000 migrantes irregulares em 2005. Para além disso, entre 1998 e 2003, de acordo com os dados do relatório de 2006 do UNODC, as autoridades tunisinas declararam a detenção de uma média de 8 000 pessoas por ano que tentavam cruzar a fronteira, das quais 70% eram estrangeiros. Contando com estes números da Tunísia, as detenções anuais de migrantes ilegais elevar-se-iam a cerca de 80 000, só nos países magrebinos.

O Mali, que se encontra no meio da rota entre a África Ocidental e o Magrebe e a Costa Atlântica, também contabiliza números elevados de migrantes interceptados. Entre Janeiro de 2005 e Junho de 2006 terá interceptado 6 505 ilegais que tentavam chegar à costa⁵⁸⁴. Para além das actividades de intercepção bem sucedidas desses países africanos, muitos migrantes são também interceptados pelas autoridades europeias. Como se pode observar na tabela da figura 9, estes números são apenas uma pequena parte do fluxo, correspondendo aos casos de não sucesso. Como poderá ser calculado o número global de

⁵⁸⁴ *Idem*, p. 5.

peessoas que fluem ao longo dessas rotas de migração ilegal? O relatório do UNODC de 2006 dá algumas pistas. Pesquisas feitas na Alemanha referentes aos asilados iraquianos demonstraram que apenas um quinto tinha sido encontrado pela polícia antes

	País	Ano	Totais
Migrantes interceptados ao chegarem à Europa	Espanha	2002	21 000 (12 000 marroquinos e 9 000 subsaarianos)
	Itália (apenas Lampedusa)	2005	22 000
	Total	Por ano	Cerca de 100 000

Figura 5.8: Migrantes interceptados na tentativa de chegarem à Europa
Fonte: UNODC, 2006

de requererem o estatuto de asilo, o que sugere um multiplicador de cinco. A mesma relação foi encontrada para a Tunísia. No entanto, é mais comum utilizar-se uma relação de um para dois, ou seja, um imigrante que consegue passar para dois que são interceptados. Assim sendo, os números referentes às detenções sugerem que, pelo menos, 200 000 africanos entram ilegalmente na Europa todos os anos, enquanto cerca de 100 000 tentam entrar mas são interceptados (UNODC, 2006: 5), para além de todos aqueles que perdem a vida na tentativa e cujos números nunca chegarão a ser realmente conhecidos.

Quais os países mais afectados por estes fluxos migratórios? Ou seja, quais são aqueles que no continente europeu contam mais imigrantes oriundos de África? E quais os países donde saem mais migrantes em direcção à Europa? Pois embora os nacionais de alguns países sejam mais susceptíveis a serem interceptados no caminho do que outros, isso não significará, antes pelo contrário, que as maiores diásporas africanas na Europa sejam desses países.

O relatório do UNODC de 2006 refere que a Organização Mundial para as Migrações (IMO) indicava para 2003 que cerca de 3,4 milhões de africanos viveriam na Europa, dos quais 2,2 milhões seriam de apenas três países magrebinos, Argélia, Marrocos

e Tunísia⁵⁸⁵. Como França era o país onde se concentravam mais imigrantes de África, calculava-se que cerca de um terço dos imigrantes africanos na Europa se concentrariam em França. De acordo com os dados da IOM disponibilizados, os africanos não magrebinos presentes na Europa distribuir-se-iam no período em questão pelos países de origem e de destino indicados na tabela da figura 10. Segundo o relatório do UNODC estes números da IOM estão abaixo da realidade pois não incluem grandes quantitativos de migrantes indocumentados e os dados são referentes essencialmente aos anos de 2000 e 2001 e estão, portanto, relativamente ultrapassados numa área caracterizada pelo seu dinamismo.⁵⁸⁶

Origem	Destino	N.º Imigrantes	Percentagem
Somália	Reino Unido	96 000	8
Cabo Verde	Portugal	84 000	7
Nigéria	Reino Unido	84 000	7
Gana	Reino Unido	60 000	5
	Itália	36 000	3
Senegal	Itália	60 000	5
	França	84 000	7
Mali	França	72 000	6
Gana	Alemanha	36 000	3
Todos os outros	Vários	588 000	49

Figura 5.9: Origem e destino dos imigrantes presentes na Europa em 2003
Fonte: UNODC, 2006

Os imigrantes irregulares entrarão para a Europa por intermédio, essencialmente, de três processos: (i) entrada legal mas permanência para além do prazo concedido no visto, (ii) entrada legal mas com documentação falsa e (iii) entrada ilegal contornando os pontos oficiais de entrada. Aqueles que podem pagar a passagem aérea mas a quem falta documentos poderão adquirir documentos falsos no mercado negro, pelo que o crime organizado joga aqui um papel importante⁵⁸⁷. Os grupos criminosos organizados da África Ocidental são conhecidos internacionalmente pela sua perícia em adquirir

⁵⁸⁵ UNODC, *op. cit.*, p. 6.

⁵⁸⁶ *Idem, ibidem.*

⁵⁸⁷ *Idem*, p. 7.

fraudulentamente documentos legítimos, assim como forjados.⁵⁸⁸ O que é um facto é que talvez cerca de 300 000 africanos tentam cada ano entrar clandestinamente na Europa, atravessando várias fronteiras e importantes obstáculos naturais (desertos e mares), para escaparem à vigilância das autoridades. Segundo o UNODC⁵⁸⁹, há fortes indícios de que o crime organizado está envolvido na maior parte destes processos de migração.

Tendo já sido referida a existência de duas grandes “portas de entrada” da migração irregular na Europa (via Espanha e via Itália), analisemos brevemente cada um dos conjuntos de itinerários de abordagem das fronteiras europeias. No caso das entradas pelos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla os imigrantes que consigam entrar e que não sejam repatriados após 40 dias de detenção têm que ser libertados no seio da sociedade espanhola e daqui acedem ao espaço Schengen. Os imigrantes tentam ultrapassar estas fronteiras recorrendo a esconderijos em veículos, nadando e utilizando embarcações para contornarem as barreiras ou tentando mesmo escalá-las. Foi o caso das tentativas de escalada registadas com profusão pela comunicação social em Outubro de 2005.⁵⁹⁰ Após apoios do governo espanhol a Marrocos e intensificação das medidas de barragem, foi possível diminuir estes números de 55 000 em 2004 para cerca de 12 000 em 2005.⁵⁹¹

A passagem de Marrocos para a Espanha continental ou para as Canárias constitui também outro conjunto de itinerários aliciantes. No entanto os esforços coordenados de Espanha e Marrocos têm feito diminuir os fluxos de migração por estas rotas. Os migrantes que utilizam estas vias provêm essencialmente da Gâmbia e do Mali. A passagem pela Líbia e Tunísia para as ilhas do Sul da Itália (Ilhas Pelágicas) tem tido um enorme incremento nos últimos anos (aumentaram dez vezes entre 1996 e 2006), segundo UNODC.⁵⁹² Após fluxos iniciais de quase só magrebinos, nos últimos anos desse período assistiu-se a um enorme incremento de subsaarianos, ao mesmo tempo que diminuía o número de magrebinos.⁵⁹³

⁵⁸⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁸⁹ *Idem, p. 8.*

⁵⁹⁰ *Idem, p. 8.*

⁵⁹¹ *Idem, ibidem.*

⁵⁹² *Idem, ibidem.*

⁵⁹³ *Idem, p. 9.*

A passagem da África Ocidental para as Ilhas Canárias tem tido também uma escalada importante. Tradicionalmente esta era uma rota utilizada pelos marroquinos para chegarem a territórios europeus. A origem dos imigrantes tem-se diversificado com pontos de partida do Senegal, da Mauritânia e do Sará Ocidental. Também foram detectados casos de tentativas de partida da Gâmbia, ou mesmo de muito longe, como dos Camarões ou da Nigéria.

Para os imigrantes com mais recursos são disponibilizados navios com calados já importantes, enquanto os de mais magros recursos tentam a travessia em pirogas ou pequenas embarcações de fibra de vidro. Os navios de maior calado são geralmente comprados nos estaleiros de sucateiros, recuperados de forma rudimentar e postos a navegar com o propósito exclusivo do contrabando de migrantes. Os meios mais rudimentares, como as pirogas ou os *caiúcos*⁵⁹⁴, são equipados com um ou dois motores fora-de-borda, um sistema de navegação GPS e alimentos e combustível minimamente necessários para a duração da viagem. De acordo com o UNODC, o representante do Crescente Vermelho na Mauritânia estimava que 40% dessas embarcações se afundaram, no período entre Novembro de 2005 e Abril de 2006, o que teria custado a vida a 1200 ou 1300 imigrantes.⁵⁹⁵

Os acessos a estes pontos de embarque com destino ao Norte são muito facilitados, no que respeita à região da África Ocidental, devido ao facto de haver livre circulação de pessoas entre os países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)⁵⁹⁶. Por outro lado, é de sublinhar que as rotas de contrabando de migrantes em África são também utilizadas pelas organizações criminosas internacionais envolvidas no contrabando de migrantes irregulares oriundos de outras regiões do globo, particularmente da Ásia (Este, Sul e Sudeste). Migrantes irregulares do Bangla Desh, da China, da Índia e do Paquistão têm sido encontrados bloqueados na África Ocidental.⁵⁹⁷

⁵⁹⁴ *Caiúcos* são embarcações de fibra de vidro de 14 a 16 metros com capacidade para transportar 50 a 70 pessoas.

⁵⁹⁵ UNODC, *op. cit.*, p. 10.

⁵⁹⁶ ECOWAS, na sigla inglesa.

⁵⁹⁷ UNODC, *op. cit.*, p. 12.

O relatório da UNODC atribui um papel de relevo ao crime organizado nestes fluxos irregulares de migrantes. Essas estruturas podem providenciar diversos níveis de “serviços” aos seus clientes. Alguns operadores oferecem o pacote completo de opções, outros a disponibilização de documentos forjados, alguns não passam de oportunistas locais, dispostos a trocar pequenos serviços pelo dinheiro que os imigrantes trazem consigo. Relativamente aos primeiros, podem ser providenciados diversos serviços necessários durante a viagem clandestina, como o transporte, alojamento, alimentação, documentação e recepção no destino. Outros migrantes podem simplesmente recorrer às redes de falsificação ou de venda de documentos roubados. Finalmente o relatório aponta também o papel dos oportunistas locais que, a troco de quantias muitas vezes avultadas, facilitam a escala local da viagem dos clandestinos ou lhes fornecem abrigo e alimentação. Muitos dos que confiam as suas vidas às redes acabam por ver que “as promessas são quebradas, mais dinheiro é pedido, e o fiasco global culmina com o dramático lançamento clandestino de uma embarcação a meter água e sobrelotada com imigrantes aterrorizados.”⁵⁹⁸ O incentivo para todas estas actividades é dinheiro, como sublinha o relatório. “Apesar da pobreza dos países de origem, os migrantes têm acesso, através de estruturas de família alargadas, a consideráveis montantes de financiamento, o que pode ser visto como um de que pode beneficiar tanto os imigrantes como os seus familiares.”⁵⁹⁹

Será que este fenómeno tem relevância a **nível da Guiné-Bissau**? As bases de dados utilizadas pelas principais organizações que tratam os fenómenos do tráfico humano e das migrações clandestinas em particular são parcas no que diz respeito a elementos de análise sobre a questão ao nível da Guiné-Bissau. Aliás este país faz parte do pequeno número daqueles dos quais não tem sido possível obter dados. No entanto, seja por iteração ou por simples analogia, através dos dados relativos aos países mais próximos será possível deduzir alguns dados. Complementando estes com elementos retirados de algumas entrevistas e os retirados da comunicação social local será então possível desenhar-se uma imagem da presença do fenómeno naquele país.

⁵⁹⁸ UNODC, *op. cit.*, p. 18. Tradução livre do autor. No original: “promises are made and broken, more money is demanded, and the whole fiasco culminates in a dramatic clandestine launch of a leaky craft overstuffed with frightened migrants.”

⁵⁹⁹ *Idem*, p. 19.

A existência de redes de migração clandestina operando a partir de Sul e de Leste ocupa um lugar importante na problemática de segurança para a Europa. Embora não seja um fenómeno novo, como se viu, nos últimos tempos têm vindo a provocar alarme na UE as notícias de fluxos de clandestinos vindos do Sul, o que levou países como Espanha, Malta e Itália e também ultimamente Portugal a soarem o alerta. Embora os utilizadores destes sistemas de migração clandestina visem conseguir emprego e melhores condições de vida, quem organiza estas "deportações ao contrário"⁶⁰⁰ (onde se incluem responsáveis estatais de diversos países de emigração) tem vários objectivos, um dos quais é a regulação do excesso de população, através da saída de nacionais ou de refugiados que se encontram temporariamente no seu território. Podem mesmo vir a utilizar as migrações clandestinas "em massa" para infiltrar terroristas, armas e explosivos, droga, etc.

Finalmente, através destas medidas, intencionalmente ou não, poderão vir a provocar a instabilidade social e política pela criação de guetos nos países de destino e alterações aos sistemas de emprego (o trabalhador clandestino, sem direitos e auferindo baixos salários é um ónus muito menor para empregadores desonestos).

5.3.3. Ameaça de redes terroristas

O terrorismo constitui actualmente a mais importante ameaça ao nível mundial, congregando uma enorme panóplia de meios, de diversos países, e empenhando recursos financeiros imensos. A guerra ao terrorismo faz-se essencialmente do Médio Oriente até à fronteira do Afeganistão-Paquistão, mas África constitui, sem dúvida, não só um continente de santuário e centros de treino, como também o alvo de acções terroristas.

⁶⁰⁰ As deportações atingem normalmente pessoas que são identificadas como estranhas no seio de uma comunidade ou etnia. São exemplos, para além das políticas de depuração do nazismo, durante a Alemanha do 3º Reich, as limpezas étnicas ocorridas nos Balcãs, durante as guerras balcânicas de 1912-1913 e, recentemente, nas guerras de 1992-1995. As redes clandestinas de migração, pelo contrário, deslocam para o exterior de um país os seus próprios nacionais, normalmente desde que tenham comprado "bilhete" de saída.

O terrorismo sediado em África como uma ameaça para a Europa foi já referido no capítulo anterior, mas vale a pena analisar algumas fontes contendo informação relevante sobre o terrorismo em África e especialmente geograficamente localizado na África Ocidental ou perto desta região.

O Instituto Internacional de Contra-Terrorismo (ICT) sediado em Herzlyia, Israel, promove a difusão periódica de informações sobre actividades de grupos terroristas. Em Janeiro de 2010, no seu sítio da internet (www.ict.org.il) o Grupo de Monitorização de Websites da *Jihad* referia algumas notícias sobre actividades, de que se destacam, pela sua relevância para este trabalho, as seguintes:

- Relativamente ao Magrebe, o canal de televisão *Al-Jazeera* enviava para o ar um vídeo promovido pelos fóruns da *Jihad*, mostrando activistas jihadistas declararem a região do Norte de África, Argélia, Mauritânia, Mali e Marrocos como o Emirato Islâmico do Saará.⁶⁰¹ Ora, um emirato é um território político controlado por um emir de uma organização fundamentalista islâmica, governado de acordo com a lei islâmica em todos os aspectos da vida, onde a aspiração última será fundir todos os emiratos num único território governado por um Califa Muçulmano.⁶⁰²

- A Al-Qaeda do Magrebe Islâmico ameaça matar todos os franceses que capturarem se dentro de 20 dias quatro dos activistas da organização detidos no Mali não forem libertados.

- O número dois do movimento da Somália *Al-Shabab Al-Mujahideen*, o xequie Muktar Rogo Abu Mansour, declarou que a organização enviará combatentes para o Iémen por via marítima para ajudar na batalha contra os “inimigos de Alá”.⁶⁰³ O sítio internet do ICT sublinha que o Iémen é uma base de partida para outros palcos da *Jihad*, tais como a Somália, o Iraque, etc. Contudo, estas declarações de líderes proeminentes do movimento *jihadista* da Somália serão as primeiras deste tipo, tanto quanto o ICT saberá. O ICT declara, no entanto, que esta não é a primeira vez que os líderes do movimento declaram

⁶⁰¹ Cf sítio da internet <http://ansarnet.info/showthread.php?=17798>, visitado em 15 de Fevereiro de 2010.

⁶⁰² ICT's Jihad Websites Monitoring Group, *Periodical Review January 2010* – no. 2 [em linha]. [referência de 15 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <www.ict.org.il>, p.12.

⁶⁰³ ICT, *op. cit.*, p. 13.

enviar combatentes para outros cenários. No final de Outubro de 2009, os líderes do movimento anunciaram o estabelecimento da brigada “Al-Quds”, cujo objectivo seria libertar a mesquita de Al-Aqsa.⁶⁰⁴

- Manifestações de muçulmanos no Quénia exigindo a libertação do Imã jamaicano da mesquita de Abdullah Al-Faisal, suspeitas de incitar ao radicalismo.

- A propósito do início da *Jihad* na Nigéria, o fórum da *Jihad* “Hanein” publicou uma análise do grupo nigeriano islâmico denominado “Taliban-Nigeria” (o grupo “Boko Haram”), que aspira a implementar a lei da *Sharia* na Nigéria, especialmente no Norte do país.⁶⁰⁵

Como se apresenta este fenómeno a **nível local**, na Guiné-Bissau? Anteriormente, surgiram indícios sobre a presença, mesmo que de passagem, de elementos ligados a actividades terroristas, como o demonstrou o incidente da detenção de senegaleses em Bissau, acusados de terem perpetrado um ataque terrorista no Senegal contra turistas, em 2008.

A RGB não dispõe de capacidades para combater uma eventual ameaça de instalação de células terroristas no seu território. Tanto ela como outros países mais fragilizados da região Ocidental de África podem ser utilizados para actividades terroristas, nomeadamente como santuário ou local de passagem. Se não forem tomadas medidas, as células de terrorismo internacional poderão vir a estabelecer-se nesta região como já o vão fazendo noutras zonas de África. Conforme refere António Maria Costa, o responsável pelo Gabinete de Drogas e Crime da ONU, alguns indicadores apontam já para aspectos preocupantes.

Em finais de 2007 a Guiné-Bissau voltava às primeiras páginas dos jornais: suspeitos de actos terroristas eram detidos no seu território⁶⁰⁶. Estes últimos, cidadãos mauritanos, eram suspeitos no assassinato de turistas franceses, em Dezembro desse ano, e também de terem ligações à Al-Qaeda. As implicações deste acontecimento em termos de

⁶⁰⁴ ICT, *op. cit.*, p. 13-14.

⁶⁰⁵ *Idem*, p. 15.

⁶⁰⁶ SARAIVA, Luís Eduardo. 2008. A Segurança europeia face à Guiné-Bissau. *Revista Cidadania e Defesa*. N.º 30. Abril-Maio 2008. Lisboa : Associação de Auditores do Curso de Defesa Nacional, pp. 6-13.

segurança reflectiram-se de imediato no cancelamento da última edição do rally Lisboa-Dakar. O caso merece, no entanto, uma análise mais cuidadosa. Os factos acima mencionados não são, *per se*, um indicador acerca da eventual existência de bases terroristas na RGB. Tendo em conta as evidências disponíveis, o país não era, ainda, um santuário ou plataforma do terrorismo internacional; mas, tal como outros países africanos com instituições frágeis, Bissau podia (e poderá) estar a servir de ponto de partida para actividades criminosas organizadas. Por último, surgiram aqueles indícios sobre a presença, mesmo que de passagem, de elementos ligados a actividades terroristas. No entanto, Rodrigo Tavares, um especialista em assuntos africanos⁶⁰⁷, não valida a ideia segundo a qual a RGB poderia estar na origem de problemas de segurança para a União Europeia, por ser santuário de terrorismo. De facto, nenhum indício forte como aquele episódio tinha sido ainda registado e, de acordo com os factos disponíveis na altura, nada nos indicava que a RGB pudesse vir a estar conotada com actividades de grupos terroristas.

A RGB não dispõe de capacidades para combater uma eventual ameaça de instalação de células terroristas no seu território. Tanto ela como outros países mais fragilizados da região Ocidental de África podem ser utilizados para actividades terroristas, nomeadamente como santuário ou local de passagem. Se não forem tomadas medidas, as células de terrorismo internacional poderão vir a estabelecer-se nesta região como já o vão fazendo noutras zonas de África.

Outro indício deverá ser referido. Tem a ver com as chamadas crianças *talibés*. Retiradas do seio das suas famílias com o pretexto de irem estudar para escolas corânicas nos países vizinhos, o seu destino acaba por ter vários tipos de finais infelizes. Muitas delas são depois encontradas a vagar e a mendigar em Dakar e noutras cidades do Senegal. Outras terão tido outros destinos ainda mais incertos, disponíveis para a endoutrinação radical da Jihad.

⁶⁰⁷ Entrevista junto de Rodrigo Tavares, realizada em 19 de Dezembro de 2007, em Bruxelas. Este é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Gothenburg, Suécia, e investigador da Universidade das Nações Unidas (Brugge, Bélgica) na área de Estudos Comparativos de Integração Regional. Cf. <http://www.cris.unu.edu/>.

Vale a pena a análise do recente relatório da Liga Guineenses dos Direitos Humanos⁶⁰⁸ sobre este fenómeno, que “tem dominado a agenda das prioridades das organizações da sociedade civil, visto que segundo a Associação Amigos das Crianças (AMIC) mais de duas centenas de crianças são enviadas anualmente para os países da sub-região, sobretudo para Dakar, no Senegal, com o propósito de irem frequentar estudos islâmicos.”⁶⁰⁹ De acordo com o relatório, “essas crianças acabam por ser transformadas em mendigos, senão escravos, tudo porque os seus mestres lhes fixam um montante monetário que são obrigados a angariar diariamente, caso contrário são submetidas a tratamentos degradantes pelos respectivos mestres.”⁶¹⁰ Muitos deles fogem desta situação difícil e acabam nas ruas, desamparados e facilmente caem nos riscos da delinquência, incluindo “a prostituição, furtos, roubos contracção de doenças infecciosas, má nutrição etc.”⁶¹¹. O relatório refere que as crianças recolhidas nos dois centros de acolhimento existentes em Dakar, 80% são oriundas da Guiné-Bissau.

O problema não é exclusivo da Guiné-Bissau, mas este país constitui o grosso das preocupações regionais com as crianças. Enquanto a totalidade dos países da região já adoptaram medidas, inclusive legislativas, para impedir esta prática, a Guiné-Bissau não conseguiu ainda resolver o problema. Conforme salienta o relatório, “a problemática de criança *talibé* passa de um simples problema cultural para merecer uma atenção especial na agenda dos direitos humanos.”⁶¹² Actualmente, este fenómeno ganhou uma nova face na medida em que muitas pessoas aproveitam o esquema para exploração e tráfico de crianças. Várias organizações se têm preocupado com estas crianças abandonadas, mas o número daquelas que são recuperadas será ainda muito pequeno, contando-se entre estas aquelas que conseguem fugir e alcançar de novo a sua família. Para além disso, esta questão tem sido agravada com um fenómeno adjacente: “surgiu uma nova vaga de tráfico de raparigas para com o propósito de irem fazer trabalho doméstico, sendo depois

⁶⁰⁸ LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS. 2010. relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2008/2009 “a força sem discernimento colapsa sob o seu próprio peso”. Abril de 2010. Bissau: lgdh [descarregado do sítio da internet <http://www.lgdh.org/> em 30 de Abril de 2010]

⁶⁰⁹ LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS, *op. cit.*, pp. 18-19.

⁶¹⁰ *Idem*, p. 19.

⁶¹¹ *Idem, ibidem*.

⁶¹² *Idem, ibidem*.

utilizadas para fins de prostituição. O facto tem funcionado há muito, embora a sua manifestação seja oculta ou sem uma visibilidade igual ao das crianças talibé.”⁶¹³ De acordo com o relatório, é nas regiões de Biombo, Oio e Cacheu que este fenómeno tem aumentado mais. As raparigas são levadas com destino à Gâmbia e ao Senegal, sendo na sua maioria crianças das etnias papel, balanta e felupe.⁶¹⁴

O relatório refere a criação do Comité Nacional contra o Tráfico Humano, para erradicar estas práticas contra as crianças. Contudo, como salienta o texto, “não existe um plano nacional de combate ao tráfico e mecanismos operacionais para fazer face aos reais problemas ligados ao tráfico das crianças”.⁶¹⁵ Há necessidade de as comunidades, especialmente as das regiões ocidentais do país, se envolverem na luta contra este flagelo, afirma o relatório, pelo que projectos concretos, como “campanhas de sensibilização, programas de comunicação e educação em matéria dos direitos humanos”⁶¹⁶ são necessários, não descurando a criação e aplicação de legislação apropriada.

Outro factor que merece alguma atenção, embora por si só não sirva de indicador sobre actividades ilícitas, é o fenómeno crescente do apoio financeiro de sauditas e de líbios aos guineenses muçulmanos que desejem fazer a peregrinação a Meca. Este facto é, pelo menos, criador de condições para que os recrutadores de operacionais de redes terroristas dêem atenção às condições favoráveis da Guiné-Bissau, ajudando a estabelecer redes providenciando futuros locais de santuários.

No anexo A a este trabalho pode consultar-se a lista de elementos utilizados para a análise dos fenómenos de tráfico de droga, tráfico humano e migrações clandestinas e terrorismo (Anexo A – Relatório sobre os Elementos consultados para Análise do Tráfico de Droga, Migrações e Terrorismo). Esse anexo resume também alguns dos métodos de abordagem dessas fontes primárias e a certificação da relevância desses dados.

⁶¹³ *Idem*, p. 20.

⁶¹⁴ *Idem*, p. 20.

⁶¹⁵ *Idem*, *ibidem*.

⁶¹⁶ *Idem*, *ibidem*.

5.4. Entrevistas

Faz-se agora a análise de entrevistas conseguidas entre Janeiro de 2009 e Agosto de 2009. Estas foram realizadas com o propósito de se avaliar o grau de penetração do conceito “nexo segurança-desenvolvimento”, não só no seio das elites políticas guineenses como também em todos os actores que cooperam, de uma forma ou de outra, em projectos na Guiné-Bissau ou em seu apoio. Esta secção analisa as respostas de entrevistados em Lisboa, em Bruxelas e em Bissau.

5.4.1. I Série de Entrevistas

Um primeiro trabalho de campo, constituindo a **I série de entrevistas**, materializado por entrevistas na Guiné-Bissau entre 28 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 2009, foi planeado para um leque de entrevistas muito mais alargado. O teor dessas entrevistas, como foram planeadas com base teórica, pode observar-se no Relatório n.º1 que integra o Anexo B deste trabalho, na parte planeada para trabalhos de campo na Guiné-Bissau. Esse relatório, que é fundamentalmente uma transcrição das entrevistas, como se verá, reflecte apenas as que foi possível conduzir na Guiné-Bissau no período identificado. Estavam previstas algumas mais, neste país, para além de outras, em Portugal e nas instituições europeias, na Bélgica, o que foi concretizado, em parte como se poderá verificar nos Relatórios n.º2 e n.º3, referentes respectivamente à II Série e III Série de entrevistas. O Relatório n.º 4 desse anexo B trata da análise das entrevistas, cujos resultados se apresentam mais à frente.

Como conclusões do primeiro trabalho de campo⁶¹⁷ podem registar-se as seguintes considerações:

As entrevistas foram conduzidas atendendo à especificidade de cada entrevistado, no que diz respeito ao seu “background”, nacionalidade, experiência, conhecimentos e funções. No entanto, todos foram confrontados com o mesmo par de perguntas, feitas após

⁶¹⁷ Estes dados constam do Relatório n.º 1 do Anexo B deste texto.

algumas perguntas iniciais específicas para cada entrevistado. Esse par de perguntas pretendia identificar a sensibilidade dos entrevistados para onexo entre segurança e desenvolvimento. Todos os entrevistados confirmaram uma forte interdependência entre Segurança e Desenvolvimento, embora seja necessário despistar as diferentes interpretações destes dois conceitos.

Parece haver uma consciência forte da necessidade de uma intervenção “musculada”, seja da Comunidade Internacional, seja do actual governo (sobre o qual recaem elevadas expectativas, mesmo após os acontecimentos de 1 de Abril de 2010), que implemente um sistema que garanta, inicialmente, segurança humana, que dê garantias de estabilidade para o lançamento de estruturas económicas, de saúde e de educação. Parece que o papel do ex-colonizador continua a ser relevado, tanto por parte das populações, como por parte de personalidades guineenses. Relativamente a estes identificaram-se duas abordagens: primeira, o apelo à responsabilidade de Portugal de ajudar a relançar a RGB; segunda, a ligação à cultura lusófona e a identificação com Portugal constitui um factor de identificação positiva e fonte de esperança.

5.4.2. II Série de Entrevistas

Uma **II série de entrevistas** foi conduzida em Abril e Maio de 2009⁶¹⁸. Esta segunda série de entrevistas, que se seguiu às já conduzidas localmente na Guiné-Bissau (Janeiro/Fevereiro 2009), visou recolher as opiniões e experiências de responsáveis ou peritos, tanto portugueses como estrangeiros, pelas áreas de segurança e defesa e de desenvolvimento, em Portugal e nas sedes das instituições relevantes para o estudo. Assim pretendeu-se essencialmente estabelecer a ligação com peritos de duas instituições portuguesas relevantes para o estudo donexo segurança-desenvolvimento, o IPAD e a DGPDN, e ainda com o meio académico. Na mesma ordem de ideias foram entrevistados responsáveis de instituições, como por exemplo em Bruxelas. Os entrevistados são responsáveis ligados às instituições que se debruçam sobre as duas áreas em estudo, fazendo parte dos seus quadros. Um outro tipo de entrevistados caracterizou-se pela

⁶¹⁸ Cf. Relatório n.º 2 do Anexo B deste texto.

experiência anterior adquirida, “no campo”, em projectos de segurança e desenvolvimento. Este bloco de entrevistas divide-se assim, geograficamente, entre Portugal e Bélgica (e outras localizações), subdividindo-se nos campos do desenvolvimento e de segurança (acepção genérica).

À laia de conclusão, pode utilizar-se parte de uma entrevista desta II série, que ilustra bem o sentimento geral dos entrevistados perante a relação entre Segurança e desenvolvimento:

“Sem a obtenção de garantias de estabilidade e de segurança, não é possível avançar com projectos de desenvolvimento estruturantes que são essenciais para a melhoria das condições de vida das populações. Por outro lado, se foram criadas essas condições poder-se-á atrair outro tipo de apoios para o país, nomeadamente ao nível do sector privado e na criação de condições para a entrada do Investimento Directo Estrangeiro, essencial para a criação de emprego no país”.⁶¹⁹

5.4.3. III Série de Entrevistas

Após este segundo bloco de entrevistas planeou-se um terceiro bloco, **III terceira série de entrevistas**,⁶²⁰ conduzido de novo, essencialmente, na Guiné-Bissau, durante as eleições presidenciais, na primeira volta, em Junho de 2009, e na segunda volta, em Julho Agosto de 2009. A preparação da abordagem foi semelhante à dos dois blocos de entrevistas anteriores: um conjunto de perguntas especificamente dirigidas à experiência ou funções do entrevistado, completado por um par de perguntas que são comuns a todas as entrevistas. No entanto, apesar da riqueza dos dados e experiência recolhidos no contacto com as populações, com os responsáveis do processo eleitoral e com as autoridades (políticas e militares), não foi possível conduzir, na quase totalidade, esta III série.

O material verbal obtido a partir das questões abertas é muito mais rico em informações do que a resposta a questões fechadas ou pré-codificadas”, notava Laurence

⁶¹⁹ BRANCO, Luís Castelo. 2009. *Entrevista de 12 de Julho de 2009* [constante do Anexo B deste texto].

⁶²⁰ Cf. Relatório n.º 3 do Anexo B deste texto.

Bardin.⁶²¹ A dificuldade que surge é como fazer o tratamento. Vejamos qual o tratamento aplicado às entrevistas.

5.4.4. Análise de Enunciação de Entrevistas

Esta parte apresenta o trabalho prático dedicado à preparação e à análise do conteúdo das respostas obtidas nas entrevistas e suas conclusões. As entrevistas foram planeadas e/ou recolhidas em três fases, como explicado no anexo B. A primeira fase foi planeada para ter lugar na Guiné-Bissau, a segunda fase essencialmente em Lisboa e na sede da UE, em Bruxelas, e uma terceira fase foi, de novo, planeada para a Guiné-Bissau, mas acabou por servir para levar a cabo algumas das entrevistas planeadas anteriormente mas não realizadas. Na primeira fase, em Fevereiro de 2009, foram planeadas e/ou solicitadas 28 entrevistas mas só foram conseguidas (ou consideradas relevantes) 11 entrevistas. Na segunda fase, em Maio/Junho de 2009, foram planeadas ou solicitadas 29 e só se concretizaram 5. Foi planeada uma terceira fase e foram reenviados alguns pedidos de entrevista (e planeados outros) com alguns resultados.

A análise de conteúdos realiza-se normalmente via duas modalidades: uma quantitativa, em que se procura quantificar a frequência com que determinada particularidade se repete no texto (palavra, expressão ou frase); e outra qualitativa, em que se procura analisar a presença ou ausência de uma dada característica do texto (ou de várias características).

Na análise de conteúdo que se efectuou nesta altura do trabalho foram utilizados tanto os procedimentos ditos “fechados”, em que a análise e classificação do texto são guiadas por um conjunto de suposições ou conceitos pertencentes a um determinado quadro teórico (Neste caso a ideia do nexo segurança-desenvolvimento que advém da teoria da paz liberal) como os procedimentos “abertos ou exploratórios”, em que a análise

⁶²¹ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 180.

do texto faz emergir categorias ou conceitos não definidos *a priori*. Assim, foram adoptados procedimentos mistos nesta análise de conteúdos.

Numa primeira fase foi feita uma leitura solta, sem preocupações de aplicação de um método de análise, com o objectivo de tomar contacto de uma forma genérica e abrangente com o material a analisar. Algumas considerações, registadas numa parte inicial do capítulo 5 do texto principal da dissertação, são um reflexo desta “primeira passagem”. Numa segunda passagem, mais cuidada, foi feita a codificação do material, ou seja, a transformação dos dados brutos, através de tarefas de recorte, classificação, agregação e categorização.

Assim, para a análise das entrevistas consideradas, (em número de 16) utilizámos essencialmente o tipo de trabalhos apresentados e explicados por Laurence Bardin⁶²² e desenvolvidos por M.-C. d’Unrug, numa técnica denominada de *análise da enunciação*. Esta análise apoia-se “numa concepção da comunicação como processo e não como dado” e “funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais”⁶²³. Assim o discurso dos entrevistados foi analisado não como um *dado* puro (o que é a abordagem da análise clássica), mas sim como um *processo*. Ou seja, como Bardin explica, não apenas um “um enunciado imobilizado, manipulável, fragmentável”⁶²⁴, mas, passando para além disso, e considerando o discurso “um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições”. Isto significa que o discurso deve ser entendido como um processo dinâmico, onde “se confrontam as motivações, desejos e investimentos” do entrevistado.

Estruturação da Análise

A maioria das entrevistas foi composta por duas perguntas nucleares: (i) *Concorda com a ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento*; e (ii) *Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve*

⁶²² BARDIN, Laurence. 2008. *Análise de Conteúdo*. Lisboa : Edições 70, pp. 215-232.

⁶²³ *Idem*, p. 215.

⁶²⁴ *Idem*, p. 216.

ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Essas perguntas foram algumas vezes antecedidas ou seguidas de uma ou várias perguntas específicas, ligadas ao entrevistado, procurando tirar proveito da oportunidade da sua presença e dos seus conhecimentos. Após ser recolhido o material, como indicado no anexo B, procedeu-se assim à sua disposição para a condução das diversas fases da análise consideradas relevantes.

Em primeiro lugar o material foi todo reduzido a escrito em formulário idêntico, que foi denominado *Ficha para Análise de Entrevistas pelo Método da Enunciação*. Construíram-se 16 fichas, que se podem ver adiante, neste apêndice. Cada ficha contém o número de ordem da entrevista, a identificação breve do entrevistado, o local e a data onde a entrevista foi conduzida, as perguntas e as respostas.

Numa segunda fase, foi construída uma *Matriz de Análise de Conteúdo* para cada entrevista considerada. Esta matriz, elaborada a partir das indicações de Bardin⁶²⁵, segue um modelo muito comum em análise de conteúdos, onde para cada entrevista e cada questão se identificam os seguintes elementos:

- **Tema:** o assunto da questão;
- **Categorias:** deverão ter um elevado grau de abrangência e abranger as subcategorias. Poderão ser criadas, *a priori*, com base nas perguntas feitas. Mas também podem ser elaboradas *a posteriori*;
- **Subcategorias:** são enunciadas da forma geral. São abrangidas pelas categorias. As subcategorias emergem das unidades de registo
- **Indicadores / Unidades de Registo:** correspondem ao segmento do discurso (no contexto) que exemplifica a classificação que se fizer: para uma pessoa exterior à análise, a unidade de registo é um indicador para a subcategoria criada.

⁶²⁵ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, pp. 220-228.

- **Unidades de contexto:** permite situar a ideia expressa no contexto do discurso em que ocorre. Se tal não acontecer, há o risco de se fraccionar muito a análise e perder-se o sentido abrangente daquilo que foi afirmado.

Esta é a fase crucial da análise de conteúdos, em que se identificam os elementos relevantes do discurso.

Numa terceira fase foi produzido um relatório (*Relatório da Análise da Entrevista*) que consiste na interpretação das respostas às questões nucleares, ou seja do alinhamento e da dinâmica do discurso, visto das seguintes perspectivas:

- **Análise Sintáctica e paralinguística** – As estruturas formais gramaticais. Os índices - unidades lexicais, co-ocorrências lexicais, estruturas sintáticas, características formais diversas - a partir dos quais podem ser obtidas as inferências;

- **Análise Lógica** – Apoia-se num conhecimento do arranjo do discurso;

- **Análise dos elementos formais atípicos** – As omissões, os ilogismos, os silêncios, expressões gestuais ou posturas;

- **Inferências** – o entrevistado valorizou o tema? Tinha conhecimento do assunto? De acordo com Osgood⁶²⁶, algumas inferências possíveis são: inteligência, facilidade de comunicação, origem racial, ansiedade, agressividade, estrutura associativa, atitudes e valores, móveis, hábitos linguísticos do entrevistado.

Neste relatório também se considerou uma abordagem das respostas às **restantes perguntas** que, embora não ligadas necessariamente ao tema nuclear “Nexo Segurança-desenvolvimento”, (i) foram enquadrantes da temática, ou (ii) permitiram recolher outros dados igualmente relevantes para a melhoria da imagem do todo ou (iii), simplesmente, funcionaram como forma de “quebrar o gelo” no início da entrevista.

O relatório termina com uma **conclusão** onde se iluminam os pontos principais e a relevância dos dados obtidos.

⁶²⁶ OSGOOD *apud* BARDIN, p. 168.

Finalmente, foi produzida um *Quadro Geral de Análise de Conteúdo de Entrevistas*, complementar das fases acima descritas e que contém os mesmos elementos que o *Relatório*. Este *Quadro Geral* destina-se essencialmente a facilitar a comparação entre todas as entrevistas e, dentro de cada uma delas, a obter-se de imediato um vislumbre de dados relevantes.

Assim, e como se pode observar no anexo B, foram considerados quatro blocos de documentação utilizados para a organização da análise e apresentação de resultados das entrevistas: (i) Fichas para Análise de Entrevistas pelo Método da Enunciação; (ii) Matrizes de Análise de Conteúdo das entrevistas; (iii) Relatórios da Análise das Entrevistas; (iv) Quadro Geral de Análise de Conteúdo das Entrevistas.

Conclusão

As perguntas nucleares não referiam o estudo de caso da Guiné-Bissau. No entanto, devido ao enquadramento, ou seja, as outras perguntas, as condições em que foram realizadas as entrevistas, os locais onde foram feitas as perguntas e as áreas de conhecimento dos entrevistados levaram quase sempre a que o tema fosse associado àquele país. De uma forma geral os entrevistados não potenciaram o nexo segurança-desenvolvimento. Ou seja, não deduziram, não demonstraram ou não reconheciam a ideia de que “o todo é maior que a soma das partes”. Embora validassem a ideia de que “não há segurança sem desenvolvimento e não há desenvolvimento sem segurança”, não referiram as sinergias criadas (“uma outra coisa”) com a coordenação de esforços de projectos das duas vertentes. Por outro lado, a maioria percepcionava a prioridade à segurança como a forma de iniciar a recuperação de Estados frágeis ou saídos de uma crise.

Ligando as ideias ao estado frágil em que se encontra a Guiné-Bissau, a maioria dos entrevistados identificou algumas das causas da insegurança e do subdesenvolvimento, em que a corrupção tem destaque. As autoridades, políticas e militares, foram apontadas como as mais directamente responsáveis pelo Estado do país. Uma consequência do enfraquecimento geral do Estado é a “balcanização” – como nomeado por um dos entrevistados, processo de retorno à tribalização, em que a sociedade guineense actualmente mergulha, que é tanto causa como consequência da corrupção. A subordinação

do poder militar ao poder civil (ou “controlo democrático das Forças Armadas”), foi visto como o processo mais premente para estabilizar o país, por um número grande de entrevistados.

5.5. Comunicação social guineense – análise de conteúdos

Esta parte dedica-se à análise da profícua comunicação social de Bissau. De acordo com Laurence Bardin, “a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira”⁶²⁷

Fazem-se duas abordagens a essa comunicação social: Por um lado analisou-se a frequência de aparecimento de determinados termos relevantes para este estudo, com o seja *droga* (ou *estupefacientes, cocaína, etc.*), *tráfico de seres humanos* (ou *migrações, ou imigrações, etc.*) e *terrorismo* (ou *acções violentas radicais, fundamentalismo islâmico, Al-Qaeda, etc.*). Também se procurou encontrar o binómio *segurança-desenvolvimento* (ou alguns dos seus significados apresentados de outra forma).

Uma segunda abordagem visou o aspecto qualitativo das mensagens, isto é, se apresentavam informação relevante sobre as questões em estudo, com profundidade e valor.

O período em estudo corresponde àquele balizado entre a primeira viagem de estudo do autor à Guiné-Bissau, em Janeiro de 2009, e Março de 2010, pouco mais de um ano, portanto. No entanto, neste período assistiu-se a um conjunto considerável de acontecimentos relevantes que modificaram substancialmente os conteúdos da comunicação social (e também a sociedade guineense, em geral). Os assassinatos do

⁶²⁷ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 43.

Presidente da República e do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) em Fevereiro de 2009, o assassinato de um candidato presidencial durante a campanha eleitoral que se seguiu, as eleições (primeira e segunda voltas) para a Presidência e, finalmente, a tomada de posse do novo Presidente. As demonstrações de regozijo e de esperança da Comunidade Internacional colocaram a questão da crise da Guiné-Bissau num patamar muito diferente daquele onde se encontrava no início deste estudo. No entanto, este curto período de graça haveria de terminar com mais um golpe militar, em 1 de Abril de 2010, em que foram detidos o primeiro-ministro (e ameaçado publicamente de morte) e o CEMGFA, Almirante Zamora Induta. Embora o primeiro-ministro estivesse “retido” apenas durante poucas horas, o que é verdade é que o estado de graça parecia ter terminado.

A Comunicação social da Guiné-Bissau é um elemento importante, se se quiser saber o que se passa neste país. Para a sua reduzida dimensão, a Guiné-Bissau edita vários periódicos, uns jornais diários, outros semanários e, ainda, outros que aparecem sem uma periodicidade bem estabelecida. Há também o caso de lançamento de periódicos temáticos que acabam por não se editar definitivamente, como foi o caso de “O Defensor”, órgão do Estado-Maior General das Forças Armadas. Tendo sido considerada relevante para a investigação em curso a análise destes elementos de informação, procedeu-se à estruturação dos trabalhos de análise de acordo com um encadeamento de fases lógicas de trabalho.

Primeiro, processou-se a recolha dos periódicos, o que foi feito parcialmente no país, pelo investigador, adquirindo-os aos vendedores de jornais, “ardinas” que surgem em todos os locais mais centrais da capital. Mas a maior parte do volume de jornais analisados foi proporcionada pela gentil colaboração do IPAD, tanto localmente, na pessoa do Dr. Guilherme Zeverino, como na sede, por iniciativa da Dra. Graça Moura e do Prof. Doutor Luís Castelo Branco.

Na segunda fase foi feita a leitura exaustiva dos textos contidos nos periódicos, buscando-se tão só a ambientação com a estrutura do jornal, as suas tendências e o público-

alvo. Esta é a fase que Laurence Bardin considera de pré-análise⁶²⁸, onde se faz a exploração do material sem grande subordinação a métodos que serão aplicados mais à frente.

A fase seguinte tratou da selecção dos conteúdos, buscando-se aqueles que tinham relação com os temas que tinham sido identificados como relevantes para este projecto – o tráfico de droga, as migrações (incluindo o tráfico humano), o terrorismo e o nexo segurança-desenvolvimento.

A fase quatro materializou-se essencialmente pela transcrição dos segmentos identificados nos textos dos jornais como relacionados com os temas em investigação. Iniciou-se aqui, assim, o tratamento dos resultados obtidos e foi feita uma primeira investida na interpretação.

De seguida, na fase cinco, foi feita a codificação em unidades de registo e de contexto. Foi elaborado o cálculo da ocorrência dos elementos identificados como relevantes, ou seja, os temas que se apresentaram como as variáveis *D – tráfico de estupefacientes*, *M – migrações e tráfico humano*, *T – terrorismo* e *N – nexo segurança-desenvolvimento*.

De seguida foram elaborados alguns gráficos para ilustrar melhor a ocorrência das variáveis e para se identificarem alguns elementos como picos de frequência, médias, etc. Estes gráficos ajudaram à categorização dos fenómenos, para além de terem feito ressaltar alguns desses fenómenos, antes dissimulados na massa de dados. A fase final foi a de interpretação, donde, pela inferência, se deduziram alguns pólos de análise, se validaram processos e se apresentaram outros e, principalmente, de onde foram identificadas algumas variáveis de inferência.

5.5.1. Fases da Análise

O método adoptado nesta análise da comunicação social escrita da Guiné-Bissau foi o sugerido por Laurence Bardin na sua obra *Análise de Conteúdo*, já citado acima. Embora

⁶²⁸ BARDIN, Laurence, *op. cit.*, p. 121.

o exemplo que a autora disponibiliza nessa obra, “Análise de comunicações de massa: o horóscopo de uma revista” não fosse directamente útil como orientação para este trabalho de investigação, a estrutura apresentada na terceira parte do seu trabalho, “O método”⁶²⁹ revelou-se muito útil e de aplicação simples.

5.5.2. Recolha aleatória de jornais (diários e não diários) em Bissau

Os elementos recolhidos referem-se a edições difundidas no período de 24 de Junho de 2009 a 18 de Março de 2010-04-09. A recolha dos elementos – os jornais que circulam em Bissau – necessários à investigação foi feita tirando partido da oportunidade da presença do investigador em Bissau nas visitas que realizou à Guiné-Bissau em 2009. No entanto, a recolha não foi exaustiva e constituiu apenas uma pequena parte do acervo total recolhido. A aquisição aos vendedores de jornais foi feita nos locais mais centrais da capital. Factor muito importante nesta recolha de elementos foi a colaboração do Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento (IPAD). Localmente, o responsável português pela área do desenvolvimento, Dr. Guilherme Zeverino, disponibilizou todos os exemplares que normalmente adquire e analisa. No IPAD, em Lisboa, os serviços da Dra. Graça Moura e o apoio do Prof. Doutor Luís Castelo Branco revelaram-se fundamentais, fazendo chegar ao investigador exemplares que no seu conjunto, constituem uma amostra muito relevante, que dá corpo a esta análise de conteúdos. Foram assim recolhidos e tratados cerca de oito dezenas de exemplares. Após alguma triagem, em que foram eliminados números duplicados e descartadas publicações sem continuidade (caso do jornal “O Defensor”), consolidou-se o corpus para análise em 76 exemplares, distribuídos da seguinte forma: Última Hora: 14; Bantaba di Nôbas: 9 ; Diário Bissau: 16; Nô Pintcha: 18; Kansaré: 3; Gazeta de Notícias: 16.

⁶²⁹ BARDIN, Laurence, *op. cit.* pp. 119-196.

5.5.3. Leitura geral dos conteúdos

A leitura dos conteúdos foi uma fase que se poderia classificar de pré-análise, se atendermos ao proposto por L. Bardin⁶³⁰. Foi feita uma leitura exaustiva de todos os textos contidos nos periódicos que constituem o *corpus* deste trabalho. Não houve preocupações de iniciar desde logo a análise dos elementos em consideração (as variáveis D, M,T e N, apresentadas acima) mas apenas se procurou a ambientação com o “objecto” em estudo: a estrutura do jornal, as suas tendências, o público-alvo, o nível de língua dos autores dos artigos e outros. Assim, fez-se a exploração do material sem grande subordinação a métodos que só mais tarde terão a oportunidade de serem aplicados.

Esta primeira abordagem trouxe desde logo alguns elementos úteis. Uma constatação, confirmada depois pela análise mais aplicada, foi de que os autores dos artigos, sem deixarem de demonstrar grande empenho e entusiasmo na sua profissão, não deixam, na grande maioria dos casos, de “opinar” sobre o assunto do artigo, dando as suas achegas e propondo soluções para os problemas. Temos assim que os artigos, para além de serem comunicações de acontecimentos e transcrições de declarações de entrevistados ou discursos de entidades, são essencialmente artigos de opinião. Aliás, esta primeira leitura deixou a impressão de que quase todos os exemplares lidos continham entrevistas a “cidadãos comuns” sobre as temáticas “mais quentes” do momento.

5.5.4. Selecção dos conteúdos relacionados com os temas

Nesta fase tratou-se da identificação e selecção dos conteúdos, assinalando-se aqueles que tinham relação com os temas que tinham sido identificados como relevantes para este projecto, ou seja, o tráfico de droga (e também o consumo local), as migrações (incluindo, emigrações, imigrações e o tráfico humano), o terrorismo (e a “Guerra ao Terrorismo” no Afeganistão e noutros teatros) e o nexos segurança-desenvolvimento (aqui buscando-se também quaisquer referências que ligassem paz a bem-estar, insegurança a subdesenvolvimento, ou outros pares de conceitos que de forma genérica se dirigissem àquele binómio).

⁶³⁰ *Idem*, p. 121.

Tráfico de droga (variável “D”)

Para análise quantitativa e qualitativa da frequência do aparecimento da variável “tráfico de droga”, a variável D deste trabalho, foi aceite um conjunto de termos conexos, nomeadamente *narcotráfico*, *droga(s)*, *traficantes* [de droga], *estupefacientes*, *cocaína*. Foram encontradas assim 118 entradas na totalidade dos jornais analisados. Este é o principal dos quatro temas seleccionados para análise, correspondendo a mais do que a soma dos outros três temas.

Migrações e tráfico humano (variável “M”)

A variável M deste trabalho, correspondendo a migrações e tráfico humano, foi encontrada num conjunto de termos adoptados, incluindo todas variantes do termo *migração*, *tráfico de pessoas* (ou *de menores*), *comunidades estrangeiras*, *comunidades no estrangeiro*, *diáspora*, *fuga de cérebros*, *xenofobia* e seus derivados, *refugiados*, *repatriação de ilegais*, *violência étnica*. Foram detectadas 33 ocorrências, a maior parte dedicadas a assuntos passados no estrangeiro. No entanto foram feitas referências ao combate ao tráfico de crianças, nomeadamente as designadas “talibés”⁶³¹, sendo esta uma preocupação expressa pelo Ministério da Mulher e pela ONG PLAN, além de, esporadicamente, fazer parte dos discursos políticos do primeiro-ministro e do Chefe de Estado.

Terrorismo (variável “T”)

A variável T, materializada em termos como *terrorismo* e palavras de raiz idêntica, *Al-Qaeda*, *fundamentalismo islâmico*, *guerra ao terrorismo* (no Afeganistão), *bombista(s)*, surgiu 36 vezes nas análises feitas aos jornais. Essencialmente as notícias davam conta da guerra ao terrorismo em palcos internacionais, como o Afeganistão. No entanto, o tema fez

⁶³¹ Jornal *Kansaré* de 25 de Junho de 2009 (p. 11), jornal *Bantaba di Nôbas* de 6 de Novembro de 2009 (p. 10), jornal *Nô Pintcha* de 4 de Fevereiro de 2010 (p. 2) e jornal *Última Hora* de 15 de Fevereiro de 2010 (p. 11).

também parte das intervenções de políticos guineenses. O Presidente da República afirmou algumas vezes que a guerra ao terrorismo fazia parte do conjunto de desafios a vencer.⁶³² Notícias sobre a eventual constituição de uma missão civil mista UA-CEDEAO davam também conta que estas organizações teriam a preocupação de combater o terrorismo na Guiné-Bissau, entre outras ameaças. No entanto, desde a notícia de 3 de Setembro de 2009 do Jornal *Nô Pintcha*, pouco se desenvolveu sobre este assunto.

Nexo Segurança-Desenvolvimento (variável “N”)

O nexo segurança-desenvolvimento constituiu uma variável de análise separada das outras três, tratadas acima. No estudo da ocorrência das variáveis D, M e T procurava-se identificar a sensibilidade dos jornalistas, da opinião pública e dos responsáveis políticos para a existência de ameaças nos três campos a que correspondiam aquelas variáveis, e portanto, validar a existência desses factores, que ameaçariam a Guiné-Bissau (ou até África, ou a Europa). Por outro lado, no caso da variável N, procurou-se verificar se se valorizava a existência do nexo entre segurança e desenvolvimento, se a existência deste nexo era aceite e compreendida e se eram citados exemplos dessa valorização ou a existência de sinergias entre os dois elementos desse binómio.

Foram considerados nesta avaliação termos e binómios (pares de termos) tais como *paz-desenvolvimento*; *paz, estabilidade e segurança*; *estabilização-desenvolvimento*; *desenvolvimento-paz/estabilidade*; *reformas da defesa-desenvolvimento*; *avanço económico-paz*; e as variações entre estes conceitos e pares de conceitos.

Os resultados expressaram-se no registo de 36 ocorrências, especialmente referentes a discursos do Presidente da República e do Primeiro-ministro. No entanto, pode deduzir-se da análise do discurso, do seu enquadramento, da audiência a que era dedicado, etc., que as palavras visariam mais tranquilizar a opinião pública do que a constituir um corpo de indicações/direcções políticas de um Chefe de Estado ao seu povo ou aos órgãos de governo.

⁶³² Jornal *Última Hora* de 26 de Junho de 2009 (10-11), jornal *Bantaba di Nôbas* de 29 de Setembro de 2009 (p. 7), Jornal *Nô Pintcha* de 25 de Setembro de 2009 (p. 11), etc.

5.5.5. Transcrição dos segmentos referentes às variáveis para as “fichas de jornal”

Esta fase materializou-se essencialmente pela transcrição dos segmentos identificados nos textos dos jornais como relacionados com os temas em investigação. Iniciou-se aqui, assim, o tratamento dos resultados obtidos e foi feita uma primeira investida na interpretação. No final do relatório do Anexo C podem observar-se os quadros com os registos destes elementos, um quadro para cada jornal estudado.

5.5.6. Cálculo da ocorrência dos temas em função do tempo (calendário) e dos acontecimentos mais relevantes indexados às notícias em estudo (“Quadro de Frequência das Edições”).

A codificação em unidades de registo e de contexto constituiu o trabalho fulcral nesta fase. Foi elaborado o cálculo da ocorrência dos elementos identificados como relevantes, ou seja, os temas que se apresentaram como as variáveis *D* – tráfico de estupefacientes, *M* – migrações e tráfico humano, *T* – terrorismo e *N* – nexos segurança-desenvolvimento. Estes elementos podem ser observados no quadro da Figura n.º 5.1.

Jornais analisados e # exemplares	Última Hora	Bantaba di Nôbas	Diário Bissau	Nô Pintcha	Kansaré	Gazeta de Notícias	Total	Aparecimento dos temas			
	14	9	16	18	3	16	76	D	M	T	N
24Jun09		1,0,0,0						1	0	0	0
25					1,1,0,0			1	1	0	0
26	2,0,1,1					0,0,1,0		2	0	2	1
2Julho09				1,0,0,1				1	0	0	1
3			0,0,0,0					0	0	0	0
6					0,0,0,0			0	0	0	0
8			4,1,0,0					4	1	0	0
22	2,0,1,2		1,0,0,0		2,1,0,1			5	1	1	3
27						0,1,0,0		0	1	0	0
30				0,0,0,1				0	0	0	1
24Ago09						0,1,0,1		0	1	0	1
26	0,0,0,0							0	0	0	0
27			0,0,0,0	0,0,1,0				0	0	1	0
3Set09			1,0,1,0	1,0,2,0				2	0	3	0
4		1,0,0,0						1	0	0	0
10	2,2,1,1							2	2	1	1
14						2,0,1,2		2	0	1	2
16		2,1,2,1	4,0,1,0					6	1	3	1
18	3,1,0,0							3	1	0	0
23			1,0,1,0					1	0	1	0
25				2,1,2,0				2	1	2	0
28						3,0,0,1		3	0	0	1
29		1,3,1,0						1	3	1	0
30			0,0,0,0					0	0	0	0
1Out09				0,1,2,2				0	1	2	2
7			2,0,1,0					2	0	1	0
12						1,0,0,1		1	0	0	1

21			1,1,3,0			0,1,0,1		2	2	3	1
23				5,0,1,0				5	0	1	0
30				3,1,1,0				3	1	1	0
4Nov09						0,0,0,1		0	0	0	1
5			2,1,1,0					2	1	1	0
6	3,0,1,0	2,2,0,0						5	2	1	0
9						4,0,0,1		4	0	0	1
10		3,0,1,0						3	0	1	0
12			2,1,0,1					2	1	0	1
13	1,0,0,0	0,0,0,0						1	0	0	0
17						1,0,0,2		1	0	0	2
19			1,1,0,0	3,1,1,1				4	2	1	1
24	3,1,1,0					0,0,0,0		3	1	1	0
25		1,0,0,1						1	0	0	1
26			0,1,1,0					0	1	1	0
14Jan10	2,2,0,1		1,1,0,0					3	3	0	1
22	2,0,2,0		0,0,1,0	4,0,1,0		0,0,0,0		6	0	3	0
26		2,0,1,0						2	0	1	0
28			0,0,1,0					0	0	1	0
1Fev10	3,1,0,0							3	1	0	0
4			5,0,1,0	4,2,0,0				9	2	1	0
5						1,0,0,0		1	0	0	0
8	5,0,0,1							5	0	0	1
10			2,0,0,0					2	0	0	0
11				2,0,0,0				2	0	0	0
15	2,1,0,0							2	1	0	0
18			0,0,0,0					0	0	0	0
19				2,0,0,0		1,1,0,0		3	1	0	0
12Mar10						0,0,0,0		0	0	0	0
16	3,0,0,0							3	0	0	0
17						1,0,0,0		1	0	0	0
18			0,0,0,1					0	0	0	1
							Total	118	33	36	26

Figura 5.10: Frequência das edições, jornais consultados⁶³³

5.5.7. Elaboração de gráficos de frequência de aparecimento dos temas nos jornais guineenses

A elaboração de alguns gráficos serviu para ilustrar melhor a ocorrência das variáveis e para se identificarem alguns elementos como picos de frequência, médias, etc. Estes gráficos ajudaram à categorização dos fenómenos, para além de terem feito ressaltar alguns desses fenómenos, antes dissimulados na massa de dados.

⁶³³ Frequência de aparecimento dos temas em estudo, pelo número de páginas e pela ordem: Tráfico de Droga (D), Migrações (M), Terrorismo (T), Nexso Segurança/Desenvolvimento (N) – (D, M, T, N).

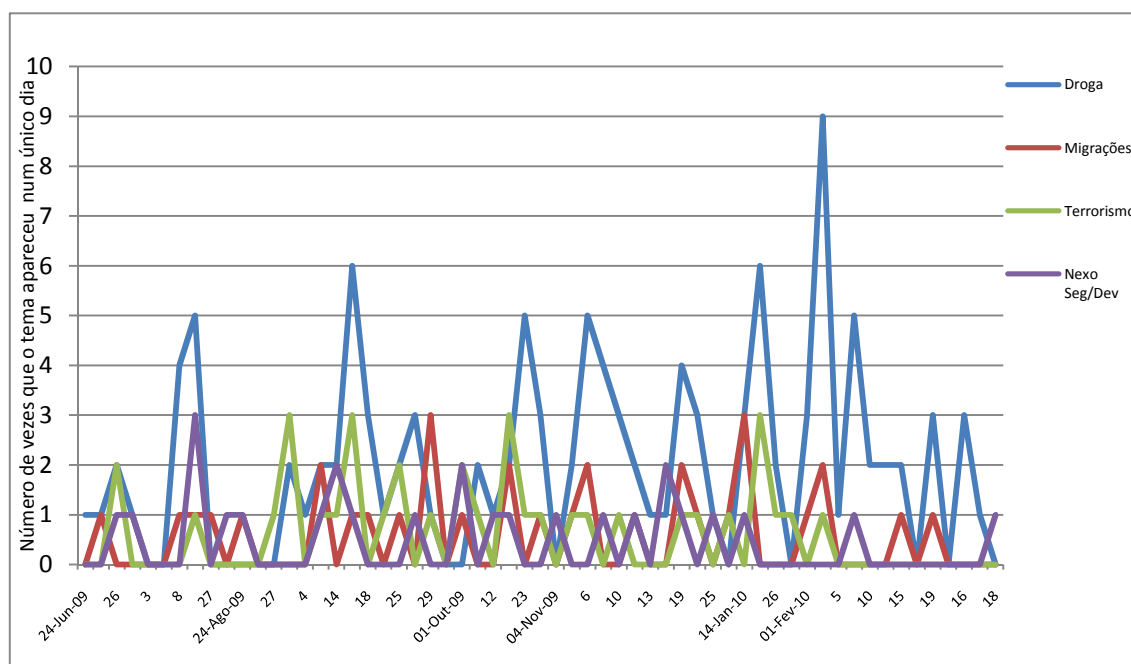


Figura 5.11: Gráfico da frequência de aparecimento dos temas nos jornais guineenses

5.5.8. Interpretação

Finalmente desenrolou-se a fase de interpretação, onde, pela inferência, se deduziram alguns pólos de análise, se validaram processos e se apresentaram outros e, principalmente, de onde foram identificadas algumas variáveis de inferência. Os principais dados obtidos foram transformados no relatório final, que se apresenta de seguida. É de sublinhar desde já, no entanto, que esta avaliação, que teve uma abordagem tanto quantitativa como qualitativa, foi feita sobre uma amostra de jornais obtida aleatoriamente, por um lado, mas, por outro, possível devido a condições fortuitas: a presença do investigador em Bissau, nas visitas de trabalho que realizou, e a disponibilização pelo IPAD de exemplares de jornais que recebe via o seu representante na Guiné. Portanto, esta amostra não foi controlada do ponto de vista da análise formal de elementos, embora os resultados não percam a sua validade por isso.

5.5.9. Conclusão

Os periódicos analisados demonstraram que existe uma apetência grande – incluindo os jornalistas guineenses – sobre as temáticas em análise. Sem dúvida que as questões ligadas ao narcotráfico ocupam muito mais espaço que todas as outras questões assinaladas. Assim demos conta de 118 ocorrências da variável *D* (tráfico de droga) contra um total de 95 de todas as outras (variáveis *M* - migrações, *T* – terrorismo e *N* – nexos segurança-desenvolvimento).

Esta análise dedicava-se essencialmente a duas questões. Uma abordava a sensibilidade dos meios de comunicação social guineense para as questões das ameaças do narcotráfico, das migrações / tráfico humano e do terrorismo. Uma segunda questão tentava identificar a sensibilidade para a relevância do nexo entre segurança e desenvolvimento. Relativamente à primeira questão, não há dúvida que o narcotráfico é visto como a maior ameaça à estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau, não só pelos autores dos artigos na generalidade, como pelos entrevistados e autores de declarações e discursos. As notícias sobre migrações e tráfico humano, por outro lado, não sublinham em geral a existência de uma ameaça à Guiné-Bissau, excepto algumas referências à necessidade de terminar com o tráfico de crianças “talibés”, que são retirados muito novos do seio da família e levados para o estrangeiro, supostamente para estudarem em escolas religiosas. Relativamente ao terrorismo, não é visto com grande preocupação pela generalidade dos jornalistas, ou dos entrevistados. No entanto, declarações do Chefe de Estado, Presidente Malam Bacai Sanhá, apontam no sentido de ser necessário fazer um combate ao terrorismo⁶³⁴. Por outro lado, notícias referentes a declarações da embaixadora dos EUA acreditada em Bissau referiam a existência de uma ligação entre a *Al-Qaeda no Magrebe* e as redes de narcotráfico⁶³⁵.

Já o nexo segurança-desenvolvimento mereceu um total de 36 entradas registadas na análise. Estas têm a ver, essencialmente, com declarações do Presidente da República e do Primeiro-Ministro e reflectirão, essencialmente, as preocupações da Comunidade

⁶³⁴ Jornal *Bantaba di Nôbas*, de 29 de Setembro de 2009, p. 7.

⁶³⁵ Jornal *Nô Pintcha* de 22 de Janeiro de 2010 (p. 20) e jornal *Bantaba di Nôbas* de 26 de Janeiro de 2010 (p. 10).

Internacional com a instabilidade na Guiné-Bissau e as imposições dos doadores da ajuda ao desenvolvimento. Assim, os discursos dos responsáveis guineenses serão mais dirigidos a tranquilizar a Comunidade Internacional do que a “educar” o povo da Guiné-Bissau.

5.6. Observação dos projectos de segurança e desenvolvimento

Vários actores se apresentaram na Guiné-Bissau com a finalidade de prestar ajuda em projectos que tanto se podem atribuir às áreas de segurança e defesa como ao sector do desenvolvimento. No primeiro caso é significativa a presença das organizações internacionais, em especial a ONU, como já tratado atrás, mas também a UE, com a sua missão de Reforma do Sector de Segurança (RSS), a *EU SSR Guinea-Bissau*. Alguns países assumem também um importante papel neste aspecto, como o Brasil, com o seu projecto bilateral de apoio à RSS, Angola, cooperando também na vertente de segurança, a Líbia, que apoia o reequipamento militar, tendo recentemente oferecido viaturas de transporte às Forças Armadas guineenses, e, incontornavelmente, Portugal, que colabora em diversos aspectos de apoio à reestruturação das Forças Armadas e de Segurança, desde o aconselhamento militar ao nível político até à manutenção da rede de comunicações militares. Outros apoios, numa abrangência muito genérica de alguns aspectos militares, são de referir, como a China, com o seu grande projecto de construção de um enorme complexo de edifícios, localizado a meio caminho entre o centro de Bissau e o aeroporto Osvaldo Vieira, que servirá para alojar os ministérios, incluindo o da Defesa.

Relativamente aos projectos de desenvolvimento, destaca-se a cooperação bilateral com Portugal, o maior parceiro da Guiné-Bissau e cujos projectos bilaterais vêm já dos finais da década de 1970, pouco depois da independência. Outros países colaboram também com os seus projectos, na situação de doadores, sendo de distinguir os que estão “presentes no terreno devido às antigas ligações ideológicas”, como é o caso de Cuba e da Rússia, mas cuja participação nos projectos de desenvolvimento tem vindo a diminuir, como bem nota Luís Castelo Branco, em entrevista que nos concedeu (ver apêndice).

Cuba, especialmente, tem desenvolvido as suas actividades na área da medicina, tendo o autor destas linhas tido a oportunidade de visitar o hospital da cidade de Mansôa, em Julho de 2009, onde funcionava uma turma do Curso de Medicina, ministrado por docentes médicos cubanos.⁶³⁶

Luís Castelo Branco apresentou ainda, na entrevista que nos concedeu (na forma escrita) outros grupos de doadores: “Existem várias organizações multilaterais, com destaque para a ONU e a UE”. No entanto a ajuda que proporcionam rege-se por regras estritas que dificultam alcançarem-se os resultados requeridos. Tal é devido à imposição de determinados tipos de conduta, relacionados com as mais elevadas regras de “boa governação”, que dificilmente se podem esperar ver bem aplicadas num país tão carente de tudo. A excessiva burocracia também constitui um impedimento, fazendo com que muitas vezes se perca a oportunidade de aplicar os fundos disponibilizados.

Existem ainda os doadores bilaterais que se distinguem pela sua forte capacidade financeira ou então pela qualidade das suas intervenções, como sublinha Luís Castelo Branco na entrevista acima referida. São exemplos a França, Portugal e a Espanha. Esta última tem vindo a incrementar muito a sua presença e o investimento na ajuda. Segundo o entrevistado, entre esses actores existe falta de coordenação de esforços (“deveriam ter intervenções complementares ou pelo menos concertadas”). Tal nem sempre acontece devido aos objectivos das suas políticas externas.

Castelo Branco refere um outro tipo de doadores, onde se incluem Angola e o Brasil. Estes países desempenham um papel cada vez mais relevante na Guiné-Bissau devido à sua crescente capacidade económica. Segundo aquele estes países investem na RGB mais como uma iniciativa da sua política externa do que numa lógica de apoio ao desenvolvimento. A China vê a África em geral como um mercado onde investir, para além dos recursos (petróleo) que poderá daí obter (refere Castelo Branco que o seu investimento na Guiné-Bissau também tinha por propósito que este país deixasse de

⁶³⁶ Segundo informações que nos foram prestadas no local, os estudantes guineenses de medicina só faziam nesse hospital as cadeiras básicas do Curso, sendo posteriormente enviados para Cuba para concluírem os seus estudos e obterem o diploma.

reconhecer Taiwan como um Estado independente. No caso de Angola tratar-se-á de uma política de expansão da sua influência, especialmente fácil num país africano lusófono.

Devido às características da presença de Angola e da China pode-se afirmar, como faz Luís Castelo Branco, que estes países são mais eficazes porque não têm de se submeter aos constrangimentos que atingem outros actores. Isto provoca outro efeito: “É difícil promover algumas boas práticas internacionais ao nível do desenvolvimento, se existem doadores que não aceitam ou cumprem esses princípios” – conclui Luís Castelo Branco.

5.6.1. Desenvolvimento

Vemos então que Portugal é o maior contribuinte para projectos de desenvolvimento (e outros) na Guiné-Bissau. Mais concretamente, é o maior doador bilateral na Guiné-Bissau. No período 2000-2008, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) portuguesa a favor da Guiné-Bissau ascendeu a 89.514.408€, repartidos de acordo com o quadro abaixo:

Valores em euros

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
16.311.150	14.928.471	7.050.557	7.304.000	9.766.622	10.874.464	11.761.439	11.517.705	12.370.507

Figura 5.12: Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal à Guiné-Bissau

Fonte: IPAD.

Conforme nota Graça Moura, do IPAD, vale a pena referir o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2008-2010, entre Portugal e a RGB. A 6 de Março de 2008 foi assinado, em Bissau, o PIC que 2008-2010 que inclui dois eixos essenciais de intervenção e um envelope financeiro de 35 milhões de euros: O primeiro trata de *Boa Governança, Participação e Democracia*, nas áreas do Apoio à Administração do Estado (Finanças; Segurança e Justiça) e Cooperação Técnico-Militar. A forte aposta no Sector da Segurança e Justiça decorre quer da situação que a Guiné-Bissau vive devido ao tráfico de droga no país, quer dos compromissos assumidos por Portugal em apoiar as autoridades de Bissau

na resolução desta questão. O outro eixo é designado por *Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza*, e incide o seu esforço nas áreas da Educação, Saúde e Desenvolvimento Sócio-comunitário. A intervenção na Educação, nos diversos níveis, continuará a ser uma aposta prioritária de Portugal. O combate à pobreza, através dos projectos do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e apoio às ONGD, é outra área de intervenção importante.

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2008-2010, entre Portugal e a RGB, já acima referido, demonstra o empenhamento de Portugal e a sua presença na Guiné-Bissau, no âmbito dos programas de desenvolvimento. Os programas operacionais abrangidos pelo PIC são: Programa de Apoio ao Sector da Justiça; Cooperação técnico-policial; Contribuição para projecto da UNODC para a Guiné-Bissau; Campanha de Informação e Sensibilização da População para Combate ao Narcotráfico; Apoio ao Ciclo Eleitoral; PASEG – Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau; Projecto + Escola; *Djunta Mon* (educação); Projecto de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau; Rede de docência (Projecto desenvolvido pelo Instituto Camões); Centro de Língua Portuguesa (Projecto desenvolvido pelo Instituto Camões); Centro Cultural Português (Inst. Camões); Desenvolvimento Sócio-comunitário (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social); Reforço de Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência nas Regiões de Oio e Gabú; Apoio ao Hospital Nacional Simão Mendes; Apoio ao Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos e Sector Oficinal da Câmara Municipal de Bissau; PAIPA - Projecto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar; Publicação da Carta Geológica da Guiné-Bissau. Para além disso o IPAD também coordena o programa de atribuição de bolsas de estudo (em Portugal e na RGB).

5.6.2. Segurança

No âmbito da Segurança e Defesa, desempenham um papel de relevo as missões de cooperação técnico-militar na Guiné-Bissau. Um dos aspectos a verificar, relativamente às missões de cooperação técnica militar (CTM), é se referem, ou se atendem, à possível

sinergia com projectos de desenvolvimento. Haverá coordenação de esforços? Referem-se explicitamente as vantagens da cooperação e coordenação com as missões de desenvolvimento?

No que diz respeito ao caso da cooperação bilateral de Portugal com a Guiné-Bissau poderemos dizer que existe já um mecanismo legal que poderá ser considerado a base de trabalho para a construção de um relacionamento que atenda à coordenação entre todos os actores portugueses. Trata-se da Estratégia Nacional entre Segurança e Desenvolvimento, aprovada pelo Governo Português em Agosto de 2009, que foi analisada atrás, neste texto. Existirão mecanismos similares, com aplicação real na Guiné-Bissau, noutros países? Pelo menos a nível da UE foi já demonstrada a preocupação com a coordenação entre estes dois aspectos da cooperação. Por detrás desse projecto estão Estados-membros como Reino Unido. A nível dos países presentes na Guiné-Bissau, se tais mecanismos existem, não são valorizados ou deles não existem reflexos suficientemente relevantes.

De qualquer forma, exerce-se alguma coordenação entre as diversas actividades de cooperação entre Portugal e os vários países presentes, através da cooperação técnico-militar. Através dos PIC procura-se uma harmonização temporal dos programas-quadro, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento e da cooperação técnico-militar.

Mas, no que concerne especificamente à cooperação entre os actores presentes no domínio dos programas de segurança e defesa, ela canaliza-se essencialmente através do gabinete das Nações Unidas, o UNIOGBIS, e materializa-se no projecto de RSS da UE. No entanto, a Guiné-Bissau vai acordando cooperação bilateral na área de defesa também com o Brasil, com Angola, com os EUA.

5.7. Resultados

Quais os resultados obtidos com a observação dos documentos, das entrevistas e dos periódicos, no que concerne a análise dos dados sobre as redes de droga, de tráfico

humano, o terrorismo e a existência de uma relação entre segurança e desenvolvimento? Como se viu, foram feitas análises que pesavam, umas mais no lado quantitativo, e outras mais no qualitativo. Diz-nos João da Silva Amado, a propósito da proposta de um equilíbrio entre a análise qualitativa e a quantitativa, que “a apresentação poderá ser feita, por um lado, com base em tabelas, quadros sinópticos e matrizes que revelem o sistema de categorias e as suas particularidades; por outro lado, julgamos fundamental não perder o carácter descritivo, verdadeiramente qualitativo, recorrendo às necessárias citações” — “que são as unidades de registo ou de contexto”⁶³⁷. “O recorte dessas citações, segundo esse autor, “não é simplesmente de ilustração; eles têm ainda e sobretudo, três funções fundamentais: retórica, analítica e probatória.”⁶³⁸

A função probatória pretende tornar “verosímeis”, segundo Amado, as afirmações e conclusões que se retiram de um conjunto de dados. “A fase interpretativa deve apoiar-se em todo o trabalho precedente, o que lhe permitirá ter em conta, qualitativa e quantitativamente, todo o tipo de relações que estabelecem os diferentes temas: causas, alternativas, justaposições, oposições, avaliações, etc. Esta fase é o momento da passagem do “paradigma da autoridade do texto” para o “paradigma da autoridade do leitor”, segundo Pedro Rodrigues, citado por Amado.⁶³⁹ Os métodos empregues na parte prática deste trabalho, permitiram, de facto, essa apropriação do leitor (o investigador) dos factos que foi recolhendo ao longo da investigação. Só a partir daí pôde construir uma ideia do conteúdo das mensagens que analisou.

Focando-nos agora num nível mais pragmático, podemos afirmar que os valores obtidos com aquele processo demonstram que realmente existem vectores que, com origem em África, especialmente na sua parte Ocidental (e, ultimamente, com especial relevo para a RGB), projectam na direcção da Europa, especialmente na UE, ameaças concretas e actuais, contra as quais é necessário levantar armas. Essas armas identificam-se principalmente pelo levantamento das capacidades de segurança do país e pela necessidade de promover a sua sustentabilidade económica.

⁶³⁷ AMADO, João da Silva. 2000. A Técnica de Análise de Conteúdo. *In Revista Referência* n.º 5, Novembro 2000. Coimbra : Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, p. 60.

⁶³⁸ *Idem, ibidem.*

⁶³⁹ *Idem, ibidem.*

5.7.1. Resultados da análise de fontes primárias

A análise da documentação referida, que é pormenorizadamente exposta atrás (secção 5.3), demonstra que existem indícios que apontam para a existência de condições para actividades relacionadas com tráfico de droga, tráfico humano (incluindo migrações ilegais) e terrorismo. Neste último caso, os indícios não são relevantes, embora se tenha constatado a existência de condições para o estabelecimento de células terroristas ou “engajamento” de guineenses nas redes terroristas. O tráfico de droga é um dos grandes males da humanidade presentes na Guiné-Bissau, afectando a segurança e o desenvolvimento. Este flagelo impede que grandes regiões do mundo se desenvolvam e coloca nas mãos de redes criminosas grande parte da riqueza gerada com o consumo, meios financeiros que poderiam ser antes aplicados em desenvolvimento e bem-estar.

O tráfico humano e as migrações em massa são outros dos importantes fenómenos mundiais que arrasam grandes faixas populacionais. Também a nível regional este fenómeno é devastador, como se observa, nomeadamente, em África, de onde as gentes partem tentando chegar aos “el Dorados” do Norte. Na Guiné-Bissau não é ainda fenómeno preocupante, mas nos países vizinhos é frequente serem interceptadas canoas cheias de gente, ou que ainda se preparam para partir, tentando chegar ao mar alto, com destinos europeus.

Outro fenómeno, o terrorismo, faz estremecer o sistema internacional, especialmente desde o ataque a Nova Iorque a 11 de Setembro de 2001. Terá em África algumas das suas mais importantes bases de treino e santuários. A Al-Qaeda desenvolveu alguns ramos como a “Al-Qaeda no Magrebe” e outras sucursais, naquilo que começa a ser referido como um *franchising* do terrorismo. A Guiné-Bissau arrisca-se a tornar-se um desses países. Existirão assim estas três principais ameaças à segurança da Guiné-Bissau, de acordo com a análise dos documentos referidos.

5.7.2. Resultados da análise das Entrevistas

As perguntas nucleares realizadas⁶⁴⁰ não referiam o estudo de caso da Guiné-Bissau. No entanto, devido ao enquadramento, ou seja, as outras perguntas, as condições em que foram realizadas as entrevistas, os locais onde foram feitas as perguntas e as áreas de conhecimento dos entrevistados, levaram quase sempre a que o tema fosse associado àquele país.

De uma forma geral os entrevistados não potenciaram onexo segurança-desenvolvimento. Ou seja, não deduziram, não demonstraram ou não reconheciam a ideia de que “o todo é maior que a soma das partes”. Embora validassem a ideia de que “não há segurança sem desenvolvimento e não há desenvolvimento sem segurança”, não referiram as sinergias criadas (“uma outra coisa”) com a coordenação de esforços de projectos das duas vertentes. Por outro lado, a maioria percepcionava a prioridade à segurança como a forma de iniciar a recuperação de Estados frágeis ou saídos de uma crise.

Ligando as ideias ao estado frágil em que se encontra a Guiné-Bissau, a maioria dos entrevistados identificou algumas das causas da insegurança e do subdesenvolvimento, em que a corrupção tem destaque. As autoridades – tanto as políticas com as militares –, foram apontadas como as mais directamente responsáveis pelo Estado do país. Uma consequência do enfraquecimento geral do Estado é a “balcanização” – como nomeado por um dos entrevistados, processo de retorno à tribalização, em que a sociedade guineense actualmente mergulha, que é tanto causa como consequência da corrupção. A subordinação do poder militar ao poder civil (ou “controlo democrático das Forças Armadas”), foi visto como o processo mais premente para estabilizar o país, por um número grande de entrevistados.

⁶⁴⁰ Primeira pergunta: *Concorda com a ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento.* Segunda pergunta: *Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?*

5.7.3. Resultados da Análise da Comunicação Social

Os periódicos analisados demonstraram que existe uma apetência grande – pelo menos dos jornalistas guineenses – sobre as temáticas em análise. Sem dúvida que as questões ligadas ao narcotráfico ocupam muito mais espaço que todas as outras questões assinaladas. Assim demos conta de 118 ocorrências da variável D (*tráfico de droga*) contra um total de 95 de todas as outras (variáveis *M - migrações*, *T – terrorismo* e *N – nexos segurança-desenvolvimento*).

Esta análise dedicava-se essencialmente a duas questões. Uma abordava a sensibilidade dos meios de comunicação social guineense para as questões das ameaças do narcotráfico, das migrações / tráfico humano e do terrorismo. Uma segunda questão tentava identificar a sensibilidade para a relevância do nexo entre segurança e desenvolvimento. Relativamente à primeira questão, não há dúvida que o narcotráfico é visto como a maior ameaça à estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau, não só pelos autores dos artigos na generalidade, como pelos entrevistados e autores de declarações e discursos. As notícias sobre migrações e tráfico humano, por outro lado, não sublinham em geral a existência de uma ameaça à Guiné-Bissau, excepto algumas referências à necessidade de terminar com o tráfico de crianças “talibés”, que são retirados muito novos do seio da família e levados para o estrangeiro, supostamente para estudarem em escolas religiosas. Relativamente ao terrorismo, não é visto com grande preocupação pela generalidade dos jornalistas, ou dos entrevistados. No entanto, declarações do Chefe de Estado, Presidente Malam Bacai Sanhá, apontam no sentido de ser necessário fazer um combate ao terrorismo⁶⁴¹. Por outro lado, notícias referentes a declarações da embaixadora dos EUA acreditada em Bissau referiam a existência de uma ligação entre a *Al-Qaeda no Magrebe* e as redes de narcotráfico⁶⁴².

Já o nexo segurança-desenvolvimento mereceu um total de 36 entradas registadas na análise. Estas têm a ver, essencialmente, com declarações do Presidente da República e

⁶⁴¹ Jornal *Bantaba di Nôbas*, de 29 de Setembro de 2009, p. 7.

⁶⁴² Jornal *Nô Pintcha* de 22 de Janeiro de 2010 (p. 20) e jornal *Bantaba di Nôbas* de 26 de Janeiro de 2010 (p. 10).

do Primeiro-Ministro e reflectirão, essencialmente, as preocupações da Comunidade Internacional com a instabilidade na Guiné-Bissau e as imposições dos doadores da ajuda ao desenvolvimento. Assim, os discursos dos responsáveis guineenses serão mais dirigidos a tranquilizar a Comunidade Internacional do que a “educar” o povo da Guiné-Bissau.

5.7.4. Ideias Finais

Projectos existem já no terreno. No entanto, não existe confiança dos doadores nos projectos levados a cabo pelas autoridades da RGB, pelo que é necessário dotar essas autoridades de conselheiros capazes de “aconselharem” sobre a melhor atitude e preparação para que se adopte uma postura de confiança. Os naturais e os dirigentes políticos têm ainda pouca sensibilidade para a relação entre segurança e desenvolvimento. A UE não atribui a África grande relevância para actualmente tomar nas mãos a solução dos seus próprios problemas de segurança. As migrações em massa, apoiadas por redes clandestinas que também fazem o tráfico humano para fins de exploração laboral ou sexual, o tráfico de droga e as redes de terrorismo podem ser ameaças facilmente anuladas se a Europa aceitar uma profunda interdependência entre os dois continentes (e África terá de adoptar essa mesma postura). A UE tem de continuar a fazer esforços de investimento em África, e com mais convicção e mais meios, para se tornar mais relevante no cenário internacional, como é sua pretensão.

Capítulo 6

Conclusões e recomendações

6.1.Introdução

Neste último capítulo identificam-se os contributos que este estudo possa ter trazido para o desenvolvimento das Relações Internacionais, e uma avaliação desse contributo. Assim, o capítulo apresenta algumas reflexões e propõe algumas recomendações, depois de se ter explanado pela verificação das hipóteses apresentadas no início deste trabalho.

Neste sentido, tenta-se operacionalizar os resultados, de forma a encontrar uma solução para o apoio ao desenvolvimento em África, nomeadamente através do acompanhamento do caso da Guiné-Bissau. Também nesta parte, tenta-se sublinhar o valor da análise realizada durante esta investigação, referir as limitações do material utilizado e sugerir novos trabalhos que agora se tenham tornado relevantes. Finalmente, procura-se demonstrar em que medida o resultado deste estudo influencia a teoria de fundo das relações internacionais aqui empregue – a interdependência complexa - e também a teoria focal do nexos segurança-desenvolvimento.

Na fase das conclusões, foi feita a confirmação das hipóteses, onde se evidenciou que os projectos que aliam segurança e desenvolvimento poderão contribuir para a segurança da Europa, diminuindo a ameaça do terrorismo, do tráfico de droga e das migrações clandestinas. Esta confirmação foi estabelecida através do emprego do método dedutivo, havendo também apoio do método sistemático e método de observação directa (outras abordagens metodológicas, como a crítica e a abordagem histórica, acabaram também por se revelar úteis em algumas partes do processo de investigação).

Nesta fase também se verificaram os objectivos que tinham sido identificados na fase de investigação exploratória, ou seja, (i) foi demonstrado que existe uma relação profunda entre o que se passa em África e na Europa, provando-se a interdependência complexa; (ii) demonstrou-se que a relação entre segurança e desenvolvimento pode ser operacionalizada em África, e nomeadamente na RGB, com benefícios imediatos para a UE.

Discutiram-se ainda todos os aspectos dos resultados alcançados, inserindo-se comentários de autores que se debruçaram sobre esta matéria, desde Duffield, Keohane e Nye, passando pelas autoridades e teóricos responsáveis pela identificação de estratégias de grandes organizações internacionais, e contando também com a intervenção de peritos em segurança-desenvolvimento, como Fernanda Faria, Charles Goerens e outros.

Assim, este capítulo aborda primeiro a verificação das hipóteses teórica e prática e, de seguida, algumas limitações da investigação, terminando com a apresentação de algumas reflexões finais.

6.2. Verificação das hipóteses teóricas e práticas

Esta dissertação baseou-se nos trabalhos em duas vertentes: uma teórica, destinada a comprovar uma hipótese de que onde houvesse subdesenvolvimento haveria questões de segurança a resolver; outra, prática, que postulava que se fossem anuladas as redes ilícitas de droga, de tráfico humano e migrações ilegais e de terrorismo, seriam melhoradas as condições para se levarem a cabo projectos de desenvolvimento em África que levassem a melhores condições de vida, de bem-estar e de segurança, e ainda, por outro lado, afectando positivamente a Europa.

6.2.1. Hipótese teórica

A hipótese teórica levantada foi a seguinte: **“Onde houver subdesenvolvimento haverá com certeza questões de segurança a resolver”**. A hipótese foi verificada, no plano teórico.

Desenvolveu-se a argumentação para esta verificação à volta da relação entre a Europa (UE, mais especificamente) e África. A UE compreende nitidamente e releva esta relação e tem vindo a desenvolver a sua política de segurança e defesa com vista a criar áreas seguras na sua vizinhança (seja vizinhança directa, seja vizinhança estratégica), ao mesmo tempo que procura anular as ameaças que penetram nas suas fronteiras, como sejam as redes terroristas, o tráfico humano e as migrações clandestinas e o tráfico de droga.

África constitui ainda uma das principais origens dos problemas de segurança da UE, para além do Leste Europeu e das áreas de instabilidade crónica em todo o globo. Mas com o arranque do desenvolvimento em África, acompanhado de projectos que implementem as estruturas de segurança e de defesa de que os países africanos tanto carecem, será possível criarem-se sinergias entre os dois lados do Mediterrâneo que incrementem o bem-estar e a riqueza dos dois continentes. A concepção europeia da ligação entre a segurança e o desenvolvimento constitui um dos conceitos mais operacionais para se obter esse desiderato. A implementação de operações e missões europeias de segurança e defesa a Sul do Saará contribuirá para ajudar os países em desenvolvimento a alcançarem as condições mínimas de estabilidade para que se possam lançar na conquista dos objectivos do milénio. Mas a interacção com outros actores presentes nas áreas de missão, nos países onde essas missões se projectam, é essencial. Os actores relevantes, nesta ordem de ideias, serão as organizações internacionais e regionais, os governos desses países e as organizações da sociedade civil, como as ONG.

O futuro da PESSD em África passará necessariamente pela ajuda à construção de capacidades africanas de manutenção de paz, seja pelo financiamento, seja pela disponibilização de técnicos, formadores e equipamentos. O processo de Reforma do Sector de Segurança, nos países onde se encontra em acção, constitui já uma mais-valia e uma prova da eficácia de alguns dos processos de operacionalização da PESSD.

6.2.2. Hipótese empírica

Identificou-se como hipótese empírica para este trabalho de investigação o seguinte: **“Anuladas as redes ilícitas (droga, migrações e outras) serão melhoradas as condições para se levarem a cabo projectos de desenvolvimento em África que criarão melhores condições de vida, bem-estar e segurança nesse continente e ainda, por outro lado, afectando positivamente a Europa, pela diminuição do grau de ameaça dessas redes de crime organizado.”** Considera-se, de acordo com o exposto acima, que esta hipótese foi verificada.

Os resultados obtidos com a observação dos documentos, das entrevistas e dos periódicos, no que concerne a análise dos dados sobre as redes de droga, de tráfico humano, do terrorismo e da existência de uma relação entre segurança e desenvolvimento, comprovam a necessidade de se anularem as ameaças presentes na Guiné-Bissau, como condição para se puderem alcançar as condições de lançamento de projectos de estabilidade e desenvolvimento económico.

Focando-nos agora num nível mais pragmático, podemos afirmar que os valores obtidos com aquele processo demonstram que realmente existem vectores que, com origem em África, especialmente na sua parte Ocidental (e, ultimamente, com especial relevo para a RGB), projectam na direcção da Europa, especialmente na UE, ameaças concretas e actuais, contra as quais é necessário tomar medidas. Essas medidas identificam-se principalmente com o levantamento das capacidades de segurança do país e com a necessidade de promover a sua sustentabilidade económica.

De acordo com a teoria da interdependência complexa, a UE é sensível e vulnerável às ameaças (terrorismo, droga, imigração ilegal) vindas principalmente do seu flanco Sul. Para anular essas ameaças é necessário insuflar progresso e riqueza aos mais carenciados de África. Com isto aumentar-se-á a segurança, de acordo com as teorias de Mark Duffield, no âmbito da Governação Global “Global Governance”. Os esforços levados a cabo na RGB, seja no âmbito do desenvolvimento, seja no âmbito da segurança, serão muito reforçados se for atribuída a devida importância aonexo entre essas duas componentes do apoio internacional.

6.2.3. Resumo

Em suma, no plano teórico, esta investigação (i) Confirmou a existência de uma ligação forte entre segurança e desenvolvimento, nomeadamente entre a Europa e África, de acordo com a teoria da interdependência complexa de Keohane e Nye; (ii) Demonstrou que o desenvolvimento em África conduzirá ao reforço da segurança na UE, e (iii) Identificou, de uma forma mais teórica, as sinergias entre segurança e desenvolvimento que poderão contribuir para a paz e estabilidade na Guiné-Bissau.

Foi demonstrado que existe uma relação profunda entre o que se passa em África e na Europa, provando-se a interdependência complexa. Demonstrou-se também que a relação entre segurança e desenvolvimento pode ser operacionalizada em África, e nomeadamente na Guiné-Bissau, com benefícios imediatos para a UE.

6.3. Limitações da investigação

De uma forma geral, foi possível aceder geograficamente, e com grande liberdade, ao “terreno”, podendo absorver-se o ambiente da RGB e auscultar os sentimentos e opiniões da população relativamente a matérias tratadas neste trabalho, nomeadamente as suas expectativas relativamente ao futuro da Guiné-Bissau, tanto nos aspectos de desenvolvimento como de segurança. Por outro lado, no entanto, já foi mais difícil aceder às estruturas de governação e liderança, incluindo as militares, devido à relutância em exporem as suas opiniões sobre projectos da Comunidade Internacional para ajuda ao desenvolvimento e de reforma de determinados sectores da sociedade (como a Reforma do Sector de Segurança e Defesa).

A outro nível, por exemplo da UE, já foi sentida a disponibilidade de vários dos seus responsáveis para colaborarem na disponibilização de documentação ou em

fornecerem opiniões consubstanciadas nos trabalhos que a Comissão Europeia e o Secretariado Geral do Conselho levam a cabo. No entanto, também foi notada a relutância de alguns elementos contactados e se disponibilizarem para darem entrevistas, o que talvez seja devido a uma grande frequência de “assédio” de investigadores e jornalistas.

Os órgãos técnicos que se dedicam a combater ou tentar solucionar alguns dos problemas em estudo, como o tráfico de droga, o tráfico humano e o terrorismo, foram avaros em se disponibilizarem para contactos directos. No entanto, de forma geral, mantêm boas bases de dados disponíveis on-line, incluindo os seus relatórios periódicos e trabalhos de investigação dirigidos para essas temáticas, pelo que a lacuna dos contactos directos foi facilmente colmatada.

Bibliografia

Esta bibliografia divide-se em *Livros e capítulos de livros*, *Revistas*, *Jornais*, *Documentos*, *Fontes Electrónicas*.

Livros e capítulos de livros

- _. 1988. *Larousse de Poche, Dictionnaire*. Paris : Librairie Larousse.
- _. 1985. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Lexicoteca. Lisboa : Círculo de Leitores.
- _. 2008. *Defense et Sécurité nationale : le livre blanc*, Paris : Odile Jacob / La documentation française.
- AAVV. 1985. *Enciclopédia POLIS*, Lisboa : Ed. Verbo.
- AAVV. 1968. *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Lisboa ; Brasília : Enciclopédia Luso-Brasileira.
- ADEBAJO, Adekeye, RASHID, Ismail, (ed.). 2004. *West Africa's Security Challenges : Building Peace in a Troubled Region*, London : Lynne Rienner Publishers.
- ASH, Timothy. 2001. *História do Presente*. Lisboa : Ed. Notícias.
- ALMEIDA, Maria Regina Flor. 2003. A vizinhança europeia, *Estudos Comemorativos dos 15 anos da licenciatura em Relações Internacionais*, Vol. 1, Lisboa : Universidade Lusíada Editora.
- AMSELLE, Jean-Loup. 1995. Ethnicité et identité en Afrique. In Serge Cordellier (Dir.). *Nations et Nationalisme*, Les dossiers de l'État du Monde, Paris : La Découverte.

- ARLACCHI, Pino. 1988. *Mafia Business : The Mafia Ethic and the Spirit of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- ARLACCHI, Pino. 1988b. *Mafia, Peasants and Great Estates: Society in Traditional Calabria*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ARLACCHI, Pino. 2001. "The dynamics of Illegal Markets". In Phil Williams, Dimitri Vlassis (eds.). *Combating Transnational Crime: concepts, activities, and responses*. London, Portland (USA): Frank Cass Publishers, p. 5-12
- BADIE, Bertrand. 1995. *O Fim dos Territórios*. Lisboa : Instituto Piaget.
- BAILES, Alyson. 2008. Les leçons à tirer de la Guerre froide pour notre politique de sécurité. *Vu d'Europe*, Été. Bruxelles : Europe's World.
- BARBER, Benjamin R. 1996. *Jihad vs. McWorld*. New York : Ballantine Books.
- BARDIN, Laurence. 2008. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARRINHA, André (ed.). *Towards a Global Dimension : EU's Conflict Management in the Neighborhood and beyond*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- BÉHAR, Pierre. 1999. *Vestiges d'empires*. Paris : editions Desjonquières.
- BERDAL, Mats R., SERRANO, Mónica. 2002. *Transnational organized crime and international security: business as usual?* Boulder (Colorado), London: Lynne Rienner Publishers, Inc.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás. 2008. *Estratégias de Intervenção em África*. Lisboa: Prefácio.
- BONNINGUES, Jacques. 2007. A virtuous Spiral for Africa? In Georges Girard, Anthony Hervey. *Défense nationale et sécurité collective*, January 2007. Paris : Committee for National Defence Studies.
- BRYDEN, Alan, CAPARINI, Marina (Eds.). *Private Actors and Security Governance*. Geneva : DCAF – Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces.

- BRYDEN, Alan, HÄNGGI, Heiner (Eds.). 2005. *Security Governance in Post-Conflict Peacebuilding*. Geneva : Geneva Center for Democratic Control of Armed Forces (DCAF).
- BUGGE, Axel. 2007. *New European agency to tackle cocaine trade*. In Agência Reuters, 30 de Setembro de 2007, Lisboa.
- BURDEAU, Georges. 1979. *O Liberalismo*. Mem Martins : Pub. Europa-América.
- CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Patrícia Magalhães, PAIS, Rita (coord. e ed.). 2008. *A Europa e a África num Mundo Multipolar*. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- CARLEY, Michael, CHRISTIE, Ian. 1993. *Managing Sustainable Development*. Minneapolis : University of Minnesota Press.
- CASTELLS, Manuel. 2004. *The Information Age : Economy, Society and Culture, Vol. II : The Power of Identity*, 2nd ed., Oxford : Blackwell Publishing Limited.
- CASTELO BRANCO, Luís e ZEVERINO, Guilherme. 2000. *Guiné-Bissau: A Missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000. A Participação Portuguesa*. Lisboa : Instituto da Cooperação Portuguesa.
- CIZRE, Ümit (Ed.). 2007. *Democratic Oversight and Reform of the Security Sector in Turkey*. Wien, Zürich : DCAF, Lit Verlag GmbH & Co. KG.
- COLLIER, Paul. 2007. *The bottom billion : Why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford (USA) : Oxford University Press.
- COLLIER, Paul. 2009. *Wars, Guns and Votes: Democracy in Dangerous Places*. New York : Harper Collins Publishers.
- COSTA, J. Almeida e, MELO, A. Sampaio. 1965. *Dicionário de Português*, 4ª ed. Porto : Porto Editora.
- CRAVINHO, João Gomes. 2009. Desenvolvimento em Segurança. In António José Telo (Dir. e coord.). *Nunca de Antes*. Lisboa : Instituto da Defesa Nacional, Prefácio, p. 47-52.

- DENEULIN, Séverine and SHAHANI, Lila (Eds.). 2009. *Introduction to the Human Development and Capability Approach*. London, Sterling (VA) : International Development Research Centre.
- DESHAIES, Bruno. (1997). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa : Instituto Piaget.
- DOELLE, Patrick, e HARVEN, Antoine Gouzée de. 2008. Security Sector Reform: a Challenging Concept at the nexus between Security and development. In SPENCE, David, e FLURI, Philipp, (ed.). *The European Union and Security Sector Reform*. London : John Harper Publishing. p. 38-79.
- DOUGHERTY, Jams E. e PFALTZGRAFF, Jr., Robert L. 2001. *Relações Internacionais – As teorias em confronto*. Lisboa : Gradiva.
- DOUGLAS, Ian, et al. 2003. *Désarmement, démobilisation et réintégration – Guide pratique et théorique*. Escheborn (Germany), Clemensport (Canada), Oslo (Norway), Stockholm (Sweden) : GTZ, NODEFIC, Centre Pearson, SNDC.
- DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony. 1999. *História do Século XX*, 2ª edição, Lisboa : Dom Quixote.
- DUFFIELD, Mark. 2001. *Global Governance and the New Wars – The Merging of Development and Security*, London, New York : Zed Books.
- EASTERLY, William. 2006. *The White Man's Burden*. New York : Penguin Books.
- EBO, Isabel. 2008. *A Geopolítica da Droga*. Lisboa : ISCSP.
- ECO, Umberto. 1980. *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa : Editorial Presença.
- EEKELEN, Willem van. 2006. *From Words to Deeds : The continuing Debate on European Security*. Brussels ; Geneva : Centre for European Policy Studies, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces.
- EMERSON, Michael (Ed.). 2007. *Readings in European Security*. Brussels, London, Geneva : Centre for European Policy Studies, International Institute for Security Studies, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces.

- EMERSON, Michael, GROSS, Eva (Eds.). 2007. *Evaluating the EU's Crisis Missions in the Balkans*. Brussels : CEPS – Centre for European Policy Studies.
- ENCEL, Frédéric. 2003. *Géopolitique de l'Apocalypse – La Démocratie à l'épreuve de l'islamisme*. Paris : Flammarion.
- EVERA, Stephen van. 1997. *Guide to Methods for Students of Political Science*, Ithaca ; London : Cornell University Press.
- FARIA, Fernanda. 2008. Facing African Security Challenges: are European and African interests and responsibilities converging?. In CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Patrícia Magalhães, PAIS, Rita (coord. e ed.). *A Europa e a África num Mundo Multipolar*. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. p. 34-39.
- FARIA, Fernanda, FERREIRA, Patrícia Magalhães. 2007. *Situations of Fragility – Challenges for a European Response Strategy*. Maastricht; Lisboa : European Centre for Development Policy Management (ECDPM); Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).
- FERNANDES, António José. 1995. *Métodos e Regras para Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*. Porto: Porto Editora.
- FERNANDES, Sandra. 2005. *Europa (In) Segura*. S. João do Estoril : Princípiã.
- FERREIRA-PEREIRA, Laura. 2008. The European Union, Africa and crisis management. In Barrinha, André (Ed.). *Towards a Global Dimension : EU's Conflict Management in the Neighborhood and Beyond*. Lisboa : Fundação Friedrich Ebert.
- FERREIRA, Patrícia Magalhães (ed.). 2005. *O Desafio das Relações Europa-África : Uma Agenda de Prioridades*. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.
- FERREIRA, P. and S. GUIMARÃES. 2001. *A Resposta Política e de Desenvolvimento da União Europeia na Guiné-Bissau*. (Document de réflexion ECDPM 30). Maastricht : ECDPM.
- FRADA, João. 2008. *Novo Guia Prático* (13.^a reimpressão). Serpa : Edições CLINFONTUR CLIN. MED. Lda).

- FRIEDMAN, Thomas L. 2000. *The Lexus and the Olive Tree*. New York : Anchor Books – Random House Inc.
- FUKUYAMA, Francis. 1999. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa : Gradiva.
- FUKUYAMA, Francis. 2006. *A construção dos Estados: Governação e Ordem Mundial no Século XXI*. Lisboa : Gradiva.
- GEBREWOLD, Belachew. 2007. *Africa and Fortress Europe – Threats and Opportunities*. Chippenham (UK) : Ashgate.
- GIRAUD, Pierre-Nöel. 1998. *A Desigualdade do Mundo – A Economia do Mundo Contemporâneo*. (1996. *L'Inégalité du Monde*, Paris : Ed. Gallimard). Lisboa : Terramar.
- GNESOTTO, Nicole. 2007. Préface. In Goerens, Charles. *Sécurité et Développement de l'Afrique : une nouvelle approche pour l'UE*, Cahier de Chaillot n.99. Paris : Institut d'études de sécurité.
- GOERENS, Charles. 2007. Sécurité et développement de l'Afrique : une nouvelle approche pour l'UE. In *Cahier de Chaillot n.º 99*, Paris : Institute d'études de sécurité.
- GUICHAOUA, André. 1995. Burundi, Rwanda – Des ethnies inventées ?. In CORDELIER, Serge (Cord.). *Nations et Nationalismes*, Les Dossiers de l'État du Monde, Paris : La Découverte.
- HAAS, Hein de. 2008. *La Migración Irregular del África Occidental hacia el magreb y la Unión Europea: Panorama general de las tendencias recientes*. Ginebra : IOM.
- HÄNGGI, Heiner e Vincenza SCHERRER (Eds.). 2008. *Security Sector Reform and UN Integrated Missions*. Wien; Berlin: LIT VERLAG GmbH & Co. KG; LIT VERLAG Dr. W. Hopf.
- HETTNE, Björn, SÖDERBAUM, Fredrik e STALGREN, Patrik. 2008. The EU as a Global Actor in the South. In *Report No. 8*, June 2008. Stockholm : Swedish Institute for European Policy Studies.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. 1985. London : Penguin Books.

- HURWITZ, Agnès, PEAKE, Gordon (Org.). 2004. *Strengthening the Security-Development Nexus: Assessing International Policy and Practice since the 1990s*. New York: International Peace Academy.
- IKENBERRY, G. John, (Ed.). 2002. *America Unrivaled: The future of the balance of power*. Ithaca , London : Cornell University Press.
- JACKSON, Robert. 1989. *Quasi-states*, Cambridge : Cambridge University Press.
- JACKSON, Robert. 2000. *The Global Covenant : Human conduct in a World of States*. Oxford : Oxford University Press.
- JONES, Bruce D.. 2001. Military Intervention in Rwanda's Two Wars: Partisanship and Indifference. In WALTER, Barbara F., SNEYDER, Jack (Ed.), *Civil Wars, Insecurity and Intervention*, New York : Columbia University Press.
- KAGAN, Robert. 2003. *O Paraíso e o Poder*. Lisboa : Gradiva
- KENNEDY, Paul. 1997. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Mem Martins : Publicações Europa-América.
- KEOHANE, Robert O. 1984. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press.
- KEOHANE, Robert. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. London: Routledge.
- KEOHANE, Robert O., NYE Jr., Joseph S. 1989. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown and Company.
- KEOHANE, Robert O. and Nye, Joseph. 2001. *Power and Interdependence*, Second Edition, Harvard : Harper Collins Publishers.
- KLINGEBIEL, Stephan. 2007. Peace and Security Policy of the African Union and the Regional Security Mechanisms. In Grebewold, Belechém, *Africa and Fortress Europe*. Aldershot : Ashgate Publishing Limited.
- KUPCHAN, Charles A.. 2002. Hollow Hegemony or Stable Multipolarity?. In IKENBERRY, G. John (Ed.). *America Unrivaled: The future of the balance of power*. Ithaca and London : Cornell University Press.

- LANDES, David. 2002. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. 6ª Ed.. Lisboa : Gradiva.
- LATIN, David S. 2001. Somália: Civil War and International Intervention. In WALTER, Barbara F., SNEYDER, Jack (Ed.). *Civil Wars, Insecurity and Intervention*. New York : Columbia University Press.
- LAW, David, MYSHLOVSKA, Oksana. 2008. The Evolution of the Concepts of Security Sector Reform and Security Sector Governance: The EU perspective. In SPENCE, David, FLURI, Phillipp (Ed.). 2008. *The European Union and Security Sector Reform*. Londres : John Harper Publishing, p. 2-26.
- LEWIS, Bernard. 2003. *O Médio Oriente e o Ocidente – O que correu mal?*. Lisboa : Gradiva.
- LIMA, Marinús Pires de. 2000. *Inquérito Sociológico – Problemas de metodologia*. Lisboa : Editorial Presença.
- LOPES, Carlos. 1982. *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa : Edições 70.
- HAQ, Mahbub ul. 1995. *Reflections on Human Development*. Oxford: Oxford University Press.
- MARTIN, Hans-Peter, SCHUMANN, Harald. 2000. *A Armadilha da Globalização*. Lisboa : Terramar.
- MELO, Alexandre. 2002. *Globalização Cultural*. Lisboa : Quimera Editores.
- MICHEL, Louis. 2008. *Afrique-Europe : l'indispensable alliance*. Bruxelles : Commission Européenne.
- NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. 1999. *Transnational Organized Crime: Summary of a Workshop*. Washington: National Academy Press.
- NÓBREGA, Álvaro. 2003. *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- NÓBREGA, Álvaro. 2008. *A Africanização da Democracia na Guiné-Bissau*. Dissertação de candidatura à obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais. ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa, texto policopiado. Lisboa : ISCSP.

- NOUSCHI, Marc. 1996. *Em Busca da Europa (En Quête d'Europe)*, Librairie Vuibert, 1994). Lisboa : Instituto Piaget.
- NUNES, J.R., PINÉU, D., XAVIER, A. I. 2008. Problematizing the EU as a global actor: the role of identity and security in European foreign policy. In BARRINHA, André (ed.). *Towards a Global Dimension: EU's Conflict Management in the Neighborhood and beyond*. Lisboa : Fundação Friedrich Ebert, pp. 18-19.
- NYE, Joseph S. 2002. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e a História*. Lisboa : Gradiva.
- OXFORD UNIVERSITY. 1989. *Oxford Advanced Learners Dictionary*. Oxford : Oxford University Press.
- PAVIA, José Francisco. 2000. *Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*. Lisboa : Vega.
- PAVIA, José Francisco. 2004. Moçambique: Um caso de sucesso nas transições democráticas em África? In MOTTA, Carlos C.L. Silva, CORREIA José de Matos (Coord.). *Estudos Comemorativos dos 15 anos da licenciatura em Relações Internacionais – Vol. 2*. Lisboa : Universidade Lusíada Editora.
- PAVIA, José Francisco. 2008. O Modo Português de Fazer a Paz. In *Lusíada. Política Internacional e Segurança* n.º1, série I (2008). Lisboa : Universidade Lusíada Editora, pp. 19-40.
- PEIXOTO, João. 2004. As teorias explicativas das migrações: teoria micro e macro-sociológicas. In *SOCIUS working papers, nº11/2004*, Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa.
- PEIXOTO, João. 2005. Migrants trafficking and individual strategies: the formation of dynamic channels in international migration. In *paper para a Conferência do IUSSP*. Lisboa : IUSSP.
- PHILLIPS, Estelle M., PUGH, D. S. 1998. *Como Preparar um Mestrado ou Doutoramento*, Mem Martins : Lyon Edições.

- PIRES, Rui Pena. 2000. Transformar imigrantes em cidadãos. *In Economia Pura, n° 28, Ano III*. Lisboa : Economia Pura
- PIRES, Rui Pena. 2003. *Migrações e Integração : Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- POMODORO, Lívia. 2001. Trafficking and sexual exploitation of women and children. *In WILLIAMS, Phil, VLASSIS, Dimitri (Eds.). Combating Transnational Crime : concepts, activities, and responses*. London, Portland (USA): Frank Cass Publishers. pp. 237-242.
- REYCHLER, Luc, PAFFENHOLS, Thania, (ed.). 2001. *Peacebuilding – A Field Guide*. Boulder, London : Lynne Rienner Publishers.
- RIBEIRO, Ana Rita e GÓIS, Sandra (coord.). 2007. *Inclusão e Integração da segunda geração de imigrantes dos PALOP. A Perspectiva do sucesso educativo e profissional*, Lisboa : Fundação da Juventude, POEFDS.
- RITAINE, Évelyne, (Dir.). 2005. *l'Europe du Sud face à l'immigration*. Paris : PUF.
- RODRIGUES, Alexandre Reis e Santos, Américo Silva. 2007. *Bissau em Chamas*. Cruz Quebrada : Casa das Letras.
- ROTBERG, Robert I. et al. 2000. *Peacekeeping and Peace Enforcement in Africa : Methods of Conflict Prevention*. Cambridge, Massachussets; Washington, D.C. : The World Peace Foundation, Brookings Institution Press.
- SANGREMAN, Carlos, et. al. 2006. A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005, - os conflitos, - o desenvolvimento, - a sociedade civil. *In Colecção Documentos de Trabalho n° 70*. Lisboa : Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa . 2001. *Globalização, Fatalidade ou Utopia ?*. Porto : Edições Afrontamento.
- SANTOS, Loureiro dos. 2001. *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*. Mem Martins : Publicações Europa-América.

- SARAIVA, Luís Eduardo. 2008. A Cimeira UE-África de Lisboa e a evolução da política europeia de segurança e defesa. *In Lusíada. Política Internacional e Segurança*. Lisboa : Universidade Lusíada Editora.
- SARAIVA, Luís Eduardo. 2009. Paz e Segurança em África : Contributos da Cimeira de Lisboa. *In Nunca de Antes – Anuário do Instituto de Defesa Nacional*. Lisboa : Ed. Prefácio.
- SARKOZY, Nicolas. 2007. *Testimony : France in the Twenty-first Century*. New York : Pantheon Books.
- SARMENTO, Manuela. 2008. *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de teses de Doutoramento, Dissertação de mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. 2.^a Edição. Lisboa : Universidade Lusíada Editora.
- SCHACHTER, Jason P. 2008. *Enhancing Data on Migration in West and Central Africa*. Geneva : IOM.
- SCHNAPPER, Dominique. 1994. *La Communauté des Citoyens*. Mesnil-sur-l’Estrée : ed. Gallimard.
- SCHNAPPER, Dominique, (Études reunis par). 2001. *Exclusions au coeur de la Cité*, Paris : Anthropos, Económica.
- SILVA, Manuel da. 2005. *Terrorismo e Guerrilha: das origens à Al-Qaeda*. Lisboa : Ed. Sílabo.
- SHAW, Harry. 1978. *Dicionário de Termos Literários*. Lisboa : Publicações D. Quixote.
- SHERRIFF, Andrew. 2007. Security Sector Reform and EU Norm Implementation. *In* LAW, David M. (ed.) 2007. *Intergovernmental Organisations and Security Sector Reform*. Zurich ; Berlin : LIT Verlag GmbH & Co. Kg Wien ; LIT Verlag Dr. W. Hopf. P. 85-101.
- SPENCE, David, FLURI, Phillipp (Ed.). 2008. *The European Union and Security Sector Reform*. Londres : John Harper Publishing.

- STAKE, Robert E. 2009. *A Arte da Investigação com Estudo de Casos*. 2.^a edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian
- TADJBAKSHSH, Shahrbanou e CHENOY, Anuradha M. 2006. *Human Security: Concepts and Implications*. London : Routledge.
- TAVARES, Rodrigo. 2009. *Regional Security: The Capacity of International Organizations*. New York, London : Routledge.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. 2008. O Tratado de Lisboa e a Segurança Europeia. In *Relações Internacionais* n.º.18. Lisboa : Instituto Português de Relações Internacionais.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. 1981. *De la Democratie en Amérique*, Vol. I e II, Ed. St-Amaud (Cher) : GF Flammarion.
- TOFFLER, Alvin e Heidi. 1994. *Guerra e Antigueria (War and Anti-war, 1993*, ed. Alvin & Heidi Toffler). Lisboa : Ed. Livros do Brasil.
- TRINDADE, Augusto José Pereira. 2006. *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- TSCHIRGI, Neclâ, LUND, Michael S., MANCINI, Francesco. 2009. *Security and Development: Searching for Critical Connections*. Boulder (USA) : Lynne Rienner Publications.
- VERDU, Vicente. 1997. *O Planeta Americano*, Lisboa : Terramar.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 2000. *The Essential Wallerstein*, New York : The New Press.
- WALTZ, Kenneth N. 2002. *Teoria das Relações Internacionais (Theory of International Politics*, McGraw-Hill, Inc, 1979). Lisboa : Gradiva.
- WIEWIORKA, Michel. 2002. *O Racismo, uma introdução (1998. Le Racisme, une Introduction*, Paris : Ed. La Découverte). Lisboa : Fenda Edições.
- WILLIAMS, Phil, VLASSIS, Dimitri. 2001. *Combating transnational crime: concepts, activities, and responses*. London, Portland (USA) : Frank Cass Publishers.

ZEVERINO, Guilherme, CASTELO BRANCO, Luís. 2000. *Guiné-Bissau – a Missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000 : A participação Portuguesa*. Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa.

ZEVERINO, Guilherme Jorge Rodrigues. 2005. O Conflito Político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999). Lisboa : Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento.

Revistas

AMADO, João da Silva. 2000. A Técnica de Análise de Conteúdo. *Revista Referência* n.º 5. Coimbra: Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

BENTEGEAT, Henri. 2008. PESD : Les progrès à réaliser pour passer de la théorie à la pratique. *Vu d'Europe*. Été 2008. p. 74-77.

BERGHE, Frederic Van den. 2006. For Better or for Worse: The EU's Embrace of European Partnership. *The EU's Eastern Neighbourhood – Peace and Justice, Studia Diplomatica - Brussels Journal of International Relations*, Vol. LIX: 2006, No. 2, pp. 5-22.

BITTERLICH, Joachim. 2007. How to set Europe's common foreign policy out of the doldrums. *Europe's World* nr. 6.

DELAPALME, Nathalie. 2008. Europe-Afrique : une relation stratégique. *Europe's World*, No.8, pp. 169-173.

DOVERS, Stephen R., HANDMER, John W. 1993. Contradictions in Sustainability. *Environmental Conservation*, Vol. 20, No. 3, pp. 217-222.

EVERA, Stephen Van. 1991. Primed for Peace. *International Security*, Vol 15, No. 3.

FAIST, Thomas. 2002. Extension du domain de la lutte: International Migration and Security before and after September 11, 2001. *International Migration Review*, Vol. 36 Number 1, pp. 7-14.

KEOHANE, Robert O., NYE Jr., Joseph S. 1998. Power and Interdependence in the Information Age. *Foreign Affairs*, v. 77, nº 5.

- KOOPS, A. (Ed.). 2009. Military Crisis Management: The Challenge of interorganizationalism. *Studio Diplomatica*, Vol. LXII, n.º3.
- MAZZITELLI, Antonio. 2007. Transnational organized crime in West Africa : the additional challenge. *International Affairs*, Vol. 83, No. 6.
- NUNES, Isabel Ferreira. 2006. The empowerment of the EU's Second Pillar. A Retrospective View. *Revista nação e defesa*, nº115, pp. 195-234.
- OVERHAUS, Marco, MAULL, Hanns W., HAMICH, Sebastien. 2008. Perspectives and Strategies of the European Union's Africa Policy after the Lisbon Summit. *Foreign Policy in Dialogue*, Vol. 8 – Issue 24.
- PARIS, Roland. 2001. Human Security : Paradigm Shift or Hot Air? *International Security*, Vol. 26, No. 2.
- SARAIVA, Luís Eduardo Marquês. 2008. A Segurança Europeia face à Guiné-Bissau : Um caso de Interdependência complexa. *Cidadania e Defesa*, pp. 6-13.
- SARAIVA, Luís Eduardo Marquês . 2009. A Comunicação na União Europeia e as Concepções de Segurança. *Jornal do Exército*, n.º 583, pp. 26-33.
- SARAIVA, Luís Eduardo Marquês. 2009. A Reforma dos Sectores de Segurança e Defesa como condição para o Desenvolvimento e Bem-estar da Guiné-Bissau. *Jornal do Exército*, n.º 583, pp. 16-19.
- TADJBAKSH, S. 2007. Human Security in International Organizations: Blessing or Scourge? *The Human Security Journal*, Volume 4.
- THAKER, Pratibha. 2006. Transafrican watch. *Aspenia* No. 29-30.
- THOMAS, Caroline. 2001. Global Governance, Development and Human Security : Exploring the Links. *Third World Quarterly*, Vol. 22, No. 2, pp 167-168.

Jornais

- FELNER, Ricardo Dias. 2007. Portugueses em segundo lugar na integração de imigrantes na UE. *Jornal Público*, 16 de Outubro de 2007, pp. 12 e 13.
- FERRETT, Grant e Vulliamy, Ed. 2008. Guiné-Bissau: o Primeiro narco-Estado de África (Ed. Original, The Observer, 909.03.2008, London). *Courrier International*, nº 147.
- PEREIRA, Pedro Silva. 2007. Boas Práticas na Política de Imigração. *Jornal Expresso*, 1º Caderno, 20 de Outubro de 2007, p. 45.

Documentos

- AFRICAN UNION. 2005. *Roadmap for the Operationalization of the African Standby Force*, doc. EXP/AU-RECs/ASF/4 (I). Adis Abbaba : African Union.
- AFRICAN UNION. 2008. *Joint Progress Report on the Implementation of the Africa-EU Joint Strategy and its first Action Plan (2008-2010) – Africa-EU Ministerial Troika*. 20-21 November 2008. Adis Abbaba : African Union
- ALKIRE, Sabina. 2003. *A Conceptual Framework for Human Security*. Centre for Research on Inequality, Human Security, and Ethnicity (CRISE), Working Paper 2. London: University of Oxford.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. 2007. *Depois de Lisboa – Fazer funcionar a Parceria Estratégica UE-África – COM (2007) 357 final*. Bruxelas : Comissão das Comunidades Europeias.
- COMISSÃO EUROPEIA. 2007. *A União Europeia no mundo – A política externa da União Europeia. Série : A Europa em movimento*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CONSELHO EUROPEU. 2003. *Uma Europa Segura num mundo Melhor – Estratégia Europeia de Segurança. Dezembro de 2003*. Bruxelas: Secretariado Geral do Conselho.
- COSTA, Antonio Maria. 2009. Preface. *World Drug Report 2009*. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, p. 1-3.

- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2005a. *2005 European Consensus on Development*, OJ C46, Brussels: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2005b. *2005 European Consensus on Development*, OJ C46, Brussels: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2006a. *EU Policy Framework for Security Sector Reform*, Doc. N° 9967/06, Brussels: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2006b. *Press Release*, 2736th Council Meeting, Luxembourg: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007a. *EU-Africa Common Strategy and First Action Plan (2008-2010)*, doc. 14799/07, Brussels: Council General Secretariat
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007b. *The Africa-EU Strategic Partnership – a Joint Africa-EU Strategy*, Lisbon, 9 December 2007, 16344/07 (Press 291), Brussels : Press Office of the Council general Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007c. *Joint Council Secretariat – Commission Services Working Paper on Security and Development – food for thought to strengthen EU policy coherence*, Doc. 193/07, Brussels: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007d. *Lisbon Declaration – EU Africa Summit*, 8/9 December 2007. Lisbon: Council general Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007e. *Security and Development – Conclusions of the Council and the Representatives of the Governments of the member-states meeting within the Council*, doc. 15097/07. Brussels: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007f. *EU-Africa Common Strategy and First Action Plan (2008-2010)*, doc. 14799/07. Brussels: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007g. *Joint Council Secretariat – Commission Services Working Paper on Security and Development – food for thought to strengthen EU policy coherence*, Doc. 193/07, Brussels: Council General Secretariat.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2007h. No. 15240/07 (Press 262), “Press release, 2831st Council Meeting”, Brussels: Council General Secretariat.

- EUROPEAN COMMISSION. 2006. *Concept for European Community Support for SSR*, Bruxelas : European Commission.
- EUROPEAN COMMISSION. 2008a. *Draft Terms of Reference, Study on country specific experiences of the EU in the nexus between security and development – follow-up of the Council Conclusions on Security and Development from November 2007*. Brussels: European Commission.
- EUROPEAN COMMISSION. 2008b. “Final Report – Book 1”, *RELEX/Studies/IFS/Security and Development 2008, Project No. 2008/157766 – Version1*. Herts (UK) : HTSPE.
- EUROPOL. 2003. *European Union Situation Report on Drug Production and Drug Trafficking*. Brussels: EUROPOL.
- HTSPE. *Study on country specific experiences of the EU in the nexus between security and development – follow-up of the Council Conclusions on Security and Development from November 2007*. 2008. RELEX/Studies/IFS/Security and Development 2008. Draft Inception Report, Project No. 2008/157766 – Ver.1, Hemel Hempstead (UK): HTSPE Limited.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. 2007. *Programa PESD da Presidência Portuguesa da União Europeia*, Lisboa : Ministérios dos Negócios Estrangeiros.
- OBSERVATÓRIO EUROPEU DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA. 2009. *Comunicado, Relatório Anual 2009: destaques*. Lisboa: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (retirado da página internet do OEDT, em 12 de Novembro de 2009, <http://www.emcdda.europa.eu>)
- OBSERVATÓRIO EUROPEU DO RACISMO E XENOFOBIA. 2003. *Relatório Anual 2002 : Actividades do Observatório Europeu do Racismo e Xenofobia*, Luxemburgo : EUMC.
- OCDE. 2007. *Manual do CAD da OCDE sobre a RSS: Apoiar a segurança e a justiça*. Paris: OCDE Publishing.

- OECD. 2004. *Guidelines on Security Sector Reform and Governance: Policy and Good Practice*, Brussels : OECD DAC.
- OECD. 2007. *OECD Handbook on Security System Reform – Supporting Security and Justice*. Paris : OCDE.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. 2007. “I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos - 2007-2010”. *Diário da República*, 1.^a série — N.º 119 — 22 de Junho de 2007, pp. 3938-3949.
- SECRETARIADO GERAL DO CONSELHO. 2003. *European Security Strategy*. Bruxelas : SGC.
- SECRETARIADO GERAL DO CONSELHO. 2005. *Concept for European Security and Defence Policy (ESDP) support for SSR*. SGC, Bruxelas
- SECRETARIADO GERAL DO CONSELHO. 2005. *Strategy for África*. Bruxelas : SGC.
- SECRETARY GENERAL, United Nations. 2005. “In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all”, *Rep No. A/59/2005*, New York: UNSG.
- SECRETARIADO GERAL DO CONSELHO. 2006. *Conceito da UE para o apoio ao Desarmamento, Desmobilização e Reintegração*, doc. 16387/06, do SGC, de 6 de Dezembro de 2006, Bruxelas.
- SECRETARIADO GERAL DO CONSELHO. 2007. *Estratégia Conjunta UE-África e Primeiro Plano de Acção (2008-2010)*, Doc. N.º 14799/07. Bruxelas : Secretariado Geral do Conselho.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2009a. *World Drug Report 2009*. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2006. *Trafficking in Persons: Global Patterns*. Vienna: UNODC
- UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL. 2005. *In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all*, Report A/59/2005, New York: UN General Assembly.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. 2010. *International Narcotics Control Strategy Report*. Washington: Department of State.

WRIGHT, Richard. 2008. Director, Directorate Crisis Platform and Policy Coordination in CFSP, European Commission, carta enviada a 18 de Março de 2008 aos Estados membros da UE convidando para a reunião de peritos em segurança e desenvolvimento, em Bruxelas, RELEX A/2/IB D (2008) 504381, Bruxelas.

Fontes Electrónicas

AFRICAN UNION. 2009. *Policy Framework for the Establishment of the African Standby Force and the Military Staff Committee* [em linha]. [referência de 16 de Maio de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.africanunion.org/root/au/AUC/Departments/PSC/Asf/Documents.htm>>.

ASSEMBLY OF WEU. 2005. *Mr Djinnit seeks EU help in breathing life into African institutions Mr Goerens calls for the establishment of a Euro-African Peace and Security Fund*. [em linha]. [referência de 1 Novembro 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.assembly-weu.org/en/presse/cp/2005/039.php>>.

BARROSO, José Manuel Durão. 2008. *The UE and África: a partnership based on dialogue* [em linha]. [referência de 11 de Setembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/08>>.

BUREAU FOR INTERNATIONAL NARCOTICS AND LAW ENFORCEMENT AFFAIRS. 2010. *Department of State's International Narcotics Control Strategy Report, Vol I – Drug and Chemical Control and Vol. II – Money laundering and financial crimes*. [em linha]. [referência de 13 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/>>.

CHANDLER, David. 2007. The security-development nexus and the rise of 'anti-foreign' policy. *Journal of International Relations and Development*, no. 10. [em linha]. [referência de 23 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.davidchandler.org/pdf/journal_articles/JIRD%20-%20Security%20Development.pdf>.

- CILLIERS, Jakkie. 2008. “The African Standby Force – an update on progress”. In *Occasional paper No. 160* [em linha]. Institute for Security Studies, 2008 [Referência de Março de 2008]. Disponível na Internet em <http://www.iss.co.za/index.php?link_id=22&slink_id=5907&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3>.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. 2007. *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu : Código de Conduta da UE em matéria de divisão das tarefas na política de desenvolvimento*. [em linha]. [referência de 27 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/r13003_pt.htm>.
- COMISSÃO DE SEGURANÇA HUMANA. 2003. *Síntese do Relatório de Segurança Humana de 2003*. [em linha]. [referência de 18 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.humansecurity-chs.org/finalreport/Outlines/outline_portuguese.pdf>.
- CONSELHO EUROPEU. 2008. Plano de Acção em Matéria de Luta contra a Droga (2009- 2012). *Jornal Oficial da União Europeia*, 20 de Dezembro de 2008, 2008/c 326/09 [em linha]. [referência de 6 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em <http://www.idt.pt/PT/IDT/documents/Relatorios_E_Planos/2009/PAUE2012-PT.pdf>.
- COSTA, Antonio Maria. 2008. *Assisting Guinea-Bissau*. Página da internet do Gabinete de Drogas e Crime da ONU [em linha]. [referência de 4 de Março de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html>>.
- COUNCIL GENERAL SECRETARIAT. 2003. *2003 European Security Strategy*, doc. 15895/03. [em linha]. [referência de 28 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/03/st15/st15895.pt03.pdf>>.

- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. 2008. *Diplomacy*. [em linha]. [referência de 30 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/164602/diplomacy>>.
- EURO-AFRICAN MINISTERIAL CONFERENCE ON MIGRATION AND DEVELOPMENT. 2010. *Déclaration de Rabat de la Conférence Euro-Africaine sur les migrations et le développement*. [em linha]. [referência de 25 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4694d5ad2.html>>.
- FERNANDES, Sandra, SARAIVA, Luís. 2010. The Promises of ESDP in Stability Promotion through International Military Cooperation. *Jornal Defesa e Relações Internacionais* [em linha]. [referência de 13 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.jornaldefesa.com.pt>>.
- ICT's Jihad Websites Monitoring Group. 2008. Annual report 2008. *Periodical Review January 2010* – no. 2 [em linha]. [referência de 15 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <www.ict.org.il>.
- INTERPOL. 2008. *Interpol at work*. [em linha]. [referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.interpol.int/ICPO/InterpolAtWork/iaw2008-pdf>>.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO. 2009. *Auto-avaliação de Portugal - implementação do código de conduta da UE em matéria de complementaridade e divisão de tarefas na política de desenvolvimento*. [em linha]. [referência de 27 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf>.
- JOHANSEN, Raggie. 2008. Guinea-Bissau: a new hub for cocaine trafficking. *Perspectives*, issue 5, May 2008 [em linha]. [referência de 2 de Maio de 2010]. Disponível na Internet em <www.unodc/newsletter>.
- LEWIS, David. 2008. Africa's cocaine route. *Mail Guardian online*. [em linha]. [referência de 4 de Março de 2008]. Disponível na Internet em <http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=310750&area=/insight/insight__africa>.

- LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS. 2010. *Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2008/2009 “a força sem discernimento colapsa sob o seu próprio peso”*. [em linha]. [Bissau] : Liga Guineense dos Direitos Humanos. [referência de 30 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.lgdh.org/>>.
- OECD. 2009. International Migration Outlook: SOPEMI 2009. Special Focus: managing labour migration beyond the crisis. *Multilingual summaries*. [em linha]. [Paris] : OECD Publishing. [referência de 21 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://www.oecdbookshop.org/>>.
- PAPE, Robert A. 2009. Introduction. What is new about research on terrorism. *Security Studies*, No. 18: 4. 643-650. [em linha]. [referência de 9 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://dx.doi.org/10.1080/09636410903369100>>.
- PAVIA, José Francisco. 2009. *A Dimensão Internacional da Transição Pós-Autoritária em Moçambique: As Proposições de Laurence Whitehead*. [em linha]. [referência de 20 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://cepese.up.pt/ficheiros/WP%20F%20Zagallo%20Pavia.pdf>>.
- SARAIVA, Luís Eduardo Marquês. 2009. Reforma do Sector de Segurança – Um perfil militar pós-moderno. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha]. [referência de 31 de Março de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.jornaldefesa.com.pt>>.
- SARAIVA, Luís Eduardo Marquês. 2009b. A Reforma da Segurança e da Defesa na Guiné-Bissau : o apoio da União Europeia. *Jornal Defesa e Relações Internacionais* [em linha]. [referência de 2 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.jornaldefesa.com.pt>>.
- SOLANA, Javier. 2007. *Apresentação do livro branco da Defesa e da Segurança Nacional de França*. [em linha]. [Paris] : Palácio do Luxemburgo, 4 de Abril de 2007. [referência de 14 de Outubro de 2007]. Disponível na Internet em <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/FR/discours/96288.pdf>.

- SOLANA, Javier. 2007. Where We Stand: From Building Peace in Europe to Being a Peace-Builder in the World – Taking Stock of the Union’s Foreign and Security Policy. *Social Europe* [em linha]. [referência de 15 de Outubro de 2007]. Disponível na Internet em <www.consilium.europa.eu=cms_Data/docs/pressdata/en/articles/96009.pdf>.
- STEWART, Frances. 2009. Development and Security. *CRISE Working Paper 3*. [em linha]. [Oxford] : Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Queen Elizabeth House, University of Oxford. [referência de 28 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper3.pdf>>.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 1994. *1994 Human Development Report*. [em linha]. [New York, Oxford] : Oxford University Press. [referência de 17 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994>>.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2009. *Organized Crime and its Threat to Security: tackling a disturbing consequence of drug control* (E/CN.7/2009/CRP.4-E/CN.15/2009/CRP.4).[em linha]. [referência de 12 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.unodc.org/>>.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2009. *Act Against Human Trafficking*. [em linha]. [referência de 6 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Act-Against-Human-Trafficking.pdf>>.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2010. *Organized Crime and Irregular Migration from Africa to Europe*. [em linha]. [Geneva] : UNODC. [referência de 26 Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em < www.unodc.org>.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2010. *Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development*. [em linha]. [referência de 26 de Janeiro de 2010]. Disponível em <www.ssrnetwork.net/uploaded_files/4271.pdf>.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2010. *Global Report on Trafficking in Persons*. [em linha]. [Geneva] : UNODC [referência de 17 de Janeiro

de 2010]. Disponível na Internet em <www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf>.

Anexos

**Anexo A – Relatório sobre os elementos consultados para análise do tráfico de droga,
migrações e terrorismo**

Anexo B – Entrevistas

Relatório n.º 1 - I Série de Entrevistas realizadas

Relatório n.º 2 – II Série de Entrevistas realizadas

Relatório n.º 3 – III Série de Entrevistas realizadas

Relatório n.º 4 – Análise das Entrevistas

Anexo C – Análise da Comunicação Social escrita da Guiné-Bissau

Anexo A

Análise das Fontes Primárias

1. Níveis e temas

Os trabalhos de análise das fontes primárias que pudessem dar contributos para a investigação foram divididos em temas e em níveis. Relativamente aos temas, foram seleccionados os que pudessem contribuir para a confirmação da hipótese prática, “Anuladas as redes ilícitas (droga, migrações e outras) serão melhoradas as condições para se levarem a cabo projectos de desenvolvimento em África que criarão melhores condições de vida, bem-estar e segurança nesse continente e ainda, por outro lado, afectando positivamente a Europa, pela diminuição do grau de ameaça dessas redes de crime organizado.” Assim, as fontes foram seleccionadas de acordo com a sua relevância para o estudo de:

- Tráfico de droga;
- Tráfico humano e redes de migração clandestina;
- terrorismo.

Por outro lado, a análise destes documentos foi feita a três níveis:

- Nível Global – em que se estudou a ocorrência destes fenómenos a nível mundial, ou afectando globalmente a Comunidade Internacional;

- Nível regional – Em que aqueles três fenómenos foram estudados ao nível das relações de África com a Europa e, dentro destes continentes, com mais especificidade, entre a África Ocidental e a UE;

- Nível Local – em que se estudou a ocorrência daqueles três fenómenos na Guiné-Bissau.

2. Fontes

Faz-se aqui uma apresentação da origem das principais fontes utilizadas na investigação, por temas.

2.1. Tráfico de Droga

Para a análise do tráfico de droga, do consumo e dos seus efeitos sociais, políticos e criminais, revelaram-se úteis e foram profusamente utilizados nesta investigação os dados, relatórios e análises das seguintes entidades:

- Gabinete das Nações Unidas para a Droga e o Crime (UNODC)⁶⁴³;
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT)⁶⁴⁴;

⁶⁴³ UNODC. 2010. *World Drug Report 2009*. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime; Antonio Maria Costa, *Organised Crime and its Threats to Security: Tackling a Disturbing Consequence of Drug Control*. E/CN.15/2009/CRP.4 – E/CN.7/2009/CRP.4 [descarregado da internet em 20 de Novembro de 2009, <http://www.unodc.org/unodc/en/commissions/CCPCJ/session/18.html>]; United Nations Office on Drugs and Crime. 2007. *Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development*. [www.ssrnetwork.net/uploaded_files/4271.pdf, em 26 de Janeiro de 2010]; United Nations Office on Drugs and Crime. 2009. *World Drug Report 2009*. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime; UNODC, *Relatório Mundial sobre Droga, 2009*; United Nations Office on Drugs and Crime. 2007. *Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development*. [descarregado do sítio da internet www.ssrnetwork.net/uploaded_files/4271.pdf, em 26 de Janeiro de 2010].

- EUROPOL⁶⁴⁵;
- INTERPOL⁶⁴⁶;
- União Europeia⁶⁴⁷;

Também se recorreu a análises de alguns autores, quando se encontravam vinculados àquelas instituições, por as integrarem ou por terem recebido incumbência de fazerem investigação em seu proveito⁶⁴⁸.

2.2. Tráfico Humano e redes de migração clandestina

Para a análise do tráfico humano, redes de migração clandestina e migrações em geral, recorreu-se quase sempre aos mesmos organismos que estudam o tráfico de droga. Isto é confirmação de uma tese amplamente debatida e confirmada, de que as organizações criminosas transnacionais utilizam as mesmas técnicas para a produção, transporte e comercialização dos seus produtos, sejam estupefacientes, mão-de-obra barata, trabalho escravo ou prostituição.

Assim, analisaram-se dados provenientes de:

- Gabinete das Nações Unidas para a Droga e o Crime (UNODC)⁶⁴⁹;

⁶⁴⁴ Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. 2009. *Comunicado, Relatório Anual 2009: destaques*. Lisboa: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência [retirado da página internet do OEDT, em 12 de Novembro de 2009, <http://www.emcdda.europa.eu>]

⁶⁴⁵ Relatório da EUROPOL de 1 de Abril de 2003.

⁶⁴⁶ INTERPOL. 2009. *Annual report 2008*. [descarregado da internet em 2 de Maio de 2010 de <http://www.interpol.int/Public/ICPO/InterpolAtWork/iaw2008.pdf>].

⁶⁴⁷ Conselho, *Plano de Acção em Matéria de Luta contra a Droga (2009- 2012)*. Jornal Oficial da União Europeia, 20 de Dezembro de 2008, 2008/c 326/09 [descarregado da internet em 6 de Dezembro de 2009 em http://www.idt.pt/PT/IDT/documents/Relatorios_E_Planos/2009/PAUE2012-PT.pdf]; Jornal Oficial da União Europeia: Declarações da UE sobre o desenvolvimento das suas acções contra a droga no âmbito internacional: Cf. http://europa.eu.int/comm/justice_home/project/brochure_drogue/pt/euagai.

⁶⁴⁸ É o caso das chefias dessas instituições, como Antonio Maria Costa, do UNODC. É também o caso de autores, como Isabel Ebo (2008. *A Geopolítica da Droga*. Lisboa: ISCSP).

⁶⁴⁹ Para além das fontes acima referidas, que também serviram para obtenção de dados sobre tráfico humano e redes de migração clandestina, também United Nations Office on Drugs and Crime. 2009. *Act Against Human Trafficking* [publicação on-line descarregada do site do UNODC em 6 de Novembro de 2009. <http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Act-Against-Human-Trafficking.pdf>]. As Nações

- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT);
- EUROPOL;
- INTERPOL;
- União Europeia;
- Organização Mundial para as Migrações (IMO).

2.3. Tráfico Humano e redes de migração clandestina

No que diz respeito ao acesso a fontes primárias, nomeadamente a bases de dados, os dados sobre terrorismo foram mais difíceis de se alcançar. Este tipo de informação é normalmente gerido por instituições estatais ligadas a serviços de segurança, que não disponibilizam essas bases de dados em condições normais. Recorreu-se então a fontes secundárias, normalmente a trabalhos de investigadores conhecidos, para complementar as poucas informações recolhidas junto de instituições. Uma das instituições que disponibiliza publicamente dados, e a que recorreremos, foi o Instituto Internacional de Contra-Terrorismo (ICT) sediado em Herzlyia, Israel, que promove a difusão periódica de informações sobre actividades de grupos terroristas⁶⁵⁰.

Unidas dispõem de dois instrumentos para lidar com o problema das migrações ilegais e o tráfico de pessoas, o *Protocol against the Smuggling of Migrants, by Land, Sea and Air*, que constituiu um suplemento da Convenção das nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado” e o *Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*, complementando também aquela Convenção. Cf site

www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf, visitado em 14 Jan 2010; UNODC. 2006. *Trafficking in Persons: Global Patterns*; United Nations Office on Drugs and Crime. 2006. *Trafficking in Persons: Global Patterns*. Vienna: UNODC.

⁶⁵⁰ Cf. sítio da internet www.ict.org.il, e com especial relevância para o seu Grupo de Monitorização de Websites da *Jihad*, ICT’s Jihad Websites Monitoring Group, que dita o periódico *Periodical Review January 2010* – no. 2.

Recorreu-se também ao relatório da Liga Guineenses dos Direitos Humanos⁶⁵¹, que forneceu importantes pistas sobre o destino de crianças que saem da Guiné-Bissau com destino a escolas corânicas no estrangeiro.

3. Resultados

A análise da documentação referida, que é pormenorizadamente exposta no capítulo 5 (secção 5.3) deste trabalho, demonstra que existem indícios que apontam para a existência de condições para actividades relacionadas com tráfico de droga, tráfico humano (incluindo migrações ilegais) e terrorismo. Neste último caso, os indícios não são relevantes, embora se tenha constatado a existência de condições para o estabelecimento de células terroristas ou “engajamento” de guineenses nas redes terroristas. O tráfico de droga é um dos grandes males da humanidade presentes na Guiné-Bissau, afectando a segurança e o desenvolvimento. Este flagelo impede que grandes regiões do mundo se desenvolvam e coloca nas mãos de redes criminosas grande parte da riqueza gerada com o consumo, meios financeiros que poderiam ser antes aplicados em desenvolvimento e bem-estar.

O tráfico humano e as migrações em massa são outros dos importantes fenómenos mundiais que arrasam grandes faixas populacionais. Também a nível regional este fenómeno é devastador, como se observa, nomeadamente, em África, de onde as gentes partem tentando chegar aos “el Dorados” do Norte. Na Guiné-Bissau não é ainda fenómeno preocupante, mas nos países vizinhos é frequente serem interceptadas canoas cheias de gente, ou que ainda se preparam para partir, tentando chegar ao mar alto, com destinos europeus.

Outro fenómeno, o terrorismo, faz estremecer o sistema internacional, especialmente desde o ataque a Nova Iorque a 11 de Setembro de 2001. Terá em África algumas das suas mais importantes bases de treino e santuários. A Al-Qaeda desenvolveu alguns ramos

⁶⁵¹ Liga Guineense dos Direitos Humanos. 2010. Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2008/2009 “a força sem discernimento colapsa sob o seu próprio peso”. Abril de 2010. Bissau: Igdh [descarregado do sítio da internet <http://www.lgdh.org/> em 30 de Abril de 2010]

como a “Al-Qaeda no Magrebe” e outras sucursais, naquilo que começa a ser referido como um *franchising* do terrorismo. A Guiné-Bissau arrisca-se a tornar-se um desses países. Existirão assim estas três principais ameaças à segurança da Guiné-Bissau, de acordo com a análise dos documentos referidos.

Anexo B

Análise das Entrevistas

1. Composição do relatório

Este relatório é composto pelos seguintes documentos:

B1: Relatório n.º1 - I Série de Entrevistas - Entrevistas realizadas na Guiné-Bissau entre 28 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 2009;

B2: Relatório n.º2 - II Série de Entrevistas;

B3: Relatório n.º3 - III Série de Entrevistas;

B4: Relatório n.º 4 - Análise Geral das Entrevistas. Este relatório apresenta ainda os seguintes elementos:

B41: Fichas de análise das entrevistas;

B42: Matrizes para análise de conteúdos;

B43: Relatórios das análises das entrevistas;

B44: Quadro geral da análise

Anexo B

Relatório n.º1

I Série de Entrevistas

Entrevistas na Guiné-Bissau entre 28 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 2009

A.1. Introdução

Este trabalho de campo foi planeado para um leque de entrevistas muito mais alargado. O teor das entrevistas, como foram planeadas com base teórica, pode observar-se no capítulo 1 deste relatório, apenas na parte planeada para trabalhos de campo na Guiné-Bissau. O presente relatório, que é fundamentalmente uma transcrição das entrevistas, como se verá no capítulo 2, reflecte apenas as que foi possível conduzir na Guiné-Bissau no período identificado. Estavam previstas algumas mais, neste país, para além de outras, que ainda não se realizaram, em Portugal e nas instituições europeias, na Bélgica. Depois de serem recolhidas as que ainda estão apenas planeadas no papel, passar-se-á à fase de análise qualitativa e quantitativa, com apoio de análise estatística, sempre que possível. No capítulo 3 deste relatório provisório encontra-se o plano das entrevistas ainda por realizar. No final registam-se as primeiras impressões, baseadas numa análise qualitativa das entrevistas já realizadas.

Capítulo 1 – Planeamento das entrevistas e teor das perguntas

1. Entrevistas de âmbito geral e a elementos de apoio à visita

a. **Dr. Guilherme Zeverino** (Conselheiro do apoio ao desenvolvimento na Embaixada Portuguesa em Bissau)

(1) Quais os principais actores internacionais presentes na RGB que se dediquem essencialmente a actividades relacionadas com projectos de desenvolvimento, de reorganização com vista à boa governação e de implementação de estruturas de segurança e defesa?

(2) Quais os actores internacionais que têm reconhecidamente atingido maior grau de sucesso na implementação de projectos?

(3) A que se deve o sucesso desses projectos?

(4) Quais os principais obstáculos à reorganização do estado e à implementação de medidas governativas de melhoria da paz e bem-estar?

(5) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

(6) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

b. **Embaixador Ricoca Freire** (representante de Portugal em Bissau)

(Esta é essencialmente uma visita de apresentação de cumprimentos, onde irei abreviadamente expor o motivo da minha estadia)

(1) Quais as prioridades da representação portuguesa em Bissau?

(2) Quais os principais sucessos (“achievements”) dos projectos bilaterais portugueses de apoio ao desenvolvimento na RGB?

- (3) Outros Países presentes na RGB com projectos similares constituem um desafio, podendo minimizar o papel de Portugal, ou, pelo contrário, desenvolvem-se sinergias que reforçam o papel de Portugal?
- (4) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (5) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

c. **Embaixador Inácio Semedo** (Diplomata Guineense jubilado)

- (1) Como é que as organizações internacionais, as não-governamentais e outras instituições têm contribuído, nos últimos anos (após a crise de 1998-99) para restabelecimento das conduções de bem-estar e segurança da RGB?
- (2) Que apoios são necessários para a integração social dos antigos combatentes e dos militares mais idosos que permanecem nas fileiras por não terem recursos para sobrevivência, se desmobilizados?
- (3) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

d. **Dr. Fernando Machado** (Presidente da ONG Associação para a Cooperação com Países Africanos de Língua Portuguesa “Encontro”)

- (1) Qual o objectivo da Associação para a Cooperação com Países Africanos de Língua Portuguesa “Encontro”?

- (2) Quais as dificuldades identificadas com os antigos combatentes? Porque constituem um problema (mas também uma solução?) para o desenvolvimento e a segurança?
- (3) Como é que a Associação leva a cabo, no terreno, as suas actividades e quais os resultados esperados a curto termo?
- (4) Como é que as autoridades da RGB vêm as actividades desta organização?
- (5) Como, e por quem, é apoiada a “Encontro”?
- (6) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (7) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

e. Representante da CEDEAO

- (1) Qual o papel da CEDEAO no apoio ao desenvolvimento na RGB?
- (2) Como tem contribuído a CEDEAO para a segurança na RGB?
- (3) Os problemas de segurança e justiça da RGB são encarados pela CEDEAO como uma questão regional ou como um problema interno da RGB, não existindo lugar ao “dever de intervir”?
- (4) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (5) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?)

f. **Escritório da ONU (UNOGBIS), Sr. Shola Omoregie, Representante do SGNU**

(Contactar com Luísa Madeira, secretária internacional, 00390831059212, Prédio das Nações, Rua Rui Djassi 5º Piso, 1011 Bissau, Tel.: (245) 20 13 62 / 20 13 48 / 20 13 68, Fax: (245) 20 17 53, Email: info@onu-guineebissau.org)

- (1) A missão da UNOGBIS, sendo na sua natureza inicial de apoio à paz, que outras valências tem desenvolvido?
- (2) Quais os principais objectivos alcançados das outras missões ONU no terreno (PNUD, UNICEF, UNFPA, PAM, OCHA)?
- (3) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

g. **Representação da UE, REUE**

- (1) O REUE executa acções de coordenação entre as diversas entidades UE e Estados-membros, nos projectos de desenvolvimento, de segurança e outros?
- (2) Quais as actividades concretas de coordenação que têm sido levadas a cabo?
- (3) Têm sido identificadas mais-valias para a UE e para a RGB nos processos que recebem coordenação do REUE, nomeadamente de desenvolvimento (1º pilar) e segurança e defesa (2º e 3º pilar)?
- (4) Estão implementados mecanismos que identificam sinergias resultantes do nexo entre segurança e desenvolvimento?
- (5) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

- (6) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

h. Emb. Alemanha, Angola, Brasil, Espanha

- (1) Quais os principais projectos em que estão envolvidos?
- (2) Existe coordenação com outros actores, nomeadamente a ONU, UE e Portugal?
- (3) É devidamente considerado o valor acrescido do nexo entre segurança e desenvolvimento?
- (4) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (5) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

2. Entrevistas no âmbito do Desenvolvimento

a. Dr. Guilherme Zeverino

- (1) Quais os projectos concretos da cooperação bilateral portuguesa?
- (2) É compreendida e operacionalizada a relação entre segurança e desenvolvimento, ou seja, que o desenvolvimento acarreta um sentimento geral de maior confiança no futuro e portanto, a sensação de segurança, e que, por outro lado, a implementação e/ou reforma de estruturas de segurança cria as condições para a implementação e prossecução de projectos de desenvolvimento?

b. Ministério da Economia

- (1) Como planeia o ministério levar por diante o programa de governo relativo às medidas para reforçar os aspectos económicos e financeiros do seu plano?
- (2) Quais os principais obstáculos previstos para levar a bom termo os objectivos propostos pelo governo, nomeadamente no incremento da economia, pelo incentivo à melhoria de produção nos sectores primário e secundário?

c. Cooperação bilateral PT

- (1) Se existe, como se executa a coordenação das diversas actividades de cooperação bilateral de Portugal, incluindo a técnico-militar?
- (2) Como é que os responsáveis locais da cooperação portuguesa coordenam as suas actividades com outros actores, nomeadamente estados-membros da UE, estados terceiros e organizações internacionais?
- (3) Como são dirimidos conflitos de interesses? O REUE desempenha papel de coordenação e/ou moderação?

d. Cooperação bilateral (França, Espanha, Brasil, Angola?)

- (1) Quais os principais projectos de cooperação/auxílio do país?
- (2) Como são coordenadas essas actividades com outros actores presentes no terreno, incluindo outros países, organizações internacionais e as instituições de Brenton Woods?
- (3) Quais as principais dificuldades para a implementação dos projectos?

e. Cooperação multilateral (Comissão Europeia, ONU, Brenton Woods, etc.)

- (1) Quais os principais projectos em curso?

- (2) Porque são modestas as contribuições financeiras saídas das conferências de dadores?
- (3) Quais os compromissos que o governo da RGB tem que assumir para que sejam garantidos os financiamentos necessários ao desenvolvimento?

f. PNUD (Sra. Giuseppina Mazza)

- (1) Quais os principais sucessos obtidos com o programa de cooperação com o governo da RGB para o período 2003-2007?
- (2) O Programa para o próximo triénio estruturar-se-á da mesma forma que o anterior (governança democrática, prevenção de crises e reabilitação, redução da pobreza e ambiente)?
- (3) Qual o estado da arte dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para a RGB? Quais os ODM com possibilidades de serem alcançados?

3. Entrevistas no âmbito da Segurança e Defesa

a. Ministério da Defesa

- (1) Existe um plano de reforma das Forças Armadas, contemplando a integração dos antigos combatentes na vida activa do país?
- (2) As actividades de Reforma do Sector de Segurança, conduzida pela RGB com o apoio da UE, são úteis e ajudam a prover este país com uma estrutura de segurança e defesa eficiente?
- (3) A cooperação técnico-militar dos diversos países amigos tem contribuído para a reestruturação das Forças Armadas e de Segurança, incluindo o re-equipamento, instalações e formação e treino dos militares?
- (4) Quais as principais carências das forças armadas e de segurança, às quais o novo governo atribui maior prioridade?

- (5) O planeamento das estruturas de segurança e defesa considera as responsabilidades da RGB para com a CEDEAO e a Força de Prontidão Africana (African stand-by Force) da União Africana?

b. EMGFA da RGB

- (1) Quais os principais problemas das Forças Armadas da Guiné-Bissau?
- (2) As Forças Armadas têm um papel a desempenhar na vida política do país?
- (3) A participação de militares da RGB em missões internacionais (CEDEAO, UA e mesmo ONU) contribui para a necessidade de se estabelecer um elevado critério de preparação militar e equipamento?
- (4) A participação nessas missões é considerada relevante pelos militares e suas chefias?

c. Coronel Nogueira (adido militar PT)

- (1) Quais os principais programas em curso e as principais objectivos já alcançados?
- (2) O REUE está ao corrente das actividades de cooperação militar de Portugal com a RGB? Exerce algum tipo de coordenação?
- (3) A cooperação bilateral militar portuguesa coordena as suas actividades com outros actores, locais, estrangeiros ou internacionais?

d. Chefe da missão EU SSR (major-general SP Juan Esteban Vêrastegui)

- (1) A Reforma do Sector de Segurança está a ser conduzida pelas autoridades da RGB com apoio e aconselhamento da missão UE?
- (2) Qual é o tempo considerado necessário para levar a cabo os objectivos propostos com esta missão UE SSR Guiné-Bissau?

- (3) Quais os recursos identificados como necessários para o sucesso desta missão, para além dos já no terreno?
- (4) Quais as principais dificuldades exógenas (ou seja, estranhas à própria missão e às autoridades RGB) com que a missão se depara?

e. Coronel Couto Lemos (EU SSR)

(Acompanhará o chefe de missão na entrevista, mas poderá dar outras informações, mais tarde, de acordo com o resultado da anterior entrevista)

f. Cooperação técnico-militar portuguesa

- (1) Quais os projectos concretos que a cooperação militar portuguesa leva a cabo?
- (2) Quais as principais dificuldades?
- (3) Existe coordenação de actividades com outros actores estrangeiros (da UE e de países-terceiros) e internacionais?

g. Outros (cooperação bilateral e multilateral)

(A identificar localmente – condução das entrevistas a ser planeada *in loco*)

Capítulo 2 – Entrevistas realizadas na Guiné-Bissau

Entrevista ao Tenente-Coronel Manuel Esperança, Conselheiro da Embaixada de Portugal em Bissau, a 29 de Janeiro de 2009, pelas 16h00.

Quais os projectos concretos que a cooperação militar portuguesa leva a cabo? Quais as principais dificuldades? Há coordenação com outros actores estrangeiros ou internacionais?

Resposta: referiu o MAOC – Maritime Analysis Operations Centre – Narcotraffic, onde diversos EMs da UE coordenam o combate ao narcotráfico no Atlântico e incluindo a região Ocidental Africana (MAOC-N).

FRONTEX – Espanha tem relutância que deixe de ser apenas o controlo de imigração pois custa-lhe muito dinheiro.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Resposta: Sim. Sem segurança não há investimento e não há desenvolvimento. Esta segurança não é apenas física ou humana, mas também o sistema legislativo adaptado à realidade actual para permitir o fluxo de capital, recursos, cidadãos, com instrumentos legais para a sua defesa.

Neste país está praticamente tudo por fazer. A legislação em vigor é do tempo da administração colonial. O Código de Justiça Militar permite que os militares se coloquem de fora do sistema judicial do Estado. É essencial que se crie legislação para a subordinação do poder militar ao poder civil, num processo de controlo democrático das forças armadas.

Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Resposta: A estabilização de segurança é importante (a adaptação de estruturas de Estado, instrumentos legais, etc.). Mas os projectos de desenvolvimento passam pelo combate à corrupção (endémica, nestes estados e transversal a todos os níveis sociais, tendo uma aceitação de “quase-legitimidade”). Qualquer projecto de desenvolvimento precisa de garantias de que não existem desvios dos objectivos, confirmando uma correcta utilização dos meios. Ex. o Banco Mundial, durante o governo de Aristides Gomes, financiou a instalação de geradores para o fornecimento de electricidade a Bissau. O governo utilizou esse dinheiro para alugar geradores a muito baixo preço, retendo a diferença de dinheiro para utilizações pouco claras. O Banco Mundial exigiu a devolução dessas verbas e parou todos os seus projectos. Este é um exemplo de como os projectos de desenvolvimento em actividades estruturantes têm que ser devidamente fiscalizados. A forma como o Estado gere o que lhe é dado é de uma grande falta de transparência (quase ofensiva, quando se olha para as necessidades das populações).

O actual primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, já deu provas de que consegue pagar salários e dar alguma transparência às contas públicas. Falta a apresentação do programa de governo, que deverá ser feita até meados de Novembro [referiu citação do jornal Kanaré].

O primeiro-ministro precisa de alguém para as comunicações. Este ministro é a melhor opção mas não tem muito carisma que lhe permita ter apoio político [referiu outro jornal, onde escreve João de Barros].

Passando a falar sobre os três tipos de ameaças que poderão ter origem na RGB, começou por abordar as migrações. A migração não é muito alta. Há crime organizado de redes clandestinas de imigração. No entanto, a situação é pior no Senegal.

Referiu que os casos do “gangue das perucas”, que assolou Portugal. Esse grupo era constituído essencialmente por gente guineense (mulatos). As lutas dos bairros periféricos de Lisboa contra os ciganos serão também levadas a cabo por gentes deste país.

A RGB serve de refúgio para os que fogem de Portugal e vice-versa.

As rotas da Colômbia para a Guiné-Bissau, para transporte de narcóticos, usam cada vez mais aviões a jacto e não de hélices.

Correios, contentores (marítimos), circuitos de camiões para Norte e para Sul (dentro de África). Através do deserto também e por meio dos sistemas de pesca.

Sobre terrorismo refere-se que a RGB tem 50% de muçulmanos. A comunidade muçulmana tem características próprias e grande tradição, o que a torna pouco influenciável a tendências extremistas. Opõe-se à instalação de uma organização externa. A excisão feminina continua, por outro lado. Algumas crianças são enviadas para fora, mas também no Leste, em Gabu. O terrorismo islâmico não tem grande aceitação, não faz parte da cultura. Mas poderão existir algumas comunidades que apoiem células, como a comunidade mauritana, ligada ao comércio retalhista de fármacos.

Rivalidade entre fulas e mandingas sobre a chefia religiosa muçulmana terá levado à apresentação de uma proposta para a nomeação de um árabe, mas os guineenses opuseram-se. No entanto, têm, de qualquer modo, sentimentos de injustiça perante o mundo ocidental.

Os acidentes com as pirogas, recentes, que fizeram vários mortos, não estão relacionados com o tráfico de pessoas.

Entrevista ao Embaixador Pães Moreira, representante de Portugal em Bissau, na embaixada de Portugal, Bissau, a 29 de Janeiro de 2009, pelas 17h00 [jmpaesmoreira@hotmail.com]

Quais as prioridades da representação portuguesa em Bissau?

Resposta: Mostrar Portugal no topo das prioridades das relações externas da Guiné-Bissau. O País já lá está, ou seja, Portugal já é visto com alta prioridade por Bissau. O meu papel como embaixador é de o manter nesse patamar. E acho que o consegui. Está a

perguntar-me o que foi o meu trabalho aqui, agora que acabo de terminar funções neste posto. Estamos aqui para ajudar os guineenses e fazemo-lo com autenticidade, mas talvez não com a devida eficácia.

Quais os principais sucessos?

Os sucessos que eu considero mais emblemáticos e mais proveitosos para a RGB são os de ensino (projecto de apoio da Faculdade de Direito de Lisboa à de Bissau, que é um dos melhores exemplos). Destaco este projecto embora haja outros razoavelmente bons. Um quadro muito grave desde 2005 é o do tráfico de droga. Em Dezembro de 2007 realizou-se Conferência Internacional de Lisboa para apoiar a RGB no combate à droga. Faltam-lhe meios. Portugal acolheu essa Conferência destinada a custear programas operativos aprovados nessa reunião.

Nesse quadro Portugal pôs no quadro bilateral uma missão de apoio à Polícia Judiciária e outra à Polícia de Ordem Pública (com presença de um inspector da Judiciária, um oficial de Polícia e outro da GNR). Este apoia a PJ num projecto em que eu acredito!

Outros países presentes na RGB com projectos similares constituem um desafio, podendo minimizar o papel de Portugal ou, pelo contrário, desenvolvem-se sinergias que reforçam o papel de Portugal?

Não devemos olhar para os outros como concorrentes. Ou seja, todos concorreremos para ajudar a RGB, o que na prática até nem se verifica. Não olhamos para esses actores como sendo nossos rivais mas, muitas vezes, temos de convencer Lisboa para que façam aquilo que à partida teriam relutância em fazer. Até há pouco tempo, da Guiné-Bissau quase não se falava, apesar de todo o passado comum. Mas é o país que eu considero mais ligado a nós, de entre todos os PALOP. Os guineenses esperam de nós, muitas vezes, uma palavra de estímulo, quase como se fossemos seus guias.

A RGB era muito desconhecida e começou a ser falada devido às razões erradas, o tráfico de droga. Em termos de Comunidade Internacional só recentemente se começou a observar a predisposição para vir aqui. Alguns países são exemplo disso, como a Suécia,

nomeadamente na sua cooperação para o desenvolvimento. No entanto os suecos acabaram por se irem embora sem vontade de voltarem. Os países africanos, por seu lado, não praticam cooperação. Portugal e França são os países que as pessoas identificam normalmente com os países interessados pela Guiné-Bissau. Mas a França não tem sinergias connosco. Já perceberam que não conseguem pôr a Guiné-Bissau a falar francês. Quem se tem aproximado é Angola, Brasil e Espanha. A Espanha veio para cá por que cresceu muito economicamente e porque tem ambições globais. Em termos africanos não têm experiência a Sul do Saará. As migrações clandestinas formam o problema que levou a que elegessem a RGB como um case-study. O Ministério das Relações Exteriores espanhol aumentou o seu orçamento em 250%, por isso agora há que contar com a Espanha. Este país tem para com a Guiné-Bissau uma postura mais efectiva (baseada na eficácia) do que Portugal, cuja abordagem é mais afectiva. Os espanhóis têm uma visão interessante da política externa, incluindo o envolvimento do tecido empresarial, contrariamente a Portugal.

Nós temos diferenças de interesses entre o Estado e os privados, o que pessoalmente considero errado. É, por exemplo, um erro que a Portugal Telecom perca o negócio das comunicações da RGB. Não deve ser apenas a questão empresarial a dominar, mas ignorar completamente esta visão também não parece que possa trazer-nos qualquer vantagem. Se a Portugal Telecom sair Portugal sofrerá um revés.

Sobre Angola há que sublinhar que é um país rico. Está interessada no desenvolvimento de uma forma pragmática, através de negócios. Os projectos de bauxite, fosfatos, ouro e diamantes e talvez mesmo petróleo são o foco da sua atenção para com a RGB.

Há um projecto que poderá ter uma influência enorme na região, que é a construção do porto de Buba. Serão os angolanos a levar para a frente esse projecto. Esta será uma via de comunicação fundamental para a sub-região [CEDEAO]. Este porto poderá servir melhor Mali, Guiné-Conacry e mesmo o Senegal, melhor do que o porto de Dakar. Mas terão de ser vencidas as resistências dos senegaleses. Buba servirá principalmente para escoamento de bauxite e outras mercadorias.

Sobre o Brasil, há que referir que tem vindo a dedicar um interesse maior a África. Tem já embaixadas em quase todos os Estados africanos (faltam três). No entanto a cooperação bilateral de Portugal com este país não é considerada eficiente. Portugal também não tem com o Brasil sinergias na Guiné-Bissau, pois pouca relação existe em projectos comuns, nomeadamente no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento.

Há uma grande multidão de gente que vive da ajuda ao desenvolvimento, incluindo consultores, intermediários, organizações não-governamentais de diversas naturezas e mesmo membros dos governos. Acontece frequentemente que o destinatário da ajuda acaba por não beneficiar nada. Realizam-se, no entanto, reuniões em Bissau para coordenação de esforços em que nem todos participam (caso dos chineses).

A propósito dos esforços locais da União Europeia, sublinho que Franco Nulli representa tão-somente a Comissão Europeia em Bissau e não a União Europeia. Esta é representada localmente pela Presidência do Conselho da UE, função actualmente atribuída localmente ao embaixador espanhol. Este é um equívoco que não se tem conseguido desfazer facilmente, que traz problemas à eficácia da presença da UE.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Existe realmente umnexo entre segurança e desenvolvimento. No entanto, olhando para a actual missão da União Europeia, há que notar que a ideia de “Reforma do Sector de Segurança” é um conceito que parece não se aplicar ao caso da Guiné-Bissau. Este conceito é na sua génese de concepção britânica, que foi imposto aos outros Estados-membros da UE e que agora se tenta impor na Guiné-Bissau, sem se pensar nas características do país-alvo.

Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização de segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

É necessária uma matriz de segurança para que haja desenvolvimento. Os agentes económicos estrangeiros só farão investimento se houver garantias de segurança para esse investimento.

O agente económico não quer correr riscos, para além dos comumente inerentes ao próprio negócio. As arbitrariedades do poder político, por exemplo, são factores de bloqueio ao investimento. Outro aspecto para incentivar a vinda dos empresários será a existência de infra-estruturas capazes, tais como uma boa rede viária, portos adequados e modernos, boa rede de distribuição de energia, etc.

Entrevista com Major-General Juan Esteban Vérastegui, das Forças Armadas espanholas, chefe da missão UE RSS Guiné-Bissau, em 31 de Janeiro de 2009, no Hotel 24 de Setembro (sede provisória da missão), Bissau.

A Reforma do Sector de Segurança A Reforma do Sector de Segurança está a ser conduzida pelas autoridades da RGB com apoio e aconselhamento da missão UE?

Resposta: Sim, a reforma, basicamente, é um programa guineense. O princípio basilar é a apropriação deste projecto pelas autoridades da RGB. A própria apresentação da missão EU SSR Guinea-Bissau no território da RGB foi um convite das autoridades locais.

Qual é o tempo considerado necessário para levar a cabo os objectivos propostos com esta missão UE SSR Guinea-Bissau?

Aqui há que fazer um esclarecimento pois o mandato da missão, tal como está agora delineado, é muito curto. A capacidade operacional inicial da missão, aquilo que na gíria UE se designa por IOC⁶⁵², começou em Junho do ano passado. Os objectivos iniciais desta missão são a transformação das estruturas de segurança e defesa, tal como descritas no documento da estratégia da reforma que, no entanto, é muito vago e generalista, e

⁶⁵² “Initial Operational Capability”

transformá-lo num projecto mais concreto em todas as suas vertentes. Não há de momento, portanto, possibilidades de levar para a frente um processo global de trabalho.

Conduzimos trabalhos ao nível intelectual, principalmente, e não ainda a um nível de esforço mais aplicado no terreno. Aquelas que são as nossas actuais tarefas principais consubstanciam-se no estudo detalhado do mandato e na preparação de uma proposta para o alterar, adequando-o à realidade que viemos encontrar no terreno, de forma a brevemente podermos dar início, provavelmente em meados de Março, à Reforma do Sector de Segurança e Defesa (RSS) em termos físicos. Pelos estudos já realizados, chegámos à conclusão ser necessário cerca de dois a três anos para que os resultados da RSS comecem a concretizar-se.

Quais os recursos identificados como necessários para o sucesso desta missão, para além dos já no terreno?

Após os estudos já levados a cabo com militares e polícias, tem-se constatado que o problema deste país é principalmente a falta de meios para Bissau levar a cabo os diversos aspectos da Reforma. É necessário um grande esforço por parte dos guineenses com vista à formação e treino do pessoal relevante. O processo de RSS poderá ser paralisado se não houver pessoal adequado para o levar por diante. E não é solução apostar simplesmente no pessoal internacional, pois esse não se encontra aqui em Bissau para fazer o trabalho que é da competência dos guineenses.

Quais as principais dificuldades exógenas (ou seja, estranhas à própria missão e às autoridades RGB) com que a missão se depara?

O processo pelo qual estamos a abordar o problema é um processo, por assim dizer, “sintético”, concebido no patamar político, sem que a sociedade guineense estivesse por detrás, integrando-o. Portanto, um dos esforços em que a missão UE tem que se empenhar é o de garantir que a sociedade guineense fique consciente do projecto e que não haja problemas de comunicação. Têm de perceber o que estamos aqui a fazer, o que depara com

alguns problemas até de vocabulário. Por exemplo a palavra “reforma”, que tão ligeiramente utilizamos na definição da missão, tem como significado popular e quase único, a ideia de passagem a situação de reforma, ou seja, de mandar para casa as pessoas, reformando-as. Ora, isto na Guiné-Bissau quer dizer que se irá deixar de ter a simples garantia da alimentação, o que é uma ideia terrível. Muita gente pensa que a desmobilização acarretará essa ameaça, de ir para casa sem qualquer forma de sustento. Não se liga a palavra “reforma” com reestruturação ou modernização das forças armadas e de segurança. É claro que o processo tem de mandar para casa muitas pessoas, pois não “cabem” nos projectos das novas forças. Mas temos de lhes demonstrar que o processo é essencialmente de reestruturação das polícias e forças armadas e não o simples “despedimento” de pessoas. Existem por isso movimentos de resistência a mudança no seio das forças armadas e de segurança, agravados pela memória de outras tentativas, goradas, de reestruturação. É necessário esclarecer, portanto. O próprio Presidente Vieira falou esta semana com o responsável pelas missões PESC civis da UE, que aqui esteve em visita e foi estudada a possibilidade de se contratarem antigos militares e polícias das forças de segurança e defesa de Cabo Verde para que venham aqui explicar as vantagens de se passar à reserva e reforma e de criar novas estruturas. Estamos assim a estudar como articular essa hipotética vinda de militares e polícias cabo-verdianos – antigos companheiros de luta dos guineenses no PAIGC –, para que venham aqui com essa missão de sensibilização do que é realmente a RSS e assim anular resistências que só teriam lógica se fossem verdade. Por outro lado também verifiquei, junto das estruturas de Comando das Forças Armadas, que é também preciso fazer junto destes uma campanha de sensibilização.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua aceção mais geral, e desenvolvimento?

Sempre expressei claramente a ideia de que a paz não é apenas a ausência de conflito. É sim a prevalência de uma situação estável e justa para todos. E digo justa porque é necessário que exista um sistema de leis justas que se aplique de igual modo a todos. Considero que a falta de uma situação de equilíbrio nos aspectos sociais está directamente relacionada com a falta de desenvolvimento, a curto e a médio prazo, e conduz

inevitavelmente a situações de instabilidade. Assim, para se conseguir alcançar uma situação de maior validade no que à estabilidade diz respeito, nestes processos, é necessário criar estabilidade no plano institucional. Podemos perguntarmo-nos então por onde começar. Do meu ponto de vista existem dois modelos. O primeiro advoga a ênfase no desenvolvimento, sublinhando que este trará estabilidade. É um caminho muito longo, em que os trabalhos para o desenvolvimento poderão ser prejudicados pela falta de estabilidade. Um outro caminho, e mais curto, é o da estabilização, após o que se seguirá o desenvolvimento. Acredito que o desenvolvimento virá rapidamente se o país se encontrar estabilizado do ponto de vista securitário. Ou seja, é necessário, primeiramente, criar as estruturas de Estado que assegurem que o país se encontra seguro e que os projectos de desenvolvimento não serão destruídos de forma violenta. Este será o caminho lógico, mais rápido e, a médio prazo, mais seguro.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

O obstáculo com que nos deparamos, na adopção desta abordagem, tem a ver com os projectos pessoais obscuros, que sempre surgem nestas situações. Em situações de instabilidade aparecem investidores *sui generis*, em busca de benefícios elevados e rápidos. Ora, tal é, tendencialmente, suportado por iniciativas económicas de base não legal ou, no mínimo, pouco claras. Por princípio há que desconfiar das pessoas que investem em países com graves problemas de estabilidade.

Em resumo, em primeiro lugar há que criar as estruturas do Estado, nos seus pilares básicos de justiça, segurança e defesa. Depois há que passar à fase do investimento em estruturas de desenvolvimento. É assim que concebo o sucesso de missões como esta.

Entrevista, no âmbito do doutoramento em Relações Internacionais, ao Coronel Couto Lemos, do Exército Português, da missão da UE RSS Guiné-Bissau, no Hotel 24 de Setembro, Bissau, em 30 de Janeiro de 2009.

A Reforma do Sector de Segurança está a ser conduzida pelas autoridades da RGB com apoio e aconselhamento da missão UE?

Sim. Como se sabe, primeiro foi feito o pedido das autoridades da RGB. Nós não nos impusemos. Este processo começou com o livro branco (elaborado com a ajuda das autoridades portuguesas). Estava calendarizado e era considerado excelente. Serviu de base aos trabalhos de um grupo britânico que, com as autoridades locais, elaborou proposta de Reforma do Sector de Segurança a ser levada a cabo pela Comunidade Internacional e apresentada em Genebra em Outubro de 2006. Como consequência a UE resolveu enviar esta missão. Como foi pedido pelas autoridades guineenses, o próprio documento preconizava a maneira como a RSS se fazia: um comité interministerial presidido pelo primeiro-ministro traçava as grandes linhas políticas e estratégicas da RSS. Havia também um comité de pilotagem, que tomava decisões estratégicas. Este (“steering committee”) era presidido pelo Ministro da Defesa. Estava também previsto um Comité Técnico Consultivo (CTC) no MDN. Este detinha todas as tarefas de coordenação e constituía-se por elementos da RSS. Foi definido pelas autoridades guineenses.

Qual é o tempo considerado necessário para levar a cabo os objectivos propostos com esta missão UE SSR Guiné-Bissau?

Esta missão tinha horizontes a um ano, considerado razoável. A RSS em si apontava para cerca de cinco anos. Entretanto quer um processo quer o outro dependiam de uma estrutura que não tinha capacidade para se redefinir. Desde a Capacidade Operacional Inicial (IOC) até agora a missão viu já três governos. Felizmente, no mesmo período só houve dois ministros de defesa. Já no Ministério da Administração Interna o processo foi mais complicado, tendo inclusive sido feita a divisão do ministério em dois. Uma das maiores dificuldades que se nos deparam é, no entanto, não haver ainda programa de governo. Já se começa a descortinar que será muito improvável que a missão UE RSS consiga atingir os seus objectivos no prazo de um ano, como inicialmente previsto. É o caso da tarefa de levantamento das necessidades em infra-estruturas para as Forças Armadas. E também da análise de projectos para levantar essas estruturas. Não estamos

aquí para levar a cabo a RSS mas sim para construir a sua base, ou seja, para que a RSS possa ser levada a cabo no terreno pelas autoridades nacionais.

Quais os recursos identificados como necessários para o sucesso desta missão, para além dos já no terreno?

Falando só sobre a parte militar, pois sou o responsável, dentro da missão, por essa vertente, algumas acções de RSS foram já executadas. É o caso do censo dos militares. Finalmente já há números sobre quantos militares existem nas Forças Armadas. E agora todos os militares das fileiras dispõem de bilhete de identidade militar. Actualmente são levados a cabo outros trabalhos relacionados com a gestão de recursos humanos, nomeadamente ao nível da legislação. Prevê-se que sejam aplicadas regras sobre o pessoal, para a carreira militar, com a ideia de que após x anos de serviço militar as pessoas passem à reserva e depois à reforma. Criaram-se Grupos de Trabalho para analisar quantos militares podem passar à reserva e reforma, de forma a criar-se uma estrutura harmoniosa para levar esses militares para a reserva e reforma e, ao mesmo tempo, para dar início ao programa de Serviço Militar Obrigatório (SMO). No entanto permanecem alguns problemas, como a troca de identidades nos BIM (cerca de 5% de casos).

Antes de se definir os recursos há que definir as estruturas das Forças Armadas. Essas definições constam do “documento de estratégias”. Há que desenvolver trabalhos no MDN para definir perfeitamente tal estrutura, que poderá ser diferente daquele que hoje existe. Por isso, antes de iniciar qualquer tipo de reforma é necessário definir qual a estrutura que se pretende, que deverá ser auto-sustentável. Actualmente os militares estão velhos, a pirâmide de postos está invertida e há poucos jovens nas Forças Armadas. Está também a ser estudado processo de renovação das fileiras, passando pelo SMO (que constituirá cerca de 70% do pessoal). Mas há ainda que renovar a legislação.

No que diz respeito a infra-estruturas, para aquilo que deverá ser a futura estrutura das Forças Armadas, o que existe é desajustado. Existem quatro zonas militares e está previsto que a grande parte dos militares deixem Bissau e integrem as fileiras regionais. No entanto as infra-estruturas estão muito destruídas. É necessário fazer uma profunda remodelação. Não há água nem electricidade e a cozinha funciona a lenha. A estrutura das Forças

Armadas será mais leve. Há que identificar o que é para abandonar e aquilo que se destina a restauro. Existem actualmente muitos quartéis a mais. Já temos uma ideia sobre o destino a dar-lhes, e quais, se as autoridades guineenses nos perguntarem. No total existem 12 quartéis (três em Bissau) o que é demasiado. Talvez um ou dois fora de Bissau seja suficiente.

Quais as principais dificuldades exógenas (ou seja, estranhas à própria missão e às autoridades RGB) com que a missão se depara?

As dificuldades são: Casamança, embora ultimamente não tenha havido sobressaltos. Os atentados ao Presidente. A crise na Guiné-Conacry também afectou a estabilidade em Bissau. Os aguentas foram também um problema. Na altura do conflito foram usados para fazer segurança próxima ao Presidente Nino Vieira. Permaneceram na Guiné-Conacry enquanto Vieira esteve no exílio. Esta guarda pretoriana causou conflitos.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

São indissociáveis, são. Quando não há segurança determinadas valências, que poderiam proporcionar bem-estar, simplesmente desaparecem.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Sim. Devem estar intimamente ligados pois um depende do outro. Se a segurança não está omnipresente, se os cidadãos notarem, as pessoas estarão mais predispostas a aceitar a entrada de factores de estabilização para que seja um dado adquirido.

Entrevista, no âmbito do doutoramento em Relações Internacionais, ao ex-Ministro das Finanças da Guiné-Bissau, Sr. Filinto de Barros, no Gabinete da Cooperação com a UE, Bissau, em 30 de Janeiro de 2009.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

É muito lógico e uma coisa não tem sentido sem a outra. Cabral dizia que lutava para ter a independência da Guiné, mas em relação a coisas concretas. Em África o desenvolvimento é essencial para a estabilidade. Aqui na G-B a estabilidade materializava-se com o factor étnico. A balcanização deste país constitui um dos mais graves problemas. As pessoas acabam por se fechar no seu bairro, na sua aldeia, em pequenos grupos identificados pela sua etnia.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

O processo é intrínseco: um conceito inclui o outro e vice-versa. Como se estabiliza o país? Devido à extrema pobreza que atravessa o país, o processo tem que seguir pela via da ajuda externa. O guineense dispõe de menos de um dólar por dia para a sua sobrevivência, por isso a Comunidade Internacional tem de ajudar. Mas os processos de sustentabilidade são de muito difícil implementação. Os projectos de desenvolvimento têm de conviver com essa insegurança para que se possa lutar contra essa pobreza e instabilidade. Há que aceitar os riscos da insegurança. Estou em crer que ao subir o nível de desenvolvimento a insegurança irá seguramente diminuir.

A acção da Comunidade Internacional tem sido muito positiva. A relativa segurança da Guiné-Bissau é sem dúvida muito devida à acção da Comunidade Internacional. A CI acabou inclusive por anular alguns projectos de tomada do poder pelas armas. A Guiné-Conacry é um vívido exemplo de que a tomada do poder pelas armas não constitui salvação para um país.

Sobre a viabilidade da ONG Encontro

Sobre a viabilidade da ONG Encontro⁶⁵³ considero que será uma organização com futuro e cuja iniciativa é de louvar. O tempo de luta foi muito extenso e agora há que apoiar todas as iniciativas de reencontro de todos os que sofreram com a guerra, independentemente das convicções que os levaram para um lado ou para o outro. Há também que notar que todos estes anos levaram a movimentos de pessoas que acabaram por se encontrar na capital e sem condições de voltarem para o campo, para a sua terra de origem. Ora estas iniciativas, que se propõem criar algumas conduções de apoio aos antigos combatentes no interior, poderão ajudar à decisão das pessoas de voltarem à sua terra. Por enquanto as pessoas não querem voltar porque se o fizerem, se entregarem a arma e despirem a farda, ficam desamparadas e sem segurança. Por outro lado, se tiverem uma ocupação, um emprego, já não precisam de pensar na manutenção de uma arma.

Há que ver que após a descolonização se manteve a legislação existente, com adaptações mínimas, com o intuito de se criar uma evolução na continuidade. Mas depois a situação eternizou-se e, o que se verifica actualmente é que não existe ainda modernização e actualização das leis, com a subordinação do poder militar ao poder civil. O poder militar vem da luta de libertação mas deveríamos ter já evoluído. É um calcanhar de Aquiles até para o desenvolvimento de que a Guiné-Bissau tanto carece que um operacional, um militar da guerra de libertação, tenha comandamento sobre um intelectual, que o serve na modesta condição de assessor.

Considera que a situação, nesse aspecto, se agravou depois do ano de 2000?

⁶⁵³ Durante esta entrevista encontravam-se presentes o Embaixador Inácio Semedo e o Dr. Fernando Machado, membros da direcção da ONG Encontro, que se prepara para instalar a sua sede social em Bafatá. Esta associação pretende apoiar os combatentes do tempo da guerra de libertação, tanto os que lutaram nas fileiras do PAIGC como os do Exército Português.

Sim. O PAIGC era o núcleo que interpretava tudo. Os quadros do PAIGC detinham dois tipos de capacidades: a capacidade ideológica e a capacidade de formar combatentes. As novas gerações políticas acabaram por vir agora desfazer esses equilíbrios. ATÉ 1998 toda a gente tinha o seu salário e só depois surgiram os problemas de pagamentos, depois da guerra. A partir daí as finanças públicas passaram a ficar a espera dos dinheiros da Comunidade Internacional. Não se deve esquecer que, apesar de tudo, existem 2400 quadros excedentários do Estado que se encontram em casa a receber os seus salários. Este é um dado fidedigno de alguém que se encontra bem posicionado dentro do processo de reforma administrativa do estado. A demagogia estragou tudo [esta afirmação parece apontar erros legislativos como a lei que atribui aos descendentes o direito de herdar o título de “combatente da liberdade e da Pátria”]. No entanto, apesar de tudo, ainda acho que valeu a pena... Toda a actividade política hoje está mais esbatida e nota-se um retorno a identidades tribais, de que é exemplo o PRS, que se tem fechado na sua “concha tribal”.

Entrevista, no âmbito do doutoramento em Relações Internacionais, ao Ministro da Defesa da Guiné-Bissau, Sr. Eng^o. Artur Silva, no Restaurante Coimbra, Bissau, em 30 de Janeiro de 2009, pelas 21h30

[Em anterior encontro, um dia antes, no seu gabinete, o MDN afirmou que 3440 homens tinha sido o efectivo acordado, tanto pelo Ministério como pelo CEMGFA, para as novas Forças Armadas da RGB]

Existe um plano de reforma das Forças Armadas, contemplando a integração dos antigos combatentes na vida activa do país?

O plano existe. É o documento de enquadramento estratégico aprovado na mesa redonda de Outubro de 2006 – “Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e da Segurança – Documento de Estratégias”⁶⁵⁴.

⁶⁵⁴ Documento publicado pelo Comité Técnico do Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector de Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau, Outubro de 2006.

As actividades de Reforma do Sector de Segurança, conduzida pela RGB com o apoio da UE, são úteis e ajudam a prover este país com uma estrutura de segurança e defesa eficiente?

É importante para a Guiné-Bissau a Reforma do Sector de Segurança. Faz parte de um programa integrado com outros parceiros, entre os quais destaco a UNGOBIS, a CEDEAO e ainda países como Portugal, Angola, Brasil e Espanha.

A cooperação técnico-militar dos diversos países amigos tem contribuído para a reestruturação das Forças Armadas e de Segurança, incluindo o reequipamento, instalações e formação e treino dos militares?

A cooperação técnico-militar que existe na Guiné-Bissau é a portuguesa. No entanto está já prevista cooperação nesta área com o Brasil, que deverá arrancar talvez já em Março. Cerca de 10 a 15 militares e civis brasileiros virão instalar-se em Bissau, sendo peritos em áreas tão diversas como Engenharia militar e relações sociais. É, no entanto, difícil arranjar orçamento para equipamentos e o contributo da UE traduz-se essencialmente em aconselhamento e não em financiamento de reequipamento. Existe também a presença chinesa, que se traduz, no entanto, no apoio à reforma de equipamentos não militares.

Quais as principais carências das forças armadas e de segurança, às quais o novo governo atribui maior prioridade?

As carências são estruturais, tal como as necessidades em alojamentos para os militares, as casernas. Os aquartelamentos são obsoletos, e não dispõem das condições mínimas de habitabilidade. Foram essas as instalações que herdámos e onde desde logo instalámos a estrutura militar. Agora há necessidade de novas estruturas, de reformular as casernas e de as adaptar às necessidades das unidades que queremos para o futuro.

O planeamento das estruturas de segurança e defesa considera as responsabilidades da RGB para com a CEDEAO e a Força de Prontidão Africana (African stand-by Force) da União Africana?

Não. A reforma é apenas nacional. Antes da crise de 1998-99 a Guiné-Bissau participou nas operações de paz africanas. No entanto, agora há que dimensionar as Forças Armadas Guineenses à dimensão das suas próprias necessidades nacionais e não às necessidades regionais ou continentais.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Claro que concordo. É preciso estabelecer a missão das Forças Armadas e depois os militares deverão participar nos processos de desenvolvimento, nos aspectos humanitários, na recuperação de estradas, pontes, na produção de arroz, no fomento da saúde, etc.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Claro. Mas na Guiné-Bissau não há um plano nacional de segurança. Só depois de tal plano ser estabelecido é que se poderão definir as prioridades. Por exemplo, para de seguida se levar a cabo uma grande obra, como a de garantir uma cobertura geral de energia eléctrica à cidade de Bissau, o que poderá ser levado a efeito com o grande projecto da barragem do Saltinho.

Rectificação de alguns pontos, feita pelo Ministro da Defesa:

“Caro Senhor Luis Saraiva, Obrigado pela mensagem, da qual agradeço bastante, mas gostaria de dar algumas precisões sobre a entrevista concedida.

Relativamente a nota introdutória, o numero de 3440 homens refere-se ao quantitativo fixado no âmbito da reestruturação do sector da defesa (militares) e consta no documento de estratégia apresentada a Mesa Redonda de Doares realizada em Genebra em Novembro de 2006, na qual os parceiros acordaram apoiar a Guiné-Bissau no processo de reforma. Deste modo, o Ministério da defesa nacional e o estado maior general das forças armadas têm como referencia este número para efeito de trabalho de reestruturação do sector da defesa. De qualquer maneira, os números definitivos a iniciar o processo da reforma vai ser anunciado brevemente pelo governo. Ainda de igual modo devo confirmar que este número não inclui as forças de segurança onde estão inseridos os agentes de polícia de ordem pública, guarda nacional, serviços de informação de estado e polícia judiciária.

Quanto a cooperação técnico militar, uma pequena precisão relativa a UE, pois quando a não financiamento de equipamento, trata-se apenas da missão PESD que é apenas politica e de implementação de política de apoio ao processo da reforma. Tudo que é aquisição de bens e serviços no âmbito da reforma com a UE deve ser vista no quadro de cooperação a reforma do sector de segurança, projecto esse orçado em cerca de 8 milhões de Euros.

Ainda na cooperação técnico militar, a China apoia o nosso Pais no melhoramento das infra-estruturas militares, como por exemplo, as construções das casernas para a guarda presidencial, clube militar e casas dos oficiais militares, para além de, no âmbito social, apoiar a construção de um hospital militar para 200 camas, sendo 150 para internamento e as restantes para serviços. Em 2002/2003, a China também financiou a construção de 132 apartamentos em Bissau para os Antigos Combatentes.

Quanto a última questão, dei apenas o exemplo do sector energético, como uma área que deve ser vista no âmbito geral de desenvolvimento ligado intrinsecamente a segurança nacional. E neste particular a barragem de Saltinho constitui um desafio para a Guiné-Bissau na perspectiva de melhor o fornecimento deste produto básico para o seu desenvolvimento sobretudo para pequenas industrias a situar na zona sul do pais para a valorização e transformação dos produtos agrícolas.

Um abraço e ate breve, Artur Silva, MDN”

Entrevista com Dr. Guilherme Zeverino, da Cooperação portuguesa para o desenvolvimento – IPAD, no Bairro da Cooperação Portuguesa, Bissau, a 1 de Fevereiro (pelas 20h00).

Quais os principais actores internacionais presentes na RGB que se dediquem essencialmente a actividades relacionadas com projectos de desenvolvimento, de reorganização com vista à boa governação e de implementação de estruturas de defesa?

Se vamos pensar nos actores mais relevantes, há que ver que a RGB tem muito poucos doadores. O primeiro doador é a União Europeia e o maior doador bilateral é Portugal. Apesar de haver poucos doadores, têm surgido aqui algumas novas embaixadas. Outros actores relevantes são Angola, Espanha (até pela sua própria dimensão e pelo recente interesse por África) e França. Há outros actores que, embora relevantes também, não falam a “língua” da OCDE, da UE. Para além de importantes ONGs, neste caso tornaram-se também relevantes recentemente a China e a Líbia. Embora menos importantes localmente há também que referir um outro grupo de actores, onde se inclui a Rússia, já para não falar de vários países árabes.

Quais os actores internacionais que têm reconhecidamente atingido maior grau de sucesso na implementação de projectos?

Sem dúvida, em primeiro lugar a Comissão Europeia, acompanhada de outros actores, bilaterais, como é o caso, destacadíssimo, de Portugal. Pela negativa destaca-se, no entanto, a ONU.

A que se deve o sucesso desses projectos?

No caso da Comissão Europeia o sucesso deve-se ao papel estratégico que tem vindo a desempenhar. Desempenha um papel de relevo que diz respeito à construção de estradas, de pontes, etc., naquilo que podemos designar como intervenção “hardware”. No caso de

Portugal é de relevar o esforço que tem feito, agora de natureza “software”, quer dizer, não tanto pelo investimento e injeção de bens, mas mais pela ajuda na área de formação, aconselhamento e *lobbying* a favor da RGB. Há que notar, por outro lado, a existência de uma matriz muito forte comum aos dois países, no aspecto cultural, desportivo, social. Símbolos como Ronaldo, Benfica, Sporting, funcionam como fortes ligações entre os dois povos. A relação custo-eficácia dos projectos tem sido muito favorável a Portugal devido a esses factores.

Quais os principais obstáculos à reorganização do estado e à implementação de medidas governativas de melhoria da paz e bem-estar?

Aqui, o conceito de Estado é muito volátil. Portugal funciona quase como um advogado de defesa da Guiné-Bissau nos *fora* internacionais. Tem tido um importante papel de facilitador, relativamente à Guiné-Bissau. Neste aspecto tem ajudado a melhorar a eficácia da ajuda. Mais até do que no seu papel de cooperação para o desenvolvimento, no terreno. Este é um debate muito presente e actual, sobre o Estado da ajuda ao país. Num recente debate no Banco Africano os resultados relativos ao apoio à RGB foram negativos. Estas dificuldades têm muito a ver com a incapacidade do Estado da G-B de absorver os capitais para investimento que são disponibilizados pelos doadores, pela Comunidade Internacional.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Sim, de certa forma. Na G-B não há Estado ou quando muito, pode considerar-se que existe um Estado frágil, situação já assumida publicamente pelo país. Um dos principais problemas é a questão do desenvolvimento. Este país está muito dependente de outros e, apesar de ser um estado democrático, existem muitas variáveis que tornam difícil o sair da crise. Um dos processos que têm de ser implementados relaciona-se com o controlo democrático das Forças Armadas. É realmente impressionante que, tantos anos depois da independência, este país não tenha conseguido ainda avançar para um processo de

adaptação das suas leis que levem à boa governação e a uma subordinação do poder militar ao poder político, apoiado democraticamente. As elites políticas são ainda todas as que saíram dos quadros da luta pela independência, não havendo oportunidade para o refrescamento dos quadros. Há que dar oportunidades aos novos quadros para integrarem a política, cujo acesso lhes está vedado pelo *establishment*.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Sim, embora dependa da área de que estamos a falar. Do meu ponto de vista as prioridades absolutas são a educação e a saúde, incluindo o combate à pobreza. Neste país não há electricidade, não há água corrente, não há nada daquilo que deverá constituir o apoio às necessidades básicas das populações. No entanto, ninguém exige nada do Estado. Portanto, há que transformar as mentalidades. A própria sociedade civil não está preparada para exigir mais dos seus governantes. Por outro lado, no entanto, é de sublinhar que uma importante rede de solidariedade, inserida na própria cultura cívica tradicional deste povo, funciona bem e permite que as carências extremas provoquem ainda maior mal-estar social ou outros danos. Outro grave problema é não existir investimento privado neste país. O que existe é apenas residual, apoiado em alguns investidores mais determinados, com destaque para os portugueses. Para que possa acontecer é necessário tornar o país atractivo, o que se prevê como um longo e difícil projecto. Terá que se partir, primeiro, de uma estabilidade muito grande e, para isso, o país tem de ser responsabilizado. Quanto tempo tal processo demorará a ser implementado é uma incógnita; talvez cinco, dez anos. Nós, os peritos de desenvolvimento que trabalhamos no terreno, aconselhamos aos investidores, quando nos perguntam sobre oportunidades, sempre muita cautela, pois, a qualquer momento, pode desaparecer o investimento líquido. Isto porque não existe a capacidade do Estado de proteger esses investimentos. Pode mesmo dizer-se que, neste particular, não existe mesmo Estado. Qualquer funcionário das Finanças vai aparecer junto do investidor e exigir o seu quinhão pessoal, espoliando o investidor. O país não está ainda preparado para o investimento, portanto. No entanto, há que referir que existe, que continua a existir uma

grande atracção dos investidores pela G-B, embora pouco se passe da vontade de fazer. No entanto, já há alguns indicadores positivos concretos da vontade de investir, como o projecto de reabilitação da fábrica de tijolos de Bafatá ou do investimento turístico em Quinhamel.

Entrevista com Dr. Fernando Machado, Director da ONGD “Encontro”, Associação para a Cooperação com Países Africanos de Língua Portuguesa, realizada em Quinhamel, Guiné-Bissau, a 1 de Fevereiro de 2009.

Quais os objectivos e expectativas que existem relativamente à ONGD “Encontro”?

Esta ONG é reconhecida pelo Governo Português. Surgiu devido a ter sido identificada a necessidade, por um grupo de pessoas, de participação no processo de melhoramento das condições dos militares e ex-militares da Guiné-Bissau. Quando digo ex-militares estou a referir-me aos que serviram, durante a guerra colonial, tanto do lado do PAIGC como integrados no Exército Português. Esta ONG tem portanto como objectivo “dar uma mão” para qualquer um desses ex-combatentes que, de um lado ou de outro, participaram na guerra colonial. Dar-lhes a mão através de espaços concretos onde encontrem satisfação para as suas necessidades mais básicas. Isto é, apoio moral, apoio sanitário, apoio social. Obviamente que o apoio sanitário será o mais fácil, com um posto de enfermagem onde poderão beneficiar de tratamentos básicos, como vacinas, controlo médico, fornecimento de anti-palúdicos. Em suma, todos os problemas básicos e essenciais da medicina das doenças locais.

No aspecto social, tudo aquilo de que necessitem e que esta organização possa satisfazer. Costumo ilustrar esta situação dizendo que me repugna que um ex-militar do exército português, pelo facto de ter a nacionalidade guineense não consiga obter um simples visto para ir a Portugal, nem que seja temporário. Causa-me alguma repulsa mas também tristeza. Eu também tive o privilégio de ter sido combatente aqui na Guiné-Bissau, no Exército Português. Causa-me tristeza que os meus antigos camaradas, que tanto se

empenharam em bem servir na guerra – e sou testemunha disso –, não tenham visto para irem a Portugal visitarem familiares ou para terem uma consulta médica, ou mesmo para qualquer outra coisa. É uma imagem que eu utilizo, às vezes, para ilustrar esta situação, que gostava de ver ultrapassada. Também gostava que estas pessoas encontrassem um local que dignificasse o seu passado. Temos que ver que na Guiné-Bissau se encontram situações de pobreza extrema. Não sei se a fome os atinge, apesar de tal ser referido em análises estatísticas. Mas tenho dúvidas de que no interior da Guiné-Bissau haja fome. Neste local em que agora estamos a pensar instalar o apoio da “Encontro” pensámos que era necessário para que as pessoas possam ter os cuidados mínimos de higiene, onde inclusive possam tomar um banho com água corrente, um bem que quase não existe neste país. Provavelmente num país como Portugal ninguém estará sensibilizado para isto, mas aqui tem muito significado. Damos-lhes este espaço... aquilo que se chama um clube, normalmente um ponto de encontro, com umas revistas, umas refeições. Estou a referir-me aos antigos combatentes da guerra colonial, independentemente do exército que serviram. Para além disso há o problema dos actuais militares que excedem largamente as necessidades e as possibilidades da Guiné-Bissau para estarem nas suas fileiras. Há que os ajudar a saírem das fileiras militares e encontrarem uma nova vida na economia activa, na vida civil, o seu lugar. A ONGD “Encontro” procurará também através de acções de formação profissional, através de canalização de micro crédito e de outras acções, que a seu tempo serão identificadas como úteis, para encontrar soluções para estes excedentários das Forças Armadas.

Repare que as autoridades da Guiné-Bissau, tal como a Comunidade Internacional, vêm verificando há anos que há que reduzir o número de pessoas que “vegetam” numas casernas que pouco têm; não têm condições de alimentação, de higiene, e continuam a vegetar por essas casernas, com armas na mão. Ou seja, quando têm que reivindicar, fazem-no com as armas, porque são militares. Daí a instabilidade a que este país está permanentemente sujeito. Portanto gostaríamos de participar neste processo, de tirar das casernas todos aqueles que estão a mais, dar-lhes uma vida alternativa, ajudando-os “não lhes dando o peixe, mas sim a cana e ensinando-os a pescar”. Em suma, procuraremos encontrar-lhes um local com dignidade na vida civil de forma a passarem a ter uma participação activa na economia real.

Sabe que actualmente o grande obstáculo para uma “Reforma”, no sentido de “renovação”, do sector de segurança e defesa é não se saber o que fazer com esses militares que estão a mais, que são demasiado idosos, mas que fizeram o sacrifício da guerra. Merecem dignidade e, se simplesmente forem desmobilizados e enviados para casa, não terão condições para viverem. É este, portanto, um dos problemas sobre os quais a organização “Encontro” se debruça?

Exactamente. É tentar participar também nesse campo. O problema é que há vários projectos para tirar esses excedentários das Forças Armadas e transferi-los para a vida civil. Só que eles não acreditam no que lhes prometem. Estão com medo de aceitarem ir para casa e que depois os ignorem. Pois o Estado guineense perdeu credibilidade junto das populações. Estes militares estão sempre a pensar que se entregarem a sua arma e forem desmobilizados irão morrer de fome, sem poder para se imporem. Deixam de ter a farda, deixam de ser “poder”. Por isso não vão para casa, por não acreditarem também nas promessas do próprio Estado.

Portanto a “Retorno” pode ser parte da solução. E pode colaborar concretamente numa reforma real das Forças Armadas e de Segurança?

Pode colaborar, sim, de formas muito concretas. Será através destes processos mais pequenos (“projectos-piloto”) que isto se concretizará e que o processo irá para diante. Para já temos este primeiro passo, este projecto para a cidade de Bafatá. Se tiver sucesso poderão criar-se núcleos semelhantes noutras cidades deste país. Aos poucos ir-se-á concretizando esta rede de satisfação de necessidades – soluções a que a sociedade e o Estado guineenses há muitos anos aspiram. Não tem sido possível a sua concretização pois, por mais milhões de euros que se gastem em investigações e análises só será viável se as pessoas acreditarem que é possível, para além do imprescindível apoio das autoridades locais, tanto nacionais como do interior.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Vou responder com uma charada: O que é que apareceu primeiro? O ovo ou a galinha? Muita gente diz que não sabe identificar qual é a primeira prioridade. Na minha opinião, se calhar têm de ser concorrentes no tempo e ir aparecendo e desenvolvendo-se em simultâneo, de forma coordenada.

São, exactamente, duas realidades que não podem aparecer dissociadas. Não se pode falar de desenvolvimento sem referir as questões de segurança e não podemos falar de segurança sem referir o desenvolvimento.

Mas, na sua opinião, o que poderá ajudar a lançar o processo de criação de bem-estar e riqueza e de segurança na Guiné-Bissau? Primeiro, criar uma matriz de segurança e depois, com as pessoas a sentirem-se seguras, começam então a desenvolver-se economicamente, através de processos tímidos, de início, como o pequeno comércio, lançando pequenos projectos de desenvolvimento económico e, a partir daí se criará segurança, naturalmente'?

É muito difícil responder à questão. Apesar de todas as dúvidas que estou a levantar, afigura-se-me que, apesar de tudo, é preciso começar com a segurança. Porque todo o pequeno comerciante, todo o investidor (pequeno ou grande) sentem-se ameaçados no seu investimento. Não está livre de que apareça uma autoridade, seja do Ministério das Finanças, seja de outro qualquer, a exercer o seu poder e, de um dia para o outro, vá espoliar o comerciante de tudo aquilo que ele esteve a criar e afazer. Este é o sentimento de todo a gente na Guiné-Bissau. Enquanto não houver regras eficazes e enquanto uma pessoa continuar a pensar que a qualquer momento lhe poderão levar o que é seu, não haverá investimento. Enquanto durar o abuso de poder não haverá a promoção do desenvolvimento, excepto no que diz respeito à economia subterrânea, paralela.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Exactamente. Tem que haver segurança, as pessoas têm que saber aquilo com que podem contar. Não podem estar sujeitas a uma espoliação feitas por fiscais dos impostos, dos funcionários das alfândegas, etc. Toda a gente sabe que, quando estes agentes aparecem, vêm em busca de uma negociação cujo lucro vai cair no seu próprio bolso. Atemorizam as pessoas: “O senhor tem que pagar 30 milhões!” A pessoa, atemorizada, acaba por aceitar pagar um décimo daquele valor, directamente para o bolso do corruptor. E o Estado não recebe nada. Tem que se ultrapassar isto e não vejo que seja tarefa fácil para os governantes da Guiné-Bissau conseguirem limpar este *modus operandi*, este ciclo vicioso.

Uma estrutura de segurança implementada com eficácia permitiria anular isto, sem dúvida.

Entrevista com Embaixador Inácio Semedo Júnior, diplomata guineense jubilado, membro da direcção da ONG “Encontro”, realizada em Bissau, 30 de Janeiro de 2009.

Como é que as organizações internacionais, as não-governamentais e outras instituições têm contribuído, nos últimos anos (após a crise de 1998-99) para restabelecimento das conduções de bem-estar e segurança da RGB?

Permita-me que faça uma pequena abordagem da história da Guiné-Bissau. Parecia que o país, depois da independência, seria um modelo para as outras ex-colónias portuguesas. Havia quadros de relevo, com muito boa formação. Foi identificado um elenco inicial de 16 ministros e secretários de estado, escolhidos com cuidado. Também foi estabelecido um programa de governo, com objectivos concretos. Infelizmente ocorreu o conflito fratricida de 1998-99 em que a Guiné-Bissau teve a parte negra da sua História. O conflito nasceu do

problema do tráfico de armas para Casamança. Isto podia até ter algum significado, pois a Guiné-Bissau tinha feito a luta [contra o colonialismo] armada com o apoio logístico dos vizinhos. O Senegal só deixava passar os resistentes para fins humanitários, ou seja, só passavam doentes ou então crianças para irem à escola. Tratavam-se de crianças que não tinham famílias e que levávamos para o outro lado da fronteira, para que fossem cuidadas. Tarranga era a zona balnear pela qual Luís Cabral era responsável. Tínhamos dividido a Guiné em três regiões, zona Norte, zona Leste (Medina do Boé) e zona Sul. O Norte estava sob a alçada de Luís Cabral (que vivia em Dakar). Tinha como Comandante Osvaldo Vieira (irmão de Nino). No Leste estava Aristides Pereira (que depois seria Presidente de Cabo Verde). A zona Sul tinha Amílcar e Nino. Do Sul vinha todo o armamento (pelo “caminho da liberdade”).

Foi aqui que nasceu alguma simpatia e laços históricos (troca com franceses). França cedeu Cassine, no Sul, o “celeiro da Guiné-Bissau. Os de Casamança são de Canchungo (ex-Teixeira Pinto). Cacheu é a capital. Foi aqui que nasceu essa simpatia. Começaram a reivindicar autonomia dentro do Senegal. Nas acções de guerrilha precisavam de armamento que veio de Portugal. O negócio tornou-se mais intenso, inclusive com produção de canabis. Nino tentou envolver o Brigadeiro Ansumane Mané. Este pediu para ser ouvido, afirmando que Nino é que teria dado ordens para fornecimento de armas aos rebeldes de Casamança. Nino não gostou e demitiu Mané. Este não gostou, não por ter sido exonerado, mas porque o seu bom-nome estava em causa. Começou aqui o desentendimento. Mané não acatou as ordens e assim começou a guerra. Arturo Ferrazetta, bispo de Bissau, assumiu a responsabilidade pela protecção de Bissau. Humberto Gomes era o Chefe de Estado-maior na altura; avançou com um grupo mas não teve sucesso.

E, 10 anos depois, o que se fez já?

É preciso saber o que o país quer construir. Por exemplo, desenvolvimento social, educação e saúde. Portugal é um parceiro privilegiado da Guiné-Bissau, pois o seu apoio é necessário. No entanto, os guineenses têm de dizer a Portugal o que pretendem deste país. Por exemplo, Portugal tem 10% da sua população nas escolas. Podem apoiar-nos nisso. De Portugal, portanto, queremos apoio na saúde e na educação, em geral. Posso dar um

exemplo desse compromisso: Portugal disse que enviaria 220 professores. Depois, 35 médicos, essencialmente para a capital. Permaneceria assim uma forte presença de Portugal, no apoio ao desenvolvimento. Tudo isto se passou quando eu era Director-geral da Cooperação, nos primeiros anos do início da cooperação de Portugal com a Guiné. Eu tinha ligação directa ao Primeiro-ministro, na altura e dispunha de um grau de autonomia que nem os ministros dispunham. O meu interlocutor português era o embaixador Matos Parreira. Este acabou por me afirmar que Portugal tinha dificuldades em enviar mais médicos e professores (e o número destes na Guiné-Bissau começou mesmo a diminuir). Seis milhões de dólares foi o contributo de Portugal, naquela altura, para artigos de primeira necessidade, para os “armazéns do povo”.

É preferível mandar mais médicos para a Guiné-Bissau. Estou consciente que Portugal também tem problemas financeiros. No entanto foi-me dito que seriam contactados, por Portugal, médicos nórdicos. Mas estes também têm dificuldades. Portugal quer ajudar-nos pois tem deveres históricos para com as ex-colónias. No entanto tem dificuldades em acudir-nos. No que diz respeito a ideia de enviar médicos, tinha sido prometido que Portugal lhes pagaria os salários e nós dávamos o resto, incluindo alojamento. Planeou-se uma cooperação triangular, relativamente aos médicos, devido às dificuldades de Portugal, sozinho, suportar tal encargo. A Holanda financiava, Portugal dava os médicos. Também o governo sueco apoiou com uma verba de 12 milhões de dólares. Por outro lado, a Holanda apoiou também o desenvolvimento, propondo a instalação de uma fábrica de açúcar. No entanto seria necessário, antes, a realização de um estudo de viabilidade económica. Relativamente ao porto de Bissau, contratámos uma empresa italiana, Associated Business, para fazer um estudo de recuperação e modernização, que custou 750 mil dólares. Se a Guiné-Bissau aprovasse esse estudo e entregasse a obra a essa empresa, então esse custo seria deduzido do total. Como não se avançou, perdemos essa quantia. Apesar de tudo, em 1998 já muita coisa estava a andar, no terreno, para a modernização do país.

A 14 de Novembro de 1980 Luís Cabral toma o poder. Depois de Nino começou o retrocesso. A Guiné já produzia leite, mobílias. Havia a fábrica da SOCOTRAM. A Suécia tinha enviado 60 a 80 técnicos. As coisas funcionavam. Depois de Nino tomar o poder passámos a ter um governo de “amiguismo”. A cultura étnica começou a impor-se, o

espírito tribal voltou. Faziam-se reuniões com os chefes de tabancas e negociava-se o voto. Foram assim gastos nas eleições cerca de cinco milhões de dólares, dizia-se.

Depois do conflito de 1998-99 assistiu-se à chegada de muitas ONGs. No entanto faltam todos os artigos básicos para a medicina, por exemplo. Hoje, na verdade, que mais faz o que é necessário são as ONGs. É de sublinhar que, actualmente, a Suécia parou a ajuda humanitária e se retirou da Guiné-Bissau. Permanecem cá, no entanto, cerca de 30 ONGs.

Que apoios são necessários para a integração social dos antigos combatentes e dos militares mais idosos que permanecem nas fileiras por não terem recursos para sobrevivência, se desmobilizados?

Apoios para a integração social, principalmente. Não existe quase nada, por isso os mais velhos não abandonam os quartéis. Temos por obrigação de fazer o levantamento dos militares que combateram pela liberdade. Só depois é que podem ser enquadrados num programa de apoio para a integração social. Agora, ao preparar este sistema, não se poderá vir dizer que os filhos dos combatentes são combatentes. Tal é ilógico. Actualmente poderão calcular-se os antigos combatentes em 3.500 a 4.000 e não os mais de 7.000 que estão contabilizados.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Sem dúvida. Duas das condições fundamentais para o desenvolvimento do país são a segurança e a estabilidade. Actualmente aqui ninguém investe pois “só se vende droga e matam gente na rua”, imagens que repelem os investidores.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Sem uma estabilização de segurança não há possibilidades de desenvolver nada neste país. As Forças Armadas e a Polícia deveriam ter por missão proteger a população e, no entanto, é no seio destas instituições que se encontram os culpados do narcotráfico. Dentro em breve regressará ao país alguém muito comprometido com este flagelo da Guiné-Bissau, o que não é animador.

Conferência de Imprensa do Director do CPCC, SGC da UE, realizada no Hotel 24 de Setembro (sede provisória da missão UE RSS Guiné-Bissau), em Bissau, em 30 de Janeiro de 2009

Director CPCC⁶⁵⁵, Sr. Kees Klompenhouwer, começou por fazer uma súpula da sua visita à Guiné-Bissau. Como falou em francês, a conferência de imprensa teve de ser interrompida logo no seu início, enquanto se aguardava a chegada de uma tradutora.

Afirmou haver condições para se avançar com o processo de RSS, tendo em conta a situação do país. Confirmou que a UE está em condições de ajudar a G-B neste domínio, em conjunto com outros parceiros, para levar a cabo a reestruturação do Projecto nacional. Pretende-se abrir a porta a um exército moderno, com mais capacidade, para além do apoio nas áreas das polícias e justiça.

Pergunta: Qual a preocupação das vossas autoridades com esta visita?

Resposta: A preocupação principal do governo é a questão da reforma, ou seja, da passagem à disponibilidade do pessoal com mais idade e que, actualmente, não tem um papel activo nas Forças Armadas. O governo procura uma forma digna e aceitável para as pessoas para levar a cabo este desiderato e a UE está a colaborar com as autoridades para ajudar a levar isto a cabo.

⁶⁵⁵ O Director do CPCC é também o Comandante das operações civis da UE.

Pergunta: Haverá possibilidade de prolongar a missão em Bissau?

Resposta: Essas possibilidades deverão ser decididas pelo Comité Político e de Segurança (COPS) da UE.

Pergunta: O que é preciso fazer para que a missão continue?

Resposta: Inicialmente o mais importante será o empenhamento do Governo da RGB. Não apenas com declarações mas com o apoio concreto à continuação da missão.

Pergunta: em que consiste o plano para continuação da RSS?

Resposta: A vontade do Governo é a primeira prioridade. Só depois aflorará a vontade dos Estados-membros da UE de apoiarem a prossecução da missão. Sobre estes fundamentos procuraremos elaborar planos, trabalhando com o Governo. Iremos trazer para o processo um apoio técnico para desenvolver esse plano.

Pergunta: A UE já identificou os quantitativos dos militares que serão desmobilizados?

Resposta: A decisão é tanto técnica como política. Será o governo a transmitir o número de militares a desmobilizar e será sobre essa base que iremos trabalhar. Equipamentos modernos, técnicas modernas, efectivos mais pequenos e mais eficazes: tudo isto será feito a partir de decisões do Governo.

Pergunta: A União Europeia sente que o País tem capacidade para fazer a Reforma do Sector de Segurança?

Resposta: Sim, as condições existem. O partido do Governo dispõe de uma larga maioria no Parlamento e portanto o Parlamento deverá apoiar estes planos. [General Vérastegui interveio para sublinhar que estas condições aconteciam num momento considerado

histórico]. O trabalho técnico deverá ser feito por etapas, com planos realistas que possam ser sustentados pelo próprio país, a partir de aconselhamento técnico realista.

Entrevista com Coronel Nogueira, adido militar em Bissau, realizada na embaixada de Portugal, a 30 de Janeiro de 2009.

(Não citável, apenas para análise quantitativa anónima)

Quais os principais programas em curso e as principais objectivos já alcançados?

Estão em execução três projectos, actualmente: O Projecto n.º.2, para a Marinha de Guerra, debruçando-se essencialmente sobre a recuperação e manutenção das lanchas; o Projecto n.º.4 para as transmissões militares; e o Projecto n.º.5, sobre Engenharia Militar, debruçando-se essencialmente sobre a recuperação do Quartel de Kumeré. Esta é uma instalação cobiçada por muitos. É natural que haja o perigo de algum país ou organização em cooperação bilateral tentar sonegar este projecto a Portugal, quando estiver na fase final de remodelação, para “ficar com os louros”. Por isso é essencial que Portugal esteja atento e conclua com êxito esse projecto. A CEDEAO, a FR ou mesmo a ONU podem vir ultimar a obra e dizer que foi trabalho deles. Há que não perder essa oportunidade. Há que ter muito cuidado com isso. Portugal tem investido cerca de 150.000 euros por ano nesse projecto.

Até 1998 havia aqui projectos do Serviço de material, relacionado com o levantamento de uma oficina automóvel. Só está no papel, por enquanto. Está cá um Sargento português no âmbito do Serviço de Material. Mas o conflito de 1998 destruiu a oficina.

O projecto n.º. 1 vai ver agora a luz do dia, com a chegada do Coronel Coutinho Rodrigues, para assessor do Ministro de Defesa.

O REUE está ao corrente das actividades de cooperação militar de Portugal com a RGB? Exerce algum tipo de coordenação?

A UE está ciente dos nossos projectos de recuperação. Portugal colabora na missão RSS. Há que sublinhar que a UE não tem nenhum tipo de colaboração com a RGB, para além da missão RSS. No entanto, comparando com aquilo que gasta aqui, com alguns “trocos” apenas pagar-se-ia o salário de todos os militares que se deverão reformar, no processo de modernização das Forças Armadas. Bastariam 20 milhões de Euros.

A cooperação bilateral militar portuguesa coordena as suas actividades com outros actores, locais, estrangeiros ou internacionais?

Coordena apenas com as autoridades da RGB. Se existem centros de coordenação em Portugal, onde se dêem directivas políticas, não sei. Mas há que dizer que é uma cretinice da ONU pretender lançar aqui uma missão, como parece que vão fazer, quando já aqui se encontra em acção uma missão da UE, onde se aplicou 184 milhões de dólares. Esta missão dá para todos. O que se passa? Em África quem deve mandar são os africanos, e cada vez mais querem mandar não africanos.

A missão PESD tem dois problemas: precisa do beneplácito da CEDEAO e, tendo-o, precisa que não haja países europeus a interferir. As gentes que trabalham dentro das NU preferem boicotar a missão ONU se isso não interessar ao seu próprio país.

Sobre os guineenses, acabamos por verificar que as promessas de financiamento do Brasil e da Nigéria acabam por não se verificar.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Claro. Os investidores mundiais não vão investir seja o que for se não tiverem garantias; quando têm dúvidas sobre a segurança do seu investimento, retraem-se.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Claro. O motivo é aquele que acabei de referir. Aproveito para dizer que a Líbia tem um projecto de investimento para este país que proximamente terá concretização na implantação de três unidades fabris. É também de referir o grande projecto do porto de Buba, para escoamento de produtos como a bauxite, do Sul da Guiné-Bissau e também da Guiné-Conacry. Este será o maior projecto de porto de águas profundas da região.

Capítulo 3 – Plano de entrevistas a realizar

1. Na Guiné-Bissau (entrevistas planeadas inicialmente, mas ainda não concretizadas)

- **Representante da CEDEAO**
- **Escritório da ONU (UNOGBIS), Sr. Shola Omoregie, Representante**
- **Representação da UE, REUE**
- **Emb. Alemanha, Angola, Brasil, Espanha**
- **Ministério da Economia**
- **Cooperação bilateral (França, Espanha, Brasil, Angola?)**
- **Cooperação multilateral (Comissão Europeia, ONU, Brenton Woods, etc.)**
- **PNUD (Sra. Giuseppina Mazza)**
- **EMGFA da RGB**

2. Em Portugal

- **Dr. Luís Castelo Branco**
- **Dr. Manuel de Jesus (Vice-Presidente do IPAD, Guiné-Bissau)**
- **Dra. Paula Pereira (IPAD, Segurança-Desenvolvimento)**
- **Dr. Álvaro Nóbrega (ISCSP)**

3. Nas Instituições Europeias

- **Major-General Pierre-Michel Joana (Conselheiro Especial de Javier Solana para África)**
- **Dra. Alda Reis (DGE VIII – Secretariado-geral do Conselho, questões de Segurança e Defesa)**

- **Comissão Europeia** (Responsável pelo Estudo nexos Segurança-Desenvolvimento)

Conclusões – Primeiras Impressões

1. As entrevistas foram conduzidas atendendo à especificidade de cada entrevistado, no que diz respeito ao seu “background”, nacionalidade, experiência, conhecimentos e funções. No entanto, todos foram confrontados com o mesmo par de perguntas, feitas após as perguntas específicas de cada entrevista. Esse par de perguntas pretendia identificar a sensibilidade dos entrevistados para o nexo entre segurança e desenvolvimento.
2. Todos os entrevistados confirmaram uma forte interdependência entre Segurança e Desenvolvimento, embora seja necessário despistar as diferentes interpretações destes dois conceitos.
3. Parece haver uma consciência forte da necessidade de uma intervenção “musculada”, seja da Comunidade Internacional, seja do actual governo (sobre o qual recaem elevadas expectativas), que implemente um sistema que garanta, inicialmente, segurança humana, que dê garantias de estabilidade para o lançamento de estruturas económicas, de saúde e de educação.
4. Parece que o papel do ex-colonizador continua a ser relevado, tanto por parte das populações, como por parte de personalidades guineenses. Relativamente a estes identificaram-se duas abordagens: primeira, o apelo à responsabilidade de Portugal de ajudar a relançar a RGB; segunda, a ligação à cultura lusófona e a identificação com Portugal constitui um factor de identificação positiva e fonte de esperança.

Anexo B

Relatório n.º 2

II Série de Entrevistas

B.1. Introdução

Esta segunda série de entrevistas, que se segue às já conduzidas localmente na Guiné-Bissau (Janeiro/Fevereiro 2009), visa recolher as opiniões e experiências de responsáveis ou peritos, tanto portugueses como estrangeiros, pelas áreas de segurança e defesa e de desenvolvimento, em Portugal e nas sedes das instituições relevantes para o estudo. Assim pretende-se essencialmente estabelecer a ligação com peritos de duas instituições portuguesas relevantes para o estudo do nexo segurança-desenvolvimento, o IPAD e a DGPDN, e ainda com o meio académico. Na mesma ordem de ideias serão entrevistados responsáveis de instituições, como por exemplo em Bruxelas.⁶⁵⁶ Os entrevistados serão responsáveis ligados às instituições que se debruçam sobre as duas áreas em estudo, fazendo parte dos seus quadros. Um outro tipo de entrevistados caracterizar-se-á pela experiência anterior adquirida, “no campo”, em projectos de segurança e desenvolvimento.

⁶⁵⁶ Procurei também estabelecer contactos com a OCDE e a ONU para o mesmo fim.

Este bloco de entrevistas divide-se assim, geograficamente, entre Portugal e Bélgica (e possivelmente outras localizações), subdividindo-se nos campos do desenvolvimento e de segurança (acepção genérica).

Após este segundo bloco de entrevistas concluir-se-á a actual fase da pesquisa com um terceiro bloco, a ser conduzido de novo na Guiné-Bissau, possivelmente durante as eleições presidenciais (previstas para 28 de Junho próximo). A abordagem será semelhante à dos dois blocos de entrevistas anteriores: um conjunto de perguntas especificamente dirigidas à experiência ou funções do entrevistado, completado por um par de perguntas que são comuns a todas as entrevistas.

B.2. Em Portugal

Área de Desenvolvimento

- **Prof. Doutor Luís Castelo Branco** (IPAD, Av. Liberdade, 192, 1.º, 1250-147 Lisboa, luís.branco@ipad.mne.gov.pt, Tel. 00351 213176700)
- (1) Que iniciativas do IPAD têm demonstrado a relevância donexo entre segurança e desenvolvimento?
 - (2) Qual o empenhamento do IPAD nos projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau?
 - (3) Na sua perspectiva, quais os principais actores internacionais presentes na RGB que se dediquem essencialmente a actividades relacionadas com projectos de desenvolvimento, de reorganização com vista à boa governação e de implementação de estruturas de segurança e defesa, e cujas actividades tenham tido relevância?
 - (4) Quais os actores internacionais que têm reconhecidamente atingido maior grau de sucesso na implementação de projectos?
 - (5) A que se deve o sucesso desses projectos?

- (6) Quais os principais obstáculos à reorganização do estado e à implementação de medidas governativas de melhoria da paz e bem-estar?
- (7) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (8) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Respostas

1. Um dos principais eixos da intervenção da Cooperação Portuguesa (CP) na GB é a Boa Governação, Participação e Democracia. Neste Eixo, uma das áreas prioritárias é o Apoio à Administração do Estado. Neste sentido, o bom funcionamento das instituições do Estado assume especial importância no combate à pobreza absoluta, objectivo primordial quer da intervenção da CP, quer das autoridades da GB.

Nos últimos anos, a Guiné-Bissau tem sido confrontada com a crescente utilização do seu território pelas redes internacionais de tráfico de droga. Conscientes desta situação, as autoridades guineenses apresentaram, em Agosto de 2007, um Plano de Emergência de Combate ao Narcotráfico, o qual, para ser implementado, necessita de uma intervenção coordenada a nível interno e externo. Portugal foi, desde o primeiro momento, um dos principais apoiantes desta iniciativa consciente que a crescente insegurança no país era um obstáculo à implementação das estratégias de desenvolvimento.

Para além da mobilização de apoios financeiros ao Plano, a CP pretendeu interligar esta intervenção com outras áreas essenciais, nomeadamente a Justiça nas suas diferentes vertentes.

2. Portugal é o maior parceiro bilateral da Guiné-bissau. Esta situação é bem visível ao longo dos anos e no conjunto de intervenções que abrangem os mais variados sectores. Veja-se a título informativo a lista da APD e o ranking dos doadores expressa pelo CAD/OCDE.

A GB é um claro caso de estado órfão da comunidade internacional, sendo que Portugal tem sido dos poucos parceiros internacionais que nunca abandonaram o apoio ao país, mesmo nos períodos de maior instabilidade política e militar.

Sobre este ponto, veja-se o texto do actual PIC Portugal – Guiné-Bissau disponível no site do IPAD.

http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=279&Itemid=249

3. Sobre esta questão veja-se o texto do PIC, onde na página 28 existe informação sobre os projectos dos outros doadores no terreno. Esta informação está ligeiramente desactualizada devido ao crescente protagonismo da Espanha. Em relação a este último país, e caso haja necessidade, poderá ser facultada posteriormente maior informação.

4. Relativamente aos outros doadores há que fazer algumas distinções:

- Existem alguns que só estão presentes no terreno devido às antigas ligações ideológicas (Cuba e Rússia) e cuja presença nos programas de desenvolvimento tem vindo a diminuir. O caso de Cuba é curioso devido à sua presença na área da saúde, com a presença de médicos e de formação. É de prever a diminuição deste tipo de parceiros.

- Existem várias organizações multilaterais, com destaque para a ONU e União Europeia, que apesar dos montantes que envolvem na sua ajuda, a rigidez nos seus procedimentos e estruturas demasiado burocrática, nomeadamente no caso da ONU; fazem com os efeitos da sua intervenção por vezes se percam.

- Existem doadores bilaterais, Portugal, Espanha e França, com forte capacidade financeira e/ou técnica de intervenção. Estes doadores, sendo estados membros da EU, deveriam ter intervenções complementares ou pelo menos concertadas (no espírito do Código de Conduta e Divisão de trabalho)⁶⁵⁷ o que nem sempre acontece devido aos objectivos das suas políticas externas.

⁶⁵⁷ Seria curioso para efeitos do trabalho, ver os princípios teóricos destes dois documentos da UE e a sua (não) aplicação na GB.

- Finalmente existe o caso da China e de Angola, cuja intervenção é muito particular. Ambos os países têm um crescente papel no país fruto da sua capacidade económica. Porém, os apoios concedidos não se inserem propriamente numa lógica de apoio ao desenvolvimento, mas sim numa clara manifestação da sua política externa. Esta constatação explica o motivo pelo qual é tão difícil enquadrar estes dois actores em estratégias de intervenção comuns de doadores no espírito da Declaração de Paria sobre a Eficácia da Ajuda o, mais recentemente, na Agenda de Acção de Acra. Um dos objectivos essenciais da China foi o de, através de recursos financeiros, fazer com que a GB deixasse de reconhecer Taiwan. Angola move-se numa lógica de afirmação do seu poder, quer em termos africanos, quer em termos da CPLP.

5-6. Face ao que foi referido anteriormente, podemos afirmar que a maior eficácia, do ponto de vista da GB, vem dos projectos financiados pela China e Angola, pois não tem requisitos de boa governação associados. Porém, a sua existência permite que sejam apoiados projectos governamentais apesar de alguns requisitos propostos pela Comunidade Internacional nem sempre serem cumpridos. É difícil promover algumas boas praticas internacionais ao nível do desenvolvimento, se existem doadores que não aceitam ou cumprem esses princípios.

7-8. Sem a obtenção de garantias de estabilidade e de segurança, não é possível avançar com projectos de desenvolvimento estruturantes que são essenciais para a melhoria das condições de vida das populações. Por outro lado, se foram criadas essas condições poder-se á atrair outro tipo de apoios para o país, nomeadamente ao nível do sector privado e na criação de condições para a entrada do Investimento Directo Estrangeiro, essencial para a criação de emprego no país.

- **Dr. Manuel de Jesus** (Vice-Presidente do IPAD, dossier Guiné-Bissau, manuel.jesus@ipad.mne.gov.pt)

(1) A nível nacional como é feita a coordenação entre as diversas actividades de cooperação bilateral de Portugal com a Guiné-Bissau?

- (2) São procuradas sinergias entre as iniciativas portuguesas de cooperação para o desenvolvimento e a cooperação bilateral militar?
- (3) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Dra. Inês de Carvalho Rosa** (Vice-Presidente IPAD, ines.rosa@ipad.mne.gov.pt)

- (1) A nível nacional como é feita a coordenação entre as diversas actividades de cooperação bilateral de Portugal com países terceiros, com destaque para os PALOP?
- (2) São procuradas sinergias entre as iniciativas portuguesas de cooperação para o desenvolvimento e a cooperação bilateral militar?
- (3) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Dra. Paula Pereira** (IPAD; acompanha na Comissão Europeia, como perito nacional, o Plano de Acção do Nexo Segurança-Desenvolvimento, paula.pereira@ipad.mne.gov.pt).

- (1) Qual a sua opinião sobre a iniciativa da Presidência do Conselho da União Europeia de organizar um plano de acção para o fomento do nexos entre segurança e desenvolvimento?
- (2) Quais os resultados já notados nesses trabalhos? Realçam as vantagens da coordenação entre os dois tipos de actividade?

(3) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

(4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

• **Prof. Doutor Álvaro Nóbrega** (ISCSP, anobrega@iscsp.utl.pt)

(1) Considera que os problemas da Guiné-Bissau se situam mais ao nível do subdesenvolvimento ou da insegurança?

(2) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

(3) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

(4) Considera que os problemas da Guiné-Bissau se situam mais ao nível do subdesenvolvimento ou da insegurança?

Respostas

No mar de problemas que afecta a Guiné-Bissau, não atribuo maior grau de responsabilidade quer ao *subdesenvolvimento* quer à *insegurança*. Julgo que são ambas faces de um mesmo cubo, sendo tanto causas como sintomas de um processo complexo e repleto de vicissitudes que é a construção do Estado na Guiné-Bissau.

A compreensão dos problemas que entravam tal processo, leva-me a olhar para realidade sociocultural guineense na procura de respostas, sobretudo, no que diz respeito à cultura política vigente e o seu contributo quer para o *subdesenvolvimento* quer para o conflito, de onde decorre a *insegurança*. Nesse campo, atribuo grande importância à luta intensa pelo poder em que se envolve a elite política guineense. É uma luta que decorre da fragmentação da sociedade guineense e coloca diferentes grupos em competição feroz pelo

acesso aos recursos do Estado. Estar próximo do poder ou distante deste significa a diferença entre uma vida confortável e outra com dificuldades. O sector privado é incipiente, os cargos nas organizações internacionais presentes no país são limitados, pelo que não existem alternativas de rendimento que não passem pelo aparelho de Estado ou pelas actividades ilícitas, como o tráfico de droga. Falta na Guiné o que designo por *instituições amortecedoras*, como os bancos, fundações e institutos que, nos países ocidentais, tomam a responsabilidade de pacificar o sistema, acolhendo a elite política nos tempos de derrota eleitoral.

Pode então concluir-se que **esta luta pelo poder é uma consequência directa do subdesenvolvimento**. Nesse sentido, se a sociedade fosse mais próspera, a luta não seria tão cruenta já que a segurança económica da elite política não seria posta em causa. Todavia, a complexidade da realidade guineense obriga a que se veja, igualmente, este problema do ângulo oposto. Na Guiné, a imagem do poder é indissociável da riqueza e da sua ostentação, num contexto em que o enriquecimento em funções públicas, pela apropriação privada de bens e de capitais públicos, é considerado normal. A pressão a que estão sujeitos os políticos para obter fundos para si e para assegurar o apoio das redes familiares e de apoiantes que deles dependem não é pequena. Recusar, por exemplo, um favor a um parente pode ser entendido como um comportamento *mofino* (má vontade deliberada), o que acarreta um prejuízo para a sua imagem pública. A necessidade de preservar a imagem choca, por isso, com as boas práticas recomendadas pela comunidade internacional. Tudo conduz a que as elites exerçam uma forte pressão sobre as finanças públicas, fazendo minguar a porção de recursos disponíveis para as tarefas de desenvolvimento. Assim sendo, a **luta pelo poder é também ela própria uma causa do subdesenvolvimento** já que absorve toda a atenção da elite política e consome os recursos nacionais.

Por aqui se vê que o subdesenvolvimento guineense tem causas múltiplas e não reside exclusivamente no problema da segurança. Adicionalmente, quando se fala na insegurança guineense, deve entender-se que esta resulta acima de tudo do papel político dos militares. Com efeito, apesar do aumento da criminalidade urbana e do preocupante fenómeno do tráfico de estupefacientes, os níveis de insegurança não são dos mais elevados no contexto

africano. A violência política, apesar dos recentes episódios, não impede o exercício da oposição nem a liberdade de imprensa. No entanto, a questão militar é preocupante e causa alarme. Os militares pagaram com sangue o preço da luta pelo poder e não dão garantias de isenção em matéria política. Verdadeiramente, a elite militar é, na Guiné, um prolongamento da elite política. Nesse contexto, o poder militar não é neutral, tomando posição activa nas batalhas políticas. Na actual conjuntura, a hegemonia dos Balantas nas forças armadas é assinalável e isso faz com que as facções políticas dessa origem étnica procurem usar esse facto em seu benefício. Naturalmente que isto cria um clima de insegurança, sobretudo quando o poder não tem maioritariamente essa ligação étnica.

Concluo, referindo o problema do peso excessivo das forças armadas face à capacidade financeira do Estado guineense. A dimensão desproporcionada, em relação aos recursos disponíveis, é um fardo pesado para o tesouro guineense que tem de desviar de outros sectores os fundos para pagar a umas forças armadas em que os oficiais e sargentos são muitos, e os soldados poucos. As dificuldades de tesouraria são elas próprias geradoras de insegurança já que elevam o grau de descontentamento militar, e o motiva para a rebelião. Em 2004, a rebelião que levou ao assassinato do General Seabra, foi estimulada pelo atraso nos pagamentos ao batalhão que tinha estado em missão de paz na Libéria. A separação dos militares em distintos grupos de interesse, dos negócios à etnicidade, abre um campo fértil a quem pretenda explorar as suas clivagens.

(5) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Uma sociedade que vive em instabilidade e em medo desenvolve, quanto muito, meios de protecção ou de coacção. Concorde, por isso, que sem um mínimo de segurança não é possível almejar a qualquer desenvolvimento. Essa é, aliás, uma das funções primordiais do Estado e uma razão, pela qual, esta forma de organização política da comunidade teve sucesso e se projectou no mundo. Também é por esta razão que se fala em Estados frágeis ou falhados para designar aqueles que apresentam níveis de insegurança de tal modo elevados que a sua própria existência é ameaçada. A diferença entre estes e as sociedades prósperas é que estas são capazes de sustentar a progressão da insegurança, contendo os seus níveis.

Reportando ao caso da Guiné-Bissau, a sua acentuada instabilidade militar origina um clima de insegurança que não garante ao poder político o tempo necessário para se dedicar às tarefas do desenvolvimento, nem incentiva os fundos internacionais, da APD e do Investimento Directo, a convergirem para o país.

(6) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Não é possível encetar qualquer processo de desenvolvimento sem uma estabilização da segurança. Não é suficiente por si só, mas é um forte contributo para um poder político que saiba aproveitar essa estabilização. O governo de transição chefiado por Francisco Fadul, em 99, e o de Carlos Gomes, em 2004, ainda que de curta duração, demonstraram que é possível começar a desenvolver a Guiné. As condições para isso exigem um clima de segurança adequado, aliado a um certo grau de capacidade governativa.

A pergunta que se impõe, no contexto de países frágeis, é se estes são capazes por si só de assegurar essa estabilização ou se a comunidade internacional deve tomar em mãos essa responsabilidade? E se a tomar, deverá cuidar apenas dos problemas da segurança ou deverá também responsabilizar-se pela componente governativa? Tudo isto coloca problemas de grande delicadeza, no âmbito das relações internacionais, que se prendem com o respeito pelo princípio da soberania e o direito de ingerência; com a acomodação dos diversos interesses geopolíticos em presença e, não menos importante, com a determinação dos custos e do período temporal que uma operação desta natureza exige. Esta última questão não parece ser desprezível: quanto tempo e quanto custa manter uma operação de estabilização da segurança? Olhando para diversos exemplos encetados ainda na década de 90, do século passado, estamos certamente perante operações de longa duração e de elevado custo.

- **Fernando Casimiro “Didinho”** (Guineense activista para o relançamento económico, social e político da RGB, site <http://www.didinho.org>, didinhocasimiro@gmail.com)

- (1) Quais as causas do fraco desenvolvimento da Guiné-Bissau?
- (2) Tem a Guiné-Bissau condições para levar a cabo os objectivos de desenvolvimento do Milénio?
- (3) Que deve a Comunidade Internacional fazer? Tem o dever de intervir?
- (4) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (5) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Francisco Fadaul** (Ex-primeiro ministro da RGB e actual candidato à Presidência)
 - (1) Quais os principais factores de instabilidade política e social da Guiné-Bissau?
 - (2) A Comunidade Internacional deve intervir?
 - (3) O que é que a Guiné-Bissau precisa para se lançar no caminho da estabilidade e desenvolvimento?
 - (4) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
 - (5) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Área de Segurança e Defesa⁶⁵⁸

⁶⁵⁸ Procurarei também entrevistar oficiais militares e de polícia que tenham integrado missões relativas a implementação de segurança, num conceito muito holístico, quer tenham sido operações de paz das Nações

• **Dr. Paulo Viseu Pinheiro** (Director Geral de Política de Defesa Nacional, GPDN/MDN, tel. 213038633)

- É feita coordenação a nível nacional entre as diversas actividades de cooperação, bilateral ou multilateral, de Portugal com a Guiné-Bissau, com outros PALOP ou com países terceiros?
- São procuradas sinergias entre as iniciativas portuguesas de cooperação para o desenvolvimento e a cooperação bilateral militar?
- Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

• **Coronel Alberto Marinheiro** (Director do Departamento de Relações Bilaterais – DGPDN, amarinheiro@hotmail.com)

- É feita coordenação a nível nacional entre as diversas actividades de cooperação, bilateral ou multilateral, de Portugal com a Guiné-Bissau, com outros PALOP ou com países terceiros?
- São procuradas sinergias entre as iniciativas portuguesas de cooperação para o desenvolvimento e a cooperação bilateral militar?
- Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Unidas (Peace making, Peace enforcing ou peace keeping), operações de gestão de crises (como as operações EUFOR da União Europeia) ou missões de RSS, DDR, missões de polícia (EUPOL). Numa primeira abordagem serão contactados Major-General Cameira Martins (Missão ECMM na ex-Jugoslávia – 1993, Tenente-Coronel Reis (missão EUSEC RD Congo – 2006), Major Maia (missão UE de apoio à missão da União Africana no Darfur – 2007), Coronel João Paixão (missão EUSEC RD Congo), Intendente Adílio Custódio (Missão EUPOL RD Congo – 2005-2008).

- Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Coronel João Quadros** (Director do Departamento de Relações Multilaterais – DGPDN, tel. 213010001)

- É feita coordenação a nível nacional entre as diversas actividades de cooperação, bilateral ou multilateral, de Portugal com a Guiné-Bissau, com outros PALOP ou com países terceiros?
- São procuradas sinergias entre as iniciativas portuguesas de cooperação para o desenvolvimento e a cooperação bilateral militar?
- Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Dr. João Pedro Saldanha Serra** (Director do Departamento de Cooperação Técnico-Militar da DGPDN/MDN, tel. 213010001)

- (1) É feita coordenação a nível nacional entre a cooperação técnico-militar e as outras diversas actividades de cooperação, bilaterais ou multilaterais, de Portugal com a Guiné-Bissau, com outros PALOP ou com países terceiros?
- (2) São procuradas sinergias entre as iniciativas portuguesas de cooperação para o desenvolvimento e a cooperação bilateral militar?
- (3) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

- (4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

• **Major Luís Manuel Brás Bernardino**⁶⁵⁹ (EMGFA)

- É feita coordenação a nível nacional entre as diversas actividades de cooperação, bilateral ou multilateral, de Portugal com a Guiné-Bissau, com outros PALOP ou com países terceiros?
- São procuradas sinergias entre as iniciativas portuguesas de cooperação para o desenvolvimento e a cooperação bilateral militar?
- Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

B.3. Nas Instituições Europeias

- **Major-General Pierre-Michel Joana** (ex-chefe de missão EUSEC RD Congo, Secretariado-geral do Conselho - Conselheiro Especial de Javier Solana para África – Conseiller spécial auprès de Mr. J. Solana pour le développement des capacités africaines de maintien de paix, email : pierre-michel.joana@consilium.europa.eu)

- (1) Les principaux problèmes des pays sortant des crises, comme la RDC, sont d’abord d’ordre sécuritaire ou, au contraire, liées principalement au faible développement ?

⁶⁵⁹ Autor de *Estratégias de Intervenção em África*, Ed. Prefácio, Lisboa, 2008.

- (2) Est-ce que vous êtes d'accord avec l'idée dont il existe une liaison indissociable entre Sécurité, dans sa signification plus générale, et développement ?
- (3) Considérez vous que tout projet de développement doit être précédé d'une stabilisation de la sécurité, encore une fois dans sa signification plus générale, afin de maximiser les garanties de succès ?

Respostas

Les principaux problèmes des pays sortant des crises, comme la RDC, sont d'abord d'ordre sécuritaire ou, au contraire, liées principalement au faible développement ?

Pour moi le principal problème à régler en sortie de crise est d'aider le gouvernement émergent à satisfaire les besoins élémentaires de la population pour redonner confiance et espoir. Ces besoins sont:

- 1- pouvoir aller et venir sans être inquiété (ni racketté, ni agressé, ni violé),
- 2- pouvoir produire ou gagner de l'argent honnêtement, sans être obligé de faire des trafics ou de corrompre quelqu'un.
- 3- pouvoir se faire rendre justice dans des conditions acceptables, ce qui nécessite d'avoir accès à la justice et d'avoir un système judiciaire à peu près correct
- 4- pouvoir se faire soigner en cas de maladie,
- 5- pouvoir éduquer les enfants (écoles existantes, accessibles, gratuites ou bon marché)

Il y a donc une urgence sécuritaire (point 1, point 2 et point 3) et une urgence développement qui ne peut fonctionner que si l'urgence sécuritaire est satisfaite.

Est-ce que vous êtes d'accord avec l'idée dont il existe une liaison indissociable entre Sécurité, dans sa signification plus générale, et développement ?

Le concept large de "système de sécurité" englobe tout ce qui procure au citoyen le "parapluie" qui lui permet d'aller et venir, de pratiquer une activité honnête sans être inquiété, et se faire rendre justice: c'est en gros les aspects armée- police- justice. Pour financer ces aspects, et fournir aux citoyens la possibilité de se faire soigner et d'envoyer les enfants à l'école, l'Etat doit avoir une maîtrise des ressources fiscales, ce qui nécessite

de lutter contre les trafics, l'exploitation illégale des richesses du pays et la contrebande. A mon avis le développement ne peut reprendre dans de bonnes conditions que si tout cela s'améliore.

On peut cependant constater que dans des pays où l'état ne joue pas ce rôle, l'économie "informelle" permet aux gens de survivre, et parfois de vivre.

Considérez vous que tout projet de développement doit être précédé d'une stabilisation de la sécurité, encore une fois dans sa signification plus générale, afin de maximiser les garanties de succès ?

Je pense que oui. Mais j'attire votre attention sur le fait que les pays faibles ou en sortie de crise ne présentent jamais une image d'une couleur uniforme. Des pays comme la RDC, la Guinée, l'Angola, etc, sont, ou ont été, considérés comme très instables voire très risqués.

Il n'empêche qu'il y a toujours, dans ces pays, des zones où la situation sécuritaire permet de lancer des projets de développement, sans risque majeur. Il y a là une "chance" de contagion pour le reste du pays, et une possibilité de ressource pour l'Etat.

C'est pour cela qu'une observation trop générale d'un pays en crise est néfaste et peut même conduire à retarder la reprise du développement (les indices de risque des Nations Unies ou les recommandations de nos gouvernements à nos investisseurs ont parfois des cotés décourageants). Les gens qui ont un peu d'audace s'en sont souvent aperçu.

Malheureusement, ce ne sont pas toujours les plus honnêtes.

• **Dra. Alda Reis** (DGE VIII – Secretariado-geral do Conselho, questões de Segurança e Defesa) que indicou **Jan Van Elst**, perito em segurança e desenvolvimento: Jan.VanElst@consilium.europa.eu.

- (1) In the case of countries trying to get out of a crisis do you see their main problems connected with the questions of security or, by the contrary, deeply rooted in the lack of development?
- (2) Do you agree to the idea that there exists a strong link between Security, in its more general meaning, and development?

(3) Do you consider that any development project must be preceded by a stabilization of the security, again in its more general meaning, in order to maximize the guarantees of success?

- **Radek Khol** (Administrator – DGE IX – Civilian Crisis Management – General Secretariat of the Council, email: radek.khol@consilium.europa.eu)

(1) Do you agree to the idea that there exists a strong link between Security, in its more general meaning, and development?

(2) Do you consider that any development project must be preceded by a stabilization of the security, again in its more general meaning, in order to maximize the guarantees of success?

- **Andrew Byrne** (Principal Administrator, Crisis Management and Conflict Prevention, European Commission, External Relations Directorate-general, email: andrew.byrne@ec.europa.eu).

(1) Do you agree to the idea that there exists a strong link between Security, in its more general meaning, and development?

(2) Do you consider that any development project must be preceded by a stabilization of the security, again in its more general meaning, in order to maximize the guarantees of success?

- (A identificar: Responsável pelo Estudo nexo Segurança-Desenvolvimento)

(1) Do you agree to the idea that there exists a strong link between Security, in its more general meaning, and development?

(2) Do you consider that any development project must be preceded by a stabilization of the security, again in its more general meaning, in order to maximize the guarantees of success?

B. 4. PERITOS (e *field officers*)

- **José Augusto Oliveira Costa dos Reis** (ex-elemento da missão EUSEC RD Congo, actualmente desk-officer no Departamento de Cooperação Técnico-militar da DGPDN/MDN, email: jaoc.reis@gmail.com)

(1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?

(6) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Patrícia Magalhães Ferreira** (investigadora IEEI, pf@ieei.pt)

(1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?

(7) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Fernanda Faria** (investigadora do IEEI, e da ACDPM, Maastricht, fernanda.faria@skynet.be)

(1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?

(8) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Holly P. Schwendler** (political-military Affairs Officer, United States Mission to the European Union, email: schwendlerHP@state.gov).

- (3) Do you agree to the idea that there exists a strong link between Security, in its more general meaning, and development?
- (4) Do you consider that any development project must be preceded by a stabilization of the security, again in its more general meaning, in order to maximize the guarantees of success?

- **Fernando Jiménez Páez** (Consejero adjunto, Representación Permanente de España ante la UE, email: jimpaefe@hotmail.com).

- (1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua aceção mais geral, e Desenvolvimento?
- (2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Respostas

- (1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua aceção mais geral, e Desenvolvimento?**

Totalmente de acuerdo, no puede haber desarrollo económico y social, sin un marco de seguridad jurídica y económica. Considero que seguridad es un concepto muy amplio, en el que se encuentra incluida la seguridad física.

En una economía de mercado, las inversiones solo acuden a los lugares donde hay protección de los derechos fundamentales (como la propiedad privada), y esta protección de lleva a cabo mediante un marco jurídico y un sector de seguridad apropiado (que incluye las fuerzas armadas, las fuerzas de seguridad y el sistema judicial).

- (2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?**

Totalmente de acuerdo, pues los proyectos de desarrollo, llevados a cabo en una región no estable, o insegura, no tienen muchas posibilidades de echar raíces.

La inseguridad en una región es, a veces, aumentada por elementos de las fuerzas de seguridad corruptas, pero que están en posesión del poder de las armas.

- **Cláudia Ramos**, (ex-advisor to the SG/HR, General Secretariat, email: claudia.ramos@consilium.europa.eu e claugy@hotmail.com).

(1) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua aceção mais geral, e Desenvolvimento?

(2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Sandra Pontes** (elemento missão EU SSR Guiné-Bissau, email: sadipontes@hotmail.com)

Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua aceção mais geral, e Desenvolvimento?

(1) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Major João Maia** (missão UE de apoio à missão da União Africana no Darfur – 2007, maia.jmm@gmail.com)
 - (1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?
 - (2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Prof. Doutor Álvaro Nóbrega** (investigador do ISCSP e perito em Guiné-Bissau, anobrega@iscsp.utl.pt)
 - (1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?
 - (2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Coronel João Paixão** (missão EUSEC RD Congo)
 - (1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?
 - (2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Rodrigo Tavares** (rodrigotavares@sp.gov.br e rtavares@cris.unu.edu)
 - (1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?

(2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

• **Nuno Chaves Ferreira** (Conselheiro REPER, Bruxelas, ncf@reper-portugal.be)

(1) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?

(2) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Respostas

Ultimamente tenho andado muito ocupado mas não queria deixar contudo de partilhar algumas reflexões que fiz a caminho de casa e vice-versa sobre este muito interessante tema.

Confesso que não conheço as bases teóricas por isso peço-te que relevantes algum menor rigor naquilo que te vou dizer e que interpretes apenas como uma reflexão minha que aproveitarás ou não da maneira que entenderes.

Tenho para mim que não há segurança sem desenvolvimento nem desenvolvimento sem segurança. Por isso sim, acho que existe uma ligação muito estreita entre estes dois conceitos. O problema para mim é como e quando é que estes dois vectores devem intervir como ferramenta de apoio à gestão de um crise. Não avalio por isso que o desenvolvimento tenha que ser necessariamente (tipo chapa 5) precedido de uma acção de segurança.

Quero com isto dizer que estas duas ferramentas (chamemos-lhe assim por uma questão de facilidade falta de tempo da minha parte para pensar num termo melhor) devem ser na grande maioria dos casos utilizadas em simultâneo. Pensando que juntas estas duas ferramentas representam 100% de uma intervenção da CI na gestão de uma crise a questão é decidir qual a percentagem que devemos colocar em cada uma delas. Isto é, quando mais

a situação num qualquer cenário se encontra deteriorada, maior deverá ser o factor segurança e menor o desenvolvimento. À medida que a segurança for sendo conquistada o factor desenvolvimentos vai ganhando preponderância sobre a segurança. O porque desta relação inversa dispense-me de te dizer porque sabes bem melhor do que eu.

De qualquer modo considero que será sempre útil actuar em simultâneo quer na vertente segurança, quer na vertente desenvolvimento. Quase que poderíamos dizer que o progresso e a estabilidade de um país em crise são directamente proporcional respectivamente ao desenvolvimento e segurança e que estes dois últimos se somam. Nesse faz cada vez mais sentido que desde o inicio sejam implementados em simultaneamente.

Espero que isto faça algum sentido, mas foi no pouco tempo que consegui encontrar aquilo que me aprouve dizer-te.

- **Rui Brito Elvas** (Conselheiro REPER, Bruxelas, rbe@reper-portugal.be)
 - (3) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?
 - (4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Intendente Adílio Custódio** (Missão EUPOL RD Congo – 2005-2008)
 - (5) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?
 - (6) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

Anexo B

Relatório n.º3

III Série de Entrevistas

A.1. Introdução

Este plano de entrevistas destina-se essencialmente a preencher lacunas das séries de entrevistas anteriores com recursos a reiteração do pedido de resposta ou identificação de novos entrevistados.

A.2. Na Guiné-Bissau (entrevistas planeadas inicialmente, mas ainda não concretizadas)

- **Representante da CEDEAO**

- (1) Qual o papel da CEDEAO no apoio ao desenvolvimento na RGB?
- (2) Como tem contribuído a CEDEAO para a segurança na RGB?

- (3) Os problemas de segurança e justiça da RGB são encarados pela CEDEAO como uma questão regional ou como um problema interno da RGB, não existindo lugar ao “dever de intervir”?
 - (4) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
 - (5) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?)
- **Escritório da ONU (UNOGBIS)**, Sr. Shola Omoregie, Representante (ou UN Special Representative Joseph Mutaboba)

(Contactar com Luísa Madeira, secretária internacional, portuguesa, 00390831059212, Prédio das Nações, Rua Rui Djassi 5º Piso, 1011 Bissau Tel.: (245) 20 13 62 / 20 13 48 / 20 13 68, Fax: (245) 20 17 53, Email: info@onu-guineebissau.org)

- (1) A missão da UNOGBIS, sendo na sua natureza inicial de apoio à paz, que outras valências tem desenvolvido?
- (2) Quais os principais objectivos alcançados das outras missões ONU no terreno (PNUD, UNICEF, UNFPA, PAM, OCHA)?
- (3) Concorde com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (4) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Emb. Alemanha, Angola, Brasil, Espanha**

- (1) Quais os principais projectos em que estão envolvidos?
- (2) Existe coordenação com outros actores, nomeadamente a ONU, UE e Portugal?
- (3) É devidamente considerado o valor acrescido do nexo entre segurança e desenvolvimento?
- (4) Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?
- (5) Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

- **Ministério da Economia**

- **Cooperação bilateral (França, Espanha, Brasil, Angola?)**

- **Cooperação multilateral (Comissão Europeia, ONU, Brenton Woods, etc.)**

- **PNUD (Sra. Giuseppina Mazza)**

- **EMGFA da RGB**

Anexo B

Relatório n.º 4

Análise das Entrevistas

D.1. Introdução

Este anexo apresenta o trabalho prático dedicado à preparação e à análise do conteúdo das respostas obtidas nas entrevistas. As entrevistas foram planeadas e/ou recolhidas em três fases, como explicados nos relatórios 1, 2 e 3 deste anexo. A primeira fase foi planeada para ter lugar na Guiné-Bissau, a segunda fase essencialmente em Lisboa e na sede da UE, em Bruxelas e uma terceira fase foi, de novo, planeada para a Guiné-Bissau. Na primeira fase, em Fevereiro de 2009, foram planeadas e/ou solicitadas 28 entrevistas mas só foram conseguidas (ou consideradas relevantes) 11 entrevistas. Na segunda fase, em Maio/Junho de 2009, foram planeadas ou solicitadas 29 e só se concretizaram 5. Foi planeada uma terceira fase e chegaram a ser reenviados alguns pedidos de entrevista (e Planeados outros) mas sem resultados.

A análise de conteúdos realiza-se normalmente via duas modalidades: uma quantitativa, em que se procura quantificar a frequência com que determinada particularidade se repete no texto (palavra, expressão ou frase); e outra qualitativa, em que se procura analisar a presença ou ausência de uma dada característica do texto (ou de várias características).

Na análise de conteúdo que se efectuou nesta altura do trabalho foram utilizados tanto os procedimentos ditos “fechados”, em que a análise e classificação do texto são guiadas por um conjunto de assumpções ou conceitos pertencentes a um determinado quadro teórico (Neste caso a ideia do nexó segurança-desenvolvimento que advém da teoria da paz liberal) como os procedimentos “abertos ou exploratórios”, em que a análise do texto faz emergir categorias ou conceitos não definidos *a priori*. Assim, foram adoptados procedimentos mistos nesta análise de conteúdos.

Numa primeira fase foi feita uma leitura solta, sem preocupações de aplicação de um método de análise, com o objectivo de tomar contacto de uma forma genérica e abrangente com o material a analisar. Algumas considerações, registadas numa parte inicial do capítulo 5 do texto principal da dissertação, são um reflexo desta “primeira passagem”. Numa segunda passagem, mais cuidada, foi feita a codificação do material, ou seja, a transformação dos dados brutos, através de tarefas de recorte, classificação, agregação e categorização.

Assim, para a análise das entrevistas consideradas, (em número de 16) utilizámos essencialmente o tipo de trabalhos apresentados e explicados por Laurence Bardin⁶⁶⁰ e desenvolvidos por M.-C. d’Unrug, numa técnica denominada de *análise da enunciação*. Esta análise apoia-se “numa concepção da comunicação como processo e não como dado” e “funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais” (Bardin, 2008: 215). Assim o discurso dos entrevistados foi analisado não como um *dado* puro (o que é a abordagem da análise clássica), mas sim como um *processo*. Ou seja, como Bardin explica, não apenas um “um enunciado imobilizado, manipulável, fragmentável” (Bardin, 2008: 216), mas, passando para além disso, e considerando o discurso “um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições”. Isto significa que o discurso deve ser entendido como um processo dinâmico, onde “se confrontam as motivações, desejos e investimentos” do entrevistado.

⁶⁶⁰ Bardin, Laurence. 2008. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. Pp. 215-232.

D.2. Estruturação da Análise

A maioria das entrevistas foi composta por duas perguntas nucleares:

- Primeira pergunta: *Concorda com a ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento*

- Segunda pergunta: *Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?*

Essas perguntas foram algumas vezes antecedidas ou seguidas de uma ou várias perguntas específicas, ligadas ao entrevistado, procurando tirar proveito da oportunidade da sua presença e dos seus conhecimentos.

Após ser recolhido o material, como indicado nos apêndices A, B e C, procedeu-se assim à sua disposição para a condução das diversas fases da análise consideradas relevantes.

Em primeiro lugar o material foi todo reduzido a escrito em formulário idêntico, que foi denominado *Ficha para Análise de Entrevistas pelo Método da Enunciação*. Construíram-se 16 fichas, que se podem ver adiante, neste apêndice. Cada ficha contém o número de ordem da entrevista, a identificação breve do entrevistado, o local e a data onde a entrevista foi conduzida, as perguntas e as respostas.

Numa segunda fase, foi construída uma *Matriz de Análise de Conteúdo* para cada entrevista considerada. Esta matriz, elaborada a partir das indicações de Bardin (2008: 220-228), segue um modelo muito comum em análise de conteúdos, onde para cada entrevista e cada questão se identificam os seguintes elementos:

- **Tema:** o assunto da questão;
- **Categorias:** deverão ter um elevado grau de abrangência e abranger as subcategorias. Poderão ser criadas, *a priori*, com base nas perguntas feitas. Mas também podem ser elaboradas *a posteriori*;

- **Subcategorias:** são enunciadas da forma geral. São abrangidas pelas categorias. As subcategorias emergem das unidades de registo
- **Indicadores / Unidades de Registo:** correspondem ao segmento do discurso (no contexto) que exemplifica a classificação que se fizer: para uma pessoa exterior à análise, a unidade de registo é um indicador para a subcategoria criada.
- **Unidades de contexto:** permite situar a ideia expressa no contexto do discurso em que ocorre. Se tal não acontecer, há o risco de se fraccionar muito a análise e perder-se o sentido abrangente daquilo que foi afirmado.

Esta é a fase crucial da análise de conteúdos, em que se identificam os elementos relevantes do discurso.

Numa terceira fase foi produzido um relatório (*Relatório da Análise da Entrevista*) que consiste na interpretação das respostas às questões nucleares, ou seja do alinhamento e da dinâmica do discurso, visto das seguintes perspectivas:

- **Análise Sintáctica e paralinguística** – As estruturas formais gramaticais. Os índices - unidades lexicais, co-ocorrências lexicais, estruturas sintáticas, características formais diversas - a partir dos quais podem ser obtidas as inferências;
- **Análise Lógica** – Apoia-se num conhecimento do arranjo do discurso;
- **Análise dos elementos formais atípicos** – As omissões, os ilogismos, os silêncios, expressões gestuais ou posturas;
- **Inferências** – o entrevistado valorizou o tema? Tinha conhecimento do assunto? De acordo com Osgood (apud Bardin, 2008: 168), algumas inferências possíveis são: inteligência, facilidade de comunicação, origem racial, ansiedade, agressividade, estrutura associativa, atitudes e valores, móveis, hábitos linguísticos do entrevistado.

Neste relatório também se considerou uma abordagem das respostas às **restantes perguntas** que, embora não ligadas necessariamente ao tema nuclear “Nexo Segurança-desenvolvimento”, (i) foram enquadrantes da temática, ou (ii) permitiram recolher outros

dados igualmente relevantes para a melhoria da imagem do todo ou (iii), simplesmente, funcionaram como forma de “quebrar o gelo” no início da entrevista.

O relatório termina com uma **conclusão** onde se iluminam os pontos principais e a relevância dos dados obtidos.

Finalmente, foi produzida um *Quadro Geral de Análise de Conteúdo de Entrevistas*, complementar das fases acima descritas e que contém os mesmos elementos que o *Relatório*. Este *Quadro Geral* destina-se essencialmente a facilitar a comparação entre todas as entrevistas e, dentro de cada uma delas, a obter-se de imediato um vislumbre de dados relevantes.

Assim, este apêndice inclui os quatro blocos de documentação utilizados para a organização da análise e apresentação de resultados das entrevistas e que se podem encontrar já a seguir, nas páginas referidas:

- Fichas para Análise de Entrevistas pelo Método da Enunciação (páginas 296 a 342);
- Matrizes de Análise de Conteúdo das entrevistas (páginas 343 a 417);
- Relatórios da Análise das Entrevistas (páginas 418 a 464);
- Quadro Geral de Análise de Conteúdo das Entrevistas (páginas 465 a 480).

D.3. Conclusão

As perguntas nucleares não referiam o estudo de caso da Guiné-Bissau. No entanto, devido ao enquadramento, ou seja, as outras perguntas, as condições em que foram realizadas as entrevistas, os locais onde foram feitas as perguntas e as áreas de conhecimento dos entrevistados levaram quase sempre a que o tema fosse associado àquele país.

De uma forma geral os entrevistados não potenciaram onexo segurança-desenvolvimento. Ou seja, não deduziram, não demonstraram ou não reconheciam a ideia de que “o todo é maior que a soma das partes”. Embora validassem a ideia de que “não há segurança sem desenvolvimento e não há desenvolvimento sem segurança”, não referiram as sinergias criadas (“uma outra coisa”) com a coordenação de esforços de projectos das duas vertentes. Por outro lado, a maioria percepcionava a prioridade à segurança como a forma de iniciar a recuperação de Estados frágeis ou saídos de uma crise.

Ligando as ideias ao estado frágil em que se encontra a Guiné-Bissau, a maioria dos entrevistados identificou algumas das causas da insegurança e do subdesenvolvimento, em que a corrupção tem destaque. As autoridades, políticas e militares, foram apontadas como as mais directamente responsáveis pelo Estado do país. Uma consequência do enfraquecimento geral do Estado é a “balcanização” – como nomeado por um dos entrevistados, processo de retorno à tribalização, em que a sociedade guineense actualmente mergulha, que é tanto causa como consequência da corrupção. A subordinação do poder militar ao poder civil (ou “controlo democrático das Forças Armadas”), foi visto como o processo mais premente para estabilizar o país, por um número grande de entrevistados.

(B41)

FICHAS DE ANÁLISE DE ENTREVISTAS

**FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE
ENUNCIÇÃO⁶⁶¹**

Entrevista n.º 1		
Nome Entrevistado: Tenente-Coronel Manuel Esperança		
Função: Cons. Embaixada	Idade: 48 (?)	Nacionalidade: PT
Data: 29Jan09, 16h00	Local: Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Quais os projectos concretos que a cooperação militar portuguesa leva a cabo? Quais as principais dificuldades? Há coordenação com outros actores estrangeiros ou internacionais?</i>	Resposta: referiu o MAOC – Maritime Analysis Operations Centre – Narcotraffic, onde diversos EMs da UE coordenam o combate ao narcotráfico no Atlântico e incluindo a região Ocidental Africana (MAOC-N). FRONTEX – Espanha tem relutância que deixe de ser apenas o controlo de imigração pois custa-lhe muito dinheiro.	
<i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i>	Resposta: Sim. Sem segurança não há investimento e não há desenvolvimento. Esta segurança não é apenas física ou humana, mas também o sistema legislativo adaptado à realidade actual para permitir o fluxo de capital, recursos, cidadãos, com instrumentos legais para a sua defesa. Neste país está praticamente tudo por fazer. A legislação em vigor é do tempo da administração colonial. O Código de Justiça Militar permite que os militares se coloquem de fora do sistema judicial do Estado. É essencial que se crie legislação para a subordinação do poder militar ao poder civil, num processo de controlo democrático das forças armadas.	

⁶⁶¹ Elaborada de acordo com Laurence Bardin (Análise de Conteúdo, Ed. 70, Coimbra, 2000, pp. 215-231)

<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Resposta: A estabilização de segurança é importante (a adaptação de estruturas de Estado, instrumentos legais, etc.). Mas os projectos de desenvolvimento passam pelo combate à corrupção (endémica, nestes estados e transversal a todos os níveis sociais, tendo uma aceitação de “quase-legitimidade”). Qualquer projecto de desenvolvimento precisa de garantias de que não existem desvios dos objectivos, confirmando uma correcta utilização dos meios. Ex. o Banco Mundial, durante o governo de Aristides Gomes, financiou a instalação de geradores para o fornecimento de electricidade a Bissau. O governo utilizou esse dinheiro para alugar geradores a muito baixo preço, retendo a diferença de dinheiro para utilizações pouco claras. O Banco Mundial exigiu a devolução dessas verbas e parou todos os seus projectos. Este é um exemplo de como os projectos de desenvolvimento em actividades estruturantes têm que ser devidamente fiscalizados. A forma como o Estado gere o que lhe é dado é de uma grande falta de transparência (quase ofensiva, quando se olha para as necessidades das populações).</p> <p>O actual primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, já deu provas de que consegue pagar salários e dar alguma transparência às contas públicas. Falta a apresentação do programa de governo, que deverá ser feita até meados de Novembro [referiu citação do jornal Kanaré].</p> <p>O primeiro-ministro precisa de alguém para as comunicações. Este ministro é a melhor opção mas não tem muito carisma que lhe permita ter apoio político [referiu outro jornal, onde escreve João de Barros].</p> <p>Passando a falar sobre os três tipos de ameaças que poderão ter origem na RGB, começou por abordar as migrações. A migração não é muito alta. Há crime organizado de redes clandestinas de imigração. No entanto, a situação é pior no Senegal.</p> <p>Referiu que os casos do “gangue das perucas”, que assolou Portugal. Esse grupo era constituído essencialmente por gente guineense (mulatos). As lutas dos bairros periféricos de Lisboa contra os ciganos serão também levadas a cabo por gentes deste país.</p> <p>A RGB serve de refúgio para os que fogem de Portugal e vice-versa.</p> <p>As rotas da Colômbia para a Guiné-Bissau, para transporte de narcóticos, usam cada vez mais aviões a jacto e não de hélices.</p> <p>Correios, contentores (marítimos), circuitos de camiões para Norte e para Sul (dentro de África). Através do deserto também e por meio dos sistemas de pesca.</p> <p>Sobre terrorismo refere-se que a RGB tem 50% de muçulmanos. A comunidade muçulmana tem características próprias e grande tradição, o que a torna</p>	
--	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>pouco influenciável a tendências extremistas. Opõe-se à instalação de uma organização externa. A excisão feminina continua, por outro lado. Algumas crianças são enviadas para fora, mas também no Leste, em Gabu. O terrorismo islâmico não tem grande aceitação, não faz parte da cultura. Mas poderão existir algumas comunidades que apoiem células, como a comunidade mauritana, ligada ao comércio retalhista de fármacos.</p> <p>Rivalidade entre fulas e mandingas sobre a chefia religiosa muçulmana terá levado à apresentação de uma proposta para a nomeação de um árabe, mas os guineenses opuseram-se. No entanto, têm, de qualquer modo, sentimentos de injustiça perante o mundo ocidental.</p> <p>Os acidentes com as pirogas, recentes, que fizeram vários mortos, não estão relacionados com o tráfico de pessoas.</p>	

Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).

Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIÇÃO

Entrevista n.º 2		
Nome Entrevistado: Dr. Paes Moreira		
Função: Embaixador PT	Idade: 55 (?)	Nacionalidade: PT
Data: 29Jan09	Local: Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Quais as prioridades da representação portuguesa em Bissau?</i>	Resposta: Mostrar Portugal no topo das prioridades das relações externas da Guiné-Bissau. O País já lá está, ou seja, Portugal já é visto com alta prioridade por Bissau. O meu papel como embaixador é de o manter nesse patamar. E acho que o consegui. Está a perguntar-me o que foi o meu trabalho aqui, agora que acabo de terminar funções neste posto. Estamos aqui para ajudar os guineenses e fazemo-lo com autenticidade, mas talvez não com a devida eficácia.	
<i>Quais os principais sucessos?</i>	Os sucessos que eu considero mais emblemáticos e mais proveitosos para a RGB são os de ensino (projecto de apoio da Faculdade de Direito de Lisboa à de Bissau, que é um dos melhores exemplos). Destaco este projecto embora haja outros razoavelmente bons. Um quadro muito grave desde 2005 é o do tráfico de droga. Em Dezembro de 2007 realizou-se Conferência Internacional de Lisboa para apoiar a RGB no combate à droga. Faltam-lhe meios. Portugal acolheu essa Conferência destinada a custear programas operativos aprovados nessa reunião. Nesse quadro Portugal pôs no quadro bilateral uma missão de apoio à Polícia Judiciária e outra à Polícia de Ordem Pública (com presença de um inspector da Judiciária, um oficial de Polícia e outro da GNR). Este apoia a PJ num projecto em que eu acredito!	
<i>Outros países presentes na RGB com projectos similares constituem um desafio, podendo minimizar o papel de Portugal ou, pelo contrário, desenvolvem-se</i>	Não devemos olhar para os outros como concorrentes. Ou seja, todos concorremos para ajudar a RGB, o que na prática até nem se verifica. Não olhamos para esses actores como sendo nossos rivais mas, muitas vezes, temos de convencer Lisboa para que façam aquilo que à partida teriam relutância em fazer. Até há pouco tempo, da Guiné-Bissau quase não se falava, apesar de todo o passado comum. Mas é o país que eu considero mais ligado a nós, de entre todos os PALOP. Os guineenses	

<p><i>sinergias que reforçam o papel de Portugal?</i></p>	<p>esperam de nós, muitas vezes, uma palavra de estímulo, quase como se fossemos seus guias.</p> <p>A RGB era muito desconhecida e começou a ser falada devido às razões erradas, o tráfico de droga. Em termos de Comunidade Internacional só recentemente se começou a observar a predisposição para vir aqui. Alguns países são exemplo disso, como a Suécia, nomeadamente na sua cooperação para o desenvolvimento. No entanto os suecos acabaram por se irem embora sem vontade de voltarem. Os países africanos, por seu lado, não praticam cooperação. Portugal e França são os países que as pessoas identificam normalmente com os países interessados pela Guiné-Bissau. Mas a França não tem sinergias connosco. Já perceberam que não conseguem pôr a Guiné-Bissau a falar francês. Quem se tem aproximado é Angola, Brasil e Espanha. A Espanha veio para cá por que cresceu muito economicamente e porque tem ambições globais. Em termos africanos não têm experiência a Sul do Saará. As migrações clandestinas formam o problema que levou a que elegessem a RGB como um case-study. O Ministério das Relações Exteriores espanhol aumentou o seu orçamento em 250%, por isso agora há que contar com a Espanha. Este país tem para com a Guiné-Bissau uma postura mais efectiva (baseada na eficácia) do que Portugal, cuja abordagem é mais afectiva. Os espanhóis têm uma visão interessante da política externa, incluindo o envolvimento do tecido empresarial, contrariamente a Portugal.</p> <p>Nós temos diferenças de interesses entre o Estado e os privados, o que pessoalmente considero errado. É, por exemplo, um erro que a Portugal Telecom perca o negócio das comunicações da RGB. Não deve ser apenas a questão empresarial a dominar, mas ignorar completamente esta visão também não parece que possa trazer-nos qualquer vantagem. Se a Portugal Telecom sair Portugal sofrerá um revés.</p> <p>Sobre Angola há que sublinhar que é um país rico. Está interessada no desenvolvimento de uma forma pragmática, através de negócios. Os projectos de bauxite, fosfatos, ouro e diamantes e talvez mesmo petróleo são o foco da sua atenção para com a RGB.</p> <p>Há um projecto que poderá ter uma influência enorme na região, que é a construção do porto de Buba. Serão os angolanos a levar para a frente esse projecto. Esta será uma via de comunicação fundamental para a sub-região [CEDEAO]. Este porto poderá servir melhor Mali, Guiné-Conacy e mesmo o Senegal, melhor do que o porto de Dakar. Mas terão de ser vencidas as resistências dos senegaleses. Buba servirá principalmente para escoamento de bauxite e outras mercadorias.</p> <p>Sobre o Brasil, há que referir que tem vindo a dedicar um interesse maior a África. Tem já embaixadas em quase todos os Estados africanos (faltam três). No entanto a</p>	
---	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>cooperação bilateral de Portugal com este país não é considerada eficiente. Portugal também não tem com o Brasil sinergias na Guiné-Bissau, pois pouca relação existe em projectos comuns, nomeadamente no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento.</p> <p>Há uma grande multidão de gente que vive da ajuda ao desenvolvimento, incluindo consultores, intermediários, organizações não-governamentais de diversas naturezas e mesmo membros dos governos. Acontece frequentemente que o destinatário da ajuda acaba por não beneficiar nada. Realizam-se, no entanto, reuniões em Bissau para coordenação de esforços em que nem todos participam (caso dos chineses).</p> <p>A propósito dos esforços locais da União Europeia, sublinho que Franco Nulli representa tão-somente a Comissão Europeia em Bissau e não a União Europeia. Esta é representada localmente pela Presidência do Conselho da UE, função actualmente atribuída localmente ao embaixador espanhol. Este é um equívoco que não se tem conseguido desfazer facilmente, que traz problemas à eficácia da presença da UE.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Existe realmente umnexo entre segurança e desenvolvimento. No entanto, olhando para a actual missão da União Europeia, há que notar que a ideia de “Reforma do Sector de Segurança” é um conceito que parece não se aplicar ao caso da Guiné-Bissau. Este conceito é na sua génese de concepção britânica, que foi imposto aos outros Estados-membros da UE e que agora se tenta impor na Guiné-Bissau, sem se pensar nas características do país-alvo.</p>	
<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização de segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>É necessária uma matriz de segurança para que haja desenvolvimento. Os agentes económicos estrangeiros só farão investimento se houver garantias de segurança para esse investimento.</p> <p>O agente económico não quer correr riscos, para além dos comumente inerentes ao próprio negócio. As arbitrariedades do poder político, por exemplo, são factores de bloqueio ao investimento. Outro aspecto para incentivar a vinda dos empresários será a existência de infra-estruturas capazes, tais como uma boa rede viária, portos adequados e modernos, boa rede de distribuição de energia, etc.</p>	

Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).

Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litánias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 3		
Nome Entrevistado: Major-General Juan Esteban Véstegui		
Função: Chefe Missão EU SSR Guiné-Bissau	Idade: 60 (?)	Nacionalidade: ES
Data: 31Jan09	Local: Hotel 24 Setembro, Bissau (Sede provisória da missão)	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>A Reforma do Sector de Segurança A Reforma do Sector de Segurança está a ser conduzida pelas autoridades da RGB com apoio e aconselhamento da missão UE?</i>	Sim, a reforma, basicamente, é um programa guineense. O princípio basilar é a apropriação deste projecto pelas autoridades da RGB. A própria apresentação da missão EU SSR Guiné-Bissau no território da RGB foi um convite das autoridades locais.	As perguntas foram feitas em Português. As respostas foram dadas em Português e/ou em Castelhano, língua mãe do entrevistado. Na transcrição para papel adaptou-se o discurso para Português.
<i>Qual é o tempo considerado necessário para levar a cabo os objectivos propostos com esta missão UE SSR Guiné-Bissau?</i>	<p>Aqui há que fazer um esclarecimento pois o mandato da missão, tal como está agora delineado, é muito curto. A capacidade operacional inicial da missão, aquilo que na gíria UE se designa por IOC⁶⁶², começou em Junho do ano passado. Os objectivos iniciais desta missão são a transformação das estruturas de segurança e defesa, tal como descritas no documento da estratégia da reforma que, no entanto, é muito vago e generalista, e transformá-lo num projecto mais concreto em todas as suas vertentes. Não há de momento, portanto, possibilidades de levar para a frente um processo global de trabalho.</p> <p>Conduzimos trabalhos ao nível intelectual, principalmente, e não ainda a um nível de esforço mais aplicado no terreno. Aquelas que são as nossas actuais tarefas principais consubstanciam-se no estudo detalhado do mandato e na preparação de uma proposta para o</p>	

⁶⁶² “Initial Operational Capability”

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>alterar, adequando-o à realidade que viemos encontrar no terreno, de forma a brevemente podermos dar início, provavelmente em meados de Março, à Reforma do Sector de Segurança e Defesa (RSS) em termos físicos. Pelos estudos já realizados, chegámos à conclusão ser necessário cerca de dois a três anos para que os resultados da RSS comecem a concretizar-se.</p>	
<p><i>Quais os recursos identificados como necessários para o sucesso desta missão, para além dos já no terreno?</i></p>	<p>Após os estudos já levados a cabo com militares e polícias, tem-se constatado que o problema deste país é principalmente a falta de meios para Bissau levar a cabo os diversos aspectos da Reforma. É necessário um grande esforço por parte dos guineenses com vista à formação e treino do pessoal relevante. O processo de RSS poderá ser paralisado se não houver pessoal adequado para o levar por diante. E não é solução apostar simplesmente no pessoal internacional, pois esse não se encontra aqui em Bissau para fazer o trabalho que é da competência dos guineenses.</p>	
<p><i>Quais as principais dificuldades exógenas (ou seja, estranhas à própria missão e às autoridades RGB) com que a missão se depara?</i></p>	<p>O processo pelo qual estamos a abordar o problema é um processo, por assim dizer, “sintético”, concebido no patamar político, sem que a sociedade guineense estivesse por detrás, integrando-o. Portanto, um dos esforços em que a missão UE tem que se empenhar é o de garantir que a sociedade guineense fique consciente do projecto e que não haja problemas de comunicação. Têm de perceber o que estamos aqui a fazer, o que depara com alguns problemas até de vocabulário. Por exemplo a palavra “reforma”, que tão ligeiramente utilizamos na definição da missão, tem como significado popular e quase único, a ideia de passagem a situação de reforma, ou seja, de mandar para casa as pessoas, reformando-as. Ora, isto na Guiné-Bissau quer dizer que se irá deixar de ter a simples garantia da alimentação, o que é uma ideia terrível. Muita gente pensa que a desmobilização acarretará essa ameaça, de ir para casa sem qualquer forma de sustento. Não se liga a palavra “reforma” com reestruturação ou modernização das forças armadas e de segurança. É claro que o processo tem de mandar para casa muitas pessoas, pois não “cabem” nos projectos das novas forças. Mas temos de lhes demonstrar que o processo é essencialmente de reestruturação das polícias e forças armadas e não o simples “despedimento” de pessoas. Existem por isso movimentos de resistência a mudança no seio das forças armadas e de segurança, agravados pela memória de outras tentativas, goradas, de reestruturação. É necessário esclarecer, portanto. O próprio Presidente Vieira falou esta semana com o responsável pelas missões PESC civis da UE, que aqui esteve em visita e foi estudada a possibilidade de se contratarem antigos militares e polícias das forças de segurança e defesa de Cabo Verde para que venham aqui explicar as vantagens de se passar à reserva e</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>reforma e de criar novas estruturas. Estamos assim a estudar como articular essa hipotética vinda de militares e polícias cabo-verdianos – antigos companheiros de luta dos guineenses no PAIGC –, para que venham aqui com essa missão de sensibilização do que é realmente a RSS e assim anular resistências que só teriam lógica se fossem verdade. Por outro lado também verifiquei, junto das estruturas de Comando das Forças Armadas, que é também preciso fazer junto destes uma campanha de sensibilização.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Sempre expressei claramente a ideia de que a paz não é apenas a ausência de conflito. É sim a prevalência de uma situação estável e justa para todos. E digo justa porque é necessário que exista um sistema de leis justas que se aplique de igual modo a todos. Considero que a falta de uma situação de equilíbrio nos aspectos sociais está directamente relacionada com a falta de desenvolvimento, a curto e a médio prazo, e conduz inevitavelmente a situações de instabilidade. Assim, para se conseguir alcançar uma situação de maior validade no que à estabilidade diz respeito, nestes processos, é necessário criar estabilidade no plano institucional. Podemos perguntarmo-nos então por onde começar. Do meu ponto de vista existem dois modelos. O primeiro advoga a ênfase no desenvolvimento, sublinhando que este trará estabilidade. É um caminho muito longo, em que os trabalhos para o desenvolvimento poderão ser prejudicados pela falta de estabilidade. Um outro caminho, e mais curto, é o da estabilização, após o que se seguirá o desenvolvimento. Acredito que o desenvolvimento virá rapidamente se o país se encontrar estabilizado do ponto de vista securitário. Ou seja, é necessário, primeiramente, criar as estruturas de Estado que assegurem que o país se encontra seguro e que os projectos de desenvolvimento não serão destruídos de forma violenta. Este será o caminho lógico, mais rápido e, a médio prazo, mais seguro.</p>	
<p><i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>O obstáculo com que nos deparamos, na adopção desta abordagem, tem a ver com os projectos pessoais obscuros, que sempre surgem nestas situações. Em situações de instabilidade aparecem investidores <i>sui generis</i>, em busca de benefícios elevados e rápidos. Ora, tal é, tendencialmente, suportado por iniciativas económicas de base não legal ou, no mínimo, pouco claras. Por princípio há que desconfiar das pessoas que investem em países com graves problemas de estabilidade.</p> <p>Em resumo, em primeiro lugar há que criar as estruturas do Estado, nos seus pilares básicos de justiça, segurança e defesa. Depois há que passar à fase do investimento em estruturas de desenvolvimento. É assim que concebo o sucesso de missões como esta.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIÇÃO

Entrevista n.º 4		
Nome Entrevistado: Coronel Couto Lemos		
Função: elemento missão EU SSR Guiné-Bissau	Idade: 52	Nacionalidade: PT
Data: 30Jan09	Local: Hotel 24 Setembro (sede provisória da missão)	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>A Reforma do Sector de Segurança está a ser conduzida pelas autoridades da</i>	Sim. Como se sabe, primeiro foi feito o pedido das autoridades da RGB. Nós não nos impusemos. Este processo começou com o livro branco (elaborado com a ajuda das autoridades portuguesas). Estava calendarizado	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>RGB com apoio e aconselhamento da missão UE?</i></p>	<p>e era considerado excelente. Serviu de base aos trabalhos de um grupo britânico que, com as autoridades locais, elaborou proposta de Reforma do Sector de Segurança a ser levada a cabo pela Comunidade Internacional e apresentada em Genebra em Outubro de 2006. Como consequência a UE resolveu enviar esta missão. Como foi pedido pelas autoridades guineenses, o próprio documento preconizava a maneira como a RSS se fazia: um comité interministerial presidido pelo primeiro-ministro traçava as grandes linhas políticas e estratégicas da RSS. Havia também um comité de pilotagem, que tomava decisões estratégicas. Este (“steering committee”) era presidido pelo Ministro da Defesa. Estava também previsto um Comité Técnico Consultivo (CTC) no MDN. Este detinha todas as tarefas de coordenação e constituía-se por elementos da RSS. Foi definido pelas autoridades guineenses.</p>	
<p><i>Qual é o tempo considerado necessário para levar a cabo os objectivos propostos com esta missão UE SSR Guiné-Bissau?</i></p>	<p>Esta missão tinha horizontes a um ano, considerado razoável. A RSS em si apontava para cerca de cinco anos. Entretanto quer um processo quer o outro dependiam de uma estrutura que não tinha capacidade para se redefinir. Desde a Capacidade Operacional Inicial (IOC) até agora a missão viu já três governos. Felizmente, no mesmo período só houve dois ministros de defesa. Já no Ministério da Administração Interna o processo foi mais complicado, tendo inclusive sido feita a divisão do ministério em dois. Uma das maiores dificuldades que se nos deparam é, no entanto, não haver ainda programa de governo. Já se começa a descortinar que será muito improvável que a missão UE RSS consiga atingir os seus objectivos no prazo de um ano, como inicialmente previsto. É o caso da tarefa de levantamento das necessidades em infra-estruturas para as Forças Armadas. E também da análise de projectos para levantar essas estruturas. Não estamos aqui para levar a cabo a RSS mas sim para construir a sua base, ou seja, para que a RSS possa ser levada a cabo no terreno pelas autoridades nacionais.</p>	
<p><i>Quais os recursos identificados como necessários para o sucesso desta missão, para além dos já no terreno?</i></p>	<p>Falando só sobre a parte militar, pois sou o responsável, dentro da missão, por essa vertente, algumas acções de RSS foram já executadas. É o caso do censo dos militares. Finalmente já há números sobre quantos militares existem nas Forças Armadas. E agora todos os militares das fileiras dispõem de bilhete de identidade militar. Actualmente são levados a cabo outros trabalhos relacionados com a gestão de recursos humanos, nomeadamente ao nível da legislação. Prevê-se que sejam aplicadas regras sobre o pessoal, para a carreira militar, com a ideia de que após x anos de serviço militar as pessoas passem à reserva e depois à reforma. Criaram-se Grupos de Trabalho para analisar quantos militares podem</p>	

	<p>passar à reserva e reforma, de forma a criar-se uma estrutura harmoniosa para levar esses militares para a reserva e reforma e, ao mesmo tempo, para dar início ao programa de Serviço Militar Obrigatório (SMO). No entanto permanecem alguns problemas, como a troca de identidades nos BIM (cerca de 5% de casos).</p> <p>Antes de se definir os recursos há que definir as estruturas das Forças Armadas. Essas definições constam do “documento de estratégias”. Há que desenvolver trabalhos no MDN para definir perfeitamente tal estrutura, que poderá ser diferente daquele que hoje existe. Por isso, antes de iniciar qualquer tipo de reforma é necessário definir qual a estrutura que se pretende, que deverá ser auto-sustentável. Actualmente os militares estão velhos, a pirâmide de postos está invertida e há poucos jovens nas Forças Armadas. Está também a ser estudado processo de renovação das fileiras, passando pelo SMO (que constituirá cerca de 70% do pessoal). Mas há ainda que renovar a legislação.</p> <p>No que diz respeito a infra-estruturas, para aquilo que deverá ser a futura estrutura das Forças Armadas, o que existe é desajustado. Existem quatro zonas militares e está previsto que a grande parte dos militares deixem Bissau e integrem as fileiras regionais. No entanto as infra-estruturas estão muito destruídas. É necessário fazer uma profunda remodelação. Não há água nem electricidade e a cozinha funciona a lenha. A estrutura das Forças Armadas será mais leve. Há que identificar o que é para abandonar e aquilo que se destina a restauro. Existem actualmente muitos quartéis a mais. Já temos uma ideia sobre o destino a dar-lhes, e quais, se as autoridades guineenses nos perguntarem. No total existem 12 quartéis (três em Bissau) o que é demasiado. Talvez um ou dois fora de Bissau seja suficiente.</p>	
<p><i>Quais as principais dificuldades exógenas (ou seja, estranhas à própria missão e às autoridades RGB) com que a missão se depara?</i></p>	<p>As dificuldades são: Casamança, embora ultimamente não tenha havido sobressaltos. Os atentados ao Presidente. A crise na Guiné-Conacry também afectou a estabilidade em Bissau. Os aguentas foram também um problema. Na altura do conflito foram usados para fazer segurança próxima ao Presidente Nino Vieira. Permaneceram na Guiné-Conacry enquanto Vieira esteve no exílio. Esta guarda pretoriana causou conflitos.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>São indissociáveis, são. Quando não há segurança determinadas valências, que poderiam proporcionar bem-estar, simplesmente desaparecem.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Sim. Devem estar intimamente ligados pois um depende do outro. Se a segurança não está omnipresente, se os cidadãos notarem, as pessoas estarão mais predispostas a aceitar a entrada de factores de estabilização para que seja um dado adquirido.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 5		
Nome Entrevistado: Sr. Filinto de Barros		
Função: ex-Ministro das Finanças RGB	Idade: 65 (?)	Nacionalidade: Guiné-Bissau
Data: 30Jan09	Local: Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i>	É muito lógico e uma coisa não tem sentido sem a outra. Cabral dizia que lutava para ter a independência da Guiné, mas em relação a coisas concretas. Em África o desenvolvimento é essencial para a estabilidade. Aqui na G-B a estabilidade materializava-se com o factor étnico. A balcanização deste país constitui um dos mais graves problemas. As pessoas acabam por se fechar no seu bairro, na sua aldeia, em pequenos grupos identificados pela sua etnia.	
<i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i>	<p>O processo é intrínseco: um conceito inclui o outro e vice-versa. Como se estabiliza o país? Devido à extrema pobreza que atravessa o país, o processo tem que seguir pela via da ajuda externa. O guineense dispõe de menos de um dólar por dia para a sua sobrevivência, por isso a Comunidade Internacional tem de ajudar. Mas os processos de sustentabilidade são de muito difícil implementação. Os projectos de desenvolvimento têm de conviver com essa insegurança para que se possa lutar contra essa pobreza e instabilidade. Há que aceitar os riscos da insegurança. Estou em crer que ao subir o nível de desenvolvimento a insegurança irá seguramente diminuir.</p> <p>A acção da Comunidade Internacional tem sido muito positiva. A relativa segurança da Guiné-Bissau é sem dúvida muito devida à acção da Comunidade Internacional. A CI acabou inclusive por anular alguns projectos de tomada do poder pelas armas. A Guiné-Conacry é um vívido exemplo de que a tomada do poder pelas armas não constitui salvação para um país.</p>	

<p><i>Sobre a viabilidade da ONG Encontro</i></p>	<p>Sobre a viabilidade da ONG Encontro⁶⁶³ considero que será uma organização com futuro e cuja iniciativa é de louvar. O tempo de luta foi muito extenso e agora há que apoiar todas as iniciativas de reencontro de todos os que sofreram com a guerra, independentemente das convicções que os levaram para um lado ou para o outro. Há também que notar que todos estes anos levaram a movimentos de pessoas que acabaram por se encontrar na capital e sem condições de voltarem para o campo, para a sua terra de origem. Ora estas iniciativas, que se propõem criar algumas conduções de apoio aos antigos combatentes no interior, poderão ajudar à decisão das pessoas de voltarem à sua terra. Por enquanto as pessoas não querem voltar porque se o fizerem, se entregarem a arma e despirem a farda, ficam desamparadas e sem segurança. Por outro lado, se tiverem uma ocupação, um emprego, já não precisam de pensar na manutenção de uma arma.</p> <p>Há que ver que após a descolonização se manteve a legislação existente, com adaptações mínimas, com o intuito de se criar uma evolução na continuidade. Mas depois a situação eternizou-se e, o que se verifica actualmente é que não existe ainda modernização e actualização das leis, com a subordinação do poder militar ao poder civil. O poder militar vem da luta de libertação mas deveríamos ter já evoluído. É um calcanhar de Aquiles até para o desenvolvimento de que a Guiné-Bissau tanto carece que um operacional, um militar da guerra de libertação, tenha comandamento sobre um intelectual, que o serve na modesta condição de assessor.</p>	
<p><i>Considera que a situação, nesse aspecto, se agravou depois do ano de 2000?</i></p>	<p>Sim. O PAIGC era o núcleo que interpretava tudo. Os quadros do PAIGC detinham dois tipos de capacidades: a capacidade ideológica e a capacidade de formar combatentes. As novas gerações políticas acabaram por vir agora desfazer esses equilíbrios. ATÉ 1998 toda a gente tinha o seu salário e só depois surgiram os problemas de pagamentos, depois da guerra. A partir daí as finanças públicas passaram a ficar a espera dos dinheiros da Comunidade Internacional. Não se deve esquecer que, apesar de tudo, existem 2400 quadros excedentários do Estado que se encontram em casa a receber os seus salários. Este é um dado fidedigno de alguém que se encontra bem posicionado dentro do processo de reforma administrativa do estado. A</p>	

⁶⁶³ Durante esta entrevista encontravam-se presentes o Embaixador Inácio Semedo e o Dr. Fernando Machado, membros da direcção da ONG Encontro, que se prepara para instalar a sua sede social em Bafatá. Esta associação pretende apoiar os combatentes do tempo da guerra de libertação, tanto os que lutaram nas fileiras do PAIGC como os do Exército Português.

Anexo B – Análise das Entrevistas

	demagogia estragou tudo [esta afirmação parece apontar erros legislativos como a lei que atribui aos descendentes o direito de herdar o título de “combatente da liberdade e da Pátria”]. No entanto, apesar de tudo, ainda acho que valeu a pena... Toda a actividade política hoje está mais esbatida e nota-se um retorno a identidades tribais, de que é exemplo o PRS, que se tem fechado na sua “concha tribal”.	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIÇÃO

Entrevista n.º 6		
Nome Entrevistado: Eng. Artur Silva		
Função: Ministro da defesa Nacional RGB	Idade: 48	Nacionalidade: Guiné-Bissau
Data: 30Jan09, 21h30	Local: Restaurante Coimbra, Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Existe um plano de reforma das Forças Armadas, contemplando a integração dos antigos combatentes na vida activa do país?</i>	O plano existe. É o documento de enquadramento estratégico aprovado na mesa redonda de Outubro de 2006 – “Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e da Segurança – Documento de Estratégias” ⁶⁶⁴ .	[Em anterior encontro, um dia antes, no seu gabinete, o MDN afirmou que 3440 homens tinha sido o efectivo acordado, tanto pelo Ministério como pelo CEMGFA, para as novas Forças Armadas da RGB]
<i>As actividades de Reforma do Sector de Segurança, conduzida pela RGB com o apoio da UE, são úteis e ajudam a prover este país com uma estrutura de segurança e defesa eficiente?</i>	É importante para a Guiné-Bissau a Reforma do Sector de Segurança. Faz parte de um programa integrado com outros parceiros, entre os quais destaco a UNGOBIS, a CEDEAO e ainda países como Portugal, Angola, Brasil e Espanha.	

⁶⁶⁴ Documento publicado pelo Comité Técnico do Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector de Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau, Outubro de 2006.

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>A cooperação técnico-militar dos diversos países amigos tem contribuído para a reestruturação das Forças Armadas e de Segurança, incluindo o reequipamento, instalações e formação e treino dos militares?</i></p>	<p>A cooperação técnico-militar que existe na Guiné-Bissau é a portuguesa. No entanto está já prevista cooperação nesta área com o Brasil, que deverá arrancar talvez já em Março. Cerca de 10 a 15 militares e civis brasileiros virão instalar-se em Bissau, sendo peritos em áreas tão diversas como Engenharia militar e relações sociais. É, no entanto, difícil arranjar orçamento para equipamentos e o contributo da UE traduz-se essencialmente em aconselhamento e não em financiamento de reequipamento. Existe também a presença chinesa, que se traduz, no entanto, no apoio à reforma de equipamentos não militares.</p>	
<p><i>Quais as principais carências das forças armadas e de segurança, às quais o novo governo atribui maior prioridade?</i></p>	<p>As carências são estruturais, tal como as necessidades em alojamentos para os militares, as casernas. Os aquartelamentos são obsoletos, e não dispõem das condições mínimas de habitabilidade. Foram essas as instalações que herdámos e onde desde logo instalámos a estrutura militar. Agora há necessidade de novas estruturas, de reformular as casernas e de as adaptar às necessidades das unidades que queremos para o futuro.</p>	
<p><i>O planeamento das estruturas de segurança e defesa considera as responsabilidades da RGB para com a CEDEAO e a Força de Prontidão Africana (African stand-by Force) da União Africana?</i></p>	<p>Não. A reforma é apenas nacional. Antes da crise de 1998-99 a Guiné-Bissau participou nas operações de paz africanas. No entanto, agora há que dimensionar as Forças Armadas Guineenses à dimensão das suas próprias necessidades nacionais e não às necessidades regionais ou continentais.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Claro que concordo. É preciso estabelecer a missão das Forças Armadas e depois os militares deverão participar nos processos de desenvolvimento, nos aspectos humanitários, na recuperação de estradas, pontes, na produção de arroz, no fomento da saúde, etc.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Claro. Mas na Guiné-Bissau não há um plano nacional de segurança. Só depois de tal plano ser estabelecido é que se poderão definir as prioridades. Por exemplo, para de seguida se levar a cabo uma grande obra, como a de garantir uma cobertura geral de energia eléctrica à cidade de Bissau, o que poderá ser levado a efeito com o grande projecto da barragem do Saltinho.</p>	
<p>Rectificação de alguns pontos, feita pelo Ministro da Defesa:</p>	<p><i>“Caro Senhor Luis Saraiva, Obrigado pela mensagem, da qual agradeço bastante, mas gostaria de dar algumas precisões sobre a entrevista concedida.</i></p> <p><i>Relativamente a nota introdutória, o número de 3440 homens refere-se ao quantitativo fixado no âmbito da reestruturação do sector da defesa (militares) e consta no documento de estratégia apresentada a Mesa Redonda de Doares realizada em Genebra em Novembro de 2006, na qual os parceiros acordaram apoiar a Guiné-Bissau no processo de reforma. Deste modo, o Ministério da defesa nacional e o estado maior general das forças armadas têm como referencia este número para efeito de trabalho de reestruturação do sector da defesa. De qualquer maneira, os números definitivos a iniciar o processo da reforma vai ser anunciado brevemente pelo governo. Ainda de igual modo devo confirmar que este número não inclui as forças de segurança onde estão inseridos os agentes de polícia de ordem pública, guarda nacional, serviços de informação de estado e polícia judiciária.</i></p> <p><i>Quanto a cooperação técnico militar, uma pequena precisão relativa a UE, pois quando a não financiamento de equipamento, trata-se apenas da missão PESD que é apenas política e de implementação de política de apoio ao processo da reforma. Tudo que é aquisição de bens e serviços no âmbito da reforma com a UE deve ser vista no</i></p>	

	<p><i>quadro de cooperação a reforma do sector de segurança, projecto esse orçado em cerca de 8 milhões de Euros.</i></p> <p><i>Ainda na cooperação técnico militar, a China apoia o nosso País no melhoramento das infra-estruturas militares, como por exemplo, as construções das casernas para a guarda presidencial, clube militar e casas dos oficiais militares, para além de, no âmbito social, apoiar a construção de um hospital militar para 200 camas, sendo 150 para internamento e as restantes para serviços. Em 2002/2003, a China também financiou a construção de 132 apartamentos em Bissau para os Antigos Combatentes.</i></p> <p><i>Quanto a última questão, dei apenas o exemplo do sector energético, como uma área que deve ser vista no âmbito geral de desenvolvimento ligado intrinsecamente a segurança nacional. E neste particular a barragem de Saltinho constitui um desafio para a Guiné-Bissau na perspectiva de melhorar o fornecimento deste produto básico para o seu desenvolvimento sobretudo para pequenas indústrias a situar na zona sul do país para a valorização e transformação dos produtos agrícolas.</i></p> <p><i>Um abraço e ate breve, Artur Silva, MDN”</i></p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 7		
Nome Entrevistado: Dr. Guilherme Zeverino		
Função: Conselheiro Embaixada para Cooperação	Idade: 43 (?)	Nacionalidade: PT
Data: 1Fev09, 20h00	Local: Bairro da Coop. Port. Bissau	(Gravador de som)
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Quais os principais actores internacionais presentes na RGB que se dediquem essencialmente a actividades relacionadas com projectos de desenvolvimento, de reorganização com vista à boa governação e de implementação de estruturas de defesa?</i>	Se vamos pensar nos actores mais relevantes, há que ver que a RGB tem muito poucos doadores. O primeiro doador é a União Europeia e o maior doador bilateral é Portugal. Apesar de haver poucos doadores, têm surgido aqui algumas novas embaixadas. Outros actores relevantes são Angola, Espanha (até pela sua própria dimensão e pelo recente interesse por África) e França. Há outros actores que, embora relevantes também, não falam a “linguagem” da OCDE, da UE. Para além de importantes ONGs, neste caso tornaram-se também relevantes recentemente a China e a Líbia. Embora menos importantes localmente há também que referir um outro grupo de actores, onde se inclui a Rússia, já para não falar de vários países árabes.	
<i>Quais os actores internacionais que têm reconhecidamente atingido maior grau de sucesso na implementação de projectos?</i>	Sem dúvida, em primeiro lugar a Comissão Europeia, acompanhada de outros actores, bilaterais, como é o caso, destacadíssimo, de Portugal. Pela negativa destaca-se, no entanto, a ONU.	
<i>A que se deve o sucesso desses projectos?</i>	No caso da Comissão Europeia o sucesso deve-se ao papel estratégico que tem vindo a desempenhar. Desempenha um papel de relevo que diz respeito à construção de estradas, de pontes, etc., naquilo que podemos designar como intervenção “hardware”. No caso de Portugal é de relevar o esforço que tem feito, agora de natureza “software”, quer dizer, não tanto pelo investimento e injeção de bens, mas mais pela ajuda na área de	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>formação, aconselhamento e <i>lobbying</i> a favor da RGB. Há que notar, por outro lado, a existência de uma matriz muito forte comum aos dois países, no aspecto cultural, desportivo, social. Símbolos como Ronaldo, Benfica, Sporting, funcionam como fortes ligações entre os dois povos. A relação custo-eficácia dos projectos tem sido muito favorável a Portugal devido a esses factores.</p>	
<p><i>Quais os principais obstáculos à reorganização do estado e à implementação de medidas governativas de melhoria da paz e bem-estar?</i></p>	<p>Aqui, o conceito de Estado é muito volátil. Portugal funciona quase como um advogado de defesa da Guiné-Bissau nos <i>fora</i> internacionais. Tem tido um importante papel de facilitador, relativamente à Guiné-Bissau. Neste aspecto tem ajudado a melhorar a eficácia da ajuda. Mais até do que no seu papel de cooperação para o desenvolvimento, no terreno. Este é um debate muito presente e actual, sobre o Estado da ajuda ao país. Num recente debate no Banco Africano os resultados relativos ao apoio à RGB foram negativos. Estas dificuldades têm muito a ver com a incapacidade do Estado da G-B de absorver os capitais para investimento que são disponibilizados pelos doadores, pela Comunidade Internacional.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Sim, de certa forma. Na G-B não há Estado ou quando muito, pode considerar-se que existe um Estado frágil, situação já assumida publicamente pelo país. Um dos principais problemas é a questão do desenvolvimento. Este país está muito dependente de outros e, apesar de ser um estado democrático, existem muitas variáveis que tornam difícil o sair da crise. Um dos processos que têm de ser implementados relaciona-se com o controlo democrático das Forças Armadas. É realmente impressionante que, tantos anos depois da independência, este país não tenha conseguido ainda avançar para um processo de adaptação das suas leis que levem à boa governação e a uma subordinação do poder militar ao poder político, apoiado democraticamente. As elites políticas são ainda todas as que saíram dos quadros da luta pela independência, não havendo oportunidade ara refrescamento dos quadros. Há que dar oportunidades aos novos quadros para integrarem a política, cujo acesso lhes está vedado pelo <i>establishment</i>.</p>	
<p><i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Sim, embora dependa da área de que estamos a falar. Do meu ponto de vista as prioridades absolutas são a educação e a saúde, incluindo o combate à pobreza. Neste país não há electricidade, não há água corrente, não há nada daquilo que deverá constituir o apoio às necessidades básicas das populações. No entanto, ninguém exige nada do Estado. Portanto, há que transformar as mentalidades. A própria sociedade civil não está preparada para exigir mais dos seus governantes. Por outro lado, no entanto, é de sublinhar que uma importante rede de solidariedade, inserida na própria cultura cívica tradicional deste povo,</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>funciona bem e permite que as carências extremas provoquem ainda maior mal-estar social ou outros danos. Outro grave problema é não existir investimento privado neste país. O que existe é apenas residual, apoiado em alguns investidores mais determinados, com destaque para os portugueses. Para que possa acontecer é necessário tornar o país atractivo, o que se prevê como um longo e difícil projecto. Terá que se partir, primeiro, de uma estabilidade muito grande e, para isso, o país tem de ser responsabilizado. Quanto tempo tal processo demorará a ser implementado é uma incógnita; talvez cinco, dez anos. Nós, os peritos de desenvolvimento que trabalhamos no terreno, aconselhamos aos investidores, quando nos perguntam sobre oportunidades, sempre muita cautela, pois, a qualquer momento, pode desaparecer o investimento líquido. Isto porque não existe a capacidade do Estado de proteger esses investimentos. Pode mesmo dizer-se que, neste particular, não existe mesmo Estado. Qualquer funcionário das Finanças vai aparecer junto do investidor e exigir o seu quinhão pessoal, espoliando o investidor. O país não está ainda preparado para o investimento, portanto. No entanto, há que referir que existe, que continua a existir uma grande atracção dos investidores pela G-B, embora pouco se passe da vontade de fazer. No entanto, já há alguns indicadores positivos concretos da vontade de investir, como o projecto de reabilitação da fábrica de tijolos de Bafatá ou do investimento turístico em Quinhamel.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 8		
Nome Entrevistado: Dr. Fernando Machado		
Função: Dir ONGD “Encontro” (Associação para a Cooperação com Países Africanos de Língua Portuguesa)	Idade: 54 (?)	Nacionalidade: PT
Data: 1Fev09	Local: Quinhamel, Guiné- Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Quais os objectivos e expectativas que existem relativamente à ONGD “Encontro”?</i>	<p>Esta ONG é reconhecida pelo Governo Português. Surgiu devido a ter sido identificada a necessidade, por um grupo de pessoas, de participação no processo de melhoramento das condições dos militares e ex-militares da Guiné-Bissau. Quando digo ex-militares estou a referir-me aos que serviram, durante a guerra colonial, tanto do lado do PAIGC como integrados no Exército Português. Esta ONG tem portanto como objectivo “dar uma mão” para qualquer um desses ex-combatentes que, de um lado ou de outro, participaram na guerra colonial. Dar-lhes a mão através de espaços concretos onde encontrem satisfação para as suas necessidades mais básicas. Isto é, apoio moral, apoio sanitário, apoio social. Obviamente que o apoio sanitário será o mais fácil, com um posto de enfermagem onde poderão beneficiar de tratamentos básicos, como vacinas, controlo médico, fornecimento de anti-palúdicos. Em suma, todos os problemas básicos e essenciais da medicina das doenças locais.</p> <p>No aspecto social, tudo aquilo de que necessitem e que esta organização possa satisfazer. Costumo ilustrar esta situação dizendo que me repugna que um ex-militar do exército português, pelo facto de ter a nacionalidade guineense não consiga obter um simples visto para ir a Portugal, nem que seja temporário. Causa-me alguma repulsa mas também tristeza. Eu também tive o privilégio de ter sido combatente aqui na Guiné-Bissau, no Exército Português. Causa-me tristeza que os meus antigos camaradas, que tanto se empenharam em bem servir na guerra – e sou testemunha disso –, não tenham visto para irem a Portugal visitarem familiares ou para terem uma consulta médica, ou mesmo para qualquer outra coisa. É uma imagem que eu utilizo, às vezes, para ilustrar esta</p>	

	<p>situação, que gostava de ver ultrapassada. Também gostava que estas pessoas encontrassem um local que dignificasse o seu passado. Temos que ver que na Guiné-Bissau se encontram situações de pobreza extrema. Não sei se a fome os atinge, apesar de tal ser referido em análises estatísticas. Mas tenho dúvidas de que no interior da Guiné-Bissau haja fome. Neste local em que agora estamos a pensar instalar o apoio da “Encontro” pensámos que era necessário para que as pessoas possam ter os cuidados mínimos de higiene, onde inclusive possam tomar um banho com água corrente, um bem que quase não existe neste país. Provavelmente num país como Portugal ninguém estará sensibilizado para isto, mas aqui tem muito significado. Damos-lhes este espaço... aquilo que se chama um clube, normalmente um ponto de encontro, com umas revistas, umas refeições. Estou a referir-me aos antigos combatentes da guerra colonial, independentemente do exército que serviram. Para além disso há o problema dos actuais militares que excedem largamente as necessidades e as possibilidades da Guiné-Bissau para estarem nas suas fileiras. Há que os ajudar a saírem das fileiras militares e encontrarem uma nova vida na economia activa, na vida civil, o seu lugar. A ONGD “Encontro” procurará também através de acções de formação profissional, através de canalização de micro crédito e de outras acções, que a seu tempo serão identificadas como úteis, para encontrar soluções para estes excedentários das Forças Armadas.</p> <p>Repare que as autoridades da Guiné-Bissau, tal como a Comunidade Internacional, vêm verificando há anos que há que reduzir o número de pessoas que “vegetam” numas casernas que pouco têm; não têm condições de alimentação, de higiene, e continuam a vegetar por essas casernas, com armas na mão. Ou seja, quando têm que reivindicar, fazem-no com as armas, porque são militares. Daí a instabilidade a que este país está permanentemente sujeito. Portanto gostaríamos de participar neste processo, de tirar das casernas todos aqueles que estão a mais, dar-lhes uma vida alternativa, ajudando-os “não lhes dando o peixe, mas sim a cana e ensinando-os a pescar”. Em suma, procuraremos encontrar-lhes um local com dignidade na vida civil de forma a passarem a ter uma participação activa na economia real.</p>	
<p><i>Sabe que actualmente o grande obstáculo para uma “Reforma”, no sentido de “renovação”, do sector de segurança e defesa é não se saber o que fazer com esses militares que estão a mais, que são</i></p>	<p>Exactamente. É tentar participar também nesse campo. O problema é que há vários projectos para tirar esses excedentários das Forças Armadas e transferi-los para a vida civil. Só que eles não acreditam no que lhes prometem. Estão com medo de aceitarem ir para casa e que depois os ignorem. Pois o Estado guineense perdeu credibilidade junto das populações. Estes militares estão sempre a pensar que se entregarem a sua arma e forem desmobilizados irão morrer de fome, sem poder para se imporem. Deixam de ter a farda, deixam de ser “poder”. Por isso não vão para casa, por não acreditarem também</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>demasiado idosos, mas que fizeram o sacrifício da guerra. Merecem dignidade e, se simplesmente forem desmobilizados e enviados para casa, não terão condições para viverem. É este, portanto, um dos problemas sobre os quais a organização “Encontro” se debruça?</i></p>	<p>nas promessas do próprio Estado.</p>	
<p><i>Portanto a “Retorno” pode ser parte da solução. E pode colaborar concretamente numa reforma real das Forças Armadas e de Segurança?</i></p>	<p>Pode colaborar, sim, de formas muito concretas. Será através destes processos mais pequenos (“projectos-piloto”) que isto se concretizará e que o processo irá para diante. Para já temos este primeiro passo, este projecto para a cidade de Bafatá. Se tiver sucesso poderão criar-se núcleos semelhantes noutras cidades deste país. Aos poucos ir-se-á concretizando esta rede de satisfação de necessidades – soluções a que a sociedade e o Estado guineenses há muitos anos aspiram. Não tem sido possível a sua concretização pois, por mais milhões de euros que se gastem em investigações e análises só será viável se as pessoas acreditarem que é possível, para além do imprescindível apoio das autoridades locais, tanto nacionais como do interior.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Vou responder com uma charada: O que é que apareceu primeiro? O ovo ou a galinha? Muita gente diz que não sabe identificar qual é a primeira prioridade. Na minha opinião, se calhar têm de ser concorrentes no tempo e ir aparecendo e desenvolvendo-se em simultâneo, de forma coordenada.</p> <p>São, exactamente, duas realidades que não podem aparecer dissociadas. Não se pode falar de desenvolvimento sem referir as questões de segurança e não podemos falar de segurança sem referir o desenvolvimento.</p>	
<p><i>Mas, na sua opinião, o que poderá ajudar a lançar o processo de criação de bem-estar e riqueza e de segurança na Guiné-Bissau? Primeiro, criar uma matriz de segurança e depois, com as pessoas a sentirem-se seguras, começam então a</i></p>	<p>É muito difícil responder à questão. Apesar de todas as dúvidas que estou a levantar, afigura-se-me que, apesar de tudo, é preciso começar com a segurança. Porque todo o pequeno comerciante, todo o investidor (pequeno ou grande) sentem-se ameaçados no seu investimento. Não está livre de que apareça uma autoridade, seja do Ministério das Finanças, seja de outro qualquer, a exercer o seu poder e, de um dia para o outro, vá espoliar o comerciante de tudo aquilo que ele esteve a criar e afazer. Este é o sentimento de toda a gente na Guiné-Bissau. Enquanto não houver regras eficazes e enquanto uma pessoa continuar a pensar que a qualquer momento lhe poderão levar o que é seu, não haverá investimento.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>desenvolver-se economicamente, através de processos tímidos, de início, como o pequeno comércio, lançando pequenos projectos de desenvolvimento económico e, a partir daí se criará segurança, naturalmente'?</i></p>	<p>Enquanto durar o abuso de poder não haverá a promoção do desenvolvimento, excepto no que diz respeito à economia subterrânea, paralela.</p>	
<p><i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Exactamente. Tem que haver segurança, as pessoas têm que saber aquilo com que podem contar. Não podem estar sujeitas a uma espoliação feitas por fiscais dos impostos, dos funcionários das alfândegas, etc. Toda a gente sabe que, quando estes agentes aparecem, vêm em busca de uma negociação cujo lucro vai cair no seu próprio bolso. Atemorizam as pessoas: “O senhor tem que pagar 30 milhões!” A pessoa, atemorizada, acaba por aceitar pagar um décimo daquele valor, directamente para o bolso do corruptor. E o Estado não recebe nada. Tem que se ultrapassar isto e não vejo que seja tarefa fácil para os governantes da Guiné-Bissau conseguirem limpar este <i>modus operandi</i>, este ciclo vicioso.</p> <p>Uma estrutura de segurança implementada com eficácia permitiria anular isto, sem dúvida.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litánias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 9		
Nome Entrevistado: Embaixador (Jubilado) Inácio Semedo		
Função: Dir. ONGD “Encontro”	Idade: 65 (?)	Nacionalidade: Guiné-Bissau
Data: 30Jan09	Local: Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Como é que as organizações internacionais, as não-governamentais e outras instituições têm contribuído, nos últimos anos (após a crise de 1998-99) para restabelecimento das condições de bem-estar e segurança da RGB?</i>	<p>Permita-me que faça uma pequena abordagem da história da Guiné-Bissau. Parecia que o país, depois da independência, seria um modelo para as outras ex-colónias portuguesas. Havia quadros de relevo, com muito boa formação. Foi identificado um elenco inicial de 16 ministros e secretários de estado, escolhidos com cuidado. Também foi estabelecido um programa de governo, com objectivos concretos. Infelizmente ocorreu o conflito fratricida de 1998-99 em que a Guiné-Bissau teve a parte negra da sua História. O conflito nasceu do problema do tráfico de armas para Casamansa. Isto podia até ter algum significado, pois a Guiné-Bissau tinha feito a luta [contra o colonialismo] armada com o apoio logístico dos vizinhos. O Senegal só deixava passar os resistentes para fins humanitários, ou seja, só passavam doentes ou então crianças para irem à escola. Tratavam-se de crianças que não tinham famílias e que levávamos para o outro lado da fronteira, para que fossem cuidadas. Tarranga era a zona balnear pela qual Luís Cabral era responsável. Tínhamos dividido a Guiné em três regiões, zona Norte, zona Leste (Medina do Boé) e zona Sul. O Norte estava sob a alçada de Luís Cabral (que vivia em Dakar). Tinha como Comandante Osvaldo Vieira (irmão de Nino). No Leste estava Aristides Pereira (que depois seria Presidente de Cabo Verde). A zona Sul tinha Amílcar e Nino. Do Sul vinha todo o armamento (pelo “caminho da liberdade”).</p> <p>Foi aqui que nasceu alguma simpatia e laços históricos (troca com franceses). França cedeu Cassine, no Sul, o “celeiro da Guiné-Bissau. Os de Casamansa são de Canchungo (ex-Teixeira Pinto). Cacheu é a capital. Foi aqui que nasceu essa simpatia. Começaram a reivindicar autonomia dentro do Senegal. Nas acções de guerrilha precisavam de armamento que veio de Portugal. O negócio tornou-se mais intenso, inclusive com produção de cannabis. Nino tentou envolver o Brigadeiro Ansumane Mané. Este pediu para ser ouvido, afirmando que Nino é</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>que teria dado ordens para fornecimento de armas aos rebeldes de Casamança. Nino não gostou e demitiu Mané. Este não gostou, não por ter sido exonerado, mas porque o seu bom-nome estava em causa. Começou aqui o desentendimento. Mané não acatou as ordens e assim começou a guerra. Arturo Ferrazetta, bispo de Bissau, assumiu a responsabilidade pela protecção de Bissau. Humberto Gomes era o Chefe de Estado-maior na altura; avançou com um grupo mas não teve sucesso.</p>	
<p><i>E, 10 anos depois, o que se fez já?</i></p>	<p>É preciso saber o que o país quer construir. Por exemplo, desenvolvimento social, educação e saúde. Portugal é um parceiro privilegiado da Guiné-Bissau, pois o seu apoio é necessário. No entanto, os guineenses têm de dizer a Portugal o que pretendem deste país. Por exemplo, Portugal tem 10% da sua população nas escolas. Podem apoiar-nos nisso. De Portugal, portanto, queremos apoio na saúde e na educação, em geral. Posso dar um exemplo desse compromisso: Portugal disse que enviaria 220 professores. Depois, 35 médicos, essencialmente para a capital. Permaneceria assim uma forte presença de Portugal, no apoio ao desenvolvimento. Tudo isto se passou quando eu era Director-geral da Cooperação, nos primeiros anos do início da cooperação de Portugal com a Guiné. Eu tinha ligação directa ao Primeiro-ministro, na altura e dispunha de um grau de autonomia que nem os ministros dispunham. O meu interlocutor português era o embaixador Matos Parreira. Este acabou por me afirmar que Portugal tinha dificuldades em enviar mais médicos e professores (e o número destes na Guiné-Bissau começou mesmo a diminuir). Seis milhões de dólares foi o contributo de Portugal, naquela altura, para artigos de primeira necessidade, para os “armazéns do povo”.</p> <p>É preferível mandar mais médicos para a Guiné-Bissau. Estou consciente que Portugal também tem problemas financeiros. No entanto foi-me dito que seriam contactados, por Portugal, médicos nórdicos. Mas estes também têm dificuldades. Portugal quer ajudar-nos pois tem deveres históricos para com as ex-colónias. No entanto tem dificuldades em acudir-nos. No que diz respeito a ideia de enviar médicos, tinha sido prometido que Portugal lhes pagaria os salários e nós dávamos o resto, incluindo alojamento. Planeou-se uma cooperação triangular, relativamente aos médicos, devido às dificuldades de Portugal, sozinho, suportar tal encargo. A Holanda financiava, Portugal dava os médicos. Também o governo sueco apoiou com uma verba de 12 milhões de dólares. Por outro lado, a Holanda apoiou também o desenvolvimento, propondo a instalação de uma fábrica de açúcar. No entanto seria necessário, antes, a realização de um estudo de viabilidade económica. Relativamente ao porto de Bissau, contratámos uma empresa italiana, Associated Business, para fazer um estudo de recuperação e modernização, que custou 750 mil dólares. Se a Guiné-Bissau aprovasse esse estudo e entregasse a obra a essa</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>empresa, então esse custo seria deduzido do total. Como não se avançou, perdemos essa quantia. Apesar de tudo, em 1998 já muita coisa estava a andar, no terreno, para a modernização do país.</p> <p>A 14 de Novembro de 1980 Luís Cabral toma o poder. Depois de Nino começou o retrocesso. A Guiné já produzia leite, mobílias. Havia a fábrica da SOCOTRAM. A Suécia tinha enviado 60 a 80 técnicos. As coisas funcionavam. Depois de Nino tomar o poder passámos a ter um governo de “amiguismo”. A cultura étnica começou a impor-se, o espírito tribal voltou. Faziam-se reuniões com os chefes de tabancas e negociava-se o voto. Foram assim gastos nas eleições cerca de cinco milhões de dólares, dizia-se.</p> <p>Depois do conflito de 1998-99 assistiu-se à chegada de muitas ONGs. No entanto faltam todos os artigos básicos para a medicina, por exemplo. Hoje, na verdade, que mais faz o que é necessário são as ONGs. É de sublinhar que, actualmente, a Suécia parou a ajuda humanitária e se retirou da Guiné-Bissau. Permanecem cá, no entanto, cerca de 30 ONGs.</p>	
<p><i>Que apoios são necessários para a integração social dos antigos combatentes e dos militares mais idosos que permanecem nas fileiras por não terem recursos para sobrevivência, se desmobilizados?</i></p>	<p>Apoios para a integração social, principalmente. Não existe quase nada, por isso os mais velhos não abandonam os quartéis. Temos por obrigação de fazer o levantamento dos militares que combateram pela liberdade. Só depois é que podem ser enquadrados num programa de apoio para a integração social. Agora, ao preparar este sistema, não se poderá vir dizer que os filhos dos combatentes são combatentes. Tal é ilógico. Actualmente poderão calcular-se os antigos combatentes em 3.500 a 4.000 e não os mais de 7.000 que estão contabilizados.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Sem dúvida. Duas das condições fundamentais para o desenvolvimento do país são a segurança e a estabilidade. Actualmente aqui ninguém investe pois “só se vende droga e matam gente na rua”, imagens que repelem os investidores.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i>	Sem uma estabilização de segurança não há possibilidades de desenvolver nada neste país. As Forças Armadas e a Polícia deveriam ter por missão proteger a população e, no entanto, é no seio destas instituições que se encontram os culpados do narcotráfico. Dentro em breve regressará ao país alguém muito comprometido com este flagelo da Guiné-Bissau, o que não é animador.	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIÇÃO

Entrevista n.º 10		
Nome Entrevistado: <i>Kees Klompenhouwer</i>		
Função: Director CPCC, SGC UE	Idade: 55	Nacionalidade: França e Holanda
Data: 30jan09	Local: Hotel 24 Setembro, Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
	<p>Sr. Kees Klompenhouwer afirmou haver condições para se avançar com o processo de RSS, tendo em conta a situação do país. Confirmou que a UE está em condições de ajudar a G-B neste domínio, em conjunto com outros parceiros, para levar a cabo a reestruturação do Projecto nacional. Pretende-se abrir a porta a um exército moderno, com mais capacidade, para além do apoio nas áreas das polícias e justiça.</p>	<p>Conferência de Imprensa do Director do CPCC, SGC da UE, realizada na sede provisória da missão UE RSS Guiné-Bissau. Director CPCC (é também o Comandante das operações civis da UE), Kees Klompenhouwer começou por fazer uma súplica da sua visita à Guiné-Bissau. Como falou em francês, a conferência de imprensa teve de ser interrompida logo no seu início, enquanto se aguardava a chegada de uma tradutora.</p>
<i>Pergunta: Qual a preocupação das vossas autoridades com esta visita?</i>	<p>Resposta: A preocupação principal do governo é a questão da reforma, ou seja, da passagem à disponibilidade do pessoal com mais idade e que, actualmente, não tem um papel activo nas Forças Armadas. O governo procura uma forma digna e aceitável para as pessoas para levar a cabo este desiderato e a UE está a colaborar com as autoridades para ajudar a levar isto a cabo.</p>	
<i>Pergunta: Haverá possibilidade de prolongar a missão em Bissau?</i>	<p>Resposta: Essas possibilidades deverão ser decididas pelo Comité Político e de Segurança (COPS) da UE.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>Pergunta: O que é preciso fazer para que a missão continue?</i></p>	<p>Resposta: Inicialmente o mais importante será o empenhamento do Governo da RGB. Não apenas com declarações mas com o apoio concreto à continuação da missão.</p>	
<p><i>Pergunta: em que consiste o plano para continuação da RSS?</i></p>	<p>Resposta: A vontade do Governo é a primeira prioridade. Só depois aflorará a vontade dos Estados-membros da UE de apoiarem a prossecução da missão. Sobre estes fundamentos procuraremos elaborar planos, trabalhando com o Governo. Iremos trazer para o processo um apoio técnico para desenvolver esse plano.</p>	
<p><i>Pergunta: A UE já identificou os quantitativos dos militares que serão desmobilizados?</i></p>	<p>Resposta: A decisão é tanto técnica como política. Será o governo a transmitir o número de militares a desmobilizar e será sobre essa base que iremos trabalhar. Equipamentos modernos, técnicas modernas, efectivos mais pequenos e mais eficazes: tudo isto será feito a partir de decisões do Governo.</p>	
<p><i>Pergunta: A União Europeia sente que o País tem capacidade para fazer a Reforma do Sector de Segurança?</i></p>	<p>Resposta: Sim, as condições existem. O partido do Governo dispõe de uma larga maioria no Parlamento e portanto o Parlamento deverá apoiar estes planos. [General Vêrastegui interveio para sublinhar que estas condições aconteciam num momento considerado histórico]. O trabalho técnico deverá ser feito por etapas, com planos realistas que possam ser sustentados pelo próprio país, a partir de aconselhamento técnico realista.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o</p>		

Anexo B – Análise das Entrevistas

riso, o tom irônico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIÇÃO

Entrevista n.º 11		
Nome Entrevistado: Coronel Nogueira		
Função: adido militar PT em Bissau	Idade: 52 (?)	Nacionalidade: PT
Data: 30Jan09	Local: Embaixada de Portugal em Bissau	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Quais os principais programas em curso e as principais objectivos já alcançados?</i>	<p>Estão em execução três projectos, actualmente: O Projecto n.º.2, para a Marinha de Guerra, debruçando-se essencialmente sobre a recuperação e manutenção das lanchas; o Projecto n.º.4 para as transmissões militares; e o Projecto n.º.5, sobre Engenharia Militar, debruçando-se essencialmente sobre a recuperação do Quartel de Kumeré. Esta é uma instalação cobiçada por muitos. É natural que haja o perigo de algum país ou organização em cooperação bilateral tentar sonegar este projecto a Portugal, quando estiver na fase final de remodelação, para “ficar com os louros”. Por isso é essencial que Portugal esteja atento e conclua com êxito esse projecto. A CEDEAO, a FR ou mesmo a ONU podem vir ultimar a obra e dizer que foi trabalho deles. Há que não perder essa oportunidade. Há que ter muito cuidado com isso. Portugal tem investido cerca de 150.000 euros por ano nesse projecto.</p> <p>Até 1998 havia aqui projectos do Serviço de material, relacionado com o levantamento de uma oficina automóvel. Só está no papel, por enquanto. Está cá um Sargento português no âmbito do Serviço de Material. Mas o conflito de 1998 destruiu a oficina.</p> <p>O projecto n.º. 1 vai ver agora a luz do dia, com a chegada do Coronel Coutinho Rodrigues, para assessor do Ministro de Defesa.</p>	<i>(Não citável, apenas para análise quantitativa anónima)</i>
<i>O REUE está ao corrente das actividades de cooperação militar de Portugal com a RGB? Exerce algum tipo de coordenação?</i>	A UE está ciente dos nossos projectos de recuperação. Portugal colabora na missão RSS. Há que sublinhar que a UE não tem nenhum tipo de colaboração com a RGB, para além da missão RSS. No entanto, comparando com aquilo que gasta aqui, com alguns “trocós” apenas pagar-se-ia o salário de todos os militares que se deverão reformar, no processo de modernização das Forças Armadas. Bastariam 20 milhões de Euros.	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>A cooperação bilateral militar portuguesa coordena as suas actividades com outros actores, locais, estrangeiros ou internacionais?</i></p>	<p>Coordena apenas com as autoridades da RGB. Se existem centros de coordenação em Portugal, onde se dêem directivas políticas, não sei. Mas há que dizer que é uma cretinice da ONU pretender lançar aqui uma missão, como parece que vão fazer, quando já aqui se encontra em acção uma missão da UE, onde se aplicou 184 milhões de dólares. Esta missão dá para todos. O que se passa? Em África quem deve mandar são os africanos, e cada vez mais querem mandar não africanos.</p> <p>A missão PESD tem dois problemas: precisa do beneplácito da CEDEAO e, tendo-o, precisa que não haja países europeus a interferir. As gentes que trabalham dentro das NU preferem boicotar a missão ONU se isso não interessar ao seu próprio país.</p> <p>Sobre os guineenses, acabamos por verificar que as promessas de financiamento do Brasil e da Nigéria acabam por não se verificar.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Claro. Os investidores mundiais não vão investir seja o que for se não tiverem garantias; quando têm dúvidas sobre a segurança do seu investimento, retraem-se.</p>	
<p><i>Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Claro. O motivo é aquele que acabei de referir. Aproveito para dizer que a Líbia tem um projecto de investimento para este país que proximamente terá concretização na implantação de três unidades fabris. É também de referir o grande projecto do porto de Buba, para escoamento de produtos como a bauxite, do Sul da Guiné-Bissau e também da Guiné-Conacry. Este será o maior projecto de porto de águas profundas da região.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as</p>		

Anexo B – Análise das Entrevistas

proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litâneas, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, alibis, lugares comuns, figuras de retórica).

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 12		
Nome Entrevistado: Prof. Doutor Luís Castelo Branco		
Função: Quadro IPAD	Idade: 45 (?)	Nacionalidade: PT
Data: Maio 2009	Local: Lisboa	via correio electrónico
Pergunta	Resposta	Notas
Que iniciativas do IPAD têm demonstrado a relevância do nexó entre segurança e desenvolvimento?	<p>Um dos principais eixos da intervenção da Cooperação Portuguesa (CP) na GB é a Boa Governacão, Participacão e Democracia. Neste Eixo, uma das áreas prioritárias é o Apoio à Administracão do Estado. Neste sentido, o bom funcionamento das instituiçoes do Estado assume especial importância no combate à pobreza absoluta, objectivo primordial quer da intervençao da CP, quer das autoridades da GB.</p> <p>Nos últimos anos, a Guiné-Bissau tem sido confrontada com a crescente utilizacão do seu território pelas redes internacionais de tráfico de droga. Conscientes desta situacão, as autoridades guineenses apresentaram, em Agosto de 2007, um Plano de Emergência de Combate ao Narcotráfico, o qual, para ser implementado, necessita de uma intervençao coordenada a nível interno e externo. Portugal foi, desde o primeiro momento, um dos principais apoiantes desta iniciativa consciente que a crescente insegurança no país era um obstáculo à implementacão das estratégias de desenvolvimento.</p> <p>Para além da mobilizacão de apoios financeiros ao Plano, a CP pretendeu interligar esta intervençao com outras áreas essenciais, nomeadamente a Justiça nas suas diferentes vertentes.</p>	Entrevista com resposta por escrito (via email)
Qual o empenhamento do IPAD nos projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau	<p>Portugal é o maior parceiro bilateral da Guiné-bissau. Esta situacão é bem visível ao longo dos anos e no conjunto de intervençoes que abrangem os mais variados sectores. Veja-se a título informativo a lista da APD e o ranking dos doadores expressa pelo CAD/OCDE.</p> <p>A GB é um claro caso de estado órfão da comunidade internacional, sendo que Portugal tem sido dos poucos parceiros internacionais que nunca abandonaram o apoio ao país, mesmo nos períodos de maior instabilidade política e militar.</p> <p>Sobre este ponto, veja-se o texto do actual PIC Portugal – Guiné Bissau disponível no site do IPAD.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>Na sua perspectiva, quais os principais actores internacionais presentes na RGB que se dediquem essencialmente a actividades relacionadas com projectos de desenvolvimento, de reorganização com vista à boa governação e de implementação de estruturas de segurança e defesa, e cujas actividades tenham tido relevância?</p>	<p>Sobre esta questão veja-se o texto do PIC, onde na página 28 existe informação sobre os projectos dos outros doadores no terreno. Esta informação está ligeiramente desactualizada devido ao crescente protagonismo da Espanha. Em relação a este último país, e caso haja necessidade, poderá ser facultada posteriormente maior informação.</p>	
<p>Quais os actores internacionais que têm reconhecidamente atingido maior graus de sucesso na implementação de projectos?</p>	<p>Relativamente aos outros doadores há que fazer algumas distinções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem alguns que só estão presentes no terreno devido às antigas ligações ideológicas (Cuba e Rússia) e cuja presença nos programas de desenvolvimento tem vindo a diminuir. O caso de Cuba é curioso devido à sua presença na área da saúde, com a presença de médicos e de formação. É de prever a diminuição deste tipo de parceiros. - Existem várias organizações multilaterais, com destaque para a ONU e União Europeia, que apesar dos montantes que envolvem na sua ajuda, a rigidez nos seus procedimentos e estruturas demasiado burocrática, nomeadamente no caso da ONU; fazem com os efeitos da sua intervenção por vezes se percam. - Existem doadores bilaterais, Portugal, Espanha e França, com forte capacidade financeira e/ou técnica de intervenção. Estes doadores, sendo estados membros da EU, deveriam ter intervenções complementares ou pelo menos concertadas (no espírito do Código de Conduta e Divisão de trabalho)⁶⁶⁵ o que nem sempre acontece devido aos objectivos das suas políticas externas. - Finalmente existe o caso da China e de Angola, cuja 	

⁶⁶⁵ Seria curioso para efeitos do trabalho, ver os princípios teóricos destes dois documentos da EU e a sua (não) aplicação na GB

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>intervenção é muito particular. Ambos os países têm um crescente papel no país fruto da sua capacidade económica. Porém, os apoios concedidos não se inserem propriamente numa lógica de apoio ao desenvolvimento, mas sim numa clara manifestação da sua política externa. Esta constatação explica o motivo pelo qual é tão difícil enquadrar estes dois actores em estratégias de intervenção comuns de doadores no espírito da Declaração de Paria sobre a Eficácia da Ajuda o, mais recentemente, na Agenda de Acção de Acra. Um dos objectivos essenciais da China foi o de, através de recursos financeiros, fazer com que a GB deixasse de reconhecer Taiwan. Angola move-se numa lógica de afirmação do seu poder, quer em termos africanos, quer em termos da CPLP.</p>	
<p>A que se deve o sucesso desses projectos?</p>	<p>Face ao que foi referido anteriormente, podemos afirmar que a maior eficácia, do ponto de vista da GB, vem dos projectos financiados pela China e Angola, pois não tem requisitos de boa governação associados. Porém, a sua existência permite que sejam apoiados projectos governamentais apesar de alguns requisitos propostos pela Comunidade Internacional nem sempre serem cumpridos. É difícil promover algumas boas praticas internacionais ao nível do desenvolvimento, se existem doadores que não aceitam ou cumprem esses princípios. (também é resposta à pergunta seguinte)</p>	
<p>Quais os principais obstáculos à reorganização do estado e à implementação de medidas governativas de melhoria da paz e bem-estar?</p>		
<p>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</p>	<p>Sem a obtenção de garantias de estabilidade e de segurança, não é possível avançar com projectos de desenvolvimento estruturantes que são essenciais para a melhoria das condições de vida das populações. Por outro lado, se foram criadas essas condições poder-se á atrair outro tipo de apoios para o país, nomeadamente ao nível do sector privado e na criação de condições para a entrada do Investimento Directo Estrangeiro, essencial para a criação de emprego no país. (também é resposta à pergunta seguinte)</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?		
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 13		
Nome Entrevistado: Prof. Doutor Álvaro Nóbrega		
Função: Professor ISCSP	Idade: 47 (?)	Nacionalidade: PT
Data: 3 Junho 2009	Local: Lisboa	
Pergunta	Resposta	Notas
<p><i>Considera que os problemas da Guiné-Bissau se situam mais ao nível do subdesenvolvimento ou da insegurança?</i></p>	<p>No mar de problemas que afecta a Guiné-Bissau, não atribuo maior grau de responsabilidade quer ao <i>subdesenvolvimento</i> quer à <i>insegurança</i>. Julgo que são ambas faces de um mesmo cubo, sendo tanto causas como sintomas de um processo complexo e repleto de vicissitudes que é a construção do Estado na Guiné-Bissau.</p> <p>A compreensão dos problemas que entravam tal processo, leva-me a olhar para realidade sociocultural guineense na procura de respostas, sobretudo, no que diz respeito à cultura política vigente e o seu contributo quer para o <i>subdesenvolvimento</i> quer para o conflito, de onde decorre a <i>insegurança</i>. Nesse campo, atribuo grande importância à luta intensa pelo poder em que se envolve a elite política guineense. É uma luta que decorre da fragmentação da sociedade guineense e coloca diferentes grupos em competição feroz pelo acesso aos recursos do Estado. Estar próximo do poder ou distante deste significa a diferença entre uma vida confortável e outra com dificuldades. O sector privado é incipiente, os cargos nas organizações internacionais presentes no país são limitados, pelo que não existem alternativas de rendimento que não passem pelo aparelho de Estado ou pelas actividades ilícitas, como o tráfico de droga. Falta na Guiné o que designo por <i>instituições amortecedoras</i>, como os bancos, fundações e institutos que, nos países ocidentais, tomam a responsabilidade de pacificar o sistema, acolhendo a elite política nos tempos de derrota eleitoral.</p> <p>Pode então concluir-se que esta luta pelo poder é uma consequência directa do subdesenvolvimento. Nesse sentido, se a sociedade fosse mais próspera, a luta não seria tão cruenta já que a segurança económica da elite política não seria posta em causa. Todavia, a complexidade da realidade guineense obriga a que se veja, igualmente, este problema do ângulo oposto. Na Guiné, a imagem do poder é indissociável da riqueza e</p>	<p>Entrevista respondida por escrito (correio electrónico)</p>

	<p>da sua ostentação, num contexto em que o enriquecimento em funções públicas, pela apropriação privada de bens e de capitais públicos, é considerado normal. A pressão a que estão sujeitos os políticos para obter fundos para si e para assegurar o apoio das redes familiares e de apoiantes que deles dependem não é pequena. Recusar, por exemplo, um favor a um parente pode ser entendido como um comportamento <i>mofino</i> (má vontade deliberada), o que acarreta um prejuízo para a sua imagem pública. A necessidade de preservar a imagem choca, por isso, com as boas práticas recomendadas pela comunidade internacional. Tudo conduz a que as elites exerçam uma forte pressão sobre as finanças públicas, fazendo minguar a porção de recursos disponíveis para as tarefas de desenvolvimento. Assim sendo, a luta pelo poder é também ela própria uma causa do subdesenvolvimento já que absorve toda a atenção da elite política e consome os recursos nacionais.</p> <p>Por aqui se vê que o subdesenvolvimento guineense tem causas múltiplas e não reside exclusivamente no problema da segurança. Adicionalmente, quando se fala na insegurança guineense, deve entender-se que esta resulta acima de tudo do papel político dos militares. Com efeito, apesar do aumento da criminalidade urbana e do preocupante fenómeno do tráfico de estupefacientes, os níveis de insegurança não são dos mais elevados no contexto africano. A violência política, apesar dos recentes episódios, não impede o exercício da oposição nem a liberdade de imprensa. No entanto, a questão militar é preocupante e causa alarme. Os militares pagaram com sangue o preço da luta pelo poder e não dão garantias de isenção em matéria política. Verdadeiramente, a elite militar é, na Guiné, um prolongamento da elite política. Nesse contexto, o poder militar não é neutral, tomando posição activa nas batalhas políticas. Na actual conjuntura, a hegemonia dos Balantas nas forças armadas é assinalável e isso faz com que as facções políticas dessa origem étnica procurem usar esse facto em seu benefício. Naturalmente que isto cria um clima de insegurança, sobretudo quando o poder não tem maioritariamente essa ligação étnica.</p> <p>Concluo, referindo o problema do peso excessivo das forças armadas face à capacidade financeira do Estado guineense. A dimensão desproporcionada, em relação aos recursos disponíveis, é um fardo pesado para o tesouro guineense que tem de desviar de outros sectores os fundos para pagar a umas forças armadas em que os oficiais e sargentos são muitos, e os soldados poucos. As dificuldades de tesouraria são elas próprias geradoras de insegurança já que elevam o grau de descontentamento militar, e o motiva para a rebelião. Em 2004, a rebelião que levou ao assassinato do General Seabra, foi estimulada pelo atraso nos pagamentos ao batalhão que</p>	
--	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>tinha estado em missão de paz na Libéria. A separação dos militares em distintos grupos de interesse, dos negócios à etnicidade, abre um campo fértil a quem pretenda explorar as suas clivagens.</p>	
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Uma sociedade que vive em instabilidade e em medo desenvolve, quanto muito, meios de protecção ou de coacção. Concordo, por isso, que sem um mínimo de segurança não é possível almejar a qualquer desenvolvimento. Essa é, aliás, uma das funções primordiais do Estado e uma razão, pela qual, esta forma de organização política da comunidade teve sucesso e se projectou no mundo. Também é por esta razão que se fala em Estados frágeis ou falhados para designar aqueles que apresentam níveis de insegurança de tal modo elevados que a sua própria existência é ameaçada. A diferença entre estes e as sociedades prósperas é que estas são capazes de sustentar a progressão da insegurança, contendo os seus níveis.</p> <p>Reportando ao caso da Guiné-Bissau, a sua acentuada instabilidade militar origina um clima de insegurança que não garante ao poder político o tempo necessário para se dedicar às tarefas do desenvolvimento, nem incentiva os fundos internacionais, da APD e do Investimento Directo, a convergirem para o país.</p>	
<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Não é possível encetar qualquer processo de desenvolvimento sem uma estabilização da segurança. Não é suficiente por si só, mas é um forte contributo para um poder político que saiba aproveitar essa estabilização. O governo de transição chefiado por Francisco Fadul, em 99, e o de Carlos Gomes, em 2004, ainda que de curta duração, demonstraram que é possível começar a desenvolver a Guiné. As condições para isso exigem um clima de segurança adequado, aliado a um certo grau de capacidade governativa.</p> <p>A pergunta que se impõe, no contexto de países frágeis, é se estes são capazes por si só de assegurar essa estabilização ou se a comunidade internacional deve tomar em mãos essa responsabilidade? E se a tomar, deverá cuidar apenas dos problemas da segurança ou deverá também responsabilizar-se pela componente governativa? Tudo isto coloca problemas de grande delicadeza, no âmbito das relações internacionais, que se prendem com o respeito pelo princípio da soberania e o direito de ingerência; com a acomodação dos diversos interesses geopolíticos em presença e, não menos importante, com a determinação dos custos e do período temporal que uma operação desta natureza exige. Esta última questão não parece ser desprezível: quanto tempo e quanto custa manter uma operação de estabilização da segurança? Olhando para diversos exemplos encetados ainda na década de 90, do século passado, estamos certamente perante operações de longa duração e de elevado custo.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<i>Considera que o problema da Guiné-Bissau se situa ao nível do subdesenvolvimento ou da insegurança?</i>	[Não respondida]	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIÇÃO

Entrevista n.º 14		
Nome Entrevistado: Pierre-Michel Joana, Major-General Ex. Francês		
Função: Conselheiro Pessoal Javier Solana Cap. Africanas	Idade: 62 (?)	Nacionalidade: FR
Data: 26 Maio 2009	Local: Bruxelas	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Les principaux problèmes des pays sortant des crises, comme la RDC, sont d'abord d'ordre sécuritaire ou, au contraire, liées principalement au faible développement ?</i>	<p>Pour moi le principal problème à régler en sortie de crise est d'aider le gouvernement émergent à satisfaire les besoins élémentaires de la population pour redonner confiance et espoir. Ces besoins sont:</p> <p>1- pouvoir aller et venir sans être inquiété (ni racketté, ni agressé, ni violé),</p> <p>2- pouvoir produire ou gagner de l'argent honnêtement, sans être obligé de faire des trafics ou de corrompre quelqu'un.</p> <p>3- pouvoir se faire rendre justice dans des conditions acceptables, ce qui nécessite d'avoir accès à la justice et d'avoir un système judiciaire à peu près correct</p> <p>4- pouvoir se faire soigner en cas de maladie,</p> <p>5- pouvoir éduquer les enfants (écoles existantes, accessibles, gratuites ou bon marché)</p> <p>Il y a donc une urgence sécuritaire (point 1, point 2 et point 3) et une urgence développement qui ne peut fonctionner que si l'urgence sécuritaire est satisfaite.</p>	Entrevista respondida por correio electrónico
<i>Est-ce que vous êtes d'accord avec l'idée dont il existe une liaison indissociable entre Sécurité, dans sa signification plus générale, et développement ?</i>	<p>Le concept large de "système de sécurité" englobe tout ce qui procure au citoyen le "parapluie " qui lui permet d'aller et venir, de pratiquer une activité honnête sans être inquiété, et se faire rendre justice: c'est en gros les aspects armée- police- justice. Pour financer ces aspects, et fournir aux citoyens la possibilité de se faire soigner et d'envoyer les enfants à l'école, l'Etat doit avoir une maîtrise des ressources fiscales, ce qui nécessite de lutter contre les trafics, l'exploitation illégale des richesses du pays et la contrebande. A mon avis le développement ne peut reprendre dans de bonnes conditions que si tout cela s'améliore.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>On peut cependant constater que dans des pays où l'état ne joue pas ce rôle, l'économie "informelle" permet aux gens de survivre, et parfois de vivre.</p>	
<p><i>Considérez vous que tout projet de développement doit être précédé d'une stabilisation de la sécurité, encore une fois dans sa signification plus générale, afin de maximiser les garanties de succès ?</i></p>	<p>Je pense que oui. Mais j'attire votre attention sur le fait que les pays faibles ou en sortie de crise ne présentent jamais une image d'une couleur uniforme. Des pays comme la RDC, la Guinée, l'Angola, etc, sont, ou ont été, considérés comme très instables voire très risqués. Il n'empêche qu'il y a toujours, dans ces pays, des zones où la situation sécuritaire permet de lancer des projets de développement, sans risque majeur. Il y a là une "chance" de contagion pour le reste du pays, et une possibilité de ressource pour l'Etat. C'est pour cela qu'une observation trop générale d'un pays en crise est néfaste et peut même conduire à retarder la reprise du développement (les indices de risque des Nations Unies ou les recommandations de nos gouvernements à nos investisseurs ont parfois des cotés décourageants). Les gens qui ont un peu d'audace s'en sont souvent aperçus. Malheureusement, ce ne sont pas toujours les plus honnêtes.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litánias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIACÃO

Entrevista n.º 15		
Nome Entrevistado: Fernando Jiménez Páez		
Função: Consejero adj. REPER Espanha	Idade: 52 (?)	Nacionalidade: Espanha
Data: Maio 2009	Local: Bruxelas	
Pergunta	Resposta	Notas
<i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?</i>	<p>Totalmente de acuerdo, no puede haber desarrollo económico y social, sin un marco de seguridad jurídica y económica. Considero que seguridad es un concepto muy amplio, en el que se encuentra incluida la seguridad física.</p> <p>En una economía de mercado, las inversiones solo acuden a los lugares donde hay protección de los derechos fundamentales (como la propiedad privada), y esta protección de lleva a cabo mediante un marco jurídico y un sector de seguridad apropiado (que incluye las fuerzas armadas, las fuerzas de seguridad y el sistema judicial).</p>	Entrevista respondida por email
<i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i>	<p>Totalmente de acuerdo, pues los proyectos de desarrollo, llevados a cabo en una región no estable, o insegura, no tienen muchas posibilidades de echar raíces.</p> <p>La inseguridad en una región es, a veces, aumentada por elementos de las fuerzas de seguridad corruptas, pero que están en posesión del poder de las armas.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o</p>		

Anexo B – Análise das Entrevistas

riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litanias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).

FICHA PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS PELO MÉTODO DE ENUNCIÇÃO

Entrevista n.º 16		
Nome Entrevistado: Capitão-de-fragata Nuno Chaves Ferreira		
Função: Conselheiro Militar REPER Bruxelas	Idade: 44	Nacionalidade: PT
Data: 19Jun09	Local: Bruxelas	
Pergunta	Resposta	Notas
	<p>Ultimamente tenho andado muito ocupado mas não queria deixar contudo de partilhar algumas reflexões que fiz a caminho de casa e vice-versa sobre este muito interessante tema.</p> <p>Confesso que não conheço as bases teóricas por isso peço-te que releves algum menor rigor naquilo que te vou dizer e que interpretes apenas como uma reflexão minha que aproveitarás ou não da maneira que entenderes.</p>	Respondido por correio electrónico
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e Desenvolvimento?</i></p>	<p>Tenho para mim que não há segurança sem desenvolvimento nem desenvolvimento sem segurança. Por isso sim, acho que existe uma ligação muito estreita entre estes dois conceitos. O problema para mim é como e quando é que estes dois vectores devem intervir como ferramenta de apoio à gestão de um crise. Não avalio por isso que o desenvolvimento tenha que ser necessariamente (tipo chapa 5) precedido de uma acção de segurança.</p> <p>Quero com isto dizer que estas duas ferramentas (chamemos-lhe assim por uma questão de facilidade falta de tempo da minha parte para pensar num termo melhor) devem ser na grande maioria dos casos utilizadas em simultâneo. Pensando que juntas estas duas ferramentas representam 100% de uma intervenção da CI na gestão de uma crise a questão é decidir qual a percentagem que devemos colocar em cada uma delas. Isto é, quando mais a situação num qualquer cenário se encontra deteriorada, maior deverá ser o factor segurança e menor o desenvolvimento. À medida que a segurança for sendo conquistada o factor desenvolvimentos vai ganhando preponderância sobre a segurança. O porque desta relação inversa dispense-me de te dizer porque sabes bem melhor do que eu.</p>	Entrevista respondida por email

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>De qualquer modo considero que será sempre útil actuar em simultâneo quer na vertente segurança, quer na vertente desenvolvimento. Quase que poderíamos dizer que o progresso e a estabilidade de um país em crise são directamente proporcional respectivamente ao desenvolvimento e segurança e que estes dois últimos se somam. Nesse faz cada vez mais sentido que desde o início sejam implementados em simultaneamente.</p>	
	<p>Espero que isto faça algum sentido, mas foi no pouco tempo que consegui encontrar aquilo que me aprouve dizer-te.</p>	
<p>Características gerais destas entrevistas: tempo – ½ hora a uma hora, corpus de 15 a 30 entrevistas. Entrevista com características mistas: semi-directiva (para além do estímulo para falar que a pergunta constitui, o entrevistado é estimulado a falar livremente).</p> <p>Analisar: singularidade da elaboração individual do discurso; alinhamento e progressão do discurso. Tentar identificar ideologias. Tentar registar o máximo de informação (linguística – registo da totalidades dos significantes -, paralinguística – anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais, tais como o riso, o tom irónico, etc. Análise temática: identificar a frequência dos temas. Análise de enunciação: analisar a dinâmica própria de cada entrevista, tal como o alinhamento e a dinâmica do discurso (lógica de cada entrevista – relação entre as proposições e evidenciar também as formas de raciocínio); análise sequencial (há uma nova sequência sempre que há uma mudança de assunto; rupturas); o estilo (sobriedade, lirismo, litánias, interpolações); elementos atípicos e figuras de retórica (recorrências, lapsos, ilogismos ou falhas lógicas, álibis, lugares comuns, figuras de retórica).</p>		

(B42)

Matrizes para Análise de Conteúdos

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 1

Local: Bissau Data: 29Jan09

Meio (registo): gravador de som

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
Percepção sobre o nexó segurança-desenvolvimento	Segurança Desenvolvimento		“Sem segurança ... não há desenvolvimento” “Segurança física” “Segurança humana” “Sistema legislativo”	“Sem segurança não há investimento e não há desenvolvimento” “Esta segurança não é apenas física ou humana, mas também o sistema legislativo adaptado...”
	Estado de Direito	Construção do <i>corpus</i>	“Tudo por fazer”	“Neste país está praticamente

Anexo B – Análise das Entrevistas

		legislativo		tudo por fazer.”
			“Subordinação do poder militar ao poder civil”	“É essencial que se crie legislação para subordinação do poder militar ao poder civil.”
Sensibilidade para as questões de segurança	Segurança	Estabilização	“Estabilização de segurança”	“A estabilização de segurança é importante.”
Sensibilidade para as questões de desenvolvimento	Desenvolvimento	Combate à corrupção	“Combate à corrupção”	“Mas os projectos de desenvolvimento passam pelo combate à corrupção... endémica... quase-legitimidade”
		Desvios dos objectivos	“Desvios dos objectivos”	“Qualquer projecto de

Anexo B – Análise das Entrevistas

		Fiscalização dos projectos de desenvolvimento	“têm de ser... fiscalizados”	desenvolvimento precisa de garantias de que não existem desvios dos objectivos.” “... os projectos de desenvolvimento... têm de ser devidamente fiscalizados”
Presença de ameaças	Ameaça da migração	Migração pouco significativa. Existência de crime organizado relacionado com migrações	“Migração não muito alta” Crime organizado de redes clandestinas de migração”	“A migração não é muito alta. Há crime organizado de redes clandestinas de migração.”
	Ameaça de tráfico de droga	Aumento sofisticação de meios Meios diversos de transporte de droga	“cada vez mais” “Aviões a jacto “Correios, Contentores marítimos, Camiões, pesca”	“As rotas da Colômbia para a Guiné-Bissau, para transporte de narcóticos, usam cada vez mais aviões a jacto...” “Correios, contentores (marítimos), camiões... através do deserto... Sistemas de pesca.”

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Ameaça de terrorismo	Oposição a correntes fundamentalistas islâmicas	“pouco influenciável a tendências extremistas” Opõe-se... organização externa”	“A comunidade muçulmana tem características próprias e grande tradição, o que a torna pouco influenciável a tendências extremistas.” Opõe-se à instalação de uma organização externa”
--	----------------------	---	---	--

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 2

Local: Bissau Data: 29Jan09 Meio (registo): Bloco de notas Duração: cerca de 50 minutos

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
Prioridades da representação portuguesa em Bissau	Relações Externas (RE)	Prioridades das RE	Portugal... topo das prioridades... relações externas... Guiné-Bissau O País já lá está ajudar os guineenses fazemo-lo com autenticidade talvez não com a devida eficácia	“Mostrar Portugal no topo das prioridades das relações externas da Guiné-Bissau.” “O País já lá está.” “O meu papel como embaixador é de o manter nesse patamar.” “Estamos aqui para ajudar os guineenses e fazemo-lo com autenticidade, mas talvez não com a devida eficácia.”

Anexo B – Análise das Entrevistas

				Polícia de Ordem Pública”
Relação de Portugal com outros países presentes na RGB	Relações Externas	Concorrência com outros países	“Os outros... não concorrentes”	“Não devemos olhar para os outros como concorrentes.”
		Relação com Guiné-Bissau	“Todos concorreremos.. na prática... nem se verifica”	“Todos concorreremos para ajudar a RGB, o que na prática até nem se verifica.”
			mais ligado a nós	Mas é o país que eu considero mais ligado a nós
			uma palavra de estímulo	“Os guineenses esperam de nós, muitas vezes, uma palavra de estímulo, quase como se fossemos seus guias.”
			quase... seus guias	“A RGB era muito desconhecida e começou a ser falada devido às razões erradas, o tráfico de droga.”
	Segurança	Tráfico de droga	começou a ser falada devido às razões erradas.	“só recentemente se começou a observar a predisposição para vir aqui.”
			Recentemente... predisposição	“Os suecos acabaram por se
	Desenvolvimento	Ajuda ao desenvolvimento	Suecos... embora	

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Negócios</p> <p>Erro... Portugal... perca negócio</p> <p>Oportunismo</p>	<p>Espanha... migrações clandestinas</p> <p>Espanhóis... visão interessante...</p> <p>Envolvimento tecido empresarial... [Portugal não]</p> <p>“Projectos... Angola”</p> <p>“São o foco da sua [Angola] atenção”</p> <p>“Projecto... enorme influência”</p>	<p>irem embora sem vontade de voltarem.”</p> <p>“as migrações clandestinas formam o problema... elegessem RGB... case-study”</p> <p>“Os espanhóis têm uma visão interessante da política externa, incluindo o envolvimento do tecido empresarial, contrariamente a Portugal.”</p> <p>É... um erro que a Portugal Telecom perca o negócio das comunicações da RGB.</p> <p>“Os projectos de bauxite, fosfatos, ouro e diamantes e talvez mesmo petróleo são o foco da sua [Angola] atenção para com a RGB.”</p> <p>“Há um projecto que poderá ter</p>
--	--	---	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>“gente que vive da ajuda ao desenvolvimento”</p> <p>“não beneficiar nada”</p>	<p>uma influência enorme na região, que é a construção do porto de Buba.”</p> <p>“Há uma grande multidão de gente que vive da ajuda ao desenvolvimento...”</p> <p>“Frequentemente... o destinatário da ajuda acaba por não beneficiar nada.”</p>
<p><i>Relação indissociável entre segurança e desenvolvimento</i></p>			<p>nexo entre segurança e desenvolvimento</p> <p>conceito que parece não se aplicar</p>	<p>Existe realmente um nexo entre segurança e desenvolvimento.</p> <p>No entanto... há que notar que... é um conceito que parece não se aplicar... Guiné-Bissau.”</p>
<p><i>projecto de desenvolvimento precedido de estabilização da segurança</i></p>	<p>Segurança</p> <p>Desenvolvimento</p>		<p>“matriz de segurança”</p> <p>“agentes económicos estrangeiros”</p>	<p>“É necessária uma matriz de segurança para que haja desenvolvimento.”</p> <p>“Os agentes económicos estrangeiros só farão</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Poder político	Abuso do poder	“investimento” “garantias de segurança” “arbitrariedades do poder político” “factores de bloqueio”	investimento se houver garantias de segurança para esse investimento.” “As arbitrariedades do poder político, por exemplo, são factores de bloqueio ao investimento.”
--	----------------	----------------	---	--

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 3

Local: Bissau Data: 31Jan09

Meio (registo): Gravador de som Duração: cerca de 35 minutos

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
Projecto de Reforma do Sector de Segurança (RSS)	Apropriação Africana	Apropriação guineense do projecto	“Um programa guineense” “Apropriação” “Convite das autoridades locais”	“A reforma, basicamente, é um programa guineense.” “O princípio basilar é a apropriação deste projecto pelas autoridades da RGB.” “A própria apresentação da missão EU SSR Guiné-Bissau no território da RGB foi um convite das autoridades locais.”

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Tempo necessário		<p>“Agora... muito curto”</p> <p>“Objectivos iniciais”</p> <p>processo global de trabalho</p> <p>Trabalhos ao nível intelectual</p> <p>Tarefas principais</p> <p>Dois a três anos para que os resultados da RSS</p>	<p>“O mandato da missão, tal como está agora delineado, é muito curto”</p> <p>“Os objectivos iniciais desta missão são a transformação das estruturas de segurança e defesa...”</p> <p>“Não há de momento... possibilidades de levar para a frente um processo global de trabalho.”</p> <p>“Conduzimos trabalhos ao nível intelectual, principalmente.”</p> <p>“Tarefas principais consubstanciam-se no estudo detalhado do mandato e na preparação de uma proposta para o alterar.”</p> <p>“Chegámos à conclusão ser</p>
--	------------------	--	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

				necessário cerca de dois a três anos para que os resultados da RSS comecem a concretizar-se.”
	Recursos	Falta de recursos	O problema deste país	“O problema deste país é principalmente a falta de meios para Bissau levar a cabo os diversos aspectos da Reforma.”
		Necessidades	Grande esforço por parte dos guineenses... formação e treino	“É necessário um grande esforço por parte dos guineenses com vista à formação e treino do pessoal relevante.”
		Competências	Processo de RSS... paralisado	“O processo de RSS poderá ser paralisado se não houver pessoal adequado para o levar

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>Não é solução... pessoal internacional</p> <p>Competência dos guineenses</p>	<p>por diante.”</p> <p>“Não é solução apostar simplesmente no pessoal internacional.”</p> <p>“O trabalho... é da competência dos guineenses.”</p>
	<p>Dificuldades exógenas (? – não corresponde)</p>	<p>Dificuldades internas</p>	<p>Processo (...) “sintético”... patamar político</p> <p>sociedade guineense... consciente do projecto</p> <p>reforma... passagem à situação</p>	<p>O processo... abordar o problema é um processo (...) “sintético”... patamar político, sem que a sociedade guineense estivesse por detrás.</p> <p>Um dos esforços em que a missão UE tem que se empenhar é o de garantir que a sociedade guineense fique consciente do projecto e que não haja problemas de comunicação.</p> <p>Por exemplo a palavra</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>de reforma</p> <p>mandar para casa as pessoas</p> <p>simples garantia da alimentação</p> <p>mandar para casa muitas pessoas</p> <p>Processo... essencialmente de reestruturação das polícias e forças armadas... não o simples “despedimento”</p>	<p>“reforma”, que tão ligeiramente utilizamos na definição da missão, tem como significado popular e quase único, a ideia de passagem à situação de reforma, ou seja, de mandar para casa as pessoas, reformando-as.</p> <p>Isto na Guiné-Bissau quer dizer que se irá deixar de ter a simples garantia da alimentação, o que é uma ideia terrível.</p> <p>É claro que o processo tem de mandar para casa muitas pessoas, pois não “cabem” nos projectos das novas forças.</p> <p>Mas temos de lhes demonstrar que o processo é essencialmente de reestruturação das polícias e</p>
--	--	--	--	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

		Soluções	<p>Movimentos de resistência à mudança</p> <p>Contratarem antigos militares e polícias das forças de segurança e defesa de Cabo Verde</p> <p>campanha de sensibilização</p>	<p>forças armadas e não o simples “despedimento” de pessoas.</p> <p>Existem por isso movimentos de resistência a mudança no seio das forças armadas e de segurança.</p> <p>E foi estudada a possibilidade de se contratarem antigos militares e polícias das forças de segurança e defesa de Cabo Verde para que venham aqui explicar as vantagens de se passar à reserva e reforma e de criar novas estruturas.</p> <p>Junto das estruturas de Comando das Forças Armadas, que é também preciso fazer junto destes uma campanha de sensibilização.</p>
Nexo segurança-	Segurança		Paz... ausência de conflito	Sempre expressei claramente a ideia de que a paz não é apenas

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>desenvolvimento</i></p>	<p>Desenvolvimento</p>	<p>Modelos de implementação do nexo</p> <p>Primeiro o desenvolvimento</p>	<p>sistema de leis justas</p> <p>falta de desenvolvimento... situações de instabilidade</p> <p>estabilidade</p> <p>dois modelos</p> <p>O primeiro advoga a ênfase no desenvolvimento... caminho muito longo</p>	<p>a ausência de conflito.</p> <p>é necessário que exista um sistema de leis justas que se aplique de igual modo a todos.</p> <p>A falta de uma situação de equilíbrio nos aspectos sociais está directamente relacionada com falta de desenvolvimento... e conduz inevitavelmente a situações de instabilidade.</p> <p>É necessário criar estabilidade no plano institucional.</p> <p>Podemos perguntarmo-nos então por onde começar. Do meu ponto de vista existem dois modelos.</p> <p>O primeiro advoga a ênfase no desenvolvimento, sublinhando que este trará estabilidade.</p>
-------------------------------	------------------------	---	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

		Primeiro a segurança	<p>Outro caminho... mais curto... estabilização</p> <p>Desenvolvimento... rapidamente... se país estabilizado</p> <p>Primeiramente, criar as estruturas de Estado que assegurem que o país se encontra seguro.</p> <p>caminho lógico, mais rápido e, a médio prazo, mais seguro.</p>	<p>É um caminho muito longo, em que os trabalhos para o desenvolvimento poderão ser prejudicados pela falta de estabilidade.</p> <p>Um outro caminho, e mais curto, é o da estabilização, após o que se seguirá o desenvolvimento.</p> <p>Acredito que o desenvolvimento virá rapidamente se o país se encontrar estabilizado do ponto de vista securitário.</p> <p>Ou seja, é necessário, primeiramente, criar as estruturas de Estado que assegurem que o país se encontra seguro e que os projectos de desenvolvimento não serão destruídos de forma</p>
--	--	----------------------	--	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

				violenta. Este será o caminho lógico, mais rápido e, a médio prazo, mais seguro.
<i>Projecto de desenvolvimento precedido de estabilização da segurança, de modo a maximizar as garantias de sucesso</i>	Primeiro segurança e depois desenvolvimento	Problemas	obstáculo... projectos pessoais obscuros investidores <i>sui generis</i> iniciativas económicas de base não legal desconfiar... pessoas... investem em países... problemas de estabilidade	O obstáculo com que nos deparamos... tem a ver com os projectos pessoais obscuros, que sempre surgem nestas situações. Em situações de instabilidade aparecem investidores <i>sui generis</i> , em busca de benefícios elevados e rápidos. Ora, tal é, tendencialmente, suportado por iniciativas económicas de base não legal ou, no mínimo, pouco claras. Por princípio há que

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Soluções</p>	<p>em primeiro lugar... criar estruturas Estado... justiça, segurança e defesa.</p> <p>Depois... investimento... estruturas de desenvolvimento.</p> <p>Sucesso de missões como esta.</p>	<p>desconfiar das pessoas que investem em países com graves problemas de estabilidade.</p> <p>Em resumo, em primeiro lugar há que criar as estruturas do Estado, nos seus pilares básicos de justiça, segurança e defesa.</p> <p>Depois há que passar à fase do investimento em estruturas de desenvolvimento.</p> <p>É assim que concebo o sucesso de missões como esta.</p>
--	--	-----------------	--	---

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 4

Local: Bissau Data: 30Jan09 Meio (registo): gravador de som

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
Projecto de Reforma do Sector de Segurança (RSS)	Apropriação Africana	Apropriação guineense do projecto	<p>“Foi feito o pedido das autoridades da RGB”</p> <p>“Processo começou com o livro branco” [da RGB]</p> <p>“preconizava... como a RSS se fazia.””</p>	<p>“Como se sabe, primeiro foi feito o pedido das autoridades da RGB. Nós não nos impusemos.”</p> <p>“Este processo começou com o livro branco.”</p> <p>“Serviu de base aos trabalhos... grupo britânico que... elaborou proposta de RSS.”</p> <p>“O próprio documento preconizava a maneira como a</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

				RSS se fazia.”
	Tempo necessário		<p>“tinha horizontes a um ano”</p> <p>“RSS... cinco anos”</p> <p>“Uma das maiores dificuldades ... não haver ainda programa de governo”</p> <p>“Muito improvável... no prazo de um ano.”</p>	<p>“Esta missão tinha horizontes a um ano, considerado razoável.”</p> <p>“A RSS em si apontava para cerca de cinco anos.”</p> <p>“Quer um processo quer o outro dependiam de uma estrutura que não tinha capacidade para se redefinir.”</p> <p>“A missão viu já três governos... dois ministros de defesa.”</p> <p>Uma das maiores dificuldades que se nos deparam é... não haver ainda programa de governo.</p> <p>“... será muito improvável que a missão UE RSS consiga</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>“Estamos aqui... RSS... construir a sua base.”</p>	<p>atingir os seus objectivos no prazo de um ano, como inicialmente previsto.”</p> <p>“É o caso da tarefa de levantamento das necessidades em infra-estruturas para as Forças Armadas.”</p> <p>“ E também da análise de projectos para levantar essas estruturas.”</p> <p>“Não estamos aqui para levar a cabo a RSS mas sim para construir a sua base, ou seja, para que a RSS possa ser levada a cabo no terreno pelas autoridades nacionais.”</p>
	Recursos	O que foi feito	“algumas acções... já	“Parte militar... algumas acções de RSS foram já

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>executadas.”</p> <p>“Números sobre militares... Forças Armadas”</p> <p>“Todos os militares... identidade militar.”</p> <p>Actualmente... outros trabalhos... gestão de recursos humanos... legislação.”</p> <p>“Definir as estruturas das Forças Armadas.”</p> <p>“Estrutura... auto-sustentável”</p>	<p>executadas.”</p> <p>“É o caso do censo dos militares.”</p> <p>“Finalmente já há números sobre quantos militares existem nas Forças Armadas.”</p> <p>“E agora todos os militares das fileiras dispões de bilhete de identidade militar.”</p> <p>“Actualmente são levados a cabo outros trabalhos... gestão de recursos humanos... legislação.”</p> <p>“Antes de se definir os recursos há que definir as estruturas das Forças Armadas.”</p> <p>“A estrutura que se pretende... deverá ser auto-sustentável.”</p> <p>“Os militares estão velhos, a pirâmide de postos está</p>
		<p>O que está em curso</p> <p>O que falta fazer</p>		

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>“renovar a legislação”</p> <p>“Infra-estruturas... profunda remodelação”</p> <p>“Quartéis a mais”</p>	<p>invertida e há poucos jovens nas Forças Armadas.”</p> <p>“Mas há ainda que renovar a legislação.”</p> <p>“Infra-estruturas... o que existe é desajustado.”</p> <p>“É necessário fazer uma profunda remodelação.”</p> <p>“Não há água nem electricidade e a cozinha funciona a lenha.”</p> <p>“Existem actualmente muitos quartéis a mais.”</p> <p>“Já temos uma ideia sobre o destino a dar-lhes.”</p> <p>“Quartéis... Talvez um ou dois fora de Bissau seja suficiente.”</p>
--	--	--	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

				“Esta guarda pretoriana causou conflitos.”
<i>Relação entre segurança e desenvolvimento</i>	Nexo segurança-desenvolvimento		“Indissociáveis” “Quando não há segurança...” Valências... desaparecem	“São indissociáveis, são.” “Quando não há segurança determinadas valências, que poderiam proporcionar bem-estar... desaparecem.”
<i>Projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, de modo a maximizar as garantias de sucesso</i>	Primeiro segurança, depois desenvolvimento	Não atribuída prioridade a nenhum factor	“Intimamente ligados” “Segurança não omnipresente” “Predispostas a aceitar a entrada de factores de estabilização”	“Devem estar intimamente ligados pois um depende do outro.” “Se a segurança não está omnipresente... as pessoas estarão mais predispostas a aceitar a entrada de factores de estabilização para que seja um dado adquirido.”

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 5

Local: Bissau

Data: 30Jan09

Meio (registo): Gravador de som

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<i>Relação entre segurança e desenvolvimento</i>	Nexo Desenvolvimento Segurança	Estabilidade Balcanização	<p>“uma coisa não tem sentido sem a outra”</p> <p>“Desenvolvimento... essencial para estabilidade”</p> <p>“Balcanização... dos mais graves problemas.”</p> <p>“Pequenos grupos identificados pela sua etnia.”</p>	<p>“É muito lógico e uma coisa não tem sentido sem a outra.”</p> <p>“Em África o desenvolvimento é essencial para a estabilidade.”</p> <p>“A balcanização deste país constitui um dos mais graves problemas.”</p> <p>“As pessoas acabam por se fechar no seu bairro, na sua aldeia, em pequenos grupos identificados pela sua etnia.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>Projecto de desenvolvimento precedido de uma estabilização da segurança</i></p>	Nexo segurança-desenvolvimento	Processo	“Processo intrínseco”	“O processo é intrínseco: um conceito inclui o outro e vice-versa.”	
	Segurança	Estabilização	“Um conceito inclui o outro e vice-versa”		
	Desenvolvimento		Estabilizar o país	“Como se estabiliza o país? Devido à extrema pobreza que atravessa o país, o processo tem que seguir pela via da ajuda externa.”	
			Extrema pobreza		
			Ajuda externa	Menos de um dólar por dia	“O guineense dispõe de menos de um dólar por dia”
				Ajudar	“A Comunidade Internacional tem de ajudar.”
		Sustentabilidade	Sustentabilidade... difícil implementação.	“Mas os processos de sustentabilidade são de muito difícil implementação.”	
	Segurança		Desenvolvimento... conviver com essa insegurança	“Os projectos de desenvolvimento têm de conviver com essa insegurança para que se possa lutar contra	
	Desenvolvimento	Pobreza	Lutar contra... pobreza e		

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>Segurança</p>	<p>Intervenção Internacional</p>	<p>instabilidade.</p> <p>Subir nível desenvolvimento... insegurança... diminuir.</p> <p>“Acção da Comunidade Internacional... positiva.”</p> <p>“CI acabou inclusive por anular... projectos tomada poder pelas armas.”</p> <p>Guiné-Conacry... vívido exemplo... tomada do poder pelas armas... não salvação país.”</p>	<p>essa pobreza e instabilidade.”</p> <p>“Estou em crer que ao subir o nível de desenvolvimento a insegurança irá seguramente diminuir.”</p> <p>“A acção da Comunidade Internacional (CI) tem sido muito positiva.”</p> <p>“A relativa segurança da Guiné-Bissau é sem dúvida muito devida à acção da CI.”</p> <p>“A CI acabou inclusive por anular alguns projectos de tomada do poder pelas armas.”</p> <p>“A Guiné-Conacry é um vívido exemplo de que a tomada do poder pelas armas não constitui salvação para um país.”</p>
--	------------------	----------------------------------	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

<i>Viabilidade da ONG Encontro</i>	Organizações de apoio	Apoio ao ex-combatente	<p>“organização com futuro”</p> <p>“Iniciativa é de louvar.”</p> <p>“Apoiar... iniciativas de reencontro... guerra.”</p> <p>“Pessoas... na capital... sem condições de voltarem”</p> <p>“Estas iniciativas... ajudar... pessoas voltarem.”</p>	<p>“Será uma organização com futuro e cuja iniciativa é de louvar.”</p> <p>“há que apoiar todas as iniciativas de reencontro de todos os que sofreram com a guerra, independentemente das convicções.”</p> <p>“Todos estes anos levaram a movimentos de pessoas que acabaram por se encontrar na capital e sem condições de voltarem para... origem.”</p> <p>“Estas iniciativas, de apoio aos antigos combatentes no interior, poderão ajudar à decisão das pessoas de voltarem à sua terra.”</p> <p>“As pessoas não querem</p>
		Retorno às origens		

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>“Se entregarem a arma e despirem a farda... desamparadas e sem segurança.”</p> <p>“Se tiverem uma ocupação, um emprego, não precisam arma”</p>	<p>voltar porque se o fizerem, se entregarem a arma e despirem a farda, ficam desamparadas e sem segurança.”</p> <p>“Por outro lado, se tiverem uma ocupação, um emprego, já não precisam de... arma”</p>
	<p><i>Actualização / adaptação das leis</i></p>	<p>Evolução das leis</p> <p>Modernização das leis</p> <p>Subordinação do poder militar</p>	<p>“Após a descolonização se manteve a legislação existente”</p> <p>“criar uma evolução na continuidade”</p> <p>“Não existe ainda modernização e actualização das leis, com a subordinação do</p>	<p>“Após a descolonização se manteve a legislação existente, com adaptações mínimas, com o intuito de se criar uma evolução na continuidade.”</p> <p>“Mas depois a situação eternizou-se.”</p> <p>“O que se verifica actualmente</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

		ao civil	<p>poder militar ao poder civil”</p> <p>“Poder militar... luta de libertação”</p> <p>“Ter já evoluído”</p> <p>“Desenvolvimento de que a Guiné-Bissau tanto carece”</p> <p>“Um militar da guerra de libertação tenha comandamento sobre um intelectual”</p>	<p>é que não existe ainda modernização e actualização das leis, com a subordinação do poder militar ao poder civil.”</p> <p>“O poder militar vem da luta de libertação mas deveríamos ter já evoluído.”</p> <p>“É um calcanhar de Aquiles até para o desenvolvimento de que a Guiné-Bissau tanto carece que um operacional, um militar da guerra de libertação, tenha comandamento sobre um intelectual, que o serve na modesta condição de assessor.</p>
--	--	----------	--	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Futuro	Tribalização	<p>“Quadros excedentários do Estado... em casa a receber os seus salários”</p> <p>“demagogia”</p> <p>“Ainda... valeu a pena”</p> <p>“Retorno a identidades tribais”</p> <p>“concha tribal”</p>	<p>quadros excedentários do Estado que se encontram em casa a receber os seus salários.”</p> <p>“A demagogia estragou tudo.”</p> <p>“No entanto, apesar de tudo, ainda acho que valeu a pena... Toda a actividade política hoje está mais esbatida e nota-se um retorno a identidades tribais, de que é exemplo o PRS, que se tem fechado na sua “concha tribal”.</p>
--	--------	--------------	--	---

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 6

Local: Bissau Data: 30Jan09, 21h30

Meio (registo): bloco de notas

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<i>Plano de reforma das Forças Armadas, contemplando a integração dos antigos combatentes na vida activa do país</i>	Segurança	Reforma do Sector (RSS)	“Plano” “Enquadramento estratégico”	“O plano existe. É o documento de enquadramento estratégico aprovado na mesa redonda de Outubro de 2006 – “Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e da Segurança – Documento de Estratégias”
<i>Utilidade das actividades de Reforma do Sector de Segurança, conduzida pela RGB com o apoio da UE</i>	Segurança	Reforma do Sector (RSS)	“Importante para a Guiné-Bissau” “Programa integrado com outros parceiros”	“É importante para a Guiné-Bissau a Reforma do Sector de Segurança. Faz parte de um programa integrado com outros

Anexo B – Análise das Entrevistas

			UNGOBIS, CEDEAO, Portugal, Angola, Brasil, Espanha	parceiros, entre os quais destaco a UNGOBIS, a CEDEAO e ainda países como Portugal, Angola, Brasil e Espanha.”
<i>Contribuição da cooperação técnico-militar dos diversos países amigos para a reestruturação das Forças Armadas e de Segurança.</i>	Segurança	Reforma do Sector (RSS)	<p>“Cooperação técnico-militar”</p> <p>“Prevista cooperação nesta área com o Brasil”</p> <p>“Difícil arranjar orçamento para equipamentos”</p> <p>“Contributo UE traduz-se... aconselhamento”</p> <p>“Presença chinesa... apoio à reforma de equipamentos não militares”</p>	<p>“A cooperação técnico-militar que existe na Guiné-Bissau é a portuguesa.”</p> <p>“No entanto está já prevista cooperação nesta área com o Brasil, que deverá arrancar talvez já em Março.”</p> <p>“É, no entanto, difícil arranjar orçamento para equipamentos e o contributo da UE traduz-se essencialmente em aconselhamento e não em financiamento de reequipamento.”</p> <p>“Existe também a presença chinesa, que se traduz, no</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

				entanto, no apoio à reforma de equipamentos não militares.”
<i>Principais carências das forças armadas e de segurança</i>	Forças Armadas	Infra-estruturas	<p>“Carências estruturais”</p> <p>“Aquartelamentos obsoletos”</p> <p>“Instalações que herdámos”</p> <p>“Necessidade de novas estruturas”</p> <p>“Adaptar... necessidades... futuro”</p>	<p>“As carências são estruturais, tal como as necessidades em alojamentos para os militares, as casernas.”</p> <p>“Os quartelamentos são obsoletos, e não dispõem das condições mínimas de habitabilidade.”</p> <p>“Foram essas as instalações que herdámos e onde desde logo instalámos a estrutura militar.”</p> <p>“Agora há necessidade de novas estruturas, de reformular as casernas e de as adaptar às necessidades das unidades que queremos para o futuro.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>Planeamento das estruturas de segurança e defesa e as responsabilidades da RGB para com a CEDEAO e a Força de Prontidão Africana (African stand-by Force) da União Africana</i></p>	<p>Segurança Africana</p>	<p>RSS</p>	<p>“Apenas nacional”</p> <p>“Antes da crise”</p> <p>“Operações de paz africanas”</p> <p>“Dimensão... necessidades nacionais”</p> <p>“Não às necessidades regionais ou continentais”</p>	<p>“A reforma é apenas nacional.”</p> <p>“Antes da crise de 1998-99 a Guiné-Bissau participou nas operações de paz africanas.”</p> <p>“No entanto, agora há que dimensionar as Forças Armadas Guineenses à dimensão das suas próprias necessidades nacionais e não às necessidades regionais ou continentais.”</p>
<p><i>Relação entre segurança e desenvolvimento</i></p>	<p>Forças Armadas - Desenvolvimento</p>	<p>Forças Armadas como motores do desenvolvimento</p>	<p>“Claro”</p> <p>“Concordo”</p> <p>“Preciso estabelecer a missão das Forças Armadas”</p> <p>“Militares... participar...”</p>	<p>“Claro que concordo.”</p> <p>“É preciso estabelecer a missão das Forças Armadas”</p> <p>“...e depois os militares deverão participar nos processos de desenvolvimento,</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			desenvolvimento” “Humanitários” “Recuperação de estradas, pontes” “Produção de arroz” “Fomento da saúde”	nos aspectos humanitários, na recuperação de estradas, pontes, na produção de arroz, no fomento da saúde, etc.”
<i>Desenvolvimento precedido de segurança</i>	Planeamento	Segurança Prioridades Desenvolvimento	“Claro.” “Plano nacional de segurança” “Definir as prioridades” “Grande obra” “Grande projecto da barragem do Saltinho”	“Claro.” “na Guiné-Bissau não há um plano nacional de segurança.” “Só depois de tal plano ser estabelecido é que se poderão definir as prioridades.” “... se levar a cabo uma grande obra, como a de garantir uma cobertura geral de energia eléctrica à cidade de Bissau, o que poderá ser levado a efeito com o grande projecto da barragem do Saltinho.”

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 7

Local: Bissau Data: 1Fev09

Meio (registo): gravador de som

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<i>Actores presentes que se dediquem a projectos de desenvolvimento, de boa governação e de estruturas de defesa</i>	Desenvolvimento	Doadores Novos doadores	<p>“Muito poucos doadores”</p> <p>“Primeiro doador... União Europeia”</p> <p>“Maior doador bilateral... Portugal”</p> <p>“novas embaixadas”</p> <p>“Relevantes... Angola, Espanha e França”</p> <p>“Outros não falam a “linguagem” da OCDE, da</p>	<p>“Se vamos pensar nos actores mais relevantes, há que ver que a RGB tem muito poucos doadores.”</p> <p>“O primeiro doador é a União Europeia e o maior doador bilateral é Portugal.”</p> <p>“... têm surgido aqui algumas novas embaixadas.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>UE:”</p> <p>“Relevantes recentemente a China e a Líbia”</p> <p>“Rússia”</p> <p>“países árabes”</p>	<p>“Relevantes são Angola, Espanha e França.”</p> <p>“Há outros actores que, embora relevantes também, não falam a “linguagem” da OCDE, da UE.”</p> <p>“Para além de importantes ONGs, neste caso tornaram-se... relevantes recentemente a China e a Líbia.”</p> <p>“Embora menos importantes localmente há também que referir um outro grupo de actores, onde se inclui a Rússia, já para não falar de vários países árabes.”</p>
<p><i>Actores reconhecidos pelo sucesso de projectos</i></p>	<p>Desenvolvimento</p>	<p>Sucesso</p>	<p>“Primeiro lugar a Comissão Europeia”</p> <p>“Caso, destacadíssimo, de Portugal”</p> <p>“Pela negativa... ONU”</p>	<p>“Sem dúvida, em primeiro lugar a Comissão Europeia”</p> <p>“Acompanhada de outros actores, bilaterais, como é o caso, destacadíssimo, de Portugal.”</p> <p>“Pela negativa destaca-se, no entanto, a ONU.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

		Insucesso		
<i>Razão do sucesso</i>	Desenvolvimento	Sucesso UE	<p>“UE: papel estratégico”</p> <p>“Papel de relevo”</p> <p>“Intervenção hardware”</p>	<p>“No caso da Comissão Europeia o sucesso deve-se ao papel estratégico que tem vindo a desempenhar.”</p> <p>“Desempenha um papel de relevo que diz respeito à construção de estradas, de pontes, etc.”</p> <p>“... naquilo que podemos designar como intervenção “hardware”.”</p>
		Sucesso de Portugal	<p>“Portugal... esforço... software”</p> <p>“Ajuda na área de formação, aconselhamento e <i>lobbying</i>”</p> <p>“Matriz muito forte comum aos dois países”</p> <p>“Aspecto cultural,</p>	<p>“No caso de Portugal é de relevar o esforço que tem feito, agora de natureza “software”, quer dizer, não tanto pelo investimento e injeção de bens, mas mais pela ajuda na área de formação, aconselhamento e <i>lobbying</i> a favor da RGB.</p> <p>“Há que notar, por outro lado, a existência de uma matriz muito forte comum aos dois países, no</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>desportivo, social”</p> <p>“Símbolos como Ronaldo, Benfica, Sporting”</p> <p>“Relação custo-eficácia dos projectos... favorável a Portugal”</p>	<p>aspecto cultural, desportivo, social.”</p> <p>“Símbolos como Ronaldo, Benfica, Sporting, funcionam como fortes ligações entre os dois povos.”</p> <p>“A relação custo-eficácia dos projectos tem sido muito favorável a Portugal devido a esses factores.”</p>
<p><i>Obstáculos à reorganização do estado</i></p>	<p>Reorganização do Estado</p>	<p>Portugal advogado de defesa</p>	<p>“Conceito de Estado... volátil”</p> <p>“Portugal... advogado de defesa”</p> <p>“Facilitador”</p> <p>“Ajudado a melhorar a eficácia da ajuda”</p> <p>“Mais até do que no seu papel de cooperação para o desenvolvimento”</p> <p>“Resultados... apoio à</p>	<p>“Aqui, o conceito de Estado é muito volátil.”</p> <p>“Portugal funciona quase como um advogado de defesa da Guiné-Bissau nos <i>fora</i> internacionais.</p> <p>“Tem tido um importante papel de facilitador, relativamente à Guiné-Bissau.”</p> <p>“Neste aspecto tem ajudado a melhorar a eficácia da ajuda.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>“RGB... negativos”</p> <p>“Incapacidade... G-B de absorver... capitais”</p>	<p>“Mais até do que no seu papel de cooperação para o desenvolvimento, no terreno.”</p> <p>“Num recente debate no Banco Africano os resultados relativos ao apoio à RGB foram negativos.”</p> <p>“Estas dificuldades têm muito a ver com a incapacidade do Estado da G-B de absorver os capitais para investimento que são disponibilizados pelos doadores.”</p>
<p><i>Relação entre segurança e desenvolvimento</i></p>		<p>Estado Frágil</p>	<p>“De certa forma”</p> <p>Estado frágil</p> <p>Problemas...</p>	<p>“Sim, de certa forma.”</p> <p>“Na G-B não há Estado ou quando muito, pode considerar-se que existe um Estado frágil, situação já assumida publicamente pelo país.”</p> <p>“Um dos principais problemas é a questão do desenvolvimento.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Desenvolvimento	Problemas Desenvolvimento	desenvolvimento	<p>“Este país está muito dependente de outros e, apesar de ser um estado democrático, existem muitas variáveis que tornam difícil o sair da crise.”</p>
	Boa Governação	Controlo Democrático das Forças Armadas	<p>País... dependente de outros</p> <p>Controlo democrático das Forças Armadas</p> <p>Tantos anos depois da independência</p> <p>Processo de adaptação das suas leis</p> <p>Boa governação</p> <p>subordinação do poder</p>	<p>“Um dos processos que têm de ser implementados relaciona-se com o controlo democrático das Forças Armadas.”</p> <p>“É realmente impressionante que, tantos anos depois da independência, este país não tenha conseguido ainda avançar para um processo de adaptação das suas leis que levem à boa governação e a uma subordinação do poder militar ao poder político, apoiado democraticamente.”</p>
		Novas elites políticas		

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>militar ao poder político</p> <p>elites políticas... saíram dos quadros da luta pela independência</p> <p>não... oportunidade... refrescamento dos quadros</p> <p>oportunidades aos novos quadros para integrarem a política</p>	<p>“As elites políticas são ainda todas as que saíram dos quadros da luta pela independência, não havendo oportunidade ara refrescamento dos quadros.”</p> <p>“Há que dar oportunidades aos novos quadros para integrarem a política, cujo acesso lhes está vedado pelo <i>establishment</i>”</p>
<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Desenvolvimento</p>	<p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Combate à pobreza</p> <p>Necessidades básicas</p>	<p>Sim, embora dependa</p> <p>Prioridades absolutas são a educação e a saúde</p> <p>O combate à pobreza.”</p> <p>Apoio às necessidades básicas das populações.</p>	<p>“Sim, embora dependa da área de que estamos a falar.”</p> <p>“Do meu ponto de vista as prioridades absolutas são a educação e a saúde, incluindo o combate à pobreza.”</p> <p>“Neste país não há electricidade, não há água corrente, não há nada daquilo que deverá constituir o apoio às necessidades básicas das populações.”</p> <p>“No entanto, ninguém exige nada do Estado.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Sociedade Civil</p> <p>Investimento Privado</p>	<p>“Transformar as mentalidades”</p> <p>“Sociedade civil não... preparada”</p> <p>“Rede de solidariedade, inserida na própria cultura cívica tradicional deste povo”</p> <p>“Investimento privado”</p> <p>“Tornar o país atractivo”</p> <p>“Estabilidade muito grande”</p> <p>“Investidores... muita cautela”</p>	<p>“Portanto, há que transformar as mentalidades.”</p> <p>“A própria sociedade civil não está preparada para exigir mais dos seus governantes.”</p> <p>“Por outro lado, no entanto, é de sublinhar que uma importante rede de solidariedade, inserida na própria cultura cívica tradicional deste povo, funciona bem e permite que as carências extremas provoquem ainda maior mal-estar social ou outros danos.”</p> <p>“Outro grave problema é não existir investimento privado neste país.”</p> <p>“O que existe é apenas residual”</p> <p>“É necessário tornar o país atractivo, o que se prevê como um longo e difícil projecto.”</p> <p>“Terá que se partir, primeiro, de uma estabilidade muito grande e, para isso, o país tem de ser responsabilizado.”</p> <p>“Nós, os peritos de desenvolvimento que trabalhamos no terreno, aconselhamos aos investidores, quando nos perguntam sobre</p>
--	--	--	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>“Capacidade do Estado de proteger esses investimentos”</p> <p>“Funcionário das Finanças... quinhão pessoal”</p> <p>“grande atracção dos investidores”</p> <p>“Indicadores positivos concretos da vontade de investir”</p>	<p>oportunidades, sempre muita cautela, pois, a qualquer momento, pode desaparecer o investimento líquido.”</p> <p>“Isto porque não existe a capacidade do Estado de proteger esses investimentos.”</p> <p>“Pode mesmo dizer-se que, neste particular, não existe mesmo Estado.”</p> <p>“Qualquer funcionário das Finanças vai aparecer junto do investidor e exigir o seu quinhão pessoal, espoliando o investidor.”</p> <p>“O país não está ainda preparado para o investimento, portanto.”</p> <p>“uma grande atracção dos investidores pela G-B, embora pouco se passe da vontade de fazer.”</p> <p>“No entanto, já há alguns indicadores positivos concretos da vontade de investir, como o projecto de reabilitação da fábrica de tijolos de Bafatá ou do investimento turístico em Quinhamel.”</p>
--	--	--	--	---

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 8

Local: Quinhamel

Data: 1Fev09 Meio (registo): Gravador de som

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<p><i>Quais os objectivos e expectativas que existem relativamente à ONGD “Encontro”?</i></p>	<p>Organizações não-governamentais</p>	<p>Apoio a ex-militares</p>	<p>ONG... reconhecida</p> <p>Necessidade... participação... melhoramento... condições dos militares e ex-militares</p> <p>“dar uma mão”</p> <p>“ex-combatentes... um lado ou de outro... guerra colonial”</p> <p>“Espaços concretos onde</p>	<p>“Esta ONG é reconhecida pelo Governo Português.”</p> <p>“Surgiu devido a ter sido identificada a necessidade, por um grupo de pessoas, de participação no processo de melhoramento das condições dos militares e ex-militares da Guiné-Bissau.”</p> <p>“Esta ONG tem portanto como objectivo “dar uma mão” para qualquer um desses ex-combatentes que, de um lado ou de outro, participaram na guerra colonial.”</p> <p>“Dar-lhes a mão através de espaços concretos</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Apoio a ex-militares portugueses</p>	<p>encontrem satisfação”</p> <p>“Posto de enfermagem onde poderão beneficiar de tratamentos básicos”</p> <p>“Tudo aquilo de que necessitem...”</p> <p>“repugna que um ex-militar do exército português”</p> <p>“Obter um simples visto para ir a Portugal”</p> <p>local que dignificasse o seu passado</p>	<p>onde encontrem satisfação para as suas necessidades mais básicas.”</p> <p>“Obviamente que o apoio sanitário será o mais fácil, com um posto de enfermagem onde poderão beneficiar de tratamentos básicos, como vacinas, controlo médico, fornecimento de anti-palúdicos.”</p> <p>“No aspecto social, tudo aquilo de que necessitem e que esta organização possa satisfazer.”</p> <p>“Costumo ilustrar esta situação dizendo que me repugna que um ex-militar do exército português, pelo facto de ter a nacionalidade guineense não consiga obter um simples visto para ir a Portugal, nem que seja temporário.”</p> <p>“Causa-me tristeza que os meus antigos camaradas, que tanto se empenharam em bem servir na guerra – e sou testemunha disso –, não tenham visto para irem a Portugal visitarem familiares ou para terem uma consulta médica...”</p>
--	--	---	--	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)</p>	<p>Apoio à desmobilização e reintegração</p>	<p>dúvidas de que no interior da Guiné-Bissau haja fome</p> <p>actuais militares que excedem largamente as necessidades e as possibilidades</p> <p>ajudar a saírem das fileiras militares</p> <p>através de acções de formação profissional, através de canalização de micro crédito e de outras acções</p> <p>peçoas que “vegetam”</p>	<p>“Ilustrar esta situação, que gostava de ver ultrapassada.”</p> <p>“Também gostava que estas pessoas encontrassem um local que dignificasse o seu passado. Temos que ver que na Guiné-Bissau se encontram situações de pobreza extrema.”</p> <p>“Mas tenho dúvidas de que no interior da Guiné-Bissau haja fome.”</p> <p>“Provavelmente num país como Portugal ninguém estará sensibilizado para isto, mas aqui tem muito significado.”</p> <p>“Estou a referir-me aos antigos combatentes da guerra colonial, independentemente do exército que serviram.”</p> <p>“Para além disso há o problema dos actuais militares que excedem largamente as necessidades e as possibilidades da Guiné-Bissau para estarem nas suas fileiras.”</p> <p>“Há que os ajudar a saírem das fileiras militares e encontrarem uma nova vida na economia</p>
--	--	--	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>numas casernas que pouco têm</p> <p>reivindicar... com as armas</p> <p>“Tirar das casernas todos aqueles que estão a mais, dar-lhes uma vida alternativa”</p> <p>local com dignidade na vida civil</p>	<p>activa, na vida civil, o seu lugar.”</p> <p>“A ONGD “Encontro” procurará também através de acções de formação profissional, através de canalização de micro crédito e de outras acções, que a seu tempo serão identificadas como úteis, para encontrar soluções para estes excedentários das Forças Armadas.”</p> <p>“Há que reduzir o número de pessoas que “vegetam” numas casernas que pouco têm:”</p> <p>“Quando têm que reivindicar, fazem-no com as armas, porque são militares.”</p> <p>“Daí a instabilidade a que este país está permanentemente sujeito.”</p> <p>“gostaríamos de participar neste processo, de tirar das casernas todos aqueles que estão a mais, dar-lhes uma vida alternativa, ajudando-os “não lhes dando o peixe, mas sim a cana e ensinando-os a pescar”.”</p> <p>“Em suma, procuraremos encontrar-lhes um</p>
--	--	--	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

				local com dignidade na vida civil de forma a passarem a ter uma participação activa na economia real.”
<p><i>actualmente o grande obstáculo para uma “Reforma”, no sentido de “renovação”, do sector de segurança e defesa é não se saber o que fazer com esses militares que estão a mais, que são demasiado idosos, mas que fizeram o sacrifício da guerra. Merecem dignidade e, se simplesmente forem desmobilizados e enviados para casa, não terão condições para viverem. É este, portanto, um dos problemas sobre os quais a organização “Encontro” se debruça?</i></p>	<p>Reforma do Sector de Segurança (RSS)</p>	<p>Re-integração social (DDR)</p>	<p>vários projectos para tirar esses excedentários das Forças Armadas e transferi-los para a vida civil</p> <p>e que depois os ignorem</p> <p>Estado guineense... credibilidade junto das populações</p> <p>morrer de fome</p>	<p>“Exactamente. É tentar participar também nesse campo.”</p> <p>“O problema é que há vários projectos para tirar esses excedentários das Forças Armadas e transferi-los para a vida civil.”</p> <p>“Só que eles não acreditam no que lhes prometem.”</p> <p>“Estão com medo de aceitarem ir para casa e que depois os ignorem.”</p> <p>“Pois o Estado guineense perdeu credibilidade junto das populações.”</p> <p>“Estes militares estão sempre a pensar que se entregarem a sua arma e forem desmobilizados irão morrer de fome, sem poder para se imporem.”</p> <p>“Deixam de ter a farda, deixam de ser “poder”.</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>Portanto a “Retorno” pode ser parte da solução. E pode colaborar concretamente numa reforma real das Forças Armadas e de Segurança?</i></p>	<p>RSS</p>	<p>DDR, apoio aos ex-militares</p>	<p>processos mais pequenos (“projectos-piloto”)</p> <p>este projecto para a cidade de Bafatá.</p> <p>se núcleos semelhantes noutras cidades deste país</p> <p>rede de satisfação de necessidades</p>	<p>“Pode colaborar, sim, de formas muito concretas.”</p> <p>“Será através destes processos mais pequenos (“projectos-piloto”) que isto se concretizará e que o processo irá para diante.”</p> <p>“Para já temos este primeiro passo, este projecto para a cidade de Bafatá.”</p> <p>“Se tiver sucesso poderão criar-se núcleos semelhantes noutras cidades deste país.”</p> <p>“Aos poucos ir-se-á concretizando esta rede de satisfação de necessidades.”</p> <p>“só será viável se as pessoas acreditarem que é possível”</p>
<p><i>Concorda coma ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Nexo segurança-desenvolvimento</p>		<p>O ovo ou a galinha?</p> <p>“Concorrentes no tempo... desenvolvendo-se em simultâneo, de forma coordenada.”</p>	<p>“Vou responder com uma charada: O que é que apareceu primeiro? O ovo ou a galinha? Muita gente diz que não sabe identificar qual é a primeira prioridade.”</p> <p>“Na minha opinião, se calhar têm de ser concorrentes no tempo e ir aparecendo e</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			duas realidades... não... dissociadas	desenvolvendo-se em simultâneo, de forma coordenada.” “São, exactamente, duas realidades que não podem aparecer dissociadas.” “Não se pode falar de desenvolvimento sem referir as questões de segurança e não podemos falar de segurança sem referir o desenvolvimento.”
<i>Mas, na sua opinião, o que poderá ajudar a lançar o processo de criação de bem-estar e riqueza e de segurança na Guiné-Bissau? Primeiro, criar uma matriz de segurança e depois, com as pessoas a sentirem-se seguras, começam então a desenvolver-se economicamente, através de processos tímidos, de início, como o pequeno comércio, lançando pequenos projectos</i>	Nexo segurança-desenvolvimento	Segurança Regras eficazes	Começar com a segurança espoliar o comerciante de tudo sentimento de todo a gente regras eficazes...	“É muito difícil responder à questão.” “Apesar de todas as dúvidas que estou a levantar, afigura-se-me que, apesar de tudo, é preciso começar com a segurança.” “... sentem-se ameaçados no seu investimento.” “Não está livre de que apareça uma autoridade, seja do Ministério das Finanças, seja de outro qualquer, a exercer o seu poder e, de um dia para o outro, vá espoliar o comerciante de tudo aquilo que ele esteve a criar e a fazer.” “Este é o sentimento de todo a gente na

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>de desenvolvimento económico e, a partir daí se criará segurança, naturalmente’?</i> <i>[Esta pergunta preparou a seguinte]</i></p>		<p>Desenvolvimento</p>	<p>investimento abuso de poder promoção do desenvolvimento</p>	<p>Guiné-Bissau.”</p> <p>“Enquanto não houver regras eficazes e enquanto uma pessoa continuar a pensar que a qualquer momento lhe poderão levar o que é seu, não haverá investimento.”</p> <p>“Enquanto durar o abuso de poder não haverá a promoção do desenvolvimento, excepto no que diz respeito à economia subterrânea, paralela.”</p>
<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Segurança</p>	<p>Primeiro Segurança Corrupção</p>	<p>Segurança</p> <p>sujeitas a uma espoliação feitas por fiscais</p> <p>uma negociação cujo lucro vai cair no seu próprio bolso</p> <p>uma negociação cujo lucro vai cair no seu próprio bolso</p>	<p>“Exactamente. Tem que haver segurança, as pessoas têm que saber aquilo com que podem contar.”</p> <p>“Não podem estar sujeitas a uma espoliação feitas por fiscais dos impostos, dos funcionários das alfândegas, etc.”</p> <p>“Toda a gente sabe que, quando estes agentes aparecem, vêm em busca de uma negociação cujo lucro vai cair no seu próprio bolso.”</p> <p>“Atemorizam as pessoas: “O senhor tem que pagar 30 milhões!””</p> <p>“uma negociação cujo lucro vai cair no seu</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>o Estado... nada.</p> <p>ciclo vicioso</p> <p>estrutura de segurança implementada com eficácia</p>	<p>próprio bolso.”</p> <p>“E o Estado não recebe nada.”</p> <p>“Tem que se ultrapassar isto e não vejo que seja tarefa fácil para os governantes da Guiné-Bissau conseguirem limpar este <i>modus operandi</i>, este ciclo vicioso.”</p> <p>“Uma estrutura de segurança implementada com eficácia permitiria anular isto, sem dúvida.”</p>
--	--	--	---	--

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 9

Local: Bissau

Data: 30Jan09

Meio (registo): gravador de som

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<i>Como é que as organizações internacionais, as não-governamentais e outras instituições têm contribuído, nos últimos anos (após a crise de 1998-99) para restabelecimento das condições de bem-estar e segurança da RGB?</i>	História da G-B	Retrospectiva Histórica Crise de 1998-99	História da Guiné-Bissau Modelo para as outras ex-colónias portuguesas Quadros de relevo Programa de governo Conflito fratricida de 1998-99	“Permita-me que faça uma pequena abordagem da história da Guiné-Bissau.” “Parecia que o país, depois da independência, seria um modelo para as outras ex-colónias portuguesas.” “Havia quadros de relevo, com muito boa formação. Foi identificado um elenco inicial de 16 ministros e secretários de estado, escolhidos com cuidado.” “Também foi estabelecido um programa de governo, com objectivos concretos.” “Infelizmente ocorreu o conflito fratricida de

Anexo B – Análise das Entrevistas

			Ansumane Mané	<p>“Começaram a reivindicar autonomia dentro do Senegal.”</p> <p>“Nas acções de guerrilha precisavam de armamento que veio de Portugal.”</p> <p>“O negócio tornou-se mais intenso, inclusive com produção de canabis.”</p> <p>“Nino tentou envolver o Brigadeiro Ansumane Mané.”</p> <p>“Este pediu para ser ouvido, afirmando que Nino é que teria dado ordens para fornecimento de armas aos rebeldes de Casamança.”</p> <p>“Nino não gostou e demitiu Mané.”</p> <p>“Este não gostou, não por ter sido exonerado, mas porque o seu bom-nome estava em causa.”</p> <p>“Começou aqui o desentendimento.”</p> <p>“Mané não acatou as ordens e assim começou a guerra.”</p> <p>“Arturo Ferrazetta, bispo de Bissau, assumiu a responsabilidade pela protecção de Bissau.”</p>
--	--	--	---------------	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>História da G-B (Cont.)</p>	<p>Dever Histórico de Portugal</p>	<p>Bissau</p> <p>Portugal... problemas financeiros</p> <p>Portugal... deveres históricos para com as ex-colónias</p>	<p>Guiné-Bissau.”</p> <p>“Estou consciente que Portugal também tem problemas financeiros.”</p> <p>“No entanto foi-me dito que seriam contactados, por Portugal, médicos nórdicos.”</p> <p>“Mas estes também têm dificuldades.”</p> <p>“Portugal quer ajudar-nos pois tem deveres históricos para com as ex-colónias.”</p> <p>“No entanto tem dificuldades em acudir-nos.”</p> <p>“Holanda financiava, Portugal dava os médicos. Também o governo sueco apoiou com uma verba de 12 milhões de dólares.”</p> <p>“Por outro lado, a Holanda apoiou também o desenvolvimento, propondo a instalação de uma fábrica de açúcar.”</p> <p>“No entanto seria necessário, antes, a realização de um estudo de viabilidade económica.”</p> <p>“Relativamente ao porto de Bissau, contratámos uma empresa italiana, Associated Business, para fazer um estudo de recuperação e modernização,</p>
--	------------------------------------	------------------------------------	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

			30 ONGs.	<p>chegada de muitas ONGs.”</p> <p>“No entanto faltam todos os artigos básicos para a medicina, por exemplo.”</p> <p>“Hoje, na verdade, que mais faz o que é necessário são as ONGs.”</p> <p>“É de sublinhar que, actualmente, a Suécia parou a ajuda humanitária e se retirou da Guiné-Bissau.”</p> <p>“Permanecem cá, no entanto, cerca de 30 ONGs.”</p>
<p><i>Que apoios são necessários para a integração social dos antigos combatentes e dos militares mais idosos que permanecem nas fileiras por não terem recursos para sobrevivência, se desmobilizados?</i></p>	<p>Desarmamento, Desmobilização, Reintegração (DDR)</p>	<p>Reintegração dos ex-combatentes</p>	<p>Apoios para a integração social</p> <p>Não existe quase nada</p> <p>Levantamento dos militares que combateram pela liberdade</p> <p>Enquadrados num programa de apoio para a integração</p>	<p>“Apoios para a integração social, principalmente.”</p> <p>“Não existe quase nada, por isso os mais velhos não abandonam os quartéis.”</p> <p>“Temos por obrigação de fazer o levantamento dos militares que combateram pela liberdade.”</p> <p>“Só depois é que podem ser enquadrados num programa de apoio para a integração social.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			social Não...filhos dos combatentes são combatentes. Ilógico	“Agora, ao preparar este sistema, não se poderá vir dizer que os filhos dos combatentes são combatentes. Tal é ilógico.”
<i>Concorda coma ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i>	Nexo segurança-desenvolvimento	Segurança e estabilidade	Sem dúvida Condições fundamentais para o desenvolvimento... segurança e a estabilidade Ninguém investe Droga Investidores	“Sem dúvida.” “Duas das condições fundamentais para o desenvolvimento do país são a segurança e a estabilidade.” “Actualmente aqui ninguém investe pois “só se vende droga e matam gente na rua”, imagens que repelem os investidores.”
<i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de</i>	Segurança	Prioridade à Segurança Factor de insegurança	Sem estabilização de segurança não [desenvolvimento] Forças Armadas e a Polícia... missão proteger a população Muito comprometido com	“Sem uma estabilização de segurança não há possibilidades de desenvolver nada neste país.” “As Forças Armadas e a Polícia deveriam ter por missão proteger a população e, no entanto, é no seio destas instituições que se encontram os culpados do narcotráfico.” “Dentro em breve regressará ao país alguém

Anexo B – Análise das Entrevistas

<i>sucesso?</i>		[Bubo na Tchuto?]	este flagelo da Guiné-Bissau [pouco] animador	muito comprometido com este flagelo da Guiné-Bissau, o que não é animador.”
-----------------	--	-------------------	--	---

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 10 (Conferência de Imprensa)

Local: Bissau

Data: 30Jan09

Meio: bloco de notas

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
Reforma do Sector de Segurança (RSS)	Forças Armadas Segurança e Justiça		Exército moderno, com mais capacidade Para além do apoio nas áreas das polícias e justiça	<i>(Sr. Kees Klompenhouwer afirmou haver condições para se avançar com o processo de RSS, tendo em conta a situação do país. Confirmou que a UE está em condições de ajudar a G-B neste domínio, em conjunto com outros parceiros, para levar a cabo a reestruturação do Projecto nacional.)</i> “Pretende-se abrir a porta a um exército moderno, com mais capacidade, para além do apoio nas áreas das polícias e justiça.”
<i>Qual a preocupação das vossas autoridades com esta visita?</i>	Desarmamento, Desmobilização,	Desmobilização	A preocupação principal do governo... questão da	“A preocupação principal do governo é a questão da reforma, ou seja, da passagem à

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Reintegração (DDR)		<p>reforma... passagem à disponibilidade do pessoal com mais idade</p> <p>Não... papel activo nas Forças Armadas</p> <p>Forma digna e aceitável para as pessoas</p>	<p>disponibilidade do pessoal com mais idade e que, actualmente, não tem um papel activo nas Forças Armadas.”</p> <p>“O governo procura uma forma digna e aceitável para as pessoas para levar a cabo este desiderato e a UE está a colaborar com as autoridades para ajudar a levar isto a cabo.”</p>
<i>Haverá possibilidade de prolongar a missão em Bissau?</i>	Missão	Prorrogação do mandato		“Essas possibilidades deverão ser decididas pelo Comité Político e de Segurança (COPS) da UE.”
<i>O que é preciso fazer para que a missão continue?</i>	Missão	Prorrogação do mandato	<p>Inicialmente... importante...</p> <p>empenhamento do Governo</p> <p>Não apenas... declarações</p> <p>Apoio concreto à continuação da missão</p>	<p>“Inicialmente o mais importante será o empenhamento do Governo da RGB.”</p> <p>“Não apenas com declarações mas com o apoio concreto à continuação da missão.”</p>
<i>em que consiste o plano para</i>	RSS	Plano de RSS	Vontade do Governo...	“A vontade do Governo é a primeira

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>continuação da RSS?</i></p>			<p>primeira prioridade</p> <p>Depois... a vontade UE de apoiarem</p> <p>Elaborar planos, trabalhando com o Governo</p> <p>Apoio técnico para desenvolver esse plano</p>	<p>prioridade.”</p> <p>“Só depois aflorará a vontade dos Estados-membros da UE de apoiarem a prossecução da missão.”</p> <p>“Sobre estes fundamentos procuraremos elaborar planos, trabalhando com o Governo.”</p> <p>“Iremos trazer para o processo um apoio técnico para desenvolver esse plano.”</p>
<p><i>A UE já identificou os quantitativos dos militares que serão desmobilizados?</i></p>	<p>RSS</p>	<p>Envolvimento do governo</p>	<p>Decisão... tanto técnica como política</p> <p>Governo a transmitir o número de militares a desmobilizar</p> <p>Equipamentos modernos, técnicas modernas, efectivos mais pequenos e mais eficazes</p> <p>Tudo isto será feito a partir de decisões do Governo</p>	<p>“A decisão é tanto técnica como política.”</p> <p>“Será o governo a transmitir o número de militares a desmobilizar e será sobre essa base que iremos trabalhar.”</p> <p>“Equipamentos modernos, técnicas modernas, efectivos mais pequenos e mais eficazes: tudo isto será feito a partir de decisões do Governo.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>A União Europeia sente que o País tem capacidade para fazer a Reforma do Sector de Segurança?</i></p>	<p>RSS</p>	<p>Condições de trabalho</p>	<p>Condições existem</p> <p>Partido do Governo... larga maioria no Parlamento</p> <p>Trabalho técnico... por etapas, com planos realistas</p>	<p>“Sim, as condições existem.”</p> <p>“O partido do Governo dispõe de uma larga maioria no Parlamento e portanto o Parlamento deverá apoiar estes planos.”</p> <p>[General Vérastegui interveio para sublinhar que estas condições aconteciam num momento considerado histórico].</p> <p>“O trabalho técnico deverá ser feito por etapas, com planos realistas que possam ser sustentados pelo próprio país, a partir de aconselhamento técnico realista.”</p>
<p><i>Concorda coma ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?]</i></p>				
<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança,</i></p>				

Anexo B – Análise das Entrevistas

<i>mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i>				
--	--	--	--	--

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 11

Local: Bissau Data: 30Jan09

Meio (registo): gravador de som

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<p><i>Principais programas [de cooperação técnico-militar] em curso e os principais objectivos já alcançados</i></p>	<p>Cooperação</p>	<p>Cooperação Técnico-militar (CTM)</p> <p>Perigo da Concorrência</p>	<p>Em execução três projectos, actualmente</p> <p>Recuperação e manutenção das lanchas</p> <p>Transmissões militares</p> <p>Recuperação do Quartel de Kumeré, instalação cobiçada por muitos</p> <p>Perigo de algum país ou organização em cooperação bilateral tentar sonegar este</p>	<p>“Estão em execução três projectos, actualmente: O Projecto n.º.2, para a Marinha de Guerra, debruçando-se essencialmente sobre a recuperação e manutenção das lanchas; o Projecto n.º.4 para as transmissões militares; e o Projecto n.º.5, sobre Engenharia Militar, debruçando-se essencialmente sobre a recuperação do Quartel de Kumeré.”</p> <p>“Esta é uma instalação cobiçada por muitos.”</p> <p>“É natural que haja o perigo de algum país ou organização em cooperação bilateral tentar</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>projecto a Portugal Ficar com os louros”.</p> <p>Até 1998, levantamento de uma oficina automóvel</p> <p>projecto nº. 1... agora... com a chegada... assessor do Ministro de Defesa</p>	<p>sonegar este projecto a Portugal, quando estiver na fase final de remodelação, para “ficar com os louros”.</p> <p>“...Portugal esteja atento... “</p> <p>“A CEDEAO, a FR ou mesmo a ONU podem vir ultimar a obra e dizer que foi trabalho deles. Portugal tem investido cerca de 150.000 euros por ano nesse projecto.”</p> <p>“Até 1998 havia aqui projectos do Serviço de material, relacionado com o levantamento de uma oficina automóvel.”</p> <p>“Só está no papel, por enquanto.”</p> <p>“Mas o conflito de 1998 destruiu a oficina.”</p> <p>“O projecto nº. 1 vai ver agora a luz do dia, com a chegada do Coronel Coutinho Rodrigues, para assessor do Ministro de Defesa.”</p>
--	--	--	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>O REUE está ao corrente das actividades de cooperação militar de Portugal com a RGB? Exerce algum tipo de coordenação?</i></p>	<p>Cooperação</p>	<p>Coordenação com a UE</p> <p>Capacidade da UE relativa à Reforma do Sector de Segurança (RSS)</p>	<p>UE... ciente dos nossos projectos de recuperação</p> <p>Portugal... na missão RSS</p> <p>UE... nenhum tipo de colaboração com a RGB, para além da missão RSS</p> <p>Alguns “trocos”... salário de todos os militares... reformar, no processo de modernização das Forças Armadas</p> <p>20 Milhões de Euros</p>	<p>“A UE está ciente dos nossos projectos de recuperação.”</p> <p>“Portugal colabora na missão RSS.”</p> <p>“Há que sublinhar que a UE não tem nenhum tipo de colaboração com a RGB, para além da missão RSS.”</p> <p>“No entanto, comparando com aquilo que gasta aqui, com alguns “trocos” apenas pagar-se-ia o salário de todos os militares que se deverão reformar, no processo de modernização das Forças Armadas.”</p> <p>“Bastariam 20 milhões de Euros.”</p>
<p><i>A cooperação bilateral militar portuguesa coordena as suas actividades com outros actores, locais, estrangeiros ou internacionais</i></p>	<p>Cooperação</p>	<p>Coordenação CTM</p> <p>Redundâncias da ONU</p>	<p>Apenas com as autoridades da RGB</p> <p>Centros de coordenação em Portugal, onde se dêem directivas políticas</p> <p>Cretinice da ONU pretender lançar aqui uma missão...</p>	<p>“Coordena apenas com as autoridades da RGB.”</p> <p>“Se existem centros de coordenação em Portugal, onde se dêem directivas políticas, não sei.”</p> <p>“Mas há que dizer que é uma cretinice da ONU</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Apropriação africana</p> <p>Obstáculos à missão PESD</p>	<p>quando já aqui... missão da UE... 184 milhões dólares</p> <p>Esta missão... para todos</p> <p>Em África... mandar... os africanos, e cada vez mais... mandar não africanos</p> <p>Missão PESD... dois problemas: beneplácito da CEDEAO e... que não haja países europeus a interferir</p> <p>Gentes... das NU... boicotar a missão ONU se isso não... seu próprio país</p> <p>Promessas financiamento do Brasil e da Nigéria... não se verificar</p>	<p>pretender lançar aqui uma missão, como parece que vão fazer, quando já aqui se encontra em acção uma missão da UE, onde se aplicou 184 milhões de dólares.”</p> <p>“Esta missão dá para todos.”</p> <p>“O que se passa?”</p> <p>“Em África quem deve mandar são os africanos, e cada vez mais querem mandar não africanos.”</p> <p>“A missão PESD tem dois problemas: precisa do beneplácito da CEDEAO e, tendo-o, precisa que não haja países europeus a interferir.”</p> <p>“As gentes que trabalham dentro das NU preferem boicotar a missão ONU se isso não interessar ao seu próprio país.”</p> <p>“Sobre os guineenses, acabamos por verificar</p>
--	--	---	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

				que as promessas de financiamento do Brasil e da Nigéria acabam por não se verificar.”
<i>Concorda com a ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua aceção mais geral, e desenvolvimento?</i>	Nexo Segurança-Desenvolvimento	Segurança antes do investimento	<p>“Claro.”</p> <p>Os investidores... não... investir... se não... garantias”</p> <p>Quando... dúvidas... segurança... seu investimento, retraem-se</p>	<p>“Claro.”</p> <p>“Os investidores mundiais não vão investir seja o que for se não tiverem garantias;”</p> <p>“Quando têm dúvidas sobre a segurança do seu investimento, retraem-se.”</p>
<i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i>	Nexo segurança-desenvolvimento	<p>Segurança antes do investimento</p> <p>Projectos de investimento</p>	<p>“Claro.”</p> <p>O motivo... referir</p> <p>Líbia... investimento... concretização... três unidades fabris</p> <p>Grande projecto do porto de Buba, para escoamento de produtos como a bauxite</p> <p>Maior projecto de porto de</p>	<p>“Claro.”</p> <p>“O motivo é aquele que acabei de referir.”</p> <p>“ Aproveito para dizer que a Líbia tem um projecto de investimento para este país que proximamente terá concretização na implantação de três unidades fabris.”</p> <p>“É também de referir o grande projecto do porto de Buba, para escoamento de produtos como a bauxite, do Sul da Guiné-Bissau e também da Guiné-Conacry.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			águas profundas da região	“Este será o maior projecto de porto de águas profundas da região.”
--	--	--	---------------------------	---

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 12

Local: Lisboa Data: Maio 2009 Meio (registo): **via correio electrónico**

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
Que iniciativas do IPAD têm demonstrado a relevância do nexo entre segurança e desenvolvimento?	Nexo segurança-desenvolvimento	Cooperação Portuguesa Boa Governação Insegurança: Ameaça do tráfico de droga Plano de Emergência de	Principais eixos... Cooperação Portuguesa... Boa Governação, Participação e Democracia Bom funcionamento das instituições do Estado Especial importância no combate à pobreza absoluta Crescente utilização do seu território pelas redes internacionais de tráfico de droga.	“Um dos principais eixos da intervenção da Cooperação Portuguesa (CP) na GB é a Boa Governação, Participação e Democracia.” “Neste Eixo, uma das áreas prioritárias é o Apoio à Administração do Estado.” “Neste sentido, o bom funcionamento das instituições do Estado assume especial importância no combate à pobreza absoluta, objectivo primordial quer da intervenção da CP, quer das autoridades da GB.” “Nos últimos anos, a Guiné-Bissau tem sido confrontada com a crescente utilização do seu

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Combate ao Narcotráfico</p>	<p>Agosto de 2007, um Plano de Emergência de Combate ao Narcotráfico,</p> <p>Intervenção coordenada a nível interno e externo</p> <p>Portugal... um dos principais apoiantes desta iniciativa</p> <p>Consciente que a crescente insegurança no país... obstáculo... estratégias de desenvolvimento</p> <p>Mobilização de apoios financeiros ao Plano</p> <p>CP... interligar esta intervenção com outras áreas... Justiça</p>	<p>território pelas redes internacionais de tráfico de droga.”</p> <p>“Conscientes desta situação, as autoridades guineenses apresentaram, em Agosto de 2007, um Plano de Emergência de Combate ao Narcotráfico, o qual, para ser implementado, necessita de uma intervenção coordenada a nível interno e externo.”</p> <p>“Portugal foi, desde o primeiro momento, um dos principais apoiantes desta iniciativa consciente que a crescente insegurança no país era um obstáculo à implementação das estratégias de desenvolvimento.”</p> <p>“Para além da mobilização de apoios financeiros ao Plano, a CP pretendeu interligar esta intervenção com outras áreas essenciais, nomeadamente a Justiça nas suas diferentes vertentes.”</p>
--	--	--------------------------------	---	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>Qual o empenhamento do IPAD nos projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau</p>	<p>Cooperação</p>	<p>Cooperação Portuguesa</p> <p>GB – Estado órfão da CI</p>	<p>Maior parceiro bilateral</p> <p>GB... caso de estado órfão da comunidade internacional</p> <p>Portugal... dos poucos parceiros internacionais que nunca abandonaram o apoio ao país</p>	<p>“Portugal é o maior parceiro bilateral da Guiné-Bissau.”</p> <p>“Esta situação é bem visível ao longo dos anos e no conjunto de intervenções que abrangem os mais variados sectores.”</p> <p>“Veja-se a título informativo a lista da APD e o ranking dos doadores expressa pelo CAD/OCDE.”</p> <p>“GB é um claro caso de estado órfão da comunidade internacional, sendo que Portugal tem sido dos poucos parceiros internacionais que nunca abandonaram o apoio ao país, mesmo nos períodos de maior instabilidade política e militar.”</p> <p>“Sobre este ponto, veja-se o texto do actual PIC Portugal – Guiné-bissau disponível no site do IPAD.”</p>
<p>Na sua perspectiva, quais os principais actores internacionais presentes na</p>	<p>Desenvolvimento, Boa Governação,</p>	<p>Projectos de outros actores</p>	<p>PIC</p> <p>Projectos dos outros</p>	<p>“Sobre esta questão veja-se o texto do PIC, onde na página 28 existe informação sobre os projectos dos outros doadores no terreno.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>RGB que se dediquem essencialmente a actividades relacionadas com projectos de desenvolvimento, de reorganização com vista à boa governação e de implementação de estruturas de segurança e defesa, e cujas actividades tenham tido relevância?</p>			<p>doadores no terreno</p> <p>Crescente protagonismo da Espanha</p>	<p>“Esta informação está ligeiramente desactualizada devido ao crescente protagonismo da Espanha.”</p> <p>“Em relação a este último país, e caso haja necessidade, poderá ser facultada posteriormente maior informação.”</p>
<p>Quais os actores internacionais que têm reconhecidamente atingido maior graus de sucesso na implementação de projectos?</p>	<p>Presença Internacional</p>	<p>Sucesso, razões do sucesso</p>	<p>Algumas distinções</p> <p>Alguns que só estão presentes no terreno devido às antigas ligações ideológicas (Cuba e Rússia)</p> <p>Presença nos programas de desenvolvimento tem vindo a diminuir</p> <p>Várias organizações</p>	<p>“Relativamente aos outros doadores há que fazer algumas distinções:</p> <p>“-Existem alguns que só estão presentes no terreno devido às antigas ligações ideológicas (Cuba e Rússia) e cuja presença nos programas de desenvolvimento tem vindo a diminuir. O caso de Cuba é curioso devido à sua presença na área da saúde, com a presença de médicos e de formação. É de prever a diminuição deste tipo de parceiros.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>multilaterais... ONU... UE</p> <p>Rigidez nos seus procedimentos e estruturas demasiado burocrática... os efeitos da sua intervenção... se percam</p> <p>Doadores bilaterais... Portugal, Espanha e França, com forte capacidade financeira</p> <p>Deveriam ter intervenções complementares ou pelo menos concertadas</p> <p>Objectivos das suas políticas externas</p> <p>Caso da China e de</p>	<p>“- Existem várias organizações multilaterais, com destaque para a ONU e União Europeia, que apesar dos montantes que envolvem na sua ajuda, a rigidez nos seus procedimentos e estruturas demasiado burocrática, nomeadamente no caso da ONU; fazem com os efeitos da sua intervenção por vezes se percam.”</p> <p>“- Existem doadores bilaterais, Portugal, Espanha e França, com forte capacidade financeira e/ou técnica de intervenção.”</p> <p>“Estes doadores, sendo estados membros da EU, deveriam ter intervenções complementares ou pelo menos concertadas (no espírito do Código de Conduta e Divisão de trabalho)⁶⁶⁶ o que nem sempre acontece devido aos objectivos das suas</p>
--	--	--	--	---

⁶⁶⁶ Seria curioso para efeitos do trabalho, ver os princípios teóricos destes dois documentos da EU e a sua (não) aplicação na GB

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>Angola... muito particular... crescente papel no país fruto da sua capacidade económica</p> <p>Porém, os apoios concedidos não... numa lógica de apoio ao desenvolvimento, mas sim numa clara manifestação da sua política externa</p> <p>Difícil enquadrar estes dois actores em estratégias de intervenção comuns de doadores</p> <p>Espírito da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda... Agenda de Acção de Acra</p> <p>Objectivos essenciais da China foi... GB deixasse de reconhecer Taiwan</p>	<p>políticas externas. “</p> <p>“- Finalmente existe o caso da China e de Angola, cuja intervenção é muito particular.”</p> <p>“Ambos os países têm um crescente papel no país fruto da sua capacidade económica.”</p> <p>“Porém, os apoios concedidos não se inserem propriamente numa lógica de apoio ao desenvolvimento, mas sim numa clara manifestação da sua política externa.”</p> <p>“Esta constatação explica o motivo pelo qual é tão difícil enquadrar estes dois actores em estratégias de intervenção comuns de doadores no espírito da Declaração de Paria sobre a Eficácia da Ajuda o, mais recentemente, na Agenda de Acção de Acra.”</p>
--	--	--	--	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

			Angola... numa lógica de afirmação... poder, quer em termos africanos, quer em termos da CPLP	<p>“Um dos objectivos essenciais da China foi o de, através de recursos financeiros, fazer com que a GB deixasse de reconhecer Taiwan.”</p> <p>“Angola move-se numa lógica de afirmação do seu poder, quer em termos africanos, quer em termos da CPLP.”</p>
A que se deve o sucesso desses projectos?	Projectos de desenvolvimento	Sucesso, razões do sucesso	<p>Maior eficácia... projectos financiados pela China e Angola,</p> <p>Não... requisitos de boa governação associados</p> <p>Difícil promover... boas práticas internacionais... desenvolvimento...</p>	<p>“Face ao que foi referido anteriormente, podemos afirmar que a maior eficácia, do ponto de vista da GB, vem dos projectos financiados pela China e Angola, pois não tem requisitos de boa governação associados.”</p> <p>“Porém, a sua existência permite que sejam apoiados projectos governamentais apesar de alguns requisitos propostos pela Comunidade Internacional nem sempre serem cumpridos.”</p> <p>“É difícil promover algumas boas práticas internacionais ao nível do desenvolvimento, se existem doadores que não aceitam ou cumprem</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

				esses princípios.” (também é resposta à pergunta seguinte)
Quais os principais obstáculos à reorganização do estado e à implementação de medidas governativas de melhoria da paz e bem-estar?				
<i>Concorda coma ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i>	Nexo segurança-desenvolvimento	Prioridade à segurança	Sem... estabilidade e... segurança... não... desenvolvimento Melhoria das condições de vida das populações Atrair outro tipo de apoios para o país Condições para a entrada do Investimento Directo Estrangeiro	“Sem a obtenção de garantias de estabilidade e de segurança, não é possível avançar com projectos de desenvolvimento estruturantes que são essenciais para a melhoria das condições de vida das populações.” “Por outro lado, se foram criadas essas condições poder-se-á atrair outro tipo de apoios para o país, nomeadamente ao nível do sector privado e na criação de condições para a entrada do Investimento Directo Estrangeiro...”

Anexo B – Análise das Entrevistas

			Criação de emprego no país	<p>“... essencial para a criação de emprego no país.”</p> <p>(também é resposta à pergunta seguinte)</p>
<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>				

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Subdesenvolvimento	Luta pelo poder	<p>Cultura política vigente</p> <p>Contributo quer para o <i>subdesenvolvimento</i> quer para o conflito, de onde decorre a <i>insegurança</i></p> <p>Grande importância à luta intensa pelo poder... decorre da fragmentação da sociedade guineense</p> <p>Próximo do poder ou distante... a diferença entre uma vida confortável e outra com dificuldades</p> <p>Alternativas de rendimento... aparelho de Estado ou... actividades ilícitas,</p> <p>Por <i>instituições</i></p>	<p>vigente e o seu contributo quer para o <i>subdesenvolvimento</i> quer para o conflito, de onde decorre a <i>insegurança</i>.”</p> <p>“Nesse campo, atribuo grande importância à luta intensa pelo poder em que se envolve a elite política guineense. “</p> <p>“Uma luta que decorre da fragmentação da sociedade guineense e coloca diferentes grupos em competição feroz pelo acesso aos recursos do Estado.”</p> <p>“Estar próximo do poder ou distante deste significa a diferença entre uma vida confortável e outra com dificuldades.”</p> <p>“O sector privado é incipiente, os cargos nas</p>
--	--------------------	-----------------	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Consequências do subdesenvolvimento</p>	<p><i>amortecedoras</i>... bancos, fundações... pacificar o sistema, acolhendo a elite política... derrota</p> <p>Segurança económica da elite política... posta em causa</p> <p>Poder... indissociável da riqueza... ostentação</p> <p>Pressão... sujeitos os políticos ... fundos para si e... familiares e...</p>	<p>organizações internacionais presentes no país são limitados, pelo que não existem alternativas de rendimento que não passem pelo aparelho de Estado ou pelas actividades ilícitas, como o tráfico de droga.”</p> <p>“Falta na Guiné o que designo por <i>instituições amortecedoras</i>, como os bancos, fundações e institutos que, nos países ocidentais, tomam a responsabilidade de pacificar o sistema, acolhendo a elite política nos tempos de derrota eleitoral.”</p> <p>“Pode então concluir-se que esta luta pelo poder é uma consequência directa do subdesenvolvimento.”</p> <p>“Nesse sentido, se a sociedade fosse mais próspera, a luta não seria tão cruenta já que a segurança económica da elite política não seria posta em causa.”</p>
--	--	--	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	Insegurança	<p>Causas do subdesenvolvimento</p> <p>Causas de insegurança</p>	<p>apoiantes</p> <p>Comportamento <i>mofino</i></p> <p>Elites... pressão sobre as finanças públicas</p> <p>Luta pelo poder... causa do subdesenvolvimento</p> <p>Subdesenvolvimento guineense... causas múltiplas e não reside exclusivamente no problema da segurança</p>	<p>“ Todavia, a complexidade da realidade guineense obriga a que se veja, igualmente, este problema do ângulo oposto.”</p> <p>“Na Guiné, a imagem do poder é indissociável da riqueza e da sua ostentação, num contexto em que o enriquecimento em funções públicas, pela apropriação privada de bens e de capitais públicos, é considerado normal.”</p> <p>“A pressão a que estão sujeitos os políticos para obter fundos para si e para assegurar o apoio das redes familiares e de apoiantes que deles dependem não é pequena.”</p> <p>“Recusar, por exemplo, um favor a um parente pode ser entendido como um comportamento <i>mofino</i> (má vontade deliberada), o que acarreta um prejuízo para a sua imagem pública.”</p> <p>“A necessidade de preservar a imagem choca, por isso, com as boas práticas recomendadas pela comunidade internacional.”</p>
--	-------------	--	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>Insegurança guineense... papel político dos militares</p> <p>A violência política... exercício da oposição nem a liberdade de imprensa</p> <p>Questão militar... preocupante... alarme</p> <p>Elite militar... prolongamento da elite política</p> <p>Hegemonia dos Balantas nas forças armadas...</p>	<p>“Tudo conduz a que as elites exerçam uma forte pressão sobre as finanças públicas, fazendo minuar a porção de recursos disponíveis para as tarefas de desenvolvimento.”</p> <p>“Assim sendo, a luta pelo poder é também ela própria uma causa do subdesenvolvimento já que absorve toda a atenção da elite política e consome os recursos nacionais.”</p> <p>“Por aqui se vê que o subdesenvolvimento guineense tem causas múltiplas e não reside exclusivamente no problema da segurança.”</p> <p>“Adicionalmente, quando se fala na insegurança guineense, deve entender-se que esta resulta acima de tudo do papel político dos militares.”</p> <p>“Com efeito, apesar do aumento da criminalidade urbana e do preocupante fenómeno do tráfico de</p>
--	--	--	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Peso excessivo das Forças Armadas</p>	<p>assinalável... usar esse facto em seu benefício</p> <p>Clima de insegurança</p> <p>Peso excessivo das forças armadas face à capacidade financeira do Estado... um fardo pesado para o tesouro guineense</p> <p>Dificuldades de tesouraria... geradoras de insegurança</p> <p>2004, rebelião... estimulada... atrasa... pagamentos ao batalhão...missão de</p>	<p>estupefacientes, os níveis de insegurança não são dos mais elevados no contexto africano.”</p> <p>“A violência política, apesar dos recentes episódios, não impede o exercício da oposição nem a liberdade de imprensa.”</p> <p>“No entanto, a questão militar é preocupante e causa alarme.”</p> <p>“Os militares pagaram com sangue o preço da luta pelo poder e não dão garantias de isenção em matéria política.”</p> <p>“Verdadeiramente, a elite militar é, na Guiné, um prolongamento da elite política.”</p> <p>“Nesse contexto, o poder militar não é neutral, tomando posição activa nas batalhas políticas.”</p> <p>“Na actual conjuntura, a hegemonia dos Balantas nas forças armadas é assinalável e isso faz com que as facções políticas dessa origem étnica procurem</p>
--	--	--	--	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>paz... Libéria</p> <p>Separação dos militares...</p> <p>grupos... negócios à</p> <p>etnicidade... campo</p> <p>fértil... explorar...</p> <p>clivagens</p>	<p>usar esse facto em seu benefício.”</p> <p>“Naturalmente que isto cria um clima de insegurança, sobretudo quando o poder não tem maioritariamente essa ligação étnica.”</p> <p>“Concluo, referindo o problema do peso excessivo das forças armadas face à capacidade financeira do Estado guineense.”</p> <p>“A dimensão desproporcionada, em relação aos recursos disponíveis, é um fardo pesado para o tesouro guineense que tem de desviar de outros sectores os fundos para pagar a umas forças armadas em que os oficiais e sargentos são muitos, e os soldados poucos.”</p> <p>“As dificuldades de tesouraria são elas próprias geradoras de insegurança já que elevam o grau de descontentamento militar, e o motiva para a rebelião.”</p> <p>“Em 2004, a rebelião que levou ao assassinato do General Seabra, foi estimulada pelo atraso nos</p>
--	--	--	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

				<p>pagamentos ao batalhão que tinha estado em missão de paz na Libéria.”</p> <p>“ A separação dos militares em distintos grupos de interesse, dos negócios à etnicidade, abre um campo fértil a quem pretenda explorar as suas clivagens.”</p>
<p><i>Concorda com a ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i></p>	<p>Nexo Segurança-Desenvolvimento</p>	<p>Instabilidade</p> <p>Medo</p> <p>Prioridade à segurança</p> <p>Função primordial do Estado</p> <p>Estados frágeis ou falhados</p>	<p>Sociedade que vive em instabilidade e em medo... meios de protecção ou de coacção</p> <p>Sem... segurança não... desenvolvimento</p> <p>Uma das funções primordiais do Estado</p> <p>Estados frágeis ou falhados... insegurança...</p>	<p>“Uma sociedade que vive em instabilidade e em medo desenvolve, quanto muito, meios de protecção ou de coacção.”</p> <p>“Concordo, por isso, que sem um mínimo de segurança não é possível almejar a qualquer desenvolvimento.”</p> <p>“Essa é, aliás, uma das funções primordiais do Estado e uma razão, pela qual, esta forma de organização política da comunidade teve sucesso e se projectou no mundo.”</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

		<p>Sociedades prósperas</p> <p>Insegurança</p> <p>Financiamento</p>	<p>elevados... existência ameaçada</p> <p>Sociedades prósperas... capazes de suster a progressão da insegurança</p> <p>Instabilidade militar... clima de insegurança</p> <p>Guiné-Bissau... instabilidade militar... clima de insegurança... não...</p> <p>Poder político o tempo necessário para se dedicar às tarefas do desenvolvimento...</p> <p>Nem... fundos internacionais... APD... Investimento Directo</p>	<p>“Também é por esta razão que se fala em Estados frágeis ou falhados para designar aqueles que apresentam níveis de insegurança de tal modo elevados que a sua própria existência é ameaçada.”</p> <p>“A diferença entre estes e as sociedades prósperas é que estas são capazes de suster a progressão da insegurança, contendo os seus níveis.”</p> <p>“Reportando ao caso da Guiné-Bissau, a sua acentuada instabilidade militar origina um clima de insegurança que não garante ao poder político o tempo necessário para se dedicar às tarefas do desenvolvimento, nem incentiva os fundos internacionais, da APD e do Investimento Directo, a convergirem para o país.”</p>
--	--	---	--	---

Anexo B – Análise das Entrevistas

			<p>componente governativa?</p> <p>Problemas de grande delicadeza no âmbito das relações internacionais</p> <p>Respeito pelo princípio da soberania... direito de ingerência</p> <p>Acomodação dos diversos interesses geopolíticos em presença e... determinação dos custos e do período temporal... operação desta natureza</p> <p>Operações de longa duração e de elevado custo</p>	<p>da segurança ou deverá também responsabilizar-se pela componente governativa?"</p> <p>“Tudo isto coloca problemas de grande delicadeza, no âmbito das relações internacionais, que se prendem com o respeito pelo princípio da soberania e o direito de ingerência;”</p> <p>“Com a acomodação dos diversos interesses geopolíticos em presença e, não menos importante, com a determinação dos custos e do período temporal que uma operação desta natureza exige.”</p> <p>“Esta última questão não parece ser desprezível: quanto tempo e quanto custa manter uma operação de estabilização da segurança?”</p> <p>“Olhando para diversos exemplos encetados ainda na década de 90, do século passado, estamos certamente perante operações de longa duração e de elevado custo.”</p>
<p><i>Considera que o problema da Guiné-Bissau se situa ao nível do subdesenvolvimento ou da</i></p>				<p>[Não respondida, mas resposta implícita acima]</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<i>insegurança</i>				
--------------------	--	--	--	--

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 14

Local: Bruxelas

Data: 26Mai09

Meio (registo): por correio electrónico

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<p><i>Les principaux problèmes des pays sortant des crises, comme la RDC, sont d'abord d'ordre sécuritaire ou, au contraire, liées principalement au faible développement ?</i></p> <p><i>(Os principais problemas de países que acabaram de sair de uma crise são de ordem securitária ou, ao contrário, ligados principalmente a um</i></p>	<p>Problemas pós-crisis</p>	<p>Necessidades elementares da população</p>	<p>principal problème... le gouvernement... satisfaire les besoins élémentaires de la population... confiance et espoir</p> <p>besoins</p> <p>1- aller et venir sans être inquieté 2- produire ou gagner de l'argent honnêtement 3- se faire rendre justice dans des conditions acceptables 4- se faire soigner 5- éduquer les enfants</p>	<p>« Pour moi le principal problème à régler en sortie de crise est d'aider le gouvernement émergent à satisfaire les besoins élémentaires de la population pour redonner confiance et espoir. »</p> <p>« Ces besoins sont:</p> <p>« 1- pouvoir aller et venir sans être inquieté (ni racketté, ni agressé, ni violé), »</p> <p>« 2- pouvoir produire ou gagner de l'argent honnêtement, sans être obligé de faire des trafics ou de corrompre quelqu'un. »</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>fraco desenvolvimento?)</i></p>		<p>Emergência de segurança Emergência de desenvolvimento</p>	<p>urgence sécuritaire (point 1, point 2 et point 3)... urgence développement... fonctionner... l'urgence sécuritaire est satisfaite</p>	<p>« 3- pouvoir se faire rendre justice dans des conditions acceptables, ce qui nécessite d'avoir accès à la justice et d'avoir un système judiciaire à peu près correct » « 4- pouvoir se faire soigner en cas de maladie, » « 5- pouvoir éduquer les enfants (écoles existantes, accessibles, gratuites ou bon marché) » « Il y a donc une urgence sécuritaire (point 1, point 2 et point 3)et une urgence développement qui ne peut fonctionner que si l'urgence sécuritaire est satisfaite »</p>
<p><i>Est-ce que vous êtes d'accord avec l'idée dont il existe une liaison indissociable entre Sécurité, dans sa signification plus générale, et développement ? (Concorda com a ideia de que existe uma relação</i></p>	<p>Nexo Segurança- Desenvolvimento</p>	<p>Conceito alargado de segurança Forças Armadas – Polícia – Justiça</p>	<p>concept large de "système de sécurité"... tout ce qui procure au citoyen le "parapluie" aspects armée- police-justice une maîtrise des ressources</p>	<p>« Le concept large de "système de sécurité" englobe tout ce qui procure au citoyen le "parapluie " qui lui permet d'aller et venir, de pratiquer une activité honnête sans être inquieté, et se faire rendre justice: » « c'est en gros les aspects armée- police-justice. » « Pour financer ces aspects, et fournir aux</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>indissociável entre segurança, na sua aceção mais geral, e desenvolvimento?)</i></p>		<p>Matriz de recursos fiscais</p> <p>Desenvolvimento</p> <p>Economia Informal</p>	<p>fiscales... lutter contre les trafics, l'exploitation illégale des richesses du pays et la contrebande</p> <p>le développement... dans de bonnes conditions...</p> <p>dans des pays où l'état ne... ce rôle, l'économie "informelle"... gens de survivre... de vivre.</p>	<p>citoyens la possibilité de se faire soigner et d'envoyer les enfants à l'école, l'Etat doit avoir une maîtrise des ressources fiscales, ce qui nécessite de lutter contre les trafics, l'exploitation illégale des richesses du pays et la contrebande. »</p> <p>« A mon avis le développement ne peut reprendre dans de bonnes conditions que si tout cela s'améliore. »</p> <p>« On peut cependant constater que dans des pays où l'état ne joue pas ce rôle, l'économie "informelle" permet aux gens de survivre, et parfois de vivre. »</p>
<p><i>Considérez vous que tout projet de développement doit être précédé d'une stabilisation de la sécurité, encore une fois dans sa signification plus générale, afin de maximiser les</i></p>	<p>Segurança- Desenvolvimento</p>	<p>Prioridade à Segurança</p>	<p>Oui</p> <p>Mais... les pays faibles ou en sortie de crise ne... image d'une couleur uniforme</p> <p>RDC, la Guinée, l'Angola... très instables voire très</p>	<p>« Je pense que oui. »</p> <p>« Mais j'attire votre attention sur le fait que les pays faibles ou en sortie de crise ne présentent jamais une image d'une couleur uniforme. »</p> <p>« Des pays comme la RDC, la Guinée, l'Angola, etc., sont, ou ont été, considérés comme très</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p><i>garantias de succès ?</i></p> <p><i>(Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?)</i></p>		<p>Focos de desenvolvimento</p> <p>Contágio</p> <p>Generalizações nefastas</p> <p>Desencorajamento</p> <p>Investidores audazes</p>	<p>risqués</p> <p>zones où la situation sécuritaire... des projets de développement</p> <p>une "chance" de contagion pour le reste du pays</p> <p>observation trop générale... néfaste... à retarder la reprise du développement</p> <p>les indices de risque des Nations Unies ou les recommandations de nos gouvernements à nos investisseurs... des cotés décourageants</p> <p>gens... un peu d'audace... souvent aperçu</p> <p>Malheureusement... pas toujours les plus honnêtes</p>	<p>instables voire très risqués. »</p> <p>« Il n'empêche qu'il y a toujours, dans ces pays, des zones où la situation sécuritaire permet de lancer des projets de développement, sans risque majeur. »</p> <p>« Il y a là une "chance" de contagion pour le reste du pays, et une possibilité de ressource pour l'Etat. »</p> <p>« C'est pour cela qu'une observation trop générale d'un pays en crise est néfaste et peut même conduire à retarder la reprise du développement (les indices de risque des Nations Unies ou les recommandations de nos gouvernements à nos investisseurs ont parfois des cotés décourageants). »</p> <p>« Les gens qui ont un peu d'audace s'en sont souvent aperçu. »</p> <p>« Malheureusement, ce ne sont pas toujours les plus honnêtes. »</p>
--	--	--	--	---

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 15

Local: Bruxelas

Data: 17Jun09

Meio (registro): correio electrónico

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<i>Concorda coma ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua aceção mais geral, e desenvolvimento?</i>	Nexo Segurança-desenvolvimento	Desenvolvimento económico Segurança jurídica e económica Investimento com protecção	Totalmente de acuerdo desarrollo económico y social, sin un marco de seguridad jurídica y económica economía de mercado las inversiones... donde hay protección de los derechos fundamentales	“Totalmente de acuerdo, no puede haber desarrollo económico y social, sin un marco de seguridad jurídica y económica.” “Considero que seguridad es un concepto muy amplio, en el que se encuentra incluida la seguridad física.” “En una economía de mercado, las inversiones solo acuden a los lugares donde hay protección de los derechos fundamentales (como la propiedad privada), y esta protección de lleva a cabo mediante un marco jurídico y un sector de

Anexo B – Análise das Entrevistas

		Justiça e Segurança	marco jurídico y un sector de seguridad apropiado Fuerzas armadas, las fuerzas de seguridad y el sistema judicial	seguridad apropiado (que incluye las fuerzas armadas, las fuerzas de seguridad y el sistema judicial).”
<i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i>	Segurança-desenvolvimento	Prioridade à segurança Projectos de desenvolvimento Insegurança Poder das armas	Totalmente de acuerdo pues los proyectos de desarrollo, llevados a cabo en una región no estable, o insegura, no...muchas posibilidades de echar raíces La inseguridad... a veces, aumentada por elementos de las fuerzas de seguridad corruptas... en posesión del poder de las armas	“Totalmente de acuerdo, pues los proyectos de desarrollo, llevados a cabo en una región no estable, o insegura, no tienen muchas posibilidades de echar raíces.” “La inseguridad en una región es, a veces, aumentada por elementos de las fuerzas de seguridad corruptas, pero que están en posesión del poder de las armas.”

MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entrevista n.º 16

Local: Bruxelas

Data: 19Jun09

Meio (registo): Correio electrónico

TEMA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES / UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
<i>Concorda coma ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?</i>	Nexo Segurança-Desenvolvimento	Inseparáveis Ferramenta de apoio à gestão... crise	Para mim... segurança sem desenvolvimento nem desenvolvimento sem segurança Ligação muito estreita entre estes dois conceitos como e quando... estes... intervir como ferramenta de apoio à gestão de um crise Não... desenvolvimento...	“Tenho para mim que não há segurança sem desenvolvimento nem desenvolvimento sem segurança.” “Por isso sim, acho que existe uma ligação muito estreita entre estes dois conceitos.” “O problema para mim é como e quando é que estes dois vectores devem intervir como ferramenta de apoio à gestão de um crise.”

Anexo B – Análise das Entrevistas

		Simultâneo	necessariamente... precedido... segurança “tipo chapa 5” Ferramentas... utilizadas em simultâneo	“Não avalio por isso que o desenvolvimento tenha que ser necessariamente (tipo chapa 5) precedido de uma acção de segurança.”
		Equilíbrio	Duas ferramentas... 100% de uma intervenção da CI Percentagem... em cada uma delas Quando mais a situação... deteriorada, maior... segurança e menor o desenvolvimento Segurança... conquistada... desenvolvimentos...	“Quero com isto dizer que estas duas ferramentas (chamemos-lhe assim por uma questão de facilidade falta de tempo da minha parte para pensar num termo melhor) devem ser na grande maioria dos casos utilizadas em simultâneo.” “Pensando que juntas estas duas ferramentas representam 100% de uma intervenção da CI na gestão de uma crise a questão é decidir qual a percentagem que devemos colocar em cada uma delas.” “Isto é, quando mais a situação num qualquer

Anexo B – Análise das Entrevistas

			preponderância sobre a segurança	<p>cenário se encontra deteriorada, maior deverá ser o factor segurança e menor o desenvolvimento.”</p> <p>“À medida que a segurança for sendo conquistada o factor desenvolvimentos vai ganhando preponderância sobre a segurança.”</p> <p>“O porque desta relação inversa dispenso-me de te dizer porque sabes bem melhor do que eu.”</p>
<p><i>Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?</i></p>	<p>Segurança- Desenvolvimento</p>	<p>Prioridade à segurança</p> <p>Simultaneidade</p>	<p>Sempre útil actuar em simultâneo</p> <p>Progresso e a estabilidade... directamente proporcional... desenvolvimento e segurança desde o inicio... implementados em</p>	<p>“De qualquer modo considero que será sempre útil actuar em simultâneo quer na vertente segurança, quer na vertente desenvolvimento.”</p> <p>“Quase que poderíamos dizer que o progresso e a estabilidade de um país em crise são directamente proporcional respectivamente ao desenvolvimento e segurança e que estes dois últimos se somam.”</p> <p>“Nesse faz cada vez mais sentido que desde o</p>

Anexo B – Análise das Entrevistas

			simultaneamente	início sejam implementados em simultaneamente.”
--	--	--	-----------------	---

O tema foi materializado em duas perguntas, mas as entrevistas aqui analisadas contêm várias perguntas. No entanto, só aquelas duas são analisadas por serem comuns a todas as entrevistas deste *corpus*. 1.^a pergunta: *Concorda com a ideia de que existe uma relação indissociável entre segurança, na sua aceção mais geral, e desenvolvimento?*

2.^a pergunta: *Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua aceção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?*

As categorias deverão ter um elevado grau de abrangência e deverão abranger as subcategorias. Poderão ser criadas, a priori, com base nas perguntas feitas. Mas também podem ser elaboradas a posteriori.

Deverão ser enunciadas da forma geral. São abrangidas pelas categorias. As subcategorias emergem das unidades de registo.

Deverão corresponder ao segmento da fala (no contexto) que exemplifica a classificação que se fizer: para uma pessoa exterior à análise, a unidade de registo é um indicador para a subcategoria criada.

Deverá permitir situar a ideia expressa no contexto de fala em que ocorre. Se tal não ocorrer, corre-se o risco de fraccionar muito a análise e perder-se o sentido abrangente daquilo que foi afirmado.

Anexo B

Relatório n.º 4

(B43)

RELATÓRIOS DAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 1

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se durante a tarde (início 16h00) do dia 29 de Janeiro de 2009, em Bissau, e durou cerca de 35 minutos. O registo foi efectuado em gravador de som. Posteriormente foi feita a transcrição pelo investigador.

2. Entrevistado

O entrevistado é oficial do Exército Português, no desempenho de funções de conselheiro do embaixador. Tinha cerca de 48 anos. Tinha uma boa noção das questões mais relevantes da Guiné-Bissau e acompanhava a situação através dos *media* locais e de outras forma de comunicação. Tal nível de consciência da situação do país era também devido à sua permanência em Bissau de mais de dois anos, à altura da entrevista, e especialmente às suas funções.

3. Respostas às perguntas de Referência⁶⁶⁷

Notas:

⁶⁶⁷ 1.ª pergunta: “Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?”. 2.ª pergunta: Considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

3.1. Análise sintáctica e paralinguística⁶⁶⁸

⁶⁶⁸ As estruturas formais gramaticais. Os índices - unidades lexicais, co-ocorrências lexicais, estruturas sintáticas, características formais diversas - a partir dos quais podem ser obtidas as inferências.

O entrevistado demonstrou um confortável entendimento dos conceitos constantes das questões que lhe foram colocadas. O seu discurso foi estruturado e claro.

Sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado identificou com clareza este nexos, interpondo-lhe a ideia de “investimento”, significando que o desenvolvimento dependeria da existência da vontade de investidores de financiarem projectos na RGB se aí se encontrassem condições suficientes de segurança. Desenvolveu o conceito de segurança e incorporou-lhe as ideias de segurança física, segurança humana e sistema legislativo. Para além destes conceitos, incorporou no seu discurso várias ideias bem estruturadas sintacticamente. Partindo da ideia de que “neste país está tudo por fazer”, construiu argumentação para demonstrar a necessidade de se alterar o *corpus* legislativo da RGB, nomeadamente para se obter a “subordinação do poder militar ao poder civil”, como forma de se levantar o Estado de Direito no país.

3.2. Análise lógica⁶⁶⁹

O seu discurso partiu de afirmações iniciais com as quais construiu estruturas claras de raciocínio sobre (i) a sua percepção do nexos segurança-desenvolvimento; (ii) a necessidade de reforçar a segurança no país; (iii) a forma de promover o desenvolvimento.

Relativamente à primeira estrutura, privilegiou o desenvolvimento como variável dependente da segurança, não tendo construído argumentação de apoio à relação contrária, da segurança como variável dependente do desenvolvimento, o que a questão pressupunha implicitamente. Demonstrou assim sensibilidade para as questões de segurança, mais do que para as de desenvolvimento, facto que a sua condição de militar de carreira provavelmente potencia como mais importante. Neste aspecto, relativamente à sua noção de desenvolvimento, materializou-a simplesmente com a

⁶⁶⁹ Apoia-se num conhecimento do arranjo do discurso.

necessidade de combate à corrupção, garantia de que os projectos de desenvolvimento não se desviem dos objectivos e necessidade de fiscalização.

Voltando às questões de segurança, referiu, durante uma boa parte do seu discurso, as ameaças que poderiam ter influência na situação da RGB. Assim, considerou que a migração não é fenómeno relevante, embora notasse que existiam redes criminosas de migrações. Sobre a ameaça do tráfico de droga, não referiu aspectos concretos dessa ameaça para a sociedade guineense, embora referisse o aumento da sofisticação de meios dos traficantes. Finalmente o terrorismo mereceu-lhe alguns comentários concretos abonatórios das tradições islâmicas da população guineense, pouco permeável a tendências extremistas.

3.3. Análise de elementos formais atípicos⁶⁷⁰

O pouco desenvolvimento da questão do tráfico de droga poderá ser devido ao cuidado natural com que o corpo diplomático (e afins) tem de ter relativamente a questões que ensombrem a política do país onde se encontrem. Aliás, o entrevistado sugeriu que as suas opiniões deveriam ser tratadas de forma muito informal, por não poderem constituir-se como “posição oficial”.

3.4. Inferências⁶⁷¹

O entrevistado tinha conhecimento do assunto das duas questões nucleares da entrevista. No entanto, é notório que o seu discurso, tendo confirmado que conhecia a importância da relação entre segurança e desenvolvimento, não contribuiu para valorizar o tema.

4. Restantes respostas

⁶⁷⁰ (As omissões, os ilogismos, os silêncios, expressões gestuais ou posturas.

⁶⁷¹ - Inferências: Valorizou o tema? Tinha conhecimento do assunto? De acordo com Osgood (apud Bardin, 2008: 168), algumas inferências possíveis são: inteligência, facilidade de comunicação, origem racial, ansiedade, agressividade, estrutura associativa, atitudes e valores, móveis, hábitos linguísticos do entrevistado.

Para além das duas respostas nucleares (ver nota n.º1) o entrevistado respondeu também a uma questão inicial sobre os projectos de cooperação militar portuguesa na Guiné-Bissau (ver ficha de análise). Esta questão, para além da sua relevância intrínseca, destinou-se também a predispor o entrevistado, a “libertar-lhe” o discurso, e a ajudar a criar uma postura descontrainda de resposta (o que aconteceu na generalidade das entrevistas deste *corpus*). Tendo tido os efeitos pretendidos referidos em último, não foi no entanto contributo para valorizar o tema, nem confirmou que o entrevistado o conhecia bem.

5. Conclusão⁶⁷²

O entrevistado quis passar a mensagem de que “neste país está praticamente tudo por fazer”, que foi uma das suas frases mais pragmáticas. O discurso demonstrou a sua pouca familiaridade com o real significado do conceito “nexo segurança-desenvolvimento”, embora dele tivesse uma ideia genérica correcta. Relevou a importância do combate à corrupção como uma importante medida para se promover o desenvolvimento e alcançar o Estado de Direito. A análise do discurso também demonstrou que o entrevistado conhecia o grau de ameaças que o terrorismo, as migrações ilegais ou o tráfico de droga constituiriam para a Guiné-Bissau. No entanto, a abordagem circunstancial que fez da situação do tráfico pareceu demonstrar precaução em não se envolver demasiado numa caracterização delicada.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 2

1. Condições da entrevista

⁶⁷² Indicar também qual a mensagem que o entrevistado quis passar. Que nos diz a análise da lógica do discurso? Que mostra o uso de figuras de retórica?

A entrevista realizou-se durante a tarde do dia 29 de Janeiro de 2009, em Bissau, e durou cerca de 50 minutos. O registo foi efectuado em bloco de notas. Posteriormente foi solicitado que não fosse utilizada para publicação.

2. Entrevistado

O entrevistado é diplomata de carreira, no desempenho de funções de embaixador. Teria cerca de 62 anos. Tinha ideias muito claras sobre a situação da Guiné-Bissau, devido ao elevado cargo e à sua permanência de três anos no país. Estava já designado o seu sucessor, que viria rendê-lo dentro de poucos dias.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado apresentou um discurso construído com elaboração, tendo colmatado algumas lacunas de conhecimento com eloquência, construída na ocasião à volta da temática em questão.

3.2. Análise lógica

Respondendo à questão sobre a existência de uma relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado confirmou brevemente a sua existência, para passar de imediato à afirmação da não aplicabilidade do conceito de reforma do Sector de Segurança (RSS). Esta rápida passagem de um tema concreto para a discussão de outro, paralelo mas não sinónimo do que se perguntava, demonstrará que o entrevistado se preocupava no momento com aquele mecanismo europeu de RSS, cuja autoria atribuía a um país e a uma cultura anglo-saxónicas e que, por tal, não se adequariam à Guiné-Bissau.

Debruçando-se sobre a questão da prioridade de implementação da segurança antes do desenvolvimento, o entrevistado repartiu a sua resposta por três categorias – segurança, desenvolvimento e poder político. Reconheceu a necessidade de existência prévia de uma matriz de segurança, como suporte para lançamento de

projectos de desenvolvimento. Sobre o desenvolvimento referiu que os eventuais investidores só aplicariam esforços no país se houver garantias de segurança. Finalmente, atribuiu as dificuldades aos abusos do poder político que agiria como força bloqueadora da vontade de investir.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

O entrevistado preparou o ambiente (e a sua própria postura) para receber o entrevistador, como é, aliás, apanágio da classe diplomática, sempre atenta a pormenores. Revelou alguma crispação inicial, talvez por se sentir questionado sobre o desempenho das suas funções diplomáticas, quando estava no fim da sua comissão de serviço. Não atribuiu importância ao conceito do nexo segurança-desenvolvimento, atribuindo-lhe, segundo pareceu ao entrevistador, a importância de um lugar-comum, de uma “moda”.

3.4. Inferências

O discurso do entrevistado, embora tenha mostrado que conhecia o tema da relação entre segurança e desenvolvimento, não contribuiu para valorizar o conhecimento desta questão. No entanto deu importância à implementação de uma matriz de segurança, antes de os agentes económicos estrangeiros investirem na Guiné-Bissau. Por outro lado, apresentou as arbitrariedades do poder político como obstáculos a esse processo.

4. Restantes respostas

Para além das duas respostas nucleares (ver nota n.º 1), o entrevistado respondeu também a questões iniciais sobre as prioridades da representação portuguesa em Bissau, seus principais sucessos e a relação com outros países presentes na RGB. Mostrou que Portugal está no topo das prioridades das Relações Externas da Guiné-Bissau e frisou o conceito de “ajudar os guineenses”, notando, no entanto, alguma falta de eficácia na ajuda. Contudo, realçou os sucessos na área do ensino. Nesta altura o seu discurso virou-se para a questão do tráfico de droga, trazendo a lume os APOIOS QUE Portugal tem dado nesta área, que considerou “um quadro muito

grave desde 2005”. Relativamente à questão da relação de Portugal com outros países presentes, as ideias-chave que referiu foram de que os outros não eram “concorrentes” de Portugal, pois todos “concorremos para ajudar a RGB”. Nesta altura voltou a abordar o problema da droga, para dizer que foi o que atraiu a atenção internacional. De seguida, referiu as características da presença de diversos países, Angola, Brasil, Espanha, presenças que relacionou com grandes projectos de investimento. Aqui voltou a citar Portugal, afirmando ser um erro se Portugal deixasse cair o projecto das comunicações da Portugal Telecom.

5. Conclusão

O entrevistado não atribui grande relevo ao conceito donexo segurança-desenvolvimento, embora concorde que para haver desenvolvimento na Guiné-Bissau seja necessário implementar uma “matriz de segurança”. Esta deverá incluir a anulação das arbitrariedades do poder político, que se constitui como factor de bloqueio do desenvolvimento.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 3

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se durante na tarde do dia 31 de Janeiro de 2009, em Bissau, e durou cerca de 35 minutos. O registo foi efectuado em gravador de som. Posteriormente foi transcrito para papel. As respostas foram dadas parcialmente em língua portuguesa, mas após ter sido garantido que o entrevistador conhecia bem o castelhano, o entrevistado passou a comunicar nesta língua, o que permitiu tornar o discurso mais fácil e fluido. A entrevista tinha sido marcada com antecedência e o tema era do conhecimento prévio do entrevistado, pelo que se pôde preparar para responder.

2. Entrevistado

O entrevistado é oficial general do Exército espanhol e foi nomeado pelo Conselho da UE para chefiar a missão de reforma do Sector de Segurança e Defesa da RGB. Tem cerca de 60 anos. Preparou-se durante vários meses para o desempenho da função, pelo que se inteirou devidamente de todos os conceitos-base de apoio à missão, nele se incluindo as concepções relacionadas com o nexo segurança-desenvolvimento, assunto em debate na UE durante o início dos trabalhos que conduziram ao lançamento da missão. Tem algum domínio da língua portuguesa, que era um dos requisitos para a missão.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado tinha o seu discurso devidamente preparado, tendo recorrido à língua portuguesa quando se tratava de referir os conceitos mais importantes que suportaram a decisão política que levou à autorização para o lançamento da missão. No entanto, o seu não perfeito domínio da língua levou a que não entendesse completamente as questões. Apesar disso, as respostas eram muito bem estruturadas, denotando a preparação prévia. No início da entrevista, especialmente, foi muito cuidadoso no emprego de expressões técnicas e procurou também ter um discurso inócuo do ponto de vista político.

3.2. Análise lógica

Sobre a questão do nexo segurança-desenvolvimento o entrevistado dividiu a sua intervenção na análise de dois modelos, um preconizando a criação de estabilidade no plano institucional, antes de se passar aos projectos de desenvolvimento, e outro fazendo a abordagem pela ordem inversa, primeiro o desenvolvimento e depois a segurança. Sendo nitidamente favorável ao primeiro, afirmou que este caminho seria o mais rápido que propiciaria o rápido desenvolvimento e seria, a médio prazo, mais seguro.

Acabou assim por responder, logo na resposta anterior, à questão seguinte, onde era perguntado se a segurança deveria preceder o desenvolvimento. Como já

tinha sido esgotado o tema na resposta anterior, o entrevistado passou a elencar alguns problemas relacionados com os investidores oportunistas e as suas iniciativas de base não legal. A solução para estes problemas passaria assim pela criação de estruturas próprias do Estado de direito.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

O entrevistado recorrentemente abordou a necessidade de implementação de “leis justas”, demonstrando preocupação com este aspecto, que é parte nuclear da missão EU SSR Guiné-Bissau, pela qual é responsável.

Por outro lado, apontou, embora de forma subtil, o dedo a investidores desonestos como promotores da continuidade da fragilidade do Estado, como forma de melhor alcançarem os seus desígnios.

Teve também preocupação em demonstrar a sua proficiência na Língua Portuguesa, facto que terá perturbado a sua espontaneidade até ao momento em que lhe foi assegurado que poderia continuar em Castelhana. A partir daí o seu discurso foi mais solto.

3.4. Inferências

Apesar de alguma ansiedade e reserva, o entrevistado mostrou estar sensibilizado para a questão do reforço mútuo nonexo entre segurança e desenvolvimento. No entanto, fez essencialmente o exercício de priorizar a segurança em detrimento do desenvolvimento do que encontrar as sinergias concretas desse processo. Em toda a entrevista esteve presente a preocupação de demonstrar três aspectos: à vontade com a matéria em discussão, proficiência em Português, e determinação em atingir os objectivos da missão.

4. Restantes respostas

Nas restantes respostas, essencialmente debruçando-se sobre o projecto de RSS e o objectivo da missão UE de RSS na Guiné-Bissau (EU SSR Guiné-Bissau), o

entrevistado estruturou o seu discurso em quatro grandes áreas, correspondendo cada uma a uma resposta. Demonstrou um claro entendimento do conceito de “apropriação africana” (“A reforma... é um programa guineense”). Sublinhou que o período do mandato da missão era muito curto. Referiu a escassez de recursos ao dispor das autoridades guineenses para levarem a cabo o projecto de RSS. Já na resposta à 4.^a pergunta, em que era questionado sobre dificuldades exógenas, redireccionou a questão para as dificuldades internas, tendo sublinhado muito o problema de significados da palavra “reforma”, entendida pelas pessoas alvo do projecto de RSS como “de mandar para casa as pessoas, reformando-as”, desvinculando-as das Forças Armadas e negando-lhes o pouco sustento daí advindo.

5. Conclusão

O entrevistado atribui grande importância ao nexo segurança-desenvolvimento, considerando que o trabalho da missão que chefia é fundamental para se criar uma matriz de segurança que dê garantias para o lançamento de projectos de desenvolvimento. No entanto não valoriza o aparecimento de sinergias quando são feitos esforços coordenados nos dois campos, não tendo mostrado sensibilidade para este aspecto.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 4

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se durante na tarde do dia 30 de Janeiro de 2009, em Bissau, e durou cerca de 30 minutos. O registo foi efectuado em gravador de som. Posteriormente foi transcrito para papel. A entrevista tinha sido marcada com antecedência e o tema era do conhecimento prévio do entrevistado, o que se reflectiu no detalhe das respostas.

2. Entrevistado

O entrevistado é oficial do Exército português e foi nomeado por Portugal a solicitação do Secretariado Geral do Conselho da UE para a missão de Reforma do Sector de Segurança (RSS) da RGB. Tem cerca de 52 anos. O entrevistador teve oportunidade de colaborar na sua preparação para a missão, durante o estágio que efectuou em Bruxelas, estando portanto ao corrente das suas capacidades e conhecimentos, considerando-o com perfil adequado a esta missão. Na missão UE o entrevistado é responsável pela área da Reforma das Forças Armadas, dentro da missão mais alargada de RSS.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado demonstrou a longo de toda a entrevista uma boa coerência de discurso. Contudo, tal foi aplicado essencialmente nas respostas iniciais e menos nas correspondentes às duas perguntas nucleares da entrevista. O entrevistado fez questão de identificar devidamente o seu posicionamento dentro da estrutura hierárquica da missão UE - correspondendo ao 3.º lugar da hierarquia -, o que traduz, não só a sua formação militar, mas também a necessidade de mostrar o seu nível de responsabilidade.

3.2. Análise lógica

Para além da clara e estruturada articulação das ideias sobre as questões iniciais, relacionadas com a missão e o processo de RSS, o entrevistado foi muito parco de palavras nas respostas às duas questões nucleares. Demonstrou pouco à-vontade com os conceitos ligados à relação entre segurança e desenvolvimento, mas pronunciou-se claramente a favor da existência de uma relação entre segurança e desenvolvimento que torna os dois conceitos “indissociáveis”. Relativamente à 2.ª questão nuclear, sobre a prioridade entre segurança e desenvolvimento, notou que a insegurança leva

as pessoas a aceitarem a presença de estranhos, a que chamou “factores de estabilização”.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

A forma tão célere como o entrevistado abordou as duas questões nucleares indica a sua pouca sensibilidade para a questão do nexo segurança-desenvolvimento. É de referir que esta questão, que agora é parte integrante do pacote de conceitos que a UE, era, na altura da preparação para a missão um tema ainda em consolidação, estando a decorrer (1.º Semestre de 2008) um estudo na UE para a sua clarificação.

O entrevistado também manifestou algum desconforto, de forma discreta, com a forma como alguns elementos da missão conduziram as suas tarefas, o que não corresponderia ao espírito da missão. Estas subtis críticas foram manifestadas em apartes e interjeições que não foram registadas na transcrição da entrevista.

3.4. Inferências

Apesar de não ter aprofundado o tema do nexo segurança-desenvolvimento, o entrevistado demonstrou uma convicção firme sobre o seu sentido geral, considerando a segurança e o desenvolvimento indissociáveis e especialmente relevantes no ambiente onde desenvolvia as suas tarefas. Demonstrou vontade de comunicar as suas ideias, por um lado, e revelou entusiasmo com as tarefas que desempenhava, tendo também relevado as qualidades dos guineenses com quem trabalhava. De forma geral, transmitiu a ideia de que este projecto era viável e bem recebido pelos guineenses.

4. Restantes respostas

Nas respostas prévias às questões nucleares, que se debruçavam sobre o projecto de RSS e o objectivo da missão UE de RSS na Guiné-Bissau (EU SSR Guinea-Bissau), o entrevistado sublinhou a confiança que as autoridades da RGB atribuíam aos elementos da missão. Mas não deixou de frisar que este projecto tinha por bases algumas iniciativas das autoridades da Guiné-Bissau (embora inicialmente o

projecto de RSS para a Guiné tenha sido gizado por técnicos do Reino Unido). De seguida avaliou o tempo já decorrido, as tarefas por realizar e objectivos ainda não alcançados e referiu o tempo inicialmente calculado de cinco anos para o processo se completar. Considerou-o insuficiente, tendo apresentado algumas razões, como a falta de um programa de governo. Debruçando-se sobre a questão dos recursos, chamou a atenção de que falaria apenas sobre a parte militar, pois era essa que lhe estava atribuída. Aqui demonstrou uma clara articulação do raciocínio, tendo começado por definir as necessidades das Forças Armadas, incluindo a criação de uma clara pirâmide hierárquica e a remodelação das infra-estruturas necessárias e a alienação das supérfluas.

5. Conclusão

O entrevistado demonstrou uma grande preocupação e empenho com a sua missão, no âmbito da Reforma do Sector de Segurança da Guiné-Bissau, e pôde mesmo relacioná-la, de forma lógica, com a noção de uma relação entre segurança e desenvolvimento. No entanto, não mostrou sensibilidade para a ideia da existência de sinergias entre os processos de segurança (tal como o de RSS) e os de desenvolvimento.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 5

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se durante na tarde do dia 30 de Janeiro de 2009, em Bissau, e durou cerca de 30 minutos. O registo foi efectuado em gravador de som. Posteriormente foi transcrito para papel. A entrevista não tinha sido marcada com antecedência e portanto o tema não era do conhecimento prévio do entrevistado, o

que se reflectiu no detalhe das respostas e na ordem pela qual foram as perguntas feitas.

2. Entrevistado

O entrevistado é um quadro político da Guiné-Bissau, tendo sido Ministro das Finanças em anterior governo. Durante a guerra de libertação integrou o movimento de guerrilha do PAIGC, sendo portanto um dos Combatentes da Liberdade da Pátria. Actualmente desempenha funções como quadro superior no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

Por esta entrevista não ter sido previamente planeada, ao entrevistado foram colocadas logo de início as questões nucleares, após o que o entrevistador lhe colocou outras, relacionadas com o contexto das suas respostas anteriores. O entrevistado demonstrou um nível de eloquência elevado, derivado do emprego sistemático da retórica nas suas funções políticas anteriores. Aliás, parte do seu discurso, nas respostas às questões postas, articulava-se mais como um discurso “às massas” do que a uma resposta directa a um entrevistador. Usou frequentemente alguns conceitos como “bordões” para o seu raciocínio, tais como “estabilidade”, “extrema pobreza”, “sustentabilidade”, “valor da Intervenção Internacional”, “necessidade de novas leis”, “herança da guerra de libertação”, “tribalização como factor de instabilidade e subdesenvolvimento”.

3.2. Análise lógica

O entrevistado revelou ser dotado de processos de raciocínio claros, como suporte para a passagem de mensagens, algumas vezes de forma quase subliminar, sobre a capacidade de a Guiné-Bissau poder corresponder às expectativas da Comunidade Internacional. Na primeira questão nuclear, sobre “Segurança-Desenvolvimento”,

confirmou o seu perfeito entendimento desta ideia, embora não tivesse deduzido sinergias da fusão destes dois tipos de processo. Por outro lado, exemplificou muito bem a insegurança inerente ao subdesenvolvimento ao referir a “balcanização” presente na sociedade guineense. A resposta à segunda questão nuclear foi menos clara, com o raciocínio a alternar entre a abordagem da segurança e a do desenvolvimento. No entanto, voltou a frisar a importância da Comunidade Internacional para a garantia de estabilidade do país. Considerou também a sustentabilidade do desenvolvimento uma variável de segurança.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

A postura do entrevistado denotava a sua preparação e a sua experiência política, como já notado acima. Notou-se preocupação em manter um discurso lógico e apresentar ideias “limpas” sobre a utilidade da presença da Comunidade Internacional onde, cautelosamente, incluía a presença portuguesa. Por outro lado, “passava a mensagem” de que a guerra de libertação tinha sido um conflito entre povos muito ligados, mas hostis, minimizando a importância da postura de agressividade colonial de Portugal. Também se esforçou durante todo o período da entrevista de deixar passar a imagem de um político válido, racional e não emotivo.

3.4. Inferências

O entrevistado demonstrou possuir sagacidade e bom nível de inteligência. Era dotado de muito boa facilidade de expressão e domínio da língua portuguesa. Foi notada alguma ansiedade na vontade de “passar a mensagem” de que a Guiné-Bissau era um “bom aluno” perante os desígnios e vontades da Comunidade Internacional onde, aliás, incluía Portugal como elemento predominante. Terá talvez ligação com a sua vontade (que foi comunicada posteriormente ao investigador) de voltar à ribalta da cena política.

4. Restantes respostas

O entrevistado relevou a importância das organizações não-governamentais de apoio ao desenvolvimento (ONGD) para incutir esperança e vontade nas pessoas para que voltem às terras donde partiram para a capital. Referiu a utilidade da permanência do acervo legislativo do colonizador, após a independência, mas considerou que era já tempo de a Guiné-Bissau ter revisto esse *corpus* e de o ter adaptado às suas particularidades. Considerou que essa actualização deveria ser urgente, especialmente no que diz respeito à subordinação do poder militar ao civil. Considerou que a situação da última década era um resultado directo da crise de 1998-1999, mas também causa remota da guerra de libertação, pois o PAIGC não soube adaptar-se, após a independência, à nova realidade, permanecendo um “Exército de Libertação”, subordinando as novas elites intelectuais e políticas aos antigos combatentes e tolhendo o desenvolvimento. Focou mais uma vez o problema do retorno à tribo, o que atribuiu ao nível crescente de insegurança.

5. Conclusão

O entrevistado concorda que, no que respeita aonexo segurança-desenvolvimento, “uma coisa não tem sentido sem a outra”. Esta ligação é, no entanto, prejudicada pela balcanização da sociedade guineense. Não atribui prioridade a nenhum dos componentes do binómio, mas relevou o papel dos projectos de segurança para criar estabilidade, como condição de base para o desenvolvimento. Relevou também a ideia de sustentabilidade, condição para que os projectos de desenvolvimento não acabem por fracassar. A prioridade, considerou, é lutar contra a pobreza. Por último, é de relevar a atenção que deu à intervenção da Comunidade Internacional que considerou incontornável nas garantias de estabilidade política do país.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 6

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se após o jantar do dia 30 de Janeiro de 2009, pelas 21h30, em Bissau, e durou cerca de 30 minutos. O registo foi efectuado em bloco de notas. A entrevista tinha sido marcada com antecedência e portanto o tema era do conhecimento prévio do entrevistado, embora desconhecesse o teor das perguntas, o que se reflectiu no detalhe das respostas e na ordem pela qual foram as perguntas feitas.

2. Entrevistado

O entrevistado é um quadro político da Guiné-Bissau, sendo na altura da entrevista Ministro da Defesa (actualmente, em 2010, é Ministro da Educação). Desempenhou anteriormente funções como Secretário de Estado do Desenvolvimento. É formado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília. Tem cerca de 48 anos.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado demonstrou sempre um bom domínio de língua e a sua utilização a um nível elaborado, resultado da sua formação escolar e académica ter sido feita sempre na língua portuguesa. Recorreu a estruturas sintácticas elaboradas para expor o seu pensamento, embora tenha tido cuidado para não ultrapassar a comunicação típica de um político com experiência.

3.2. Análise lógica

O entrevistado, recorrendo ao instrumento da língua com domínio perfeito, fundamentou devidamente os seus argumentos, tendo mostrado que conhecia bem as

matérias sobre as quais era inquirido. Na primeira questão nuclear, sobre “Segurança-Desenvolvimento”, confirmou o seu perfeito entendimento desta área de discussão e conhecimento, sublinhando a sua convicção de que as Forças Armadas serão (ou poderão ser) o motor do desenvolvimento. Mas, para tal, considerou necessário rever a legislação e, nomeadamente, restabelecer a missão das Forças Armadas. Relativamente à questão de a segurança preceder o desenvolvimento, o entrevistado evocou a inexistência de um plano nacional de segurança que considerou fundamental para que se possam estabelecer as prioridades entre segurança e desenvolvimento. Após apresentar este argumento, exemplificou a aplicação destas ideias no levantamento de uma grande obra, como a futura Barragem do Saltinho.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

O entrevistado demonstrou sempre muito à-vontade e segurança durante a condução da entrevista. Demonstrou no entanto algum cepticismo (ou desapontamento velado) relativamente à capacidade de se restabelecer a missão das Forças Armadas para as levar a participar activamente nos projectos de desenvolvimento. Num texto que enviou posteriormente ao investigador (ver parte final da ficha de entrevista n.º 6, o entrevistado esclareceu alguns pontos, demonstrando preocupação com o rigor da informação que tinha veiculado.

3.4. Inferências

O entrevistado tinha um entendimento claro e simples do significado da ligação entre segurança e desenvolvimento. Demonstrou isso durante a entrevista, embora tenha reorientado a questão para sublinhar a necessidade de se atribuir às Forças Armadas a importante missão de serem um dos mais importantes motores do desenvolvimento do país. A sua inteligência e facilidade de expressão foram notórias durante toda a entrevista. A sua atitude perante os problemas que referia, na sua

qualidade de Ministro da Defesa, mostrou a maturação destas questões na sua mente, estando as soluções mais práticas perfeitamente identificadas.

4. Restantes respostas

O entrevistado foi muito claro e conciso nas respostas às cinco perguntas iniciais. Referiu que a RSS integrava um programa onde se incluíam outros parceiros, para além da UE, como a UNOGBIS, a CEDEAO e países como Portugal e outros, para demonstrar que o governo não colocava nas mãos de um único parceiro este aspecto fundamental do governo. Desenvolveu também um discurso bem articulado sobre as cooperações técnicas militares que a Guiné-Bissau levava a cabo com os seus parceiros, onde destacou Portugal, para logo referir outros países e as expectativas com o Brasil, por exemplo.

5. Conclusão

O entrevistado concorda plenamente com a ideia do nexos entre segurança e desenvolvimento e tem dele uma ideia prática. Esta materializa-se no emprego das Forças Armadas como motor do desenvolvimento. No entanto, para que possam ser empregues como tal é necessário restabelecer a sua missão, o que passará ainda por um Plano Nacional de Segurança.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 7

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se no dia 1 de Fevereiro de 2009, pelas 22h00, em Bissau, e durou cerca de 40 minutos. O registo foi efectuado em gravador de som e posteriormente transcrito para papel. A entrevista tinha sido marcada com antecedência e portanto o tema era do conhecimento prévio do entrevistado, embora

desconhecesse o teor concreto das perguntas, o que se reflectiu no detalhe das respostas e na ordem pela qual foram as perguntas feitas.

2. Entrevistado

O entrevistado é um quadro do Estado Português, perito em questões de desenvolvimento e destacado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para ser responsável por esta área na Embaixada em Bissau, onde exerce essas funções há cerca de dois anos. Terá cerca de 43 anos.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado usou de um nível de língua adequado à entrevista, tendo demonstrado muito à-vontade nas questões de desenvolvimento, e utilizando o vocabulário próprio desta área de conhecimento. A estruturação das frases baseava-se em estruturas sintácticas elaboradas, evidenciando uma maturação intelectual dos temas que se tratavam.

3.2. Análise lógica

Durante a resposta à primeira pergunta nuclear, o entrevistado estruturou o seu discurso em alguns indicadores importantes, como os conceitos de “Estado frágil”, “Problemas de desenvolvimento”, “Controlo Democrático das Forças Armadas” e “elites políticas”. No seu estilo claro e simples começou por delinear os factores que caracterizavam a Guiné-Bissau como um Estado frágil, entre os quais incluiu como muito relevante a necessidade de se implementar a subordinação do poder militar ao poder civil. No entanto, acabou por não explorar exhaustivamente a questão do binómio segurança-desenvolvimento, não tendo sido a sua resposta completa. Na resposta à segunda pergunta nuclear, de novo o discurso foi claro e bem construído

mas, mais uma vez não houve uma resposta directa à pergunta sobre se concordava que a segurança deveria ser garantida antes do desenvolvimento. No entanto apresentou bem um conjunto de argumentos sobre o apoio ao desenvolvimento, que passaria pela educação, saúde, combate à pobreza, necessidades básicas, sociedade civil e investimento privado. O não ter equilibrado o discurso entre a segurança e o desenvolvimento será talvez um indicador de que não conheceria muito bem os projectos ligados à área de segurança.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

O entrevistado demonstrou muita segurança durante a entrevista, denotando-se um esforço para sublinhar a vontade da sociedade guineense para ultrapassar o seu problema de subdesenvolvimento. Com relutância, no entanto, apresentou alguns dos problemas endémicos desta sociedade que a impediriam de progredir nas circunstâncias actuais.

O seu discurso foi muito correcto, pragmático e sem atitudes de paternalismo. No entanto, evitou aprofundar as questões de segurança, pelo que a sua análise do nexó segurança-desenvolvimento foi desequilibrada.

3.4. Inferências

O entrevistado valorizou o tema, mas apenas no lado “desenvolvimento” do binómio “segurança-desenvolvimento”. No entanto, usando a sua facilidade de expressão e o seu discernimento, pôde apresentar um discurso inteligente, onde colocou no lado do factor “segurança” as questões que lhe eram mais familiares, como a necessidade de controlo democrático das “Forças Armadas” e a ideia de “estabilidade”. Pôde evidenciar-se alguma ansiedade em relevar a vontade dos guineenses em saírem da situação frágil em que se encontram. De forma geral, demonstrou vontade em ajudar este povo a sair desta crise.

4. Restantes respostas

O entrevistado apresentou um conjunto de ideias relevantes sobre as questões de desenvolvimento da Guiné-Bissau, tendo abordado o papel dos doadores mais importantes, em que destacava Portugal, como doador bilateral, e a UE, como doador absoluto. Destacou alguns doadores que não “falavam a linguagem da OCDE”, ou seja, que não tinham constrangimentos na forma como se apresentavam perante as autoridades guineenses. Dedicou algum esforço a analisar o sucesso de Portugal junto da Guiné-Bissau, tendo destacado o seu papel de “advogado” da G-B junto da Comunidade Internacional. Também destacou a necessidade de a Guiné-Bissau ter de ser capaz de absorver o capital dos doadores, o que actualmente não acontece.

5. Conclusão

O entrevistado identificou claramente a maior parte das causas da fragilidade da Guiné-Bissau, embora não tivesse analisado com o mesmo detalhe as vertentes “desenvolvimento” e “segurança”, atribuindo a esta última menos atenção. Para si, a Guiné-Bissau, para sair da situação de fragilidade em que se encontra, necessita de desenvolvimento, saindo da dependência dos outros. Necessita também de alcançar a boa governação através, principalmente, da subordinação do poder militar ao poder civil, para o que tem de alterar as leis, que vêm do tempo colonial. O desenvolvimento passará também pela educação, saúde, combate à pobreza, satisfação das necessidades básicas e promoção da Sociedade Civil. Por último, é necessário que o Estado dê garantias de conseguir proteger o investimento privado, conseguindo assim atrair o capital.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 8

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se na tarde do dia 1 de Fevereiro de 2009, pelas 22h00, em Quinhamel, e durou cerca de 1h 20 mn. O registo foi efectuado em gravador de som e posteriormente transcrito para papel. A entrevista tinha sido marcada com antecedência e portanto o tema era do conhecimento prévio do entrevistado, embora desconhecesse o teor concreto das perguntas, o que se reflectiu no detalhe das respostas e na ordem pela qual foram as perguntas feitas.

2. Entrevistado

O entrevistado é um dirigente de uma Organização não-governamental para o Desenvolvimento (ONGD), com sede em Braga e Bissau. Engenheiro civil de formação, é empresário e dirige uma firma de segurança em Bissau. Tem cerca de 56 anos. Foi militar na Guiné-Bissau na altura da guerra colonial.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado tentou sempre demonstrar a validade do projecto com o qual se preocupava no momento: o levantamento das infra-estruturas e o apoio das autoridades guineenses para a ONGD “Encontro”. Usou estruturas lexicais complexas para demonstrar os seus pontos de vista e a validade de projectos como aquele. Mas nas respostas às questões nucleares da entrevista, usando como suporte uma “adivinha”, tentou ilustrar a relação entre segurança e desenvolvimento. No entanto a adivinha do “ovo e da galinha” trata apenas do problema de identificar uma prioridade de nascimento e na pergunta que lhe foi feita não se pedia isso, mas sim que confirmasse se reconhecia uma relação entre os dois conceitos (“segurança” e “desenvolvimento”). De resto o seu nível superior de vocabulário e o domínio sintáctico permitiram-lhe transmitir claramente as suas ideias.

3.2. Análise lógica

Durante a resposta à primeira pergunta nuclear, o entrevistado apoiou-se na adivinha do ovo e da galinha para desenvolver um discurso sobre a não separação dos conceitos “segurança” e “desenvolvimento”. Afirmou então que eram processos dinâmicos, “concorrentes no tempo”, duas realidades não dissociadas.

À segunda questão, sobre se os processos de desenvolvimento deveriam ser precedidos de segurança, respondeu claramente que sim, para passar de imediato a referir os factores que, no seu entender, a implementação de estruturas de segurança deveria garantir: fim às espoliações por funcionários corruptos. Mostrou muita preocupação com este aspecto que, no seu entender, constituía o âmago da permanência da Guiné-Bissau num estado de subdesenvolvimento.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

O entrevistado tem uma visão muito particular da relação entre segurança e desenvolvimento, mas acaba por identificar bem algumas sinergias entre estes dois aspectos, nomeadamente que a implementação de adequadas estruturas de segurança (estaria a pensar principalmente em tribunais, juízes e polícia) permitiria acabar com a espoliação que os funcionários corruptos fazem aos empresários, em prejuízo tanto destes como do Estado, que vê assim desviadas as suas receitas. Estaria talvez a falar em causa própria, pois é empresário na Guiné-Bissau. Evitou, no entanto, personalizar a resposta, ou seja, ilustrar a lógica do que ia dizendo com o seu caso pessoal, de empresário em Bissau e dirigente de uma ONGD (em Bafatá).

3.4. Inferências

O entrevistado tem um entendimento adequado do nexos segurança-desenvolvimento, embora aplicado a questões mais práticas do que teóricas. Como a resposta à segunda questão nuclear deixa ver, liga directamente o significado de insegurança à corrupção, principalmente, não valorizando tanto alguns outros factores como riscos de golpes de Estado, atentados a figuras públicas, crimes violentos a pessoas, roubo de bens, etc.

A sua inteligência permite-lhe ter uma visão adequada dos problemas que a Guiné-Bissau enfrenta. Por outro lado, a sua facilidade de comunicação permite-lhe transmitir com facilidade os problemas que considera mais prementes. Ser um empresário europeu em territórios africanos negros não lhe causa nenhum inconveniente ou embaraço, pois identifica-se com alguns dos valores guineenses e com aqueles que, como ele, foram combatentes na guerra colonial, independentemente do lado que tomaram ou da cor da pele.

4. Restantes respostas

As questões da entrevista, para além das nucleares, foram essencialmente sobre assuntos para os quais o entrevistado tinha sensibilidade conhecida como era o caso do projecto da ONGD “Encontro”. Esta parte da entrevista acabou por revelar muito interesse, para além de um entusiasmo maior e uma dicção mais livre do entrevistado. Em primeiro lugar, porque demonstrou a validade de projectos como o apresentado para o esforço mais global de Reforma do Sector de Segurança. Neste caso, a “Encontro” procura solucionar um dos aspectos mais difíceis relacionados com o processo de RSS. Trata-se de um outro processo, denominado de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). O contributo da ONGD referida dirige-se essencialmente para aspectos da fase “Reintegração” dos militares, o que é de valorizar.

5. Conclusão

O entrevistado tem consciência, embora numa base empírica, das valências a retirar donexo segurança-desenvolvimento. Concorda que os processos ligados a ambos os vectores do binómio segurança-desenvolvimento se devem desenvolver em paralelo e apoio mútuo. No entanto, não deixa de confirmar que sem segurança não há desenvolvimento, embora atribua à segurança características ligadas principalmente a parte do conceito de “Boa Governação”, nomeadamente a

existência de um sistema adequado de Justiça, onde funcionem os tribunais, os juízes e as polícias.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 9

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se no dia 30 de Janeiro de 2009, em Bissau, e durou cerca de 60 minutos. O registo foi efectuado em gravador de som e posteriormente transcrito para papel. A entrevista tinha sido marcada com antecedência e portanto o tema era do conhecimento prévio do entrevistado, embora desconhecesse o teor concreto das perguntas, o que se reflectiu no detalhe das respostas e na ordem pela qual foram as perguntas feitas.

2. Entrevistado

O entrevistado é um embaixador jubilado da Guiné-Bissau. Tem cerca de 65 anos. É um Combatente da Liberdade da Pátria. Depois da guerra colonial foi membro de um governo, como Director-geral da Cooperação da Guiné-Bissau, no início da cooperação com Portugal. Depois disso fez carreira diplomática até ser jubilado. Reside actualmente em Portugal.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado recorreu muito às suas memórias de dois períodos relevantes para o seu discurso: a guerra de libertação e os primeiros anos de independência, em que deteve um sector de elevada responsabilidade, o da cooperação, como Director-geral.

Nas respostas às questões nucleares da entrevista foi muito breve mas claro, demonstrando conhecer (empiricamente) a relação entre segurança e desenvolvimento, como aliás, demonstrado na fase inicial da entrevista, onde se demorou a ilustrar o desenvolvimento que a Guiné tinha atingido, devido à estabilidade após a independência e que foi quebrada com o “conflito fratricida de 1998-99” [sic].

3.2. Análise lógica

O entrevistado respondeu rapidamente às duas questões nucleares, dando a impressão de que estas seriam, para si, questões secundárias, depois de ter tido a oportunidade de apresentar o seu argumento, nas respostas anteriores, sobre a fragilidade e o subdesenvolvimento da Guiné-Bissau. No entanto deixou transparecer um raciocínio rápido e em linha com os conteúdos das perguntas. Sobre a primeira questão rematou que as imagens de droga e de morte nas ruas teriam o efeito de anular iniciativas de investimento, o que considerava um exagero. No entanto, havia que ser feito um esforço para se modificar este cenário. Sobre a segunda questão, apoiou de imediato a ideia de que a prioridade deveria ser para a estabilização de segurança, antes de se poderem viabilizar os processos de desenvolvimento. Mas neste seu conceito de segurança englobava a necessidade de se anularem as ameaças que adviriam de dentro das próprias instituições militares e policiais, que estariam comprometidas com organizações criminosas ligadas ao tráfico de droga.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

O entrevistado apresentou um discurso coerente e lógico. Tal será sem dúvida atribuível à riqueza das experiências da sua vida, onde se incluirão a experiência da guerra, a acção governativa nos primeiros anos de prosperidade do país, período que decorreu até à crise de 1998-99 e também o seu percurso diplomático. Sublinhou por diversas vezes a sua proximidade com o poder político na Guiné-Bissau, mas isso advirá do relevo que dá às suas próprias experiências anteriores e não terá muita

correspondência com a realidade actual. No entanto o entrevistado demonstrou sagacidade e actualidade no que diz respeito à interpretação de diversos factos correntes da vida política, social e económica do país.

3.4. Inferências

O entrevistado, apesar de ter demonstrado ter um entendimento correcto das questões relacionadas com onexo segurança-desenvolvimento, não valorizou o tema. Não é de menosprezar, no entanto, o conhecimento que demonstrou possuir sobre a questão da relação entre segurança e desenvolvimento, sinal de muita ponderação, e ao longo do tempo, sobre os problemas que afectam a Guiné-Bissau e sobre as soluções para o seu estado frágil.

Das respostas dadas e das atitudes que teve durante a condução da entrevista, pode inferir-se que o entrevistado é dotado de muita inteligência e agilidade de raciocínio, tem facilidade de comunicação (o que estará relacionado com a experiência de vida referida acima) e é possuidor de um conjunto de valores onde pontua o pragmatismo. A sua origem racial é motivo de orgulho, conjuntamente com a sua ligação a Portugal, que abraça com afecto, apesar da sua experiência de guerra (ou por causa disso mesmo). Em nenhum ponto da entrevista foi notada agressividade ou rancor para com o antigo colonizador.

4. Restantes respostas

Para além das questões nucleares o entrevistado respondeu com vivacidade e claro raciocínio a outras, sobre a utilidade das organizações internacionais presentes na Guiné-Bissau, nomeadamente as que colaboram no esforço guineense de restabelecimento das condições de segurança e bem-estar. Aqui aproveitou a oportunidade para, fazendo um largo desvio à questão, apresentar a sua perspectiva sumária da História da Guiné-Bissau. Também fez uma breve abordagem das questões que levaram à crise de 1998-99, tendo explicado o papel da região de Casamança. Quando questionado sobre a década que se passou desde essa crise o

entrevistado sublinhou os aspectos mais prementes de auxílio ao desenvolvimento, tendo frisado que é necessário que a Guiné diga claramente o que precisa, o que não tem acontecido. De frisar que chamou algumas vezes a atenção para “os deveres históricos para com as ex-colónias” que Portugal deve ter.

5. Conclusão

O entrevistado liga perfeitamente os conceitos de segurança e desenvolvimento, considerando que os processos de segurança (como a Reforma do Sector de Segurança - RSS) são fundamentais para garantir a estabilidade que propicie o lançamento de projectos de desenvolvimento e a chegada de investidores. Adicionalmente referiu que se terá de acabar com as ligações entre o crime organizado (narcotráfico) e as Forças Armadas e policiais.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 10

1. Condições da entrevista

Esta não foi propriamente uma entrevista, pois a sessão de perguntas e respostas decorreu numa conferência de imprensa, a 30 de Janeiro de 2009, no Hotel 24 de Setembro, em Bissau, onde o Director do CPCC (Centro de Planeamento e Controlo de Missões Civas) da União Europeia (UE) apresentou as intenções da UE relativas à missão de Reforma do Sector de Segurança da Guiné-Bissau (*EU SSR Guinea-Bissau*). No entanto, tanto as questões postas pelos jornalistas como as respostas se inserem em grande parte no objecto deste corpus de entrevistas, pelo que se inserem e analisam aqui estes dados.

O investigador participou nesta conferência de imprensa, a convite da chefia da missão EU SSR. A sessão durou cerca de 45 minutos. O registo foi efectuado em

bloco de notas. Não houve oportunidade nem enquadramento para colocar ao Director do CPCC as questões nucleares deste *corpus* de entrevistas.

2. Entrevistado

O Sr. Kees Klopenhouwer tem dupla nacionalidade: é francês e holandês. Tem perto de 60 anos. Não domina a Língua Portuguesa, pelo que começou a falar em Francês, sendo interrompido até comparecer um intérprete. Esta é a primeira missão lançada desde que foi levantado o CPCC em Bruxelas, pelo que o seu responsável teve algumas hesitações relativamente a alguns aspectos da missão.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

(Não se aplica)

3.2. Análise lógica

(Não se aplica)

3.3. Análise de elementos formais atípicos

(Não se aplica)

3.4. Inferências

(Não se aplica)

4. Restantes respostas

O entrevistado mostrou-se sempre muito pouco à-vontade em presença dos jornalistas e restante audiência, agravado com a sua incapacidade de entender o

Português. As perguntas foram-lhe todas feitas em Português e traduzidas para que respondesse, o que fez perder espontaneidade. Também terá levado a que as respostas fossem curtas e sincopadas. As perguntas versaram a missão e a Reforma do Sector de Segurança (RSS). O entrevistado sublinhou sempre haver condições para se levar a cabo a RSS, e realçou que este era um processo do Governo em que a UE ajudava. Sublinhou que a principal preocupação do Governo era a passagem à disponibilidade do pessoal não necessário nas fileiras, nomeadamente o mais idoso. A UE colaborava com a G-B para levar a cabo este desiderato guineense. Realçou sempre o papel primordial do Governo e a necessidade de os guineenses tomarem iniciativas nesta área. O Governo deve identificar, por exemplo, qual o número exacto de pessoal a desmobilizar.

5. Conclusão

O entrevistado cingiu as suas respostas à missão da UE de RSS, nomeadamente o seu mandato, o período de permanência e as responsabilidades e tarefas. Sublinhou que o papel principal é o do Governo da G-B, estando a UE disponível para ajudar. No entanto é o Governo que tem que definir os parâmetros do trabalho, como, por exemplo, o número de militares a disponibilizar. De forma geral, o entrevistado mostrou comedimento, muito nervosismo e alguma imaturidade neste tipo de função. No entanto, há que ter em conta que esta é a primeira missão da nova estrutura da UE, para Comando e Controlo de missões civis.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 11

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se no dia 30 de Janeiro de 2009, em Bissau, e durou cerca de 60 minutos. O registo foi efectuado em gravador de som e posteriormente transcrito

para papel. A entrevista tinha sido marcada com antecedência e portanto o tema era do conhecimento prévio do entrevistado, embora desconhecesse o teor concreto das perguntas, o que se reflectiu no detalhe das respostas e na ordem pela qual foram as perguntas feitas.

2. Entrevistado

O entrevistado é Oficial do Exército Português e tem cerca de 52 anos. Desempenha as funções de adido militar em Bissau. Na altura da entrevista encontrava-se há mais de dois anos na função, o que lhe conferia domínio das principais matérias de índole militar relacionadas com a Guiné-Bissau.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado demonstrou bom domínio da língua, relativamente ao uso de estruturas formais gramaticais e à exposição dos seus pontos de vista. Suportou-se muito nos enunciados de “investimento” e “precaução dos investidores” para ilustrar o seu entendimento da relação entre segurança e desenvolvimento. Em ambas as respostas às perguntas nucleares, foi muito parco na sua exposição, utilizando estruturas sintácticas simples.

3.2. Análise lógica

O entrevistado estruturou o seu discurso de forma clara e simples. Cumulativamente com a parcimónia com que respondeu às questões, isto poderá demonstrar o seu pouco à-vontade com o fundamento teórico das questões nucleares. Não deixou de afirmar a sua convicção de que a segurança deve preceder o desenvolvimento, o que fez de forma peremptória.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

O entrevistado apresentou um discurso coerente e lógico, embora sintético. Na resposta à segunda questão nuclear adicionou elementos fora do contexto da pergunta. Isto terá sido devido a ter já abordado o tema na resposta à primeira questão nuclear. Assim, além de concordar com a ideia de que a segurança deve preceder o desenvolvimento, referiu os projectos principais em curso (implantação de três unidades fabris pela Líbia, construção do porto de Buba).

3.4. Inferências

O entrevistado, devido à simplicidade das respostas não valorizou o tema, tendo respondido de forma directa e quase sem apresentação de razões. Tinha conhecimento do assunto, no entanto. Devido a ser responsável pelo seguimento de projectos militares, tentou refrescar as ideias apresentadas com recurso a exemplos de projectos de desenvolvimento, demonstrando inteligência e facilidade de comunicação. Não denotou ansiedade durante a entrevista, nem agressividade. Demonstrou uma correcta abordagem da questão da “apropriação africana”, o que confirmará a utilização de um conjunto de atitudes e valores adequados às tarefas que desempenha num país africano.

4. Restantes respostas

Para além das questões nucleares o entrevistado respondeu com clareza às restantes questões, que giraram à volta da cooperação, especialmente na sua vertente técnico-militar. Ressaltou o perigo de a concorrência poder vir a apossar-se de projectos portugueses de CTM quando estiverem na sua fase final, o que anularia o investimento. Referiu a validade da missão UE de Reforma do Sector de Segurança (RSS), mas não deu atenção outros esforços da UE no país. Criticou a UE, relativamente à gestão dos recursos financeiros que injecta na RGB, pois “com alguns trocos” poderia pagar todo o processo de reforma dos militares em excesso

nas fileiras. Criticou também a ONU por querer lançar uma missão de RSS em concorrência com a UE, uma redundância que seria uma cretinice, no seu entender.

5. Conclusão

O entrevistado respondeu abreviadamente mas com clareza às duas questões nucleares da entrevista. Fez um esforço para sublinhar a importância dos investimentos em projectos de desenvolvimento, a propósito do binómio segurança-desenvolvimento. Utilizou a imagem dos investidores internacionais que se retraem quando não há garantias de segurança, para apoiar a ideia de que a segurança deve preceder o desenvolvimento.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 12

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se em Maio de 2009, em Lisboa, com recurso ao correio electrónico.

2. Entrevistado

O entrevistado pertence aos quadros superiores do Instituto Português do Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) do Ministério dos negócios Estrangeiros, onde é responsável pela coordenação geográfica de Moçambique. É doutorado e tem cerca de 42 anos.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado exprime-se através de um bom domínio da língua, utilizando estruturas formais gramaticais complexas para a exposição dos seus pontos de vista. Identificou correctamente a relação entre segurança e desenvolvimento, não hesitando em atribuir prioridade temporal à primeira.

3.2. Análise lógica

O entrevistado apoiou-se numa estrutura lógica simples e clara para demonstrar o seu argumento. Começou por afirmar o seu ponto de vista (“sem a obtenção de garantias de estabilidade e segurança não é possível avançar com projectos de desenvolvimento estruturantes que são essenciais para a melhoria das condições de vida das populações”), para depois o ilustrar com pequenos exemplos, num encadeamento crescente que culminou com a referência à criação de emprego no país.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

Como acima referido, o entrevistado explicou claramente porque considerava válida a relação entre segurança e desenvolvimento. No entanto, os exemplos de que se serviu para reforçar a ideia ilustraram apenas um dos lados do binómio “segurança-desenvolvimento”, reflexo claro das suas preocupações com a área profissional onde se insere, do desenvolvimento. Claro que não deixou de frisar a importância que atribuía à estabilidade (proporcionada por condições de segurança) para se atrair o tipo de apoios de que a RGB necessita. De resto, o discurso não revelou elementos formais atípicos, o que tendencialmente é normal com o discurso escrito, onde existem preocupações mais cuidadas com a forma e onde se fazem revisões, antes da emissão, para se identificar e colmatar alguma lacuna.

3.4. Inferências

O entrevistado valorizou o tema e demonstrou conhecimento do tema, com mais profundidade na área do desenvolvimento, como seria de esperar de um quadro superior do IPAD, organismo por excelência da área do desenvolvimento. O seu nível de inteligência está de acordo com as responsabilidades que ocupa e reflecte-se na abordagem dos assuntos, que trata de forma muito clara e lógica. A patente facilidade de comunicação advém desse factor e da sua formação académica superior. Não demonstrou ansiedade (de qualquer forma será difícil de detectar no discurso escrito) pois o assunto é-lhe familiar e faz parte das suas ocupações profissionais diárias. Infere-se do discurso a sua disponibilidade para ajudar, reveladora de um conjunto sólido de valores.

4. Restantes respostas

Na questão sobre as iniciativas do IPAD que têm demonstrado a relevância do nexos segurança-desenvolvimento, o entrevistado estruturou a sua resposta com recurso a uma lógica apoiada nos elementos “cooperação portuguesa”, “Boa Governação”, “Insegurança” (ameaça do tráfico de droga), “Plano de Emergência de Combate ao Narcotráfico”. Sublinhou assim um dos principais eixos da cooperação portuguesa, que designou como “Boa Governação, Participação e Democracia”, designado o combate à pobreza absoluta como o objectivo primordial da cooperação.

Relativamente ao empenhamento do IPAD nos projectos de desenvolvimento, o entrevistado, sublinhando que Portugal é o maior parceiro bilateral da Guiné-Bissau, nunca tendo abandonado este país, afirmou, em contraste, que a Guiné-Bissau era um “órfão da Comunidade Internacional”.

Respondeu muito sucintamente à questão sobre os actores do desenvolvimento mais relevantes presentes na Guiné-Bissau, onde ressaltou o crescente papel da Espanha. Na resposta à pergunta decorrente desta, sobre os actores com maior grau de sucesso, identificou os tradicionais (Cuba e Rússia), deu destaque às organizações multilaterais (ONU e UE), com a rigidez dos seus procedimentos, e

referiu os doadores bilaterais mais fortes, como Portugal, França e Espanha. Finalmente, deu realce ao papel de Angola e China, conduzidos essencialmente por objectivos ligados a objectivos da sua política externa e não condicionados por constrangimentos. Devido a isso – afirma – é difícil enquadrar esses actores em “estratégias de intervenção comuns”. No caso da China, o seu interesse prende-se com o não reconhecimento de Taiwan pela Guiné-Bissau. No caso de Angola, pela lógica de afirmação de poder, tanto em termos africanos como em termos da CPLP.

5. Conclusão

O entrevistado apoiou todo o seu discurso no *case-study* da Guiné-Bissau, como aliás o conjunto de questões levava a considerar. O conjunto das suas respostas apoiava-se numa lógica clara e encadeada, sendo apresentados os factores principais considerados por si relevantes nonexo segurança-desenvolvimento. No entanto debruçou-se com mais acuidade sobre o lado “desenvolvimento” do binómio segurança-desenvolvimento, área em que o entrevistado trabalha e com a qual tem, portanto, mais familiaridade.

De uma forma geral pode afirmar-se que o entrevistado quis passar a mensagem de que os projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau valem a pena e têm condições para atingirem os seus objectivos. No entanto, em reforço da validade do nexossegurança-desenvolvimento, para que tal seja possível é necessário que sejam criadas condições de estabilidade e segurança.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 13

1. Condições da entrevista

A entrevista realizou-se a 3 de Junho de 2009, em Lisboa, com recurso ao correio electrónico.

2. Entrevistado

O entrevistado é professor universitário e tem desenvolvido investigação sobre a Guiné-Bissau, especialmente na vertente política. As obras publicadas reflectem larga experiência de investigação e de análise dos problemas da Guiné-Bissau e também das suas estruturas tradicionais, culturais e políticas. Tem 45 anos.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado usa um estilo de língua escrita elaborado, recorrendo aos conceitos apropriados, como se depreende da análise das estruturas formais gramaticais que adopta. A combinação das palavras nas frases e a combinação das frases no discurso realmente demonstram um domínio de língua claro e lúcido. No entanto, o estilo descobre o seu ofício, o que não é negativo, pelo contrário: o encadeamento das palavras e das frases segue a estrutura de uma lição, desde a primeira frase, anunciativa da questão que se vai desenvolver, passando pelas ilustrações das ideias e culminando num desfecho que remata a ideia.

3.2. Análise lógica

Conforme parcialmente descortinado na secção anterior, o entrevistado adopta um discurso com encadeamento lógico e bem estruturado. Na primeira questão nuclear, ao abordar a relação entre segurança e desenvolvimento, lista as principais referências ligadas a este tema, passando da instabilidade e do medo, para o anúncio claro de que deverá ser dada prioridade à segurança, pois, como afirma, “sem um mínimo de segurança não é possível almejar a qualquer desenvolvimento”.

Na segunda questão nuclear revela também um claro raciocínio, partindo de novo da constatação de que “não é possível encetar qualquer processo de desenvolvimento

sem uma estabilização de segurança”. Mas acaba por condicionar esta verdade, afirmando que “não é suficiente por si só”, embora seja um “forte contributo”.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

As respostas do entrevistado reflectem, como não poderia deixar de ser, a sua formação e experiência “no terreno”. Assim, para além de não deixar de caracterizar correctamente, como provocando instabilidade e insegurança, alguns factores (endógenos) do ponto de vista social e político, acaba por lhes dar maior peso do que a factores exógenos, como poderiam ser a conjuntura internacional, o quadro geral de insegurança na região (e na África Subsaariana toda, grosso modo), as pressões de redes criminosas internacionais. Por outro lado, porém, as suas afirmações passam normalmente pela inclusão de um “elemento indicador da normalidade”, seja pela caracterização de um Estado de sucesso, seja pela referência a “sociedades prósperas”, como na primeira questão nuclear.

3.4. Inferências

O entrevistado valorizou o tema e demonstrou conhecimento muito aprofundado de determinadas abordagens do tema, tendo acrescentado valor, através das suas respostas, a questões onde as considerações de ordem política ou social não eram valorizadas inicialmente. De realçar, dentre o conjunto de inferências consideradas neste trabalho, a facilidade de comunicação, a atitude positiva demonstrada para com o tema e o caso em estudo (a Guiné-Bissau e a sua gente), o conjunto de valores revelados nas suas respostas, o nível linguístico elevado adoptado.

4. Restantes respostas

Na resposta à primeira questão, o entrevistado equilibrou as responsabilidades da insegurança e do subdesenvolvimento para com a frágil situação política da Guiné-Bissau. Os seus temas de suporte para defender esta posição foram a *construção do Estado* (“processo complexo e repleto de vicissitudes”), a *realidade sócio-cultural*

da Guiné-Bissau (“fragmentação da sociedade guineense”), a *luta pelo poder* (“... que decorre da fragmentação da sociedade...”), que é também início do título de uma sua obra sobre a Guiné-Bissau, as *consequências do subdesenvolvimento* (“a luta pelo poder é uma consequência directa do subdesenvolvimento”) e as suas causas (“a luta pelo poder é também ela própria uma causa do subdesenvolvimento... consome os recursos nacionais”) e as *causas de insegurança*. Nesta última apresentou argumento forte de que estas causas passariam quase exclusivamente pelas Forças Armadas, devido ao seu peso excessivo, especialmente nos cofres do Estado.

5. Conclusão

O entrevistado demonstrou conhecer bem a questão da ligação entre segurança e desenvolvimento e valorizou muito o tema. Essa valorização passou principalmente pela abordagem política e sociológica que fez às questões levantadas à volta dos problemas de instabilidade e de subdesenvolvimento da Guiné-Bissau. Como contributos mais concretos são de destacar a análise do papel da estrutura pesada e politizada das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Essa pesada estrutura acaba também por ser a causa de “acentuada instabilidade” - como refere o entrevistado – que não garante às estruturas políticas o tempo necessário para iniciar os processos de desenvolvimento do país, nem estimula o investimento externo.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 14

1. Condições da entrevista

A entrevista foi respondida a 26 de Maio de 2009, de Bruxelas, com recurso ao correio electrónico.

2. Entrevistado

O entrevistado é Oficial General (Major-General) do Exército Francês. Desempenhava as funções de Conselheiro pessoal do Secretário-Geral/Alto Representante da UE Javier Solana para a Somália. Antes tinha sido o responsável perante o SG/AR para o levantamento das capacidades africanas de operações de paz. Tem cerca de 62 nos.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.2. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado usa um estilo de língua escrita que reflecte as funções que tem desempenhado e a sua formação militar: estrutura claramente o seu discurso e pontua-o com conceitos que utiliza como suporte para fazer avançar as suas ideias. Recorre muito a figuras de estilo, bem empregadas, como “guarda-chuva”, “matriz de recursos fiscais”, “sobreviver e, algumas vezes, viver”, “imagem de uma cor uniforme”, “oportunidade de contágio”, que ilustram e enriquecem o discurso.

3.3. Análise lógica

O discurso é bem estruturado, segue uma linha de pensamento clara e o raciocínio é fácil de acompanhar. Na primeira questão nuclear, sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado parte do lançamento do conceito alargado de segurança (tudo o que constitui o “guarda-chuva” que permite ao cidadão circular livremente, praticar um actividade honesta sem ser incomodado e ter acesso à justiça), a que “cola” a trilogia Forças Armadas – Polícia – Justiça, para sublinhar a importância de uma matriz de recursos fiscais. Não deixa de sublinhar que o desenvolvimento, que no seu entender se prende com a ideia de economia, pode prosseguir pela via da economia informal, que permitiria, em algumas situações, que as pessoas “sobrevivam e, algumas vezes, vivam”.

Na resposta à segunda questão nuclear, o entrevistado dá claramente prioridade temporal à segurança. No entanto não deixa de frisar que nos países saídos de crise e considerados de risco nos relatórios (da ONU e outros), tais como RDC, Guiné ou Angola, a “cor não é uniforme”, pois os problemas de segurança não impediriam o lançamento de projectos de desenvolvimento em certas zonas, sem grandes riscos. Este aspecto permitiria mesmo a criação de núcleos de desenvolvimento que poderiam contagiar positivamente o meio circundante. Os investidores audaciosos teriam disso consciência e aproveitariam essas oportunidades. Infelizmente, nem sempre são os mais honestos.

3.4. Análise de elementos formais atípicos

As respostas do entrevistado reflectem a sua larga formação militar e também a experiência “no terreno”. Para além de ter sido chefe de projecto de Reforma do Sector de Segurança (RSS) na RDC, o entrevistado desempenhou de seguida as funções descritas no início deste texto. Não deixa, no entanto, de valorizar devidamente outros elementos que não os do contexto de segurança, demonstrando ideias claras sobre o lançamento do desenvolvimento em países “críticos”.

3.5. Inferências

O entrevistado valorizou o tema e demonstrou conhecimento muito aprofundado de abordagens relacionadas com projectos viáveis de economia paralela, tendo acrescentado valor, através das suas respostas, à área do conhecimento que engloba o nexos segurança-desenvolvimento. Possui uma clara capacidade de comunicação e demonstrou um conjunto de qualidades e de valores propiciadores de uma análise correcta das situações.

4. Restantes respostas

Na resposta à primeira questão, sobre se os principais problemas, para os países saídos recentemente de uma crise, seriam de segurança ou de desenvolvimento, o

entrevistado afirmou logo, desde o início, que o principal problema seria o governo garantir as condições elementares das populações para lhes dar confiança e esperança. Essas condições estavam ligadas tanto a uma urgência securitária como a uma urgência de desenvolvimento.

5. Conclusão

O entrevistado demonstrou conhecer bem a questão da ligação entre segurança e desenvolvimento e valorizou muito o tema, fazendo uma abordagem nitidamente fundamentada nas suas experiências profissionais, tanto no terreno, onde dirigiu projectos de Reforma do Sector de Segurança (RSS), como no “gabinete”, onde foi conselheiro do Secretário-geral/Alto Representante da UE Javier Solana para as questões das capacidades africanas e depois representante pessoal (para a Somália). Acrescentou valor à ideia do nexo entre segurança e desenvolvimento ao sublinhar que a economia informal, que pode nascer em pequenos focos dentro de um país em crise, pode ajudar ao desenvolvimento desse país pelo efeito de contágio. No entanto não deixa de relevar a importância da segurança para a estabilização do país.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 15

1. Condições da entrevista

A entrevista foi respondida a 17 de Junho de 2009, de Bruxelas, com recurso ao correio electrónico.

2. Entrevistado

O entrevistado é Oficial do Exército Espanhol. Desempenhava as funções de Conselheiro Militar do representante permanente (REPER) de Espanha Junto da UE (em Bruxelas) aquando da entrevista. Tem 52 anos.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.2. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado usa um estilo de língua que reflecte a sua condição militar, por um lado, e o desempenho de funções diplomáticas, por outro. A utilização de estruturas gramaticais tem assim esse carácter formal de quem desempenha tais funções. Embora as respostas tenham sido dadas em castelhano, o entrevistado, dotado de uma cultura superior, não teve dificuldades em interpretar o espírito das questões (postas em português), movimentando-se com desenvoltura no seio de um conjunto de conceitos muito direccionados e de sentido pragmático.

3.3. Análise lógica

O discurso apresenta uma estrutura clara, segue uma linha de pensamento clara e o raciocínio é fácil de acompanhar. Na primeira questão nuclear, sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado, apresentando-se logo de início como um apoiante da ligação indissociável entre segurança e desenvolvimento. Liga este último conceito à pré-existência de condições de segurança, pois, no seu entender “en una economía de mercado, las inversiones solo acuden a los lugares donde hay protección a los derechos fundamentales”. Relewa, aliás, a segurança física como a mais importante, tendo em mente, talvez, a segurança humana.

Na resposta à segunda questão nuclear, o entrevistado dá, mais uma vez, mostras de um raciocínio claro, dando prioridade à segurança sobre o desenvolvimento. Sublinha aqui, aliás, o papel pernicioso que algumas vezes as Forças Armadas têm no fomento da insegurança de um país.

3.4. Análise de elementos formais atípicos

As respostas do entrevistado reflectem a sua condição dupla de militar e de diplomata. É cauteloso na abordagem dos temas, mas não dei pôr a tónica nos elementos mais relevantes do assunto em questão, o nexu segurança-desenvolvimento.

3.5. Inferências

O entrevistado valorizou devidamente o tema, sobre o qual tem uma noção muito equilibrada. A sua facilidade de comunicação, especialmente sobre um tema recorrente nas funções que desempenha em Bruxelas, de conselheiro militar junto do embaixador REPER espanhol, reflecte-se na forma simples, mas ao mesmo tempo cuidada, como apresentou as respostas.

4. Restantes respostas

[Não aplicável]

5. Conclusão

O entrevistado demonstrou conhecer bem a questão da ligação entre segurança e desenvolvimento, que, aliás, faz parte do conjunto de assuntos com que lida diariamente nas suas funções junto da União Europeia, e valorizou o tema, fazendo uma abordagem bem fundamentada nas suas experiências profissionais. Assim, está de acordo que existe uma relação forte entre segurança e desenvolvimento e de que a primeira precede o segundo, sempre que se queiram resultados consolidados nos países onde estas abordagens se apliquem.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 16

1. Condições da entrevista

A entrevista foi respondida a 19 de Junho de 2009, de Bruxelas, com recurso ao correio electrónico.

2. Entrevistado

O entrevistado é Oficial da Marinha de Guerra Portuguesa. Desempenhava as funções de Conselheiro Militar do representante permanente (REPER) de Portugal Junto da UE (em Bruxelas) aquando da entrevista. Terá 44 anos.

3. Respostas às perguntas de Referência

3.1. Análise sintáctica e paralinguística

O entrevistado usa um estilo de língua que reflecte a sua condição militar, por um lado, e o desempenho de funções diplomáticas, por outro. A utilização de estruturas gramaticais tem assim esse carácter formal de quem desempenha tais funções. A organização das frases segue uma estrutura adequada ao objectivo da entrevista, demonstrando clareza de raciocínio e domínio do tema.

3.2. Análise lógica

O discurso apresenta uma estrutura clara, adopta um pensamento linear e o raciocínio é fácil de acompanhar. Respondendo à primeira questão nuclear, o entrevistado começa por afirmar claramente que não existe segurança sem desenvolvimento, e vice-versa, para depois afirmar que não é conhecido o modo e o tempo em que cada uma das áreas irá intervir numa crise, demonstrando que o conceito lhe é familiar, por um lado, e que não conhece desenvolvimentos, pelo menos “em campanha”, desta ideia, por outro. No entanto reforça a ideia de que as duas “ferramentas” devem ser utilizadas, em princípio, em simultâneo.

Na resposta à segunda questão nuclear, o entrevistado dá nitidamente prioridade temporal à segurança, por um lado, embora reforçando o papel da simultaneidade, por outro. Acaba por afirmar que faz mais sentido “que desde o início sejam implementados simultaneamente”.

Esta dualidade de abordagens, comum às duas respostas, parece demonstrar alguma falta de vontade sobre o tema, ou então a busca de uma resposta que satisfaça plenamente o entrevistador.

3.3. Análise de elementos formais atípicos

As respostas do entrevistado são imbuídas da dualidade referida acima. Hesita em afirmar peremptoriamente o que pensa sobre o assunto, como demonstram as partes “Dispensamo-me de te dizer porque sabes bem melhor do que eu...” e “Confesso que não conheço as bases teóricas...”, etc. Esta postura revela alguma indecisão, ou então falta

de confiança nos seus conhecimentos sobre o assunto. No entanto este é um assunto ainda em maturação, tanto nos fora políticos e diplomáticos, como no mundo académico, pelo que o entrevistado não sabe, como quase ninguém não sabe...

3.4. Inferências

O entrevistado deu a devida relevância ao tema, valorizando-o devidamente, pois tem dele uma noção muito equilibrada. Tem facilidade de comunicação, que emprega, no caso desta entrevista, para deixar passar mensagem de que este assunto merece maior atenção, embora não tivesse tido a oportunidade de o aprofundar.

4. Restantes respostas

[Não aplicável]

5. Conclusão

O entrevistado demonstrou conhecer a questão do nexo segurança-desenvolvimento. Este tema faz parte do conjunto de assuntos com que o entrevistado lida assiduamente nas suas funções junto da União Europeia, tendo valorizado devidamente o tema. Assim, está de acordo que existe uma relação forte entre segurança e desenvolvimento e de que a primeira poderá preceder o segundo em alguns casos. No entanto acaba por afirmar que, tendencialmente, ambos os tipos de processos deverão, sempre que possível, ser levantados simultaneamente.

(B44)

QUADRO GERAL DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ENTREVISTAS

QUADRO GERAL DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DE ENTREVISTAS

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 1

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>O entrevistado demonstrou um confortável entendimento dos conceitos constantes das questões que lhe foram colocadas. O seu discurso foi estruturado e claro.</p> <p>Sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado identificou com clareza este nexos, interpondo-lhe a ideia de “investimento”, significando que o desenvolvimento dependeria da existência da vontade de investidores de</p>	<p>O seu discurso partiu de afirmações iniciais com as quais construiu estruturas claras de raciocínio sobre (i) a sua percepção do nexos segurança-desenvolvimento; (ii) a necessidade de reforçar a segurança no país; (iii) a forma de promover o desenvolvimento.</p> <p>Relativamente à primeira estrutura, privilegiou o desenvolvimento como variável dependente da segurança, não tendo construído argumentação de apoio à relação contrária, da</p>	<p>O pouco desenvolvimento da questão do tráfico de droga poderá ser devido ao cuidado natural com que o corpo diplomático (e afins) tem de ter relativamente a questões que ensombrem a política do país onde se encontrem. Aliás, o</p>	<p>O entrevistado tinha conhecimento do assunto das duas questões nucleares da entrevista. No entanto, é notório que o seu discurso, tendo confirmado que conhecia a importância da relação entre segurança e desenvolvimento, não contribuiu para valorizar o tema.</p>	<p>Para além das duas respostas nucleares (ver nota n.º1) o entrevistado respondeu também a uma questão inicial sobre os projectos de cooperação militar portuguesa na Guiné-Bissau (ver ficha de análise). Esta questão, para além da sua relevância intrínseca, destinou-se também a predispor o</p>	<p>O entrevistado quis passar a mensagem de que “neste país está praticamente tudo por fazer”, que foi uma das suas frases mais pragmáticas. O discurso demonstrou a sua pouca familiaridade com o real significado do conceito “nexos segurança-desenvolvimento”, embora dele tivesse uma ideia genérica correcta. Relevou a importância do combate à corrupção como uma</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>financiare projectos na RGB se aí se encontrassem condições suficientes de segurança. Desenvolveu o conceito de segurança e incorporou-lhe as ideias de segurança física, segurança humana e sistema legislativo. Para além destes conceitos, incorporou no seu discurso várias ideias bem estruturadas sintacticamente. Partindo da ideia de que “neste país está tudo por fazer”, construiu argumentação para demonstrar a necessidade de se alterar o <i>corpus</i> legislativo da RGB, nomeadamente para se obter a “subordinação do poder militar ao poder civil”, como forma de se levantar o Estado de Direito no país.</p>	<p>segurança como variável dependente do desenvolvimento, o que a questão pressupunha implicitamente. Demonstrou assim sensibilidade para as questões de segurança, mais do que para as de desenvolvimento, facto que a sua condição de militar de carreira provavelmente potencia como mais importante. Neste aspecto, relativamente à sua noção de desenvolvimento, materializou-a simplesmente com a necessidade de combate à corrupção, garantia de que os projectos de desenvolvimento não se desviem dos objectivos e necessidade de fiscalização.</p> <p>Voltando às questões de segurança, referiu, durante uma boa parte do seu discurso, as ameaças que poderiam ter</p>	<p>entrevistado sugeriu que as suas opiniões deveriam ser tratadas de forma muito informal, por não poderem constituir-se como “posição oficial”.</p>		<p>entrevistado, a “libertar-lhe” o discurso, e a ajudar a criar uma postura descontraída de resposta (o que aconteceu na generalidade das entrevistas deste <i>corpus</i>). Tendo tido os efeitos pretendidos referidos em último, não foi no entanto contributo para valorizar o tema, nem confirmou que o entrevistado o conhecia bem.</p>	<p>importante medida para se promover o desenvolvimento e alcançar Estado de Direito. A análise do discurso também demonstrou que o entrevistado conhecia o grau de ameaças que o terrorismo, as migrações ilegais ou o tráfico de droga constituiriam para a Guiné-Bissau. No entanto, a abordagem circunstancial que fez da situação do tráfico pareceu demonstrar precaução em não se envolver demasiado numa caracterização delicada.</p>	
---	--	---	--	---	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>influência na situação da RGB. Assim, considerou que a migração não é fenómeno relevante, embora notasse que existiam redes criminosas de migrações. Sobre a ameaça do tráfico de droga, não referiu aspectos concretos dessa ameaça para a sociedade guineense, embora referisse o aumento da sofisticação de meios dos traficantes. Finalmente o terrorismo mereceu-lhe alguns comentários concretos abonatórios das tradições islâmicas da população guineense, pouco permeável a tendências extremistas</p>					
--	--	--	--	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 2

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
O entrevistado apresentou um discurso construído com elaboração, tendo colmatado algumas lacunas de conhecimento com eloquência, construída na ocasião à volta da temática em questão.	Respondendo à questão sobre a existência de uma relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado confirmou brevemente a sua existência, para passar de imediato à afirmação da não aplicabilidade do conceito de reforma do Sector de Segurança (RSS). Esta rápida passagem de um tema concreto para a discussão de outro, paralelo mas não sinónimo do que se perguntava, demonstrará que o entrevistado se preocupava no momento com aquele mecanismo europeu de RSS, cuja autoria	O entrevistado preparou o ambiente (e a sua própria postura) para receber o entrevistador, como é, aliás, apanágio da classe diplomática, sempre atenta a pormenores. Revelou alguma crispação inicial, talvez por se sentir questionado sobre o desempenho das	O discurso do entrevistado, embora tenha mostrado que conhecia o tema da relação entre segurança e desenvolvimento, não contribuiu para valorizar o conhecimento desta questão. No entanto deu importância à implementação de uma matriz de	Para além das duas respostas nucleares (ver nota n.º 1), o entrevistado respondeu também a questões iniciais sobre as prioridades da representação portuguesa em Bissau, seus principais sucessos e a relação com outros países presentes na RGB. Mostrou que Portugal está no topo das prioridades das Relações Externas da Guiné-Bissau e frisou o conceito de “ajudar os guineenses”,	O entrevistado não atribui grande relevo ao conceito do nexo segurança-desenvolvimento, embora concorde que para haver desenvolvimento na Guiné-Bissau seja necessário implementar uma “matriz de segurança”. Esta deverá incluir a anulação das arbitrariedades do poder político, que se	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>atribuía a um país e a uma cultura anglo-saxónicas e que, por tal, não se adequariam à Guiné-Bissau.</p> <p>Debruçando-se sobre a questão da prioridade de implementação da segurança antes do desenvolvimento, o entrevistado repartiu a sua resposta por três categorias – segurança, desenvolvimento e poder político. Reconheceu a necessidade de existência prévia de uma matriz de segurança, como suporte para lançamento de projectos de desenvolvimento. Sobre o desenvolvimento referiu que os eventuais investidores só aplicariam esforços no país se houver garantias de segurança. Finalmente, atribuiu as dificuldades aos abusos do poder</p>	<p>suas funções diplomáticas, quando estava no fim da sua comissão de serviço. Não atribuiu importância ao conceito do nexo segurança-desenvolvimento, atribuindo-lhe, segundo pareceu ao entrevistador, a importância de um lugar-comum, de uma “moda”.</p>	<p>segurança, antes de os agentes económicos estrangeiros investirem na Guiné-Bissau. Por outro lado, apresentou as arbitrariedades do poder político como obstáculos a esse processo.</p>	<p>notando, no entanto, alguma falta de eficácia na ajuda. Contudo, realçou os sucessos na área do ensino. Nesta altura o seu discurso virou-se para a questão do tráfico de droga, trazendo a lume os APOIOS QUE Portugal tem dado nesta área, que considerou “um quadro muito grave desde 2005”. Relativamente à questão da relação de Portugal com outros países presentes, as ideias-chave que referiu foram de que os outros não eram “concorrentes” de Portugal, pois todos “concorremos para ajudar a RGB”. Nesta altura</p>	<p>constitui como factor de bloqueio do desenvolvimento.</p>	
--	--	--	--	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	político que agiria como força bloqueadora da vontade de investir.			voltou a abordar o problema da droga, para dizer que foi o que atraiu a atenção internacional. De seguida, referiu as características da presença de diversos países, Angola, Brasil, Espanha, presenças que relacionou com grandes projectos de investimento. Aqui voltou a citar Portugal, afirmando ser um erro se Portugal deixasse cair o projecto das comunicações da Portugal Telecom.		
--	--	--	--	---	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 3

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>O entrevistado tinha o seu discurso devidamente preparado, tendo recorrido à língua portuguesa quando se tratava de referir os conceitos mais importantes que suportaram a decisão política que levou à autorização para o lançamento da missão. No entanto, o seu não perfeito domínio da língua levou a que não entendesse completamente as questões. Apesar disso, as respostas eram muito bem estruturadas, denotando a preparação prévia. No início da</p>	<p>Sobre a questão do nexo segurança-desenvolvimento o entrevistado dividiu a sua intervenção na análise de dois modelos, um preconizando a criação de estabilidade no plano institucional, antes de se passar aos projectos de desenvolvimento, e outro fazendo a abordagem pela ordem inversa, primeiro o desenvolvimento e depois a segurança. Sendo nitidamente favorável ao primeiro, afirmou que este caminho seria o mais rápido que propiciaria o rápido desenvolvimento e seria, a</p>	<p>O entrevistado recorrentemente abordou a necessidade de implementação de “leis justas”, demonstrando preocupação com este aspecto, que é parte nuclear da missão EU SSR Guiné-Bissau, pela qual é responsável. Por outro lado, apontou, embora de forma subtil, o dedo</p>	<p>Apesar de alguma ansiedade e reserva, o entrevistado mostrou estar sensibilizado para a questão do reforço mútuo no nexo entre segurança e desenvolvimento. No entanto, fez essencialmente o exercício de priorizar a segurança em detrimento do desenvolvimento do que encontrar as</p>	<p>Nas restantes respostas, essencialmente debruçando-se sobre o projecto de RSS e o objectivo da missão UE de RSS na Guiné-Bissau (EU SSR Guiné-Bissau), o entrevistado estruturou o seu discurso em quatro grandes áreas, correspondendo cada uma a uma resposta. Demonstrou um claro entendimento do conceito de</p>	<p>O entrevistado atribui grande importância ao nexo segurança-desenvolvimento, considerando que o trabalho da missão que chefia é fundamental para se criar uma matriz de segurança que dê garantias para o lançamento de projectos de desenvolvimento. No entanto não valoriza o aparecimento de sinergias quando são feitos esforços coordenados nos dois campos, não tendo</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>entrevista, especialmente, foi muito cuidadoso no emprego de expressões técnicas e procurou também ter um discurso inócuo do ponto de vista político.</p>	<p>médio prazo, mais seguro. Acabou assim por responder, logo na resposta anterior, à questão seguinte, onde era perguntado se a segurança deveria preceder o desenvolvimento. Como já tinha sido esgotado o tema na resposta anterior, o entrevistado passou a elencar alguns problemas relacionados com os investidores oportunistas e as suas iniciativas de base não legal. A solução para estes problemas passaria assim pela criação de estruturas próprias do Estado de direito.</p>	<p>a investidores desonestos como promotores da continuidade da fragilidade do Estado, como forma de melhor alcançarem os seus desígnios. Teve também preocupação em demonstrar a sua proficiência na Língua Portuguesa, facto que terá perturbado a sua espontaneidade até ao momento em que lhe foi assegurado que poderia continuar em Castelhana. A partir</p>	<p>sinergias concretas desse processo. Em toda a entrevista esteve presente a preocupação de demonstrar três aspectos: à vontade com a matéria em discussão, proficiência em Português, e determinação em atingir os objectivos da missão.</p>	<p>“apropriação africana” (“A reforma... é um programa guineense”). Sublinhou que o período do mandato da missão era muito curto. Referiu a escassez de recursos ao dispor das autoridades guineenses para levarem a cabo o projecto de RSS. Já na resposta à 4.ª pergunta, em que era questionado sobre dificuldades exógenas, redireccionou a questão para as dificuldades internas, tendo sublinhado muito o problema de significados da palavra</p>	<p>mostrado sensibilidade para este aspecto.</p>	
--	---	--	--	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

		daí o seu discurso foi mais solto.		“reforma”, entendida pelas pessoas alvo do projecto de RSS como “de mandar para casa as pessoas, reformando-as”, desvinculando-as das Forças Armadas e negando-lhes o pouco sustento daí advindo.		
--	--	------------------------------------	--	---	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 4

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>O entrevistado demonstrou a longo de toda a entrevista uma boa coerência de discurso. Contudo, tal foi aplicado essencialmente nas respostas iniciais e menos nas correspondentes às duas perguntas nucleares da entrevista. O entrevistado fez questão de identificar devidamente o seu posicionamento dentro da estrutura hierárquica da missão UE - correspondendo ao 3.º lugar da hierarquia -, o que traduz, não só a sua formação militar, mas</p>	<p>Para além da clara e estruturada articulação das ideias sobre as questões iniciais, relacionadas com a missão e o processo de RSS, o entrevistado foi muito parco de palavras nas respostas às duas questões nucleares. Demonstrou pouco à-vontade com os conceitos ligados à relação entre segurança e desenvolvimento, mas pronunciou-se claramente a favor da existência de uma relação entre segurança e desenvolvimento que torna os dois conceitos “indissociáveis”. Relativamente à 2.ª questão</p>	<p>A forma tão célere como o entrevistado abordou as duas questões nucleares indica a sua pouca sensibilidade para a questão do nexo segurança-desenvolvimento. É de referir que esta questão, que agora é parte integrante do pacote de conceitos que a UE, era, na altura da preparação para a missão um tema</p>	<p>Apesar de não ter aprofundado o tema do nexos segurança-desenvolvimento, o entrevistado demonstrou uma convicção firme sobre o seu sentido geral, considerando a segurança e o desenvolvimento indissociáveis e especialmente relevantes no ambiente onde desenvolvia as suas tarefas.</p>	<p>Nas respostas prévias às questões nucleares, que se debruçavam sobre o projecto de RSS e o objectivo da missão UE de RSS na Guiné-Bissau (EU SSR Guinea-Bissau), o entrevistado sublinhou a confiança que as autoridades da RGB atribuíam aos elementos da missão. Mas não deixou de frisar que este projecto tinha por bases algumas iniciativas das autoridades da Guiné-</p>	<p>O entrevistado demonstrou uma grande preocupação e empenho com a sua missão, no âmbito da Reforma do Sector de Segurança da Guiné-Bissau, e pôde mesmo relacioná-la, de forma lógica, com a noção de uma relação entre segurança e desenvolvimento. No entanto, não mostrou sensibilidade para a ideia da existência de sinergias entre os processos de segurança (tal como o de</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>também a necessidade de mostrar o seu nível de responsabilidade.</p>	<p>nuclear, sobre a prioridade entre segurança e desenvolvimento, notou que a insegurança leva as pessoas a aceitarem a presença de estranhos, a que chamou “factores de estabilização”.</p>	<p>ainda em consolidação, estando a decorrer (1.º Semestre de 2008) um estudo na UE para a sua clarificação.</p> <p>O entrevistado também manifestou algum desconforto, de forma discreta, com a forma como alguns elementos da missão conduziram as suas tarefas, o que não corresponderia ao espírito da missão. Estas subtis críticas foram manifestadas em apartes e interjeições que não</p>	<p>Demonstrou vontade de comunicar as suas ideias, por um lado, e revelou entusiasmo com as tarefas que desempenhava, tendo também relevado as qualidades dos guineenses com quem trabalhava. De forma geral, transmitiu a ideia de que este projecto era viável e bem recebido pelos guineenses.</p>	<p>Bissau (embora inicialmente o projecto de RSS para a Guiné tenha sido gizado por técnicos do Reino Unido). De seguida avaliou o tempo já decorrido, as tarefas por realizar e objectivos ainda não alcançados e referiu o tempo inicialmente calculado de cinco anos para o processo se completar. Considerou-o insuficiente, tendo apresentado algumas razões, como a falta de um programa de governo. Debruçando-se sobre a questão dos recursos, chamou a</p>	<p>RSS) e os de desenvolvimento.</p>	
---	--	---	---	---	--------------------------------------	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

		foram registadas na transcrição da entrevista.		atenção de que falaria apenas sobre a parte militar, pois era essa que lhe estava atribuída. Aqui demonstrou uma clara articulação do raciocínio, tendo começado por definir as necessidades das Forças Armadas, incluindo a criação de uma clara pirâmide hierárquica e a remodelação das infra-estruturas necessárias e a alienação das supérfluas.		
--	--	--	--	---	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 5

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>Por esta entrevista não ter sido previamente planeada, ao entrevistado foram colocadas logo de início as questões nucleares, após o que o entrevistador lhe colocou outras, relacionadas com o contexto das suas respostas anteriores. O entrevistado demonstrou um nível de eloquência elevado, derivado do emprego sistemático da retórica nas suas funções políticas anteriores. Aliás, parte do seu discurso, nas respostas às questões postas, articulava-se</p>	<p>O entrevistado revelou ser dotado de processos de raciocínio claros, como suporte para a passagem de mensagens, algumas vezes de forma quase subliminar, sobre a capacidade de a Guiné-Bissau poder corresponder às expectativas da Comunidade Internacional. Na primeira questão nuclear, sobre “Segurança-Desenvolvimento”, confirmou o seu perfeito entendimento desta ideia, embora não tivesse deduzido sinergias da fusão destes dois tipos de processo. Por outro lado, exemplificou muito bem a</p>	<p>A postura do entrevistado denotava a sua preparação e a sua experiência política, como já notado acima. Notou-se preocupação em manter um discurso lógico e apresentar ideias “limpas” sobre a utilidade da presença da Comunidade Internacional onde, cautelosamente,</p>	<p>O entrevistado demonstrou possuir sagacidade e bom nível de inteligência. Era dotado de muito boa facilidade de expressão e domínio da língua portuguesa. Foi notada alguma ansiedade na vontade de “passar a mensagem” de que a Guiné-Bissau era um “bom aluno” perante os</p>	<p>O entrevistado relevou a importância das organizações não-governamentais de apoio ao desenvolvimento (ONGD) para incutir esperança e vontade nas pessoas para que voltem às terras donde partiram para a capital. Referiu a utilidade da permanência do acervo legislativo do colonizador, após a independência, mas considerou que era já</p>	<p>O entrevistado concorda que, no que respeita ao nexo segurança-desenvolvimento, “uma coisa não tem sentido sem a outra”. Esta ligação é, no entanto, prejudicada pela balcanização da sociedade guineense. Não atribui prioridade a nenhum dos componentes do binómio, mas relevou o papel dos projectos de segurança para criar estabilidade, como condição de base para o desenvolvimento. Relevou também a ideia de</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>mais como um discurso “às massas” do que a uma resposta directa a um entrevistador. Usou frequentemente alguns conceitos como “bordões” para o seu raciocínio, tais como “estabilidade”, “extrema pobreza”, “sustentabilidade”, “valor da Intervenção Internacional”, “necessidade de novas leis”, “herança da guerra de libertação”, “tribalização como factor de instabilidade e subdesenvolvimento”.</p>	<p>insegurança inerente ao subdesenvolvimento ao referir a “balcanização” presente na sociedade guineense. A resposta à segunda questão nuclear foi menos clara, com o raciocínio a alternar entre a abordagem da segurança e a do desenvolvimento. No entanto, voltou a frisar a importância da Comunidade Internacional para a garantia de estabilidade do país. Considerou também a sustentabilidade do desenvolvimento uma variável de segurança.</p>	<p>incluía a presença portuguesa. Por outro lado, “passava a mensagem” de que a guerra de libertação tinha sido um conflito entre povos muito ligados, mas hostis, minimizando a importância da postura de agressividade colonial de Portugal. Também se esforçou durante todo o período da entrevista de deixar passar a imagem de um político válido, racional e não</p>	<p>desígnios e vontades da Comunidade Internacional onde, aliás, incluía Portugal como elemento predominante. Terá talvez ligação com a sua vontade (que foi comunicada posteriormente ao investigador) de voltar à ribalta da cena política.</p>	<p>tempo de a Guiné-Bissau ter revisto esse <i>corpus</i> e de o ter adaptado às suas particularidades. Considerou que essa actualização deveria ser urgente, especialmente no que diz respeito à subordinação do poder militar ao civil. Considerou que a situação da última década era um resultado directo da crise de 1998-1999, mas também causa remota da guerra de libertação, pois o PAIGC não soube adaptar-se, após a</p>	<p>sustentabilidade, condição para que os projectos de desenvolvimento não acabem por fracassar. A prioridade, considerou, é lutar contra a pobreza. Por último, é de relevar a atenção que deu à intervenção da Comunidade Internacional que considerou incontornável nas garantias de estabilidade política do país.</p>	
--	---	--	---	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

		emotivo.		independência, à nova realidade, permanecendo um “Exército de Libertação”, subordinando as novas elites intelectuais e políticas aos antigos combatentes e tolhendo o desenvolvimento. Focou mais uma vez o problema do retorno à tribo, o que atribuiu ao nível crescente de insegurança.		
--	--	----------	--	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 6

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>O entrevistado demonstrou sempre um bom domínio de língua e a sua utilização a um nível elaborado, resultado da sua formação escolar e académica ter sido feita sempre na língua portuguesa. Recorreu a estruturas sintácticas elaboradas para expor o seu pensamento, embora tenha tido cuidado para não ultrapassar a comunicação típica de um político com experiência.</p>	<p>O entrevistado, recorrendo ao instrumento da língua com domínio perfeito, fundamentou devidamente os seus argumentos, tendo mostrado que conhecia bem as matérias sobre as quais era inquirido. Na primeira questão nuclear, sobre “Segurança-Desenvolvimento”, confirmou o seu perfeito entendimento desta área de discussão e conhecimento, sublinhando a sua convicção de que as Forças Armadas serão (ou poderão ser) o motor do desenvolvimento. Mas, para tal, considerou necessário rever a</p>	<p>O entrevistado demonstrou sempre muito à-vontade e segurança durante a condução da entrevista. Demonstrou no entanto algum cepticismo (ou desapontamento velado) relativamente à capacidade de se restabelecer a missão das Forças Armadas para as levar a participar</p>	<p>O entrevistado tinha um entendimento claro e simples do significado da ligação entre segurança e desenvolvimento. Demonstrou isso durante a entrevista, embora tenha reorientado a questão para sublinhar a necessidade de se atribuir às Forças Armadas a</p>	<p>O entrevistado foi muito claro e conciso nas respostas às cinco perguntas iniciais. Referiu que a RSS integrava um programa onde se incluíam outros parceiros, para além da UE, como a UNOGBIS, a CEDEAO e países como Portugal e outros, para demonstrar que o governo não colocava nas mãos de um único parceiro este aspecto</p>	<p>O entrevistado concorda plenamente com a ideia do nexo entre segurança e desenvolvimento e tem dele uma ideia prática. Esta materializa-se no emprego das Forças Armadas como motor do desenvolvimento. No entanto, para que possam ser empregues como tal é necessário restabelecer a sua missão, o que passará ainda por um Plano Nacional de Segurança.</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>legislação e, nomeadamente, restabelecer a missão das Forças Armadas. Relativamente à questão de a segurança preceder o desenvolvimento, o entrevistado evocou a inexistência de um plano nacional de segurança que considerou fundamental para que se possam estabelecer as prioridades entre segurança e desenvolvimento. Após apresentar este argumento, exemplificou a aplicação destas ideias no levantamento de uma grande obra, como a futura Barragem do Saltinho.</p>	<p>activamente nos projectos de desenvolvimento. Num texto que enviou posteriormente ao investigador (ver parte final da ficha de entrevista n.º 6, o entrevistado esclareceu alguns pontos, demonstrando preocupação com o rigor da informação que tinha veiculado.</p>	<p>importante missão de serem um dos mais importantes motores do desenvolvimento do país. A sua inteligência e facilidade de expressão foram notórias durante toda a entrevista. A sua atitude perante os problemas que referia, na sua qualidade de Ministro da Defesa, mostrou a maturação destas questões na sua mente, estando as soluções mais práticas</p>	<p>fundamental do governo. Desenvolveu também um discurso bem articulado sobre as cooperações técnicas militares que a Guiné-Bissau levava a cabo com os seus parceiros, onde destacou Portugal, para logo referir outros países e as expectativas com o Brasil, por exemplo.</p>		
--	---	--	--	---	--	--

			perfeitamente identificadas.			
--	--	--	------------------------------	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 7

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
O entrevistado usou de um nível de língua adequado à entrevista, tendo demonstrado muito à-vontade nas questões de desenvolvimento, e utilizando o vocabulário próprio desta área de conhecimento. A estruturação das frases baseava-se em estruturas sintácticas elaboradas,	Durante a resposta à primeira pergunta nuclear, o entrevistado estruturou o seu discurso em alguns indicadores importantes, como os conceitos de “Estado frágil”, “Problemas de desenvolvimento”, “Controlo Democrático das Forças Armadas” e “elites políticas”. No seu estilo claro e simples começou por delinear os factores que caracterizavam a Guiné-	O entrevistado demonstrou muita segurança durante a entrevista, denotando-se um esforço para sublinhar a vontade da sociedade guineense para ultrapassar o seu problema de subdesenvolvimento.	O entrevistado valorizou o tema, mas apenas no lado “desenvolvimento” do binómio “segurança-desenvolvimento”. No entanto, usando a sua facilidade de expressão e o seu discernimento, pôde apresentar um	O entrevistado apresentou um conjunto de ideias relevantes sobre as questões de desenvolvimento da Guiné-Bissau, tendo abordado o papel dos doadores mais importantes, em que destacava Portugal, como doador bilateral,	O entrevistado identificou claramente a maior parte das causas da fragilidade da Guiné-Bissau, embora não tivesse analisado com o mesmo detalhe as vertentes “desenvolvimento” e “segurança”, atribuindo a esta última menos atenção. Para si, a Guiné-Bissau, para sair da situação de	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>evidenciando uma maturação intelectual dos temas que se tratavam.</p>	<p>Bissau como um Estado frágil, entre os quais incluiu como muito relevante a necessidade de se implementar a subordinação do poder militar ao poder civil. No entanto, acabou por não explorar exhaustivamente a questão do binómio segurança-desenvolvimento, não tendo sido a sua resposta completa. Na resposta à segunda pergunta nuclear, de novo o discurso foi claro e bem construído mas, mais uma vez não houve uma resposta directa à pergunta sobre se concordava que a segurança deveria ser garantida antes do desenvolvimento. No entanto apresentou bem um conjunto de argumentos sobre o apoio ao desenvolvimento, que passaria pela educação, saúde, combate à</p>	<p>Com relutância, no entanto, apresentou alguns dos problemas endémicos desta sociedade que a impediriam de progredir nas circunstâncias actuais.</p> <p>O seu discurso foi muito correcto, pragmático e sem atitudes de paternalismo. No entanto, evitou aprofundar as questões de segurança, pelo que a sua análise do nexos segurança-desenvolvimento foi</p>	<p>discurso inteligente, onde colocou no lado do factor “segurança” as questões que lhe eram mais familiares, como a necessidade de controlo democrático das “Forças Armadas” e a ideia de “estabilidade”. Pôde evidenciar-se alguma ansiedade em relevar a vontade dos guineenses em saírem da situação frágil em que se encontram. De forma geral,</p>	<p>e a UE, como doador absoluto. Destacou alguns doadores que não “falavam a linguagem da OCDE”, ou seja, que não tinham constrangimentos na forma como se apresentavam perante as autoridades guineenses. Dedicou algum esforço a analisar o sucesso de Portugal junto da Guiné-Bissau, tendo destacado o seu papel de “advogado” da G-B junto da Comunidade Internacional. Também destacou a necessidade de a</p>	<p>fragilidade em que se encontra, necessita de desenvolvimento, saindo da dependência dos outros. Necessita também de alcançar a boa governação através, principalmente, da subordinação do poder militar ao poder civil, para o que tem de alterar as leis, que vêm do tempo colonial. O desenvolvimento passará também pela educação, saúde, combate à pobreza, satisfação das necessidades básicas e promoção da Sociedade Civil. Por último, é necessário que o Estado dê garantias de conseguir proteger o investimento</p>	
--	---	---	--	---	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	pobreza, necessidades básicas, sociedade civil e investimento privado. O não ter equilibrado o discurso entre a segurança e o desenvolvimento será talvez um indicador de que não conheceria muito bem os projectos ligados à área de segurança.	desequilibrada.	demonstrou vontade em ajudar este povo a sair desta crise.	Guiné-Bissau ter de ser capaz de absorver o capital dos doadores, o que actualmente não acontece.	privado, conseguindo assim atrair o capital.	
--	--	-----------------	--	---	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 8

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
O entrevistado tentou sempre demonstrar a validade do projecto com o qual se preocupava no momento: o	Durante a resposta à primeira pergunta nuclear, o entrevistado apoiou-se na adivinha do ovo e da galinha para desenvolver um	O entrevistado tem uma visão muito particular da relação entre	O entrevistado tem um entendimento adequado donexo segurança-	As questões da entrevista, para além das nucleares, foram essencialmente sobre	O entrevistado tem consciência, embora numa base empírica, das valências a retirar do nexo	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>levantamento das infra-estruturas e o apoio das autoridades guineenses para a ONGD “Encontro”. Usou estruturas lexicais complexas para demonstrar os seus pontos de vista e a validade de projectos como aquele. Mas nas respostas às questões nucleares da entrevista, usando como suporte uma “adivinha”, tentou ilustrar a relação entre segurança e desenvolvimento. No entanto a adivinha do “ovo e da galinha” trata apenas do problema de identificar uma prioridade de nascimento e na pergunta que lhe foi feita não se pedia isso, mas sim que confirmasse se reconhecia uma relação entre os dois</p>	<p>discurso sobre a não separação dos conceitos “segurança” e “desenvolvimento”. Afirmou então que eram processos dinâmicos, “concorrentes no tempo”, duas realidades não dissociadas.</p> <p>À segunda questão, sobre se os processos de desenvolvimento deveriam ser precedidos de segurança, respondeu claramente que sim, para passar de imediato a referir os factores que, no seu entender, a implementação de estruturas de segurança deveria garantir: fim às espoliações por funcionários corruptos. Mostrou muita preocupação com este aspecto que, no seu entender, constituía o âmago da permanência da Guiné-Bissau num estado de</p>	<p>segurança e desenvolvimento, mas acaba por identificar bem algumas sinergias entre estes dois aspectos, nomeadamente que a implementação de adequadas estruturas de segurança (estaria a pensar principalmente em tribunais, juízes e polícia) permitiria acabar com a espoliação que os funcionários corruptos fazem aos empresários, em prejuízo tanto</p>	<p>desenvolvimento, embora aplicado a questões mais práticas do que teóricas. Como a resposta à segunda questão nuclear deixa ver, liga directamente o significado de insegurança à corrupção, principalmente, não valorizando tanto alguns outros factores como riscos de golpes de Estado, atentados a figuras públicas, crimes violentos a pessoas, roubo de bens, etc.</p> <p>A sua inteligência permite-lhe ter uma</p>	<p>assuntos para os quais o entrevistado tinha sensibilidade conhecida como era o caso do projecto da ONGD “Encontro”. Esta parte da entrevista acabou por revelar muito interesse, para além de um entusiasmo maior e uma dicção mais livre do entrevistado. Em primeiro lugar, porque demonstrou a validade de projectos como o apresentado para o esforço mais global de Reforma do Sector de Segurança. Neste</p>	<p>segurança-desenvolvimento. Concorda que os processos ligados a ambos os vectores do binómio segurança-desenvolvimento se devem desenvolver em paralelo e apoio mútuo. No entanto, não deixa de confirmar que sem segurança não há desenvolvimento, embora atribua à segurança características ligadas principalmente a parte do conceito de “Boa Governação”, nomeadamente a existência de um sistema adequado de Justiça, onde funcionem os tribunais, os juízes e as polícias.</p>	
---	--	---	--	---	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>conceitos (“segurança” e “desenvolvimento”). De resto o seu nível superior de vocabulário e o domínio sintáctico permitiram-lhe transmitir claramente as suas ideias.</p>	<p>subdesenvolvimento.</p>	<p>destes como do Estado, que vê assim desviadas as suas receitas. Estaria talvez a falar em causa própria, pois é empresário na Guiné-Bissau. Evitou, no entanto, personalizar a resposta, ou seja, ilustrar a lógica do que ia dizendo com o seu caso pessoal, de empresário em Bissau e dirigente de uma ONGD (em Bafatá).</p>	<p>visão adequada dos problemas que a Guiné-Bissau enfrenta. Por outro lado, a sua facilidade de comunicação permite-lhe transmitir com facilidade os problemas que considera mais prementes. Ser um empresário europeu em territórios africanos negros não lhe causa nenhum inconveniente ou embaraço, pois identifica-se com alguns dos valores guineenses e com aqueles que, como ele, foram</p>	<p>caso, a “Encontro” procura solucionar um dos aspectos mais difíceis relacionados com o processo de RSS. Trata-se de um outro processo, denominado de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). O contributo da ONGD referida dirige-se essencialmente para aspectos da fase “Reintegração” dos militares, o que é de valorizar.</p>		
--	----------------------------	---	---	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

			combatentes na guerra colonial, independentemente do lado que tomaram ou da cor da pele.			
--	--	--	--	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 9

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
O entrevistado recorreu muito às suas memórias de dois períodos relevantes para o seu discurso: a guerra de libertação e os primeiros anos de independência, em que deteve um sector de elevada responsabilidade, o da	O entrevistado respondeu rapidamente às duas questões nucleares, dando a impressão de que estas seriam, para si, questões secundárias, depois de ter tido a oportunidade de apresentar o seu argumento, nas respostas anteriores, sobre a fragilidade e o	O entrevistado apresentou um discurso coerente e lógico. Tal será sem dúvida atribuível à riqueza das experiências da sua vida, onde se	O entrevistado, apesar de ter demonstrado ter um entendimento correcto das questões relacionadas com o nexos segurança-desenvolvimento, não valorizou o tema. Não	Para além das questões nucleares o entrevistado respondeu com vivacidade e claro raciocínio a outras, sobre a utilidade das organizações	O entrevistado liga perfeitamente os conceitos de segurança e desenvolvimento, considerando que os processos de segurança (como a Reforma do Sector de Segurança -	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>cooperação, como Director-geral. Nas respostas às questões nucleares da entrevista foi muito breve mas claro, demonstrando conhecer (empiricamente) a relação entre segurança e desenvolvimento, como aliás, demonstrado na fase inicial da entrevista, onde se demorou a ilustrar o desenvolvimento que a Guiné tinha atingido, devido à estabilidade após a independência e que foi quebrada com o “conflito fratricida de 1998-99” [sic].</p>	<p>subdesenvolvimento da Guiné-Bissau. No entanto deixou transparecer um raciocínio rápido e em linha com os conteúdos das perguntas. Sobre a primeira questão rematou que as imagens de droga e de morte nas ruas teriam o efeito de anular iniciativas de investimento, o que considerava um exagero. No entanto, havia que ser feito um esforço para se modificar este cenário. Sobre a segunda questão, apoiou de imediato a ideia de que a prioridade deveria ser para a estabilização de segurança, antes de se poderem viabilizar os processos de desenvolvimento. Mas neste seu conceito de segurança englobava a necessidade de se anularem as ameaças que adviriam de dentro</p>	<p>incluirão a experiência da guerra, a acção governativa nos primeiros anos de prosperidade do país, período que decorreu até à crise de 1998-99 e também o seu percurso diplomático. Sublinhou por diversas vezes a sua proximidade com o poder político na Guiné-Bissau, mas isso advirá do relevo que dá às suas próprias experiências</p>	<p>é de menosprezar, no entanto, o conhecimento que demonstrou possuir sobre a questão da relação entre segurança e desenvolvimento, sinal de muita ponderação, e ao longo do tempo, sobre os problemas que afectam a Guiné-Bissau e sobre as soluções para o seu estado frágil.</p> <p>Das respostas dadas e das atitudes que teve durante a condução da entrevista, pode inferir-se que o entrevistado é dotado de muita inteligência e agilidade de raciocínio, tem</p>	<p>internacionais presentes na Guiné-Bissau, nomeadamente as que colaboram no esforço guineense de restabelecimento das condições de segurança e bem-estar. Aqui aproveitou a oportunidade para, fazendo um largo desvio à questão, apresentar a sua perspectiva sumária da História da Guiné-Bissau. Também fez uma breve abordagem das questões que levaram à crise de 1998-99,</p>	<p>RSS) são fundamentais para garantir a estabilidade que propicie o lançamento de projectos de desenvolvimento e a chegada de investidores. Adicionalmente referiu que se terá de acabar com as ligações entre o crime organizado (narcotráfico) e as Forças Armadas e policiais.</p>	
---	--	--	--	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>das próprias instituições militares e policiais, que estariam comprometidas com organizações criminosas ligadas ao tráfico de droga.</p>	<p>anteriores e não terá muita correspondência com a realidade actual. No entanto o entrevistado demonstrou sagacidade e actualidade no que diz respeito à interpretação de diversos factos correntes da vida política, social e económica do país.</p>	<p>facilidade de comunicação (o que estará relacionado com a experiência de vida referida acima) e é possuidor de um conjunto de valores onde pontua o pragmatismo. A sua origem racial é motivo de orgulho, conjuntamente com a sua ligação a Portugal, que abraça com afecto, apesar da sua experiência de guerra (ou por causa disso mesmo). Em nenhum ponto da entrevista foi notada agressividade ou rancor para com o antigo colonizador.</p>	<p>tendo explicado o papel da região de Casamança. Quando questionado sobre a década que se passou desde essa crise o entrevistado sublinhou os aspectos mais prementes de auxílio ao desenvolvimento, tendo frisado que é necessário que a Guiné diga claramente o que precisa, o que não tem acontecido. De frisar que chamou algumas vezes a atenção para “os deveres históricos para com as ex-</p>		
--	---	---	---	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

				colónias” que Portugal deve ter.		
--	--	--	--	----------------------------------	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 10

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
(Não se aplica)	(Não se aplica)	(Não se aplica)	(Não se aplica)	O entrevistado mostrou-se sempre muito pouco à-vontade em presença dos jornalistas e restante audiência, agravado com a sua incapacidade de entender o Português. As perguntas foram-lhe todas feitas em Português e traduzidas para que respondesse, o que fez perder espontaneidade.	O entrevistado cingiu as suas respostas à missão da UE de RSS, nomeadamente o seu mandato, o período de permanência e as responsabilidades e tarefas. Sublinhou que o papel principal é o do Governo da G-B, estando a UE disponível para ajudar. No	

Anexo B – Análise das Entrevistas

				<p>Também terá levado a que as respostas fossem curtas e sincopadas. As perguntas versaram a missão e a Reforma do Sector de Segurança (RSS). O entrevistado sublinhou sempre haver condições para se levar a cabo a RSS, e realçou que este era um processo do Governo em que a UE ajudava. Sublinhou que a principal preocupação do Governo era a passagem à disponibilidade do pessoal não necessário nas fileiras, nomeadamente o mais idoso. A UE colaborava com a G-B para levar a cabo este desiderato guineense. Realçou sempre o papel primordial do Governo e a</p>	<p>entanto é o Governo que tem que definir os parâmetros do trabalho, como, por exemplo, o número de militares a disponibilizar. De forma geral, o entrevistado mostrou comedimento, muito nervosismo e alguma imaturidade neste tipo de função. No entanto, há que ter em conta que esta é a primeira missão da nova estrutura da UE, para Comando e Controlo de missões civis.</p>	
--	--	--	--	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

				necessidade de os guineenses tomarem iniciativas nesta área. O Governo deve identificar, por exemplo, qual o número exacto de pessoal a desmobilizar.		
--	--	--	--	---	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 11

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
O entrevistado demonstrou bom domínio da língua, relativamente ao uso de estruturas formais gramaticais e à exposição dos seus pontos de vista. Suportou-se muito	O entrevistado estruturou o seu discurso de forma clara e simples. Cumulativamente com a parcimónia com que respondeu às questões, isto poderá demonstrar o seu	O entrevistado apresentou um discurso coerente e lógico, embora sintético. Na resposta à segunda questão	O entrevistado, devido à simplicidade das respostas não valorizou o tema, tendo respondido de	Para além das questões nucleares o entrevistado respondeu com clareza às restantes questões, que giraram à volta da	O entrevistado respondeu abreviadamente mas com clareza às duas questões nucleares da entrevista. Fez um esforço para	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>nos enunciados de “investimento” e “precaução dos investidores” para ilustrar o seu entendimento da relação entre segurança e desenvolvimento. Em ambas as respostas às perguntas nucleares, foi muito parco na sua exposição, utilizando estruturas sintácticas simples.</p>	<p>pouco à-vontade com o fundamento teórico das questões nucleares. Não deixou de afirmar a sua convicção de que a segurança deve preceder o desenvolvimento, o que fez de forma peremptória.</p>	<p>nuclear adicionou elementos fora do contexto da pergunta. Isto terá sido devido a ter já abordado o tema na resposta à primeira questão nuclear. Assim, além de concordar com a ideia de que a segurança deve preceder o desenvolvimento, referiu os projectos principais em curso (implantação de três unidades fabris pela Líbia, construção do porto de Buba).</p>	<p>forma directa e quase sem apresentação de razões. Tinha conhecimento do assunto, no entanto. Devido a ser responsável pelo seguimento de projectos militares, tentou refrescar as ideias apresentadas com recurso a exemplos de projectos de desenvolvimento, demonstrando inteligência e facilidade de comunicação. Não denotou ansiedade durante a entrevista, nem agressividade.</p>	<p>cooperação, especialmente na sua vertente técnico-militar. Ressaltou o perigo de a concorrência poder vir a apossar-se de projectos portugueses de CTM quando estiverem na sua fase final, o que anularia o investimento. Referiu a validade da missão UE de Reforma do Sector de Segurança (RSS), mas não deu atenção outros esforços da UE no país. Criticou a UE, relativamente à gestão dos recursos financeiros que injecta na RGB, pois “com</p>	<p>sublinhar a importância dos investimentos em projectos de desenvolvimento, a propósito do binómio segurança-desenvolvimento. Utilizou a imagem dos investidores internacionais que se retraem quando não há garantias de segurança, para apoiar a ideia de que a segurança deve preceder o desenvolvimento.</p>	
--	---	--	--	---	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

			Demonstrou uma correcta abordagem da questão da “apropriação africana”, o que confirmará a utilização de um conjunto de atitudes e valores adequados às tarefas que desempenha num país africano.	alguns trocos” poderia pagar todo o processo de reforma dos militares em excesso nas fileiras. Criticou também a ONU por querer lançar uma missão de RSS em concorrência com a UE, uma redundância que seria uma cretinice, no seu entender.		
--	--	--	---	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 12

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>O entrevistado exprime-se através de um bom domínio da língua, utilizando estruturas formais gramaticais complexas para a exposição dos seus pontos de vista. Identificou correctamente a relação entre segurança e desenvolvimento, não hesitando em atribuir prioridade temporal à primeira.</p>	<p>O entrevistado apoiou-se numa estrutura lógica simples e clara para demonstrar o seu argumento. Começou por afirmar o seu ponto de vista (“sem a obtenção de garantias de estabilidade e segurança não é possível avançar com projectos de desenvolvimento estruturantes que são essenciais para a melhoria das condições de vida das populações”), para</p>	<p>Como acima referido, o entrevistado explicou claramente porque considerava válida a relação entre segurança e desenvolvimento. No entanto, os exemplos de que se serviu para reforçar a ideia ilustraram apenas um dos lados do binómio “segurança-desenvolvimento”, reflexo claro das suas preocupações com a área profissional onde</p>	<p>O entrevistado valorizou o tema e demonstrou conhecimento do tema, com mais profundidade na área do desenvolvimento, como seria de esperar de um quadro superior do IPAD, organismo por excelência da área do desenvolvimento. O seu nível de inteligência está de acordo com as responsabilidades</p>	<p>Na questão sobre as iniciativas do IPAD que têm demonstrado a relevância do nexos segurança-desenvolvimento, o entrevistado estruturou a sua resposta com recurso a uma lógica apoiada nos elementos “cooperação portuguesa”, “Boa Governação”, “Insegurança” (ameaça do tráfico de droga), “Plano de Emergência de Combate ao Narcotráfico”. Sublinhou assim um dos principais eixos da cooperação portuguesa, que designou como “Boa Governação, Participação e Democracia”, designado o combate à pobreza absoluta como o objectivo</p>	<p>O entrevistado apoiou todo o seu discurso no <i>case-study</i> da Guiné-Bissau, como aliás o conjunto de questões levava a considerar. O conjunto das suas respostas apoiava-se numa lógica clara e encadeada, sendo apresentados os factores principais considerados por si relevantes no nexos segurança-desenvolvimento. No</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>depois o ilustrar com pequenos exemplos, num encadeamento crescente que culminou com a referência à criação de emprego no país.</p>	<p>se insere, do desenvolvimento. Claro que não deixou de frisar a importância que atribuía à estabilidade (proporcionada por condições de segurança) para se atrair o tipo de apoios de que a RGB necessita. De resto, o discurso não revelou elementos formais atípicos, o que tendencialmente é normal com o discurso escrito, onde existem preocupações mais cuidadas com a forma e onde se fazem revisões, antes da</p>	<p>que ocupa e reflecte-se na abordagem dos assuntos, que trata de forma muito clara e lógica. A patente facilidade de comunicação advém desse factor e da sua formação académica superior. Não demonstrou ansiedade (de qualquer forma será difícil de detectar no discurso escrito) pois o assunto é-lhe familiar e faz parte das suas ocupações profissionais diárias. Infere-se do discurso a sua disponibilidade para ajudar,</p>	<p>primordial da cooperação.</p> <p>Relativamente ao empenhamento do IPAD nos projectos de desenvolvimento, o entrevistado, sublinhando que Portugal é o maior parceiro bilateral da Guiné-Bissau, nunca tendo abandonado este país, afirmou, em contraste, que a Guiné-Bissau era um “órfão da Comunidade Internacional”.</p> <p>Respondeu muito sucintamente à questão sobre os actores do desenvolvimento mais relevantes presentes na Guiné-Bissau, onde ressaltou o crescente papel da Espanha. Na resposta à pergunta decorrente desta, sobre os actores com maior grau de sucesso, identificou os tradicionais (Cuba e Rússia), deu destaque às organizações multilaterais (ONU e UE), com a rigidez dos seus</p>	<p>entanto debruçou-se com mais acuidade sobre o lado “desenvolvimento” do binómio segurança-desenvolvimento, área em que o entrevistado trabalha e com a qual tem, portanto, mais familiaridade.</p> <p>De uma forma geral pode afirmar-se que o entrevistado quis passar a mensagem de que os projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau valem a pena e têm condições para</p>	
--	--	--	--	--	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

		emissão, para se identificar e colmatar alguma lacuna.	reveladora de um conjunto sólido de valores.	procedimentos, e referiu os doadores bilaterais mais fortes, como Portugal, França e Espanha. Finalmente, deu realce ao papel de Angola e China, conduzidos essencialmente por objectivos ligados a objectivos da sua política externa e não condicionados por constrangimentos. Devido a isso – afirma – é difícil enquadrar esses actores em “estratégias de intervenção comuns”. No caso da China, o seu interesse prende-se com o não reconhecimento de Taiwan pela Guiné-Bissau. No caso de Angola, pela lógica de afirmação de poder, tanto em termos africanos como em termos da CPLP.	atingirem os seus objectivos. No entanto, em reforço da validade donexo segurança-desenvolvimento, para que tal seja possível é necessário que sejam criadas condições de estabilidade e segurança.	
--	--	--	--	---	---	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 13

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>O entrevistado usa um estilo de língua escrita elaborado, recorrendo aos conceitos apropriados, como se depreende da análise das estruturas formais gramaticais que adopta. A combinação das palavras nas frases e a combinação das frases no discurso realmente demonstram um domínio de língua claro e lúcido. No entanto, o estilo descobre o seu ofício, o que não é negativo, pelo contrário: o encadeamento das palavras e das frases segue a estrutura de</p>	<p>Conforme parcialmente descortinado na secção anterior, o entrevistado adopta um discurso com encadeamento lógico e bem estruturado. Na primeira questão nuclear, ao abordar a relação entre segurança e desenvolvimento, lista as principais referências ligadas a este tema, passando da instabilidade e do medo, para o anúncio claro de que deverá ser dada prioridade à segurança, pois, como afirma, “sem um mínimo de segurança não é possível almejar a qualquer desenvolvimento”.</p> <p>Na segunda questão nuclear</p>	<p>As respostas do entrevistado reflectem, como não poderia deixar de ser, a sua formação e experiência “no terreno”. Assim, para além de não deixar de caracterizar correctamente, como provocando instabilidade e insegurança, alguns factores (endógenos) do</p>	<p>O entrevistado valorizou o tema e demonstrou conhecimento muito aprofundado de determinadas abordagens do tema, tendo acrescentado valor, através das suas respostas, a questões onde as considerações de ordem política ou social não eram valorizadas inicialmente. De</p>	<p>Na resposta à primeira questão, o entrevistado equilibrou as responsabilidades da insegurança e do subdesenvolvimento para com a frágil situação política da Guiné-Bissau. Os seus temas de suporte para defender esta posição foram a <i>construção do Estado</i> (“processo complexo e repleto de vicissitudes”), a <i>realidade sócio-cultural da Guiné-</i></p>	<p>O entrevistado demonstrou conhecer bem a questão da ligação entre segurança e desenvolvimento e valorizou muito o tema. Essa valorização passou principalmente pela abordagem política e sociológica que fez às questões levantadas à volta dos problemas de instabilidade e de subdesenvolvimento da Guiné-Bissau. Como contributos mais concretos são de destacar a análise</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>uma lição, desde a primeira frase, anunciativa da questão que se vai desenvolver, passando pelas ilustrações das ideias e culminando num desfecho que remata a ideia.</p>	<p>revela também um claro raciocínio, partindo de novo da constatação de que “não é possível encetar qualquer processo de desenvolvimento sem uma estabilização de segurança”. Mas acaba por condicionar esta verdade, afirmando que “não é suficiente por si só”, embora seja um “forte contributo”.</p>	<p>ponto de vista social e político, acaba por lhes dar maior peso do que a factores exógenos, como poderiam ser a conjuntura internacional, o quadro geral de insegurança na região (e na África Subsaariana toda, grosso modo), as pressões de redes criminosas internacionais. Por outro lado, porém, as suas afirmações passam normalmente pela inclusão de um</p>	<p>realçar, dentre o conjunto de inferências consideradas neste trabalho, a facilidade de comunicação, a atitude positiva demonstrada para com o tema e o caso em estudo (a Guiné-Bissau e a sua gente), o conjunto de valores revelados nas suas respostas, o nível linguístico elevado adoptado.</p>	<p><i>Bissau</i> (“fragmentação da sociedade guineense”), a <i>luta pelo poder</i> (“... que decorre da fragmentação da sociedade...”), que é também início do título de uma sua obra sobre a Guiné-Bissau, as <i>consequências do subdesenvolvimento</i> (“a luta pelo poder é uma consequência directa do subdesenvolvimento”) e as suas causas (“a luta pelo poder é também ela própria uma causa do subdesenvolvimento... consome os recursos nacionais”) e as <i>causas</i></p>	<p>do papel da estrutura pesada e politizada das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Essa pesada estrutura acaba também por ser a causa de “acentuada instabilidade” - como refere o entrevistado - que não garante às estruturas políticas o tempo necessário para iniciar os processos de desenvolvimento do país, nem estimula o investimento externo.</p>	
--	---	--	--	--	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

		“elemento indicador da normalidade”, seja pela caracterização de um Estado de sucesso, seja pela referência a “sociedades prósperas”, como na primeira questão nuclear.		<i>de insegurança</i> . Nesta última apresentou argumento forte de que estas causas passariam quase exclusivamente pelas Forças Armadas, devido ao seu peso excessivo, especialmente nos cofres do Estado.		
--	--	---	--	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO - Entrevista n.º 14

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
O entrevistado usa um estilo	O discurso é bem estruturado,	As respostas do	O entrevistado	Na resposta à primeira	O entrevistado	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>de língua escrita que reflecte as funções que tem desempenhado e a sua formação militar: estrutura claramente o seu discurso e pontua-o com conceitos que utiliza como suporte para fazer avançar as suas ideias. Recorre muito a figuras de estilo, bem empregadas, como “guarda-chuva”, “matriz de recursos fiscais”, “sobreviver e, algumas vezes, viver”, “imagem de uma cor uniforme”, “oportunidade de contágio”, que ilustram e enriquecem o discurso.</p>	<p>segue uma linha de pensamento clara e o raciocínio é fácil de acompanhar. Na primeira questão nuclear, sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado parte do lançamento do conceito alargado de segurança (tudo o que constitui o “guarda-chuva” que permite ao cidadão circular livremente, praticar um actividade honesta sem ser incomodado e ter acesso à justiça), a que “cola” a trilogia Forças Armadas – Polícia – Justiça, para sublinhar a importância de uma matriz de recursos fiscais. Não deixa de sublinhar que o desenvolvimento, que no seu entender se prende com a ideia de economia, pode prosseguir pela via da economia informal, que permitiria, em</p>	<p>entrevistado reflectem a sua larga formação militar e também a experiência “no terreno”. Para além de ter sido chefe de projecto de Reforma do Sector de Segurança (RSS) na RDC, o entrevistado desempenhou de seguida as funções descritas no início deste texto. Não deixa, no entanto, de valorizar devidamente outros elementos que não os do contexto de segurança,</p>	<p>valorizou o tema e demonstrou conhecimento muito aprofundado de abordagens relacionadas com projectos viáveis de economia paralela, tendo acrescentado valor, através das suas respostas, à área do conhecimento que engloba onexo segurança-desenvolvimento. Possui uma clara capacidade de comunicação e demonstrou um conjunto de qualidades e de</p>	<p>questão, sobre se os principais problemas, para os países saídos recentemente de uma crise, seriam de segurança ou de desenvolvimento, o entrevistado afirmou logo, desde o início, que o principal problema seria o governo garantir as condições elementares das populações para lhes dar confiança e esperança. Essas condições estavam ligadas tanto a uma urgência securitária como a uma urgência de desenvolvimento.</p>	<p>demonstrou conhecer bem a questão da ligação entre segurança e desenvolvimento e valorizou muito o tema, fazendo uma abordagem nitidamente fundamentada nas suas experiências profissionais, tanto no terreno, onde dirigiu projectos de Reforma do Sector de Segurança (RSS), como no “gabinete”, onde foi conselheiro do Secretário-geral/Alto Representante da UE Javier Solana para as questões das capacidades africanas e depois representante pessoal (para a Somália). Acrescentou valor à ideia</p>	
--	--	---	---	--	---	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>algumas situações, que as pessoas “sobrevivam e, algumas vezes, vivam”.</p> <p>Na resposta à segunda questão nuclear, o entrevistado dá claramente prioridade temporal à segurança. No entanto não deixa de frisar que nos países saídos de crise e considerados de risco nos relatórios (da ONU e outros), tais como RDC, Guiné ou Angola, a “cor não é uniforme”, pois os problemas de segurança não impediriam o lançamento de projectos de desenvolvimento em certas zonas, sem grandes riscos. Este aspecto permitiria mesmo a criação de núcleos de desenvolvimento que poderiam contagiar positivamente o meio circundante. Os investidores audaciosos teriam disso</p>	<p>demonstrando ideias claras sobre o lançamento do desenvolvimento em países “críticos”.</p>	<p>valores propiciadores de uma análise correcta das situações.</p>		<p>do nexó entre segurança e desenvolvimento ao sublinhar que a economia informal, que pode nascer em pequenos focos dentro de um país em crise, pode ajudar ao desenvolvimento desse país pelo efeito de contágio. No entanto não deixa de relevar a importância da segurança para a estabilização do país.</p>	
--	---	---	---	--	--	--

Anexo B – Análise das Entrevistas

	consciência e aproveitariam essas oportunidades. Infelizmente, nem sempre são os mais honestos.					
--	---	--	--	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 15

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
O entrevistado usa um estilo de língua que reflecte a sua condição militar, por um lado, e o desempenho de funções diplomáticas, por outro. A utilização de estruturas gramaticais tem assim esse carácter formal de quem desempenha tais funções. Embora as respostas tenham	O discurso apresenta um a estrutura clara, segue uma linha de pensamento clara e o raciocínio é fácil de acompanhar. Na primeira questão nuclear, sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, o entrevistado, apresentando-se logo de início como uma apoiante da ligação indissociável entre segurança e	As respostas do entrevistado reflectem a sua condição dupla de militar e de diplomata. É cauteloso na abordagem dos temas, mas não dei pôr a tónica nos	O entrevistado valorizou devidamente o tema, sobre o qual tem uma noção muito equilibrada. A sua facilidade de comunicação, especialmente sobre um tema	[Não aplicável]	O entrevistado demonstrou conhecer bem a questão da ligação entre segurança e desenvolvimento, que, aliás, faz parte do conjunto de assuntos com que lida diariamente nas suas funções junto da União Europeia, e valorizou o	

Anexo B – Análise das Entrevistas

<p>sido dadas em castelhano, o entrevistado, dotado de uma cultura superior, não teve dificuldades em interpretar o espírito das questões (postas em português), movimentando-se com desenvoltura no seio de um conjunto de conceitos muito direccionados e de sentido pragmático.</p>	<p>desenvolvimento. Liga este último conceito à pré-existência de condições de segurança, pois, no seu entender “en una economía de mercado, las inversiones solo acuden a los lugares donde hay protección a los derechos fundamentales”. Releva, aliás, a segurança física como a mais importante, tendo em mente, talvez, a segurança humana.</p> <p>Na resposta à segunda questão nuclear, o entrevistado dá, mais uma vez, mostras de um raciocínio claro, dando prioridade à segurança sobre o desenvolvimento. Sublinha aqui, aliás, o papel pernicioso que algumas vezes as Forças Armadas têm no fomento da insegurança de um país.</p>	<p>elementos mais relevantes do assunto em questão, o nexos segurança-desenvolvimento.</p>	<p>recorrente nas funções que desempenha em Bruxelas, de conselheiro militar junto do embaixador REPER espanhol, reflecte-se na forma simples, mas ao mesmo tempo cuidada, como apresentou as respostas.</p>		<p>tema, fazendo uma abordagem bem fundamentada nas suas experiências profissionais. Assim, está de acordo que existe uma relação forte entre segurança e desenvolvimento e de que a primeira precede o segundo, sempre que se queiram resultados consolidados nos países onde estas abordagens se apliquem.</p>	
--	--	--	--	--	--	--

ANÁLISE DA ENUNCIACÃO - Entrevista n.º 16

Respostas às Questões de referência (perguntas nucleares)				Restantes Respostas	Conclusão	Notas
Análise Sintáctica e paralinguística	Análise Lógica	Análise Elementos Formais Atípicos	Inferências			
<p>O entrevistado usa um estilo de língua que reflecte a sua condição militar, por um lado, e o desempenho de funções diplomáticas, por outro. A utilização de estruturas gramaticais tem assim esse carácter formal de quem desempenha tais funções. A organização das frases segue uma estrutura adequada ao objectivo da entrevista, demonstrando clareza de raciocínio e domínio do tema.</p>	<p>O discurso apresenta um a estrutura clara, adopta um pensamento linear e o raciocínio é fácil de acompanhar. Respondendo à primeira questão nuclear, o entrevistado começa por afirmar claramente que não existe segurança sem desenvolvimento, e vice-versa, para depois afirmar que não é conhecido o modo e o tempo em que cada uma das áreas irá intervir numa crise, demonstrando que o conceito lhe é familiar, por um lado, e que não conhece desenvolvimentos, pelo</p>	<p>As respostas do entrevistado são imbuídas da dualidade referida acima. Hesita em afirmar peremptoriamente o que pensa sobre o assunto, como demonstram as partes “Dispensome de te dizer porque sabes bem melhor do que eu...” e “Confesso</p>	<p>O entrevistado deu a devida relevância ao tema, valorizando-o devidamente, pois tem dele uma noção muito equilibrada. Tem facilidade de comunicação, que emprega, no caso desta entrevista, para deixar passar mensagem de que este assunto merece</p>	[Não aplicável]	<p>O entrevistado demonstrou conhecer a questão do nexosegurançadesenvolvimento. Este tema faz parte do conjunto de assuntos com que o entrevistado lida assiduamente nas suas funções junto da União Europeia, tendo valorizado devidamente o tema. Assim, está de acordo que existe uma relação forte entre</p>	

Anexo B – Análise das Entrevistas

	<p>menos “em campanha”, desta ideia, por outro. No entanto reforça a ideia de que as duas “ferramentas” devem ser utilizadas, em princípio, em simultâneo.</p> <p>Na resposta à segunda questão nuclear, o entrevistado dá nitidamente prioridade temporal à segurança, por um lado, embora reforçando o papel da simultaneidade, por outro. Acaba por afirmar que faz mais sentido “que desde o início sejam implementados simultaneamente”. Esta dualidade de abordagens, comum às duas respostas, parece demonstrar alguma falta de à-vontade sobre o tema, ou então a busca de uma resposta que satisfaça plenamente o entrevistador.</p>	<p>que não conheço as bases teóricas...”, etc. Esta postura revela alguma indecisão, ou então falta de confiança nos seus conhecimentos sobre o assunto. No entanto este é um assunto ainda em maturação, tanto nos fora políticos e diplomáticos, como no mundo académico, pelo que o entrevistado não sabe, como quase ninguém não sabe...</p>	<p>maior atenção, embora não tivesse tido a oportunidade de o aprofundar.</p>		<p>segurança e desenvolvimento e de que a primeira poderá preceder o segundo em alguns casos. No entanto acaba por afirmar que, tendencialmente, ambos os tipos de processos deverão, sempre que possível, ser levantados simultaneamente.</p>	
--	---	--	---	--	--	--

ANEXO C

Análise da comunicação social escrita da Guiné-Bissau

Introdução

A Comunicação social da Guiné-Bissau é um elemento importante, se se quiser saber o que se passa neste país. Para a sua reduzida dimensão, a Guiné-Bissau edita vários periódicos, uns jornais diários, outros semanários e, ainda, outros que aparecem sem uma periodicidade bem estabelecida. Há também o caso de lançamento de periódicos temáticos que acabam por não se editar definitivamente, como foi o caso de “O Defensor”, órgão do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Tendo sido considerada relevante para a investigação em curso a análise destes elementos de informação, procedeu-se à estruturação dos trabalhos de análise de acordo com um encadeamento de fases lógicas de trabalho.

Primeiro, procedeu-se à recolha dos periódicos, o que foi feito parcialmente no país, pelo investigador, adquirindo-os aos vendedores de jornais, “ardinas” que surgem em todos os locais mais centrais da capital. Mas a maior parte do volume de jornais analisados foi proporcionada pela gentil colaboração do IPAD, tanto localmente, na pessoa do Dr. Guilherme Zeverino, como na sede, por iniciativa da Dra. Graça Moura e do Prof. Doutor Luís Castelo Branco.

Na segunda fase foi feita a leitura exhaustiva dos textos contidos nos periódicos, buscando-se tão só a ambientação com a estrutura do jornal, as suas tendências e o público-alvo. Esta é a fase que Laurence Bardin considera de pré-análise (2008: 121), onde se faz a exploração do material sem grande subordinação a métodos que serão aplicados mais à frente.

A fase seguinte tratou da selecção dos conteúdos, buscando-se aqueles que tinham relação com os temas que tinham sido identificados como relevantes para este projecto – o tráfico de droga, as migrações (incluindo o tráfico humano), o terrorismo e o nexo segurança-desenvolvimento.

A fase quatro materializou-se essencialmente pela transcrição dos segmentos identificados nos textos dos jornais como relacionados com os temas em investigação. Iniciou-se aqui, assim, o tratamento dos resultados obtidos e foi feita uma primeira investida na interpretação.

De seguida, na fase cinco, foi feita a codificação em unidades de registo e de contexto. Foi elaborado o cálculo da ocorrência dos elementos identificados como relevantes, ou seja, os temas que se apresentaram como as variáveis D – tráfico de estupefacientes, M – migrações e tráfico humano, T – terrorismo e N – nexo segurança-desenvolvimento.

De seguida foram elaborados alguns gráficos para ilustrar melhor a ocorrência das variáveis e para se identificarem alguns elementos como picos de frequência, médias, etc. Estes gráficos ajudaram à categorização dos fenómenos, para além de terem feito ressaltar alguns desses fenómenos, antes dissimulados na massa de dados.

A fase final que se apresenta neste relatório foi a de interpretação, donde, pela inferência, se deduziram alguns pólos de análise, se validaram processos e se apresentaram outros e, principalmente, de onde foram identificadas algumas variáveis de inferência.

A apresentação deste projecto termina com um relatório de onde se retirarão as conclusões relevantes a serem inseridas no corpo principal da dissertação que se leva a cabo actualmente.

Fases da Análise

O método adoptado nesta análise da comunicação social escrita da Guiné-Bissau foi o sugerido por Laurence Bardin na sua obra *Análise de Conteúdo*, publicada em Portugal

pelas Edições 70 em 2008. Embora o exemplo que a autora disponibiliza, “Análise de comunicações de massa: o horóscopo de uma revista” não fosse directamente útil como orientação para este trabalho de investigação, a estrutura apresentada na terceira parte do seu trabalho, “O método” (pp. 119-196) revelou-se muito útil e de aplicação simples. A autora preconiza a seguinte estrutura, adoptada neste trabalho: (i) organização da análise; (ii) codificação; (iii) categorização; (iv) inferência; (v) informatização da análise de comunicações. As diversas secções que de seguida se apresentam atendem a esta estruturação, embora o ponto (v) tenha sido tratado de forma mais simplificada, devido a que a análise informatizada não se debruçava sobre todo o texto da notícia, mas apenas sobre o segmento (ou segmentos) que referiam os temas em consideração.

Recolha aleatória de jornais (diários e não diários) em Bissau

Os elementos recolhidos referem-se a edições difundidas no período de 24 de Junho de 2009 a 18 de Março de 2010-04-09. A recolha dos elementos – os jornais que circulam em Bissau – necessários à investigação foi feita tirando partido da oportunidade da presença do investigador em Bissau nas visitas que realizou à Guiné-Bissau em 2009. No entanto, a recolha não foi exaustiva e constituiu apenas uma pequena parte do acervo total recolhido. A aquisição aos vendedores de jornais foi feita nos locais mais centrais da capital. Factor muito importante nesta recolha de elementos foi a colaboração do Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento (IPAD). Localmente, o responsável português pela área do desenvolvimento, Dr. Guilherme Zeverino, disponibilizou todos os exemplares que normalmente adquire e analisa. No IPAD, em Lisboa, os serviços da Dra. Graça Moura e o apoio do Prof. Doutor Luís Castelo Branco revelaram-se fundamentais, fazendo chegar ao investigador exemplares que no seu conjunto, constituem uma amostra muito relevante, que dá corpo a esta análise de conteúdos. Foram assim recolhidos e tratados cerca de oito dezenas de exemplares. Após alguma triagem, em que foram eliminados números duplicados e descartadas publicações sem continuidade (caso do jornal “O Defensor”), consolidou-se o corpus para análise em 76 exemplares, distribuídos como se segue:

Última Hora	14
Bantaba di Nôbas	9
Diário Bissau	16
Nô Pintcha	18
Kansaré	3
Gazeta de Notícias	16
TOTAL	76

Figura 1: Jornais analisados e números de exemplares

Leitura geral dos conteúdos

A leitura dos conteúdos foi uma fase da análise que se poderia classificar de pré-análise, se atendermos ao proposto por L. Bardin (2008: 121). Foi feita uma leitura exaustiva de todos os textos contidos nos periódicos que constituem o corpus deste trabalho. Não houve preocupações de iniciar desde logo a análise dos elementos em consideração (as variáveis D,M,T e N) mas apenas se procurou a ambientação com o “objecto” em estudo: a estrutura do jornal, as suas tendências, o público-alvo, o nível de língua dos autores dos artigos e outros. Assim, fez-se a exploração do material sem grande subordinação a métodos que só mais tarde terão a oportunidade de serem aplicados.

Esta primeira abordagem trouxe desde logo alguns elementos úteis. Uma constatação, confirmada depois pela análise mais aplicada, foi de que os autores dos artigos, sem deixarem de demonstrar grande empenho e entusiasmo na sua profissão, não deixam, na

grande maioria dos casos, de “opinar” sobre o assunto do artigo, dando as suas achegas e propondo soluções para os problemas. Temos assim que os artigos, para além de serem comunicações de acontecimentos e transcrições de declarações de entrevistados ou discursos de entidades, são essencialmente artigos de opinião. Aliás, esta primeira leitura deixou a impressão de que quase todos os exemplares lidos continham entrevistas a “cidadãos comuns” sobre as temáticas “mais quentes” do momento.

Seleção dos conteúdos relacionados com os temas

Nesta fase tratou-se da identificação e selecção dos conteúdos, assinalando-se aqueles que tinham relação com os temas que tinham sido identificados como relevantes para este projecto, ou seja, o tráfico de droga (e também o consumo local), as migrações (incluindo, emigrações, imigrações e o tráfico humano), o terrorismo (e a “Guerra ao Terrorismo” no Afeganistão e noutros teatros) e onexo segurança-desenvolvimento (aqui buscando-se também quaisquer referências que ligassem paz a bem-estar, insegurança a subdesenvolvimento, ou outros pares de conceitos que de forma genérica se dirigissem àquele binómio).

Tráfico de droga (variável “D”)

Para análise quantitativa e qualitativa da frequência do aparecimento da variável “tráfico de droga”, a variável D deste trabalho, foi aceite um conjunto de termos conexos, nomeadamente *narcotráfico*, *droga(s)*, *traficantes* [de droga], *estupefacientes*, *cocaína*. Foram encontradas assim 118 entradas na totalidade dos jornais analisados. Este é o principal dos quatro temas seleccionados para análise, correspondendo a mais do que a soma dos outros três temas.

Migrações e tráfico humano (variável “M”)

A variável M deste trabalho, correspondendo a migrações e tráfico humano, foi encontrada num conjunto de termos adoptados, incluindo todas variantes do termo *migração*, *tráfico de pessoas* (ou *de menores*), *comunidades estrangeiras*, *comunidades no estrangeiro*, *diáspora*, *fuga de cérebros*, *xenofobia* e seus derivados, *refugiados*, *repatriação de ilegais*, *violência étnica*. Foram detectadas 33 ocorrências, a maior parte dedicadas a assuntos passados no estrangeiro. No entanto foram feitas referências ao combate ao tráfico de crianças, nomeadamente as designadas “talibés”⁶⁷³, sendo esta uma preocupação expressa pelo Ministério da Mulher e pela ONG PLAN, além de, esporadicamente, fazer parte dos discursos políticos do primeiro-ministro e do Chefe de Estado.

Terrorismo (variável “T”)

A variável T, materializada em termos como *terrorismo* e palavras de raiz idêntica, *Al-Qaeda*, *fundamentalismo islâmico*, *guerra ao terrorismo* (no Afeganistão), *bombista(s)*, surgiu 36 vezes nas análises feitas aos jornais. Essencialmente as notícias davam conta da guerra ao terrorismo em palcos internacionais, como o Afeganistão. No entanto, o tema fez também parte das intervenções de políticos guineenses. O Presidente da República afirmou algumas vezes que a guerra ao terrorismo fazia parte do conjunto de desafios a vencer.⁶⁷⁴ Notícias sobre a eventual constituição de uma missão civil mista UA-CEDEAO davam também conta que estas organizações teriam a preocupação de combater o terrorismo na Guiné-Bissau, entre outras ameaças. No entanto, desde a notícia de 3 de Setembro de 2009 do Jornal Nô Pintcha, pouco se desenvolveu sobre este assunto.

⁶⁷³ Jornal Kansaré de 25 de Junho de 2009 (p. 11), jornal Bantaba di Nôbas de 6 de Novembro de 2009 (p. 10), jornal Nô Pintcha de 4 de Fevereiro de 2010 (p. 2) e jornal Última Hora de 15 de Fevereiro de 2010 (p. 11).

⁶⁷⁴ Jornal Última Hora de 26 de Junho de 2009 (10-11), jornal Bantaba di Nôbas de 29 de Setembro de 2009 (p. 7), Jornal Nô Pintcha de 25 de Setembro de 2009 (p. 11), etc.

Nexo Segurança-Desenvolvimento (variável “N”)

O nexo segurança-desenvolvimento constituiu uma variável de análise separada das outras três, tratadas acima. No estudo da ocorrência das variáveis D, M e T procurava-se identificar a sensibilidade dos jornalistas, da opinião pública e dos responsáveis políticos para a existência de ameaças nos três campos a que correspondiam aquelas variáveis, e portanto, validar a existência desses factores, que ameaçariam a Guiné-Bissau (ou até África, ou a Europa).

Por outro lado, no caso da variável N, procurou-se verificar se se valorizava a existência do nexo entre segurança e desenvolvimento, se a existência deste nexo era aceite e compreendida e se eram citados exemplos dessa valorização ou a existência de sinergias entre os dois elementos desse binómio.

Foram considerados nesta avaliação termos e binómios (pares de termos) tais como *paz-desenvolvimento*; *paz, estabilidade e segurança*; *estabilização-desenvolvimento*; *desenvolvimento-paz/estabilidade*; *reformas da defesa-desenvolvimento*; *avanço económico-paz*; e as variações entre estes conceitos e pares de conceitos.

Os resultados expressaram-se no registo de 36 ocorrências, especialmente referentes a discursos do Presidente da República e do Primeiro-ministro. No entanto, pode deduzir-se da análise do discurso, do seu enquadramento, da audiência a que era dedicado, etc., que as palavras visariam mais tranquilizar a opinião pública do que a constituir um corpo de indicações/direcções políticas de um Chefe de Estado ao seu povo ou aos órgãos de governo.

Transcrição dos segmentos referentes às variáveis para as “fichas de jornal”

Esta fase materializou-se essencialmente pela transcrição dos segmentos identificados nos textos dos jornais como relacionados com os temas em investigação. Iniciou-se aqui,

assim, o tratamento dos resultados obtidos e foi feita uma primeira investida na interpretação. No final deste relatório podem observar-se os quadros com os registos destes elementos, um quadro para cada jornal estudado

Cálculo da ocorrência dos temas em função do tempo (calendário) e dos acontecimentos mais relevantes indexados às notícias em estudo (“Quadro de Frequência das Edições”).

A codificação em unidades de registo e de contexto constituiu o trabalho fulcral nesta fase. Foi elaborado o cálculo da ocorrência dos elementos identificados como relevantes, ou seja, os temas que se apresentaram como as variáveis D – tráfico de estupefacientes, M – migrações e tráfico humano, T – terrorismo e N – nexos segurança-desenvolvimento. Estes elementos podem ser observados no quadro da Figura n.º 2.

Jornais analisados e # exemplares	Última Hora	Bantaba di Nóbás	Diário Bissau	Nô Pintcha	Kansaré	Gazeta de Notícias	Total	Aparecimento dos temas			
	14	9	16	18	3	16	76	D	M	T	N
24Jun09		1,0,0,0						1	0	0	0
25					1,1,0,0			1	1	0	0
26	2,0,1,1					0,0,1,0		2	0	2	1
2Julho09				1,0,0,1				1	0	0	1
3			0,0,0,0					0	0	0	0
6					0,0,0,0			0	0	0	0
8			4,1,0,0					4	1	0	0
22	2,0,1,2		1,0,0,0		2,1,0,1			5	1	1	3
27						0,1,0,0		0	1	0	0
30				0,0,0,1				0	0	0	1
24Ago09						0,1,0,1		0	1	0	1
26	0,0,0,0							0	0	0	0
27			0,0,0,0	0,0,1,0				0	0	1	0
3Set09			1,0,1,0	1,0,2,0				2	0	3	0
4		1,0,0,0						1	0	0	0
10	2,2,1,1							2	2	1	1
14						2,0,1,2		2	0	1	2
16		2,1,2,1	4,0,1,0					6	1	3	1
18	3,1,0,0							3	1	0	0
23			1,0,1,0					1	0	1	0
25				2,1,2,0				2	1	2	0

Anexo B – Análise das Entrevistas

28					3,0,0,1		3	0	0	1
29		1,3,1,0					1	3	1	0
30			0,0,0,0				0	0	0	0
1Out09				0,1,2,2			0	1	2	2
7			2,0,1,0				2	0	1	0
12					1,0,0,1		1	0	0	1
21			1,1,3,0		0,1,0,1		2	2	3	1
23				5,0,1,0			5	0	1	0
30				3,1,1,0			3	1	1	0
4Nov09					0,0,0,1		0	0	0	1
5			2,1,1,0				2	1	1	0
6	3,0,1,0	2,2,0,0					5	2	1	0
9					4,0,0,1		4	0	0	1
10		3,0,1,0					3	0	1	0
12				2,1,0,1			2	1	0	1
13	1,0,0,0	0,0,0,0					1	0	0	0
17					1,0,0,2		1	0	0	2
19			1,1,0,0	3,1,1,1			4	2	1	1
24	3,1,1,0				0,0,0,0		3	1	1	0
25		1,0,0,1					1	0	0	1
26				0,1,1,0			0	1	1	0
14Jan10	2,2,0,1			1,1,0,0			3	3	0	1
22	2,0,2,0		0,0,1,0	4,0,1,0	0,0,0,0		6	0	3	0
26		2,0,1,0					2	0	1	0
28				0,0,1,0			0	0	1	0
1Fev10	3,1,0,0						3	1	0	0
4			5,0,1,0	4,2,0,0			9	2	1	0
5					1,0,0,0		1	0	0	0
8	5,0,0,1						5	0	0	1
10			2,0,0,0				2	0	0	0
11				2,0,0,0			2	0	0	0
15	2,1,0,0						2	1	0	0
18			0,0,0,0				0	0	0	0
19				2,0,0,0	1,1,0,0		3	1	0	0
12Mar10					0,0,0,0		0	0	0	0
16	3,0,0,0						3	0	0	0
17					1,0,0,0		1	0	0	0
18				0,0,0,1			0	0	0	1
						Total	118	33	36	26

Figura 2: Frequência das edições, jornais consultados⁶⁷⁵

⁶⁷⁵ Frequência de aparecimento dos temas em estudo, pelo número de páginas e pela ordem: Tráfico de Droga (D), Migrações (M), Terrorismo (T), Nexos Segurança/Desenvolvimento (N) – (D, M, T, N).

Elaboração de gráficos de frequência de aparecimento dos temas nos jornais guineenses

A elaboração de alguns gráficos serviu para ilustrar melhor a ocorrência das variáveis e para se identificarem alguns elementos como picos de frequência, médias, etc. Estes gráficos ajudaram à categorização dos fenómenos, para além de terem feito ressaltar alguns desses fenómenos, antes dissimulados na massa de dados.

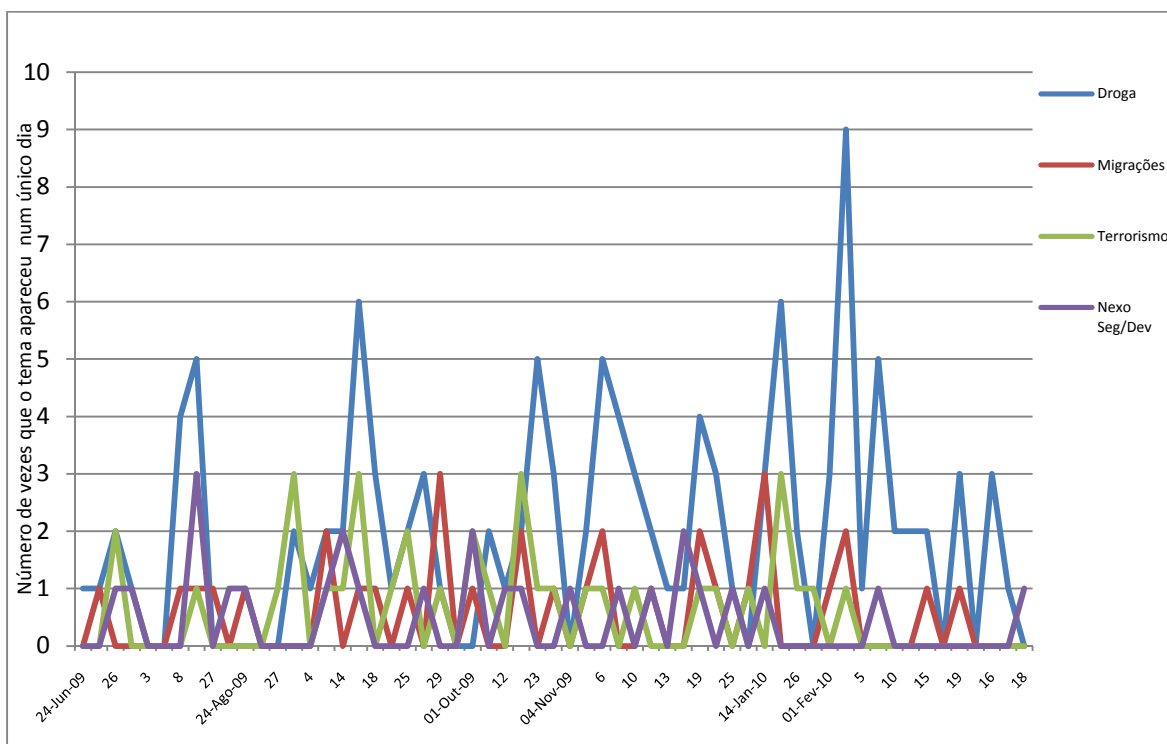


Figura 3: Gráfico da frequência de aparecimento dos temas nos jornais guineenses

Interpretação

Finalmente desenrolou-se a fase de interpretação, onde, pela inferência, se deduziram alguns pólos de análise, se validaram processos e se apresentaram outros e, principalmente, de onde foram identificadas algumas variáveis de inferência. Os principais dados obtidos forma transformados no relatório final, que se apresenta de seguida.

É de sublinhar desde já, no entanto, que esta avaliação, que teve uma abordagem tanto quantitativa como qualitativa, foi feita sobre uma abordagem de uma amostra de jornais, obtida aleatoriamente, por um lado, mas, por outro, possível devido a condições fortuitas: a presença do investigador em Bissau, nas visitas de trabalho que realizou, e a disponibilização pelo IPAD de exemplares de jornais que recebe via o seu representante na Guiné. Portanto, esta amostra não foi controlada do ponto de vista da análise formal de elementos, embora os resultados não percam a sua validade por isso.

Relatório

Os periódicos analisados demonstraram que existe uma apetência grande - pelo menos dos jornalistas guineenses – sobre as temáticas em análise. Sem dúvida que as questões ligadas ao narcotráfico ocupam muito mais espaço que todas as outras questões assinaladas. Assim demos conta de 118 ocorrências da variável D (tráfico de droga) contra um total de 95 de todas as outras (variáveis M - migrações, T – terrorismo e N – nexos segurança-desenvolvimento).

Esta análise dedicava-se essencialmente a duas questões. Uma abordava a sensibilidade dos meios de comunicação social guineense para as questões das ameaças do narcotráfico, das migrações / tráfico humano e do terrorismo. Uma segunda questão tentava identificar a sensibilidade para a relevância do nexo entre segurança e desenvolvimento.

Relativamente à primeira questão, não há dúvida que o narcotráfico é visto como a maior ameaça à estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau, não só pelos autores dos artigos na generalidade, como pelos entrevistados e autores de declarações e discursos. As notícias sobre migrações e tráfico humano, por outro lado, não sublinham em geral a existência de uma ameaça à Guiné-Bissau, excepto algumas referências à necessidade de terminar com o tráfico de crianças “talibés”, que são retirados muito novos do seio da família e levados para o estrangeiro, supostamente para estudarem em escolas religiosas. Relativamente ao terrorismo, não é visto com grande preocupação pela generalidade dos jornalistas, ou dos entrevistados. No entanto, declarações do Chefe de Estado, Presidente

Malam Bacai Sanhá, apontam no sentido de ser necessário fazer um combate ao terrorismo⁶⁷⁶. Por outro lado, notícias referentes a declarações da embaixadora dos EUA acreditada em Bissau referiam a existência de uma ligação entre a *Al-Qaeda no Magrebe* e as redes de narcotráfico⁶⁷⁷.

Já o nexos segurança-desenvolvimento mereceu um total de 36 entradas registadas na análise. Estas têm a ver, essencialmente, com declarações do Presidente da República e do Primeiro-Ministro e reflectirão, essencialmente, as preocupações da Comunidade Internacional com a instabilidade na Guiné-Bissau e as imposições dos doadores da ajuda ao desenvolvimento. Assim, os discursos dos responsáveis guineenses serão mais dirigidos a tranquilizar a Comunidade Internacional do que a “educar” o povo da Guiné-Bissau.

⁶⁷⁶ Jornal Bantaba di Nôbas, de 29 de Setembro de 2009, p. 7.

⁶⁷⁷ Jornal Nô Pintcha de 22 de Janeiro de 2010 (p. 20) e jornal Bantaba di Nôbas de 26 de Janeiro de 2010 (p. 10).